

COLEÇÃO **PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE**

LIVRO II ESTADO E LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: SOCIEDADE, ECONOMIA E POLÍTICA

ORGANIZADORAS

VIVIAN URQUIDI

MARGARIDA NEPOMUCENO

MAYRA COAN LAGO

JOANA DE FÁTIMA RODRIGUES

RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO

SABRINA RODRIGUES

 **FAPESP**

PROLAM
editora



**VOLUME II:
SOCIEDADE EM MOVIMENTO**

PARTE I

**AMÉRICA LATINA EM MOVIMENTO:
LUTAS SOCIAIS E RESISTÊNCIA**

SUMÁRIO

VOLUME II: SOCIEDADE EM MOVIMENTO

PARTE I: AMÉRICA LATINA EM MOVIMENTO: LUTAS SOCIAIS E RESISTÊNCIA.....424

Introdução	428
30 anos de contestação social ao livre comercio nas Américas (1990-2019)	
<i>Diego Araújo Azzi</i>	432
O movimento sindical na conjuntura de crise: uma comparação Brasil-Argentina no período 2015-2018	
<i>Thamire Silva e Adriana Marcolino</i>	446
Educação para a liberdade no Paraguai de Stroessner	
<i>Paola de Ávila Barbosa</i>	462
Criminalização dos movimentos sociais por acesso à terra e a OEA	
<i>Júlia Pupin de Castro</i>	471
Lutas estudantis: diálogos e comparações entre os movimentos secundaristas chileno e brasileiro entre 2006 e 2016	
<i>Helena Costa França, Vanessa Corsetti Gonçalves Teixeira e Vivian Urquidi</i>	481
A Revolta dos Pingüins no Chile e as ocupações das escolas no estado de Goiás no Brasil	
<i>Marcos Jerônimo Dias Júnior e Sérgio Inácio do Nascimento</i>	500
Resmungo Campesino: uma análise comparada entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e o Exército Zapatista de Libertação Nacional durante as décadas de 1980 e 1990	
<i>Caroline Maria de Oliveira, Leonardo Henrique A. de L. Nascimento e Edison Gomes</i> 513	
Protagonismos e resistências dos povos indígenas no Brasil, no Chile e na Argentina (1967-1979)	
<i>Rodrigo Lins Barbosa e Andréa Bandeira Silva de Farias</i>	526
A atuação dos movimentos indígenas na América Latina: as constituições plurinacionais e as organizações internacionais	
<i>Vinícius Aureliano Bellotto dos Santos e Fernanda Mello Sant'Anna</i>	540
Dissociação rural urbana na diversidade cultural de populações tradicionais da América Latina	
<i>Vinnie Mayana L.Ramos, Maria Gorete B. Figueiredo e Cristina Maria M. de Alencar</i> ..	553
Esperança Garcia e os usos do passado/presente: identidade, história pública e o direito à memória	
<i>Mairton Celestino da Silva</i>	567

A produção de resistência no interior do discurso autobiográfico de Mercedes Sosa: transgrediência, opacidade e acabamento	
<i>Nathan Bastos de Souza</i>	580
Sistematização de experiências em coletivos de comunicação nas periferias: perspectivas decoloniais, vivenciais e metodológicas	
<i>Juliana Salles de Souza</i>	590
Bibliotecas a la calle: luchas sociales, políticas e intelectuales	
<i>Natalia Duque Cardona</i>	605
O artista e sua importância na constituição de uma narrativa identitária para a comunidade LGBT	
<i>Luiz Roberto de Almeida e Lucilene Cury</i>	623
Lutas contra a homofobia na América Latina: uma análise interseccional dos casos brasileiro e argentino	
<i>Alexandre Nogueira Martins</i>	637
Mulheres lésbicas, violência e espaço urbano: o que podemos apreender das experiências de São João Del Rei, Brasil e Guanajuato, México	
<i>Maria Emília Barros Rezende e Daniela Abritta Cota</i>	649
PARTE II - MIGRAÇÃO, DESLOCAMENTO E MEMÓRIAS.....	659
Movimentos migratórios – Um projeto em construção	
<i>Lucilene Cury</i>	660
Flora Tristan, feminismos, deslocamentos e memórias de uma sociedade escravocrata	
<i>Maria Inês Amarante</i>	666
Narrativas: epistemología, metodología y ética en la investigación con mujeres migrantes en São Paulo	
<i>Corina Evelin Demarchi Villalón</i>	680
Por uma unidade latino-americana: interculturalidade e políticas públicas de formação docente – relato de uma prática	
<i>Adriana de Carvalho Alves Braga e Cristiane Santana Silva</i>	692
A migração paraguaia para São Paulo no contexto de crescimento dos fluxos Sul-Sul	
<i>Vanessa Kely Domingues</i>	708
Por que o Brasil recebe os venezuelanos?	
<i>Renata Wanissangh Correia da Costa</i>	722
O fluxo migratório da América Central para os Estados Unidos via México	
<i>Ayrton Ribeiro de Souza, Douglas Avezum Marques Silva e Lucilene Cury</i>	736
Deslocamentos forçados, criminalização e resistências ao capitalismo extrativista na América Latina e no Caribe	
<i>Enara Echart Muñoz, María del Carmen Villarreal Villamar</i>	752

Estado e violência: o Reformatório Indígena Agrícola Krenak na ditadura civil-militar <i>Hygor Mesquita Faria e Josiane de Paula Nunes</i>	768
O deslocamento dos indígenas Warao em território brasileiro <i>Marina de Campos Pinheiro da Silveira e Cynthia Soares Carneiro</i>	781
Novas e velhas mobilidades na América Latina: o caso <i>Warao</i> na região norte do Brasil <i>Ela Wiecko V. de Castilho, Elaine Moreira</i>	790

Introdução

Neste segmento temático os pesquisadores analisam o histórico e as questões referentes as Lutas Sociais e resistência; Migração, Deslocamento e Memória.

Em *30 anos de contestação social ao livre comércio nas Américas (1990-2019)*, Diego Araujo Azzi, apresenta uma análise comparativa da ação dos movimentos trabalhistas durante a Campanha Continental contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), nos anos 90 e a Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo, em curso desde o final de 2016.

No mesmo campo de análise, *O movimento sindical na conjuntura de crise: uma comparação Brasil-Argentina no período 2015-2018*, Thamires Silva e Adriana Marcolino propõem uma análise comparativa sobre o sindicalismo do Brasil e Argentina diante da conjuntura de crise econômica.

Educação para a liberdade no Paraguai de Stroessner, da autora Paola de Ávila Barbosa, aborda a ditadura paraguaia iniciada em 1954, que vigorou por 35 anos sob o poder de Alfredo Stroessner e apresentava uma sociedade altamente controlada, vigiada e perseguida.

O texto *Criminalização dos movimentos sociais por acesso à terra e a OEA*, a autora Júlia Pupin de Castro explora a judicialização nas esferas internacionais da criminalização dos movimentos sociais que lutam em prol da democratização da terra no país.

Lutas Estudantis: Diálogos e Comparações entre os Movimentos Secundaristas: Chileno e Brasileiro entre 2006 e 2016, as autoras Helena Costa França, Vanessa Corsetti Gonçalves Teixeira e Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi, analisam comparativamente o Movimento Secundarista Chileno que ocorreu em Santiago em 2006 e o Movimento Secundarista Brasileiro, que ocorreu na cidade de São Paulo em 2016.

O texto *A revolta dos pinguins no Chile e as ocupações das escolas no estado de Goiás no Brasil*, os autores Marcos Jerônimo Dias Júnior e Sérgio Inácio do Nascimento, tratam da revolta dos pinguins no Chile e das ocupações das escolas no estado de Goiás no Brasil e abordam, como, em ambos os contextos, houve um processo de mercantilização da educação, a confiança do setor privado e a apologia das privatizações.

Em *Resmungo Campesino: uma análise comparada entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Exército Zapatista de Libertação Nacional durante as décadas de 1980 e 1990*, de Caroline Maria de Oliveira, Leonardo Henrique Alves

de Lima Nascimento e Edison Gomes, identificam as relações práticas e discursivas nos movimentos latino-americanos com relação às disputas de terra.

O texto *Protagonismos e resistências dos povos indígenas no Brasil, no Chile e na Argentina (1967-1979)*, de Rodrigo Lins Barbosa e Andréa Bandeira Silva de Farias, relacionam os protagonismos e resistências de povos indígenas no Brasil, no Chile e na Argentina, no período das ditaduras militares.

Contextuando as lutas sociais dos movimentos indígenas vários pesquisadores apresentaram trabalhos que analisam ações de construção de ações pelos direitos indígenas e de resistência cultural em vários países da América Latina: *A atuação dos movimentos indígenas na América Latina: as constituições plurinacionais e as organizações internacionais*, de Vinícius Aureliano Bellotto dos Santos e Fernanda Mello Sant’Anna e *Dissociação rural urbana na diversidade cultural de populações tradicionais da América Latina*, dos autores Vinnie Mayana Lima Ramos, Maria Gorete Borges Figueirêdo e Cristina Maria Macêdo de Alencar.

A memória da mulher negra e escravizada Esperança Garcia, que viveu no século XVIII no Piauí, é analisada por Mairton Celestino da Silva em *Esperança Garcia e os usos do passado/presente: identidade, história pública e o direito à memória*, como símbolo dos movimentos e instituições sociais organizados.

O artigo *A produção de resistência no interior do discurso autobiográfico de Mercedes Sosa: transgrediência, opacidade e acabamento*, Nathan Bastos de Souza nos revela uma face da biografia da artista, bem pouco explorada em torno de algumas características de seu discurso político e confirmando o ativismo de Mercedes Sosa contra as desigualdades.

Bibliotecas a la calle: luchas sociales, políticas e intelectuales, autoria de Natalia Duque Cardona, apresenta a interessante análise de como as bibliotecas públicas podem impactar na redução das desigualdades sociais.

O texto de Luiz Roberto de Almeida em coautoria com Lucilene Cury nos leva a refletir sobre a importância dos artistas identificados com a comunidade trans para a constituição de uma cidadania que deve ser respeitada. O título da pesquisa *O artista e sua importância na constituição de uma narrativa identitária para a comunidade LGBT*.

Ainda no campo da análise de gênero *Mulheres lésbicas, violência e espaço urbano: o que podemos apreender das experiências de São João Del Rei, Brasil e Guanajuato, México*, de Maria Emília Barros Rezende e Daniela Abritta Cota, analisam a partir de duas experiências de violência urbana às mulheres lésbicas.

Dentro do tema Migração, Deslocamentos e Memórias, o trabalho *Movimentos migratórios – Um projeto em construção*, de Lucilene Cury, apresenta o projeto “Movimentos Migratórios”, desde 2015, quantificando os fluxos humanos que se deslocam pela América Latina, EUA e Europa.

Flora Tristan, feminismo, deslocamentos e memórias de uma sociedade escravocrata, da autora Maria Inês Amarante, trata das observações feitas pela escritora sobre a sociedade patriarcal e escravocrata cabo-verdiana em sua obra autobiográfica *Peregrinações de uma pária*.

O texto *Narrativas: epistemología, metodología y ética en la investigación con mujeres inmigrantes en São Paulo*, a autora Corina Evelin Demarchi Villalón apresenta algumas reflexões, desafios e decisões que surgiram ao longo do processo de pesquisa.

Em *Por uma unidade latino-americana: interculturalidade e políticas públicas de formação docente - Relato de uma prática*, Adriana de Carvalho Alves Braga e Cristiane Santana Silva, discorrem sobre o tema das migrações regionais, considerando o contexto da cidade de São Paulo, e levando em conta a expressiva presença de imigrantes latino-americanos nas escolas paulistanas.

A migração paraguaia para São Paulo no contexto de crescimento dos fluxos Sul-Sul, autoria de Vanessa Kely Domingues, ressalta a questão da luta dos imigrantes em São Paulo em busca de emprego e oportunidades e Renata Wanissangh Correia da Costa propõe em *Por que o Brasil recebe os venezuelanos?* descortinar um panorama da migração de venezuelanos para o Brasil, desde as relações bilaterais com a Venezuela, a partir de 1826, até os dias atuais.

Ayrton Ribeiro de Souza, Douglas Avezum Marques Silva e Lucilene Cury em *O fluxo migratório da América Central para os Estados Unidos via México*, nos brindam com um significativo cenário sobre os movimentos migratórios dos países do Triângulo Norte da América Central (El Salvador, Guatemala e Honduras) rumo aos Estados Unidos da América. O México, país que joga um papel paradoxo nessa questão, ora como articulador, mediador de demandas, ora como contencioso dos fluxos migratórios.

O texto *Deslocamentos forçados, criminalização e resistências ao capitalismo extrativista na América Latina e no Caribe*, de Enara Echart Muñoz e María del Carmen Villarreal Villamar ressaltam as características do capitalismo extrativista na ALC e seus impactos sobre a vida das populações atingidas. Suas autoras analisam os deslocamentos forçados sob a perspectiva da decolonialidade e das teorias críticas da dependência.

Estado e violência: o reformatório indígena agrícola Krenak na ditadura civil-militar, Hygor Mesquita Faria e Josiane de Paula Nunes analisam e desvelam a desconhecida construção de um reformatório indígena agrícola, que funcionou de 1962 até o ano de 1972, no posto indígena Guildo Mariele, localizado na área da Ajudância Minas-Bahia.

O artigo *O deslocamento dos indígenas Warao em território brasileiro*, de Marina de Campos Pinheiro da Silveira e Cynthia Soares Carneiro ressaltam a importância dos documentos oficiais, relatórios de organizações não governamentais e notícias

de jornal, para analisar os deslocamentos dos indígenas Warao para as cidades de Manaus e Belém e qual o suporte jurídico que os protege no Brasil.

Ainda sobre os Warao no Brasil, as autoras Ela Wiecko V. de Castilho e Elaine Moreira em *Novas e velhas mobilidades na América Latina: o caso Warao na região Norte do Brasil*, destacam o fluxo migratório do povo Warao, da Venezuela para o Brasil, a partir de 2014, apontando a precária política de acolhimento do estado de Roraima à essa população.

30 anos de contestação ao livre comércio nas Américas (1990-2019)¹

Diego Araujo Azzi*

Introdução

O comércio sempre foi uma questão contenciosa e a razão é porque nunca é apenas comércio – envolve o dia a dia do setor público, das empresas privadas, dos trabalhadores e das famílias, tanto como consumidores quanto como cidadãos. O comércio também está intimamente ligado às políticas de desenvolvimento nacional e regional, aos interesses agressivos e defensivos dos países, bem como às lutas pelo poder na economia política internacional (Chang, 2002).

Com relação ao campo político dominado pelos Estados soberanos, sob a pressão constante dos Estados Unidos para abrir mercados estrangeiros e liberalizar o comércio e as finanças, os governos das Américas adotaram diferentes estratégias de desenvolvimento de acordo com suas situações, capacidades e interesses específicos. Mas as escolhas governamentais não foram feitas sem críticas de movimentos sociais, sindicatos, ONGs e até mesmo alguns setores empresariais.

Este artigo apresenta uma análise comparativa do envolvimento do movimento sindical com os movimentos sociais e com os governos durante duas campanhas continentais: a Campanha Continental contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que ocorreu nos anos 90 e início dos anos 2000 (Campanha); e a Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo (Jornada), uma campanha em curso desde 2016, que mistura uma agenda anti-livre comércio com uma oposição mais ampla à recente ascensão autoritária de direita nas Américas em geral, mas particularmente em América latina.

Em relação ao amplo contexto político em que essas campanhas surgiram e se desdobraram, questões de construção de alianças, repertório de ação, relação com governos nacionais e construção de alternativas progressivas ao neoliberalismo são de fundamental importância, assim como a interseção dinâmica entre o campo político

1. Este texto reflete os achados parciais de pesquisa ainda em andamento.

* Professor de Relações Internacionais. Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: diego.azzi@ufabc.edu.br

(Estados, partidos políticos, congressistas), o campo sindical e o espaço dos movimentos sociais.

Enquanto os dois primeiros são campos estruturados, muito mais institucionalizados e fechados à entrada de forasteiros através de regras e procedimentos formais específicos, o espaço dos movimentos sociais deve ser entendido como “um domínio de práticas e sentidos em que mudanças coletivas, contenciosas e sistêmicas”. Realizam-se atividades orientadas, um universo contencioso informal aberto à entrada e à participação de praticamente todos, sem nenhum mecanismo de controle de taxas de entrada ou de vigilância, qualquer que seja (Mathieu, 2012: 157).

Construir alianças com os movimentos sociais requer que os sindicatos operem fora de sua zona de conforto político (membros, empresas e assuntos relacionados ao estado) e atuem de acordo com diferentes dinâmicas, visões e capacidades (com diferentes formas e níveis de capital militante).

A construção de estratégias comuns implica apoiar posições políticas chave de atores fora do campo sindical e ter demandas trabalhistas apoiadas por elas também. Requer encontrar bases comuns de análise política e uma identidade para realmente implementar uma ação contenciosa coletiva consensual (Tarrow). Nas próximas seções, abordaremos como esses processos ocorreram durante a Campanha e a Jornada, buscando destacar os motivos pelos quais consideramos que “desta vez é diferente”.

Um período de sucesso de acumulação política (década de 1990 e início de 2000)

Após a queda do Muro de Berlim e o colapso da URSS, a década de 1990 testemunhou o triunfo da globalização capitalista ocidental liderada pelos Estados Unidos da América (EUA) e uma onda de expansão do institucionalismo liberal, resultando na fundação de novas instituições como a União Europeia (UE) em 1992, a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1994, e novos acordos regionais de comércio como o Mercosul em 1991, CAFTA-DR em 1992, CAN-US FTA e NAFTA em 1994.

Naquela época, os países latino-americanos não tinham muito espaço para manobrar as políticas macroeconômicas de suas economias, já que eram sufocadas pelo peso da crise da dívida externa dos anos 80 e as maiores economias estavam passando por programas recessivos de ajuste estrutural. Em troca de empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) – destinados principalmente ao pagamento de credores privados – toda uma gama de políticas econômicas e sociais foi submetida ao Fundo. Durante a década de 1990, muitos governos da região decidiram abrir suas economias e esperar os benefícios do chamado “desenvolvimento associado” (Cardoso-Faletto, 1981).

O aniversário dos 500 anos do “descobrimento das Américas”, em 1992, e os 500 anos do “descobrimento do Brasil”, em 2000, foram momentos de importante mobilização social, conflitos e “releituras” sobre a história da região e suas repercussões nacionais.

processos de formação em cada país. Em 1994, no mesmo dia em que o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) entrou em vigor, os povos indígenas de Chiapas, México, liderados pelo Subcomandante Marcos e o EZLN, declararam a necessidade de “um mundo em que vários mundos se encaixariam”, em resposta a um fim da história impulsionado pelo mercado.

No mesmo ano, na conclusão da Rodada Uruguaí do GATT, foi fundada a Organização Mundial do Comércio (OMC), criando uma ambiciosa estrutura global de governança comercial, com o objetivo de ampliar e liberalizar o comércio mundial mais profundamente do que antes, incluindo a Rússia (além da Europa Oriental) e a China. Entre 1995-1998, o mundo desenvolvido estava prestes a assinar o Acordo Multilateral sobre Investimentos (MAI), impulsionado pela OCDE. As mobilizações sociais na Europa e nos Estados Unidos ocorreram após o vazamento do MAI negociando textos que dariam poder demais às empresas sobre estados soberanos, muita energia para os setores privado versus público por meio de provisões de ISDS. Em 1997, as Marchas Europeias Contra o Desemprego e a Exclusão (Aguiton, 2001) cruzaram a Europa Ocidental mobilizando e elevando a consciência social sobre a globalização neoliberal.

Devido à crescente liberalização financeira e mercados interconectados em todo o mundo, a década de 1990 foi um período de fortes crises de turbulência financeira e desvalorização da moeda que levariam o FMI a ser novamente a instituição-chave para fornecer empréstimos a credores privados e assegurar a austeridade e privatização. políticas em troca. Após cerca de vinte anos de políticas neoliberais, o fim de uma perspectiva de bem-estar na maioria dos países havia resultado em aumento do desemprego e da informalidade, aumento dos níveis de pobreza e várias crises financeiras: começando no México em 1995, se espalhando para a Ásia em 1997 e Rússia em 1998, Turquia e Brasil em 1999 e Argentina em 2000-2001 (Jakobsen, 2005: 98).

Nas Américas, a proposta de uma Área de Livre Comércio continental deveria ser oficialmente impulsionada pelo governo de George W. Bush desde 1994, com a criação da Cúpula das Américas, uma reunião hemisférica de alto nível (exceto Cuba) para negociar o bloco comercial. Inicialmente, os sindicatos não se opuseram imediatamente ao acordo da ALCA, mas exigiram a abertura de espaços oficiais de participação, maior transparência e, mais importante, inclusão de cláusulas sociais, trabalhistas e ambientais no texto negociado. À medida que os textos negociadores vazaram, a ALCA foi gradualmente sendo vista pelos movimentos sociais e sindicatos dos países latino-americanos como uma espécie de nova Doutrina Monroe, “Américas para os americanos” no século XXI.

Tanto para os governos progressistas quanto para a sociedade civil, os eventuais danos que o acordo traria aos países não se tornariam imediatamente claros, mas apenas com o passar do tempo (Vigevani, 2001; Sader, 2001; Seoane, 2003). Até

então, diferentes formas de envolvimento com governos e diplomatas eram a estratégia prioritária empregada pelos sindicatos e forças sociais em todo o continente (Berrón, 2008: 256; 261). Um ponto de virada foi quando as cláusulas sociais e trabalhistas começaram a ser entendidas pelos sindicatos e movimentos sociais mais como uma estratégia protecionista dos EUA e Canadá para defender seus próprios empregos do que preocupações legítimas sobre as condições do Trabalho Decente nos países mais pobres do continente.

A partir de então, o repertório de estratégias mudou de *lobbying diplomats* para transparência, cláusulas trabalhistas e sociais para a mobilização de base e uma oposição aberta ao acordo como um todo. Nesse ponto, o campo dos sindicatos liderado por ORIT engajou-se no espaço dos movimentos sociais e começou a construir um processo de aliança bastante singular no contexto do sindicalismo latino-americano e até mesmo internacionalmente raro (ORIT, 2007). De 2001 a 2008, o único país que foi excluído das negociações – Cuba – desempenhou um papel fundamental na promoção do Encontro Hemisférico contra a ALCA em Havana, reunindo cerca de mil ativistas sociais, sindicalistas e partidos políticos de esquerda das Américas para elaborar estratégias e coordenar entre si, em uma das poucas reuniões que não estavam vinculadas a uma cúpula oficial.

Em um processo complexo de construção de confiança, organizações regionais como a Organização Sindical Regional Interamericana (ORIT), a Coordenação dos Centros Sindicais do Cone Sul (CCSCS), os camponeses CLOC / Via Campesina, as bases da Igreja católica A Rede do Jubileu Sul sobre a dívida, a Organização de Estudantes da América Latina e Caribe (OCLAE), a Marcha Mundial das Mulheres (WMW), Amigos da Terra América Latina (ATALC) foram atores-chave no processo de construção da identidade hemisférica para a luta comum.

Na rota hemisférica, muitas redes nacionais entre sindicatos e movimentos sociais surgiram e cresceram, como Rebrip no Brasil, RMALC no México, RCALCA na Colômbia, Autoconvocatoria No al ALCA na Argentina, Common Frontiers e RQIC no Canadá, ou ART e 50 anos é o suficiente! nos EUA¹, desempenhou um papel importante no engajamento da diversidade de atores, questões e interesses nacionais com o processo mais amplo e continental de construção de alianças. De fato, o formato de “capítulos nacionais” pertencentes à mesma campanha continental se espalhou rapidamente e, em alguns casos, essas redes nacionais tinham seus próprios recursos materiais, estruturas de escritórios e pessoal profissional.

O fato de que um único e enorme acordo abrangendo todos os países estava sendo negociado proporcionou o terreno comum para a construção da unidade política entre diversos movimentos da sociedade civil e sindicatos de diferentes países ao longo dos anos. Ao mesmo tempo, ampliou as coalizões e o número de atores, dado o amplo alcance das várias linhas e questões específicas de negociação.

No entanto, projetos regionais de liberalização do comércio, como o NAFTA e a ALCA, não foram a única dimensão da agenda do livre comércio. Na OMC, a Rodada do Milênio de 1999 foi ambiciosa e atraiu muita atenção de movimentos sociais, sindicatos e ONGs, que viajaram a Seattle para protestar e tentar bloquear as negociações. Em Seattle, formou-se uma coalizão global contra o livre comércio – OWINFS – na qual várias organizações latino-americanas também participaram ativamente durante os anos que se seguiram.

Das ruas de Seattle, uma nova modalidade emergiu no repertório internacional de ação: as Jornadas Globais de Ação contra acordos de livre comércio, instituições multilaterais como o Banco Mundial e o FMI, o G8, a OMC e o Fórum Econômico Mundial (WEF). As manifestações começaram a ocorrer não só na cidade onde a Cúpula estava ocorrendo, mas também simultaneamente em muitas outras cidades ao redor do mundo.

Em janeiro de 2001, aconteceu o primeiro Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre, Brasil, onde seria repetido com uma crescente presença e relevância política como contraponto ao WEF de Davos. A criação do FSM (assim como suas edições regionais, como o Fórum Social Europeu, o Fórum Social Asiático e o Fórum Social das Américas), proporcionaram um espaço comum ainda mais amplo (na verdade global) para estratégias do que as reuniões de Havana e responderam ao crescente necessidade de construir alternativas ao neoliberalismo a partir de baixo (“outro mundo é possível”) – não apenas resistindo aos seus movimentos ofensivos. “O Fórum Social Mundial de 2001 foi o porto para onde convergiram as lutas dos anos 90” (Mello, 2017).

O chamado movimento antiglobalização foi se organizando cada vez mais em torno de três principais arenas políticas: protestos de rua contra-cúpula e Dias Globais de Ação (Ryoki-Ortellado, 2004; Di Giovanni, 2012), redes transnacionais (Keck-Sikkink, 1998) e fóruns sociais (Fisher-Ponniah, 2003; Azzi, 2011: 156-179). Esse processo também tomou sua forma particular nas Américas. Especialmente na América Latina, a organização de Cúpulas dos Povos paralelas para debater alternativas, tribunais populares para julgar corporações e consultas populares sobre comércio e finanças foram fundamentais no repertório de ação implantado durante esses anos (ASC, 2003; Wansetto, 2015).

Em 2003, a Reunião Ministerial da OMC em Cancún, no México, voltaria a ser um momento importante na luta contra o livre comércio, com organizações superando difíceis divisões nacionais entre o espaço dos movimentos sociais mexicanos e o campo dos sindicatos locais. A reunião ministerial de Cancún aconteceu em um contexto em que muitos governos progressistas já estavam em vigor na América Latina e também foi o momento de criação do G20 dentro da OMC (liderado pela Índia e pelo Brasil), o que levou ao colapso dessas conversações. Outra sensação de vitória para sindicatos e movimentos sociais.

A ALCA não foi derrotada na Cúpula de Mar del Plata em 2005 devido a uma série de fatores e claramente não apenas pelos poderosos da oposição e da luta social, mas também pelas próprias contradições entre as partes negociadoras, principalmente após a eleição de vários partidos e governos de centro-esquerda na América Latina. Mudanças na direção política de uma parte importante da região foram, ao mesmo tempo, devidas às conquistas das forças esquerdistas, mas também ao fracasso da patente do neoliberalismo em promover o desenvolvimento social.

No que diz respeito às relações entre o campo sindical e o espaço dos movimentos sociais, o colapso da ALCA é parcialmente responsável pela ruptura de alianças e redes construídas durante a campanha anti-ALCA - apesar de ser uma vitória histórica. A unidade política tornou-se muito mais difícil de alcançar quando o inimigo comum se foi e o tempo veio para construir alternativas concretas ao livre comércio (von Bülow, 2014: 203-229).

A partir de 2005, depois que a ameaça da ALCA havia desaparecido, o desafio não apenas dos governos progressistas, mas também dos sindicatos e dos movimentos sociais era como construir um projeto de desenvolvimento alternativo para a região. Construir alternativas de “Integração dos Povos” tornou-se a maneira pela qual a dinâmica do livre comércio seria superada (ASC, 2006; CSIP, 2007; ORIT, 2006; 2007a). Esse ponto de virada no discurso também reflete o início de uma nova fase, na qual, por várias razões, as forças sociais canadenses e americanas não estavam mais em estreita ligação com a dinâmica latino-americana de contenção (Tarrow-Tilly) e voltaram atrás às suas próprias lutas domésticas. Uma das causas está relacionada à dinâmica das forças sociais latino-americanas e aos sentimentos anti-imperialistas, que implicaram o uso do espanhol como língua principal de reuniões e documentos; condenação crescente da presença militar dos EUA na região; uma relação mais próxima com as forças e governos sociais cubanos e venezuelanos.

Sob a perspectiva dos Estados, eventualmente outras organizações regionais foram criadas com o objetivo de aproximar os países latino-americanos em novos arranjos institucionais como UNASUL, CELAC e ALBA. Todos eles de alguma forma representaram um passo à frente da OEA dominada pelos EUA. Para os atores sociais, entretanto, o desenvolvimento de uma visão comum para a integração dos povos não foi um processo bastante simples e, muitas vezes, as relações com os novos governos progressistas mostraram-se mais duras e contraditórias do que o previsto.

Governos progressistas e forças sociais: dilemas e contradições (1999-2015)

Como resultado do período de acumulação política até 1999, uma onda de discórdia e agitação social cresceu em muitas partes diferentes da América Latina e do Caribe, como os governos neoliberais pós-ditadura na maioria dos países estavam aplicando políticas de austeridade econômica de acordo com Consenso de Washington e o FMI.

No final da década, as grandes manifestações em Seattle contra a Rodada do Milênio da OMC não foram o único grande evento político. 1999 foi também o ano em que Hugo Chávez se tornou presidente da Venezuela com um discurso revolucionário e socialista que confrontou o projeto da ALCA desde o início. No entanto, Chávez permaneceria relativamente isolado até a vitória de Lula nas eleições de 2002, trazendo o pesado peso regional do Brasil para o campo progressista pela primeira vez em décadas e abrindo caminho para um período único de várias vitórias de esquerda na região.

Porém, apesar de serem aliados em várias frentes, o Brasil sob Lula nunca se alinhou ao projeto bolivariano liderado por Chávez, da ALBA. Em vez disso, o Brasil escolheu fortalecer o Mercosul, construir a Unasul e a CELAC como prioridades regionais (Karg-Lewit, 2015). Mais tarde, o país se uniria ao bloco dos BRICS e projetos como o Banco do Sul perderam a prioridade para o Banco de Desenvolvimento Novo (NDB) do BRICS, mais forte e liderado pela China. Com a ascensão dos BRICS, o projeto regionalista foi superado por um globalista nas prioridades do governo.

Durante o período 2006-2010, o período derrotista pós-ALCA levou as organizações a se voltarem novamente para o Estado, exigindo de uma variedade de governos progressistas a abertura de canais de participação social nas políticas de integração regional, a fim de debater um projeto além comércio livre. De fato, alguns espaços oficiais de participação foram criados, como a Cúpula Social do Mercosul; as Reuniões Especializadas do Mercosul; o Conselho dos Povos Indígenas da Comunidade Andina; o Conselho de Movimentos Sociais da ALBA-TCP; O governo brasileiro social e participativo do Mercosul; e o Conselho Consultivo da Sociedade Civil da Argentina.

No entanto, setores dentro do espaço dos movimentos sociais têm uma avaliação crítica dessas experiências, pois, em muitos casos, a participação não produziu resultados concretos em termos de políticas públicas. Muitos deles preferem participar de cúpulas de povos paralelos do que em esquemas oficiais de participação social. Além disso, a quantidade de recursos que as organizações tinham para investir era enorme em comparação com os resultados obtidos e no nível político havia muita divergência sobre os significados dos canais oficiais de participação, pois as organizações estavam preocupadas com as possibilidades de serem cooptadas, legitimando políticas e políticas estatais indesejáveis, mantendo a autonomia relativa do espaço dos movimentos sociais (Berrón, 2013: 81; 83).

Um importante setor dos movimentos sociais reunidos na Cúpula dos Povos, de fato, não empreendeu o caminho oficial de participação e decidiu criar, em 2007, um espaço autônomo chamado ALBA Movimentos Sociais (não confundir com o Conselho de Movimentos Sociais da ALBA) reunindo não apenas movimentos sociais e sindicatos dos países da ALBA, mas também importantes países não-membros, como o Brasil e a Argentina. No Brasil, apesar de formalmente se unir, sindicatos e movimentos sociais

fecharam o Partido dos Trabalhadores não se engajaram ativamente na rede de Movimentos da ALBA, sendo o MST e o MAB afetado pela barragem, junto com o Jubileu Sul, os mais ativos.

Fraturas dentro das forças esquerdistas ocorreram em muitos dos vários governos progressistas e muitas vezes tiveram como causa comum escolhas feitas para construir alianças com setores de direita ou negócios que seriam inimagináveis durante o período de acumulação política da década de 1990. Conciliação em vez de confronto foi a estratégia escolhida pela maioria das administrações progressistas, particularmente no Brasil, onde o governo do Partido dos Trabalhadores dependia de uma ampla aliança fisiológica com partidos de centro-direita (Carvalho, 2018) e “não representava uma ruptura do econômico”. Pelo contrário, a principal estratégia era manter a estabilidade e a confiança das forças do mercado nacional e das instituições internacionais “(Jakobsen-Barbosa, 2008: 137).

Apesar das especificidades do caso brasileiro, devido a um conjunto diferente de motivos semelhantes em cada país, a mobilização e a contenção social observadas nos anos 90 e início de 2000 diminuíram ao longo dos anos. Entre eles, o desapontamento com as políticas contraditórias dos governos progressistas; decepção com o potencial transformador do próprio projeto de integração regional; os sindicatos e a falta de poder dos próprios movimentos sociais para pressionar por mudanças (Berrón, 2013: 86). A crise financeira de 2008 também teve seu impacto nos países da América Latina, especialmente a partir de 2010, desacelerando o crescimento econômico, pressionando as classes médias e ameaçando os processos redistributivos de riqueza em curso.

O contexto no qual a Jornada surge e se desdobra é, portanto, totalmente diferente do da Campanha anti-ALCA. Do lado do comércio, uma das principais diferenças é que, no momento, não há uma ameaça comum e unificadora, como as negociações da ALCA (especialmente a mobilização, já que estava sendo proposta pelo impopular governo de George W. Bush) ou mesmo a OMC. Em vez disso, as estratégias dos governos do norte mudaram depois do colapso da ALCA e do impasse na Rodada de Doha da OMC, em direção à assinatura de BITs e depois a diferentes acordos plurilaterais envolvendo um grupo selecionado de países, como TPP, TISA, TTIP, CETA, Mercosul- UE, UE-JPN e outros. A construção da Aliança do Pacífico pelo México, Peru, Chile e Colômbia teve o efeito colateral de separar definitivamente esses países do projeto do Mercosul de englobar todos os países sul-americanos.

10 anos depois de Mar del Plata, velhos desafios e um novo cenário político (2015 em diante)

Apenas dez anos separam a cúpula de Mar del Plata e a ALCA derrotam a decisão de lançar um ciclo renovado de mobilização e contenção progressistas, expressas pela

Jornada. No entanto, em 2015, um contexto histórico e político totalmente diferente estava tomando forma. A velocidade de mudança na região tem sido rápida, desde a derrota dos governos neoliberais e da ALCA em 2005, até a derrota de vários governos progressistas desde 2015. A jornada não nasce em oposição a qualquer acordo de mega-comércio em particular sendo empurrado pelos EUA, mas, em vez disso, evoluiu em oposição à ascensão de direita, ao retorno neoliberal, bem como a várias formas de violações do regime democrático e dos direitos humanos na região (Monedero, 2017; Solano, 2016).

A mudança à direita foi prevista pelos movimentos da região antes mesmo de estar plenamente desenvolvida: “se os ventos políticos da região mudarem (...) haverá um retorno à dinâmica do confronto político, que provavelmente incluirá a organização de ações sobre algumas dessas questões: contra o “extrativismo”, a integração do capital [livre comércio] e grandes projetos de infraestrutura e em defesa do meio ambiente” (Berrón, 2013: 86).

Sejam democraticamente eleitos ou não, os governos de direita recentes são politicamente conservadores e, ao mesmo tempo, economicamente neoliberais, dispostos a aprofundar as “vantagens comparativas” negativas da região: as exportações agro-minerais de baixo valor agregado. Houve um abandono de projetos nacionais de industrialização minimamente soberanos em favor da inserção subalterna no comércio internacional e no sistema financeiro. Mesmo órgãos políticos regionais fundados durante o período progressivo das administrações, como a Unasul, foram atingidos com a recente retirada do Brasil, Argentina, Paraguai, Peru e Colômbia, agora conservadores, da organização.

Em resposta ao cenário político em rápida mutação, em novembro de 2015, muitos dos movimentos sociais e sindicatos mais importantes da América Latina se reuniram novamente na cidade simbólica de Havana, nos “10 anos de derrota do Encontro Hemisférico da Alca”, ambos para celebrar o aniversário e planejar novas estratégias. Do ponto de vista dos sindicatos, a reunião de Havana consolidaria um processo de médio prazo de estabelecer diálogo e confiança mútua com os movimentos sociais iniciados em 2012, na preparação para a cúpula social da Rio + 20 e durante 2013-2014, na tomada de decisões, na Plataforma Laboral das Américas (PLADA).

A PLADA é um documento consensual de sindicatos nas Américas, escrito em colaboração com movimentos sociais para abordar coletivamente questões não tradicionais de sindicatos, como mudança climática, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e migração. A PLADA afirma claramente a necessidade de reformar os sindicatos para inventar um sindicalismo “sócio-político” na região, no qual os sindicatos não estão preocupados apenas com salários e empregos, mas atuando em aliança com outros movimentos sociais para mudanças transformadoras mais profundas (Anigstein, 2016).

Os objetivos declarados da reunião de Havana em 2015 foram “celebrar a derrota da ALCA; avaliar o período de dez anos e identificar as metas atuais da contraofensiva imperialista; rediscutir estratégias de ação coordenada que permitam fortalecer a mobilização, as lutas e a capacidade de lobby; e gerar um espaço para a reconstrução da solidariedade internacional na região” (Báez-Freire, 2017: 8). A luta contra o livre comércio e as corporações transnacionais, o aprofundamento dos processos democráticos soberanos e a integração regional foram as questões centrais levantadas.

Seguindo o Consenso de Havana, questões como a democracia; integração regional; O neoliberalismo e os acordos de livre comércio têm sido o foco principal da Jornada até o momento, na tentativa de reunir forças dispersas, retomar diálogos e alcançar causas convergentes para a luta (Báez-Freire, 2017). Os atores sociais que estiveram envolvidos na construção da Jornada durante o ano de 2016 não foram muito diferentes dos tempos anti-ALCA: a Confederação Sindical das Américas (CSA, antiga ORIT), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Fogos do Terra América Latina (ATALC), CLOC1/Via Campesina e Jubileu Sul. Recém-chegados como a Secretaria de Movimentos da ALBA, a Public Services International (PSI), a Coordenação de Sindicatos de Nuestra América (ESNA) e a Campanha de Desmantelar o Poder Corporativo se uniram.

Em novembro de 2017, no Uruguai, o Encontro Continental de Montevidéu pela Democracia e Contra o Neoliberalismo teve como objetivo ampliar o apelo político para que congressistas, representantes de partidos políticos e outros setores ainda não representados pudessem se deslocar ao espaço da Jornada. de alcançar bases comuns para um plano de ação, mobilização e luta que seja uma ferramenta para combater a ofensiva antidemocrática e conservadora na região (Báez-Freire, 2017: 17).

Do ponto de vista das estratégias, os papéis, a amplitude e diversidade dos atores, a Campanha e a Jornada diferem. A Campanha – envolvendo a dimensão dentro-fora e a oposição a um mega-acordo – reuniu e do mesmo lado organizações e movimentos que de outra forma não se encontrariam nos mesmos espaços políticos. A Jornada – porque não tem a dimensão especificamente técnica de oposição a uma negociação em andamento e porque tem uma meta difusa - reúne principalmente atores sociais do tipo movimento social (incluindo o movimento sindical) e não conta com o envolvimento de organizações (geralmente ONGs, como a Public Citizen, nos EUA) que fazem o trabalho mais técnico de monitoramento dentro das negociações. (Montevidéu não vinculado à OMC em Buenos Aires).

Como vimos, uma das principais diferenças da Campanha à Jornada é que o último perde um alvo político comum (ALCA; OMC; GW Bush) que “naturalmente” reúne uma grande variedade de forças sociais que de outra forma seriam fragmentadas e dispersas. O contexto plurilateral mundial sob o governo Obama não “aumentou”, mas, ainda assim, favoreceu a mobilização em torno de novos mega-acordos liberalizadores.

A temida era do plurilateralismo comercial não terminou, embora a ascensão de Trump ao poder e sua administração protecionista tenham posto em conflito processos importantes como o TPP, o TTIP e o TISA (Sanahuja-Comini, 2018). O atual contexto protecionista e nacionalista de Trump dificulta ainda mais a identificação de um inimigo-alvo comum que se mobiliza bastante em torno do espectro das forças sociais.

No entanto, como os documentos e debates da Jornada indicam, as ações em torno do crescente poder corporativo transnacional (George, 2015; Gleckman, 2016) podem funcionar como um alvo unificador para futuras ações coletivas, pois tem fortes conexões com a falta de democracia e oposição ao neoliberalismo na economia política global (Rodrik, 2011). Uma estratégia comum clara ainda está em construção, já que lutar contra o poder corporativo nas cadeias de valor globais é uma tarefa muito mais complexa do que se opor a um agronegócio comercial (Barreto, 2016).

A Jornada não está isenta do risco de repetir o método parcialmente mal sucedido do Fórum Social Mundial (FSM) de não apontar para ações concretas, alvos concretos que unificam e reforçam mutuamente as lutas. As organizações da Jornada retratam a “necessidade de reiniciar a coordenação social para construir um novo ator social transformador englobando uma diversidade de expressões, visões e sentimentos, diferentes formas de organização e entendimentos sobre política e vida individual” (Báez-Freire, 2017: 14).

Referências

- AGUITON, Christophe. *Le monde nous appartient - Porto Alegre, Florence, Evian: les acteurs d'une autre mondialisation*. Éd. Plon, Paris, 2001.
- ANIGSTEIN, Cecilia. Por un sindicalismo sociopolítico - la Plataforma de la Confederación Sindical de las Américas. In: *Nueva Sociedad*, nº 264, Buenos Aires, 2016.
- ASC. Alianza Social Continental. Integración en América Latina - apuntes para debatir la integración de los pueblos. In: *Cuadernos de Formación* nº 3, Ed. ASC-Jubileo Sur-Rebrip. São Paulo, 2006.
- ASC. Alianza Social Continental. *Los Pueblos de las Américas contra el ALCA*. Ed. ASC y Campaña Continental Contra el ALCA. São Paulo, 2003.
- AZZI, Diego. *Sujeitos e Utopias nos movimentos antiglobalização*. Hucitec Editora, São Paulo, 2011.
- BÁEZ, Victor; FREIRE, Rafael. Una apuesta para retomar la iniciativa popular articulada en las Américas: la Jornada Continental por la Democracia y contra el Neoliberalismo. In: *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, octubre 2017.

- BARRETO, Viviana. Tratados comerciales: un reto para el sindicalismo. In: *Nueva Sociedad*, nº 264, Buenos Aires, 2016.
- BERRÓN, Gonzalo. Identidades e estratégias sociais na arena transnacional: o caso do movimento social contra o livre comércio nas Américas. *Tese de Doutorado*, USP, 2008.
- _____. Assessing social participation in integration processes in South America after a decade of progressive governments. In: *Rethinking Regionalisms in Times of Crisis*. Berron; Oliveti, Rodríguez (orgs.). Transnational Institute (TNI)/Equit, Rio de Janeiro, 2013.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento econômico na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CARVALHO, Laura. Lula en el cárcel - un fracaso de la conciliación? In: *Nueva Sociedad*, nº 275, Buenos Aires, 2018.
- CHANG, Ha-Joon. *Kicking away the ladder: development strategy in historical perspective*. Anthem Press, London, 2002.
- CONTINENTAL JOURNEY. Declaración Final del Encuentro Continental por la Democracia y Contra el Neoliberalismo. Retrieved from: <https://seguimosenlucha.wordpress.com/2017/11/19/declaracion-final-encuentro-continental-por-la-democracia-y-contra-el-neoliberalismo/>. Montevideo, November 2017.
- CSIP. *Memoria - Cumbre Social por la Integración de los Pueblos 2006*. Cochabamba, 2007.
- DI GIOVANNI, Julia. *Artes do impossível - protesto de rua no movimento antiglobalização*. Ed. Annablume/Fapesp, São Paulo, 2012.
- FILLIEULE, Olivier. Tombeau pour Charles Tilly: répertoires, performances et stratégies d'action. In: *Penser les mouvements sociaux: conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines*. Éditions La Découverte, Paris, 2010.
- FISHER, William; PONNIAH, Thomas. *Another World is Possible - popular alternatives to globalization at the World Social Forum*. Zed Books, London, 2003.
- GEORGE, Susan. *Shadow Sovereigns: how global corporations are seizing power*. Polity Press, Cambridge, 2015.
- GLECKMAN, Harris. Multi-Stakeholder governance: a corporate push for a new form of global governance. In: *State of Power 2016*. Transnational Institute (TNI), Amsterdam, 2016.
- JAKOBSEN, Kjeld. *Comércio internacional e desenvolvimento*. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005.

- JAKOBSEN, Kjeld; BARBOSA, Alexandre. Neoliberal policies, labour market restructuring and social exclusion: Brazil's working-class response. In: BIELER, Andreas *et. alli.* *Labour and the Challenges of Globalization - what prospects for international solidarity?* Pluto Press, 2008.
- KARG, Juan; LEWIT, Agustín. *Del no al ALCA a la Unasur*. Ediciones del CCC, Buenos Aires, 2015
- KECK, Margareth; SIKKINK, Kathryn. *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Cornell University Press, New York, 1998.
- MATHIEU, Lilian. *L'espace des mouvements sociaux*. Éditions du Croquant, Paris, 2012.
- MELLO, Fátima. Desafíos de un Foro Social Mundial debilitado. In: *Nueva Sociedad*, n° 271, Buenos Aires, 2017.
- MONEDERO, Juan Carlos. *La democracia agredida - populismo, posdemocracia y neoliberalismo*. In: *Nueva Sociedad*, n° 267, Buenos Aires, 2017.
- ORIT. *Estrategia y Acción Sindical en las Américas ante la OMC y los TLCs*. Organización Regional Interamericana de Trabajadores/Our World Is Not For Sale Network. São Paulo, 2007.
- _____. *Grupo de Trabajo sobre Integración Hemisférica (GTIH) - historia y actualidad (1996-2007)*. São Paulo, 2007a.
- _____. *Integración, libre comercio y la acción sindical en América Latina y Caribe*. São Paulo, 2006.
- RODRIK, Dani. *The Globalization Paradox: why global markets, States and democracy can't coexist*. Oxford University Press, 2011.
- RYOKI, André; ORTELLADO, Pablo. *Estamos Vencendo! Resistência global no Brasil*. Conrad Editora, São Paulo, 2004.
- SADER, Emir. *ALCA: integração soberana ou subordinada?* Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2001.
- SANAHUJA, José; COMINI, Nicolás. Las nuevas derechas latinoamericanas frente a una globalización en crisis. In: *Nueva Sociedad*, n° 275, Buenos Aires, 2018.
- SCHMALZ, Stefan. Los recursos de poder para la transformación sindical. In: *Nueva Sociedad*, Special Issue *Unions in Transformation*, Buenos Aires, 2017.
- SEOANE, José (org.). *Movimientos Sociales y Conflicto en América Latina*. CLACSO, Buenos Aires, 2003.

- SEOANE, José; Taddei, Emilio (orgs.). *Resistencias Mundiales - de Seattle a Porto Alegre*. CLACSO, Buenos Aires, 2001.
- SIMÉANT, Johanna. La transnationalisation de la action collective. In: O. Fillieule et alli. *Penser les mouvements sociaux: conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines*. Éditions La Découverte, Paris, 2010.
- SOLANO, Esther. Brasil: la caída del PT y el acenso conservador. In: *Nueva Sociedad*, nº 266, Buenos Aires, 2016.
- TARROW, Sidney. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge Studies in Comparative Politics, Cambridge University Press, 1998.
- VIGEVANI, Tullo; MARIANO, Marcelo. *ALCA: o gigante e os anões*. Ed. Senac SP, 2001.
- VON BÜLOW, Marisa. *A batalha do livre comércio - a construção de redes transnacionais da sociedade civil nas Américas*. Ed. Unesp, São Paulo, 2014.
- WANSETTO, Rosilene. 10 anos de luta e resistência. In: *ALCA dez anos - fracasso e novas negociações*. CODAS, Gustavo et. alli (orgs.). Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2015.

O movimento sindical na conjuntura de crise: uma comparação Brasil-Argentina no período 2015-2018

Thamires Silva*
Adriana Marcolino**

Introdução

Este artigo propõe uma análise comparativa sobre o sindicalismo do Brasil e da Argentina diante do longo período de crise econômica que assolou a região da América Latina após eclodir, em 2007-2008, no centro do capitalismo ocidental europeu e norte-americano. Naquele período, as presidências da República de ambos os países – com Lula da Silva e Dilma Rousseff pelo Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003 e 2016; e Néstor e Cristina Kirchner pelo Partido Justicialista (PJ), entre 2003 e 2015 – já tinham assumido o projeto *neodesenvolvimentista* para impulsionar o crescimento econômico a partir de algumas diretrizes que, na prática, favoreceram as classes populares.

Os frutos dessa política econômica, tão logo pudessem consolidar a composição social de um governo *policlassista*, abrangendo blocos diversificados de poder com atendimento das exigências do empresariado, mas também disponível para as demandas da população menos favorecida (Boito Jr., 2016; Dobrusin; Cato, 2018), pressionaram a estrutura social até o seu esgarçamento. O caráter progressista dos governos petistas e kirchneristas se deveu a uma série de medidas que assinalaram mudanças importantes do ponto de vista dos avanços socioeconômicos, dentre elas: o aumento do nível do emprego formal; ampliação da seguridade social; investimentos em políticas públicas; aumento dos rendimentos provenientes do trabalho; e valorização real dos salários mínimos. Ademais, melhoras significativas foram vislumbradas no acesso à educação, o que alavancou o tempo médio de estudos da população (Olesker, 2016, p. 66).

Coube ao Estado, estabelecer as condições necessárias para que houvesse fortalecimento das políticas públicas por meio de articulações que perpassaram variadas instituições, incluindo as entidades sindicais. Nesse ponto, a performance do sindicalismo resultou em negociações coletivas com ampliação de cláusulas de proteção ao trabalho, melhorando as condições gerais de vida para os/as trabalhadores/as, em que pesem os impactos da flexibilização nas relações trabalhistas também observados nesse período.

* Doutoranda do PPGS/USP, Docente da Escola Dieese de Ciências do Trabalho. E-mail: thamirescristina@usp.br

** Mestranda do PPGS/USP, Socióloga no DIEESE. E-mail: adrimarcolino@usp.br

O movimento sindical na conjuntura de crise:
uma comparação Brasil-Argentina no período 2015-2018

Com a curvatura da crise econômica mundial, o panorama desenvolvimentista dos países latino-americanos foi substituído por um retrocesso social de grandes proporções. A contração econômica na região passou a ser observada a partir de 2015. No ano seguinte, os seus efeitos foram mais sentidos pelo mercado de trabalho, com o aumento da desocupação; da informalidade; do trabalho por conta própria; a redução da massa de assalariados e dos rendimentos; além do rebaixamento da qualidade do emprego (Oit, 2016, p. 13).

O esgotamento das políticas econômicas e sociais dos governos ditos de esquerda, não só interrompeu o ciclo de investimentos nas políticas públicas de bem-estar, como também representou o fim das gestões progressistas cujo marco foram as eleições de 2015 na Argentina, que elegeu o presidente Mauricio Macri pelo partido Proposta Republicana (PRO), e a frente parlamentar pelo impeachment que permitiu Michel Temer assumir a presidência do Brasil em 2016¹.

A crise que se abateu em ambos os países reiterou o movimento circular de reformas já implementadas em outras partes do mundo. No Brasil, a reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e a terceirização irrestrita (Lei nº 13.429/2017) tiveram caráter estrutural, alterando a matriz do direito do trabalho (individual e coletivo). Soma-se a essas medidas, a reforma fiscal (Emenda Constitucional nº 95/2016), que unida ao projeto de reforma da seguridade social, rebaixará definitivamente o estatuto de cidadania dos (as) brasileiros (as). Já na Argentina, foi aprovada a reforma da previdência e buscou-se a aprovação da reforma trabalhista (inspirada na experiência brasileira) pelos congressistas, mas sem o sucesso esperado (Biavaschi; Teixeira, 2018); dentre outras políticas de caráter recessivo que afetaram a população argentina.

Esse cenário criou tensões advindas do posicionamento crítico de diferentes setores da sociedade, incluindo movimentos sociais, partidos políticos, entidades de classe e sindicatos em geral. Entretanto, o momento ainda é desfavorável aos trabalhadores e sua luta, de sorte que, o Brasil e a Argentina vêm se constituindo na esteira dos países latino-americanos que minguaram as expectativas sociopolíticas e econômicas de redução das disparidades sociais. Em relação à atividade sindical, o cenário desenvolvimentista de cooperação entre os sindicatos e seus respectivos governos foi desarticulado a partir de 2015 (Cardoso; Gindin, 2016; Gonzalez; D'Uuso, 2018).

Com o objetivo de apreender os efeitos desse contexto sobre a organização sindical, buscou-se mapear as principais iniciativas de enfrentamento das políticas contracionistas em ambos os países, observando a dificuldade de ressonância da pauta sindical para mobilizar a sua base de trabalhadores. Para isso, lançou-se mão de pesquisas empíricas

1. A prisão do ex-presidente Lula, em abril de 2018, retrata o ambiente antidemocrático instaurado pela Justiça, com apoio de setores conservadores da sociedade, que ameaça o conjunto de instituições democráticas brasileiras.

sobre a atividade sindical relativa aos países selecionados, e de dados sistematizados sobre as greves nacionais deflagradas pelo movimento sindical brasileiro entre 2015 e 2018, as quais evidenciaram diferentes graus de adesão e rápida desmobilização em meio a reforma trabalhista e outras graves ameaças aos direitos constituídos.

Nessa direção, o sindicalismo, por um lado, sofreu um retrocesso perante a desestruturação das economias nacionais, entretanto, por outro, a posição que atualmente ocupa na sociedade leva a crer que se trata de uma “transição” na qual compreende uma combinação de “recursos de poder” (Fairbrother, 2015) que operam simultaneamente sobre as escolhas estratégicas dos atores. Como aspecto fundamental desse processo, a questão da representatividade e organização dos trabalhadores é acentuada, pois o alto grau de desgaste no qual a instituição sindical está exposta implica no seu descrédito perante a sociedade.

O artigo foi dividido em três partes, além desta introdução e as considerações finais. Na primeira parte, apresentam-se alguns fatores explicativos da crise que assolou a América Latina e como o sindicalismo da Argentina e do Brasil organizou sua base para reagir às medidas impostas pelos novos governos que levaram ao reposicionamento das entidades sindicais diante do recuo das políticas societárias. Na segunda parte, é feita uma discussão sobre a atividade sindical nos respectivos contextos nacionais, considerando as greves em âmbito nacional no Brasil e as reações populares que acentuaram a animosidade da população argentina. Na última parte, apresenta-se uma leitura sobre os dois casos, ponderando as capacidades de mobilização de recursos das entidades sindicais, acentuando os rumos da luta popular perante a desestruturação das relações de trabalho e o desgaste político sofridos nessa conjuntura de crise.

Sindicalismo e crise econômica na América Latina

Os governos que configuraram a América Latina ao longo de quase duas décadas trouxeram para esta parte do mundo uma perspectiva balizadora de desenvolvimento inclusivo. A tipificação “progressista” ou de “esquerda” foi utilizada para demarcar as políticas econômicas implementadas com o auxílio de personalidades que assumiram os postos de comando das presidências da república, guardadas as devidas características de cada experiência que acentuou métodos diferenciados de lidar com os desafios do termômetro social, entre a pressão das camadas dominantes e as demandas populares.

Nesse aspecto, o balanço feito por Steven Levitsky e Kenneth Roberts (2011) sobre a trajetória sociopolítica e econômica dos países latino-americanos que elegeram programas partidários inclinados para a redução das iniquidades, observou que, embora esse período tenha se traduzido em formas criativas de política econômica que contrastaram com o modelo neoliberal ortodoxo, a ruptura “socialista” não ocorreu. Ambos avaliaram que o quadro de bem-estar foi delineado a partir de um “liberalismo social”, o qual sintetizou “esforços para reconciliar liberalismo de mercado com cidadania social” (Levitsky; Roberts, 2011, p. 403 - tradução livre).

A ascensão dos partidos de esquerda ou de centro-esquerda em países como Brasil, Chile e Uruguai ocorreu dentro de um estado de normalidade tanto das instituições fortalecidas no ambiente democrático quanto das oportunidades que surgiram com a valorização das commodities. Esse ambiente disciplinou a disputa entre partidos de bandeiras distintas, somando-se ao espectro institucional sindicatos e demais movimentos sociais que também passaram a negociar seus interesses em um processo de adaptação às regras do jogo da democracia liberal orientada para a economia de mercado (Levitsky; Roberts, 2011, p. 407).

Em contrapartida, as evidências do retorno social dos governos de esquerda foram percebidas, sobretudo, no mercado de trabalho, com crescimento das taxas de participação laboral; aumento das contribuições da seguridade em razão da formalização; acesso às políticas públicas de bem-estar; avanço do rendimento médio; e valorização do salário mínimo (Olesker, 2016, p. 65). Dessa perspectiva, como afirma Daniel Olesker, as mudanças que favoreceram as classes trabalhadoras são um atributo do ambiente democrático e de crescimento econômico, mas também da vontade política que orientou projetos sociais amparados pelo Estado. O papel das instituições de promoção das políticas públicas teve efeito regulador sobre a economia e sobre as relações de trabalho, destacando-se o sindicalismo que estabeleceu “uma nova correlação de forças entre o capital e o trabalho, muito distinta da que prevaleceu durante os anos 90 e, na maior parte dos países, amparada na mudança de concepção do Estado” (Olesker 2016, p. 66 – tradução livre).

Na avaliação de Julio Gambina e Germán Pinazo (2014), enquanto os países de centro foram sistematicamente abalados com a crise econômica mundial, os governos das nações emergentes da América Latina enxergaram na conjuntura recessiva uma oportunidade de alavancar o crescimento por intermédio das medidas anticíclicas (O Brasil e a Argentina, por exemplo, mantiveram suas taxas de crescimento apoiadas nos preços das exportações, controle inflacionário e equilíbrio fiscal).

Nessa linha, os autores argumentam que a convivência entre frações distintas das classes sociais ocorreu à custa de exploração dos recursos naturais da terra, como a mineração e outras atividades que geram degradação ambiental, e do barateamento da mão de obra existente nos países periféricos. Ou seja, a competição espúria se fez presente durante os governos progressistas. Embora o período de crescimento econômico tenha sido uma oportunidade para os governos *neodesenvolvimentistas* do Brasil e da Argentina, que permitiu a aplicação de políticas que atendiam interesses bastante distintos, demandados pelos grupos heterogêneos que formaram as coalizões políticas que os levaram ao poder: se por um lado as políticas sociais e ganhos salariais foram possíveis, por outro, demandas de setores empresariais também foram atendidas, como por exemplo, temas relativos a desonerações fiscais e revisão de legislações trabalhistas (Boito Jr., 2016). Essa forma de governar para amplos espectros de

classe na política nacional não se deu sem atritos, posto que os grupos que compunham as frentes amplas tinham interesses distintos e, muitas vezes, antagônicos.

Como observa a literatura, a condição de colonizado dos países latino americanos acarretou numerosas experiências sobre como lidar com momentos de crise, mas também sobre como mediar conflitos para sustentar bases políticas de apoio, nos casos do PT e do PJ. Assim, a saída dos governos de esquerda do poder é uma das consequências do panorama cindido pelos conflitos ideológicos remodelados na crise econômica que reverberou para outras dimensões da vida social, abalando fortemente os regimes democráticos do continente (Roth; Manke, 2018).

Em termos econômicos, após 2012, os preços das commodities iniciaram uma trajetória de queda, que se acelerou a partir de 2014. Inicialmente a disponibilidade de capital permaneceu alta, em um contexto no qual as taxas de juros dos países centrais ainda estavam próximas de zero, o que tornava países como os da América Latina, que praticavam taxas de juros mais altas, bastante atraentes. No final de 2017, o fluxo de capitais privados permanecia estável e a América Latina continuava sendo financiada pelos mercados financeiros internacionais, no entanto a queda nos preços das commodities gerou desequilíbrios na balança comercial e na geração de riqueza em diversos países da região (Actis, 2017).

O fim do período de “duplo boom” (alta do preço das commodities e dos investimentos privados estrangeiros, concomitantemente) teve impacto negativo no crescimento econômico da região, mas não afetou os países igualmente. Os países com maior dependência econômica dos recursos naturais exportáveis como Brasil e Argentina, sofreram mais com esse novo cenário (Actis, 2017).

Com a vitória de Mauricio Macri em 2015, resultante da aliança “Cambiamos” de partidos de centro-direita, a Argentina adotou o retorno aos mercados internacionais, mas já não dispunha dos ganhos mais volumosos das *commodities* e nesse cenário, a dívida externa aumentou rapidamente. Em menos de dois anos, o país endividou-se em mais de US\$ 80 bilhões. O PIB argentino caiu -1,8% em 2016, -2,5% em 2018 e a projeção é de nova queda em 2019.

No caso do Brasil, com o fim do “duplo boom”, a econômica nacional entrou em um processo de desaceleração. Na tentativa de conter esse processo e de retomar os níveis de investimentos, incentivar a indústria e acelerar o crescimento dos empregos, o governo Dilma implementou diversas medidas, como injeção de recursos para o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), desoneração para setores produtivos e redução dos custos bancários (MDIC, 2011; DIEESE 2012). Essas medidas, além de não promoverem uma nova onda de crescimento, criaram mais fissuras na base de apoio do governo (tanto entre os trabalhadores quanto entre os empresários) e uma debilidade do ponto de vista fiscal.

O movimento sindical na conjuntura de crise:
uma comparação Brasil-Argentina no período 2015-2018

Mesmo com esses desequilíbrios econômicos e políticos, Dilma foi eleita para um segundo mandato. No entanto, a debilidade fiscal e a tentativa de implementar uma agenda de austeridade fiscal em 2015, o primeiro ano de seu segundo mandato, não resolveu os problemas políticos, aprofundou a crise econômica e piorou as condições materiais de vida da população, reduzindo o apoio ao governo mesmo entre os trabalhadores. Esse processo culminou com a saída antecipada de Dilma Rousseff em 2016. O governo que assumiu o país aprofundou as políticas de austeridade fiscal e jogou o país em uma grave recessão (-3,6% em 2015 e -3,4% em 2016), a contração mais severa entre as principais economias do mundo.

A conjuntura de crise interrompeu o ciclo de desenvolvimento dos países latino-americanos, observado principalmente pela deterioração dos indicadores do mercado de trabalho. De acordo com os dados da Organização Internacional do Trabalho (Oit, 2016), o desempenho do mercado de trabalho, a partir de 2015, foi desalentador para boa parte da população latino-americana. O desemprego afetou 25 milhões de pessoas na região. A informalidade acolheu 134 milhões de trabalhadores ocupando postos precários e sem garantias sociais. As tendências observadas se acentuam nos grupos específicos de jovens e mulheres, que sofrem mais com a impermanência no emprego.

No “menu” dos novos governos de direita, velhas receitas já aplicadas nesses países: desregulamentação econômica, abertura comercial, flexibilização trabalhista e privatizações “destinadas” a atrair investidores estrangeiros. Junto à ortodoxia neoliberal se fortaleceu uma postura anti-sindical dos governos conservadores, com forte repressão aos protestos de rua e movimentos populares, criando uma atmosfera de criminalização do sindicalismo, partidos políticos de esquerda e de suas lideranças. Além de não mais usufruir dos espaços de concertação, os sindicatos passaram a enfrentar duros ataques com reformas articuladas pelo parlamento para reestruturar as relações de trabalho e a seguridade social.

Tais circunstâncias implicaram, consequentemente, na quebra de mediações constituídas entre os sindicatos com estrutura de poder estatal. A relação dos partidos progressistas do Brasil (PT) e da Argentina (PJ) e de suas políticas social-desenvolvimentistas com os sindicatos e demais movimentos populares levou a um reposicionamento dos atores sociais diante do recuo das políticas de bem-estar social. No Brasil, o protagonismo das centrais sindicais no governo petista, especialmente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), foi baseado nas articulações institucionais que permitiram estabelecer um diálogo propositivo em torno das questões do mundo do trabalho e das políticas públicas durante os governos do PT. Já na Argentina, não houve uma adesão massiva das entidades sindicais ao kirchnerismo, o que preservou maior independência principalmente para amplificar discordâncias na condução das políticas governamentais em momentos de recuos táticos (Cardoso; Gindin, 2016).

Acerca das conclusões dos autores, cabe reproduzir um trecho interessante do ponto de vista da ação sindical que diz: “O sindicalismo não transformou em prestígio político os momentos de maior adesão social aos governos do PT e do kirchnerismo, e não é uma instituição popular nos dois países” (Cardoso; Gindin, 2016, p. 24).

Esse diagnóstico contraria a percepção de um sindicalismo revigorado, que tenha transformado a oportunidade de governabilidade dos governos progressistas em melhores resultados de representatividade e, também, de reconhecimento na sociedade. Certamente, não podemos deixar de notar, de um modo geral, as duras consequências para a ação sindical de um mercado de trabalho desregulado e de certo distanciamento das formas de organização política percebido na sociedade da acumulação flexível. Nos anos mais recentes, esse dado ficou mais nítido diante das respostas elaboradas pelo movimento sindical para enfrentar a crise econômica em meio ao refluxo dos governos neodesenvolvimentistas.

Atividade sindical nos respectivos contextos nacionais (2015-2018)

– Sindicalismo no Brasil (greves nacionais)

Ao todo, de 2015 a 2018, foram realizadas 9 mobilizações definidas como Paralisações ou Greves nacionais pelo movimento sindical brasileiro, ainda que com diferentes graus de adesão². As paralisações são definidas pelo movimento sindical como aquelas em que se atrasa a entrada ou aquelas em que se para por algumas horas do dia, enquanto as greves nacionais são um chamado para a paralisação de um dia completo de trabalho³.

As mobilizações de 2015 tiveram como foco críticas ao governo Dilma devido a opção pelo programa de austeridade fiscal, questionando principalmente as Medidas Provisórias 664/2014 e 665/2014, que alteravam as regras de acesso ao abono salarial, aos benefícios previdenciários e ao seguro desemprego, reduzindo a abrangência dessas políticas, além do combate à terceirização, que esteve presente em praticamente todas as pautas do movimento sindical no último período. Nesse momento, considerando o quadro já em curso de polarização política e de questionamento da eleição em 2014, os atos dos quais o movimento sindical participou, também tinham como bandeira a defesa da democracia.

Em 2016 foram chamadas uma paralisação e uma greve nacional. Nesse ano a principal pauta dos atos e mobilizações foi à defesa da democracia, marcadamente no primeiro semestre, período em que se desenrolou o processo de *impeachment* sem crime de responsabilidade contra Dilma Rousseff. No segundo semestre, soma-se a

2. Site consultado: www.cut.org.br.

3. Apesar do debate interno entre as diferentes centrais sindicais, em alguns momentos, sobre a proposta de realizar uma greve geral com uma quantidade de dias superior, nesse período, todas as greves nacionais foram de 1 dia.

O movimento sindical na conjuntura de crise:
uma comparação Brasil-Argentina no período 2015-2018

essa pauta a defesa do Estado, das estatais e das políticas públicas, contra a proposta de congelamento do orçamento da União por 20 anos e de pautas de advertência em relação à reforma da previdência e a reforma trabalhista que já estavam sendo esboçadas pelo governo.

O ano de 2017 foi marcado pelas mobilizações contra a reforma da previdência e trabalhista. Os atos dos primeiros meses do ano aglutinaram milhares de pessoas pelo Brasil, e culminou com a Greve Geral em 28 de abril. Nesse período, o governo Temer havia definido como estratégia votar primeiro a Reforma da Previdência. No entanto, os benefícios previdenciários têm grande apelo junto à população, e a resposta às mobilizações foi bastante positiva. Nesse momento da greve de abril é importante destacar também que: todas as centrais sindicais tinham uma postura firme contra a proposta; a desconstrução dos motivos apresentados pelo governo para a realização da proposta de reforma, realizadas por diversas entidades de pesquisa, academia, e movimentos sociais teve bastante repercussão junto à população; as principais *data-base* de negociação coletiva no primeiro semestre são no mês de maio, e muitas categorias importantes estavam mobilizadas no mês de abril.

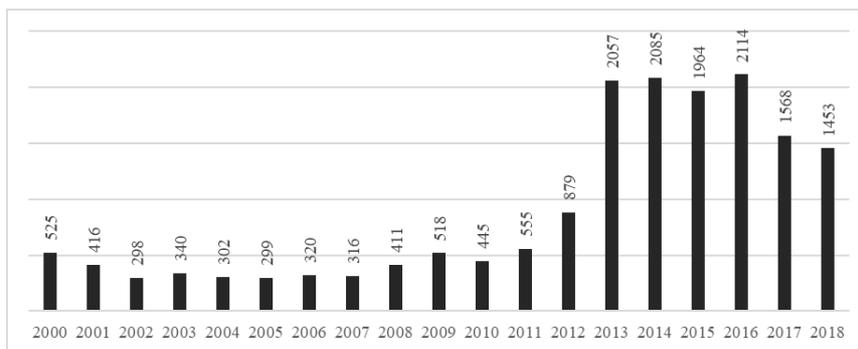
Mas em maio esse cenário de agitação tem uma desmobilização, e em junho, já tendo como pauta o combate à reforma trabalhista, a adesão dos trabalhadores foi bastante negativa. Nesse cenário, soma-se certa frustração pelas recorrentes perdas de direitos políticos, sociais e trabalhistas, mesmo diante das mobilizações realizadas. Vale destacar que a reação do governo e dos empregadores às mobilizações de abril de 2017 foi o uso da repressão, seja através do desconto dos dias parados nos salários dos trabalhadores, da aplicação de multas milionárias para as entidades sindicais, classificando a greve como “ilegal” ou mesmo a repressão física, como ocorreu no ato nacional realizado em maio na capital federal do país, que tinha como pauta a posição contra a reforma da previdência.

Mas não menos importantes nesse momento foram as dificuldades de representatividade e legitimidade sindical junto aos trabalhadores e à sociedade. A tentativa de parte de o movimento sindical negociar alguns termos da reforma trabalhista e a propaganda do governo sobre a reforma trabalhista acabar com privilégios do movimento sindical e gerar empregos acabou ganhando espaço. A sequência de mobilizações tanto nos atos, paralisações e greves ao longo ao segundo semestre de 2017 obtiveram uma baixa adesão.

Esse aumento de mobilizações também esteve presente nas greves de trabalhadores locais e de categorias, conforme demonstra o Gráfico 2. É possível verificar um pequeno crescimento do número de greves a partir de 2018. Mas é em 2013 que as paralisações têm um aumento bastante significativo, chegando a 2.057 greves registradas. Nos anos mais recentes, apesar de ainda se manter em um patamar alto, observamos uma redução do número de greves, como reflexo da crise econômica vivada nos últimos anos.

Segundo o DIEESE (2019), as pautas reivindicatórias apresentavam crescente complexidade até 2014, com a adição de itens reivindicatórios e novos direitos. A partir de 2015, as reivindicações presentes nas pautas são reduzidas, na maior parte dos registros, a uma só exigência, de caráter mais imediato, como as frequentes mobilizações contra o atraso no pagamento de salários. As informações das greves dos trabalhadores demonstram a mudança dos cenários econômicos de 2012 a 2018, no contraste entre uma pauta reivindicatória complexa, crescente e também defensiva. Em 2018, o baixo crescimento e o aumento do desemprego e de formas precárias de trabalho tiveram impacto negativo na disposição dos trabalhadores para a realização de paralisações no setor privado, de forma mais acentuada.

GRÁFICO 2 – Número de greves de 2000 a 2018, Brasil



Fonte: SAG/DIEESE. Elaboração das autoras, 2019.

Não é possível afirmar que o movimento sindical não esteja conseguindo mobilizar suas bases, considerando o número e a importância das mobilizações nacionais e, mesmo sofrendo uma pequena redução, o patamar ainda elevado de greves de categorias. No entanto, essa mobilização não se mostrou suficientemente relevante para barrar pontos importantes da agenda neoliberal recolada para o Brasil pelos partidos que assumiram o poder pós-golpe em 2016.

É possível considerar que o movimento sindical tenha conseguido mobilizar para os atos nacionais, mas somente em conjunto com outros movimentos sociais ou, no caso das greves de categorias, para as pautas diretamente corporativas dos trabalhadores. Apesar da reforma trabalhista ser uma pauta relacionada ao trabalho, por que o movimento sindical não conseguiu mobilizar os trabalhadores contra sua aprovação com a mesma escala que mobilizou contra a reforma da previdência?

A reforma trabalhista foi apresentada para a sociedade como fórmula para modernizar as relações de trabalho, e inclusive, a estrutura sindical, tomando-a mais

O movimento sindical na conjuntura de crise:
uma comparação Brasil-Argentina no período 2015-2018

democrática, destacando que o imposto sindical promovia a fragmentação das entidades porque os sindicatos eram criados apenas para realizar a arrecadação compulsória (Marinho, 2017). Esse discurso foi amplamente divulgado pela mídia, e obteve eco na falta de reconhecimento da sociedade sobre a importância do movimento sindical. Talvez, esse seja um dos elementos mais evidentes do desfecho negativo para a atuação do movimento sindical que perdeu a oportunidade de ampliar sua representação e legitimidade quando da atuação em governos progressistas.

– *Sindicalismo na Argentina*

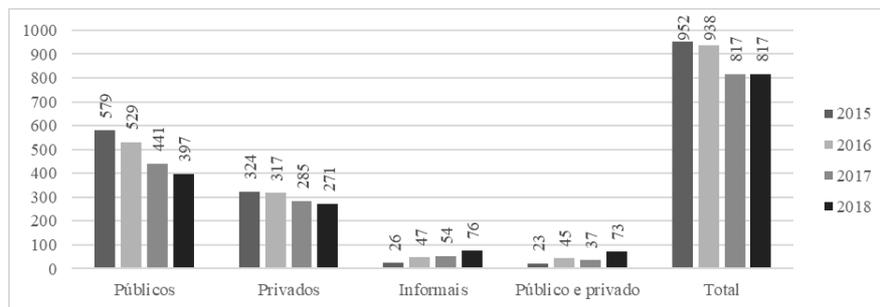
Uma das iniciativas importantes de organização sindical na Argentina no período do kirchnerismo não surgiu da estrutura corporativista que instrumentalizou as negociações com as cadeias produtivas conforme as diretrizes dos governos neodesenvolvimentistas. Mas do esforço de organizar milhares de trabalhadores por fora do circuito de relações formais de emprego. Para Bruno Dobrusin e Juan Montes Cató (2018), a informalidade que afeta 40% da ocupação e outras formas de trabalho precário seguem demandando dos sindicatos argentinos uma atuação compatível com essa realidade, o que passa pela problemática da representação de uma base desorganizada nos moldes da estrutura sindical. Dessa forma, apesar de não ter ocorrido grandes mobilizações grevistas no decorrer nos anos 2000-10 (Cardoso; Gindin, 2016), o que pode ter refletido a condução exitosa, não obstante centralizadora, do governo com a CGT “oficial”, uma tendência de organização no período recente expressiu a característica autônoma da ação sindical na base. Isso “constitui uma novidade no campo sindical em vista da recuperação de uma tradição operária de luta situada no local de trabalho que permitiu a consolidação e desenvolvimento de novas experiências sindicais de base em direção a uma (re)politização da militância coletiva” (Dobrusin; Cató, 2018, p. 249 – tradução livre).

O que os estudiosos indicam é que diante dos retrocessos vivenciados no país, o sindicalismo de perfil corporativista se enfraquece na medida em que o Estado, seu principal interlocutor, deixa de ser o principal mediador dos conflitos sociais. Assim, se manifestam outras formas de organização a fim de construir respostas para as questões vividas nos diferentes espaços de trabalho.

Em termos de reatividade, no ano de 2015 e 2018, os trabalhadores argentinos deflagraram 3.524 conflitos laborais, incluindo paralisações, mobilizações e manifestações em vias públicas. De acordo com o Informe Anual do Observatorio del Derecho Social (ODS) e a Central de Trabajadores de la Argentina (CTA) – central sindical que organiza setores informais e desempregados, identificada com os movimentos sociais – o crescimento dos conflitos encampados por trabalhadores informais, incluindo protestos motivados por questões de maior alcance social como a pauta de gênero e

a defesa da seguridade social⁴, “permitiu manter altos níveis de conflitividade, apesar de uma retração acentuada das reivindicações no nível de empresa e no setor privado, e a nível local e municipal no setor público (ODS-CTA, 2018). O gráfico reproduzido a seguir, mostra o panorama das mobilizações na Argentina no recorte de quatro anos.

GRÁFICO 2 - Distribuição do nº de mobilizações dos (as) trabalhadores (as) em 2015-2018, Argentina



Fonte: ODS-CTA. Elaboração das autoras.

Outro dado que ajuda a compreender a reação social após as medidas de austeridade de Macri foi obtido por meio do relatório do Centro de Economía Política Argentina (CEPA), sobre conflitos laborais e sociais, o qual destaca a repressão policial principalmente contra trabalhadores formais e informais. Dentre os motivos das manifestações, 31,5% está relacionado às demissões e salários; 18% abrange demandas sobre alimentação e políticas assistenciais, além do direito em trabalhar nas vias públicas; 17,1% protestou contra as políticas de ajuste fiscal e por trabalho e; 13,5% reclamou sobre desalojamentos ocasionados por enchentes e temporais (jan. /2016-nov. /2017) (CEPA, 2017, p. 10).

Com base no levantamento de Cecilia Senén González e Lucila D’Urso (2018), entre 2016 e 2017, ocorreram oito mobilizações de grande repercussão na Argentina. A CGT se destacou pela maior presença nos movimentos de resistência. Entretanto, também participaram da organização desses protestos: as centrais sindicais, incluindo as três CGTs (Oficial, Azul e Branca, Azopardo) e as duas CTAs (dos Argentinos e a Autônoma); Confederação de Trabalhadores da Economia Popular (CETEP); a Corrente

4. Na ocasião de votação no parlamento pela aprovação da reforma da previdência, houve protestos com reação violenta da polícia contra os manifestantes. O relato completo está disponível em: EL PAÍS, “El Congreso de Argentina aprueba la reforma de las pensiones en medio de graves disturbios”. Disponível em <https://elpais.com/internacional/2017/12/19/actualidad/1513674857_798593.html>.

Federal de Trabalhadores(CFT);a Corrente Classista Combativa (CCC);o movimento Barrios de Pie; e o Coletivo Ni Una Menos. O caráter heterogêneo que marcou a convocação desses movimentos refletiu o cenário de crise que colocou à prova os pilares estruturais do bem-estar social argentino (González; D'Urso, 2018, p. 148). Já os desdobramentos desses movimentos, embora tenham atingido a opinião pública que está inclinada a fazer críticas cada vez mais contundentes à gestão Macri, ainda permanecem incertos.

Tais circunstâncias embasaram o descontentamento da população argentina, o qual parece dizer que as iniciativas liberalizantes de Macri não tiveram o êxito esperado. Parte da letargia para a recuperação do país se deve à situação econômica semelhante àquela do Brasil, um importante negociador de seus produtos de exportação. Ambos os países priorizaram intervir na crise com restrições fiscais que não só afetaram a sociedade de modo a deslocar estratos sociais para abaixo da linha de pobreza, como também o crescimento econômico que não reagiu aos estímulos da política econômica aplicada, pelo menos não para criar empregos e fortalecer a dinâmica interna do mercado (Alfonsín, 2018).

Considerações finais

Nesse artigo, buscou-se reconstituir em linhas gerais os fatos mais relevantes advindos da crise econômica mundial e sua recepção na Argentina e Brasil que além de encurtar as principais vias de atuação do movimento sindical, incluindo os espaços de concertação e as formas de acompanhar e intervir nas relações de trabalho, desencadeou um cenário político complicado, de instabilidade e arranjos institucionais fragilizados.

As experiências de resistência, mais pontuais no Brasil e um pouco mais sintonizadas na Argentina, considerando as mobilizações que tencionam diuturnamente a relação da sociedade com o governo Macri, mostram que os setores sindicais mais organizados ainda concentram parcela importante da militância, embora a correlação de forças ainda esteja muito desfavorável para a luta dos/as trabalhadores/as nesses tempos de profunda crise.

Parte das interpretações dedicadas a compreensão sobre o momento de inflexão das sociedades latino-americanas, considerando o histórico recente de mudanças sociais na primeira década do século XXI, pontua que essa região deixou de representar uma alternativa concreta ao modelo econômico ortodoxo com a reviravolta ocasionada pelas disputas eleitorais posteriores que promoveram governos de centro-direita. Contribui para essa visão, os limites da opção baseada na convergência de atores e linhas ideológicas distintas associadas ao ciclo econômico que favoreceu o crescimento de países como a Argentina e Brasil, os quais encontraram soluções para atender

interesses antagônicos, demandados pelos grupos heterogêneos que formaram as coalizões partidárias vitoriosas.

Os governos progressistas [ou neodesenvolvimentistas] aproveitaram o “duplo boom” para reduzir pobreza e desigualdade, mas foram limitados em políticas que de fato transformassem as estruturas econômicas e produtivas dos países, muitas vezes, porque estavam reféns de setores das elites que compuseram suas bases eleitorais. Se por um lado as políticas sociais e ganhos salariais foram possíveis, por outro, as concessões para os setores empresariais via desonerações fiscais e revisão de legislações trabalhistas, também elucidaram a complexa configuração institucional que se formou a partir do Estado. Choques e divergências entre grupos que compunham as frentes amplas deram o caráter pendular para esses governos, nem tão à esquerda e nem tão à direita.

Em termos comparativos, tanto Brasil quanto Argentina tiveram retrocessos socioeconômicos, políticos e culturais que exprimiram grau elevado de subordinação das relações de trabalho às forças do capital global e financeiro. As reformas trabalhistas (já aprovada no Brasil; na Argentina em processo de tramitação via projetos de lei que foram fatiados para viabilizar votação mais rápida), tiveram como marco central o rebaixamento da legislação que protege o/a trabalhador/a, abrangendo aspectos que afetam as condições de trabalho em geral, incluindo a liberação irrestrita para contratos flexíveis (autônomo; terceirizado; parcial; intermitente), mudanças no caráter remuneratório, individualização da negociação, redução das verbas rescisórias. Para o movimento sindical brasileiro, pesou a questão do financiamento que sofreu uma dura supressão dos recursos que sustentavam a organização como um todo. Cabe notar que a reforma proposta pela Argentina prevê pontos como a ampliação da licença paternidade para 15 dias; licença para casos de adoção e reprodução assistida; redução da jornada de trabalho para cuidados de dependentes menores e; políticas de profissionalização e formação para o mundo do trabalho (Biavaschi; Teixeira, 2018, p. 507).

Ao implantarem sistematicamente medidas de ajustes fiscal que afetaram o aparelhamento público de assistência social e outras políticas públicas com orçamento vinculado, e oficializarem relações de trabalho espúrias adaptadas ao mercado de trabalho flexível, sem deixar de mencionar o teor político-reacionário que embasa práticas antidemocráticas (excludentes, discriminatórias, exterminadoras), os atuais presidentes da Argentina e do Brasil passaram a figurar a desconstrução acelerada dos direitos e garantias fundamentais para a classe trabalhadora.

A organização sindical ainda está se localizando nessa conjuntura. No Brasil, entre 2015 e 2018, as entidades sindicais acionaram suas ferramentas usuais de luta, todavia mobilizou parcela minoritária da sociedade que foi tomada por uma desconfiança na política e nas principais lideranças associadas aos governos petistas. Já na Argentina,

o quadro atual de insatisfação popular está fornecendo condições para uma possível retomada das alas progressistas.

A perspectiva em cena exige dos atores sindicais uma abordagem multi-situada que obriga uma redefinição do propósito de luta no interior das relações políticas e econômicas que se configuram na atualidade. Essa fase pode ser interpretada como uma “transição”, termo emprestado de Peter Fairbrother (2015) que faz referência a três dimensões da atividade sindical como a organização, capacidades e propósito, as quais denotam um processo de renovação do sindicalismo. No primeiro caso, a organização sindical situa-se na base das relações de trabalho e sua composição, remete aos modos de estruturação (financiamento, representação, etc.) e gestão do sindicato, e como suas lideranças, associados e militantes em geral adensam a ação no cotidiano. Em seguida, as capacidades sindicais giram em torno das estratégias criadas para endereçar as reivindicações constituídas no interior da categoria ao patronato, o que envolve conhecimento, habilidades e experiência. Estes elementos são instrumentalizados pelo exercício sindical e estimulam o aprendizado constante por parte de seus membros que criam maneiras de desenvolver a solidariedade, algo inerente à instituição sindical. Por último, o propósito sindical compete aos valores que fundamentam as estratégias criadas para cada reivindicação – por exemplo, no âmbito da sociedade quando se trata de lutas generalizadas em prol de políticas públicas ou contra as reformas sociais, e no âmbito da empresa quando há necessidade de denunciar o descumprimento de direitos trabalhistas – e guiam a ação em termos de prática, ideologia e estrutura.

Com essas dimensões da atividade sindical em tela: “o entendimento da atividade sindical e da ação coletiva dos sindicatos deveria ser interpretado como parte de uma disputa em curso entre capital e trabalho em relação ao contexto socioeconômico onde essa disputa ocorre – localmente, nas regiões, nacionalmente e internacionalmente” (Fairbrother, 2015, p. 573).

Certamente, a crítica que hoje mais pesa sobre o sindicalismo, tanto argentino quanto brasileiro, é a necessidade de estabelecer um diálogo efetivo com os trabalhadores ao mesmo tempo em que precisa conciliar dificuldades que desafiam a sobrevivência de sua própria estrutura. Admitindo que as relações sociais não são estáticas e que esses tempos de crise impulsionam movimentos para direções distintas, é na imprevisibilidade da conjuntura que o sindicalismo encontrará o seu caminho.

Referências

- ACTIS, Esteban. América Latina y su contexto externo: Del “doble” al “frágil boom”. *Nueva Sociedad*, [online], 4 p, Dez. 2017.
- ALFOSÍN, Leandro Mora. *¿Por qué Argentina está, otra vez, en crisis?* *Nueva Sociedad* [online], Opinión, 4 p, Septiembre 2018.
- BIAVASCHI, Magda Barros; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. A reforma trabalhista brasileira na dinâmica da economia e seus impactos na regulação pública do trabalho: em diálogo comparado com a reforma em andamento na Argentina. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais* [online], [S.l.], v. 8, nº 2, p. 477-518, dez. 2018.
- BOITO JR, Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. *Crítica Marxista* [online], nº 42, p. 155-162, 2016.
- CARDOSO, Adalberto; GINDIN, Julián. O movimento sindical na Argentina e no Brasil (2002-2014). *Soc. Estado* [online], Brasília, v. 32, nº 1, p. 13-37, Apr. 2017.
- CEPA. Centro de Economía Política Argentina. La conflictividad socio-laboral en Argentina en 2017.[on line], Argentina, 23 p, Jun. 2017.
- DIEESE. Juros, rentismo e desenvolvimento. *Nota Técnica* [online] nº 111, 14 p, junho de 2012.
- _____. Balanço das greves em 2018. DIEESE, [on line]. p. 55, Acessado em mai. 2019.
- DOBRUSIN, Bruno; CATO, Juan Montes. Volviendo a las bases: el sindicalismo argentino frente a los retos del capitalismo actual. In: *Lua Nova* [online], São Paulo, nº 104, p. 239-258, ago. 2018.
- FAIRBROTHER, Peter. *Rethinking trade unionism: Union renewal as transition*. *The Economic and Labour Relations Review*, 26(4), 561-576, 2015.
- GAMBINA, Julio C.; PINAZO, Germán. La crisis y las trayectorias de América Latina: neoliberalismo, neo-desarrollismo y proyectos alternativos In: ANTUNES, Ricardo [et.al.] *América Latina en medio de la crisis mundial: trayectorias nacionales y tendencias mundiales*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, E-book, 2014.
- GONZALEZ, Cecilia Senén; D’URSO, Lucila. Relações laborais na Argentina logo após o kirchnerismo (2003-2015): entre a participação e o retrocesso sindical. *Tempo soc.* [online], v. 30, nº 1, pp. 129-155, 2018.
- GRIMSON, Alejandro. Argentina y sus crisis. *Nueva Sociedad*, [online], 8 p, Enero - Febrero 2018.

O movimento sindical na conjuntura de crise:
uma comparação Brasil-Argentina no período 2015-2018

- LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth. *Conclusion: democracy, development, and the left* In: _____. *The resurgence of the Latin American left*. Baltimore: John Hopkins University Press, p. 399-427, 2011.
- MARCELINO, Paula. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. *Tempo soc.* [online], v. 29, nº 3, pp. 201-227, 2017.
- MARINHO, Rogério. Parecer do relator da comissão especial para analisar o PL 6787/2016, Câmara dos Deputados [on line], p. 132, mai. 2019.
- MDIC. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Governo Federal. *Plano Brasil Maior: inovar para competir, competir para crescer*. Brasil, 2011.
- ODS; CTA. Observatorio del Derecho Social; Central de Trabajadores de la Argentina. Corriendo tras la inflación: conflictividad y negociación colectiva en el año del retorno a los brazos del FMI. *Informe Anual 2018* [online], 43 p, 2018.
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. *Panorama Laboral 2016*. Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 136 p, 2016.
- OLESKER, Daniel. El mercado laboral en América Latina: pasado, presente y futuro. *Nueva Sociedad* [online], nº 264, 9 p, julio-agosto de 2016.
- ROTH, Julia; MANKE, Albert. ¿Qué crisis y qué respuestas? Pensar las crisis en su contexto sociohistórico. *Nueva Sociedad* [online], nº 273, 7 p, enero-febrero de 2018.
- SCHAPIRO, Martín. América del Sur: ¿todo vuelve?, *Nueva Sociedad* [online], 7 p, maio-junho, 2018.

Educação para a liberdade no Paraguai de Stroessner

Paola de Ávila Barbosa*

Introdução

O Paraguai é um país que se encontra no centro da América do Sul, fazendo divisa com Bolívia, Argentina e Brasil. As Guerras Napoleônicas que chegaram à Espanha em 1808, levaram Carlos IV a renunciar o trono e deixar um vazio de poder que contribuiu para a desintegração do império espanhol. A crise na metrópole teve fortes influências nas colônias e é neste contexto que se iniciam os processos de independência na América Latina.

A independência do Paraguai aconteceu após diversas contendas com o vice-reinado de Buenos Aires que já independente da coroa espanhola, tentava a qualquer custo transformar o Paraguai em uma província subordinada. Apesar do não reconhecimento dos países vizinhos, em 1813 o Paraguai garante sua autonomia política. Com a independência declarada no Congresso de 1813 viu-se a necessidade de decidir de que forma o novo governo se imporia. Embora existisse uma influência da Constituição dos EUA (1787), baseada nos moldes do iluminismo europeu, o modelo era muito novo e não se conhecia o êxito concreto da experiência. Por essa razão, decidiram escolher o clássico modelo da Roma antiga, estabelecendo o Consulado como forma de governo. Neste contexto, Fulgêncio Yegros e Dr. Francia foram os escolhidos como cônsules e deveriam alternar no poder a cada quatro meses.

Em 1814 Dr. Francia, um dos nomes importantes no processo de independência, acaba sendo eleito como Ditador Temporal e em 1816, como Ditador Perpétuo até sua morte. O modelo romano adotado pelo Paraguai explica o título dado à Francia no início da vida política do país. Neste modelo a ditadura só era instaurada para restabelecer a paz e salvar o Estado, tratava-se de um mecanismo para emergências sociais e não um despotismo ilegítimo, o ditador visava o bem maior para a população e tinha poderes limitados, não podendo alterar as instituições. Embora o discurso de estabelecer a paz e salvar o Estado também tenha sido usado pelos ditadores paraguaios no século XX, o conceito já tinha um outro fundamento, transformando-se no que entendemos hoje por “ditadura”: algo associado ao totalitarismo, despotismo e tirania.

* Mestranda em História Social CEHAL/PUC-SP. E-mail: paola.avilab@gmail.com

Durante seu governo Dr. Francia adotou uma política de isolamento, favorecendo o desenvolvimento interno do país. A autonomia política e econômica conquistada pelo Paraguai desagradou os países vizinhos e esse descontentamento acabou levando o país a se envolver no conflito com Brasil e Argentina no que ficou conhecida como Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Terminada a guerra com a morte do presidente paraguaio Francisco Solano López em Cerro Corá foi necessária uma reorganização do Estado Nacional paraguaio que se encontrava institucionalmente desarticulado. A nova ordem política, agora com pretensões liberais, adotou o Código Civil Argentino e também uma economia baseada *laissez-faire*. Ao longo do tempo o Estado passa a ser visto como o poder supremo de decisão, assemelhando-se ao princípio de soberania estatal no sentido clássico utilizado por Hobbes. O *stronismo* seguiu esse modelo e, visando acabar com a instabilidade política que se mantinha desde o fim da guerra da Tríplice Aliança, consolidou a ordem pública, a paz social e a estabilidade de instituições políticas de forma arbitrária e violenta. Mas resistências sempre brotam em contextos desse tipo e a resistência educacional no Paraguai mostrou que a cultura cooperativista do país ainda estava presente na população.

O Stronismo

Alfredo Stroessner Matiauda dá o golpe em maio de 1954, mas não assume o poder prontamente, ao invés disso vai mobilizando o apoio de membros conservadores do Partido Colorado e das Forças Armadas. Adota também o discurso anticomunista muito em voga no início da Guerra Fria. Quando o golpe se consolida, em 15 de agosto de 1954, a estrutura granítica que perduraria por 35 anos já contava com apoio das Forças Armadas, Partido Colorado e Governo, onde Stroessner era o ponto de confluência ao ser General do Exército, Comandante Chefe das Forças Armadas, Presidente do Partido Colorado e Chefe de Estado.

Visando ampliar poderes políticos a legalidade foi utilizada como um dispositivo onde a lei não alcançava os principais políticos responsáveis pelo país. O Executivo mantinha o poder sobre o Legislativo e o Judiciário enquanto estes dois dependiam diretamente do primeiro. Essa relação entre os três poderes permitiu que a corrupção generalizada e o contrabando fossem um braço do enriquecimento ilícito de políticos que estavam envolvidos diretamente nestas atividades. A possibilidade de se manusear a legalidade da forma que queriam possibilitou também que o Estado de Sítio funcionasse de modo ilimitado que, com o discurso de manter a estabilidade e evitar fissuras internas, amparava as sistemáticas violações aos direitos humanos.

O *stronismo* marcou a sociedade com coerção, controle, vigilância e punição. O medo que engessava a sociedade servia muito bem aos objetivos da ditadura. Exemplo disso é a filiação massiva ao Partido Colorado. Sem ela não era possível ter acesso à

saúde, trabalho e educação. A filiação também se dava por medo pois filiando-se evita-se a suspeita de oposição.

A manutenção do medo social era feita por um aparato repressivo altamente elaborado. Todas as pessoas potencialmente perigosas ao regime *stronista* seriam perseguidas e vigiadas. O controle social também contava com a ajuda de *pyragues*, civis que delatavam as pessoas em troca de suborno e privilégios sociais. Todas as violações, torturas e prisões eram visíveis e anunciadas, muito diferente da maioria das ditaduras que acobertavam seus maiores crimes sob a clandestinidade.

Com a Revolução Cubana na década de 60 e a ameaça do comunismo na América Latina a ditadura intensifica sua política nacionalista com o discurso de “paz, progresso e bem-estar com Stroessner” que justificava a vigilância e as delações em detrimento da paz. O discurso anticomunista que favoreceu empréstimos internacionais foi utilizado para, além do enriquecimento ilícito dos políticos, modernizar o Departamento de Informações, ou seja, aumentar o controle e repressão política.

Mas o Paraguai não agia sozinho. Dentro de um contexto internacional marcado pelo fim da Segunda Guerra, o mundo em Guerra Fria encontrava-se dividido entre capitalistas e comunistas, sendo os EUA a representação maior do bloco capitalista. Esse poder do irmão do Norte favoreceu o seu domínio sobre a América do Sul, considerada atrasada, dependente e subdesenvolvida. O pressuposto da teoria de Segurança Nacional que visava a defesa militar e a segurança interna foi muito bem posicionado ao lado do discurso de combate ao comunismo.

Aliados, esses conceitos se difundem pela América Latina através da subordinação, dependência do capital externo e diretrizes norte-americanas que influenciavam fortemente a região. Por essa razão, os países latino-americanos adotam a ideia da Segurança Nacional e passam a utilizar as Forças Armadas como mecanismo de defesa interna.

A aproximação Américas, as trocas de informações e as ditaduras que foram se concretizando no Cone Sul a partir da década de 50 do século XX tiveram maior expressão com a criação da Operação Condor, em 1973. Esta Operação utilizava os conceitos Segurança Nacional e Anticomunismo para perseguir e capturar o que eles consideravam terroristas. A perseguição e captura além das fronteiras deixava nítida a articulação entre as ditaduras de Brasil, Bolívia, Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai bem como a ânsia destas ditaduras em permanecer no poder e caçar todos aqueles que fossem contra o *status quo* estabelecido por todos os regimes de extrema-direita.

Mas todo movimento ao longo da História conta com resistências de diversas naturezas. O Paraguai não foi exceção e na área educacional contou com experiências que, apesar da repressão que sofreram, se tornaram significativas para a história do país.

Resistência Educacional

A educação sempre funcionou como aparato ideológico dos Estados e durante o *stronismo* isso não foi diferente. Durante a ditadura de Stroessner houve um grande processo de mudança política e econômica e, com isso, a transformação do sistema educacional agora passa a ser mais um mecanismo para perseguir e controlar a sociedade.

Nesse período a educação passou por duas reformas: uma em 1957 e a outra em 1973. A reforma de 1957 fazia parte do processo de modernização elaborado pelos Estados Unidos para os países dependentes, então se insere no projeto desenvolvimentista norte-americano. Representa a relação entre a nova hegemonia mundial (EUA) e as novas intervenções que a América Latina sofreu durante este período, tornando visível a presença de um conjunto de instituições multilaterais que visavam financiar projetos que integrassem a região e seu comércio que enfrentava mudanças sociais e culturais devido a penetração norte-americana na região. Essas reformas serviam muito bem para os EUA como uma nova estratégia geopolítica estadunidense, pois a educação era vista como o eixo central para se influenciar a região latino-americana.

Desde o começo do século XIX, Thomas Jefferson já trazia ideias de que a educação é a melhor maneira para proteger a democracia e a liberdade e sua gratuidade e obrigatoriedade seriam requisitos para garantir a expansão de ideias e formas organizadas que conduziram o conjunto da sociedade às grandes metas nacionais: a educação deve garantir o progresso! Na ideologia norte-americana a relação educação e progresso se expressa, através do sistema escolar, com a meta de formar um tipo de indivíduo que consiga levar adiante a construção na nação capitalista.

A participação política conquistada através da escola deveria ser organizada e controlada para que a consciência crítica não ocorresse e para que o caos social não aparecesse. A educação tinha o papel de passar a ideia dominante ao mesmo tempo que dissolvia as influências externas – sociais, familiares, etc. – que não estivessem de acordo com o projeto desenvolvimentista.

As duas reformas sempre foram influenciadas pela situação político-econômica do país, sendo a “expresión de un proceso abrupto de urbanización, asalarización y transformación de la estructura social y económica” (Soler; Elias; Portillo, 2015, p. 20). Contando com apoio de organismos internacionais, principalmente financiamentos norte-americanos com a USAID, vários projetos educacionais foram desenvolvidos com orientação do SCIDE. Além disso, as reformas eram controladas por organismos internos que as converteram em mais um meio de propaganda de legitimação do regime e manutenção de uma aura de repressão que pairava sobre a sociedade paraguaia durante aquele contexto.

A obediência também foi outro conceito amplamente usado pois acreditava-se que ela moldava a disciplina como algo indiscutivelmente correto. Toda a desobediência era castigada severamente. Para Stroessner, qualquer pessoa contrária à ordem estipulada sofreria as consequências que estavam sob poder estatal. A violência sobre a desobediência se estendia nas escolas com o Decreto 11089 que além de estender as normas disciplinares à diretores, professores e alunos, permitia punições físicas, humilhações e castigos públicos.

No campo educacional esse alinhamento de ideias é visto desde a formação docente até o conteúdo oficial que era divulgado nas escolas, que anulava a possibilidade de um pensamento crítico e moldava a mentalidade dos estudantes que acabavam concordando que críticas ao governo fosse algo subversivo. Nesse sentido o ambiente acadêmico era hermeticamente vigiado pois o grande fluxo de ideias e conhecimento poderia abrir uma maior brecha para a entrada de ideologias comunistas que influenciassem os estudantes a protestar contra a ditadura, por isso muitas escolas não possuíam bibliotecas, muitos livros foram proibidos e muitas leituras poderiam levar à repressão.

Na área rural, durante as décadas de 60 e 70, a experiência das Escuelitas Campesinas surgiram como um expoente a mais das fortes Ligas Agrárias Cristãs que se espalhavam pelo Paraguai. Os camponeses que faziam parte das Ligas perceberam que a educação oficial proposta pelo Estado não contemplava as crianças camponesas e suas realidades. Viram a necessidade de um novo tipo de escola, uma escola adaptada ao modo de vida da comunidade, voltado para a realidade camponesa. Iniciaram os trabalhos com estruturas precárias, muitas vezes sem sala de aula, material ou profissionais especializados. A experiência das Escuelitas foi perseguida e reprimida como uma consequência direta da perseguição e repressão que sofreu o movimento das Ligas Agrárias, consideradas perigosas pela ditadura, uma vez que a vivência em cooperativa se assemelhava ao modo de vida comunista.

A experiência do Colégio Cristo Rey também foi marcante. Fundado em 1938 pela Companhia de Jesus foi acusado de possuir vínculos com o marxismo devido suas fontes de pedagogia libertária. Posteriormente foi comprovado que a repressão ao colégio se deu por motivos estritamente ideológicos pois queriam evitar a qualquer custo um ambiente que favorecesse o pensamento crítico.

O instituto Juan Bautista Alberdi

Para o presente artigo, a experiência mais importante se dá com o Instituto Juan Bautista Alberdi, fundado em 1956 por Martin e Celestina: dois jovens sonhadores que queriam empurrar o carro da História. Percebendo a necessidade de educação básica na cidade de San Lorenzo cursos de datilografia, depois elétrica e outros cursos que ajudavam a população local. Com o êxito da iniciativa resolvem abrir em 26 de

julho de 1956 a escola primária que já levaria o nome de Instituto Juan Bautista Alberdi. Devido ao bom tratamento que recebiam, muito diferente das escolas tradicionais que aplicavam castigos físicos, os alunos não queriam ir para outra escola e, por isso, Martin e Celestina decidem abrir o ciclo secundário.

O Instituto nunca se apresentou como um espaço educativo que tinha uma proposta político-pedagógica. Sempre se respeitou todos os tipos de crenças, ideologias e culturas. Apesar de seguir com o currículo enviado pelo *Ministério da Educação*, supervisionado pelas seccionais coloradas de San Lorenzo, os educadores encontravam brechas para educar para a liberdade. Um dos exemplos era a diretriz do MEC em resguardar alguns minutos antes das aulas para cantar o hino nacional e jurar a bandeira. Seguiam o que estava sendo orientado pelo MEC, mas ao invés do ato patriótico, Martin utilizava o tempo para passar o que ele chama de “mensagens de valor”, mensagens sobre solidariedade, empatia, esperança, respeito e liberdade.

O mesmo se dava no cotidiano da escola, pois ao mesmo tempo que seguiam o currículo favoreciam o pensamento crítico através do método investigativo. Essa era a brecha que encontravam para fazer uma educação libertadora que fizesse pensar a realidade do país. Aplicavam a pedagogia de Paulo Freire antes de terem conhecido a Paulo Freire, pois o primeiro contato que tiveram com sua obra foi apenas em 1971 com o sacerdote jesuíta Pascoal Páez, voluntário na construção da Villa Del Maestro. Por isso não se escondiam da censura, mas a evitavam devido ao clima de repressão da época.

O crescimento do IJBA e a sua preocupação em passar mensagens de dignidade, ajuda mútua, respeito e liberdade não se limitava apenas à escola e aos estudantes, mas se estendia também para a condição de vida dos professores paraguaios. Cansados do descaso público e internacional para com os professores a *Associação de Educadores de San Lorenzo* inicia, na década de 60, a construção da Villa Del Maestro com a mensagem “casa própria para cada educador paraguaio”.

A presença dos *pyraques* na sociedade paraguaia era uma ameaça à experiência. No entanto, influenciados por Paulo Freire e pelas pautas humanitárias que vigoravam na Igreja Católica daquela época os diretores do Instituto continuaram seus trabalhos compartilhando fortemente a ideia presente nos documentos de Medellín, que via a educação como uma atividade criadora capaz de criar um novo tipo de sociedade para a América Latina.

Ainda que não tivesse o intuito de ser subversivo, aos olhos da ditadura o era por ser um espaço horizontal, democrático e livre que pensava a realidade do país. Não traziam em suas práticas pedagógicas traços autoritários, ao contrário, possuíam ensinamentos de cooperativismo que visava o trabalho em comum, o diálogo, escuta e respeito por ideias e opiniões. Os docentes eram livres e respeitados nas suas maneiras de ensinar e assim o faziam da maneira que se sentissem confortáveis visto o contexto de vigilância da época.

Essa educação que pensava a liberdade vigorava em muitos outros países além do Paraguai, pois as sociedades não são passivas ao que os governos impõem como regra e assim surgem ideias e movimentos que marcam as resistências ao longo da História. Nas décadas de 60 e 70 estava em alta, principalmente na América Latina, influências do Concílio do Vaticano II, teologia da libertação e as ideias de Paulo Freire que, aliadas aos pensamentos de Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci, levou o Instituto Juan Bautista Alberdi a pensar uma forma de mudar a educação. Seria preciso desconstruí-la, encontrar seus problemas, entendê-los, superá-los e então recriar uma educação baseada em valores sociais que beneficiassem a todos igualmente.

Martin e Celestina propuseram sempre uma relação horizontal dentro do Instituto, através de avaliações internas entre todos que participavam da vida escolar, criando um ambiente cooperativo que fortificava nos estudantes a autocrítica.

A concretização deste espaço quase utópico no meio da ditadura *stronista* caminha para o fim no início dos anos 70 quando, em 1972, Martin segue na reta final para finalizar seu doutorado em Ciências da Educação na Universidad de La Plata, na Argentina. Lembrando que na década de 70 a Operação Condor estava em seu auge, Martin é capturado pela política argentina e entregue a polícia paraguaia quando entrega sua tese “Paraguay: Educación y Dependencia”, onde denuncia a educação como um instrumento para favorecer as classes dominantes. Em sua tese revela as interferências de organismos internacionais que utilizavam a educação como mecanismo de controle social bem como submetiam e ainda submetem a sociedade à um pensamento condicionado que não favorece o pensar a sociedade de forma crítica, favorecendo a desigualdade social. Neste mesmo período, no Instituto, os professores assustados e insatisfeitos com a autonomia que os estudantes iam ganhando com o tempo iniciaram um complô para frear Martin e seus projetos de emancipação.

Assim, na noite de 26 de novembro de 1974 os militares invadem o Instituto Juan Bautista Alberdi, o destroem e ordenam a prisão de Martin que, frente a um tribunal composto por membros da Operação Condor, é acusado de promover experiências de autogestão educacional baseada na pedagogia paulofreiriana, bem como sua relação com a construção da Villa Del Maestro e por sua tese.

Conclusão

Martin e Celestina sofreram consequências terríveis por concretizar a experiência do Instituto. Ele permaneceu preso por três anos e Celestina acabou falecendo devido às torturas psicológicas que sofria por parte dos militares, que faziam ligações direto das salas de tortura onde Martin estava. O objetivo da ditadura era fazer com que Martin desistisse de sua busca por um mundo melhor e mais humano. Indo na contramão do que esperavam, Martin dividiu com os outros presos políticos sua visão de mundo,

promoveu alfabetização dentro da prisão de Emboscada e compartilhou com eles as histórias, sofrimentos, ideias e sonhos. Sobreviveu, contou sua história e, na sua busca por justiça, encontrou a documentação que hoje leva o nome de *Archivo del Horror*, que comprova a existência da Operação Condor.

O jovem casal de sonhadores que queriam empurrar o carro da História enfrentou a hermética política educacional e também foram contra as diretrizes internacionais norte-americanas que pretendiam a colonização ideológica através dos processos educativos. Se arriscaram a enfrentar a ditadura paraguaia na busca de um sonho: educar para a liberdade.

Referências

- ALMADA, Martin. Texto mi crimen: educar para a libertad (recebido por e-mail, mas disponível em português: <http://old.operamundi.com.br/dialogosdosul/meu-crime-educar-para-a-liberdade/25012017/>)
- _____. *La Cárcer Olvidada*. Asunción, Paraguai: Intercontinental Editora, 1989.
- _____. *Paraguay: educación y dependencia*. Asunción, Paraguai: Serigraf, 2013.
- BANDEIRA MONIZ, Luiz Alberto. As Políticas Neoliberais e a crise na América do Sul. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 45, nº 2, julho-dezembro, 2002, pp. 135-146 (Disponível em: <http://ref.scielo.org/654qrd>)
- CALLONI, Stella. *Los años del lobo: Operacion Condor*. Buenos Aires: Ediciones Continente, 1999.
- CARBONE, Alberto. *Stroessner: anatomia de uma ditadura*. Brasília, DF: Paralelo 15, 1996.
- DINGES, John. *Os Anos do Condor: Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- ELÍAS, Rodolfo; CHAPARRO, Elvio Segovia. *La educación en tiempos de Stroessner*. 2012. Disponível em: <<http://desarrollo.org.py/publicacion.php?id=42>>. Acesso em: 16 mar. 2018.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- _____. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- MORAES, Ceres. Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner. Porto Alegre: Edipucrs, In: *Coleção História - 34*, 2000.
- PAZ, Alfredo Boccia et al. *En los sótanos de los generales: Los documentos ocultos del Operativo Condor*. Asunción, Paraguai: Servilibro, 2008.

- PAZ, Alfredo Boccia; GONZÁLEZ, Myrian Angélica; AGUILAR, Rosa Palau. *Es mi informe: Los Archivos Secretos de la Policía de Stroessner*. 5ª ed. Asunción: Servilibro, 2006.
- PEREIRA JÚNIOR, Paulo Alves. A resistência cotidiana infanto-juvenil durante a ditadura cívico-militar de Alfredo Stroessner no Paraguai (1954-1989). *História - Unicap: Dossiê: As ditaduras no mundo ibero-americano: projetos de organização nacional e estratégias de legitimação*, Pernambuco, v. 3, nº 5, p. 28-41, 2016. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/774>>. Acesso em: 23 abr. 2018.
- PINEDA, Oscar. *Breve Historia de la Educación en el Paraguay*. Asunción: Servilibro, 2012.
- PUIGGRÓS, Adriana. *Imperialismo, educación y neoliberalismo en América Latina*. México: Paidós, 1994.
- RIVAROLA, Domingo M. *La reforma educativa en el Paraguay*. 2000. Disponível em: <<http://archivo.cepal.org/pdfs/2000/S00090772.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2018.
- ROSAR, Maria de Fátima Felix, SOUZA, Miriam Santos de. As políticas educacionais no contexto do estado neoliberal na América Latina. In: *Revista de Políticas Públicas*, Maranhão, v. 5, nº 1.2, p. 38-55, 2001. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3700>>. Acesso em: 14 mar. 2018.
- SEIFERHELD, David Velázquez; D'ALESSANDRO, Sandra. *Relaciones entre autoritarismo y educación en el Paraguay: 1869-2012: Tercer Volumen: 1954-1989*. 2012. Disponível em: <<http://www.serpajpy.org.py/porandu/wp-content/uploads/2018/04/2018-Py-Autoritarismo-y-Educación-1954-1989.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2018.
- SILVA, Jussaramar da. As concessões repressivas no Cone Sul (1960-1990). 275 f. *Tese (Doutorado - Curso de História)*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- SOLER, Lorena; ELÍAS, Rodolfo; PORTILLO, Ana. El régimen stronista y su incidencia en la configuración de las prácticas escolares. *Cuadernos Chilenos de Historia de La Educación: Dossier: Educación y dictaduras en el Cono Sur*, Santiago, v. 3, nº 4, p. 10-33, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.historiadelaeeducacion.cl/index.php/CCHE/article/view/54/47>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

Criminalização dos movimentos sociais por acesso à terra e a OEA

Júlia Pupin de Castro*

Introdução

Segundo o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, aproximadamente 700 milhões de pessoas no mundo ainda vivem na pobreza (ONU, 2018). No Brasil, entre 2012 e 2013, houve a diminuição de 0,6% na taxa de pobreza (de 18,6% para 18%), mas um aumento de 5,4% para 5,9% na taxa de indigência (Corona, 2015). Ressalte-se que, em 2009, 54% da população rural total era enquadrada como pobre (Mattei, 2012).

O acesso à terra, urbana e rural, ainda se configura como limitado a determinadas camadas sociais, sendo um dos ativos com elevada concentração de propriedade. No Brasil, como aponta o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, 47,23% de toda a área cadastrada estão concentradas em 130 mil grandes imóveis rurais, enquanto apenas 10,2% da área total registrada pertence a 3,75 milhões de minifúndios (Farah, 2015).

Na área urbana, por sua vez, em que reside 84% da população (Ribeiro, 2016), 7 (sete) milhões dessas pessoas vivem em favelas, isto é, 40% do déficit habitacional (desconsiderando cortiços, domicílios improvisados, loteamentos irregulares, o que totalizariam 12,5 milhões de moradias), enquanto há 6 (seis) milhões de casas e apartamentos vazios (Rolnik, 2008, p. 150).

O passado colonial, com base na monocultura para exportação e trabalho escravo, dá origem ao latifúndio (Leite, 2007), assim como ao processo de exclusão urbanística e produção de habitação pelo Estado que percorreu todo o século XX, desde a Lei de Terras (Lei nº 601/1850) que condicionou a aquisição da terra à compra, deslegitimando, assim, a obtenção por meio da posse e ocupação (Holz; Monteiro, 2008).

A elevada concentração de riquezas e terra é causa da desigualdade apontada e impeditivo da promoção da justiça social, refletindo na qualidade de vida das pessoas, seja pela fome e/ou qualidade do alimento, como pelas condições ambientais e de trabalho.

* Pós-graduada em Direito Público (PUC/MG), mestrandia Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” - UNESP. E-mail: juliapupin@yahoo.com.br

No Brasil, o acesso à terra é contemplado nas demandas dos Movimentos Indígenas, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST, atingidos por barragens, pescadores, seringueiros, comunidades quilombolas e ribeirinhas (Filho, 2010), tendo como principal marco normativo a Constituição Federal de 1988 (além do Estatuto da Terra, compilado durante o período militar, e o Decreto 5051/04, que ratifica a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho no Brasil), a qual estabelece direito originário dos povos indígenas a ocupação de terras, atribuindo à Fundação Nacional do Índio – FUNAI a tarefa de promover o reconhecimento dessas terras (FUNAI), e a função social da propriedade.

Esses movimentos surgem pela constatação da discrepância social, evidenciada pelos dados apresentados, e mantêm-se pela contraposição a um arcabouço jurídico garantidor de direitos.

Apesar de suas diferentes origens, esses movimentos constroem-se em torno de pauta da função social da propriedade, sendo a articulação em prol deste princípio “a partir do lugar de fala comum dos sujeitos envolvidos, de uma crítica aos processos de colonização e da ocupação da terra rural e urbana no Brasil” (Warren, 2011, p. 30).

Na reivindicação pela garantia e fomentação de direitos – moradia, reforma agrária e demarcação de terras – esses movimentos encontram resistência e repressão empreitadas por aqueles – proprietários de terras e empresários do agronegócio – cujos interesses estão em disputa.

Como formas de instrumentalizar a repressão aos movimentos sociais deslegitimam-se as demandas, promovendo o isolamento político; coopta-se grupos de base e lideranças com o fim de dismantlar o movimento e repreende-se, principalmente por meio da polícia (Canheo, 2014, p. 43-44).

A pura e simples repressão pode se dar por meio da violência física, refletida no número de assassinatos em decorrência de conflitos sociais no campo – 279 assassinatos no período compreendido entre 1960 e 2018 (Comissão Pastoral da Terra, 2018), inclusive com repercussão na esfera internacional (Caso Garibaldi vs Brasil), como pela criminalização dos movimentos sociais, a exemplificar, 197 pessoas foram presas em 2018 (CPT, 2018).

Criminalização dos movimentos sociais

As disciplinas que estudam o crime, enquanto norma, fato e valor, são, respectivamente, o direito penal, a criminologia e a política criminal. Apesar da diferenciação, elas estão intrinsecamente ligadas entre si.

Enquanto o direito penal será responsável pela positivação de condutas consideradas criminosas, a criminologia estudará o crime, o infrator, a vítima, assim como os processos de criminalização e a política criminal será a forma como o Estado sistematizará

mecanismos de controle social, que se dará de formas diversas a depender do modelo estatal eleito – autoritário ou democrático.

Historicamente e numa perspectiva positiva de racionalidade, a política criminal e a criminologia estão subordinadas ao processo de acumulação do capital, centralização do poder da Igreja e do Estado e um poder punitivo que trate a violência e o conflito no aspecto criminal (Batista, 2009, p. 23). Assim, a questão criminal estará relacionada “com a posição de poder e as necessidades de ordem de uma determinada classe social” (Batista, 2009, p. 23-24).

O estudo criminológico debruçou-se sobre alguns objetos, sendo importante aqui ressaltar o autor do delito – a partir de uma verificação de que a maioria dos presos eram pobres, logo, haveria uma propensão à criminalidade, que estaria relacionado a fatores biológicos e uma tendência ao crime – o que somente será repensado pela criminologia estadunidense, que se apropriará do conceito de anomia de Durkheim, e, vislumbrando o delito como sistema de controle, passará a ter como objeto de estudo o controle social (Batista, 2009, p. 17).

O controle social atua nas esferas informal e formal. A primeira delas é exercida pela intuição familiar, escolar e midiática, atuando como modeladores de estereótipos e estigmas (Barbosa, 2017, p. 06). Por sua vez, o controle formal se dará pelas esferas estatais de controle, como a polícia, o Ministério Público e os juízes (Barbosa, 2017, p. 06).

A partir dos estereótipos formulados pelo controle informal, os crimes e sujeitos serão eleitos pelas esferas de controle, não incluindo outras formas de delitos (colarinho branco, trânsito etc) (Barbosa, 2017, p. 06).

O termo ‘criminalizar’, etimologicamente definido como o ato de atribuir a qualidade de crime a algo ou alguém, no âmbito da criminologia crítica pode apresentar-se de duas maneiras: criminalização primária e criminalização secundária. A primeira ocorre pelo “processo que define condutas”, por meio da seleção de bens jurídicos a serem protegidos e condutas a serem punidas, (Nolli, 2010) e a segunda pelo

(...) processo em que os setores estigmatizados são selecionados dentre todos os indivíduos que transgridem as normas penais, encontra-se materializada na população carcerária brasileira, composta predominantemente por negros, pobres, favelados, e por aqueles que, de alguma maneira, ousam contestar o *status quo* vigente (Canheo, 2014, p. 37).

A criminalização secundária se dará pelos agentes das esferas de controle após o etiquetamento prévio realizado pelas esferas de controle informal, com ênfase na mídia. Segundo Nilo Batista (2006):

(...) eu tentaria convencê-lo de que é muito mais verdadeiro chamarmos a ‘criminalidade registrada’ de criminalização, porque a seletividade operativa do sistema penal, modelando qualitativa e quantitativamente o resultado final da criminalização

secundária – isto é, quem e quantos ingressarão nos registros – faz dele um procedimento configurador da realidade social.

Como última etapa do processo de criminalização, ocorrerá o apenamento e prisionalização que se assemelha a uma condição de não-cidadão (Barbosa, 2017, p. 18).

Segundo a política criminal idealizada por Günther Jakobs, denominada Direito Penal do Inimigo, haveria uma distinção entre os cidadãos e os não-cidadãos, não sendo garantido a estes direitos constitucionalmente previstos (Ambos, 2006, p. 11).

A ideia de inimigo no Direito Penal pode ser vislumbrada em diversos momentos históricos, a depender do momento histórico-social vivenciado, tendo como referências as bruxas, os hereges, aqueles que fomentavam ideais revolucionários e atualmente centra-se na figura dos traficantes – decorrente da guerra às drogas – e terroristas (Batista, 2009, p. 24).

Enquanto política criminal, são elementos do Direito Penal Inimigo i) o adiantamento da punibilidade, isto é, a pena não possuiria apenas caráter retrospectivo – direcionado ao passado –, mas a evitar condutas futuras, punindo, assim, em razão de características pessoais, em típico direito penal do autor (Barbosa, 2017, p. 21); ii) as penas previstas são desproporcionalmente altas e iii) relativização ou supressão de garantias processuais (Batista, 2009, p. 11-12).

Criminalização dos movimentos por acesso à terra e a Organização dos Estados Americanos – OEA

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos, pertencente a OEA, se revela como organismo regional de proteção dos direitos humanos no continente americano, por suas particularidades históricas e culturais, sendo uma das atribuições da Comissão Interamericana examinar as denúncias recebidas e da Corte Interamericana a função contenciosa – desde que ratificada a Convenção pelo Estado e o reconhecida sua jurisdição.

A importância de um mecanismo internacional de proteção de direitos humanos se dá em razão de, por vezes, o Estado em que ocorreu a violação não ter respondido à infração, investigando, tê-lo feito fora de um prazo razoável ou, ainda, ser o promotor da violação. Assim, a utilização da judicialização internacional tem contribuído para uma maior proteção dos direitos humanos.

Ainda, a litigância das esferas internacionais de proteção de direitos constitui um deslocamento nas relações de poder, reorganizando o conflito entre movimentos sociais e Estado a partir de três importantes papéis: “fiscalização dos processos judiciais no Brasil; problematização da realidade da violência no campo na sociedade brasileira; e último recurso de amparo quando as instituições brasileiras apoiam, em determinadas regiões, as ações repressivas” (Ventura; Cetra, 2012, p. 20-21).

A fim de localizar casos julgados pela Corte Interamericana que refletissem a criminalização dos movimentos sociais por acesso à terra no país foi realizada consulta bibliográfica e consulta no sítio eletrônico da Corte em casos contenciosos envolvendo as palavras “movimientos sociales”, “terrorismo” e “libertad de asociación”. Foram encontrados 10 casos com a palavra “terrorismo”, no entanto, nenhum guardava relação com a proposta da pesquisa. Com a utilização da expressão “libertad de asociación” foram encontrados 22 casos, sendo que a maioria deles se referia a desaparecimentos forçados, tortura e assassinatos de líderes sindicais, defensores de direitos humanos e membros de movimentos sociais.

No tocante à criminalização dos movimentos sociais, com destaque àqueles que lutam pelo acesso à terra, no Brasil foi identificado o Caso Escher e outros.

Caso Escher e outros vs Brasil

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST tem suas origens no fim dos anos 70, durante o período ditatorial, com o ressurgimento das ocupações de terra simbolizada pela Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul em 1981 (MST).

A fundação do movimento social se concretiza em 1984, no 1º Encontro Nacional de camponeses, em Cascavel/PR, tendo como objetivos a luta pela terra, reforma agrária e mudanças sociais (MST).

As repressões ao movimento não tardaram a ocorrer, refletindo no número de conflitos sociais no campo, nos massacres de Corumbiara (1995) e Eldorado dos Carajás (1996), assim como no controle social informal e formal.

A repercussão midiática das ocupações de terra protagonizadas pelos sem-terra é realizada de forma negativa, de forma a imprimir ao movimento um caráter ilegal e criminoso, o que se vislumbra pela terminologia “invasores” utilizada não apenas pelos canais de comunicação, como naturalizada no sistema de justiça.

A construção do controle social informal pela mídia em torno do MST pode ser exemplificada por revistas e jornais de grande circulação, como a *Veja* e a *Folha de S. Paulo*.

O controle formal, por sua vez, pode ser vislumbrado no número de membros e líderes do movimento presos e processados, por vezes em flagrante violação de garantias constitucionais.

Um desses casos obteve repercussão internacional, o Caso Escher e outros vs Brasil, ocorrido em 1999, quando a Polícia Militar do Estado do Paraná solicitou a interceptação telefônica de integrantes do MST, sob argumento de indícios de atividades criminosas. O Poder Judiciário paranaense, além de ter autorizado a interceptação requisitada por autoridade não competente, permitiu que partes dos áudios fossem veiculados no *Jornal Nacional* (Globo) e reproduzidos em coletiva de imprensa.

Após o esgotamento das esferas internas, o caso foi levado à Comissão e à Corte Interamericana.

A Comissão destacou, no tocante ao direito à livre associação (Exceções preliminares, mérito, reparações e custas, §165, 2009, p. 49):

Tanto la intervención, como el monitoreo y grabación de las comunicaciones telefónicas de las víctimas, se llevaron a cabo con el objeto de ejercer un control sobre sus actividades asociativas, [y] la publicación de dichas comunicaciones, resguardadas por secreto de justicia, fue efectuada [a] expresamente para deslegitimar el trabajo de las asociaciones que integraban las víctimas.

Já a Corte considerou comprovado que as interceptações telefônicas não preenchiam os requisitos legais, assim como o Estado não cumpriu a obrigação de proteger as informações privadas interceptadas e as divulgou sem autorização judicial (Exceções preliminares, mérito, reparações e custas, §165, 2009, p. 49).

Outros casos relativos à liberdade de associação

Tendo em vista haver apenas um caso julgado pela Corte relativo ao Brasil, buscou-se outros casos na América Latina em que ocorreram infrações ao direito à liberdade de associação.

Em situação semelhante ao Brasil, isto é, criminalização dos movimentos por acesso à terra, a Corte julgou o caso Caso Norín Catrimán e outros (dirigentes, membros e ativista do Povo Indígena Mapuche) vs Chile. Autoridades do Povo Indígena Mapuche e ativista foram condenados como terroristas por terem, supostamente, incêndio de prédio florestal, queima de caminhão e ameaça de incêndio.

Esse caso reflete a criminalização do povo indígena no Chile por meio da utilização da lei antiterrorismo.

Dentre outros, a Corte concluiu que “a aplicação da presunção de intenção terrorista contra as vítimas violou o princípio da legalidade e a garantia da presunção de inocência” (Paiva, 2017, p. 546).

Importante destacar trecho da decisão em que para a Corte:

Ao adotar medidas que busquem proteger as pessoas sob sua jurisdição contra atos de terrorismo, os Estados têm a obrigação de garantir que o funcionamento da justiça penal e o respeito às garantias processuais se apeguem ao princípio da não discriminação (Paiva, 2017, p. 548).

Nos demais casos, o pronunciamento se deu apenas quanto ao direito à liberdade de associação.

No caso Chacina Plan de Sánchez vs Guatemala, a Comissão afirmou que a violação a liberdade de associação se encontra “dentro de una política de Estado, con fundamento en la doctrina de seguridad nacional y el concepto de enemigo interno, destinado a eliminar la supuesta base social de grupos insurgentes de la época” (Exceções

preliminares, mérito, reparações e custas, I, 2004, p. 05), havendo condenação pela Corte.

Ainda, no Caso *Huilca Tecse vs Peru*, a Corte considerou que a execução de líder sindical não restringe apenas liberdade individual de associação, mas de determinado grupo (Paiva, 2017, p. 230).

Por fim, no Caso *Tristán Donoso vs Panamá*, a Corte considerou que quando as normas sobre calúnias e injúrias:

(...) são utilizadas com o propósito de inibir a crítica contra um funcionário público ou censurar as expressões relacionadas a supostas atividades ilícitas realizadas por um funcionário no exercício de suas funções, o efeito da própria interposição do processo penal é violatório da Convenção (Paiva, 2017, p. 383).

Nos casos mencionados houve nítida violação de garantias constitucionais e utilização de tipos penais no intuito de criminalizar grupos e/ou movimentos selecionados previamente pelo controle social informal, o que foi reconhecido nas manifestações da Comissão e decisões da Corte Interamericana.

Conclusão

As decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos e as manifestações da Comissão demonstram que o Brasil, e os demais países da América Latina exemplificados (Chile, Guatemala, Panamá e Peru), tende a violar a liberdade de associação e relativizar ou suprimir garantias constitucionais de grupos e/ou movimentos sociais que lutam pela democratização do acesso à terra.

A relativização e supressão de garantias, como no caso das interceptações telefônicas ilegais do MST, está diretamente relacionada a um Direito Penal do Inimigo, em que determinada classe de indivíduos – aqueles que representam uma ofensa ao *status quo*, devido a ocupação de terras ociosas e reivindicação por reforma agrária, e são alvo do controle social informal, principalmente por meio da mídia – é selecionada pelo sistema de justiça dentre tantos outros delitos praticados.

Uma política criminal seletiva, dentre outros, a grupos sociais de luta por direitos representa a tentativa de neutralização das pautas levantadas por eles por meio da repressão estatal, o que se mostra incompatível a um Estado Democrático de Direito em que os movimentos sociais figuram como importantes elementos democráticos.

A investigação quantitativa dos casos levados à Corte e a análise qualitativa de suas decisões, que punem os Estados que vem infringindo o direito à liberdade de associação, tem a proposta de apresentar uma alternativa de litigância aos movimentos sociais que são criminalizados, assim como demonstrar a ingerência dos Estados em exercer garantias constitucionais e democráticas.

Referências

- AMBOS, Kai. *Direito penal do inimigo*. PANOPTICA (em reformulação), v. 2, nº 7, p. 01-45, 2008.
- BARBOSA, Aline V. M. *O direito penal do inimigo e a seletividade do sistema penal: dois lados da mesma moeda*. Trabalho de conclusão de curso: Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.
- BATISTA, Nilo. *Intervenção no XIII Congresso Internacional de Direito Comparado*. Rio de Janeiro, Mimeo, p. 1, 27 de setembro de 2006.
- BATISTA, Vera Malaguti. *Criminologia e política criminal*. Passagens. Rio de Janeiro: v. 1, nº 2, p. 20-39, julho/dezembro 2009.
- CANHEO, Roberta O. *Projeto de lei antiterrorismo e a criminalização dos movimentos sociais e manifestações populares*. Trabalho de conclusão de curso: Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- CANUTO, Antônio; e outros. *Conflitos no campo*. Goiânia: CTP Nacional – Brasil, 2014. Disponível em: http://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/caderno_conflitos_no_campo_2014_CPT.pdf.
- CARDIM, Sílvia E. de C. S. e outros. *Análise da Estrutura Fundiária Brasileira*. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/analise-balanco-e-diagnosticos/analise_de_estrutura_fundiaria_brasileira.pdf.
- CORONA, Sonia. *Pobreza para de cair na região e número de indigentes cresce no Brasil*, 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/27/internacional/1422325374_209281.html.
- DUARTE, Leticia. Em painel do FSM, sociólogo exige fim de “perseguição” ao MST no Estado, 2010. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2010/01/em-painel-do-fsm-sociologo-exige-fim-de-perseguiacao-ao-mst-no-estado-2791995.html>.
- ESCHER, Caso. *Outros vs. Brasil*. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas, 2009.
- FARAH, Tatiana. *Concentração de terra cresce e latifúndios equivalem a quase três estados de Sergipe*, 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/concentracao-de-terra-cresce-latifundios-equivalem-quase-tres-estados-de-sergipe-15004053>.
- FILHO, Antônio E. *A luta por direitos e a criminalização dos movimentos sociais: a qual Estado de Direito serve o sistema de justiça?*, 2010. Disponível em: http://terradedireitos.org.br/2010/05/10/a-luta-por-direitos-e-a-criminalizacao-dos-movimentos-sociais-a-qual-estado-de-direito-serve-o-sistema-de-justica/#_ftn13.

- GOHN, Maria da G. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 3ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- _____. *Sociologia dos movimentos sociais*. São Paulo: Cortez, 2013.
- LEITE, Sérgio P. e outro. *Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas*. Revista de Economia e Sociologia Rural, 777-805. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032007000300010>.
- MATTEI, Lauro. *Pobreza rural: um fenômeno histórico relacionado à estrutura agrária do país*, 2012. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Pobreza-rural-um-fenomeno-historico-relacionado-a-estrutura-agraria-do-pais/7/25309>.
- NOLLI, Elinton Cassiano. *Os processos de criminalização: uma abordagem crítica da atuação seletiva do sistema penal*. Trabalho de conclusão de curso: Centro de Ciências Sociais e Jurídicas, Universidade do Vale do Itajaí, 2010.
- ONU. ONU diz que pobreza impede mais de 700 milhões de pessoas de atender suas necessidades básicas. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-diz-que-pobreza-impede-mais-de-700-milhoes-de-pessoas-de-atender-suas-necessidades-basicas/>. Acesso em 20.05.2019.
- PAIVA, Caio Cezar, and Thimote Aragon HEEMAN. *Jurisprudência internacional de direitos humanos*. Ed. Belo Horizonte: CEI (2017).
- RIBEIRO, Amarolina. *População no Brasil*. Disponível em: <https://www.infoescola.com/demografia/populacao-do-brasil>. Acesso em 13.05.2018.
- ROLNIK, Raquel. O direito à moradia no Brasil e no mundo. In: *Oculum ensaios: revista de arquitetura e urbanismo*, nº 7_8, p. 146/163, 2008.
- SANCHÉZ, Caso Chacina Plan de. Outros vs Guatemala. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas, 2004.
- SOARES, Thaís F. S. *A seletividade do sistema penal: uma abordagem crítica acerca dos crimes de colarinho branco*, 2012. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/seletividade-do-sistema-penal-uma-abordagem-cr%C3%ADtica-acerca-dos-crimes-de-colarinho-branco>.
- ULISSES, Laís S. *Panorama da criminalização dos movimentos sociais no Brasil: suas facetas e o emblemático caso da aplicação da Lei de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul*. Arquivo jurídico, v. 2, nº 2, jan/jun 2012.
- VENTURA, Deyse e CETRA, Rayse. *A funcionalidade do Sistema Interamericano de Direitos humanos: os casos de violência no campo levados à Comissão*

Júlia Pupin de Castro

Interamericana de Direitos Humanos. 2012. Disponível em: <http://www.lasilsladi.org/webdav/site/lasilsladi/shared/Working%20Papers/Working%20Paper%20202%20Ventura%20Cetra.pdf>. Acesso em 20.05.2019.

WARREN, Ilse S. Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais. In: *Movimentos sociais e participação*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

Lutas estudantis: diálogos e comparações entre os movimentos secundaristas chileno e brasileiro entre 2006 e 2016

Helena Costa França*
Vanessa Corsetti Gonçalves Teixeira**
Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidí***

Introdução

O Movimento secundarista se caracteriza pela mobilização de jovens em período escolar entre 14 e 18 anos (Donoso, 2013) em torno de alguma pauta. Ou seja, estudantes de Ensino Médio, menores de idade, agindo coletivamente perante o Estado e a Sociedade. Em 2006, no Chile, e em 2015, no Brasil, os estudantes secundaristas entraram em confronto com seus respectivos Estados nacionais reivindicando direitos sociais relacionados à educação (Bobbio, 1992). Para além dos contextos e pautas, os movimentos mobilizaram a comunidade nacional e internacional devido às estratégias utilizadas durante a luta e a conquista de suas demandas.

Algumas dessas estratégias, como as ocupações, foram compartilhadas entre os movimentos de forma espontânea e intencional, como veremos ao longo do artigo. Percebe-se a existência de interlocução entre as lutas em diversas situações como no grito de ordem dos estudantes brasileiros “Isso aqui vai virar o Chile”, mesmo com 9 anos de diferença entre os movimentos, trazendo fortalecimento para a categoria tanto nacional quanto internacionalmente.

Portanto o presente estudo, pretende localizar semelhanças, diferenças e diálogos entre as lutas chilena e brasileira. Busca-se analisar a hipótese de que a união da categoria de estudantes secundaristas se dá através do uso e compartilhamento de estratégias de luta, de forma continuada. No Ensino médio o ciclo de permanência nas escolas é de no máximo quatro anos, o que pode trazer um possível fator de

* Graduada em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo. E-mail: helena.franca@usp.br

** Doutora em Filosofia do Direito pela Universidade de São Paulo. E-mail: profa.vanessa.teixeira@gmail.com

*** Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. E-mail: vuquidi@usp.br

descontinuidade nos movimentos. Além disso, suas pautas se diferenciam de acordo com os contextos institucionais e culturais de cada país.

Sendo assim, analisar as estratégias de organização dos estudantes secundaristas chilenos e brasileiros torna-se crucial para compreender como e por que tais movimentos emancipatórios e autônomos obtiveram sucesso nas suas reivindicações e enfrentamentos. A análise desse artigo se concentra no que chamo de “instrumentos de luta”, que são as táticas compartilhadas utilizadas pelos estudantes santiaguinos e paulistas, diferentemente das estratégias de luta, conceito mais amplo que abrange tanto as táticas quanto os rumos e decisões diversas tomadas.

A luz de diversos teóricos da ação coletiva (Tilly), relação Estado-Sociedade Civil, movimentos sociais (Gohn) e emancipação (Santos) (Freire), o ponto de partida dessa pesquisa são as formas de movimentos sociais contra-hegemônicos, em busca de direitos.

A palavra Direito aqui, compreende que acesso a políticas públicas, democratização e serviços públicos gratuitos fazem parte da gama dos Direitos Humanos Universais. Para além disso, compreende que nos Estados Modernos apresentados, tais direitos ainda não foram incorporados plenamente pelas instituições e população. Desse modo há a busca por incorporá-los através de pressões e reivindicações diretas aos Estados, que nem sempre são realizadas através das vias institucionais. Não as realizar por meio de vias institucionais, mas sim de maneira combativa – como os estudantes fizeram – se caracteriza como meio contra-hegemônico de reivindicação de direitos, pois se a hegemonia é uma relação de poder que se exerce sobre o outro e segundo Emir Sader “sua força depende sempre da força e da fraqueza dos outros sobre os quais exerce uma hegemonia” (Sader, In: Ceceña, 2005, pg 20), a contra hegemonia então, é desafiar tal poder nos espaços dominados, resistindo, ressignificando. De acordo com Ceceña (2005), é pensar o espaço de interação e intersubjetividade dos sujeitos, permitindo pensar na “unidade contraditória pela sua essência unificadora e não pela dissociação dos componentes” (Ceceña, In: Ceceña, 2005, p. 8-11), ou seja, pensar nos espaços de unificação resultante das interações e subjetividades dos sujeitos ressignificando conceitos e relações. Pensar então na unificação resultante dos espaços de luta e interações entre os estudantes, de modo a repensar suas intersubjetividades e significações do ideal de educação que buscam.

O presente artigo se divide em cinco partes, além da introdução. A primeira realiza um resgate das teorias sobre movimentos sociais, ação coletiva e lutas emancipatórias. A segunda faz uma apresentação analítica do caso chileno. A Terceira uma apresentação analítica do caso brasileiro. Já a quarta parte é subdividida em três tópicos e realiza uma análise comparativa das semelhanças, diferenças e diálogos entre as lutas. Por fim, a conclusão se apresenta na quinta e última parte.

Movimentos sociais, emancipação e globalização

A expressão “Movimento Social” embora muito utilizada para explicar fenômenos sociais, sozinha, diz pouco sobre as lutas secundaristas aqui analisadas.

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais, defendida e elaborada por Maria da Glória Gohn (na América Latina) Alan Touraine, Jürgen Habermas, Alberto Melucci entre outros (Alonso, 2009), é muito utilizada para análise dos movimentos sociais Latino Americanos, devido a alguns fatores importantes.

O caráter identitário das reivindicações, advindas de minorias excluídas como negros, índios, hispânicos, homossexuais, mulheres, jovens entre outros citados por Touraine, em oposição à atual configuração das sociedades e governos (Alonso, 2009), descentralizando a dicotomia entre capital e trabalho das reivindicações sociais. Esses movimentos, também não procuram a tomada do controle do Estado, ou a oposição completa, mas sim uma pressão social frente a determinados assuntos e políticas públicas (Alonso, 2009). Procuram não só mobilizar o Estado, mas uma mudança cultural na sociedade civil¹ na procura de melhor qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação na vida política, direitos humanos e manutenção ou expansão das estruturas comunicativas, em todas as esferas sociais (Habermas, 198, p. 33. In: Alonso, 2009, p. 62).

Além disso, Maria da Glória Gohn (2008), em seu livro *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*, destaca que na América Latina e mais fortemente no Brasil, os movimentos sociais perderam autonomia perante o Estado, devido ao vínculo histórico entre os movimentos sociais e os partidos políticos progressistas que ocuparam o poder a partir do início do século XXI (Mirza, 2006. In: Gohn, 2008, p. 61), de modo que o caráter político e transformador dos movimentos ficam enfraquecidos (Gohn, 2008), ou completamente apagados. Dependendo assim, de participações na democracia representativa, monitoradas e/ou coordenadas por regras elaboradas por terceiros (o próprio Estado ou o terceiro setor) (Gohn, 2008), tornando-se símbolos de pautas de inclusão social, minando o caráter político dos movimentos. Indo de encontro com a definição de Bobbio, Matteucci, Pasquino (1986)² de Mobilização Social como mudanças de comportamentos ou adesão à programas ou projetos sociais – similar ao termo participação – (Gohn, 2008, p. 65) e contrapondo a definição dos mesmos autores de Mobilização Política, sendo a ativação de massas, pessoas, por governantes ou líderes da sociedade civil (Gohn, 2008. p. 65) em torno de alguma pauta.

Para Charles Tilly, teórico da ação coletiva com expressões em movimentos sociais que assumem o caráter político, a ação coletiva é composta por cinco fatores: os

1. In: Alonso, 2009, pp. 61.

2. In: Gohn, 2008, p. 65.

interesses, a organização, a mobilização, as oportunidades e as próprias ações coletivas (1978) (apud Gohn, 2008, p. 31). A mobilização social, estruturada formal ou informalmente, é o “processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação” (Alonso, 2009, p. 55), em que a solidariedade se caracteriza por um processo combinado entre o pertencimento à categoria e o vínculo interpessoal dos membros do grupo entre si (Tilly, 1978, p. 74. apud Alonso, 2009, p. 55). Por essa ótica a coordenação do movimento ou mobilização, depende da solidariedade entre os membros do grupo. Nessa linha, Tilly (1975) afirma que desde 1830 pode-se falar de movimentos nacionais e autônomos, mais ou menos violentos, voltados à diferentes temas e organizados por diferentes atores, em diferentes locais. Com um repertório³ moldado em assembleias, greves, comícios, passeatas e utilizado por diferentes atores, temas e lugares, evidenciando que o repertório da ação coletiva é específico dessa estrutura de conflito e não de um ou outro grupo particular (Alonso, 2009). A expressão da ação coletiva em movimentos/mobilizações sociais, para Tilly, seria uma forma histórica de expressões de reivindicações (Alonso, 2009), que deve ser analisada de um lado pela capacidade de agenciamento e criatividade dos indivíduos e por outro, enfatizando os constrangimentos estruturais que limitam as possibilidades da própria ação coletiva (Gohn, 2008, p. 31).

A partir de tal visão da ação coletiva surge a Teoria do Processo Político, que opõe dois principais atores: os “detentores de poder”, membros do Estado, da política, que tem acesso ou controle de uma população; e os “desafiantes” que não tem acesso ou controle de uma população – podem fazer parte dela ou não – e visam ter influência sobre o governo e seus recursos (Alonso, 2009, p. 1993). Em que o Estado nacional – “os detentores de poder” – e os movimentos sociais – “os desafiantes” – são reconhecidos como formas de ação coletiva e não atores sociais, diferentemente da Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

A contribuição de Tilly para o tema é vasta. A partir de seus estudos somos capazes de afirmar que as ações coletivas entre os séculos XVII e XIX eram focadas em revoltas contra condições impostas como; taxas, desapropriações, etc. (Gohn, 2008, p. 39) ou seja, projetos ou políticas públicas impostas pelo Estado, que os grupos sociais não estão de acordo. E que nos séculos XX e XXI as ações coletivas focam nas lutas por redistribuição de renda e outros serviços sobre controle de organizações – governamentais ou privadas – (Gohn, 2008, p. 31). Ou seja, demandas por políticas públicas e/ou projetos relacionados à populações em condição de vulnerabilidade social e controle das organizações que colocam as políticas em prática⁴.

3. Alonso, 2009, p. 58.

4. Infelizmente Tilly não conseguiu finalizar sua interpretação, pois morreu em 2008 de linfoma Gohn, 2008.

Outro debate importante é a noção de Democracia Deliberativa, trazida por Habermas (1985, 1999), Joshua Cohen (2000) e Boaventura de Sousa Santos (2006), no qual a noção de democracia passa não só pelas formas formais e institucionalizadas da mesma, como o voto, mas também pelas formas informais, não institucionalizadas, como membros coletivos da sociedade, grupos de interesse etc. (Gohn, 2008, p. 55). Boaventura, se destaca por articular a democracia deliberativa com os movimentos sociais e a construção de uma teoria da emancipação social considerando que os movimentos sociais são modelos de sociabilidade, abarcados de valores, integrados interna e externamente e que suas práticas são dotadas de sentidos coordenados e projetos (Gohn, 2008, p. 56).

Para a compreensão de tal emancipação Santos traz o debate da multiculturalidade e dos direitos humanos.

O multiculturalismo, tal como eu o entendo, é pré-condição de uma relação equilibrada e mutuamente potenciadora entre a competência global e a legitimidade local, que constituem os dois atributos de uma política contra-hegemônica de direitos humanos no nosso tempo. (Boaventura de Sousa Santos, In: Santos, 1997, p. 19)

A globalização é frequentemente entendida como “o processo social em que os fenômenos se aceleram e se difundem pelo globo” (Santos, 1997, p. 14-15), porém para o autor a globalização é “o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival” (Santos, 1997, p. 14-15) e o localismo, são as práticas locais específicas de uma determinada cultura. Ou seja, o multiculturalismo é a combinação equilibrada dos processos globais em conjunto com as práticas locais para formar uma política contra-hegemônica de direitos humanos. Para tanto o autor propõe quatro formas de globalizações⁵, para a análise proposta nos interessa apenas a forma *Cosmopolitismo* de globalização, que consiste na oportunidade dos subordinados utilizarem os processos de interação transnacional a favor de interesses tidos como comuns, devido à uma forma de dominação que não exclui a possibilidade de tal organização transnacional dos grupos subordinados (Santos, 1997, p. 17)

Revolução Pingüina

Em Abril de 2006, o Chile presenciou pequenas manifestações de estudantes secundaristas em diversas cidades, até a grande marcha de estudantes convocada na capital – Santiago – que contou com a presença de cerca de 4.000 estudantes e marcou o início do Movimento Pingüino (Donoso, 2013). Os *Pingüinos*⁶, maneira

5. Para o autor não há uma globalização, mas sim, formas de globalizações. In: Santos, 1997.

6. “pinguim” em Castelliano (Espanhol)

como os estudantes ficaram conhecidos devido às vestimentas utilizadas nas ações do movimento (uniformes escolares formais nas cores preto e branco), eram estudantes secundaristas e lutavam por uma melhora significativa e na redução das desigualdades na educação chilena (Donoso, 2013). Suas principais bandeiras eram, em suma: melhor qualidade na educação: redução de desigualdades entre a educação pública e privada: passe livre estudantil para transporte: e acesso não tarifado aos exames de entrada nas universidades (Chovanec; Benitez, 2008).

Antes de entender o Movimento Pingüino, suas demandas e sua luta, é importante compreender o cenário educacional chileno entre o período pós Ditadura Militar de 1990, até 2006 com o início da revolta dos *pingüinos*. Antes do final do período ditatorial, foi aprovada uma Lei Orgânica Constitucional de Ensino⁷ (LOCE) com as diretrizes do ensino chileno, baseadas no neoliberalismo e no autoritarismo, que contribuíram para o aumento da desigualdade na educação (Donoso, 2013). A diretriz neoliberal da LOCE, com ideias como diminuição de custos e eficiência⁸, os governos optaram, além da dicotomia entre escolas públicas e privadas, por implementar um sistema de “*vaucher* escolar”, que subsidia escolas por estudantes matriculados, podendo essas ser: administradas pelo município ou por instituições privadas (Donoso, 2016, p. 179). Esse sistema educacional lesou significativamente a qualidade do ensino e agravou ainda mais as desigualdades entre o ensino público e o privado, pois na prática, as escolas subsidiadas operavam como escolas privadas. Em 2015 as escolas subsidiadas e privadas representavam 48% dos estudantes matriculados, em contraponto à 37% de estudantes matriculados em escolas municipais (Donoso, 2016), tal cenário representava uma privatização do ensino chileno. Com o ensino público sucateado, os altos valores para o acesso à universidade e o autoritarismo do sistema de ensino, os estudantes começaram a se organizar contra a LOCE, a favor de uma melhora do ensino público e da diminuição da desigualdade entre “as educações”. Em vista disso diversos conselhos, coletivos e organizações estudantis começaram a se articular e realizar pequenas ações – como manifestações – já em 2001, para derrubar a LOCE e implementar suas demandas.

No final de 2005 as organizações estudantis se alinharam na Assembleia de Estudantes Secundaristas de Santiago⁹ (AES) que persiste até hoje e é organizada horizontalmente; utiliza o processo de decisão por assembleia e elegeu, na época, quatro porta-vozes para o movimento *pingüino* (Donoso, 2013). Com a AES, é possível observar algumas características importantes do movimento: a centralidade e importância de Santiago; a

7. Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza.

8. Alocar o máximo possível com o mínimo de recursos, o que não necessariamente significa melhor qualidade.

9. Asamblea de Estudiantes Secundarios de Santiago.

unidade estudantil dos secundaristas representada pela própria AES; e a forma de organização contra-hegemônica do Movimento.

Com o cenário educacional chileno esclarecido, podemos analisar as principais estratégias dos *Pingüinos* para obter visibilidade, apoio e sucesso na luta.

Primeiramente os *Pingüinos*, desde o início da AES, contaram com o apoio oficial de três partidos políticos de esquerda importantes: Partido Socialista, Partido Comunista e União Democrática Independente¹⁰ (UDI), devido a laços previamente formulados com integrantes da AES. É importante frisar, que a AES não estava alinhada a apenas um partido ou ideologia, de modo que seus membros poderiam se filiar à diversos partidos, destacando que o que unia os estudantes era a insatisfação com a atual situação da educação no país e a luta a favor de uma educação de qualidade (Slavoj, 2010). Ainda nesse primeiro tópico, conforme a luta foi crescendo o apoio dos diversos partidos políticos presentes na democracia chilena foram aumentando, dificultando a apropriação do movimento por parte de qualquer um os partidos. Segundo; a centralidade da AES no movimento mostrou-se estratégia fundamental para organizar as manifestações e a comunicação intra e extra estudantes. Nesse caso, a figura dos porta-vozes se sobressai, assim como as assembleias como modelo de decisão interna. Terceiro; as escolas periféricas também foram incluídas voz ativa, algo muito importante para legitimar o movimento estudantil como íntegro e representante dos estudantes chilenos. Quarto; os estudantes universitários são membros secundários da luta, limitando sua atuação apenas como apoiadores, preservado o protagonismo e pioneirismo dos secundaristas. Quinto; os *pingüinos* não cederam na luta até que houvesse uma conversa inclusiva e democrática sobre o sistema de ensino com os representantes do governo e não cederam nas suas demandas, indicando o comprometimento, seriedade e relevância atribuídos à luta. Sexto; mesmo sendo um movimento nacional, os *Pingüinos* ficaram conhecidos pela atuação dos estudantes em Santiago, devido a visibilidade da capital, do fato da AES estar sediada no local e de ter partido principalmente de estudantes santiaguinos. Porém tais fatores não isentaram a luta de sofrer ataques midiáticos e violência policial. Por fim, gostaria de enfatizar os seguintes instrumentos de luta utilizados: manifestações, *mochilaços* e ocupações. As ocupações foram a grande inovação estratégica, são caracterizadas pela tomada da administração e ocupação das estruturas físicas das escolas pelos estudantes; com a paralisação das aulas e do calendário escolar. Os secundaristas se organizaram em comissões autônomas e horizontais para o controle de entrada e saída de pessoas e cuidado com o ambiente físico limpeza, organização e segurança - para que não houvesse nenhum dano e/ou roubo); dormindo e comendo nas escolas, chamando a atenção do governo e obrigando-o a emitir uma resposta em relação às suas demandas

10. Unión Demócrata Independiente.

Helena C. França; Vanessa C. G. Teixeira e Vivian G. F. Urquidi

'We realised that the Pinguinos' demands had a certain level of legitimacy and that the issue of quality education was a heartfelt demand ... To abolish the LOCE became inevitable; how and how much we had to discuss ...'. (Entrevista com o Político Francisco Javier Díaz, in: Donoso, 2013)

indicando que a opção pelas ocupações foi uma estratégia assertiva para a o debate das demandas com o governo e legitimação posterior do movimento.

Por fim, realizando uma retrospectiva cronológica do movimento encontramos a seguinte ordenação: desde 2001 os estudantes secundaristas se organizam em coletivos e organizações insatisfeitos com a situação da educação no país; em 2005/2006 inicia uma mobilização mais organizada, centralizada pela AES, contra a LOCE e a favor de transporte não tarifado para estudantes e isenção de exames de ingresso nas universidades, assim como uma melhora na educação. Em abril e maio de 2006 eclode o Movimento Pinguino, com manifestações, na defesa das demandas anteriormente citadas e com ocupações das escolas paralisando a educação e o Chile. Após dois meses de protesto, em julho de 2006, o governo chileno cede às demandas dos *pingüinos* encerrando assim, a onda de protestos. Posteriormente, em 2007 é revogada a LOCE e substituída pela Lei Geral da Educação¹¹ (promulgada apenas em 2009), com alguns dos ideais propostos pelos secundaristas. É importante frisar que a extinção da LOCE é uma enorme conquista, pois além de representar o sucesso do movimento ela representa a derrubada da herança militar chilena, o simbolismo e importância histórica de tal ação é imensa. Em 2011 há um novo levante estudantil, dessa vez com a união dos estudantes secundaristas e universitários que conseguem estabelecer e aprovar a “Inspetoria” para Educação de Qualidade e a Agência para a Qualidade da Educação¹² para garantir a real qualidade na educação chilena. Tal conquista indica o sucesso da escolha das estratégias utilizadas pelos estudantes para conseguirem espaço na agenda política Chilena.

Luta secundarista brasileira

Os movimentos estudantis brasileiros não são uma novidade no cenário do país, porém em sua maioria são movimentos universitários que ganham visibilidade, caracterizados pelo uso de manifestações e atos de rua como principais meios estratégicos. O movimento secundarista iniciado em setembro de 2015, traz uma série de curiosidades sobre as estratégias utilizadas. No dia 23 de setembro de 2015, quando é anunciada a Reorganização Escolar¹³, alunos da rede estadual paulista começam

11. Ley General de Educación.

12. Tradução livre de: Inspectorate for the Quality of Education and Agency of the Quality of Education. (Donoso, 2013, pp 26)

13. Proposta completa em: <http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/com-foco-na-qualidade-de-ensino-educacao-anuncia-nova-organizacao-para-a-rede-estadual/>

a se organizar para demonstrar as insatisfações perante a proposta do governo. A primeira indignação consistia no fato de que nenhum estudante ou membro da comunidade escolar¹⁴ foi consultado sobre a proposta, foi uma decisão arbitrária do Governo Estadual paulista, “de cima para baixo” como afirmaram os estudantes (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016). A segunda indignação vem de encontro com a primeira, a Reorganização – como ficou conhecida a proposta – iria alterar completamente a vida dos alunos¹⁵. A alteração arbitrária da escola, indicava que Governo Estadual não enxergava o ambiente escolar um local de formação de identidade e cultura, demonstrando grande descaso para as vidas que seriam afetadas. Outra indignação dos estudantes referia-se as condições precárias da educação estadual; a falta de materiais; a falta de merenda; a infraestrutura insegura das escolas, em suma, as condições de ensino nas escolas estavam longe de ser as ideias e na visão dos alunos a Reorganização não propunha a melhora desses fatores.

À vista disso, as primeiras expressões de insatisfação dos estudantes foram por meio de chamados de manifestações, passeatas e atos de rua (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016). É importante frisar o protagonismo dos estudantes da cidade de São Paulo, os “chamados” para atos, a formação dos primeiros coletivos e das primeiras ocupações tiveram seu início na capital paulistana. Também é importante chamar atenção para a ação policial que permeia toda a luta, sempre muito violenta, ameaçadora e desmedida, desde os primeiros atos de rua, como por exemplo o uso de bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha, detenção de estudantes, invasão de escolas, uso de cassetete e perseguição de alunos (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016, Cap. 2.9). Como as manifestações não geraram frutos positivos, nem visibilidade perante o governo ou apoio da população, os estudantes, inspirados nas experiências latino americanas anteriores – Chile, 2006 e Brasil 2012¹⁶ –, optaram por ocupar as escolas. As primeiras escolas a serem ocupadas foram a E.E. Diadema e a E.E. Fernão Dias Paes, no início de novembro de 2015 e em duas semanas haviam cerca de 200 escolas ocupadas em todo o país (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016). É importante frisar que cada uma das escolas ocupadas obtinha sua própria forma de organização interna, sendo a de comissões, como no Chile, a mais utilizada (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016), demonstrando a pluralidade e autonomia dos estudantes e da luta. A rápida proliferação do número de ocupações, demonstra que os estudantes estavam dispostos e empenhados a radicalizar a luta (mesmo que isso significasse perda de apoio popular) para forçar o

14. Pais/Mães, responsáveis pelos alunos, professores, alunos, diretores e coordenadores. In: Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016.

15. Poderia acarretar em irmãos estudando em diferentes escolas (o que poderia desconfigurar uma organização familiar por inteiro), ou levar estudantes à estudar muito longe de suas casas, mudar de escola poderia significar a quebra de vínculos já formados.

16. In: Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016.

governo à um diálogo sobre a Reorganização (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016). O uso de tal estratégia foi assertiva para o movimento; pois ganharam atenção e espaço na mídia brasileira para denunciar o Projeto e expor suas realidades; chamaram atenção do governo, que respondeu com grande violência policial; conseguiram identificar com maior precisão uma rede de apoiadores e colocaram a Reorganização Escolar no debate da população paulista.

Com a identificação de apoiadores e o tema da Reorganização latente no dia-a-dia dos paulistas, as ações realizadas pelos secundaristas tornaram-se cada vez mais visíveis e divulgadas perante a mídia nacional e posteriormente internacional. Além dos veículos midiáticos oficiais/convencionais (como jornais, telejornais, webjornais, rádio e revistas) abrirem espaço para o debate, o meio de comunicação dos estudantes com os demais estudantes e com a população eram as mídias não convencionais/oficiais, principalmente as páginas e perfis criados no Facebook. A informação sobre o que ocorria dentro dos espaços das ocupações; os propósitos e motivações da luta; os calendários de atividades e eventos¹⁷; as necessidades dos estudantes; as violências policiais sofridas (dentro e fora o espaço das ocupações), eram circuladas com grande intensidade e surtiram um efeito positivo sobre o movimento. Ainda assim, o Governo Estadual permaneceu mantendo a proposta da reorganização. Apesar do cenário favorável aos secundaristas, o governo não demonstrava nenhuma possibilidade de diálogo, portanto em 30/11/2016 a luta foi radicalizada mais uma vez, com a realização dos trancamentos de rua acompanhados de aulas abertas no mesmo espaço (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016). Os trancamentos de avenida/rua, eram o fechamento de cruzamentos de ruas importantes e movimentadas da cidade com carteiras e mesas de escolares, paralisando o trânsito e a circulação de carros, seguida muitas vezes de aulas abertas nesse espaço. Foram uma, inovação estratégica brasileira, à categoria das lutas secundaristas. Novamente a resposta do Estado foi com violência policial, porém nesse cenário a comoção da população a favor da pauta dos estudantes atingiu diversos setores da sociedade; artistas; acadêmicos; jornalistas; políticos; trabalhadores; (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016). A popularidade e os apoiadores da luta aumentaram significativamente, em consequência, a popularidade e apoio da Proposta do Governo diminuiu drasticamente¹⁸, o governador¹⁹ do Estado, se viu sem opção a não ser recuar com a proposta (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016). A sinalização do governo para a abertura de um diálogo com os estudantes e a indicação da suspensão da proposta da

17. As ocupações abrangeram não só ocupar propriamente os espaços, mas também movimentar a comunidade escolar e a população com atividades diversas de resistência e militância do movimento.

18. “Mais da metade (59%) dos paulistas era contrário à “Reorganização Escolar.. A porcentagem de paulistas que consideravam o governo do tucano como bom ou ótimo caiu de 48% para 28%.” In: Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016, p. 257 e 266.

19. Geraldo Alkmin, filiado ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

Reorganização, fizeram com que os instrumentos de luta mais radicais (ocupações e trancamentos) perdessem popularidade, aos poucos as escolas foram sendo desocupadas. A promessa de um diálogo com o governo permaneceu e a Reorganização Escolar foi revogada no dia 04/12/2015, por um pronunciamento oficial do Governador, porém sem respaldo de documentação oficial.

A desocupação das escolas, assim como a ocupação das mesmas se deu de forma espontânea, porém articulada. Assim como todas as outras intervenções artísticas, culturais, políticas – dentro e fora das ocupações –, o boicote ao SERESP²⁰, realização de aulas abertas, de jograis como forma de comunicação e as próprias manifestações e atos de rua. Compreender tal forma de organização da luta é importante para entender as estratégias e rumos anteriormente citados. Ao contrário da Revolução Pingüina, os secundaristas brasileiros não tinham um único coletivo que os representasse e suas pluralidades como a AES. Havia dois tipos de coletivos que eram porta-vozes e referências para o movimento; O Comando das Escolas de Luta e Secundaristas em Luta, ambos com páginas no Facebook como canal oficial de comunicação. Paralelamente as pluralidades do movimento eram manifestadas na criação de outros coletivos e outras frentes de luta, para ilustrar tal situação cada escola ocupada criava um canal oficial (via Facebook) da sua ocupação, que continha as vivências e decisões estratégicas próprias, assim como diversos coletivos e/ou grupos identitários (feministas, negros e lgbtis) (Alonso, 2009) eram criados dentro do espaço das ocupações e traziam vivências e pautas próprias para dentro da luta secundarista. Essa “teia de pluralidade e representações” era articulada em reuniões, encontros e conversas (presenciais ou através de meios virtuais) realizados entre os próprios coletivos e grupos, de uma mesma ocupação ou não. Não havia uma referência única centralizada, nem para a sociedade nem para os estudantes, que representasse o movimento ou tomasse as decisões estratégicas do mesmo. De forma horizontal, autônoma e articulada esses coletivos e grupos se conversavam e combinavam entre si formas de atuação e estratégias da luta. Os coletivos G.A.S (Grupo Autônomo Secundarista) e O Mal Educado são outras duas referências importantes para o movimento secundarista que não se limitavam às dinâmicas das ocupações e representavam a luta. Nenhuma escola ou ocupação era coagida a concordar ou realizar as decisões são um tomadas pelos grupos e coletivos, as individualidades e pluralidades eram constantemente respeitadas e reafirmadas. Nessa mesma linha de raciocínio, o movimento optou, em conjunto, por não legitimar nenhum apoio de partidos políticos

20. SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) é aplicado anualmente nas Escolas Estaduais para avaliar o rendimento estudantil dos alunos e foi, no ano de 2015, boicotado pelo movimento secundarista. Foi produzido um manual de boicote ao SARESP pelo coletivo *O Mal Educado*, presente no livro de Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016, Anexo B.

ou instituições, de modo que não optou por vias institucionalizadas para alcançar as demandas e procurou sempre preservar e legitimar o protagonismo dos estudantes secundaristas exaltando as características emancipatórias e autônomas da luta. Consequentemente, os secundaristas não abriram espaço de decisão dos rumos, demandas e estratégias do movimento para os estudantes universitários, reconhecendo-os como apenas apoiadores, assim como as mídias alternativas, os professores e as figuras públicas.

Percebe-se aqui, que falar de uma totalidade ou unidade do movimento e seus integrantes, assim como as demandas e representações é um grande equívoco. A pluralidade e a articulação de individualidades (seja pelas vivências das ocupações, seja pelos grupos identitários) de forma horizontal é de suma importância para compreender a luta secundarista brasileira de 2015.

Áreas de comparação

Na presente seção, pretendo realizar uma análise comparativa de algumas estratégias, forma de organização e objetivos das lutas. Parte-se da hipótese de que a união da categoria dos secundaristas e o sucesso nos alcances dos objetivos de luta, estão intimamente ligados com a escolha das estratégias de luta e a forma de organização dos movimentos. Para tanto, foram selecionadas 14 áreas de análise, divididas em três subgrupos: “Organização Interna”; “Relações” e “Instrumentos de Luta”. O primeiro subgrupo é composto pelas formas de comunicação intra e extra movimento; definição e alcance – ou não – de objetivos; forma de organização dos movimentos e encaminhamentos pós luta. O segundo subgrupo é composto pela relação dos estudantes com a sociedade civil nacional e internacional; com a polícia e com os governos. E por fim, o terceiro subgrupo é composto pelos instrumentos de luta utilizados como; as ocupações; manifestações de rua; trancamentos de avenidas; expressões artísticas e *mochilaços*.

A. Organização Interna

Primeiramente é possível observar alguns pontos importantes em comum, entre as formas de organização interna de ambos os movimentos: a horizontalidade; a autonomia; a realização de assembleias como forma de modelo decisório; o protagonismo dos secundaristas; comunicação através de mídias sociais e cartazes e o uso dos instrumentos de luta. Estes pontos de convergência, constituem um “bloco unitário” do ideal de como se construir os movimentos, atentando para a horizontalidade, autonomia, protagonismo e processos decisórios coletivos. Observa-se que tal ideal provém de bases emancipatórias e contra-hegemônicas, visto que contrapõem e embatem as formas “clássicas” – institucionais e/ou já sistematizadas por movimentos sociais anteriores – de se fazer política.

Em segundo lugar, é possível observar pontos importante de divergência entre as formas de organização interna dos movimentos: os objetivos; o contexto político-social; a seleção e forma dos comunicadores e comunicação; a centralidade ou não dos movimentos e os encaminhamentos pós luta. A análise dessas diferenças permite constatar que o simples fato de serem estudantes secundaristas procurado uma melhora na educação em seus países não é característica suficiente para afirmar que há um “bloco unitário” internacional da categoria, pois os contextos em que se dão os levantes são, no limite, completamente distintos. Apesar de ambos os países terem passado por ditaduras militares na metade final do século XX, os processos das ditaduras e de redemocratização foram completamente distintos, levando os países à maturação democráticas em “níveis” diferentes – se é que podemos nivelar uma democracia- e culturas políticas distintas. Um exemplo disso é que no caso chileno, a democracia já era praticada pela população antes da ditadura de 1973, voltando a ser praticada após a mesma, de modo que a cultura democrática praticada pela população amadurece em um curto período de tempo. Mas no caso brasileiro as práticas democráticas pela população ainda são novidade, pois antes da ditadura de 1964 a democracia brasileira era algo frágil, marcada por longos períodos de governos ditatoriais e de ruptura democrática. Assim, pertencerem à mesma categoria não é condição o suficiente para dar unidade aos movimentos, pois se tratando de países diferentes, os contextos de pressão e formulação das políticas públicas serão distintos, assim como as ideias, os instrumentos, os atores, o que se considera um problema, uma possível solução e o jogo político. Tais contextos de cada país irão definir como os fluxos de políticas públicas apresentado por John Kingdon – de problemas, de alternativas e da política – irão convergir para que haja a abertura de uma janela de oportunidades (Faria, 2003), de modo que a reivindicação dos estudantes seja vista como um problema necessitado de uma política pública que o solucione. Assim tais contextos influenciam a maneira de organizar a comunicação interna e externa do movimento, o que leva os santiaguinos optarem por uma centralidade representativa e comunicativa na ASE e selecionar quatro porta-vozes do movimento e os paulistas à descentralizarem o movimento, transitarem de funções e realizarem jograis. Percebe-se com essas escolhas, que os estudantes paulistas tinham grande preocupação em relação à personificação e responsabilização do movimento em algumas pessoas, demonstrando desconfiança em relação às práticas governamentais, à fragilidade democrática e de se afirmarem como um movimento coletivo. Por outro lado, os estudantes santiaguinos, não demonstram desconfiança nas práticas governamentais e democráticas, se afirmando como movimento coletivo por outras vias, porém ambos negam a figura de “heróis” e líderes. É interessante observar as diferenças das democracias, especificamente no que tange aos “comunicadores” dos movimentos, a imprensa chilena e os artigos acadêmicos demonstram respeito e reproduzem o termo porta-vozes indicado

pelos estudantes, enquanto os brasileiros, a imprensa (quando favorável) os artigos acadêmicos e as próprias pronúncias dos estudantes, necessitam reafirmar constantemente que não há um líder do movimento e por isso mesmo, circulam as funções entre os estudantes para evitar a personificação.

B. Relações

No que tange às relações sociais construídas, os pontos de convergência tornam-se fortemente visíveis: o fraco apoio da sociedade civil no início do movimento; a negação governamental inicial; o alto e desmedido uso da violência policial; o crescimento do apoio da sociedade civil; tentativas unilaterais de comunicação por parte governamental; o acato tardio das demandas por parte dos governos e a visibilidade internacional por meio dos meios de comunicação formais. Vale ressaltar que a resistência do governo perante os movimentos é algo esperado, pois faz parte do jogo democrático, porém o uso desmedido da violência policial como forma de conter o movimento foram, e ainda são, mal vistas pela sociedade civil e internacional – devido ao apelo por serem jovens lutando por um direito social e universal (a educação) (Bobbio, 1992) disposto nas Constituições²¹ e na Declaração Universal de Direitos Humanos²². Tal apelo, em conjunto com as intencionais e constantes divulgações por parte dos estudantes das más condições de estudos que eram submetidos, por meio de vídeos gravados e divulgados sobre: os materiais escolares e merendas que lhes eram negados e que encontravam escondidos nas escolas; as más condições do espaço físico e as melhorias realizadas pelos estudantes; e as próprias radicalizações da luta, contribuíram para o apoio da sociedade civil nacional mudar de posicionamento, enfraquecendo os governos. Neste aspecto, observamos a expressão nítida do cosmopolitismo de Boaventura (Santos, 1997, p. 17), com o uso das mídias de massa homogêneas internacionais (Facebook, WhatsApp e Messenger) favorecendo um movimento contra-hegemônico local.

O enfraquecimento dos governos, leva ao acato das demandas dos estudantes, que se deram de maneira muito distintas entre os dois casos. O governo chileno, por se tratar da esfera nacional e ser uma coligação de esquerda²³, defensora de políticas sociais progressistas, acolhe as demandas estudantis em duas frentes: as de curto prazo – que são implementadas momentaneamente, como a isenção das tarifas de transporte e de exames – e as de longo prazo, nas quais é aberto um canal de diálogo

21. Constituição Política de la República de Chile de 1980 Cap. III, Art. 19, Incisos 10º e 11º. E Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Cap II, Art 6º; Art 7, Inciso IV e Capítulo III, Seção I.

22. Art 26. Declaração Universal dos Direitos Humanos. União das Nações Unidas-ONU.

23. “Concertación” - nome atribuído à coligação.

entre governo e estudantes para a formulação da nova Lei da educação no país. Diferentemente do governo estadual brasileiro, a Concertación se propunha a ser um governo de esquerda, onde o diálogo com a população para a formulação de políticas fosse maior, somando com a maturidade democrática do país tal via de acordo, para a formulação da lei, foi possível. No Estado de São Paulo, com um governo de centro-direita no monopólio das políticas à 20 anos, a incipiência da democracia brasileira, a não intervenção da união no conflito (respeitando a autonomia dos entes federativos respaldada na constituição), não abre possibilidade para um diálogo ou formulação de política, somente a revogação do projeto foi possível, através de um pronunciamento oficial que evidencia o distanciamento institucional da população, e que para tais circunstâncias democráticas significou uma imensa conquista.

Com relação ao apelo e repercussão internacional, os estudantes chilenos, por serem pioneiros, ganham grande visibilidade pelo enfrentamento contra-hegemônico. Já os estudantes brasileiros, ganham grande visibilidade devido à resistência perante a violência policial, que é respaldada posteriormente em um encontro dos estudantes com a ONU (Organização das Nações Unidas), para a denúncia de tais atuações do aparelho estatal brasileiro.

C. Instrumentos de Luta

Nessa sessão de análise, apenas dois pontos divergem: os trancamentos de rua, que foram esquematizados e formalizados pelos estudantes brasileiros e os *mochilaços*, realizados apenas pelos estudantes chilenos. As outras estratégias: ocupações, expressões artísticas, manifestações de rua e aulas abertas, foram realizadas por ambas as lutas e não completamente dissociadas entre elas. O diálogo e as formalizações das estratégias utilizadas pelos estudantes (por meio dos “manuais” e da documentação audiovisual produzida²⁴) foi crucial para que houvesse o compartilhamento de experiências para o uso das mesmas estratégias nas diferentes lutas através do aprendizado com experiências anteriores.

Segundo Carlos Aurélio Pimenta de Faria, tal compartilhamento faz parte do processo de aprendizagem presente nas abordagens cognitivas das políticas públicas, onde há um compartilhamento de concepções, ideias, valores, crenças por determinados atores, que influencia a maneira de enxergar os problemas e suas possíveis soluções. O sistema de crenças proposto por Paul A. Sabatier, propõe que há uma coalizão de defesa de ideias, em torno de um problema e/ou política pública. De acordo com Sabatier, tal sistema de crenças, pode ser dividido em três núcleos: o núcleo duro; o político e os aspectos instrumentais. O núcleo duro (Sabatier, In: Faria, 2003) ou paradigma (Campbell, In: Perissinotto e Stumm, 2017), são os espaços de compartilha-

24. La Revolución de los Pingüinos.

mento de concepções de mundo onde há pouca possibilidade de mudança e alta convergência de valores, podemos afirmar então que os estudantes secundaristas tanto do Chile quanto do Brasil compartilham de tal paradigma, quando ambos defendem uma educação pública democrática e de qualidade. O núcleo político (Sabatier, In: Faria, 2003), são os espaços de compartilhamento de valores, prioridades e identificação com grupos sociais, onde há possibilidade de mudança e possibilidade de divergências das ideias. Analisando o caso apresentado, podemos afirmar que os estudantes e ambos os países compartilham de tal núcleo, pois se identificam como grupos pertencentes à um mesmo paradigma, as prioridades são compartilhadas; como o acesso, permanência e qualidade na educação pública e os instrumentos de luta também são compartilhados. Por fim, há o núcleo dos aspectos instrumentais (Sabatier, In: Faria, 2003) em que há compartilhamento das estruturas das políticas públicas e da instrumentalização das mesmas, onde há maior possibilidade de divergência de valores e de mudanças. Podemos afirmar que tal núcleo os *pingüinos* e os estudantes de luta não compartilham, pois cada luta e atores levaram à articulação de políticas públicas completamente distintas. Algo esperado, pois se o contexto político-institucional de cada país influencia na formulação e defesa das políticas públicas, a distinção dos aspectos instrumentais das crenças de determinada ideia para a formulação das políticas públicas não é uma surpresa.

Sendo assim, juntando a abordagem de Sabatier com a de Peter Hass, apresentada por Faria,

Considera-se o aprendizado como um processo que ‘tem a ver mais com a política do que com a ciência, o que transforma o estudo do processo político em uma questão relacionada a quem aprende o quê, quando, para o benefício de quem e porquê’ (Adler e Hass, 1992, p. 370) (Faria, 2003 , p.27)

No caso das lutas apresentadas, foram apreendidos os instrumentos de luta utilizados e compartilhados entre os estudantes; nos momentos em que houve a abertura de “janelas de oportunidades” (Kingdon, In: Faria, 2003) nos respectivos países; para benefício das lutas travadas com os governos; na conquista de políticas públicas favoráveis ao núcleo duro de crenças sobre como e o que é uma educação pública democrática de qualidade. De modo que a aprendizagem por experiências anteriores e a formalização de pelo menos três dessas experiências – as ocupações chilenas formalizadas no “‘Manual’ de como ocupar minha escola”²⁵ e os trancamentos de rua brasileiros, formalizados no “‘Manual’ de como trancar uma avenida”²⁶ e no “‘Manual’ de como boicotar o SARESP” – facilitando tal aprendizagem, possibilitou ambas às

25. Traduzido do espanhol para o português pelo coletivo *O Mal Educado* e presente no livro de Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016, anexo A.

26. In: Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016, anexo E.

lutas, conquistas e formulação (ou não implementação) de políticas públicas instrumentalizadas de acordo com o contexto político, institucional e cultura de cada país.

Assim, a união desses atores se dá a partir das crenças compartilhadas no núcleo duro e no núcleo da política e na aprendizagem gerada a partir das experiências anteriores, evidenciadas no compartilhamento dos instrumentos de luta.

Considerações finais

A partir da análise, podemos concluir que a aprendizagem por experiências anteriores foi de suma importância para que houvesse o compartilhamento das táticas das lutas secundaristas apresentadas. É necessário maior tempo de análise a partir do histórico de circulação das ideias, para compreender mais precisamente a influência e relevância da circulação do “Manual de como ocupar sua escola” e das demais formalizações dos instrumentos de luta. Assim como tais compartilhamentos e aprendizagens contribuem para o fortalecimento da categoria internacionalmente.

Podemos verificar a confirmação de uma ação emancipadora proposta por Paulo Freire

... é fundamental, então, que, ao reconhecerem o limite que a realidade opressora lhes impõe, tenham, neste reconhecimento, o motor de sua ação libertadora somente superam a condição em que se acham quando reconhecerem-se oprimidos os engaja na luta por libertar-se. (Freire, 1974)

na práxis dos estudantes em luta, na busca por “Una educación cuyos verbos sean construir, crear y superar” (Wanschelbaum, 2015),

forjada com ele(s) e não para ele(s)... uma pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. (Freire, 1974).

Referências

- ALONSO, Angela. *As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço no Debate*. Lua Nova, São Paulo, 76, pp. 49-86, 2009.
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. 1992. Editora Elsevier, nova edição, 2004.
- CAMPOS, Antônia J. M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. *Escolas de Luta*. São Paulo-SP, Brasil. Veneta, 2016. (Coleção Baderna).
- CHOVANEC, Donna M; BENITEZ, Alexandra. The Pinguino Revolution in Chile: Exploring Intergenerational Learning. In: *Social Movements. Journal of Contemporary Issues in Education*, 3(1), pp. 39-57, 2008.

- CECEÑA, Ana Esrher. Hegemonias e emancipações no Século XXI. In: *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Organizado por Ana Esther Ceceña. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, pp. 7-12, Buenos Aires, julio de 2005.
- DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Resolução 217 A III. Organização das Nações Unidas, 10 de dezembro 1948.
- DONOSO, Sofia. Dynamics of Change in Chile: Explaining the Emergence of the 2006 Pingüino Movement. In: *Journal of Latin American Studies*, 45, pp 1-29 doi:10.1017/S0022216X12001228, 2013.
- _____. When Social Movements Become a Democratizing Force: The Political Impact of The Student Movement in Chile. In: *Research in Social Movements, Conflicts and Change*, v. 39, 167-196. Emerald Group Publishing Limited, 2016.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, Conhecimento e Políticas Públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, nº 51, Fevereiro de 2003. www.scielo.br
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Editora Paz e Terra, 1974, 43ª edição, 2005.
- GOHN, Maria Da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo-SP, Brasil. Edições Loyola, 2008.
- LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. A Ação Pública Abordada Pelos Seus Instrumentos. In: *Rev. Pós. Ci. Soc.*, v. 9, nº 18, jul/dez. 2012.
- PERISSINOTO, Renato; STUMM, Michelle. A virada Institucional: quando e como ideias importam. *Rev. Sociol. Polit.*, v. 25, nº 64, p. 121-148, dez 2017.
- REPÚBLICA do Chile. Constituição chilena de 1980. Disponível em: <<http://goo.gl/i89a1Y>>.
- REPÚBLICA Federativa do Brasil. Constituição Brasileira de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.
- ROMO, Andrés Donoso. Paulo Freire, *o Pensamento Latino-Americano e a Luta Pela Libertação*. Latin American Research Review.
- SADER, Emir. Hegemonia e Contra-hegemonia. In: *Hegemonias e Emancipações No Século XXI*. Organizado por Ana Esther Ceceña. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, pp. 15-34, Buenos Aires, julio de 2005.
- SANTOS, Boaventura De Sousa. Por Uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 48. Junho 1997.

Lutas estudantis: diálogos e comparações entre os movimentos
secundaristas chileno e brasileiro entre 2003 e 2016

WANSCHERBAUM, Cinthia. *Educación y Lucha de Clases, de Anibal Ponce*, Buenos Aires, Ediciones Luxemburg, 2014. *Perfiles Educativos*, v. XXXVII, nº 149, 2015.

ZIZECK, Slavoj. A Tinta Vermelha. 2010. Aceso em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2011/10/11/a-tinta-vermelha-discurso-de-slavoj-zizek-aos-manifestantes-do-movimento-occupy-wall-street/> > Último acesso em: 04/06/2019.

A Revolta dos Pinguins no Chile e as ocupações das escolas no estado de Goiás no Brasil

Marcos Jerônimo Dias Júnior*
Sérgio Inácio do Nascimento**

Apresentação dos objetos de estudo

A revolta dos Pinguins no Chile em 2006 e as ocupações das escolas estaduais em Goiás no Brasil em 2015 e 2016 podem ser concebidas como lutas sociais de resistência que perpassam pelos interesses antagônicos entre as classes sociais vigentes no atual modo de produção capitalista. Logo, aparece-nos o questionamento, o que é uma luta social? O sociólogo Max Weber explica que é impor seu querer em uma relação social mesmo que haja resistência de outros. Entende-se que a essência da vida social, dos mecanismos de mercado e da política é a luta (Barbosa; Oliveira; Quitaneiro, 1995).

A imprensa internacional e com destaque a latino-americana no dia 30 de maio de 2006, noticiou as diversas manifestações nas ruas de diversas cidades chilenas. Estudantes de escolas secundárias de forma ativa e em grande quantidade mobilizados em território nacional adotaram uma postura protagonista. Fizeram passeatas e assembleias, entraram em greve, ocuparam escolas e atos bradando palavras de ordem que concentrava em si uma postura política que não acontecia no campo político nos últimos três decênios, considerada incomum (Zibas, 2008).

Entre 2015 e 2016 em Goiás/Brasil, 27 escolas foram ocupadas, tendo como protagonistas estudantes secundaristas como forma de protesto e não aceitação da

*Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGE/UFG); Mestre em Educação Brasileira, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás FE/UFG; Pós-Graduado Lato Sensu em Docência do Ensino Superior, pela Faculdade Apogeu-Centro Integrado de Educação; Licenciatura plena em Educação Física pela Universidade Federal de Goiás - FEF/UFG; Graduando em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG); Trabalhador da Educação com o cargo efetivo de professor na Secretaria de Estado da Educação de Goiás, exercendo a função de diretor de uma unidade escolar. E-mail: mjrgoias2012@hotmail.com

**Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Especialização em Ciência Política pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Mestre em Ciências Sociais e Humanidades: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Professor efetivo de Sociologia do ensino médio da Secretaria de Estado da Educação de Goiás. E-mail: sergioinacio37@gmail.com

transferência de unidades escolares das regiões de Anápolis, Aparecida de Goiânia, Goiânia, Trindade e do Entorno do Distrito Federal para serem administradas por uma Organização Social (OS).

A intenção do governo de Goiás era terceirizar a administração das escolas estaduais transferindo sua gestão para Organizações Sociais (OSs). O governador Marconi Perillo (PSDB) assinou o decreto nº 8.469, de 14 de outubro de 2015¹, ordenando à Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE) que realizasse o processo de seleção das Organizações que se apresentasse até o dia 31 de dezembro de 2015. Planejava-se que as Organizações Sociais (OSs) assumissem 30% das unidades escolares em 2016 (G1 Goiás, 2015).

No Brasil, o movimento de ocupações, de forma ampla, ocorreram em dois momentos nos espaços de ensino institucionalizados. No primeiro, posicionaram-se contrariamente às propostas de políticas educacionais dos governos estaduais, tiveram uma dimensão estadual, cada qual em seu próprio decurso. Sendo circunscrito a estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Ceará e Goiás. De forma quase generalizada, as ocupações aconteceram em unidades escolares estaduais de Ensino Médio (Groppo, 2018).

O segundo momento, mais reduzido, desenvolveu-se entre outubro e dezembro de 2016. Iniciou-se no Paraná, ocorrendo a maior quantidade de ocupações desse período. A causa principal era contra a política de abrangência nacional que tratava da Medida Provisória nº 74, que discorria sobre a reforma do Ensino Médio. Nessa sequência o governo do ex-presidente Temer, apresentou a Proposta de Emenda Constitucional nº 142, posteriormente chamada PEC 55², que desencadeou a ocupação de Institutos Técnicos e Universidades Públicas, assim como, greves de docentes do Ensino Superior e técnicos. Esse processo social vigoroso aconteceu em todas as regiões do território brasileiro, 22 Estados e Distrito Federal (Groppo, 2018).

Esse estudo possui como objeto de investigação essas ações estudantis do Chile e em Goiás, a partir da seguinte problemática: Quais as causas das ações coletivas dos estudantes? O objetivo geral é: O que os estudantes reivindicavam? Como objetivos

1. Art. 1º - A Comissão Especial de que trata o inciso II do § 1º do art. 6º-B da Lei nº 15.503, de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais estaduais e disciplina o procedimento de chamamento e seleção públicos, por meio de sua Presidência, deverá adotar imediatas providências, todas de forma compartilhada com a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte, objetivando o procedimento, até 31 de dezembro de 2015, de seleção de organizações sociais para a celebração de contratos de gestão de até 30% (trinta por cento) das unidades escolares que integram as Subsecretarias de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Trindade e as do Entorno do Distrito Federal, constituindo os trabalhos um Projeto Piloto. (...).

2. O objetivo é congelar investimentos por até 20 anos e travar o percurso de crescimento dos gastos públicos.

específicos pretende-se: Relacionar a revolta dos pinguins (assim chamado em razão de seu uniforme) no Chile com a ocupação das escolas por estudantes no Estado de Goiás no Brasil. Identificar quais estratégias de lutas utilizadas? As semelhanças e diferenças entre as políticas educacionais neoliberais na educação em cada país.

Os objetos de estudo são abordados em uma investigação de cunho qualitativo com referência na metodologia bibliográfica articulada à análise documental, pautada nos fundamentos dos procedimentos investigativos do materialismo-dialético. Utiliza-se como ferramentas metodológicas a análise de conteúdo e a descritiva-analítica.

Esse trabalho reflexivo e teórico está organizado em seis partes. Na primeira, faz-se a apresentação dos objetos de estudo. Na segunda, discorre-se sobre a conjuntura política e econômica no Chile e em Goiás. Na terceira, os desdobramentos das Organizações sociais em Goiás. Na quarta, descrevem-se os intentos da Revolta dos Pinguins. Na quinta, trata-se dos intentos dos estudantes de Goiás e por último as considerações finais.

A conjuntura política e econômica

A ditadura militar que se iniciou no Chile em 1973 se utilizou da violência e terror. O Estado foi militarizado, as Forças Armadas passaram a exercer a função de direção política e responsável pela repressão, conseguiram sustentar-se no poder através da violência repressora contra as instituições democráticas e forças populares. Para exercer funções específicas no campo econômico e jurídico foram escolhidos técnicos associados à ideologia conservadora e ao grande capital privado. Um país em termos econômicos pequeno, completamente introduzido na globalização (Sader, 2006).

A ditadura Chilena conseguiu estabelecer uma aliança de classes, que tinha à frente as Forças Armadas, tendo o General Pinochet um papel de destaque. Foram capazes de agregar grupos empresariais, tinham como referências intelectuais orgânicos na economia, chamados de economistas liberais, e na área política, Jaime Gusmán e seus seguidores, sendo ele, o líder que implementou a luta para dar à ditadura militar uma dimensão de constitucionalidade, culminando em 1980, foram capazes de estabelecer um regime político com um longo tempo de existência, inclusive sobrevivendo à própria ditadura militar e direcionando as relações políticas no Chile para muito além do fim da estadia de Pinochet no governo (Moulian, 2006).

A nova democracia chilena, em sua esfera de negócios econômicos e políticos comandados por setores privados, cresceu de uma forma expressiva. Áreas como a saúde e educação tiveram uma elevação no orçamento, porém, essa medida não significou o restabelecimento de nenhuma política pública relevante para o desenvolvimento da qualidade das escolas. Pode-se verificar o contrário, ocorreu o aumento de subsídios às associações privadas que desfrutaram da concessão de propor esses “serviços sociais” ao povo. Constatou-se que o comércio com educação e saúde, bem como

das pensões, elevou-se de forma rentista, assegurado pelo Estado para a iniciativa privada. Tem-se então, um capitalismo de serviço público que gerou um descontentamento crescente em pessoas que viviam em patamares extremos de individuação e com seus modos de vida sendo privatizados (Encina, 2015).

No Chile, o desenvolvimento da rede privada de educação subvencionada é uma questão tensa nos embates políticos. Em pleno período democrático, em 1993, através da *Ley de Impuestos a la Renta*, que intensificou a privatização do sistema educacional, possibilitou-se que escolas subvencionadas cobrassem mensalidades dos estudantes do ensino fundamental e médio. Em uma estrutura administrada por empresários ou por instituições religiosas, percebe-se a triste realidade que, apesar dos pais terem de pagar mensalidades e a população de situação socioeconômica baixa ser pouco atendida, as empresas ainda recebem do Estado financiamento oficial por cada estudante, praticamente igual ao dado às escolas municipais. Nesse cenário, parcela da população chilena entende o lucro dos estabelecimentos educativos como legal (Zibas, 2008).

A educação escolar na forma como se desenvolvia foi percebida como um dos problemas sociais a serem enfrentados. Várias camadas do povo estavam decepcionadas com a conjuntura de mecanismos ideológicos neoliberais que propagavam melhorias que possibilitariam a ascensão social ou a possibilidade de manutenção nas posições sociais. Nesse contexto o movimento estudantil é quem vai manifestar sua insatisfação e organizar vários movimentos de resistência (Encina, 2015).

O processo de mercantilização da educação e o reordenamento do sistema de ensino na escola pública ocorreram em diversos países, mas cada um com suas peculiaridades. No Brasil, especificamente no Estado de Goiás, as políticas públicas educacionais neoliberais manifestaram-se através da militarização das escolas e a tentativa de entregar determinada quantidade de escolas para serem geridas por Organizações Sociais (OSs) (Antunes *et al.*, 2018).

A eleição de 2010 para o governo de Goiás elegeu Marconi Perillo (PSDB) para seu terceiro mandato. No final do mesmo ano, o governador eleito convidou o deputado estadual Thiago Peixoto (PMDB, hoje a sigla se chama MDB) eleito deputado federal para assumir a Secretária de Estado de Educação de Goiás. O Deputado coordenava em Goiás o Movimento Todos pela Educação³ e aceitou prontamente o pedido, gerando descontentamentos em seu partido, oposição ao governo Marconi Perillo (Nascimento, 2016).

3. O Todos pela educação é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, plural e suprapartidária. Com propostas para a melhoria da educação no Brasil. O movimento possui alguns mantenedores como: Fundação Bradesco, Fundação Lemann, Itaú Social, Itaú BBB, Instituto Unibanco e Telefonia Fundação/Vivo. E alguns apoiadores como: Moderna, Fundação Roberto Marinho, Instituto Votorantim, Gol, entre outros. Extraído de: https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/o-todos/#bloco_75.

Ao assumir a Secretaria de Estado de Educação em 2011, Peixoto e sua equipe fizeram um diagnóstico do sistema de educação de Goiás e logo após apresentaram o projeto de reforma educacional, denominado “Pacto da Educação”. Um projeto e plano com metas para o sistema de ensino de Goiás com vistas a estabelecer um reordenamento. Em 05 de setembro, a reforma foi anunciada como salvadora da educação de Goiás. O documento foi chamado de “Pacto pela educação: um futuro melhor exige mudanças”. Essa política pública de educação contou a orientação da consultoria *Bain e Company*, situada em Boston, nos Estados Unidos da América do Norte. A empresa foi responsável pelas Reformas Educacionais de *Boston, Nova York* e do Amazonas, no Brasil. O documento também teve a colaboração da Fundação Itaú Social (Antunes *et al.*, 2018; Nascimento, 2016).

Verificou-se, nessa proposta, um direcionamento para uma organização pautada pelos princípios mercadológicos. A meritocracia é instituída como estímulo da função docente aparecendo de forma clara como um mecanismo regulador e lógica de mediação do processo educativo com uma política de concessão de bonificações aos docentes e alunos por produtividade (Antunes *et al.*, 2018; Nascimento, 2016).

Novamente, na eleição de 2014, Marconi Perillo (PSDB) se reelegeu para seu quarto mandato. O governador possui uma visão neoliberal no campo político, econômico e com desdobramentos no campo educacional. No campo legislativo, conseguiu aprovar na Assembleia Legislativa de Goiás, a lei nº 15.503, de 28 de dezembro de 2015, que trata da qualificação de entidades como organizações sociais estaduais, disciplina o procedimento de chamamento e seleção públicos e outras questões.

Essa legislação está em concordância com a lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 que “dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências”, aprovada no Congresso Nacional a pedido do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) que governou o Brasil do período de 1995-1998 e 1999-2002.

Cardoso e Perillo governaram em sintonia com padrões neoliberais, que defendia a reestruturação econômica, redução dos programas que são compreendidos como despesa pública e não investimento, privatização de empresas estatais, diminuição do gasto público, não permissão da intervenção do Estado nas relações de negócios por meio de mecanismos e da desregulamentação (Torres, 1995).

Nessa perspectiva, a fé no setor privado e a crença nas privatizações são glorificadas como parte de relações sociais de um mercado livre, acreditando na competência e no êxito da competição, onde os serviços públicos ou estatais são vistos como ineficazes, sem produtividade e com um gasto social que gera desperdício. Já o setor privado é entendido como sendo capaz de ser eficaz, competente, produtivo e com agilidade

para funcionar e atender satisfatoriamente por causa de sua forma de organização com menos mecanismos de burocracia, com mais velocidade e precisão às mudanças do mercado capitalista (Torres, 1995).

Os desdobramentos das Organizações sociais em Goiás

A Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE) divulgou a partir do dia 29 de dezembro de 2015 o chamamento público com o objetivo de escolha de Organização Social, para estabelecer contrato de administração com o propósito de gerenciar, operacionalizar, executar ações administrativas, de suporte para implantação e realização de políticas pedagógicas de acordo com o estabelecido nas escolas do sistema público estadual de ensino, nas cidades de Abadiânia, Alexânia, Anápolis, Nerópolis e Pirenópolis (Chamamento Público nº 001/2016).

Explicavam que, após a OS assumir a gestão, as unidades escolares da rede estadual continuariam totalmente públicas e gratuitas, não seriam cobradas contribuições ou taxas, que o Estado não iria privatizar e nem terceirizar as escolas. Defendiam que a gestão compartilhada seria uma parceria, fomento, de acordo com que foi estabelecido pelo Acórdão 2057/2016, do Tribunal de Contas da União (TCU), tratando de contratos com organizações sociais como convênio e não terceirização de serviços. Os recursos seriam de responsabilidade da SEDUCE, da mesma forma os recursos advindos do Funded⁴ e do FNDE⁵.

De acordo com o edital de seleção da OS, verificou-se que o Estado iria passar muito mais recursos financeiros para a Organização Social do que normalmente transfere para as escolas. Na prática, a Organização Social assumiria a escola como um todo: finanças, gestão, infraestrutura e pedagógica, assumindo responsabilidades através dos indicadores de desempenho e metas a serem alcançados, como as do IDEB, IDEGO, ADA, Prova Goiás, Taxa de aprovação, reprovação e abandono, taxa de distorção idade/série, entre outros. A responsabilidade total da escola seria transferida para a OS. Tal processo mostra uma contradição, o diretor eleito não gerenciaria, essa função competiria a OS.

4. Funded, é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/fundeb>. Acesso em: 19/04/2019.

5. FNDE, é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC). A grande missão do FNDE é transferir recursos financeiros e prestar assistência técnica aos estados, municípios e ao Distrito Federal, para garantir uma educação de qualidade a todos. Os repasses de dinheiro são divididos em constitucionais, automáticos e voluntários (convênios). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par/455-governo-1745665505/ogaos-vinculados-627285149/20519-fnde-fundo-nacional-de-desenvolvimento-da-educacao>. Acesso em: 19/04/2019.

Durante as manifestações contra as OSs, o Ministério Público de Goiás foi acionado. Após analisar o edital de chamamento público n.º 01/2016, juntamente com o Ministério Público de Contas do Estado de Goiás e Ministério Público Federal, manifestaram-se judicialmente mostrando que “os responsáveis pelas organizações sociais recentemente qualificadas pelo Estado de Goiás ou não comprovaram notória capacidade profissional a ponto de ser reconhecido em sua área de atuação ou não possuem idoneidade moral” (Goiás, 2016).

Os intentos da Revolta dos Pinguins

Em 1990, iniciou-se no Chile o processo de transição democrática, nesse contexto, o movimento estudantil preocupou-se, fundamentalmente, com a reconstituição dos Grêmios dentro das unidades educacionais. Teve-se durante a ditadura militar um rígido controle das direções dos Liceus. Durante os anos de chumbo do governo autoritário de Pinochet, o movimento estudantil foi atuante, tendo a partir dessas lutas adquirido experiências de participação nas diversas ações pelo retorno da democracia (Cuadra, 2008).

Em 2006, o Chile era governado por Lagos, eleito pela *Concertación*, ligado ao grupo de centro-esquerda: Partido Radical Social Democrata, Partido Socialista e Partido pela Democracia, do qual fazia parte. Seu governo foi severamente criticado pela esquerda por causa da morosidade em julgar os militares que praticaram crimes atentando contra os direitos humanos, por ter estabelecido o tratado de livre-comércio com a União Europeia, Estados Unidos e outros países, deu sequência as ações de privatizações e fez concessões de serviços públicos. Apesar disso, conseguiu em 2006 eleger Michelle Bachelet Presidenta do Chile (Sader *et al.*, 2016).

Nos últimos anos do governo Lagos, ocorreram algumas manifestações dos estudantes com alguma importância. Mas no final de abril de 2006 recomeçaram as marchas exigindo que o passe escolar (vale transporte) fosse gratuito e a redução do valor do preço da inscrição da Prova de Seleção Universitária (PSU). Estimava-se que no início das mobilizações chegou-se a 10 mil alunos (Cuadra, 2008).

Diante dessa situação, o governo adotou uma postura e discurso para enfraquecer as ações dos estudantes. De acordo com o autor citado, depois de 10 dias de protestos maciços e endurecimento da repressão da polícia, com centenas de alunos detidos, o chefe de polícia metropolitana foi afastado. Tal medida foi uma tentativa do governo para lidar de forma emergencial buscando acabar com a crise.

(...) buscava desqualificar os manifestantes, revelando, no conjunto de suas atitudes e atos, certa insensibilidade para enfrentar o conflito. Membros do governo definiram as mobilizações como produto de mentes imaturas de jovens rebeldes e prognosticaram que as sucessivas convocatórias só seriam acatadas por um grupo bem minoritário. Não só desconsideraram a legitimidade das reivindicações dos estudantes, mas também

criminalizaram seus atos, chamando-os de violentos ou baderneiros, discurso que foi amplamente difundido e apoiado pela imprensa conservadora (Cuadra, 2008, p.182).

O movimento estudantil foi conquistando apoio das organizações da sociedade civil e das famílias, estremecendo o mandato de Bachelet, que iniciava seu governo, teve que fazer reuniões com ministros em caráter emergencial. Viu-se posicionamentos de parlamentares, dos empresários, falas do sindicato dos professores (chamado Colégio de Professores), das Universidades e outras organizações. O desenrolar dos acontecimentos causou a demissão do ministro da educação, causando uma situação tensa no governo, repercutindo nos meios de comunicação e no campo político (Zibas, 2008).

No desenvolvimento das manifestações do mês de maio os alunos decidiram mudar a estratégia. As ações que aconteciam nas ruas eram marcadas pela desordem que crescia a cada ato, com uma quantidade expressiva de feridos e detidos. Diante dessa conjuntura, a *Assembleia Coordenadora dos Estudantes Secundários (Aces)* decidiu que deveriam ocupar as unidades de ensino. Desse modo, as manifestações ganharam uma força incomum e os alunos interromperam suas atividades estudantis, tendo mais 100 mil discentes em greve e cerca de 100 escolas ocupadas. O movimento se estendeu por todo o país recebendo manifestações de aprovação de estudantes universitários, docentes e outros profissionais. Chegando a ter o apoio de aproximadamente um milhão de pessoas em um protesto (Cuadra, 2008).

Não se tinha visto nada parecido nas últimas três décadas. As ações coletivas dos estudantes em muitas cidades chilenas, organizados em todo território em posicionamentos de força e coragem, ocuparam escolas, fizeram manifestações e assembleias. De acordo com Encina (2015), Bachelet, em seu primeiro governo, não ouviu a sociedade e comandou um acordo elitista com a direita, estabelecendo uma política em que “especialistas” tinham função de tomar decisões de caráter tecnocrático para resolução das demandas.

Para Zibas (2008, p. 202,203), Bachelet resolveu quase imediatamente ou atendeu questões como “a gratuidade do exame para seleção da universidade, passe escolar gratuito e sem restrições de horário para transporte municipal, melhoria e aumento da merenda escolar e reforma das instalações sanitárias em mau estado em muitas escolas”.

Os intentos dos estudantes de Goiás

De acordo Saddi (2018) as ações dos estudantes não foram ações como de políticos ou sindicalistas em cima de um carro de som comandando um ato. As manifestações foram a tomada da rua, uma ocupação como uma espécie de poder popular. Após o governo de Goiás anunciar a terceirização de escolas, o Sintego⁶, o Fórum de licenciaturas e o Mobilização dos Professores de Goiás (MPG) se manifestam contrariamente a esse

6. Sindicato dos trabalhadores em Educação de Goiás.

processo com várias críticas. A partir de outubro de 2015 pode-se falar em um movimento que reuniu professores da rede estadual de educação básica de Goiás, da Universidade Federal de Goiás (UFG), da Universidade Estadual de Educação de Goiás (UEG), dos Institutos Federais de Educação (IF), secundaristas e universitários.

As manifestações⁷ começaram nas ruas, em seguida assumiram outra feição com a ocupação gradativa de várias escolas em Goiânia, capital de Goiás. Esse início foi tenso por causa da pressão da polícia sobre os estudantes com algumas tentativas de intimidação. Durante as ocupações, as escolas passaram a ser cuidadas pelos secundaristas em uma forma horizontal de divisão de responsabilidades com diferentes comissões em forma de autogestão em um conjunto de atitudes de afrontamento ao governo Marconi Perillo, sem a mediação de partidos políticos, sindicatos e outros grupos de interesses. Esse processo contou com a colaboração de secundaristas paulistas que vieram a Goiânia relatar suas experiências nas ocupações das escolas no Estado de São Paulo.

O contato dos secundaristas de Goiás com os paulistas e as análises de como o movimento de resistência que aconteceu no Chile foram importantes no sentido de compreender as dificuldades do processo de luta contra a instituição Estado, governo e auto-organização. A experiência de dialogar e ouvi-los contribuiu de várias formas, uma delas, na organização do Comitê dos Secundaristas com dois representantes de cada unidade escolar, cada um levava suas deliberações para o encontro geral e decidiam sobre as ações (Filme não tem arrego, 2018).

Durante as ocupações, o governo recorreu com ações judiciais ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás solicitando a desocupação das unidades escolares. Algumas delas foram negadas, mas a insistência do governo pela via judicial conseguiu a determinação do poder judiciário para a saída dos alunos das escolas. As medidas judiciais em Goiânia e Aparecida de Goiânia foram aceitas. Durante as desocupações das escolas, o movimento secundarista em luta com apoio de alguns docentes que não comungavam das formas de atuação do Sintego e UNE⁸, decidiram ocupar a sede da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE) em Goiânia como ato de resistência, continuidade da luta e manifestação contra OS na educação.

7. Em várias escolas ocupadas os estudantes alteraram a letra de um funk e cantavam como se fosse um cântico de luta e enfrentamento, que diz: “O Estado veio quente nós já tá fervendo, o Estado veio quente nós já tá fervendo, quer desafiar, não estou entendendo, mexeu com estudante vocês vão sair perdendo, o Estado veio quente, nós já tá fervendo, o Estado veio quente, nós já tá fervendo, quer terceirizar, não tô entendendo, mexeu com estudante você vai sair perdendo, em Goiás tem escola de luta, em Goiás tem escola de luta, em São Paulo tem escola de luta, fica preparado, terceiriza nós ocupa”.

8. União Nacional do Estudantes.

Imediatamente a ocupação da SEDUCE, o Estado acionou a polícia, que organizou um forte aparato policial com Helicóptero e ônibus para retirada dos ocupantes. A desocupação ocorreu sem diálogo e negociação, de forma truculenta e violenta com a prisão de alunos (maioria) e professores.

Em Anápolis, cidade com várias escolas ocupadas, o poder judiciário, deferiu a favor do Estado e determinou que ocorresse uma audiência pública na Cidade antes das desocupações das unidades escolares. O encontro foi tenso, conturbado e com um forte esquema de segurança, terminando antes da hora prevista sem os necessários esclarecimentos da secretária de Estado da Educação, Cultura e Esporte Raquel Teixeira, mas com o posicionamento do Ministério Público de Anápolis solicitando que a implantação da OS fosse adiada e ocorresse uma discussão mais aprofundada sobre o projeto.

Nesse cenário marcado pelas manifestações, enfrentamentos e conflitos, o processo de escolha da Organização Social, nas palavras do governo foi “fracassado”. Não havia nenhuma Organização Social habilitada e em condições de ser escolhida. Deve-se observar que a atuação dos estudantes, o apoio de docentes de diferentes instituições e universitários foram decisivos, mesmo que o governo afirmasse que elas não estavam de acordo com os critérios de seleção e atuação que se pretendia de uma OS.

Os estudantes de Goiás queriam que as escolas continuassem exclusivamente sendo geridas pelo Estado e pública. Os chilenos, exigiam que diminuíssem o valor do preço da inscrição da Prova de Seleção Universitária (PSU), vale transporte gratuito, que houvesse aumento da merenda escolar e que fossem realizadas reformas nas instalações sanitárias deterioradas em muitas escolas.

No decorrer do ano de 2016, o governo de Goiás iniciou novamente um chamamento público para selecionar Organização Social para administrar escolas. Tal intenção não se concretizou devido a questões de legalidade que foram levantadas por educadores e pelo Ministério Público de Goiás.

Percebemos, portanto, que as ocupações em ambos os países proporcionaram novas experiências de luta contra-hegemônica, mesmo com uma postura dos governos sendo violenta, autoritária e com diversas formas de legitimar mecanismos ideológicos. Não ocorreu um debate público com as Universidades, com os professores da rede estadual de educação de Goiás, com os estudantes e com os pais. Estudantes nas escolas ocupadas eram tratados como se fossem terroristas e criminosos.

De forma ampla, os estudantes chilenos protestavam contra uma política educacional sustentada em um modelo neoliberal que não possibilitava condições igualitárias de acesso e permanência na escola. Os estudantes de Goiás se manifestaram também contra uma organização de Estado/governo no campo educacional de acordo com os ditames neoliberal que, nesse caso, se caracteriza com a entrega de escolas para serem geridas por uma OS.

Considerações finais

Os movimentos de enfrentamentos, Revolta dos Pinguins no Chile e a Ocupação das Escolas em Goiás/Brasil”, ocorreram em um contexto em que se observa uma reestruturação das políticas públicas educacionais de base neoliberal dentro de uma lógica de mercantilização. Com fins de transformar o serviço público numa dimensão mercantil, a partir de uma perspectiva que tudo pode se tornar mercadoria e funcionar sob a ótica do lucro e da exploração independente das consequências desumanas que poderá ocasionar. Uma realidade onde a vida econômica se estabelece como condicionante de todas as relações sociais, inclusive a educacional, considerada pela lógica mercantil como absoluta e sem alternativas, não sendo possível que a educação escolar desenvolva rumo à qualidade sem as implicações do mercado na direção da privatização da educação.

Observamos que, nesse modelo de produção pautada pela inserção da ideologia de base neoliberal, reestruturaram-se também as políticas educacionais e submeteram a organização escolar a essa lógica. Esse processo legitima e reproduz novas formas de exploração do trabalho docente, baseada na eficiência e produtividade, burocratização e meritocracia. Entretanto, na contradição desse contexto emergem os movimentos de lutas analisados que tiveram motivos e proposições que coincidem.

Os temas abordados não se esgotaram nesse escrito. Com certeza algumas questões não desenvolvidas devem ser verificadas e analisadas, sendo importante outros estudos e abordagens. Cabe ressaltarmos que ambos os movimentos demonstraram a importância da luta coletiva e de acreditarmos na potencialidade desta nova geração que mesmo no pessimismo da razão sobre a realidade que nos afetam, na contradição podemos identificar focos de luta contra-hegemônica que caminham na direção para além da lógica de mercantilização da educação escolar.

Referências

- ANTUNES, Caio; DIAS JÚNIOR, Marcos Jerônimo; MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém; LINHARES, Renata; SILVA, Gabriel Batista; FONSECA, Hugo Leonardo da Silva; SANTOS, Jane Darley Alves; SOUZA, Sherry Max. *Ocupação, resistência e a luta pela escola pública. Cadernos de Pesquisa em Educação – PPGE/UFES*. Vitória, ES. v. 19, nº 46. p. 48-67, 2018.
- BARBOSA, Maria Ligia de O; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de; QUITANEIRO, Tania. *Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

- CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2016. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/documentos/chamamentopublico2016/01/EDITAL%20DE%20CHAMAMENTO%20P%C3%A9BLICO%20MACRORREGI%C3%83O%20VI%20-%20AN%C3%81POLIS.pdf>>. Acesso em 19/04/2019.
- COSTA, Adriana Alves Fernandes Costa. GROPPPO, Luís Antonio (Orgs.). *O movimento de ocupações estudantis no Brasil*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.
- CUADRA, Fernando de La. *Conflito social e movimento estudantil no Chile. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 21, nº 42, julho-dezembro de 2008, p. 173-194.
- ENCINA, Carlos Ruiz. O conflito social no Chile: Estado, mercado e democracia. In: *Plural: Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 22.1, 2015, p. 53-65.
- G1 GOIÁS. Governo pretende terceirizar gestões de escolas da rede estadual, em GO. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/11/governo-pretende-terceirizar-gestoes-de-escolas-da-rede-estadual-em-go.html>>. Acesso em: 17/02/2019.
- GOIÁS. Aviso de chamamento público nº 003/2016. In: *Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte*—SEDUCE. 2016. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/documentos/chamamentopublico2016/03/ARQUIVO%20PRINCIPAL%20-%20EDITAL.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2017.
- GOIÁS. *Lei 18.658 de 02 de outubro de 2014*. confere nova redação a dispositivos da Lei nº 15.503, de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais estaduais, disciplina o procedimento de chamamento e seleção públicos e dá outras providências. In: Secretaria de estado da casa civil. 2014. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2014/lei_18658.htm>. Acesso em: 17 out. 2014.
- GROPPPO, Luiz Antônio. O novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil. In: *O movimento de ocupações estudantis no Brasil*. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 85-117, 2018.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS, 2016. Disponível em: http://www.mpgo.mp.br/porta1/arquivos/2016/02/16/17_36_26_430_Recomenda%C3%A7%C3%A3o_MPE_MPF_e_MPC_suspens%C3%A3o_edital_OS_nas_escolas.pdf. Acesso em: 10/04/2019.
- MOVIMENTO SECUNDARISTAS EM LUTA – Educação em Luta em Goiás. *Projeto Político-Pedagógico – pela reabertura do Colégio Estadual Professor José Carlos de Almeida*. Goiânia, 2016. Disponível em: <<https://nucleomarxista.fe.ufg.br/n/99426-publicacoes>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

- MOVIMENTO SECUNDARISTAS EM LUTA – Educação em Luta em Goiás. *Porque não OS na Educação*. Goiânia, 2016. Disponível em: <<https://nucleomarxista.fe.ufg.br/n/99426-publicacoes>>. Acesso em 14 ago. 2017.
- NÃO TEM ARREGO. *Direção coletivo de mídia independente desneurizador*. Goiânia, Youtube, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ID6cDDTHSsw>. Acesso: 19/04/2019.
- NASCIMENTO, Sérgio Inácio. *O pacto educacional do Governo de Goiás (2011-2014): a ideologia da reforma*. Dissertação (Mestrado interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado). Universidade Estadual de Goiás, Câmpus de Ciências Sociais Sócio-Econômicas e Humanas, Anápolis, 2016. 116f.
- SADER, Emir. *Ditaduras militares*. Latino-americana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/d/ditaduras-militares>. Acesso: 17/02/2019.
- _____. (coord). *Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e Caribe*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2016.
- SADDI, Rafael. Não tem Arrego. *Direção coletivo de mídia independente Desneurizador*. Goiânia, Youtube, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ID6cDDTHSsw>. Acesso: 19/04/2019.
- TORRES, Carlos Alberto. *Estado, Privatização e Política Educacional*. In: GENTILI, Pablo (Org.). *Pedagogia da exclusão*. Petrópolis, RJ. Vozes, p.109-136, 1995.
- ZIBAZ, Dagmar M.L. “A Revolta dos Pinguins” e o novo pacto educacional chileno. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 13 nº 38 maio/ago. 2008.

Resmungo Campesino: uma análise comparada entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Exército Zapatista de Libertação Nacional durante as décadas de 1980 e 1990

Caroline Maria de Oliveira*
Leonardo Henrique Alves de Lima Nascimento**
Edison Gomes***

Introdução

Os anos de 1980 foram marcados por crises em vários setores na América Latina. No campo da economia a crise se dava pelo aprofundamento da dívida pública em consequência do aumento ao incentivo à recessão para geração do crescimento econômico, utilizando o capital externo estrangeiro como principal fonte de recurso, tal medida se desdobrou em uma crise de caráter político tendo em vista que, muitos dos países latino americanos passavam por um período de transição, saindo de regimes autoritários para uma tentativa de consolidação de um sistema democrático. Este cenário político-econômico contribuiu para o fomento de uma crise nas várias estratificações sociais, agravadas pela acentuação das desigualdades, pelo crescimento da concentração de propriedade e queda do poder de compra, sendo a parcela mais pobre da população a mais afetada.

Como resposta a essa conjuntura, é possível observar a ascensão de propostas neoliberais de governo a partir de economias hegemônicas que vão estabelecer as diretrizes para os governos periféricos, como exemplo clássico desse *modus operandi*, temos o Consenso de Washington¹. É nesse período de crise e de propostas neoliberais

* Graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: carolinemariacontato@gmail.com

** Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: lhlnascimento@sga.pucminas.br

*** Coordenador do Curso de especialização em Ensino de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: edisongomes.puc@gmail.com

1. Conjunto de medidas neoliberais compostas por dez regras, formuladas em novembro de 1989, como condicionalidades dos credores para com os devedores.

conservadoras, que tem início os movimentos que para este estudo nos é caro – o MST² no Brasil e o EZLN³ no México – pois esses movimentos adquirem importância vital para o debate campestre, jogando luzes a necessidade de compreensão da história agrária de cada recorte proposto, abarcando o sistema econômico, as normas jurídicas que regem a noção de propriedade, o meio geográfico, o perfil demográfico, o universo profissional e a hierarquia social existente.

Para o breve estudo de caso aqui proposto, foram selecionadas espacialidades a nível regional, priorizando a Questão Agrária⁴ em detrimento de uma simples escolha arbitrária, sendo assim a assimilação entre o recorte e a problemática perpassa pela utilização do conceito de História Regional, que nos serve de suporte para a escolha dos estados de Chiapas localizado ao sul do México e Mato Grosso no centro oeste brasileiro. A escolha de ambos se deu após análise de dados sociodemográficos e geoespaciais, que buscaram encontrar universos similares que possibilitem um estudo comparado, com a finalidade de compreender dois processos distintos por meio de aproximações e distanciamentos, sem a pretensão de se estabelecer uma regra geral que se aplique a ambos os casos, resguardando assim a especificidade de cada contexto.

O contexto agrário mexicano

Desde a época Asteca existiram no México muitas formas de propriedade sendo as três principais distinguidas como: a propriedade dos nobres, as diversas propriedades públicas e a propriedade comunal que equivale às terras de bairro ou *calpulli*⁵, sendo esta última a única dentre as três formas que seguiu após a conquista conservando características próximas a da formação inicial. No início da colonização a Espanha adotou o sistema de *encomienda*, caracterizado por uma relação entre a Coroa, os encomenderos – que exerciam uma espécie de senhorio sobre o território habitado pelos indígenas – e os índios, onde era concedido por lei aos conquistadores, além do território, um número suficiente de indígenas para exploração e cultura dessas terras, no entanto esse modelo gerou disputas e conflitos, principalmente entre encomenderos e a Igreja Católica, tendo como resultado disposições e leis reais que se designavam a

2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

3. Exército Zapatista de Libertação Nacional.

4. De acordo com Rocha e Cabral (2006), a Questão Agrária restrita ao processo de consolidação das propriedades no espaço do campo, engloba externalidades políticas, sociais e culturais, enquanto que, ainda segundo os autores a Reforma Agrária opera no âmbito de uma política acerca de todo o espaço no campo que pode ser circunscrito em forma de propriedade, assim sendo o conceito de Questão Agrária abrange mais pautas do que a Reforma Agrária, estando essa última inclusa no primeiro.

5. Segundo Américo Nunes se baseia “na concessão de uma superfície territorial que cada indivíduo ou família deve cultivar – e não abandonar – sob pena de perder o direito à propriedade comunal. “ (Nunes, 1975).

proteger a propriedade dos indígenas. A despeito dos esforços da Coroa, a *encomienda* propiciava ao longo do tempo, a expropriação das terras indígenas, tanto por parte dos encomenderos quanto por parte da igreja, visto que na época colonial as medidas agrárias sofreram grandes variações que facilitavam a expansão das grandes propriedades fundiárias em detrimento das pequenas propriedades indígenas, desse modo número de índios desapoderados de suas terras é exorbitante no início do século XIX.

O movimento de Independência, que tem início em 1810, resulta da necessidade de grupos dirigentes do período colonial (Igreja, Exército e Oligarquias) em manter e prolongar as benesses adquiridas, frente às imposições políticas e econômicas vindas da Coroa. Tal processo culmina na assinatura do Tratado de Córdoba em 1821, esse seguimento contou com forte apoio da Inglaterra que, interessada na conquista do mercado latino americano, encoraja a Independência e a formação de novos Estados; No âmbito geral o indígena, que agora se torna cidadão tal qual o *criollo* descendente dos colonos espanhóis, é o mais prejudicado, pois perde o protecionismo e os privilégios outorgados durante o período de administração espanhola. Depois da Independência tem início uma série de conflitos, e o México então passa por um período bastante agitado, marcado por levantes militares, rebeliões indígenas e guerras externas (Nunes, 1975), na segunda metade do século XIX, com o movimento de reforma dirigido pelos liberais, a Igreja e o Exército começam a perder influência e terras, contudo a reforma põe em causa não só as grandes propriedades, mas inclui a propriedade comunal.

Embora o México tenha iniciado seu processo de industrialização no governo de Porfirio Díaz (1876-1911) levando a modernização ao campo e estabelecendo um mercado interno com a extensão da rede ferroviária, a ideia de colonização⁶ ampliada no porfiriato, está estritamente ligada à adjudicação das terras em desbravamento, além de aprofundar o regime de trabalho a base da *peonagem*. É nesse quadro que se anuncia a Revolução de 1910, apresentando como principal expoente a figura de Emiliano Zapata, dando à Revolução um conteúdo agrarista e social. As disputas de poder, as intervenções internacionais principalmente dos Estados Unidos, as lutas armadas, a ocupação de terras e assassinatos de grandes representantes políticos marcam o período da Revolução, entretanto é nesse mesmo período se dão importantes avanços como a Convenção Revolucionária de 1914, que estabelece pela primeira vez o princípio da reforma agrária através de um Manifesto, contendo diversas disposições do *Plan d'Ayla*, proposto por Zapata, esse Manifesto serviu como base para a lei de 6 de janeiro de 1915, promulgada pelo constitucionalista Venustiano Carranza, que tem como desígnio principal a restituição das terras expropriadas pelo Estado, além da criação de Comissões Agrárias.

6. Lei geral da colonização, promulgada pelo governo civil em 31 de maio de 1875, se destina a conceder ao Executivo faculdades para fazer vir colonos (Nunes, 1975).

A Constituição de 1917, por sua vez, se configura como importante marco na história mexicana, pois inaugura a consagração dos direitos sociais dos trabalhadores e reconhece a propriedade comunitária da terra e sancionando a partilha agrária. O estabelecimento do Regulamento Agrário de 1922 serve como um forte complemento as leis expedidas anteriormente e concretiza a diluição da longa disputa entre a Igreja e o Estado. Entre os 1935 e 1939 a partilha de terras teve tamanha relevância que ao final do período cardenista em 1940, quase metade do território cultivável do país havia sido repartido, não obstante, os anos 40 também inauguram uma reviravolta política e econômica no país, caracterizado pela aproximação com os Estados Unidos, pela subalternização da agricultura, o corporativismo social e a desaceleração da reforma agrária. Tais medidas vão favorecer a propriedade privada, que financiada por bancos e se valendo de um ambiente inflacionário, apresentará um crescimento vertiginoso. Frente à essas condições, ficou a cargo do Partido Revolucionário Institucional (PRI), criado em 1946 e que se manteria no poder até os anos 2000, a contenção dos descontentamentos trabalhistas, através da aproximação de líderes sindicais ao aparelho estatal.

Nos anos 50 e 60 o capital norte americano financiou a industrialização mexicana, que teve como resultado a alta de empregos e salários, favorecendo principalmente a elite e os setores urbanos. Em vista da reversão da reforma agrária e da desigualdade produzida entre campo e cidade que obrigou os camponeses a dobrar sua produção em detrimento dos bens produzidos pela indústria, em 1968 teve início uma série de protestos e conflitos em vários setores sociais e políticos, as reivindicações dos produtores rurais, que realizaram no início dos anos 70 diversas ocupações de terra, propiciou ao movimento camponês, mesmo sob forte repressão, a articular-se politicamente. Durante os anos 80 o país passa por uma forte crise, ligada ao setor petrolífero, que resultará no estabelecimento, nos anos 90 de uma política de cunho liberal, que dará privilégios ao capital estrangeiro e aos grandes empresários, prejudicando os setores camponeses. Em 1992 foi homologado o Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos e o Canadá (NAFTA), que além de sujeitar a economia mexicana aos grandes do norte, resultando num desvantajoso mercado competitivo, modificava a situação jurídica das terras comunais proclamando seu fim e abrindo a possibilidade da venda parcial das terras. A população indígena, submetida ao processo de integração, permanecia esquecida, até que em primeiro de janeiro de 1994, quando entra em vigor o NAFTA, explode em Chiapas, no sul do México uma rebelião indígena, demonstrando repúdio ao tratado e à reforma constitucional, que agredia diretamente a propriedade indígena e dos produtores rurais.

Contexto agrário brasileiro

Assim como no caso mexicano verificado acima, se faz necessário que voltemos ao período de colonização ibérica, pois nesse contexto é onde são estabelecidas as

bases da estrutura fundiária em ambos os casos (Rocha; Cabral, 2016). Na experiência brasileira o primeiro ponto relevante para este estudo é a importação de um modelo português de colonização denominado por Capitânicas Hereditárias, neste modelo há a distribuição de terras por parte da coroa em um procedimento análogo ao sistema de concessão onde a propriedade da terra permanecia sob domínio da administração real, enquanto que a posse era designada aos donatários⁷.

Após a prática da divisão das capitânicas a coroa portuguesa continuou a se valer do seu sistema de concessões por meio de outras formas circunscrições de terras, estas denominadas como sesmarias, que passam a ser então a ferramenta da coroa para manter em movimento seu exercício por meio da política de doações. As sesmarias possuíam a finalidade de manter a produção agrícola na colônia, distribuindo as terras para indivíduos denominados sesmeiros que irão compor a base das “plantations”⁸. Tal prática apenas apresentaria um ponto de virada com a proclamação da independência nos idos de 1822, onde a nova administração imperial proporia novas formas de procedimentos legislativos não apenas no que diz respeito aos assuntos da terra, mas também em assuntos que tangem outras externalidades (Coggiola, 2007).

A constituição de 1824 revoga a legislatura portuguesa, mas deixam algumas lacunas que aliadas a crescente pressão inglesa por novas formas de condução da sociedade, principalmente no tocante a mão-de-obra resultaram na Lei de Terras de 1850, que joga luzes novamente a uma contradição que levaria a uma maior concentração fundiária amparada pelo estado. Tal contradição se constrói a partir do momento que tomamos como perspectiva, que as terras passam a ser negociadas por meio de contratos de compra e venda, mas só poderiam participar dessa nova dinâmica os indivíduos que já detinham alguma reserva de bens, o que por si só, já excluía uma parcela considerável da população da época, para Coggiola Citado por Rocha e Cabral (2016), o período que vai de 1850 com a Lei de Terras, até 1930 com as políticas varguistas, trata-se da consolidação da estrutura latifundiária brasileira.

Na década de 1930s o Brasil passava por um período de grande instabilidade, no campo da economia os reflexos da crise de 1929 assolam o principal produto de exportação nacional, o café, como resposta a isso surge a necessidade de diversificação das matrizes produtivas que tornassem o país menos dependente da prerrogativa das vantagens comparativas. É nesse contexto que emerge oriundo também de uma crise política o governo de Getúlio Vargas que em 1937 inaugura o período que será então nominado como Estado Novo, que voltará o foco do desenvolvimento nacional a um

7. Nobres da confiança do rei, designados como merecedores por uma prática cunhada como Economia do Dom, onde há a doação de bens ou concessões reais em troca de benefícios indiretos, geralmente algum serviço prestado a coroa.

8. Sistema agrícola baseado em latifúndios de monocultura com mão de obra escrava.

intenso fomento a industrialização com avanços no campo da proteção social, além da prerrogativa de integração nacional.

Esse intenso papel do estado como agente promotor do desenvolvimento, continuou para além do período varguista que termina em 1954 com seu suicídio, tendo continuidade em seu sucessor Juscelino Kubitschek. As políticas de Kubitschek seguem a linha do fortalecimento do mercado interno por meio da abertura ao capital estrangeiro principalmente no setor automobilístico, e mantém a importância do estado como provedor da força motriz do crescimento, contudo no campo há uma acentuação das contradições que resultam em tensões que muitas vezes se manifestam por meio da violência, como exemplo disso temos o movimento das Ligas Camponesas ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) que apesar de ter se originado nos anos 1940s só aumenta seu protagonismo com o fim do Governo de Vargas em 1954.

Podemos notar até então que desde o Período de 1930 há uma mudança do eixo produtivo do campo com a sua agricultura, para a cidade e as indústrias, fato que nos sugere que mesmo com a inclusão do trabalhador rural na Consolidação das Leis do trabalho (CLT) por exemplo, a desigualdade no campo permanece e se acentua emergindo então a necessidade de se repensar a organização do campo por meio de uma política de reformas que terá em Joao Goulart (1962-1964) seu principal expoente, esse processo levado a cabo pelo novo governo foi interrompido com o Golpe civil-militar que virá a propor uma outra maneira de se reformar o campo. As novas reformas propostas pelo governo militar já ocorrem logo em 1964 com o Estatuto da terra, como saída para sanar a crescente pressão vinda do campo, além do Estatuto da terra o período ditatorial implantou também a chamada Revolução Verde, que por um lado aumentou o nível de produtividade agrícola, por meio da incorporação de tecnologias mecânicas e biológicas, mas por outro também trouxe um imenso impacto ambiental, tendo em vista que a prioridade era uma produção em larga escala, e não uma produção sustentável, e também a acentuação das desigualdades, com a proteção ao latifúndio e o baixo incentivo aos pequenos produtores, o que gerou um aumento do fluxo do campo para a cidade e uma conseqüente marginalização desses trabalhadores rurais deslocados.

Podemos verificar até então que o problema agrário brasileiro está todo calcado na problemática da concentração fundiária (Rocha; Cabral, 2016), aspecto que figura no campo da longa duração desde a implantação do sistema de capitânicas no século XVI, a prática da concentração passa por uma manutenção cíclica que atravessa períodos históricos, governos, décadas e séculos. Essa concentração atualmente tão mecanizada, ao passo que aumenta seus níveis de produtividade constantemente, também deixam cada vez mais, maiores porções de terra nas mãos de poucos, tornando difícil a sobrevivência da pequena propriedade, nos servindo de alerta a prática intrínseca a história agrária nacional de abastecimento internacional somado ao aprofundamento das desigualdades internas.

Chiapas: Solo brava estás contenta

A história de Chiapas localizada ao sul do México, se inicia ainda no século XVI em 1528 com a fundação da primeira vila de espanhóis no Valle de Jovel, nesse período a ordem religiosa dos Dominicanos foi a primeira a se estabelecer na então província, em pouco tempo surgiram confrontos políticos e ideológicos entre a Coroa, os dominicanos e os *encomenderos*, principalmente no que tange à escravização dos índios, que tiveram como resultado leis de proteção aos indígenas, gerando uma maior influência da ordem dominicana sob a população indígena além de promove-los como os principais *hancedados*. A introdução de novas culturas como a cana de açúcar, o trigo, milho, algodão e anil e de novas técnicas de produção formaram, a base econômica da região, contudo certas condições inerentes à província, como a dificuldade de acesso e a falta de comunicação com outras regiões, contribuíram para o aprofundamento da crise que ao final do período colonial, atingia também a Espanha.

Após a Independência, a província de Chiapas se incorpora à República Mexicana através do plebiscito determinado em 1824 e nos anos seguintes o que se observa é a formação de uma política dominada pelos Caciques⁹ que impediam a modernização política, o avanço econômico e atrasavam o processo de integração regional. Esse contexto se altera a partir de 1891 quando se inicia a modernização em Chiapas, promovida pelo governo de Porfirio Díaz, contribuindo para o desenvolvimento agrícola e rural.

Durante os anos de Revolução, Chiapas passa por períodos de conturbações, embasado por um discurso local, as forças militares exercem forte repressão aos movimentos rebeldes e reformistas, dissolvem o congresso e impossibilitam a reforma social, que pretendia acabar com o regime de servidão agrária. Durante os anos de 1920 e 1930 o governo de orientação carrancista, aliado à oligarquia local, empreendeu uma campanha contra os indígenas, considerando-os como um obstáculo ao desenvolvimento, porém em 1936 com a eleição do cadernista Efraim Gutiérrez, é criado em Chiapas o Sindicato dos Trabalhadores Indígenas, realizando a distribuição de terras e promovendo a educação indígena, o que proporcionou certa estabilidade política e social.

Entre 1940 e 1970 houve em Chiapas grandes transformações, o isolamento e a falta de comunicação propagada por atitudes políticas localistas e regionalistas, persistiam enquanto principais empecilhos ao desenvolvimento econômico, portanto nesse período importantes vias ferroviárias são construídas, propiciando uma maior integração econômica, que favorecia especialmente, o setor agrícola. Apesar do progresso, as defasagens da agricultura expressam através da permanência do grande latifúndio, a baixa oferta educacional, o alto índice de crescimento populacional e os

9. Forma de liderança política informata e personalista. (Nunes, 1975).

conflitos políticos, inauguram a partir de 1970, um período de crises econômicas, políticas e sociais em Chiapas.

Invasões Agrárias e criação de organizações sociais camponesas que agregam professores, trabalhadores e estudantes, surgem durante os anos 80 e 90 como reflexo do desgaste latente do sistema político mexicano e da insatisfação social. Chiapas era então, um dos Estados mais pobres do México, majoritariamente agrário e com graves defasagens estruturais, nesse cenário os povos indígenas se consolidam enquanto principais agentes de mudança evidenciando, através da ação do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) a luta pela recuperação das terras e dos direitos ancestrais dos indígenas.

Mato Grosso: Eis aqui, sempre em flor

A capitania de Mato Grosso começa a se consolidar no ano de 1748, mas apenas ganha reconhecimento em 1750, quando é então reconhecida como possessão portuguesa, devido à revisão das diretrizes do Tratado de Tordesilhas (Junior, 2017). A relevância da capitania inicialmente é construída no entorno dos achados auríferos de 1719, como resultado houve um crescimento urbano característico das zonas de produção embasadas no extrativismo mineral surgindo vilas e cidades nos principais polos mineradores.

A problemática da criação de centros urbanos em regiões de mineração, é que essa matriz produtiva está sujeita a um ciclo de ascensão e declínio muito acelerados, o caso do Mato Grosso não é exceção, a consequência do declínio das regiões de mineração é que as comunidades se pulverizaram em diversas zonas de garimpo havendo nessas localidades uma necessidade ao atendimento de demandas por alimentos e outros viveres, necessidades estas que a coroa portuguesa resolve atender por meio da já citada política de doações de terras com as sesmarias, estas terras distribuídas nos arredores dos garimpos tinham a função de produção de gado e produtos agrícolas de acordo com as demandas da localidade, iniciando uma tradição agrária de extrema importância para o futuro cenário nacional.

A política de distribuição de sesmarias perdurou até a independência onde o império tratou de regularizar a distribuição de terras, porém o ponto de virada agrária que assume importância vital ocorre com o golpe da proclamação da república em 1889, onde há a adoção de um sistema federativo adaptado as especificidades brasileiras. O novo sistema coloca as terras até então devolutas sobre a tutela do Estado que inicia então um processo paulatino de transferência destas para a iniciativa privada, por meio de diferentes processos, como regularização das concessões de sesmarias, legitimação das posses, concessões gratuitas, venda e arrendamentos (JUNIOR, 2017).

A partir da década de 1930s essa política de transferência da propriedade de terras é intensificada por meio de uma ideia de integração nacional aliada a uma atenção à

produtividade regional, tendo em vista que as áreas principalmente de cerrado do Mato Grosso não eram utilizadas para a finalidade econômica, o que não significa a sua não ocupação por comunidades autóctones, fato este que se desmembrará nas primeiras contradições agrárias do século XX, nesta unidade federativa.

O programa de integração nacional varguista *a priori* possuía seu embasamento calcado em três pilares a Marcha para o Oeste¹⁰ (1940), Expedição Roncador-Xingu¹¹ (1941) e a Fundação Brasil central¹² (1943), em uma atuação de colonização do Brasil pelo próprio Brasil, onde aqui o indígena foi excluído do processo modernizador, sendo então expropriado para o reaproveito dos territórios para finalidade econômica com uma reocupação posterior, havendo uma substituição do índio pelo não índio.

É neste contexto que é aprovado em 1949 o Código de Terras do Mato Grosso (Junior, 2017) que se transfigurou em uma aceleração das vendas de terras devolutas do estado para a iniciativa privada, sendo um demonstrativo desse processo, no período vai da sua aprovação até metade da década de 1950s aproximadamente 36,4% do território mato-grossense já havia sido especulado (Junior, 2017).

Como pudemos observar no estudo sobre Chiapas, o Mato Grosso possui uma estreita e conturbada relação com a terra onde não há uma mediação efetiva do estado que colabora para a acentuação das desigualdades no campo, sendo ambos os casos de maioria populacional rural e com uma distribuição do PIB semelhante, externalidades que colaboram para um estudo comparado que busque analisar dois processos distintos por meio das suas aproximações e distanciamentos resguardados cada qual em sua especificidade.

Terra! Na lei ou na marra

Trabalhar a história da perspectiva de Movimentos Sociais Específicos se estabelece como uma tarefa árdua, ao passo que ao longo dos estudos podemos evocar uma gama de memórias e sentimentos das mais variadas escalas de profundidade, forjando no historiador a necessidade de um método que se adeque à sensibilidade do sujeito estudado. A conveniência por se sanar esta problemática ocorre por meio da História Oral, pois está se encontra orientada a produzir uma narrativa que se constitua enquanto fonte de conhecimento e do saber, (Delgado, 2003).

10. Política de interiorização nacional, que buscava um resgate com os heróis sertanistas de outrora, os bandeirantes.

11. Entendida como parte da Marcha para o Oeste a Expedição Roncador-Xingu possuía finalidade de reconhecimento territorial para os locais com maior propensão a ocupação urbana e ou atividades econômicas, além de atender a resolução da questão das comunicações entre Rio de Janeiro e o interior do país até a cidade de Manaus (Maciel, 2011).

12. “Medida tomada com vistas ao povoamento, à ocupação econômica e à modernização sociocultural das regiões Amazônica e Brasil Central, principalmente desta última”. (Maciel, 2011).

O EZLN e o MST podem ser interpretados como Movimentos Sociais Específicos uma vez que essa categorização, vinculada à ação do homem na história, sugere uma força social que se constitui enquanto uma exigência concreta, que formulada por um ou por alguns e apoderada por um grupo se torna o eixo organizador da luta social desse grupo, que se coloca então em movimento (Gohn, 1997). Com relação ao ponto de elaboração das exigências, o MST surge à luzes do 1º Encontro Nacional dos Sem Terra realizada em 1984, na cidade de Cascavel-PR, por um grupo de trabalhadores que estabeleceram as pautas de luta, vigentes até hoje, enquanto que o EZLN nasce da aproximação entre a Frente de Libertação Nacional (FLN) com as comunidades indígenas de Chiapas em 1983, que através de um processo de politização e organização da população indígena, estabelece em 1992 a primeira ação efetiva contra a entrada do México no NAFTA, *North American Free Trade Agreement*, constituindo assim o primeiro ponto de aproximação. Apesar dessa congruência é necessário destacar que o MST é um movimento que nasce institucionalizado, com propostas definidas e com estruturas organizacionais que tornam palpáveis a obtenção de seus objetivos, já o EZLN não segue a mesma lógica hierárquica, visto que as ações do movimento só se concretizam a partir de orientações previamente propostas coletivamente por meio de congressos, assembleias, etc.

Ao se analisar dois movimentos distintos há de se convir que existam diferenças notáveis, diferenças essas que podem ser atribuídas a política cultural em que cada um está inserido, subentendendo aqui este conceito definido por Alvarez; Dagnino; Escobar (2000) como uma anastomose entre a política e a cultura, denotando a influência cultural nas ações políticas. Esse conceito nos abre a possibilidade de compreender cada movimento em seu contexto regional e suas especificidades, ao mesmo tempo em que há a oportunidade de verificar as congruências dos mesmos devido ao contexto comum latino-americano. Como exemplificação das influências internas que irão suggestionar o desenvolvimento particular de cada movimento podemos salientar que o MST possui uma forte ligação com as instituições governamentais, por conta da sua proposta de reforma agrária por vias legais e democráticas, que irá se desdobrar em uma relação de dependência, onde a distribuição de terras deve partir da iniciativa pública, no entanto no caso mexicano a estratégia de ação adotada pelo EZLN se baseia na conquista de direitos e de sua autonomia por meio da criação e desenvolvimento de territórios autônomos na região de Chiapas, controlados pelas bases zapatistas, os denominados *MAREZ* (Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas), não havendo qualquer dependência de uma ação governamental que faça a mediação ou legitimação, pois para o EZLN esta última emana do *pueblo*.

No que tange às influências comuns, ou seja, no contexto latino americano, a relevância dos movimentos aumentou, exponencialmente, ao longo dos anos 1990s, período em que houve ascensões de governos neoliberais, o que no campo vai significar

um retrocesso nas conquistas até então angariadas. No México, a manutenção do poder nas mãos de um mesmo partido (Partido Revolucionário Institucional) durante cerca de 70 anos e a efetivação da participação no NAFTA, que favorecia o interesse comercial norte americano e promulgava a reforma do Artigo 27 da constituição mexicana, que abarca em seu conteúdo questões referentes à proteção da propriedade comunal e a garantia da terra para quem nela trabalhasse, resultou na primeira ação oficial do EZNL, ocorrida em 1º de janeiro de 1994, mesma data em que o governo Salinas assina o Tratado de Livre Comércio (TLC) com o EUA e o Canadá.

Com relação ao caso brasileiro, o ano de 1990 representou o início da era de retrocessos sociais, o projeto de governo eleito nesse ano foi aquele que contava com o apoio da Bancada Ruralista composta em suma pela UDR¹³, projeto este encabeçado pelo presidente Fernando Collor, que acabou sofrendo processo de impeachment em 1992, assumindo seu vice Itamar Franco que pouco fez pela causa agrária. Em 1995, tem início a era FHC, que apresentou dois polos antagônicos, se por um lado foi o período de maior assentamento de famílias na história, por outro ocorreram grandes acentuações nas lutas campesinas, como fato ilustrativo desse contexto podemos citar a ocorrência simultânea de dois massacres, o de Corumbiara (1995) e Eldorado dos Carajás (1996). A segunda gestão se inicia em 1998 sob forte influência externa do Banco Mundial, que propunha a Reforma Agrária de Mercado, que irá ter como pilar principal a valorização do latifúndio de monocultura em detrimento da pequena propriedade, aliado a uma criminalização dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais, ao qual o MST se insere.

Conclusão

Em ambos os casos, verificamos que a estrutura fundiária foi estabelecida no período colonial, entretanto os sistemas administrativos adotados, pela Coroa Espanhola no México e Portuguesa no Brasil foram distintos, o que vai gerar um processo específico de desenvolvimento político, econômico, cultural, social e de relação com terra, criando as condições para que cada movimento tenha uma trajetória particular.

Outro ponto de diferenciação se dá com relação ao papel do indígena no processo histórico, no México a manutenção das formas de propriedade comunais ameríndias por parte da Coroa espanhola, possibilitou de certa forma, a permanência das comunidades autóctones nesses territórios, sugerindo que esta possa ser uma das razões pela qual a unidade federativa de Chiapas tenha um alto índice populacional de indígenas. Fato que não se observa com relação ao Mato Grosso, tendo em vista que ao longo de um processo histórico, o indígena recorrentemente foi obliterado em

13. União Democrática Ruralista: Grupo criado a partir do debate do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), sendo estes os opositores das ideias propostas pelo MST.

vantagem do não índio, principalmente durante as políticas de integração nacional varguista, onde os mesmos foram anulados do processo de modernização.

Com o processo histórico e as evidências apresentadas, pode-se denotar que os movimentos sociais abordados possuem alguns pontos de aproximação, mas apesar destes, há influências locais que corroboram para que cada movimento preserve suas respectivas especificidades, assegurando assim um *modus operandi* que seja característico, revelando como os aspectos políticos, geográficos, culturais e econômicos presentes em cada contexto histórico, atuam de forma dialética com o cenário internacional.

Inicialmente o objetivo do estudo proposto era identificar as relações práticas e discursivas dos movimentos sociais latino-americanos em relação às disputas de terra, em última instância o trabalho não logrou êxito em alcançar esse objetivo, por ser um esforço inicial, tendo etapas futuras ainda a concluir. Pretende-se, ainda realizar o recolhimento de narrativas por meio de um roteiro semiestruturado, tendo por base o método de História Oral, junto ao levantamento de fontes produzidas pelos próprios movimentos para então por fim, realizar uma análise triangular das fontes, no que tange à Análise do Discurso. Espera-se que esta breve análise possa contribuir de forma efetiva com estudos futuros à cerca da temática apresentada.

Referências

- ALVAREZ, Sonia E; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. Introdução: o cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: Sonia E. ALVAREZ, Evelina DAGNINO e Arturo ESCOBAR (orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*, Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- ALVES, Henrique Napoleão. *Considerações acerca da importância histórica da Constituição do México de 1917*. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/9324/consideracoes-acerca-da-importancia-historica-da-constituicao-do-mexico-de-1917> >. Acesso em: 14 abr. 2019.
- COGGIOLA, Osvaldo. *La Cuestión Agraria en Brasil*. Grupo de Pesquisa História e Economia Mundial Contemporâneas. Artigos. Março de 2007. Disponível em: <http://>. Acesso em: 19 dez. 2015.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral e Narrativa: tempo, memória e identidades*. História Oral (Rio de Janeiro), São Paulo, v. 6, p. 9-26, 2003.
- ENCICLOPÉDIA de Los Municipios y Delegaciones de México. Disponível em: <http://www.inafed.gob.mx/work/enciclopedia/EMM07chiapas/historia.html>. Acesso em: 17 abr. 2019.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e*

Resmungo Campesino: uma análise comparada entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Exército Zapatista de Libertação Nacional durante as décadas de 1980 e 1990

contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

JUNIOR, Valdemar João Wesz. Transformações agrárias em Mato Grosso (Brasil): um olhar a partir dos Censos Agropecuários (1940-2006). In: *História Agrária*, nº 72, p. 167-194, ago. 2017.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MACIEL, Dulce Portilho. Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sócio-cultural e econômico nacional. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, ANPUH. São Paulo, julho 2011.

NUNES, Américo. *As Revoluções do México*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

OSORIO, Sergio Reys et al. *Estructura Agraria y Desarrollo Agrícola en México: Estudio Sobre las Relaciones Entre la Tenencia y Uso de la tierra y el Desarrollo Agrícola de México*. México: Fondo de Cultura Económica, p. 3-30, 1974.

ROCHA, R. J. S; CABRAL, J. P. C. Aspectos históricos da questão agrária no Brasil. *Produção acadêmica*. v. 2, p. 75-86, nov. 2016. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/2963>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

STÉDILE, João Pedro. O MST e a luta pela terra. In: *Teoria e Debate*. nº 24. 1994.

Protagonismos e resistências dos povos indígenas no Brasil, no Chile e na Argentina (1967-1979)

Rodrigo Lima Barbosa*
Andréa Bandeira Silva de Farias**

Introdução

A América Latina, berço e lócus da modernidade (Quijano, 2005), fundou-se sobre dois eixos principais, a codificação da diferença e a articulação do controle do trabalho, da riqueza e da produção latino-americana na economia capitalista no sistema-mundo. A codificação da diferença revela que o sistema-mundo opera com mais um indicador de desigualdade, a distinção racial, para preconizar a exploração fundamentada na incapacidade ontológica, na natureza incambiável, numa existência precária, num caráter fraco e indolente. Desde então, esse indicador (mais um) regula, no discurso, a racionalidade que impera e define os “incluídos” e os “marginais” da história, os “colonizadores” e os “colonizados”.

Quando se debruça sobre a história dos povos indígenas, sobretudo no que diz respeito ao vivido no período da ditadura brasileira, mais especificamente entre os anos 1967-1979, verifica-se a permanência de silenciamentos nas narrativas, porque só se tem acesso à parte dos acontecimentos. A história dos “vencidos” é pouco relatada na historiografia, pois sua abordagem é feita pela perspectiva dos “vencedores”. Isso fica bem evidente quando a pessoa do indígena é representada como personagem oculta ou exótica, sendo silenciada por um processo histórico que prefere ignorá-la ou não a reconhecer como sujeita de resistência, sobrevivente de violações aos seus direitos, entre outros, de existir. Mesmo os crimes documentados, entre outros ignorados, ainda, carecem de análises mais profundas e narrativas que os salvem da superficialidade teórica ou do esquecimento. Esses crimes não foram esporádicos, nem acidentais, essas violações aconteceram de forma sistêmica, resultados de políticas de Estado, consequentemente, as situações em que aparecem como descasos ou omissões são políticas.

* Doutorando da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: rodrigolinsbarbosa@outlook.com

** Professora Doutora da Universidade de Pernambuco. E-mail: andrea.bandeira@upe.br

Esta história é um recorte, começa com o Plano de Integração Nacional (PIN), em 1970, quando os interesses econômicos empresariais privados, nacionais e estrangeiros, receberam apoio direto do governo brasileiro, atropelando os direitos indígenas. Como resultado dessa política de Estado, vimos políticos e empresários se favorecerem, funcionários de órgãos indigenistas (SPI e FUNAI) e fazendeiros usurparam terras indígenas. Documentos oficiais, como o Relatório Figueiredo¹ (1967-1968), as Comissões Parlamentares de Inquérito de 1968 e 1977 e outros documentos produzidos por antropólogos e missionários, descrevem violações que podem ser caracterizadas como genocídios e etnocídios de povos indígenas.

Em 1967, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) substituiu o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado em 1910, no governo de Nilo Peçanha. Aquele órgão instituído no governo do Marechal Costa e Silva, igualmente ao anterior, serviu aos propósitos expansionistas do capital. Seu braço repressor protagonizou o linchamento moral dos nativos, bem como o seu silenciamento necessário para que, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, as ações de invasões ocorressem sem maiores danos à imagem do Estado e do empresariado. Ainda, o discurso recorrente dos indígenas como um povo atrasado e causa do entrave ao “desenvolvimento” da Nação influenciava no apoio fundamental da sociedade ao “milagre econômico”. No Chile e na Argentina, entre os indígenas Mapuche não é diferente, na encruzilhada da história, esses povos se encontram. Razão pela qual a história comparada das nações do Cone Sul é possível – o modelo de exploração, de raízes comuns foi adotado na América Latina desde a colonização – e necessária, uma vez que a crítica pós-colonial emerge, exigindo uma epistemologia de caráter ressignificador das identidades e político.

A ditadura no Brasil e os povos indígenas

Na década de 1960, os casos de corrupção e de violência contra indígenas envolvendo funcionários e diretores do SPI foram investigados pelo Ministério do Interior, tamanha a repercussão na imprensa nacional e estrangeira dos crimes ocorridos. Esses casos abalaram a imagem do antigo órgão indigenista, favorecendo os militares na aprovação do projeto de criação da FUNAI. Esse “novo” órgão criado em sintonia com as estratégias políticas e econômicas do Estado militar em parceria com setores empresariais, marcou profundamente a realidade das populações indígenas, ampliando os crimes de ocupação de seus territórios e das mortes dos resistentes em defesa de seus direitos fundamentais.

1. É um documento que compõe basicamente três Comissões de Inquérito de investigação sobre casos de corrupção e crimes contra os indígenas envolvendo diretores e funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Esse Relatório foi realizado entre 1967 a 1968, pelo procurador do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), Jader de Figueiredo Correia a mando do Ministro do Interior, o general Albuquerque Lima. Em 2012, este Relatório foi redescoberto no Museu do Índio pelo pesquisador Marcelo Zelic, pois até então, esse documento era considerado desaparecido.

Após o Golpe de 1964, até 1979, predominaram os militares no SPI e na FUNAI: o major da Aeronáutica Luís Vinhas Neves (1964 a 1966); o coronel da polícia Militar, Hamilton de Oliveira Castro (1966-1967), o coronel do Exército Heleno Augusto Dias Nunes (1967). Na FUNAI, depois da direção do jornalista José de Queiroz Campos (1967-1970), assumiram os militares, como o general Oscar Jeronymo Bandeira de Mello (1970-1974), sendo substituído por outro general, Ismarth Araújo de Oliveira (1974-1979). Na administração desses militares, graves denúncias de violações aos direitos humanos associados à apropriação de terras indígenas e seus recursos, tais como a extração de madeira e minérios, ocupação de terras indígenas para a agropecuária, construção de rodovias e hidrelétricas, paralelamente à corrupção de funcionários dos órgãos indigenistas (SPI e FUNAI), de forma descontrolada e com violência extrema de grupos privados e públicos foram expostas. As denúncias relatam os modos como os chefes dos postos indígenas exerciam poderes abusivos, impedindo o livre trânsito, cerceando as liberdades, praticando a tortura e o encarceramento.

Na época, a Comissão da Cruz Vermelha esteve no Brasil (1970) para averiguar casos de maus tratos e as condições de saúde dos povos indígenas. Outras denúncias foram enviadas ao Tribunal Russell II (1974-1976), e à Quarta Sessão desse tribunal internacional, realizado em Roterdã (Holanda), em 1980. Nessa Sessão, os casos Waimiri-Atroari, Yanomami, Nambikwara e Kaingang foram denunciados e condenados de forma simbólica, pois esse tribunal não tinha poder de punição (Valente, 2017, p. 347).

Os jornais alternativos *Opinião*, *Movimento*, *Pasquim*, *Porantim* e a “grande imprensa” (com pautas menores) noticiavam as transferências forçadas dos povos indígenas de suas terras para que essas fossem liberadas para a implantação de projetos agroindustriais. A escolha do general Bandeira de Mello, ex-Diretor da Divisão de Segurança e Informação do Ministério do Interior, em 1970, para presidir a FUNAI, vinculando a Assessoria de Informação e Segurança (ASI) ao órgão reflete a visão dos militares sobre a questão indígena como uma questão de “segurança nacional” (Heck, 1996).

No final de 1970, iniciaram-se as ações do que deram origem aos movimentos indígenas², muitas vezes, liderados, articulados ou apoiados pelos missionários da

2. A organização mais representativa no final de 1970 foi a União das Nações Indígenas fundada em 1979, “num encontro patrocinado pelo governo estadual em Mato Grosso e sem conexão direta com as várias, assim chamadas, Assembleias de Lideranças Indígenas na década de 1970, incentivadas pelo CIMI, a UNI desempenhou com eficácia o papel de referência simbólica da indianidade genérica na conjuntura de democratização pela qual passou a sociedade brasileira nesse período, até o processo de elaboração da Constituição de 1988. O caso da UNI Nacional, que já não existe, é ilustrativo das dificuldades dos indígenas construir formas estáveis e permanentes de representação de interesses no Brasil, com uma base tão profundamente diversa e dispersa” (Ricardo, 2004, p. 49). Segundo Rubens Valente, a UNI, “uma das primeiras organizações indígenas, foi uma experiência que deu errado. Mas ao longo dos anos 1980 e 1990, os índios criaram uma série de entidades, ampliando e sofisticando seus vínculos e processos de representação” (Valente, 2017, p. 392).

Igreja Católica, através do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Apesar da atuação e da autonomia de lideranças indígenas, essas eram descaracterizadas e até ridicularizadas pela “grande imprensa” ou pelo governo militar, como manobradas, manipuladas e comunistas, por suas aproximações com antropólogos, missionários e sertanistas. Embora os discursos oficiais lograssem a passividade dos povos indígenas, a repressão aos resistentes ocorriam, comumente, com perseguições e assassinatos das lideranças.

Com a repercussão internacional das denúncias de violações dos povos indígenas, o governo militar trabalhou na melhoria da imagem do Brasil no exterior. Através de uma portaria da FUNAI, em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais, criou-se a Guarda Rural Indígena (GRIN), uma espécie de milícia formada por um corpo de indígenas que, idealmente, protegeria as próprias comunidades. A GRIN recrutou para a formação paramilitar, indígenas Maxakali, Xerente, Karajá, Krahô vindos de Minas Gerais, Tocantins, Mato Grosso e Goiás que cumpririam o objetivo de controle e repressão, exercido também no Reformatório Agrícola Indígena Krenak, localizado no município de Resplendor (1969-1970) e depois na Fazenda Guarani (1972-1979), no município de Carmésia, em Minas Gerais. Esses Reformatórios foram acusados de mascarar as arbitrariedades cometidas pelos seus funcionários, bem como a omissão criminosa sobre agressões físicas e morais, trabalhos forçados, prisões em condições degradantes, espancamentos, torturas contra as lideranças e comunidades indígenas e, ainda, serviu para estabelecer um ambiente negativo e contraditório na luta pela preservação da causa indígena, uma vez que, ao deslocar índios para a função de patrulhamento, criou o contradiscurso da violência histórica perpetrada pelo Estado contra essas populações.

Ainda sobre a GRIN, segundo os jornalistas norte-americanos Gerard Colby e Charlotte Dennett, seguia-se os moldes da política do *Bureau of Indian Affairs* (Departamento de Polícia de Assuntos Indígenas) dos EUA, onde as terras indígenas eram arrendadas a empresas mineradoras, enquanto os superiores militares do Ministério do Interior cooperavam com a pesquisa geológica norte-americana e o levantamento de minérios da Amazônia. Para esses jornalistas, os militares queriam transformar o patrimônio indígena em bens produtivos, como acontecia nos EUA. O projeto expansionista da ditadura brasileira se tornou mais claro com o Plano de Integração Nacional (PIN), composto de uma rede de rodovias na Amazônia, como a Transamazônica, a Perimetral Norte e a Cuiabá-Santarém. Para Colby e Dennett, a política de arrendamento da FUNAI também estava cedendo terras indígenas a empresas americanas (Colby; Dennett, 1998, p. 25).

As violações cometidas contra indígenas no período militar, tais como agressões, assassinatos, transferências forçadas, contaminação por doenças infectocontagiosas, descritas no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014, p. 223), resultaram em processos inconclusos ou em deliberadas impunidades, incorrendo na

tentativa de negação formal da existência desses povos e, também, na criação dos meios de apagamento dessa história ou tentativa de esquecimento. Faz parte desse genocídio as violências contra o povo Suruí (Aikewara), nos anos 1970, quando os militares reprimiram a Guerrilha do Araguaia, com “uma delas se relaciona [as violências] com uma forma peculiar de prisão ‘domiciliar’, semelhante à vivida pelo povo Krenak, quando foi montada uma cadeia em suas terras”, além de forçá-los a guiar na localização onde estavam os grupos guerrilheiros. Mulheres e crianças indígenas eram feitas de reféns, proibidas de se alimentarem e saírem para fazer suas necessidades fisiológicas até os retornos dos guias. A memória indígena relata sobre o terror psicológico das crianças confinadas e dos “nascimentos prematuros e mortes de recém-nascidos por desnutrição ou outras causas relacionadas” (CNV, 2014, pp. 239-240).

Na medida em que os militares assumem efetivamente o poder do Estado, criando estruturas que sustentam um projeto político e econômico de médio e longo prazo, a questão indígena ganha destaque. Não só as terras ocupadas pelos indígenas se constituem em objeto de preocupação do Estado, também, suas riquezas naturais. Nesse cenário, a Amazônia emergiu como área estratégica, pelo seu potencial mineral e como espaço a ser integrado à “comunhão nacional”. A reforma ministerial do início do governo Costa e Silva cria um ministério com o objetivo prioritário de cuidar do processo de expansão das fronteiras econômicas, a ocupação dos espaços considerados “vazios” e a integração nacional. O Ministério do Interior surge para implementar essa política. São definidos parâmetros, redefinidos órgãos, criadas estruturas administrativas e bases legais. Nessa conjuntura, como já foi dito, é extinto o SPI, criando-se em seu lugar a FUNAI. As denúncias do Ministério do Interior, sob a coordenação do general Afonso Augusto de Albuquerque Lima, em relação à grave situação dos povos indígenas e à corrupção no SPI, situam-se neste contexto de adequar o Estado ao projeto de “desenvolvimento socioeconômico”.³ A presença militar molda a política indigenista para destacar a integração acelerada dos indígenas às metas econômicas de desenvolvimento e de segurança e essa modernização autoritária tem o objetivo de avançar pela Amazônia.

Nessa expansão, os indígenas Waimiri-Atroari, localizados nos estados de Roraima e Amazonas, foram afetados de modo ímpar: o número de mortos na construção de grandes projetos rodoviários, como a BR-174 (1968) e da hidrelétrica de Balbina (1981) é indefinido.

3. Muitas dúvidas foram levantadas sobre as motivações que teriam levado o Ministro do Interior, Albuquerque Lima a assumir pessoalmente o processo de apuração das irregularidades no SPI e denunciá-las no âmbito nacional. Shelton Davis, aponta as aspirações do Ministro à Presidência da República, como uma das possíveis causas dessa atitude. Apesar de ser plausível, ela deixa de considerar a conjuntura política e econômica de uma forma mais abrangente.

Os Waimiri-Atroari foram submetidos a uma “Frente de Atração” da FUNAI, que acompanhou as obras da BR-174, no final de 1960, quando um contingente de funcionários impôs um plano de “integração acelerada”, agrupando os sobreviventes Waimiri-Atroari em aldeamentos próximos aos postos indígenas. As mudanças abruptas e violentas da “pacificação” impuseram um estilo de vida alheio à cultura desse povo. O regime de trabalho disciplinado, as epidemias, os conflitos e os massacres, a atuação de mineradoras e garimpeiros interessados em explorar as jazidas que existiam no território, além de desestruturar a comunidade, levou à diminuição da população. Segundo a própria FUNAI, em 1972, existiam aproximadamente três mil Waimiri-Atroari no sul de Roraima e no nordeste do estado do Amazonas (CEDVMJA, 2014, pp. 25-26). Estima-se em mais de dois mil, o número de mortes no período de uma década. Em 1983, havia 59 funcionários da FUNAI e a população Waimiri-Atroari contava menos de 350 pessoas (Baines, 1988, p. 99).

A ditadura na Argentina e o povo indígena Mapuche

O genocídio indígena calado, a desapropriação de suas terras e as pilhagens das suas riquezas naturais se repetiram nos governos autoritários do Chile (1973-1990) e da Argentina (1976-1983). Nesses países, as lutas dos povos indígenas, também, aconteceram, em vários movimentos em defesa de suas terras e das suas cidadanias, resistindo, apesar do silenciamento social imposto. A Argentina é construída sobre essa negação.

Após a ditadura, considerada “a mais sanguenta da história latinoamericana”, houve o julgamento de ex-comandantes que formaram as três primeiras juntas militares e pelo menos seiscentos oficiais militares e civis, responsáveis por crimes cometidos no período, estão sendo julgados e condenados. No entanto, a justiça não alcança os crimes cometidos contra os povos indígenas, afetados pelos massacres realizados nas campanhas militares dos séculos XIX e XX, inclusive o braço da política indigenista do golpe militar-empresarial de 1976, como se esses não fossem crimes contra a democracia e os direitos humanos, diferentemente observados quando se tratam das militâncias das outras oposições.

Segundo o antropólogo argentino Walter Delrío, co-diretor da *Red de Estudios sobre Genocidio en la Política Indígena en Argentina* e professor da Universidade Nacional de Rio Negro (ARG), o Estado Argentino construiu um discurso de invisibilidade indígena como estratégia de dominação, garantindo as práticas genocidas. Na mesma linha de acusação, a antropóloga, Diana Lenton, especialista em questões de política indigenista e também co-diretora na mesma organização, chama de “pecado original”, o nascimento, no país, de um mecanismo legal de negação aos direitos dos povos indígenas, causando uma cegueira social sobre as mortes e os desaparecimentos (Aranda, 2010). Esse silenciamento é reforçado nas numerosas investigações e nas

centenas de livros escritos sobre as vítimas reconhecidas da ditadura, militantes, sindicalistas, estudantes, intelectuais, pessoas que tiveram que ir para o exílio sem que esse reconhecimento incluía as comunidades indígenas, duplamente vencidas.

Os povos indígenas argentinos foram perseguidos por questões culturais, econômicas, territoriais, sociais e políticas. Nas décadas de 1970-80, organizações indígenas de resistência foram criadas com o apoio das federações locais, nacionais e internacionais, além de grupos religiosos que apoiaram suas reivindicações, especialmente, a recuperação de suas terras. O movimento indígena argentino fazia ações políticas voltadas para mudanças na legislação em favor de suas demandas. Seus militantes eram perseguidos e a repressão acontecia a olhos vistos, ao exemplo do sequestro de Celestino Aigo, liderança dos Mapuche do bairro da Villa Florença em Neuquén, retirado de sua casa na noite de 22 de agosto de 1976, quando ele tinha 23 anos de idade. Sua casa foi ocupada por policiais à paisana impunhando armas, que espancaram seu irmão enquanto o esperavam (Lenton, 2014, p. 199).

Essa invisibilidade acontece porque os Mapuche, ainda, são socialmente identificados como “estrangeiro”, um imaginário reforçado na imprensa e na estrutura estatal. Essa descaracterização dos povos indígenas interessa às políticas de expansão territorial capitalista sobre suas terras, uma vez que seus direitos humanos e civis são atropelados quando os Mapuche buscam a recuperação de suas riquezas ancestrais e são tratados como “chilenos” na Argentina, por também existir Mapuche no Chile. Ainda assim, segundo o *Censo Nacional de Población* na Argentina realizado em 2001, 96,3% dos Mapuche são argentinos, nascidos nas fronteiras do país, além de 89% são da mesma província onde foram registrados. Desta forma, a declaração difundida da nacionalidade estrangeira dos Mapuche é um equívoco tanto do ponto de vista antropológico, quanto histórico e não agregam os estudos demográficos (Carrasco, 2014, p. 29). Ressalta-se que, na contra-mão das pesquisas tradicionais que ignoram o indígena como sujeito histórico, a política como exclusiva do “civilizado” e das pessoas urbanas, há um grupo de antropólogos formado por Walter Delrío, Diana Lenton e Claudia Briones, narrando outras histórias sobre a luta pela sobrevivência e a resistência ao colonialismo secularmente enfrentado pelos povos Mapuche.

A ditadura no Chile e o povo indígena Mapuche

Atualmente, no Chile existem oito povos indígenas, sendo a etnia Mapuche a majoritária. O movimento Mapuche é atualmente, um movimento social de destaque no Chile e na América Latina. Esses grupos habitam predominantemente as regiões do Bío-Bío, Araucanía, dos Lagos no Chile. O censo de 2012, realizado no Chile, mostrou que a população que se reconhece como Mapuche é de 1.508.722, o que representa 9% do total da população chilena. Isso mostra que os Mapuche fazem parte do principal grupo étnico do país, constituindo um dos grupos indígenas com maior peso demográfico do continente americano (Gomez, 2013, p. 40).

Na década de 1970, o governo de Salvador Allende trouxe mudanças fundamentais, em todos os aspectos, para a sociedade chilena. Para os Mapuche, a principal transformação foi a promulgação da Lei Indígena, nº 17.729, de 15 de setembro de 1972, em defesa das comunidades e contra o perigo da divisão e apropriação de suas terras, uma reivindicação do movimento Mapuche, fundamental à sobrevivência desse povo. A Lei Indígena de Allende, de caráter estritamente indígena, além de estabelecer mecanismos para a restituição e a desapropriação das terras, era regida pela Lei da Reforma Agrária, nº 16.640 de 1967, que incluía todos os grupos étnicos, e, especialmente, os Mapuche e foi proposta para justificar as usurpações ocorridas no passado (Rodríguez, 2005, pp. 03-04).

A partir da ditadura chilena após o golpe liderado pelo general Augusto Pinochet (1973-1990), os progressos institucionais alcançados pelos povos indígenas, no período anterior, foram aniquilados e cresceram as perseguições e a repressão ao movimento camponês Mapuche, com prisões, torturas e desaparecimentos de suas lideranças e resistentes. O governo militar anulou a Lei Indígena, nº 17.729, abrindo as portas para a divisão dos territórios e a venda das áreas para agricultores não-mapuche. A política de contrarreforma agrária devolveu parte das terras originais indígenas aos colonizadores e outra parte foi leiloada para o setor florestal. Em torno de 98.817 hectares ocupados com a reforma agrária de Allende foram desapropriados e vendidos aos proprietários imobiliários ou vendidos a empresas florestais (Martí, 2013, p. 11). Foi nesse cenário que nasceram muitos dos futuros militantes do movimento Mapuche. Um grupo Mapuche integrante do Partido Comunista criou o Movimento Revolucionário *Ñetuain Mapu* (recuperaremos a terra) que se dedicou à invasão de terras de importantes proprietários, gerando conflitos e mortes (Padilla, 2004, p. 05).

A ditadura chilena também utilizou outros mecanismos de repressão, como a eliminação de qualquer pessoa considerada de esquerda, participante ou não do governo anterior. Segundo o historiador Carlos Rodríguez, prevaleceu o preconceito antimapuche e o desprezo aos povos indígenas (Rodríguez, 2005, p. 08), resultando na repressão contra essas populações, na proibição de suas organizações, na prisão, na tortura, no assassinato. Como era habitual na ditadura chilena, o assassinato foi seguido pelo desaparecimento intencional do cadáver para apagar qualquer possível traço de violência. Em outros casos, como sinal de alerta e para causar terror, jogavam os corpos em locais públicos, onde podiam ser vistos por todos (Pérez; Herzfeld; Sales, 1998). Os militares agiram contra os Mapuche, justificando dois motivos, que seriam “comunistas” ou apenas por serem indígenas. Também não podemos esquecer que os Mapuche eram vistos como um incômodo ou uma “ameaça” para os grandes latifundiários e ao “desenvolvimento” urbano do país. Tais razões levaram a um grande número de civis armados a apoiar as forças militares na busca e captura de alguns Mapuche, que foram espancados e torturados por policiais chilenos, um procedimento comum, como detalha o antropólogo Roberto Morales Urra:

Muchos mapuches fueron torturados. Los detenidos en el recinto de carabineros fueron sometidos a permanentes golpizas con los ojos vendados y a choques de electricidad. Los carabineros contaron con el apoyo activo de grupos de civiles organizados, quienes pusieron a disposición vehículos y recursos (Urta, 1999, p. 85).

Alguns dos presos Mapuche tiveram a publicação de seus nomes por meio da imprensa local. Os procedimentos para fazer desaparecer os cadáveres dos Mapuche eram múltiplos. Uma das ações favoritas dos *Carabineros* (polícia militar do Chile) era alinhar todos os mapuche detidos no topo da ponte de pedestres para que os corpos pudessem cair diretamente no rio, como destaca Roberto Morales Urta: “*Los cadáveres de un innúmero de personas asesinadas fueron sepultados por los hechores en el cementerio de Cunco, o tirados a las aguas de los ríos Allipen y Tolten, como también al lago Colico*” (Urta, 1999, p. 99).

Em 1990, foi criada *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*, mais conhecida como *Informe Rettig*⁴, preparado por uma equipe de juristas no governo do presidente democrata-cristão Patricio Aylwin para esclarecer o que aconteceu no campo das violações dos direitos humanos durante a ditadura de Pinochet, destacando também a respeito dos Mapuche: *la dureza extrema con que se trató a los mapuches y a sus familias y la grave dificultad que ha significado para éstos en las zonas más rurales, tener que convivir, en la misma localidad a veces hasta el presente, con los agentes que causaron las muertes de sus seres queridos*. (Informe Rettig, 1996, p. 361). Ainda sobre *Informe Rettig*, verifica-se que os sobrenomes das pessoas mortas ou desaparecidas, eram muitas vezes de origem Mapuche, especialmente das cidades de Bío-Bío e Araucanía. Estima que cerca de cem mapuches foram detidos e desaparecidos, muitos foram mortos naqueles anos de chumbo, outros deixaram as prisões e foram para o exílio, onde se organizaram, fundaram o *Comité Exterior Mapuche*, publicaram revistas e artigos denunciando os crimes do Estado e salvando suas histórias. Muitos exilados Mapuche estabeleceram-se na Bélgica, Holanda, Suíça, Suécia e nos mais diversos cantos da Europa. Há centenas de mapuche que continuam a viver exilados do Chile (Bengoa, 2002).

4. A *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* foi criada no Chile em 1990, pelo Presidente Patricio Aylwin Azócar, através decreto nº 355 do Ministério do Interior, com o objetivo de contribuir para o esclarecimento da verdade sobre as graves violações dos direitos humanos cometidas entre setembro de 1973 a março de 1990, período correspondente a Ditadura militar do general Augusto Pinochet. A comissão foi presidida pelo jurista e político Raul Rettig, razão pela qual é popularmente conhecida como Comissão Rettig e seu resultado como *Informe Rettig*.

Considerações finais

A historiografia sobre os indígenas, no mundo, precisa ser completada. Historicamente, esses povos sofreram com as políticas expansionistas e coloniais, foram silenciados, impedidos de se reconhecerem como agentes históricos, porque o modelo imposto de narrativa nega suas existências ou captura suas identidades, restando apenas a voz do vencedor.

As diversas regiões do continente sul-americano, apesar de divisão das suas fronteiras, internamente, guardam em comum suas histórias coloniais sob o jugo ibérico e europeu. Em comum, foram o locus da modernidade, quando a diferença “racial” se tornou o padrão discursivo que fundamenta a dominação e o facilitador subjetivo (modo de produção) exploração da sua força de trabalho e das suas riquezas naturais pelo sistema-mundo. O que explica, histórica e geograficamente, a América Latina conter todas as diferenças de uma região continental e estar unida pelas desigualdades coloniais impostas de classe, de gênero e, antes, de raça.

Desde a colonização à neocolonização, as fronteiras se separaram até formar as nações que ainda lutam por autonomia política, econômica e sociocultural. Assim, mais do que saber sobre como os golpes ocorridos no Brasil, na Argentina e no Chile afetaram as populações indígenas, comparando os processos em mais ou menos violentos e criminosos, mais ou menos alinhados com capitalismo neoliberal e com as potências econômicas centrais – apesar de essa história ainda estar silenciada e aguardando uma historiografia –, importa entender como esses povos sobreviveram ao preconceito racial, se reorganizaram e repensaram estratégias no combate a uma história que ainda é a história dos vencedores.

Sabemos pouco sobre o que aconteceu com os povos indígenas no continente americano e nesses três países, em particular. É urgente o aprofundamento sobre o modo como os Estados e a classe empresarial agiram para manutenção dos seus interesses. Mais urgente é que as narrativas desfoquem os vencedores e desenterre os vencidos da outra morte, porque as principais narrativas sobre os Golpes e os regimes autoritários estabelecidos no Brasil, no Chile e na Argentina, não tiveram o indígena como foco principal, o que poderia dar a impressão de que a política repressiva adotada pelos militares não afetou esses povos e, no entanto, a documentação e a memória comprovam os genocídios.

Os trabalhos da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Argentina, 1983), da Comissão da Verdade e Reconciliação (Comissão Rettig, Chile, 1990) e da Comissão Nacional da Verdade (no Brasil, 2012), trouxeram à tona uma história silenciada e esquecida de casos de violações de direitos e crimes ocorridos na Argentina, no Chile e no Brasil no período dos governos militares. Em relação aos povos indígenas no Brasil, a Comissão Nacional da Verdade, não trouxe avanços

significativos, não houve um “mero pedido público de desculpas da União pelos erros cometidos” (Valente, 2017, p. 10). Apesar disso, as conjunturas nacionais e internacionais que possibilitaram a emergência da “verdade” sobre os estados de exceção implantados, seus desdobramentos econômicos e seus crimes contra os direitos humanos fundamentais vem garantindo que essas populações originárias encontrem voz e respaldo às suas demandas. Como sobreviventes, exigem o olhar reivindicatório da justiça. Como agentes, exigem novos modelos de pensar e repensar as formas narrativas das suas participações.

Para tal, propõe-se uma historiografia fincada no debate pós-colonial, considerando os modos de resistências dos diferentes grupos indígenas do Brasil, da Argentina e do Chile, construindo uma narrativa das ações objetivas e semelhantes, numa conjuntura comum de exploração e expropriação, bem como, da negação de seus modelos próprios de pensamento e de suas identidades autônomas. Mais que uma crítica ao pensamento branco, fundamentado no tempo não dialético e na linear hierarquia de “sujeitos antagônicos”, a historiografia que se propõe considera a própria existência (sobrevivência) indígena, apesar dos genocídios e do discurso hegemônico de silenciamento. Esta historiografia recusa a pessoa ameríndea como “o outro” no conflito, porque a sua forma de ação (no sentido positivo, não negativo de “reação”) tem razão numa práxis desconhecida “do ocidental” e criador d’*As armas ideológicas da morte*, parafraseando Franz Hinkelammert (1983). Uma narrativa que descreva as ações indígenas precisa se lastrar na vida, naquilo em que o pensamento foucaultiano se aproxima, uma biopolítica para ‘*O governo dos vivos* (Foucault, 2011; 2018) é preciso narrar a vivência.

Crucial é unir os povos num movimento de(s)colonial amplo para que a história possa contar que vencemos.

Referências

- ARANDA, Darío. *Argentina originaria: genocídios, saqueos y resistencias*. Buenos Aires: Lavaca, 2010.
- ARAYA, Claudio; ABALOS, Magaly. Dictadura Militar y movimiento mapuche en Chile. In: *Pacarina del Sur*. Disponível on-line, Santiago, 2018.
- BAINES, Stephen G. *É a FUNAI que Sabe: a Frente de Atração Waimiri-Atroari*. Tese (Doutorado em Antropologia). Brasília: Universidade de Brasília, 1988.
- BARBOSA, Rodrigo Lins. *O Estado e a questão indígena: crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2016.

Protagonismos e resistências dos povos indígenas no Brasil, no Chile e na Argentina (1967-1979)

- BENGOA, José. *Historia de un Conflicto: el Estado y los Mapuche en el Siglo XX*. Santiago: Planeta, 2002.
- CARRASCO, Cecilia. Mapuches: nueva avanzada de ladis criminación y lades posesión. In: *Revista de Política y Cultura*. Entrevista com a antropóloga Diana Lenton. Disponível on-line, Buenos Aires, 2014.
- CEDVMJA, *A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari: por que kamña matou kiña?*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2014.
- COLBY, Gerard; DENNETT, Charlotte. *Seja feita a vossa vontade: a conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- DAVIS, Shelton. *Vítimas do Milagre. O Desenvolvimento e os Índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos, curso no Collège de France, 1979-1980* (excertos). 2ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: CCS/Achiamé, 2011.
- _____. *O nascimento da biolítica*. Lisboa: Edições 70, 2018.
- GOMES, Caroline Faria. *As propostas acerca da autonomia indígena mapuche no Chile do pós-ditadura (1997-2014)*. Brasília: ANPUH, 2017.
- GÓMEZ, Víctor Domingo Naguil. Entre comunitarismo y nacionalismo: El caso mapuche, 1990-2010. In: *Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, Santiago: Universidade de Compostela, v. 12, nº 1, pp. 39-69, 2013.
- HECK, Egon Dionisio. *Os índios e a caserna: políticas indigenistas dos governos militares (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) em. São Paulo: UNICAMP, 1997.
- HINKELAMMERT, Franz. *As armas ideológicas da morte*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- HUIRCAPÁN, Sergio Caniuqueo Huircapán. Dictadura y pueblo mapuche 1973 a 1978. Reconfiguración del colonialismo chileno. In: *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, Santiago, v. 01, pp. 87-130, 2013.
- LENTON, Diana. Memórias y silencios en torno a la trayectoria de dirigentes indígenas en tiempos repressivos. In: *Revista TEFROS*, Buenos Aires, v. 12, nº 2, pp 190-211, 2014.
- _____. Apuntes en torno a la aplicabilidad del concepto de genocídio en la historia de las relaciones entre el estado argentino y los pueblos originários. In: LANATA, José Luís. (Org.). *Prácticas Genocidas y Violencia Estatal en Perspectiva Transdisciplinar*. São Carlos de Bariloche: IIDyPCa-CONICET, 2014.

- MARTÍ, Jordi Bonet. *El movimiento mapuche en Chile: de la reivindicación por la tierra al reconocimiento como pueblo*. Disponível on-line. Santiago: Fundación Bertiko, 2013.
- PADILLA, Fernando Camacho. Historia reciente del pueblo mapuche (1970-2003): presencia y protagonismo en la vida política de Chile. In: *Revista Eletrônica Pensamento Crítico*. Disponível on-line. Santiago, 18pp, 2004.
- PADILLA, Fernando Pairican. *Malon: la rebelión del movimiento mapuche, 1990-2003*. Santiago: Pehuén, 2014.
- PELÁEZ, Alejandro Saavedra. *Los Mapuche em la sociedad chilena actual*. Santiago: LOM Ediciones, 2002.
- PÉREZ, Teresa Durán; HERZFELD, Roberta Bacic; SALES, Pau Pérez. *Muerte y Desaparición Forzada en la Araucanía: Una Aproximación Étnica*, Santiago: LOM Ediciones, 1998.
- QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf URL. Data de acesso: 1 de maio de 2019.
- RICARDO, Carlos Alberto. “Os índios” e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil. In: SILVA, Aracy L. da.; GRUPIONI, L. D. Benzi (Orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo: Global; Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 2004.
- RODRÍGUEZ, Carlos Ruiz. *El Pueblo Mapuche y el Gobierno de Salvador Allende y la Unidad Popular*. Disponível on-line, Santiago: Centro Estudios de Miguel Enríquez, 2005.
- URRA, Roberto Morales. *Cultura mapuche y represión en dictadura*. Disponível on-line, s/d.
- VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na Ditadura*. São Paulo: Companhia da Letras, 2017.

Jornal (site)

- ARANDA, Dario. *Jornal Página 12*. Buenos Aires, 18 de out. de 2010. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/sociedad/3-155217-2010-10-18.html>. Data de acesso: 10 de março de 2019.

Protagonismos e resistências dos povos indígenas no Brasil, no Chile e na Argentina (1967-1979)

Relatórios e arquivos virtuais

INFORME RETTIG. Tomo 1. Santiago do Chile, 1983-1984. Disponível em: <http://www.derechoshumanos.net/lesahumanidad/informes/informe-rettig.htm>. Data de acesso: 05 de mar. de 2019.

RELATÓRIO FIGUEIREDO. Centro de Referência Virtual Indígena, sessão documentos. Brasília, 1967-1968. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio>. Data de acesso em: 18 de fev. de 2019.

RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. CNV, Comissão Nacional da Verdade. Três volumes. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>. Data de acesso: 17 de fev. de 2019.

A atuação dos movimentos indígenas na América Latina: as constituições plurinacionais e as organizações internacionais

Vinícius Aureliano Bellotto dos Santos*
Fernanda Mello Sant'Anna**

Introdução

Falar sobre a realidade dos povos indígenas atualmente é falar sobre um processo secular marcado pela sobreposição de culturas, extermínios de comunidades e extirpação de terras. Contudo, também é falar de resistência, de movimentos organizados e de adaptação ao modelo de sociedade imposto pela Modernidade desde inícios do século XVI. Com a perda de suas terras e marginalização dentro dos Estados-nação, o movimento indígena, principalmente a partir de meados do século passado, tem-se articulado de forma organizada dentro da estrutura micro e macro estatal a fim de levar suas demandas às instâncias que podem, e devem, assegurar os direitos indígenas e provocar sanções internacionais caso esses direitos sejam violados.

Primeiramente, deve-se entender os povos indígenas como atores transnacionais dentro do sistema, uma vez que suas demandas superam os limites territoriais de um Estado específico e se unem em pautas comuns que abrangem comunidades de diferentes países. Questões sobre a sacralidade da terra, o saber indígena e a autonomia dos povos dentro das comunidades indígenas superam os limites físicos dos Estados-nação, e é através de ações coletivas nas estruturas internacionais que esses movimentos ganham força e voz a favor de suas reivindicações.

Não se pode deixar de destacar o papel que o internacionalismo, como fator de adjeção de movimentos indígenas locais possuiu na consolidação dos movimentos transnacionais indígenas dentro da América Latina. Utilizando-se de mecanismos como pressão moral, persuasão e uso da informação (Khagram; Riker; Sikkink, 2003), os movimentos indígenas possuem representantes de etnias e nacionalidades diferentes

* Bacharel em Relações Internacionais pela UNESP, vinibellotto@yahoo.com.br.

** Professora do Departamento de Relações Internacionais e do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da UNESP, e do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais Santiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), fernanda.santanna@gmail.com.

A atuação dos movimentos indígenas na América Latina:
as constituições plurinacionais e as organizações internacionais

que constroem uma pauta comum de defesa de suas terras e suas culturas, envolvendo diversos atores como os Estados, as OIs e as Organizações Não-Governamentais (ONGs).

A geopolítica pós-colonial apresenta um papel fundamental no processo de entendimento desses movimentos, uma vez que sua base teórica apresenta como pano de fundo a contestação da legitimidade e do funcionamento do território nacional em sobreposição às noções de território para os grupos indígenas originários. A concepção de terra para os indígenas traz elementos cosmológicos e espirituais, entendida como parte do individual e do coletivo dentro da comunidade. Já a visão de terra para o Estado moderno, imposto a essas comunidades, é totalmente divergente ao trazer elementos capitalistas e utilitários a terra. É a partir desse encontro conceitual que os movimentos indígenas ascendem suas pautas voltadas à autonomia das terras, às demarcações e à garantia de seus direitos por parte do Estado.

Além de possuir sua territorialidade afetada pela “modernidade”, as comunidades indígenas também tiveram suas noções do saber abaladas. Aqui nos referimos aos conhecimentos da terra, medicamentos e medicina que permeiam a comunidade indígena e que foram ignorados ou, na maioria das vezes, assimilados pela ciência moderna e transformados em mercadorias e lucro sem o devido retorno às comunidades indígenas. Nesse sentido, fica-se evidente que na geopolítica do saber, o conhecimento científico é mais legitimado que o saber indígena, denotando as relações de poder e o silenciamento que essas comunidades sofreram e sofrem dentro das estruturas estatais vigentes.

Em meio a luta por reconhecimento de suas reivindicações e garantias de seus direitos, os movimentos indígenas encontram no Sistema Internacional um novo mecanismo de pressão para que suas pautas sejam levadas às instâncias estatais e transformem-se em políticas públicas. A criação do Sistema Interamericano (que conta com a Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Internacional dos Direitos Humanos), o estabelecimento de diferentes organizações indígenas internacionais (CAOI, COICA, CICA, CLOC, PIA, COIAB, entre outros) e as diversas convenções, declarações e tratados de matéria indígena ratificados pelos Estados latino-americanos nos evidenciam que é possível, a partir de mecanismos internacionais, haver mudanças nas políticas internas de cada Estado voltadas à temática indígena.

O debate sobre os povos indígenas nas Organizações Internacionais

As questões indígenas ascenderam dentro do Sistema Internacional de forma lenta e gradativa, já que antes não havia preocupação em relação às suas especificidades enquanto povos originários no sistema mundo. O primeiro passo dado na consolidação das políticas indigenistas¹ a nível internacional se deu na realização do I Congresso

Indigenista Interamericano ocorrido em Pátzcuaro, México, entre os dias 14 e 24 de abril de 1940. Neste congresso, foram atestados 72 acordos e declarações que visavam integrar os povos indígenas na economia, na sociedade e na cultura dos países latino-americanos. Segundo Alejandro Marroquín (1972), foram estabelecidas “metas oficiales del indigenismo”, como a criação, em cada Estado, de órgãos que tratassem dos assuntos dos indígenas, e a recomendação de que o trabalho indígena passasse da área agrícola para a área industrial, a fim de incorporá-los no crescimento da economia dos países na época.

Após o I Congresso Indigenista Interamericano, o segundo feito de maior importância com relação à garantia dos direitos dos povos indígenas foi a realização da Convenção de nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada em 27 de junho de 1989. Primeiramente, deve-se destacar que foi delegada à OIT, uma das agências especializadas da Liga das Nações², criada em 1919, a função de estabelecer regras quanto às práticas trabalhistas do mundo, realizando estudos sobre questões sociais nos países integrantes da Liga das Nações – o que engloba, conseqüentemente, as populações indígenas e demais etnias espalhadas pelo mundo.

A OIT iniciou seus estudos sobre as populações indígenas no ano de 1921, quando foi criada uma comissão específica com a finalidade de estudar as questões do trabalho escravo indígena desde a chegada dos europeus nas Américas (Souza, 2016). Assim, em 1926 foi criada uma Comissão de Peritos em Trabalho Indígenas que se debruçou sobre esses assuntos e em 1930 se deu a Convenção de nº 29 da OIT, a qual recomendava os Estados a fiscalizarem e impedirem o trabalho escravo de populações indígenas (Figuerola, 2009). Novas convenções que se referiam de uma forma geral aos territórios indígenas foram adotadas a posteriori, como a Convenção nº 50, a Convenção nº 82 e a Convenção nº 85.

A Convenção nº 107, aprovada no dia 26 de junho de 1957 na 40ª Conferência

1. Entende-se que as políticas indigenistas se referem a todas e quaisquer políticas públicas que têm por finalidade os grupos e comunidades indígenas que são formuladas e implementadas não apenas pelo Estado per se, mas também em parcerias com organizações indígenas, organizações não-governamentais (ONGs) e instituições religiosas. Povos indígenas no Brasil: O que é política indigenista? Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/O_que_%C3%A9_pol%C3%ADtica_indigenista>. Acesso em: 17 out. 2018.

2. A Liga das Nações foi uma organização internacional criada pelo Tratado de Versalhes em 28 de abril de 1919 pelas nações vitoriosas da Primeira Guerra Mundial a fim de se garantir a paz mundial através de suas bases institucionais pelo direito internacional. Todavia, este organismo – assim como suas agências especializadas – é incorporado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 18 de abril de 1946 devido ao seu fracasso de manter a paz no mundo.

A atuação dos movimentos indígenas na América Latina:
as constituições plurinacionais e as organizações internacionais

Internacional do Trabalho, foi uma das primeiras convenções a reconhecer os direitos indígenas a nível internacional, atribuindo aos Estados o dever de desenvolver e coordenar programas de proteção às populações indígenas e integração destas em seu país de origem (Anaya, 2004, p. 89). É a partir dessa convenção que os grupos indígenas ao redor do mundo começam a se articular a fim de revisar as proposições já feitas e lutar por maiores direitos internacionais. Como resultado desse movimento, tem-se, anos mais tarde, a aprovação da Convenção de número 169.

A Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, aprovada no dia 7 de junho de 1989 na 76ª Conferência Internacional do Trabalho, possui 44 artigos que tratam de forma assertiva, e seguindo a evolução do direito internacional, a situação dos povos indígenas e tribais em todas as regiões do mundo. De uma forma concisa, a Convenção nº 169 trata diretamente das questões de cultura, religião, autonomia, terra, saúde, educação, condições de trabalho, integração na sociedade e participação dos povos indígenas e tribais nos processos de elaboração de projetos estatais (OIT, 1989). Segundo Leary (1999, p. 23), essa convenção é de extrema importância porque reconhece os direitos de coletividade dos povos indígenas e tribais (algo pouco comum no direito internacional), além de incentivar a própria participação dos povos indígenas em assuntos que dizem respeito à sua condição e à sua cultura.

Dessa forma, a Convenção nº 169 da OIT representa um marco importante para a situação indígena perante as políticas públicas dos Estados, já que a própria convenção obriga os Estados a cumprirem as normas dos direitos indígenas – as quais tem ganhado reconhecimento nas últimas décadas pelo sistema jurídico internacional, que passou a entender que as culturas, as tradições e as próprias leis dos povos indígenas são valiosas e devem ser respeitadas juridicamente (OIT, 2013). A convenção possuiu 22 ratificações até a data deste trabalho, sendo que da América Latina, apenas Cuba, El Salvador, Haiti, Panamá, República Dominicana e Uruguai não a ratificaram (OIT, 2016).

Além da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas (ONU) também teve um papel importante na formulação de convenções e tratados internacionais que assegurassem os direitos dos povos indígenas a nível internacional. Dentre os tratados da ONU que apontaram para a garantia dos direitos humanos de uma forma geral, o tratado de maior relevância para os povos indígenas especificamente foi a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada no dia 13 de setembro de 2007 na 60ª sessão da ONU, tendo como tema 68 do Programa “Informe do Conselho de Direitos Humanos”.

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas vem reafirmar as reivindicações indígenas emergidas nas últimas décadas, frisando principalmente questões dos direitos indígenas, da autodeterminação dos povos indígenas, da proibição à discriminação dos povos indígenas e todos os tipos de relação que esses povos possuem – e devem possuir – com os Estados. Dentre os

principais pontos da declaração, podemos destacar a autodeterminação, o direito ao consentimento livre, prévio e informado, o direito a reparação pelo furto de suas propriedades, o direito a manter suas culturas e o direito a comunicação (ONU, 2007).

Dentro do histórico da elaboração da Declaração, podemos retomar a criação do Grupo de Trabalho da ONU sobre Populações Indígenas em 1982 e a inauguração do Fórum Permanente da ONU para Assuntos Indígenas em 2002. Dentro do Fórum Permanente, composto por dezesseis peritos independentes, os representantes indígenas têm igualdade de fala e voto perante os representantes da ONU, fazendo-se valer e devidamente representar o pensamento e as reivindicações indígenas neste espaço (UNESCO, 2008). Foram através desses mecanismos que os grupos indígenas juntamente com os países da Assembleia Geral da ONU conseguiram, após grandes discussões, aprovar a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas com 143 votos a favor, onze abstenções e quatro votos contrários (Estados Unidos da América, Austrália, Canadá e Nova Zelândia).

Além da ONU, outra Organização Internacional (OI) que se destaca quanto à garantia dos direitos indígenas a nível internacional é a Organização dos Estados Americanos (OEA). A OEA, fundada no dia 30 de abril de 1948, criou uma estrutura regional designado Sistema Interamericano, que voltou seus trabalhos para a garantia da paz e segurança nos continentes americanos e promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural de seus Estados (Casella; Accioly; Nascimento, 2011).

Este organismo aprovou, em 22 de novembro de 1969, a Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida como Pacto San Jose da Costa Rica. Segundo seu artigo 1º, os direitos e liberdades de todos os indivíduos devem ser respeitados, sem discriminação alguma quanto a sua raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social (OEA, 1967).

O tratado internacional de maior destaque dentro da OEA que converge diretamente à proteção dos direitos indígenas, aprovado recentemente após dezessete anos de discussão e preparação, é a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Aprovada na terceira sessão plenária realizada no dia 15 de junho de 2016, a Declaração aborda quatro questões que até então não haviam sido formalizadas nos tratados anteriores: o reconhecimento e o respeito dos Estados ao caráter pluricultural e multilíngue dos povos indígenas, como parte integral das sociedades (artigo 2º), o reconhecimento da personalidade jurídica dos povos indígenas, bem como suas formas de organização (artigo 9º), o direito dos povos indígenas de manter e promover seus próprios sistemas de família (artigo 17) e o direito dos povos indígenas em isolamento voluntário ou em contato inicial de permanecerem nessa condição e de viver livremente e de acordo com suas culturas (artigo 26) (OEA, 2016).

Segundo informações do website da OEA (2018), a elaboração da Declaração

A atuação dos movimentos indígenas na América Latina:
as constituições plurinacionais e as organizações internacionais

contou com a participação de mais de mil líderes indígenas de distintas Organizações Indígenas espalhadas em 28 dos 30 Estados membros da OEA, além dos próprios representantes legais dos Estados. Assim, podemos observar que os grupos indígenas têm ganhado bastante espaço nos debates e nas formulações de políticas estatais que garantem seus direitos e suas reivindicações enquanto povos originários latino-americanos. Entretanto, o histórico desses grupos não é marcado apenas pela omissão de seus saberes e pela tomada de suas terras, mas também de grandes opressões quanto aos movimentos organizados que até hoje persistem na América Latina.

Os movimentos indígenas na América Latina

A chegada dos europeus nas terras dos povos originários e o início do processo violento de colonização causaram grandes choques entre ambas as culturas no fim do século XV. A instalação europeia neste território e a conseqüente imposição do aparelho opressivo da modernidade ocasionaram a repulsa das comunidades indígenas para com o “outro”, e as ações de extermínio e crueldade dos europeus na tentativa de escravizá-los e usá-los como mão de obra para sua exploração levaram aos grandes processos de resistência indígena, embora devidos movimentos tenham sido silenciados ao longo da história.

Hoje em dia, já amparados por leis e instituições nacionais e internacionais que possuem o papel de facilitar a comunicação entre os grupos indígenas e os setores público e privado da sociedade, os movimentos indígenas dentro da América Latina (classificados como movimentos sociais) continuam lutando para que as reivindicações de seus direitos sejam acatadas a fim de mudar a realidade. Os descendentes dos grupos originários seguem na luta pela conservação de seu território e de sua cultura frente ao pensamento colonizador que ainda resiste no continente, buscando seus direitos à terra, à autodeterminação, ao reconhecimento de suas tradições e ao acesso básico à saúde e à educação.

Segundo Silva (2016), “A emergência de um movimento indígena [...] passou da reivindicação étnica a uma visão global dos processos sociais, políticos e econômicos na região e ao mesmo tempo se afirma em uma profunda identidade histórica e civilizatória”. Bruckmann (2011) também tem suas considerações pelo tema, ao afirmar que

Os indígenas de diferentes regiões do mundo buscam formar um movimento que afirme suas lutas em uma postura ecológica baseada em uma relação forte com a natureza, em uma ideologia oposta ao capitalismo e às supostas forças progressistas que veem o progresso como um caminho destruidor das formas anteriores (Bruckmann, 2011, p. 324 *apud* Silva, 2016, p. 155).

O ressurgimento do movimento indígena se dá principalmente na região dos Andes

sul-americanos, englobando os povos pré-colombianos andinos e amazônicos, inclusive indo além dos limites fronteiriços dos Estados-nação (Silva, 2016, p. 155). Essa nova perspectiva da luta indígena, que tem como ancora suas ancestralidades ao mesmo tempo em que possui reivindicações atuais de reconhecimento de direitos e autonomia, ressurge a partir da década de 1970, quando os grupos indígenas reivindicam suas próprias origens como parte de uma estrutura ideológica, além de exigirem a liderança dos movimentos guerrilheiros da época (Bruckmann, 2011, p. 324 *apud* Silva, 2016, pg. 156). Na década de 1980, as lutas pelos direitos humanos – principalmente direitos a terra e aos recursos naturais – se intensificam, e o protagonismo dos líderes indígenas nas guerrilhas da época também se eleva.

Os primeiros movimentos indígenas possuíam objetivos locais e imediatos, relacionados com problemas específicos da região onde se encontravam, e sofriam graves repressões quando enfrentavam interesses dos latifundiários ou de caciques poderosos daquela região. Com o passar do tempo, esses movimentos foram se fortalecendo e ganharam aportes de organizações ou federações locais que possuíam uma visão mais politizada de suas reivindicações, como organizações camponesas, obreiras, magistras ou estudantis.

Dessa forma, e ainda mantendo contato com movimentos guerrilheiros e revolucionários indígenas, os líderes indígenas começam a absorver outras concepções de suas lutas, que já abrangem questões agrárias, ambientais e reivindicações econômicas e sociais perante as estruturas de poder a nível regional. Uma vez logrado esse fortalecimento, e já com um recorte urbano e profissional, alguns movimentos indígenas se fortalecem a nível nacional e começam a se aliar com partidos e organizações políticas a fim de valer suas reivindicações na própria estrutura institucionalizada do Estado (Stavenhagen, 2008).

Podemos destacar alguns desses grandes movimentos de lutas indígenas na América Latina ocorridas no século passado. Na Guatemala, por exemplo, o movimento indígena surgiu na luta contra a ditadura militar no país após um grande genocídio cujas principais vítimas foram os povos indígenas. Já no México, país onde as organizações indígenas já possuíam fortes ligações com o indigenismo oficial, o apoio dessas organizações ao movimento zapatista foi crucial para a propagação da guerrilha local e internacional. Além disso, houve também alguns movimentos de grupos indígenas amazônicos na região do Equador, Bolívia, Brasil e Colômbia³ (Stavenhagen, 2008).

Esses movimentos assumiram um caráter ideológico próprio, porém com um

3. Neste país, a situação dos povos indígenas foi bastante peculiar, pois eles se encontravam literalmente no meio do fogo cruzado entre diversos setores armados da sociedade, sendo estes o exército, as organizações guerrilheiras, os paramilitares e o narcotráfico organizado.

A atuação dos movimentos indígenas na América Latina:
as constituições plurinacionais e as organizações internacionais

objetivo universal de conquista de direitos para todas as comunidades indígenas existentes. Além disso, eles também eram assessorados por ONGs e instituições religiosas, que lhes favoreceram com maior visibilidade e recursos para suas lutas.

Dentre alguns movimentos de articulação indígena atuais, pode-se destacar a declaração que diversas organizações indígenas redigiram dentro do Fórum Social Mundial (FSM) de Belém no ano de 2009 – evento que reuniu mais de dois mil indígenas de 85 povos distintos de toda a América (Oliveira, 2009). As reivindicações contidas na declaração expressam significativamente a luta desses movimentos frente às situações por eles enfrentadas, como a proteção da água como direito humano fundamental e não mercantilizado, a descolonização do poder e das ciências e tecnologias, os Estados Plurinacionais, a autodeterminação dos povos, formas alternativas de autoridade coletiva, unidade, dualidade, equidade e complementariedade de gênero, respeito as diversas espiritualidades, e reciprocidade na distribuição de trabalho, produtos e serviços dentro da sociedade (FSM, 2009).

Entre as principais organizações internacionais dos povos indígenas encontradas na América Latina, podemos destacar a Coordenação Andina de Organizações Indígenas (CAOI), a Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), o Conselho Indígena da América Central (CICA), a Coordenação Latino-Americana das Organizações do Campo (CLOC), o Parlamento Indígena da América (PIA) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Todas essas organizações lutam não apenas para assegurar o direito a terra e as tradições dos povos originários latino-americanos, mas também para sua unificação e integração em todo o continente.

Os movimentos transnacionais e as redes de atuação nas relações internacionais

As relações transnacionais podem ser definidas como interações regulares através das fronteiras nacionais quando ao menos um dos atores é um agente não-estatal ou não opera em nome de um governo nacional ou organização internacional (Risse-Kappen, 1995, p. 3). Para este autor, os atores transnacionais são aqueles que possuem metas específicas a serem atingidas em um Estado determinado, podendo ser motivados por objetivos instrumentais (que seriam as empresas transnacionais) ou possuir como objetivo influenciar as ideias, o conhecimento, e a criação de normas (Risse-Kappen, 1995).

Segundo Sidney Tarrow, os chamados movimentos sociais globais ou transnacionais estão conectados com a globalização e, no entanto, não podem ser explicados somente a partir dela (Tarrow, 2005). Este trabalho baseia-se na definição de Charles Tilly de que um movimento social pode ser definido como um esforço público organizado e sustentado de reivindicações coletivas sobre determinadas autoridades utilizando para isso um repertório de argumentação por parte de um grupo de pessoas (Tilly, apud Tarrow, 2005, p. 6). Tarrow argumenta que apesar de ser a globalização o foco das

reivindicações das mobilizações, é o internacionalismo, em sua forma complexa, que deu abertura a canais de resistência a globalização e oportunidades para a formação de movimentos e coalizões transnacionais (Tarrow, 2005).

Em relação aos movimentos indígenas especificamente, a questão territorial assume uma importância crucial, pois como demonstra Slater, ele contesta a legitimidade e o funcionamento tido como normal do sistema político, como o território nacional. Os movimentos sociais hoje, em especial o movimento indígena na América Latina, têm o potencial para subverter o sistema político tradicional, e também de revelar certos significados velados, como a aparente naturalidade do território nacional negando os territórios indígenas que existiam muito antes da chegada dos colonizadores europeus. É o que Slater chama de “guerras de interpretação” (1995).

É importante destacar que as OIs são grandes oportunidades políticas para os movimentos sociais transnacionais quando estes podem participar destas organizações como ouvintes ou órgãos para consulta. Os movimentos sociais transnacionais utilizam o espaço das OIs para pressionar e influenciar a criação de normas internacionais que contemplem os seus interesses, e também para pressionar os Estados para que assinem esses acordos internacionais.

Atualmente, já podemos notar a presença de representantes dos movimentos indígenas transnacionais nos debates de políticas públicas dos países latino-americanos, ou até mesmo na representação política dos mesmos nos poderes executivo e legislativo – como a eleição do atual presidente boliviano, Evo Morales, em 2006. Estes são alguns dos espaços conquistados pelos indígenas como reflexo do árduo movimento de resistência que os mesmos têm reivindicado ao longo das últimas décadas. Assim começa-se a tornar possíveis as mudanças jurídicas e institucionais que assegurem os direitos dos povos originários nas constituições de seus Estados-nação.

Os Estados plurinacionais

As propostas que têm surgido nos países latino-americanos nos últimos anos de se constituir um novo modelo de Estado, o Estado Plurinacional, demonstram que os ideais da pós-colonialidade também estão se fazendo valer na área constitucional dos Estados, propondo repensar e modificar a estrutura até então vigente. Tanto é verídico esse fato que nos últimos dez anos dois países da América Latina tiveram sua Constituição reformulada seguindo esta nova perspectiva: a República do Equador (2008) e o Estado Plurinacional da Bolívia (2009).

Primeiramente, deve-se ter como conhecimento que a plurinacionalidade é em si um ato de pós-colonialidade que se propõe a acabar com a herança colonial encontrada na América Latina, já que possui como objetivo principal romper definitivamente “a visão homogeneizante do Estado-nação, e com ele, a tradição política ocidental na América Latina” (Bruckmann, 2014). Ou seja, este novo modelo de Estado reconhece

A atuação dos movimentos indígenas na América Latina:
as constituições plurinacionais e as organizações internacionais

as múltiplas nacionalidades, culturas, línguas, religiões e formas de espiritualidade que uma nação possui, já que é baseado na diversidade e não na homogeneização da sociedade.

Por se tratar de um ideal que vai contra a estrutura constitucional estabelecida nos países latino-americanos, a plurinacionalidade e interculturalidade são propostas que surgem dos setores marginalizados da sociedade, que não possuem voz nas democracias atuais (que se dizem “governos do povo exercidos pelas vontades da maioria”) e não se sentem representados nos moldes de Estado-nação vigentes – vão totalmente contra os princípios de sociedade coletiva e organizacional. Por esse motivo, as organizações que reivindicam este tipo de Constituição são taxadas de separatistas e desmerecidas quanto à sua forma de pensamento (Fernández, 2014).

Os Artigos 2º e 3º da Constituição Política de Estado (CPE) do Estado Plurinacional da Bolívia, aprovada pela população boliviana através de Referendum realizado no dia 25 de janeiro de 2009, nos evidencia qual o projeto político de Estado que se está construindo neste país:

Artículo 2. Dada la existencia precolonial de las naciones y pueblos indígena originario campesinos y su dominio ancestral sobre sus territorios, se garantiza su libre determinación en el marco de la unidad del Estado, que consiste en su derecho a la autonomía, al autogobierno, a su cultura, al reconocimiento de sus instituciones y a la consolidación de sus entidades territoriales, conforme a esta Constitución y la ley.

Artículo 3. La nación boliviana está conformada por la totalidad de las bolivianas y los bolivianos, las naciones y pueblos indígena originario campesinos, y las comunidades interculturales y afrobolivianas que en conjunto constituyen el pueblo boliviano (CPE, 2009).

Também se pode analisar o Artigo 1º da nova Constituição do Equador, aprovada por Referendum no dia 28 de setembro de 2008 com mais de 64% dos votos:

Artículo 1. El Ecuador es un Estado constitucional de derechos y justicia, social, democrático, soberano, independiente, unitario, intercultural, plurinacional y laico. Se organiza en forma de república y se gobierna de manera descentralizada. La soberanía radica en el pueblo, cuya voluntad es el fundamento de la autoridad, y se ejerce a través de los órganos del poder público y de las formas de participación directa previstas en la Constitución. Los recursos naturales no renovables del territorio del Estado pertenecen a su patrimonio inalienable, irrenunciable e imprescriptible (2008).

As Constituições Plurinacionais propõem um novo modelo de desenvolvimento estatal que não seja mais baseado na exploração da natureza para fomentar a estrutura capitalista de produção de bens e acúmulo de capital. A relação com a terra proposta por essas Constituições, que remete à Pachamama e a terra como parte do indivíduo, transforma o conceito de natureza de produtivista para cosmológico, e modifica todas as estruturas da sociedade antes baseadas nesses valores.

Assim, podemos perceber que ambos os países estão reinventando o tipo de Estado

como conhecemos, trazendo novas instituições e novos territórios através de um marco político diferente que permite transmitir as mudanças dos discursos indígenas para a prática. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2008), essa é uma transição política e cultural a longo prazo, que causa choques na memória entre aqueles que não podem esquecer (os povos originários) e aqueles que não querem se lembrar (a sociedade construída nos moldes do Estado moderno) (Santos, 2008), mas não deixa de ser o primeiro passo para que uma nova realidade se construa na política do bem-viver indígena.

Considerações finais

Com um resultado positivo em termos institucionais, a luta indígena tem ganhado espaço e visibilidade no cenário internacional desde meados do século XX. Por parte dos organismos internacionais, tem-se criado agências especializadas das Nações Unidas e demais organizações internacionais que lidam diretamente com as questões indígenas no mundo, como o Grupo de Trabalho da ONU sobre Populações Indígenas (1982) e o Fórum Permanente da ONU para Assuntos Indígenas (2002).

A participação dos grupos indígenas não se restringe apenas aos debates dos documentos internacionais e aos movimentos indígenas nacionais e internacionais, mas também se encontra na própria composição política dos Estados, como por exemplo na eleição do primeiro presidente indígena na Bolívia, Evo Morales (2006). Além disso, mudanças constitucionais estão ocorrendo nos países latino-americanos que reforçam as reivindicações dos direitos indígenas, como é o caso da aprovação das Constituições Plurinacionais nos Estados equatoriano (2008) e boliviano (2009).

Entretanto, devemos trazer um olhar crítico a essas mudanças constitucionais e nos questionarmos se de fato as realidades dos povos indígenas têm mudado com a criação das Constituições Plurinacionais. O processo político nesses países se excede entre a retórica e a contradição, entre o desenvolvimentismo e a plurinacionalidade, onde muitas vezes o centralismo político leva a um Estado forte que transforma o discurso plurinacional como modelo de integração regional de mercado, distante da autonomia e busca de alternativas ao desenvolvimentismo (Schavelzon, 2018, p. 18-19). Nesse sentido, por mais que haja um representante indígena liderando o poder Executivo no país, os ideais plurinacionais são deficitários no momento de aplicação efetiva na sociedade.

Ainda assim, o fato de se aprovar uma Constituição que defende a pluralidade política, econômica e jurídica de um país, que reconhece as diferenças culturais e linguísticas de cada povo originário e que reconhece a luta por autonomia territorial e política, é um passo muito importante, pois dá abertura a novos debates acerca da estrutura estatal vigente nos países latino-americanos. É importante repensarmos nossas concepções de Estado, território e conhecimento tal como conhecemos e reconhecer que para os povos nativos dessas terras, os valores e os costumes são outros, não

podendo ser ignorados e suprimidos pelos valores da modernidade. Afinal, lutar pelos direitos indígenas é lutar, acima de tudo, pelos direitos humanos.

Referências

- ANAYA, S. James. *Los pueblos indígenas em el derecho internacional*. Tradução de Luis Rodrigues-Piñero Royo; Pablo Gutierrez Veja; Bartolomé Clavero. New York, USA. Ed. Trota, 2004.
- BRUCKMANN, Monica. Ou inventamos ou erramos: A nova conjuntura latino-americana e o pensamento crítico. *Tese (Doutorado em Ciência Política)*. Universidade Federal Fluminense. Departamento De Ciência Política. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Niterói, 2011.
- _____. *Civilização e modernidade: o movimento indígena*. Disponível em: <<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/cultura/51160/civilizacao-e-modernidade-o-movimento-indigena>>. Acesso em: 14 de out. de 2018.
- CASELLA, Paulo Borba; ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO, G. E. do. *Manual de direito internacional público*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- FERNÁNDEZ, Raúl Llasag. Constitucionalismo Plurinacional e intercultural de transición: Ecuador y Bolivia. In: *Meritum*, Belo Horizonte, v. 9, nº 1, p. 295-319, jan./jun. 2014.
- FIGUEROA, Isabela. A Convenção 169 da OIT e o dever do Estado brasileiro de consultar os povos indígenas e tribais. In: GARZÓN, Biviany Rojas (Org.). *Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais: oportunidades e desafios para sua implementação no Brasil*. São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 13-48, 2009.
- FSM. *Declaración de los Pueblos Indígenas: Llamamiento desde los Pueblos Indígenas frente a la Crisis de Civilización Occidental Capitalista*”, Fórum Social Mundial 2009, Belém, Amazônia, Brasil. Disponível em: <<https://www.alainet.org/es/active/28734>>. Acesso em: 16 out. 2018.
- KHAGRAM, S.; RIKER, J. V.; SIKKINK, K. From Santiago to Seattle: transnational advocacy groups restructuring world politics. In: *Restructuring world politics: transnational social movements, networks and norms*. University of Minnesota Press, p. 3-23, 2002.
- LEARY, Virginia. A. *La utilización del Convenio n° 169 de la OIT para proteger los derechos de los pueblos indígenas*. San José, Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 1999. Disponível em: <<http://www.iidh.ed.cr/IIDH/media/2102/utilizacion-convenio169-1999.pdf>>. Acesso em: 25 de out. de 2018.
- MARROQUÍN, Alejandro D. *Balance del indigenismo: informe sobre la política*

- indigenista en América. México: Instituto Indigenista Interamericano, p. 24, 1972.
- OIT. Comprender el Convenio sobre pueblos indígenas y tribales, 1989 (nº 169). *Manual para los mandantes tripartitos de la OIT*. Oficina Internacional del Trabajo, Departamento de Normas Internacionales del Trabajo. Ginebra: OIT, 2013.
- OLIVEIRA, João Manoel de. *Nossa casa grande tem que ser reconstruída*. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Forum/9%BA-Forum-Social-Mundial-2009/%27Nossa-casa-grande-tem-que-ser-reconstruída%27/22/14762>>. Acesso em: 15 out. 2018.
- RISSE-KAPPEN, T. Bringing transnational actors back in: an introduction. In: RISSE-KAPPEN, T. *Bringing transnational relations actors back in*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 3-33, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Intervención magistral realizada en el Encuentro Internacional*. Pueblos Indígenas, Estados Plurinacionales y Derecho al Agua”, Quito, 12-14 de marzo del 2008. Disponível em: <<http://alainet.org/active/23957>>. Acesso em: 16 out. 2018.
- SCHAVELZON, Salvador. La plurinacionalidad en los Andes. *Iberoamericana*, XVIII, 67 (2018), p. 11-22.
- SILVA, David Junior de Souza. Movimento Indígena Latino-Americano: Uma Primeira Revisão da Literatura. In: *Rev. Geogr. Acadêmica*, [s.l], v. 10, nº 2, p. 154-163, 2016.
- SOUZA, Marineide Barreto de. *A evolução histórica do direito internacional dos povos indígenas (1989-2015)*. 2016. 87 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016.
- SLATER, David. Repensando as especialidades dos movimentos sociais: questões de fronteira, cultura e política em tempos globais. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 503-533, 2000.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. *Os movimentos indígenas na América Latina*. Disponível em: <http://www.novamerica.org.br/revista_digital/10117/rev_entrevista.asp>. Acesso em: 25 ago. 2018.
- TARROW, Sidney. *The new transnational activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- UNESCO. *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas: perguntas e respostas*. Brasília, set. 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001627/162708POR.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2018.

Dissociação rural urbana na diversidade cultural de populações tradicionais da América Latina

Vinnie Mayana Lima Ramos*
Maria Gorete Borges Figueiredo**
Cristina Maria Macêdo de Alencar***

Introdução

Na América Latina, a Convenção 169 de 1989 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), reconhece aos indígenas e, posteriormente, amplia sua aplicação aos povos e comunidades tradicionais em países independentes, descendentes de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas, fundamental para a consciência de uma identidade.

Por meio da referida convenção 169 da OIT, ainda que tenha se falado apenas de comunidades tribais, as comunidades de afrodescendentes na América Latina e, no caso afrocolombianos, também foram reconhecidas, demonstrando ter a norma contemplado a obrigação internacional em ouvir esses grupos étnicos no Brasil e na Colômbia, que são países signatários da convenção.

No Brasil, as temáticas que envolvem os Povos e Comunidades Tradicionais ganharam maior visibilidade nas últimas décadas em razão da Constituição Federal (CF) de 1988 que definiu os Povos e Comunidades Tradicionais como “grupos que possuem culturas diferentes da cultura predominante na sociedade e se reconhecem como tal. Estes grupos devem se organizar, ocupar e usar territórios e recursos

*Doutoranda no Programa de Integração da América Latina (PROLAM/USP), Mestre em Planejamento Ambiental (MPPA/UCSal), Advogada. E-mail: vinnielimaramos@usp.br

**Doutoranda em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSal), Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS), Assistente Social e Pedagoga. E-mail: gorete.figueiredo@gmail.com

***Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ; Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental (UCSal), Economista. E-mail: cristina.alencar@ucsal.br

naturais para manter sua cultura, tanto no que diz respeito à organização social quanto à religião, economia e ancestralidade” (Brasil, 1988).

A Constituição Federal Colombiana de 1991 trouxe inovações em razão do engajamento em movimentos sociais no que tange à garantia de direitos coletivos aos indígenas quando incorporaram a possibilidade de autodeterminação, contribuindo com o reconhecimento de diferentes culturas de cada grupo e suas formas de desenvolvimento conforme as peculiaridades e dinâmicas sociais, confirmando a diversidade, modo de vida e trabalho diferenciados a serem considerados pelo Estado e suas políticas públicas.

O processo colonialista na América Latina foi um dos fomentadores das segregações que os povos e comunidades colonizados vivenciam de modo decisório, imperativo e discriminatório na desconstrução de sua cultura ancestral, contextualizando ações de movimentos sociais em prática de luta e resiliência.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Brasil, em 2014, quase 6 milhões de pessoas compunham as comunidades tradicionais quilombolas, indígenas, fundo e fecho de pasto, caiçaras, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, entre outros, sob conflitos com o poder público, empresários, fazendeiros, hidrelétricas, mineradores, dentre outros no campo.

No Brasil o decreto, nº 6.040/2007 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em que os povos e comunidades tradicionais são definidos como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Brasil, 2007).

Na Colômbia, documentos internacionais de proteção aos direitos como a Convenção Americana de Direitos Humanos, a Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, a Convenção sobre a Diversidade Cultural e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas balizam a proteção aos direitos apoiada em estudos estatísticos do PNUD e UNICEF sobre a situação de povos originários na América Latina e Caribe. Muitos desses estudos não estão atualizados ou não possuem metodologias coincidentes, o que dificulta a proteção dos 83 povos originários com população de 1.392.623 na Colômbia (Rodríguez Rojo, 2010).

Os povos e comunidades tradicionais apresentam características que são comuns, embora não sejam idênticas, mas que lhes atribuem o conceito de tradicional, haja vista que “são grupos que guardam entre si uma história em comum, uma forma própria de viver e se relacionar com a natureza, [...] tradições, [...] crenças que os distinguem dos demais membros de outros grupos humanos” (MPP, 2014, p. 7), que mantêm vínculos e dinâmicas diferenciadas em seus ritmos com a sociedade e natureza em diversos aspectos da vida.

Antônio Carlos Diegues (2000) entende que se reconhecer como membro de um grupo específico e trazer um conjunto de saberes e saber-fazer no que tange ao mundo natural, sobrenatural e que é transmitido de maneira ancestral constitui importante caracterização de culturas e populações tradicionais para além do seu modo de vida (Diegues, 2000).

Nesse marco teórico objetiva-se discutir o modo de vida e trabalho de populações tradicionais na América Latina considerando peculiaridades, referindo-as às dinâmicas sociais rural e urbana na relação entre sociedade e natureza no Brasil e na Colômbia, dados o cenário político, questões socioambientais e culturais que direcionam ações dos movimentos sociais dessas populações em luta e resiliência frente ao capitalismo contemporâneo, no século XXI.

O percurso metodológico foi a abordagem qualitativa, por meio da pesquisa bibliográfica conforme Gonçalves (2005) e documental, revisão bibliográfica sistemática, utilizando o CAPES periódicos com as palavras-chave diversidade cultural na América Latina; pluralidade regional na América Latina; relação rural urbana na América Latina. Fizeram-se entrevistas semiestruturadas a representações dos povos e comunidades tradicionais das áreas em análise. A metodologia mostrou-se eficaz possibilitando identificar as principais questões socioculturais dos povos tradicionais na dinâmica social rural urbana no Brasil e na Colômbia.

As comunidades tradicionais pesquisadas no Brasil foram a Comunidade quilombola Tabuleiro da Vitória que se localiza no município de Cachoeira no Recôncavo do Estado da Bahia e a comunidade da Aldeia Lagoa da Encantada Etnia Originária Jenipapo-Kanindé que habita o município de Aquiraz no Ceará. Na Colômbia, foi realizada a pesquisa junto à comunidade Yanaconas da cidade de Popayán que ocupa predominantemente o departamento de Cauca no Maciço Colombiano, com população em mais de 10 municípios distintos no país.

A cultura desses povos difere do modo de produção capitalista. Esses povos expressam e compreendem o modo de vida como sendo a forma pela qual se reproduzem social, cultural e economicamente e, por meio dos movimentos sociais, lutam todos os dias por direitos que reconheçam suas diversidades e as incorpore nas políticas públicas locais. Assim, pedimos licença aos povos quilombolas e indígenas para discorrer e refletir acerca das suas culturas, tradições, história e dinâmicas de comunidades tradicionais na América Latina inserindo o olhar sobre a dissociação rural urbana na defesa dos seus direitos.

Sobre o rural de que se fala e lugar de fala

Discute-se a dissociação rural urbana na diversidade cultural das populações tradicionais da América Latina a partir de como os movimentos sociais utilizam esses conceitos.

Quadro conceitual sobre o rural e o urbano

Autor	Contribuição
Hespanhol	<ul style="list-style-type: none">■ Para compreender o rural e o urbano no contexto contemporâneo é necessário, vinculá-lo ao seu par dialético, ou seja, o campo e a cidade, distinguindo-os conceitualmente.■ Campo-cidade constituem formas espaciais que se caracterizam por representar concentração e dispersão.■ Rural-urbano é uma dimensão de construções sociais que se distinguem por serem atributos e constituintes, condições e condicionantes.
Lefebvre	<ul style="list-style-type: none">■ Trabalha a ideia de “urbanização do rural”, segundo a qual, o rural tenderia a desaparecer, tornando-se urbano; a sociedade é a do homem urbano.
Milton Santos	<ul style="list-style-type: none">■ A divisão rural e urbano no Brasil, seja revista e substituída pela divisão em dois grandes subtipos: “os espaços agrícolas e os espaços urbanos, as regiões agrícolas e não rurais contêm cidades;■ as regiões urbanas contêm atividades rurais, assim teríamos áreas agrícolas contendo cidades adaptadas às suas demandas e áreas rurais adaptadas às demandas urbanas.
Ricardo Abramovay	<ul style="list-style-type: none">■ Defende um destaque no rural, priorizando seus estudos na ideia de “novas ruralidades”
Chayanov	<ul style="list-style-type: none">■ A família, conforme sua idade constitui em suas diferentes fases uma demonstração de trabalho conforme sua força de trabalho, a intensidade das suas necessidades expressas, a relação consumo-trabalho e a possibilidade de ampliar os princípios da cooperação complexa.■ Verifica a força de trabalho como atividade econômica da família no campo e não a produção deste campo.

A relação rural-urbano sobre substratos materiais de campo e cidade requer um olhar dialético que incorpore as potencialidades dos sujeitos sociais. Rápidas e crescentes transformações do social têm levado a reorganizações do espaço e do modo de construir territorialidades, visto que o campo e a cidade são espaços que se diferenciam por si só quando fortalecidas as peculiaridades de existência e luta dos seus sujeitos históricos.

Na Colômbia, até os dias atuais, dentre os povos originários, afrocolombianos e camponeses, os últimos não têm sua identidade reconhecida enquanto diferente culturalmente. Apesar dos camponeses serem tão afetados quanto as demais comunidades, as empresas, afirmam que eles não possuem direitos (SUCUPIRA, 2016).

Comunidades tradicionais do Brasil e da Colômbia acompanham essas transformações no uso comunicacional através de redes sociais e canais (como o youtube) para mostrar e informar seus desafios e conquistas cotidianas com acesso para todo o mundo, apropriando-se dos meios técnicos, científicos e informacionais sem abrir mão de suas identidades sociais.

A integração plena a um mercado completo e impessoal define o processo em que o camponês adentra o mundo moderno do capital. Por que resistir ao capital se a integração é a condição da continuidade? Para o capital, na resistência está o sentido da descontinuidade, na integração está o sentido da continuidade. Seria o modo de vida rural dos povos tradicionais incompatível com o capitalismo, ou o capitalismo é incompatível com o modo de vida deles?

Santos (2000), revela que o aprofundamento das técnicas e a sua difusão de forma diferenciada nos espaços revelam cada vez mais a capacidade do homem em se apropriar, modificar e reduzir a dependência da sociedade em relação às condições naturais. Assim, como para alguns povos e comunidades tradicionais, a agricultura e a pecuária fazem parte das tradições e se constitui no modo primaz e precípua de sobrevivência. O Brasil configura-se em espaço privilegiado de cultivo agrícola e pecuário, mas também do artesanato, que marcam a história colonizadora na América Latina e nos remete à cultura e as tradições dos povos e comunidades tradicionais.

Na região do Recôncavo da Bahia, onde estas comunidades tradicionais quilombolas e indígenas e/ou representantes estão vinculados à academia pela presença na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), entrevistou-se representantes da comunidade remanescente quilombo Tabuleiro da Vitória, cuja representante informou ser a área predominantemente construída pela população negra rural, cujo cotidiano se define a partir da relação com a terra, em que a identidade ancestral e as práticas culturais dão sentido a toda luta e tradição.

No Ceará, a representante dos indígenas da etnia Jenipapo-Kanindé informa que trabalham com agricultura, venda de artesanato e turismo comunitário, em que história e genealogia remontam a período anterior à colonização do Ceará, essa presença e fluxo cultural vão desde a costa (onde localizava primeira capital do estado, Aquiraz), até o Sertão Central, herdando a cultura de seus ancestrais Payacús ou Pakajús e sua relação com a terra e agricultura. Na Colômbia, o relato do representante da etnia Yanakonas deixa muito clara a relação e dependência com a terra, “pois dela de tudo se dá” e, não à toa, que sua maior luta é para ampliar e garantir territórios para sua sobrevivência como resistência e produção.

Desse modo, povos tradicionais, camponês e/ou agricultores, se definem por possuírem a família/comunidade e o trabalho por eles desenvolvidos por característica cultural e econômica, e dessa forma assumem o trabalho dos meios de produção enquanto proprietária, assim como o trabalho no estabelecimento produtivo. Neste paradigma insere-se o rural como lugar de trabalho e vida e a partir dele assume-se o polo heurístico campo e cidade (Alencar, Moreira, 2005).

A diversidade cultural na América Latina

A diversidade cultural na América Latina se pauta pela multiplicidade de povos e comunidades e suas identidades que possuem como urgentes, conforme trajetórias sociohistóricas, questões muito comuns como a imposição religiosa, o centralismo político e econômico, a concentração de terras e a dominação dos povos e comunidades tradicionais (Arocena, Sobottka, 2017), em que:

Luego de la llamada tercera ola de democratización de los años ochenta y la celebración de los quinientos años de la conquista de América en los noventa, se fortalecieron a lo largo de la región movimientos tanto de indígenas como de afrodescendientes contra el racismo histórico del estado-nación de los países latinoamericanos. Las consecuencias han sido muy significativas, entre ellas el diseño de nuevas constituciones en casi todos los estados, en las cuales explícitamente se hace referencia a la multiplicidad de naciones, pueblos, o culturas que conforman los países (Arocena, Sobottka, 2017, p. 205).

Nos séculos XVIII e XIX, o município de Cachoeira na Bahia caracterizava-se por ser uma região produtora de açúcar no solo de massapê, com uso de mão-de-obra escrava comprados na costa africana, e produtora de tabaco, mas também rota de escravos e negros fugidos, quilombolas, pois ligava o sertão ao Recôncavo e a São Salvador da Bahia. No início do século XIX, os escravos negros e mestiços eram reagrupados nas plantações na região da Bacia do Iguape e com a abolição da escravatura em 1888, muitos permaneceram nas antigas senzalas e áreas circunvizinhas. Esse fato agregou na região comunidades que se instalaram nas sedes de antigos engenhos desativados com a desestruturação do sistema escravista, nas primeiras décadas do século XX.

No Iguape, o maior distrito de Cachoeira, localizado num ponto onde o rio Paraguaçu forma uma bacia, onde as comunidades se reconhecem como remanescentes de quilombos, a atividade econômica inclui a mariscagem, além do cultivo da mandioca e do dendê, demonstrando o quanto a relação com a terra é essencial para manutenção de vida e trabalho para essas comunidades que resistem em resiliência.

No estado da Bahia, Brasil, até 2019 foram emitidas 666 certidões de reconhecimento, perfazendo um total de 797 comunidades remanescente quilombola. Na Carta das Comunidades Quilombolas, aparecem como remanescentes de quilombo na região do Vale do Iguape: Caibongo, Calembá, Calolé, Caonge, Dendê, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória, Imbiara e Tombo.

A luta dos quilombolas é por terra, direitos sociais, trabalho e renda. Nessa região, as comunidades quilombolas nasceram da luta pela liberdade, mas também das tradições culturais e religiosas, dos modelos tradicionais de produção, dos laços familiares e das redes de solidariedade do povo oprimido. Essa dinâmica histórica que é da América Latina, legítima a pretensão de estado multinacional.

Entende-se fundamentalmente por el fortalecimiento de tres grupos de personas que hoy se resisten a ser asimilados: los indígenas y sus descendientes, los afrodescendientes, y los inmigrantes y sus descendientes. Estos tres colectivos (por supuesto que muy heterogéneos entre sí y a su interior) presentan a veces lenguajes diferentes, religiones distintas y costumbres difíciles de entender para la cultura dominante en cada país (Arocena, Sobottka, 2017, p. 206).

Os Jenipapo-Kanindé¹ em Aquiraz no Ceará são descendentes dos Payaku – nome que define a etnia que habitava toda faixa sub litorânea do Rio Grande do Norte e Ceará no século XVI. Os indígenas que autodesignam Jenipapo-Kanindé habitam o espaço sagrado da Lagoa Encantada, local de história e tradição, onde os antepassados indígenas perfazem a memória da raiz, da terra e do pertencimento desse povo a uma única família indígena quando as evocações nas cerimônias religiosas.

Os Payaku falam unicamente o português e fontes históricas registram os primeiros contatos dos portugueses com o povo Payaku entre 1603 e 1608, descritos como resistentes e arredios transformaram-se em alvo de violências, foram escravizados e perderam progressivamente suas terras. Só em 1707 que os Payaku foram aldeados por missionários jesuítas em Aquiráz, e os Jenipapo-Kanindé foram aldeados em 1739 no rio Banabuíú.

A tribo possui títulos individuais dos terrenos, mas a terra é compartilhada coletivamente. O processo de demarcação teve início no ano de 1997 pela FUNAI, que indicava uma população indígena de 96 pessoas em 1982, 180 pessoas em 1997 e chegou a 302 pessoas em 2010 (Funasa, 2012).

Desenvolveram sua economia baseada na agricultura, como milho, feijão, murici, manga, coco e frutas; pesca e artesanato – homens fazem trançados de cipó e palha da carnaúba na forma de cestos, chapéus e caçuás, as mulheres são exímias rendeiras e fazem louça de barro, além de serviços, hoje, como o turismo que vem servindo como possibilidade de atividade além do tradicional e de renda para a população, sobretudo atividades vinculadas à natureza, mas também destacando que algumas pessoas da etnia se deslocam da aldeia para cidade para trabalhar em construção civil e nos grandes hotéis das localidades vizinhas.

Na Colômbia, por sua vez, a identidade Yanacona é essencialmente rural e concebida em um contexto de apoios ancestrais; os originários estão localizados no Maciço Colombiano que fica em um complexo montanhoso ao sul da Colômbia. Os Yanaconas têm como principais características as formas tradicionais de trabalho agrícola, gastronomia, troca de produtos, trajes tradicionais e estrutura familiar rural, em que a maioria de suas relações giram em torno da evocação e fortalecimento dos costumes tradicionais, como nos encontros culturais. Nesses encontros compartilham-

1. Durante a entrevista a indígena jenipapo-Kanindé esta relata o histórico do seu povo a partir de acesso ao link <<http://pib.socioambiental.org/pt>> em maio 2019.

se comidas tradicionais, cerimônias e rituais; apresentar esboços de poemas e recitam-se completos em quéchua (idioma tradicional dos Yanaconas) e discutem-se temas de interesse da coletividade com as autoridades do povo Yanacona, sendo tudo isso desenvolvido em alusão e âmbito da vida rural (Sevilla, 2007).

Resistentes em territórios sempre palco de disputa, a vida e o patrimônio cultural dos povos e comunidades tradicionais pouco ou nada significam para os empreendimentos dito como “portadores do progresso” e que deixam de fora esses povos com suas peculiaridades sociais econômicas. Isso fica evidente na fala da Comunidade Tabuleiro da Vitória na Bahia:

Valorizamos a natureza. Queremos viver da terra, por isso estamos estudando para saber como nos defender. Vivemos da natureza, do que ela nos dá. Mas, o cenário político atual vai totalmente contra a toda construção em todos os aspectos socioambientais e culturais que as comunidades remanescentes construíram durante todo esse processo de reconhecimento, onde a partir da Constituição de 1988 tivemos alguns direitos instituídos, pois antes da constituição nossa existência era totalmente invisível. Eu, sinceramente, não vejo nesse atual cenário político favorecimento para os povos tradicionais, ao contrário, está havendo é um retrocesso de tudo que com nossos antepassados construíram com muita luta e derramamento de sangue (Entrevistado 1, 2019).

Os quilombolas resistem; introduzem denúncias em diversas instâncias para provocar negociações e exigir reconhecimento e cumprimento de direitos. Da mesma forma a etnia Yanaconas na Colômbia se vale da articulação com o Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC), primeira organização indígena na Colômbia que luta por uma série de direitos que haviam sido perdidos desde o descobrimento.

Para melhor compreender o multiculturalismo e sua forma de inserção nas sociedades na América Latina, se define:

Un conjunto de políticas adoptadas o demandadas por muchos grupos etnoculturales distintos, incluyendo a inmigrantes, minorías, grupos nacionales y población indígena. [...] Políticas que deben ir más allá de la protección de los derechos civiles y políticos básicos garantizados para todos los ciudadanos en un estado liberal democrático, para incluir niveles de reconocimiento público y apoyo hacia aquellas minorías etnoculturales de modo que puedan expresar sus diferentes identidades y prácticas. (Kymlicka apud Arocena, Sobottka, 2017, p. 206)

Trata-se, portanto, de pautar nas esferas públicas e acadêmicas as formas plurais de vida, com aceitação e reconhecimento da diversidade concreta das culturas, etnias, costumes e valores, a partir das experiências vivenciadas por esses sujeitos históricos desafio, marcado por uma forte esperança (Arocena, Sobottka, 2017).

Efectivamente el siglo XXI comienza fuertemente marcado por la diversidad y la construcción de nuevas identidades. Es el periodo de la historia de mayor movilidad de migrantes, con aproximadamente doscientos cincuenta millones de personas

viviendo hoy fuera de sus países de origen, y es un momento de gran movilización de personas antes invisibilizadas o discriminadas que se han organizado para ser reconocidas en sus derechos: las mujeres, los pueblos originarios, los afrodescendientes (Arocena, Sobottka, 2017, p. 208).

Para Martín Rodríguez Rojo é trágica e perigosa a exclusão de uma cultura ou grupo sociocultural para a humanidade pela perda de símbolos, representações, princípios, costumes e celebrações típicas:

Cuando se excluye a una cultura, a un grupo sociocultural del mapa, se masacran los genes de la civilización. Se pierde la energía vital de la raza humana, a la que se priva de una aportación más para la realización de su existencia. (...) Necesitamos de todas las manos y de todos los simbolismos, de todas las expresiones y de todas las manifestaciones del sujeto cognoscente para allanar las dificultades de la vida, para alcanzar el desarrollo de la dignidad humana. (...) Por exclusión social se entiende la imposibilidad de una persona o de un grupo social para participar activamente en las esferas económicas, culturales, políticas o institucionales de la sociedad. El excluido cultural no puede interpretar los hechos ni los acontecimientos desde sus valores; menos aún puede juzgar, ni pensar la realidad desde las teorías que abriga en su interior; ni, obviamente, podrá tomar decisiones desde los principios, actitudes y normas que regulan su cosmovisión (Rodríguez Rojo, 2010, p. 73 e 76).

Deste modo, os povos e comunidades tradicionais lutam permanentemente por reconhecimento como sujeitos de direitos com peculiaridades invisibilizadas pelas classes hegemônicas que buscam seus próprios interesses provocando nessas sociedades “el desclasamiento, la inculturación voluntaria, la sumisión dóxica, la ilusión colectiva y la doxosofía” (Rodríguez Rojo, 2010, p. 76).

Portanto, insuficiência dos serviços de educação, saúde, segurança e direitos básicos marcam, nos para todos os cidadãos que últimos 500 anos na América Latina, realidade baseada no trinômio pobreza-exclusão-indigenismo, que faz ser a luta dos povos e comunidades tradicionais na América Latina sempre com posicionamento firme pela conservação resiliente de suas características e dinâmicas socioambientais.

A dissociação rural urbana na América Latina

O domínio colonial total e simplificador na América Latina desarticulou culturalmente o povo subjugado. A negação da realidade nacional, as novas relações jurídicas se confrontam com a persistência da manutenção da tradição e da cultura viva que se mostra como grande desafio frente às dificuldades impostas pela sociedade em suas diversas dimensões e a hibridização dos fenômenos em razão da globalização do padrão urbano industrial do desenvolvimento hegemônico a partir do final da segunda grande guerra mundial.

O confronto aqui mencionado é vivenciado na comunidade remanescente Quilombo Tabuleiro da Vitória, de população predominantemente negra rural, no cotidiano de

relação com a terra, onde a identidade é o elo que dá sentido a toda luta e tradição, através da ancestralidade, das práticas culturais próprias. Para os indígenas da etnia Jenipapo-Kanindé e Yanakona habitam como foi dito por um representante do Yanakonás, “La actividad socioeconómica que tenemos es poca en dinero, pero rica en cultivos de toda clase de vegetales y frutales”, reafirmando a relação da sociedade com a natureza, dinâmica muito presente entre os sujeitos da pesquisa.

Na fala da indígena membro da Comunidade Jenipapo-Kanindé do Ceará, “ A nossa ligação com a mãe Tamain (mãe terra) e com a mãe natureza é algo que remete a nossa ancestralidade e a nossa espiritualidade, [...] pois essa ligação vai para além da sobrevivência física, pois se relaciona com o ser espiritual. É um processo complexo quando saímos da aldeia para irmos para cidade, pois a zona urbana não nos proporciona o bem-estar que adquirimos quando estamos mais próximos da natureza, que estar em casa e em nossa aldeia” Isto evidencia a relação com a vida urbana como algo sofrido. Contudo, nessa interação cotidiana as comunidades tradicionais buscam atendimento a necessidades fundamentais retendo em si o mal-estar de ver-se negado em suas identidades sociohistóricas. Algumas pessoas da etnia Jenipapo-Kanindé se deslocam da aldeia para cidade para trabalhar na construção civil e nos grandes hotéis das localidades vizinhas, estabelecendo forte relação rural urbana por não possuir ferramentas necessárias para permanecer no campo, precisam ir até a cidade como alternativa de sobrevivência para a família, ainda que não seja sua vontade.

No quilombo que “é referência aqui no recôncavo baiano como povo de luta, com a legalização/reconhecimento como comunidade quilombola muita coisa melhorou; até conseguimos um CRAS² quilombola aqui para atender nossas demandas enquanto comunidade, povo e cidadãos. Mas, ainda temos dificuldade com transporte, com hospitais”.

Em Cauca, a etnia Yanakona destaca que suas manifestações são realizadas por meio de festivais com comidas típicas por produtos fornecidos pela terra e prática de atividades manuais, como tecer. Já no quilombo, é com o samba de roda, a culinária afro com mariscos locais e o artesanato que “Lutamos para manter nossa cultura de povo negro e passar isso para as crianças da nossa comunidade”. Para ambos são formas de não perder as diversidades e subjetividades do povo e comunidade tradicional.

No cotidiano dos Jenipapo-Kanindé o enfrentamento dá-se com grandes empresas:

As pessoas possuem um olhar muito vazio com relação a nossa natureza, tudo é muito superficial. Não conseguem ver as especificidades da nossa natureza, não percebem o quanto a mesma nos concede o bem-estar e muita força para enfrentar qualquer obstáculo. Enxergam a nossa mãe natureza como algo que só serve para conceder lucro. Até hoje ainda é uma luta árdua para afastarmos as grandes empresas de muitos territórios indígenas (Entrevistado 2, 2019).

2. CRAS - Centro de Referência e Assistência Social.

A etnia Yanakona luta por mais territórios para morar e trabalhar e poderem realizar seus plantios e artesanatos, pois praticamente de tudo se planta e de tudo se tem, então não precisam “importar” nada; produzem o que consomem ou em contato com outros povos que produzem o que lhes falta, se ajudam ou vendem mais barato, mas não fazem negócio fora de seu contexto. Já os Jenipapo-Kanindé afirmam que “com essa conjuntura temos tido muitas perdas, onde tem nos desfavorecido muito, pois estamos enfrentando muitos retrocessos no que resulta numa grande ameaça de perda de nossos territórios. Nesse processo temos perdido muitos parentes, ou seja, temos sofrido muito com a não demarcação de nossas terras”.

No quilombo:

As dificuldades são inúmeras, visto que há um projeto na sociedade de invisibilidade dos povos quilombolas, projeto esse construído por uma ideologia racista e genocida, onde tentam o tempo todo desarticular a luta das lideranças, e isso acaba gerando conflitos, principalmente com fazendeiro, a associação tenta ao máximo manter a comunidade unida, e juntos buscamos manter nosso território e nossa identidade, muitos dos nossos, principalmente os jovens tendem a sair da comunidade em busca de melhores condições de vida, visto que não há por parte do Estado interesse para que a comunidade se desenvolva economicamente (Entrevistado 1, 2019).

Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 56) aduz que “temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”. Os movimentos sociais das populações tradicionais recusam a participação em eventos que confrontam as políticas propostas a partir da lógica do capital, mas debatem as questões e oportunidades de implementar atividades econômicas relativas ao mercado, de modo cooperativo e solidário. Assim, no quilombo:

Desde 2016 praticamos a economia solidária, buscamos formas de circular a economia das comunidades entre si. Aqui em Cachoeira temos várias comunidades quilombolas, muitas das quais são vizinhas, dessa forma fundamos o Conselho da bacia e vale do Iguape e dentro desse conselho tem representante das associações onde são discutidos todas as questões das nossas comunidades bem que os meios de subsistência, e a partir disso entramos em acordo e começamos a comprar mercadorias uma das outras, tem comunidade tem já possui sua própria moeda, isso é muito legal, pois deixamos de ir para cidade comprar no mercado, para fomentar nossa própria economia (Entrevistado 1, 2019).

Neste caminho, por meio dos movimentos sociais, a etnia Jenipapo-Kanindé aduz que:

Nesse processo ganhamos mais visibilidade de forma que temos conseguido obter um maior reconhecimento, hoje como fruto dessa luta conquistamos uma educação, saúde e assistência para nosso territórios, sobretudo, uma das conquistas mais significativa

foi a da demarcação de nossa terra pois significa que conseguimos avançar um passo para que possamos ter nossas terras de volta em nossas mãos e livres de posseiros (não indígenas) e de ameaças. Além disso, é importante ressaltar que nessa mesma luta as mulheres indígenas tem se inserido, obtendo assim um papel fundamental nas conquistas de muitos direitos para seus respectivos territórios (Entrevistado 2, 2019).

Já em Cauca, recentemente, manifestações foram realizadas para se garantir alguns direitos ao território e foi revelado que “Lo que pasa es que en la comunidad se hacen plantones para evitar que otras personas se metan con sus recursos, pues querían utilizar un rio y por eso exigieron que no se toquen en sus recursos naturales; que los indígenas acá son muy bravos”. Os quilombolas e povos indígenas no Brasil e na Colômbia constroem formas de mobilização e ações diversas de resistência, como introduzir denúncias em diversas instâncias para provocar a formação de um campo de negociações e exigir o cumprimento de direitos, como por meio de redes sociais para expor os seus conflitos.

Para a recriação continuada do campesinato e demais povos e comunidades tradicionais na América Latina em suas diversidades e subjetividades, afirmam os Jenipapo-Kanindé:

É preciso se manter firme para não perdermos nosso território e nem destruir nossa cultura. Hoje fazemos parte de um rede de turismo de base comunitária que nos permite ter acesso a renda extra sem precisar sugar da nossa natureza, pois podemos obter lucros vendendo nosso artesanato, realizando trilha em nossas matas e oferecendo nossas comidas tradicionais e o mais importante que essa renda é acessada por muitas famílias, pois todos são envolvidos de forma direta e indiretamente, ou seja, não precisamos destruir nossa mãe terra para sobrevivermos e nem destruir nossa cultura (Entrevistado 2, 2019).

Pelas declarações dos Jenipapo-Kanindé entende-se que o Estado lhes enxerga, mas não valoriza como deveria, até porque “muitos de nossos direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado por meio de muitas lutas ainda não foram efetivados”; também os moradores da cidade não os repara e nem valoriza pois possuem um olhar estereotipado com relação aos indígenas. Eles compreendem que a sociedade os discrimina “pelo povo viver no meio da civilização” e, ainda, que a academia tem um discurso preconceituoso, até porque não assimila os indígenas como pessoas, como os que “hoje habitam as cidades e no meio da civilização, sendo um dos lugares que, muitas vezes, mais se sofre com a discriminação e o preconceito”. Para quilombolas, “[...] como comunidade quilombola alguma coisa mudou, mas [...]. O Estado faz de conta que respeita e tudo é muito difícil e burocrático... o que começa como direito desaparece quando é na nossa terra. Tudo tem de ser na cidade... onde o povo é atendido, na cidade... Que cidade?! O município da nossa terra?! [...] A luta contra o preconceito é de sempre. Moramos na nossa terra e o povo da cidade nos olha com preconceito”.

Há resiliência do rural no binômio campo-cidade na capacidade de se adaptar e de disputar um lugar face as transformações do mundo rural-urbano contemporâneo. Desse modo percebe-se relações de complementaridade espacial entre campo-cidade sob conflitos, mas mantendo as particularidades de cada espaço geográfico. E embora o Estado brasileiro tenha incorporado a expressão “populações tradicionais” na legislação, permanecem as reivindicações por resolução dos conflitos e tensões em torno de formas intrínsecas de apropriação e uso comum dos recursos naturais pelos movimentos sociais.

Concluindo...

A dissociação rural urbana que se vem demonstrando é mais evidente quando a Comunidade busca em outro espaço que não reconhece como seu – o urbano - o atendimento de serviços essenciais a sua manutenção, sobrevivência e crescimento enquanto povo. Contudo, este é o aspecto aparente; o que dissocia é o antagonismo entre projetos civilizatórios, de um lado o urbano industrial dominante e homogeneizante, e os modos de vida das comunidades tradicionais, subalternizados e diversos.

Em termos de assimetria de acesso aos serviços públicos a lógica capitalista de redução de custos com aumento de rentabilidade tem sido expandida para o bem público, o que leva a priorizar o serviço no espaço urbano, concentrado; para tanto, realiza a desconstrução e/ou desvalorização do mundo rural. Em resistência, comunidades rurais fortalecem o sentimento de pertencimento às suas histórias, seu povo e seu lugar.

Referências

- ALENCAR, C. M. M.; MOREIRA, Roberto José. Campo e cidade metropolitanos, uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano. In: Roberto José Moreira. (Org.). *Identidades Sociais. Ruralidades no Brasil contemporâneo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, p. 295-316, 2005.
- AROCENA, Felipe; SOBOTTKA, Emil A. Diversidad cultural en América Latina. Civitas. In: *Revista de Ciências Sociais*, v. 17, nº 2, mayo-agosto, pp. 205-209, 2017.
- BEZERRA, Roselane Gomes. *O despertar de uma etnia: o jogo do (re)conhecimento da identidade indígena Jenipapo-Kanindé*. Fortaleza: UFC, Dissertação de Mestrado, 1999.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial*, Brasília, DF, 07 fev. 2007.

- CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.
- CORREA & CATETER. *Movimentos Sociais no Contexto da Reforma Urbana*, V Jornada Internacional de Políticas Públicas, MA, 23 a 26 Agosto 2011.
- DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo: Ática, 1983. In: *Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil*. São Paulo: NUPAUB; PROBIO-MMA, 2000.
- HESPANHOL, R. A. de Medeiros. *Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microregião geográfica de Presidente Prudente*. 264 p., Rio Claro, tese (doutorado em Geografia) UNESP, 2000.
- _____. *Campo e Cidade, Rural e Urbano no Brasil Contemporâneo*. Universidade Federal do Ceará. MERCATOR. v. 12, número especial (2), p. 103-112, Set. 2013. ISSN: 1984-2201.
- JACINTO J. M. O rural e o urbano: contribuições para a compreensão da relação do espaço rural e do espaço urbano. In: *Revista Percurso – NEMO*, Maringá, v. 4, nº 2, p. 173- 191, 2012. ISSN: 2177-3300.
- RODRÍGUEZ ROJO, Martín. Exclusión cultural en América Latina y el Caribe. In: *Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, v. 24, nº 3, pp. 73-86, 2010.
- ROTAS da Alforria: trajetórias da população afro-descendente na região de Cachoeira, Bahial* [org. Márcia Regina Romeiro Chuva, textos de Beatriz Cepelowicz Lessa, Francisca Marques, Mônica Muniz Melhem, Rafael Winter Ribeiro, Renata de Sá Gonçalves]. Rio de Janeiro: IPHAN / Copedoc, 2008. ISBN 978-85-7334-088-4.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 2000.
- SEVILLA, Manuel. Indígenas urbanos y las políticas del reconocimiento dentro del contexto colombiano. In: *Perspectivas Internacionales*, Cali, Colombia, v. 3, nº 1, enero-junio, pp.7-24, 2007.
- SILVEIRA, Fátima Rotundo de. *A recriação capitalista do campesinato (Os camponeses na região de Presidente Prudente)*, 309 p. Tese doutorado em Geografia, FFLCH/ USP. São Paulo, 1990.
- WANDERLEY Maria Nazareth B. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o “rural” como espaço singular e ator coletivo*. UFRRJ. 2013.

Esperança Garcia e os usos do passado/presente: identidade, história pública e o direito à memória

Mairton Celestino da Silva*

Esperança Garcia protagoniza uma narrativa que chega a nós, na segunda metade do século XX, através de uma carta identificada pelo historiador e antropólogo Luiz Mott (2010). Na referida carta, uma escravizada, que se apresenta pelo nome Esperança Garcia, denuncia maus-tratos a si, a suas companheiras e a seus filhos, bem como a separação do marido e o impedimento de batizar os filhos.

Esperança Garcia evidencia ser consciente de seus direitos e nos mostra o cenário escravagista no Piauí e as dinâmicas de um universo de resistência que perpassa todos os meandros desse sistema. Assim, no dia 6 de setembro de 1770, revelando aquilo que talvez fosse um grande segredo, redige uma petição endereçada ao governador da capitania de São José do Piauí:

Eu sou uma escrava de Vossa Senhoria da administração do Capitão Antônio Vieira do Couto, casada. Desde que o capitão lá foi administrar que me tirou da fazenda algodões, onde vivia com o meu marido, para ser cozinheira da sua casa, ainda nela passo muito mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que cai uma vez do sobrado abaixo peiada; por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar há três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Peço a Vossa Senhoria pelo amor de Deus ponha aos olhos em mim ordenando digo mandar ao procurador que mande para a fazenda aonde me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha (Mott, 2010).

Esperança Garcia teve uma atuação singular no cenário de lutas contra a escravidão do povo negro no Brasil. A singularidade reside em dois aspectos: a resistência, através da luta pelo direito, e a atuação como membro da comunidade política que a escravizava. Vale destacar que a mesma conviveu com outras estratégias de resistência e luta contra a escravidão, como a fuga através dos aquilombamentos, os suicídios e os assassinatos, formas em que as pessoas escravizadas negavam o pertencimento à sociedade que as subjugavam, procurando maneiras de sobrevivência dentro da ordem estabelecida.

* Doutor em História e professor da UFPI.

Utilizando-se de perspicácia, Esperança Garcia age de forma singular ao atuar como membro da comunidade, isso se explica pelo fato de adotar um procedimento que era típico dos súditos do rei, portanto membros da comunidade política que o mesmo governava, por pedir na carta o que constava em normas e nos costumes, nada além foi solicitado, portanto, uma atuação pelo direito.

Os dois aspectos, o de ser membro e o de pedir o legalizado, como memória, informam processos do presente, quais sejam: que o povo negro permanece submetido a um quadro de agravamento social cada vez mais amplo e que a resistência pelo direito permanece ao lado de outras formas de lutas, inclusive as que negam o direito.

Dessa maneira, o projeto “Esperança Garcia, símbolo de resistência na luta por direitos”, da Ordem dos Advogados e das Advogadas do Brasil – OAB – Seção Piauí, seguiu um esforço, já traçado por outras seccionais da OAB, de tornar visível ao público mais amplo os crimes praticados pela Coroa Portuguesa, pela Igreja e pelo Estado brasileiro durante os mais de 350 anos de escravidão no Brasil. Passados mais de 120 anos, a escravidão, enquanto crime contra a humanidade, não prescreve e, assim sendo, resta ao Estado Democrático de Direito criar instrumentos de reparação e compensação aos que dela ainda sofrem sequelas.

Nas páginas que seguem, uma versão resumida do Dossiê, apresento alguns elementos da vida da personagem e como, a história e o direito, serviram de base para a construção dos nossos argumentos.

Esperança Garcia - símbolo de resistência na luta por direito

Seis de setembro de 1770. Dois anos antes da expulsão dos jesuítas, a escravizada Esperança Garcia, pertencente a uma das fazendas da Companhia de Jesus, denunciou os maus-tratos que vinha sofrendo por parte do recém-empossado administrador.

O capitão Antônio Vieira do Couto havia sido escolhido para administrar a fazenda Poções, lugar para onde Esperança Garcia foi transferida. Na época, a fazenda Poções situava-se entre as prósperas propriedades deixadas pelos jesuítas. No rol dos bens deixados pelos jesuítas, havia na fazenda Poções duas casas, currais e chiqueiros para cavalos, bois e porcos, todos bem cercados com riachos e boa terra com bastante plantação de mangas e com boas madeiras (Apepi, 1752-1869).

A fazenda contava ainda com dez escravos, entre eles, Supriano [Cipriano] – Crioulo, o vaqueiro da propriedade, de 44 anos de idade. Junto com Supriano, sua esposa, a escrava Ana, de 20 anos de idade, e o filho, José Carlindo, com menos de 2 anos de idade. Gração Angola, de 45 anos, e sua mulher Graçia, de 38 anos, fecham a lista dos escravos casados presentes na fazenda Poções. Marcelino Crioulo, José Crioulo, Marcos Crioulo, Francisco Crioulo e Nazário Crioulo encerram a lista

dos prováveis escravos que acompanharam de perto as desventuras de Esperança Garcia e seus dois filhos¹.

Quando se viu forçada a sair da fazenda Algodões para a fazenda Poções, Esperança Garcia tinha como seu administrador o tenente de cavalaria José Esteves Falcão. Na época, José Esteves Falcão acumulava a mesma função administrativa na fazenda Serrinha e, durante toda a trajetória enquanto agente colonial, adquiriu o respeito de muitos governadores do Piauí, sobretudo, de João Pereira Caldas, que, no ano de 1760, cogitara seu nome para ocupar o cargo de Almojarife da Fazenda Real, posição estratégica na visão do próprio Pereira Caldas, uma vez que tal cargo funcionaria para desvincular as receitas da capitania do Piauí às do Maranhão². Em 1763, José Esteves Falcão finalmente tomou posse como Almojarife da Fazenda Real e até o ano de 1765 tem-se notícia da sua presença no cargo³.

Tempos depois, José Esteves Falcão deixou o Almojarife da Fazenda Real para ocupar-se da função de administrador das fazendas Algodões e Serrinha, como detalhado na tabela 3. Na época em que Esperança Garcia foi forçada a sair da fazenda Algodões, seu administrador era José Esteves Falcão. Junto à carta que expõe os sofrimentos de Esperança Garcia havia outro documento não datado e sem assinatura do autor. O documento apenas reforça o conteúdo das arbitrariedades cometidas pelo procurador e capitão Antônio Vieira do Couto aos seus subordinados, independentemente, de serem pretos velhos ou moços, todos, na sua administração, trabalhavam todas as noites e sem descanso.

Nesse documento, o autor anônimo afirma que o capitão Vieira do Couto dizia aos escravos que ele estava na função de administrador da fazenda Poções para “ensinar os ditos escravos” a se empenharem em “socar mamona, em desmanchar mandioca e outro serviço”. Ao buscar dirimir a situação, o autor do documento se manifesta como “intercessor” entre as três partes, ou seja, o governador da capitania, o capitão Antônio Vieira do Couto e Esperança Garcia.

1. Arquivo Público do Estado do Piauí - APEPI. Relação desta fazenda dos Posons [Poções] de duas, casas, e currais e chiqueiros, e fábrica de cavalos e escravos tudo por ordem deste Ih k ° Governo. Série: Município/ Subsérie: Oeiras/ Anos: 1752-59 – 1764-65-66-67-69-70-72-73-74-75-76-77-78-79 – 1780-81-82-83-84-85-86-87-88-89 – 1790-1799-1869. Caixa 97. Doravante, utilizaremos a sigla APEPI para nos referirmos aos documentos encontrados no Arquivo Público do Piauí.
2. Ofício do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao [Secretária de Estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre a necessidade de um Almojarido independente do Maranhão, e o serviço do recebedor da Fazenda Real, José Esteves Falcão. Anexo: 06 docs. AHU-Piauí, Cx.6, doc. 7, 1/AHU_CU_016, Cx. 6, D. 380.
3. Carta do provedor da Fazenda Real do Piauí, Luís José Duarte Freire, ao rei [D. José], sobre o recenseamento da conta referente ao ano de 1764, do almojarife da Fazenda Real, José Esteves Falcão. AHU-Piauí, cx. 7, doc. 28/AHU_CU_016, Cx. 9, D. 542.

Possivelmente, o intercessor da causa de Esperança Garcia tenha sido José Esteves Falcão. Assim como no governo de João Pereira Caldas, José Esteves tinha boa relação na administração do governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro (1769-1775).

Inclusive, além de administrador das fazendas da Nação, José Esteves Falcão sempre era nomeado para resolver esse tipo de conflito em nome dos interesses da administração colonial. Em janeiro de 1772, no auge das invasões dos índios Pimenteiras nas fazendas situadas às margens dos rios Piauí e Parnaíba e de fugas dos aldeamentos dos índios Gueguê, Jaicó e Acaroá para as matas, José Esteves recebeu uma carta instrutiva do governador Lourenço Botelho de Castro autorizando-o a reorganizar os negócios na capitania.

Diante dessa situação, o governador Lourenço Botelho de Castro se referiria a José Esteves como o único vassalo “bem circunstanciado para o exercício deste emprego” na capitania do Piauí⁴. Outra situação, que o aproxima da condição de interventor da pendenga e de provável simpatizante ao apelo de Esperança Garcia em reaver sua família, encontra-se na própria carta, quando o autor afirma que soubera do conflito por meio de uma portaria que chegara “até a fazenda Serrinha” e que relatava os maus instintos e a forma como o capitão Antônio Vieira do Couto castigava seus escravos.

Como já referido, José Esteves Falcão administrava tanto a fazenda Algodões como a Serrinha no momento em que Esperança Garcia revela sua odisseia pelas fazendas da Nação. A rede de apoios em solidariedade à causa da escravizada não ficaria restrita ao administrador da fazenda, José Esteves Falcão. Os escravos de ambas as fazendas parecem que municiam o interventor de informações a respeito dos maus-tratos pelos quais estavam sofrendo desde a chegada de Antônio Vieira do Couto. Sobre essas denúncias, embora a carta da escrava Esperança Garcia tenha um conteúdo escrito em primeira pessoa, dando ao documento um caráter particular, suas súplicas em relação à manutenção dos direitos dos súditos em se confessar são exemplificadas de modo generalizante, reforçando, portanto, o igual caráter coletivo das suas queixas.

Para sensibilizar os superiores e se livrar dos maus-tratos, Esperança Garcia utilizou como prerrogativa as doutrinações impostas pelos jesuítas na época em que as fazendas estavam em domínio dos missionários da Companhia de Jesus; ou seja, a necessidade dos batismos e dos casamentos entre os escravos, os índios e os agregados. Ciente do seu mundo e dos limites que sua condição de escrava podiam propiciar, Esperança Garcia utilizou a estratégia dos conquistadores para defender os seus direitos, angariar vantagens e, com isso, (re)planejar seu destino perto dos seus filhos e do seu marido.

4. APEPI. Capitania do Piauí. Registo de Cartas ao general do Estado: 1770-1781. Caixa 149.

Não se tem notícia detalhada do desfecho da história envolvendo Esperança Garcia, sobretudo quando tomamos os acontecimentos posteriores à escrita da carta. Entretanto, na relação dos escravos da fazenda Algodões do final da década de 1770, dos 18 escravos pertencentes, aparece na listagem uma escrava de nome Esperança crioula, de 27 anos de idade e casada com o também escravo africano Ignácio Angola, de 57 anos de idade. Na listagem, aparecem ainda cinco escravos com idades entre 1 e 9 anos. Diferentemente do censo de 1760, em que havia o cuidado em associar a cada casal de escravos a presença ou não de filhos, nesse os escravos de menor idade apenas aparecem no final da lista, dando a ideia de uma eventual ausência de famílias escravas.

Esperança Garcia tinha consciência de que as ações truculentas do administrador da fazenda Poções não tinham respaldo nem mesmo na própria instituição escravocrata, ainda assim suas reclamações só teriam eficácia caso outros sujeitos, escravizados e livres, aderissem à sua causa e compartilhassem do mesmo sentimento de insatisfação em relação ao cativo, aos maus-tratos e à maneira truculenta como Antônio Vieira do Couto acolhia suas solicitações em querer viver com sua família na antiga fazenda.

Ao conseguir um provável apoio, Esperança Garcia utilizou a escrita como ferramenta para criticar as posturas dos inspetores das fazendas nacionais, sugerindo que os mesmos agissem de acordo com as regras jurídicas e religiosas dos colonizadores, que concediam aos súditos prerrogativas simples, como as de se conservarem cristãos, constituírem famílias e batizarem seus filhos nos preceitos do catolicismo. É nesse momento que Esperança Garcia deixa entrever suas qualidades de intérprete da escravidão e do direito português. Para Esperança Garcia, mesmo na condição de escravizada, a aceitação do cristianismo e o reconhecimento da autoridade da Coroa portuguesa permitiriam uma série de vantagens, entre elas recorrer ao direito português nos casos de excessos dos senhores e, no caso da conversão ao cristianismo, a prerrogativa de constituir laços matrimoniais e de batismos, mesmo que em meio à escravidão. O viver nas fazendas administradas pelos jesuítas da Companhia Jesus foi extremamente importante na construção dessa percepção. Esse será, portanto, o tema do próximo capítulo.

Os sentidos da carta de Esperança Garcia e os cenários do presente

Não estaríamos no presente, a discutir sobre as desventuras da escravizada Esperança Garcia no Piauí do final do século XVIII, se não houvesse, já naquela época, a percepção de que os acontecimentos, para se perpetuarem, deveriam necessariamente constar no mundo burocrático da escrita. Assim, com uma fonte conhecida como sendo de autoria de uma mulher negra escravizada, a identidade negra piauiense é trazida à tona a partir dessas origens que residem exatamente nas

primeiras experiências de vida de escravizados africanos e seus descendentes que aqui estiveram. Revisitar esse passado nos ajuda a identificar essas vivências da cultura negra em nosso cotidiano, sobretudo, em nosso patrimônio imaterial e evidenciado em nossa musicalidade, na arte e nas tradições religiosas e populares.

Para compreensão e valorização da identidade negra é necessário ter em paralelo a valorização desse patrimônio imaterial construído ao longo dos anos. Abordagens teórico-metodológicas surgem a partir de trabalhos que discutem a relação entre a história da escravidão e os estudos sobre memória, assim como discussões sobre os lugares de memória da escravidão no Brasil. Para exemplificar, podemos citar o livro das historiadoras Hebe Maria da Costa Mattos e Ana Maria Lugão, intitulado *Memórias do cativo – Identidade e cidadania na pós-abolição* (Hebe e Rios, 2005).

É comum entre os piauienses, ainda que em âmbito restrito, a afirmação da importância histórica da carta. No entanto, muitos membros do movimento negro reclamam pelo fato do pouco conhecimento sobre a vida de Esperança Garcia, o que chega a ser considerado um descaso da sociedade e visto como consequência principalmente de sua condição de negra escravizada. A atitude desenvolvida por Esperança Garcia, isto é, a habilidade de usar o seu letramento como potencial reivindicatório, deixa evidente sua astúcia e sua resistência ao analisar as possibilidades de expor no papel suas necessidades, relacionando-as com um contexto mais amplo, sobretudo, o jurídico-administrativo e o religioso, ao associar direitos – o de não ser espancada injustamente – e o de clemência – desejar o batismo dos seus filhos – acreditando na possibilidade de seus pedidos serem atendidos pelas autoridades coloniais.

O fato é que a “Carta”, desde a sua divulgação pelo antropólogo e historiador Luiz Mott, quando fora encontrada no Arquivo Português no ano de 1979, foi reconhecida e elencada como símbolo de resistência negra e utilizada para a construção de uma identidade negra, especialmente uma identidade das mulheres negras piauienses, com a ênfase principalmente na questão da resistência. Ou seja, Esperança Garcia – além de se fazer presente em diversos trabalhos historiográficos que tratam da escravidão no Piauí – foi transformada em símbolo de resistência, em heroína negra do Piauí.

O presente dossiê tem por objetivo mostrar como os sujeitos históricos recorrem a acontecimentos do passado – “Carta da escrava Esperança Garcia – no intuito de fazer valer suas lutas; isso, certamente, resume a dialética da memória e da identidade, que se conjugam, se nutrem, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito e uma narrativa histórica que busca sobrepor-se em relação a outras possibilidades de se contar a história.

Nesse sentido, a concessão do título de primeira advogada a Esperança Garcia tem sua validade nos mais diferentes aspectos, sejam eles no plano do reparo histórico, quanto no da construção de uma memória coletiva sobre um passado – narrativa histórica – para sair do esquecimento.

A *História Pública* nos inspira a rever o passado, de modo a romper o silêncio sobre aspectos formadores da nossa sociedade (Almeida e Rovai, 2011). Nesse processo de revisitar o passado e, no caso específico, o conteúdo da “Carta” em torno da vida da escravizada Esperança Garcia, a primeira ação de mudança se deve exatamente por desatrelar seu nome da condição social a que pertencia, ou seja, de sujeito escravizado, despido de prerrogativas legais e jurídicas. Mais do que escravizada, Esperança Garcia assumia para si a condição de súdita do Império português.

Esperança Garcia vivia numa fazenda pertencente à jurisdição da cidade de Oeiras, um local de fronteira que, desde a segunda metade do século XVIII, funcionaria como uma janela para os projetos coloniais de unir, através da ocupação e da conquista, os dois Brasis: o do Estado do Maranhão e o da parte sul (Carreira, 1988).

Era de conhecimento, na época, que as conexões marítimas com os estados do Norte estavam guarnecidas através das cidades de Belém e São Luís e, por terra, com a cidade de Oeiras. Quando o monarca português elevou, em 1718, São José do Piauí à condição de capitania, com a presença de um governador e com todo o aparato jurídico-administrativo a ser gradativamente instalado, os oficiais da Câmara da vila da Moucha solicitaram, no ano de 1721, recursos suficientes para a construção da cadeia, da casa da Câmara e, sobretudo, de um estandarte real, a ser fixado na porta da câmara como símbolo de deferência ao monarca português. No mesmo requerimento, os oficiais pediram ainda a criação dos cargos de ouvidor e de corregedor da vila da Moucha. Em termos simbólicos, temos aí a instalação do aparato judiciário português no Piauí e tudo o que ele iria representar para os mais diversos súditos daquele território.

Era prática da Coroa portuguesa fundar cidades e criar companhias de comércio que servissem com o propósito único de estreitar distâncias e, com isso, preencher as lacunas de uma provável ausência do poder real. Para reforçar a imagem do poder régio, surgiu, então, como bem esclarece o renomado jurista português, António Manuel Hespanha (1994), a presença dos juizes de fora nos domínios ultramarinos e isto se reverteu em fortalecimento do poder da Coroa “e, com isso, não deixariam de ser um elemento de desagregação da autonomia do sistema jurídico-político local”.

Longe da centralidade do poder, as relações no mundo colonial tendiam a se constituir por ambientes negociados, prevalecendo, em muitos casos, prerrogativas políticas, de cargos e de benefícios eminentemente para atender interesses particulares em detrimento dos interesses comuns. Em meio a essas querelas do poder político típico de uma sociedade de Antigo Regime, circulava, entre os mais diferentes súditos, a máxima representação da monarquia portuguesa, simbolizada na existência de um Rei, e corporificada numa contínua engenharia jurídico-dogmática legitimada por indivíduos formados em Portugal e representantes das leis e do direito comum.

Para potencializar um modelo de administração de proporções continentais, o Império Ultramarino Português teria que construir múltiplos pactos, com deveres recíprocos entre as mais diferentes esferas da administração e do mando local. Dentro dessa lógica jurídico-administrativa, os “sertões de dentro” não seriam apenas um espaço político-administrativo a ser colonizado, mas uma peça fundamental nos planos políticos do Império. E homens de confiança – portugueses e mestiços – não faltaram para essa empreitada, a exemplo de João Pereira Caldas, Gonçalo Pereira Botelho de Castro, João do Rego Castelo Branco e Felix do Rego Castelo Branco – no Piauí do século XVIII.

Contando com o apoio das elites locais, Pombal fundou, em 1755, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, interligando os portos dos estados do Norte às praças comerciais da costa da Guiné. As fazendas de gado, agora sob domínio real, passaram a receber a denominação de “Fazendas do Real Fisco” e foram divididas em inspeção/repartição, a saber: Canindé, Piauí e Nazaré. Cabendo, portanto, aos inspetores, a coleta dos dízimos, a contagem, o controle e vendas dos gados, cavalos e escravos, a fiscalização sobre a produção de queijos, requeijões e manteigas, bem como suprir com carnes e demais produtos todo o aparato administrativo da capitania.

Com essa transferência de poderes, os bens passaram a ser de propriedade da Coroa e os escravos, índios e agregados se tornaram súditos do império, com direitos e deveres estabelecidos no Código Filipino.

Nesses termos, a personalidade jurídica do escravo o colocava como ente pleno de direitos, inclusive como poderes para escrever diretamente à autoridade máxima do Império Ultramarino Português, o Conselho Ultramarino Português, para relatar situações de cativo injusto, de impedimentos em cultivar o matrimônio, os batismos e a boa morte.

Reconhecer nas leis e no poder do Rei a instância última de contestação e de (re)afirmação dos princípios formuladores e garantidores da ordem era a função de qualquer magistrado do Estado Português. Esse foi, portanto, o contexto histórico de Esperança Garcia no contexto da economia global da escravatura, que tentava a todo custo “coisificar” o trabalho humano mediante o tráfico forçado de africanos para o Brasil. Esperança Garcia e seus familiares fizeram parte desta história que demarca não só o nascimento da modernidade, mas também resume, de maneira categórica, os fundamentos do pensamento político da época. É aqui, nesse contexto, que a história e o direito se entrecruzam para explicar as aventuras e desventuras de Esperança Garcia na luta por seus direitos.

Nesse sentido, vale questionar de que direito se trata? É possível afirmar o escravo como sujeito de direitos?

Etnodireito como pertencimento e o direito à memória

Finalizamos o presente dossiê atestando o alcance do objetivo pretendido, qual seja, o de analisar a natureza jurídica da Carta de Esperança Garcia, a partir do levantamento historiográfico do contexto em que foi produzida, dos sentidos da carta como memória da escravidão e como resistência pelo autorreconhecimento e peticionamento como sujeito constitucional.

O trabalho com a historiografia referiu sobre a possível existência de uma rede de solidariedade em causa de Esperança Garcia que contou com a provável participação do administrador das fazendas Algodões e Serrinha, José Esteves Falcão, evidenciada por documento que refere à situação narrada por Esperança Garcia. E que devem ter feito parte da citada rede as pessoas escravizadas nas duas fazendas, que municiaram a autoridade referida com as informações a respeito dos maus-tratos pelos quais estavam sofrendo desde a chegada de Antônio Vieira do Couto.

Outro aspecto conclusivo levantado pelo trabalho historiográfico foi a natureza coletiva das denúncias feitas por Esperança Garcia, mesmo que a carta tenha sido escrita em primeira pessoa, o que barrou a sua natureza generalizada como sendo uma advocacia em causa própria e coletiva e com isso apresenta o projeto de replanejamento de suas vidas como criadora de sua história, ao tempo em que apresenta a obrigação da autoridade pública em proteção às pessoas escravizadas: “os ditos escravos não têm outro jazigo senão o amparo de V.Sa”.

Além de enunciar a competência da autoridade administrativa, o peticionamento demanda a atuação do poder administrativo das fazendas reais, conforme à lei, ao criticar a posturas dos inspetores, sendo o dever dos mesmos agirem de acordo com as regras jurídicas e religiosas dos colonizadores que concediam aos súditos prerrogativas simples, como as de se conservarem cristãos, constituírem famílias e batizarem seus filhos nos preceitos do catolicismo, atuando assim como na qualidade de intérprete da escravidão e do direito português.

Outro aspecto conclusivo diz respeito ao desfecho do enredo da narrativa de Esperança Garcia, com o reconhecimento de ausência de informações sobre o que lhe ocorreu depois do peticionamento, mas há evidência da existência da mesma na relação de pessoas escravizadas da fazenda Algodões do final da década de 1770. Fazenda esta que se estruturava com a mão de obra sem presença imediata do senhor, considerando que este não habitava os sertões, o que pode ter favorecido um sentimento ainda que mitigado de mais autonomia em relação aqueles que tinham o senhor nos seus calcanhares diretamente, o que não implica em abrandamento da escravidão, como equivocadamente foi registrado numa pretensa historiografia oficial, especialmente pela afirmação da sujeição pelo força secular dos sacerdotes, reforçada pelo peticionamento de Esperança Garcia, prática de instalação de olheiros para fiscalizar

as pessoas escravizadas em suas tarefas de vaqueiro, bem como os vários conflitos em atos de rebeldia entre senhores e escravizados, com fugas e aquilombamentos.

A carta de Esperança Garcia é um importante instrumento para ressignificar as dores da escravidão, com a construção de uma memória coletiva e de uma identidade negra, tirando-a do mundo da escravidão e reposicionando-a na história como heroína da resistência, que já foi assim incorporada pela Lei 5.046, de 7 de janeiro de 1999, de autoria do Deputado Olavo Rebelo de Carvalho Filho, que instituiu o dia 6 de setembro, data em que a carta foi escrita, como o dia Estadual da Consciência Negra no Piauí.

A referida lei pode ser afirmada como lugar de memória que se estabeleceu oficialmente, como regime de verdade, legitimando o reconhecimento dos piauienses negros nesse lugar. A proposta de reconhecimento simbólico de Esperança Garcia como advogada pretende ser também um lugar de memória para o povo negro piauiense e brasileiro.

A Comissão da Verdade da Escravidão Negra da OAB-PI avocou para si a tarefa de contribuir para a efetividade do direito à memória e à verdade sobre a história do Piauí no enfrentamento às omissões e às distorções sobre o direito vivo e vivido pelo povo negro, bem como, com isso, fortalecer as lutas do presente protagonizadas pelas “Esperanças Garcias” do presente, com seus filhos e suas filhas sendo exterminados pelas políticas urbanas – como as políticas que ensejam a “guerra às drogas”.

O trabalho da comissão fortalece ainda a advocacia como lugar de luta por direitos, contra injustiças e em defesa da democracia, em especial, a advogada negra, animando-a ao enfrentamento cotidiano do racismo, sobretudo o institucional, na luta por direitos.

A luta por direitos é a perspectiva adotada de direito na análise do viés jurídico da carta da Esperança Garcia, como denúncia do que não reconhece a pessoa negra como membro e autor da soberania popular e com a atuação para que outro direito se configure como trabalho de memória para ressignificar o presente com o protagonismo das lutas por direitos pelo povo negro.

Consideramos ainda a situação jurídica da pessoa escravizada como um misto de sujeito e objeto, pela contradição entre o tratamento civil e o penal, neste tratada como passível de responder por seus crimes, com um mínimo de proteções, como as proteções contra maus-tratos, atos de crueldade e a proibição de separar marido e mulher; portanto, uma condição que não se resume à despersonalização da pessoa escravizada.

O ato de Esperança Garcia expressa a personalização da pessoa escravizada, o que localiza o seu feito dentre as lutas contra a escravidão a partir do direito, como um fazer de um sujeito de direitos que pleiteava, na institucionalidade, ou pelo menos lutava por direitos aproveitando as poucas garantias que havia em atitude própria de membro da comunidade política; portanto, a de sujeito constitucional submetido ao direito, mas com garantias com o diferencial da condição escravocrata.

O presente dossiê foi produzido para fundamentar o pedido de reconhecimento simbólico de Esperança Garcia como advogada à Ordem dos/as Advogados/as do Brasil, Seção do Estado do Piauí. Foram formadas duas comissões: uma da história e outra do direito. As duas comissões tiveram dinâmicas de trabalho específicas e gerais, sendo a geral marcada por reuniões de trabalho e eventos públicos em que resultados dos trabalhos de produção do dossiê foram apresentados, postos em debate – com a contribuição dos debates incorporadas ou não ao texto do dossiê.

Nas considerações que finalizam o presente texto, registramos que os resultados pretendidos foram alcançados, não da forma primeiramente planejados, mas foram alcançados, quais sejam: o de fundamentar e argumentar a fundamentação do pedido de reconhecimento simbólico de Esperança Garcia como advogada.

Os fundamentos são: a igualdade constitucional do art. 5º da CF-88 e o direito à memória, art. 216 da CF-88. A argumentação dos fundamentos aqui apresentados são sinteticamente alinhados: a desigualdade racial e o racismo expressos em estatísticas sobre a realidade brasileira impedem a composição de vivência de uma cultura constitucional; a desigualdade racial e o racismo estão estruturados na cultura brasileira por estratégia do trabalho de memória, o direito à verdade e à memória atua na composição de estrutura social compatível com a constituição; a visibilidade da heroína negra Esperança Garcia e sua luta por justiça fortalecem a identidade cidadã do povo negro brasileiro e piauiense e as lutas por direitos e justiça empreendidas pela sociedade piauiense e brasileira e pela advocacia brasileira, em especial, as mulheres e os homens que se colocam nos fronts em defesa da democracia da advocacia popular.

Referências

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de & ROVAI, Marta Gouveia de O. (orgs). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- AQUAVIVA, Marcus Cláudio. *Ética Jurídica*. Ed. São Paulo: Desafio Cultural, 2002.
- BALDÉZ, Miguel Lanzellotti. *Sobre o papel do direito na sociedade capitalista: ocupações coletivas: direito insurgente*. Petrópolis: CDDH, 1989.
- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Aspectos da teoria geral do processo constitucional: teoria da separação de poderes e funções do estado. In: *Revista de informação legislativa*, v. 23, nº 92, p. 63-146, out./dez. 1986.
- BEVILAQUA, Clovis. *Theoria geral do direito civil*. São Paulo: Francisco Alves, 1951.
- BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*. São Paulo: Ícone, 2006.

- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean Claude; PASSERON, Jean Claude. *A profissão de Sociólogo: preliminares epistemológicas*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1999; FALCI, Miridan B. K. *Escravos do Sertão: Demografia, trabalho e relações sociais*. Teresina: FCMC, 1995.
- CAMPOS, Adriana Pereira. Prática judiciária e a prática da negociação: na comarca de vitória, século XIX. In: *ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa, p.1-45, 2003.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.
- DOTTI, René Ariel. Casos Criminais Célebres. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo, In: *Revista dos Tribunais*, 2003.
- DWORKIN, Ronald. *Império do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FALCI, M. B. K.; MARCONDES, R. L. Escravidão e reprodução no Piauí: Teresina (1875). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 430, p. 53-68, 2006.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERREIRA, Elio. A carta da Escrava Esperança Garcia, escrita por ela mesma, e sua relação com a poesia das mulheres dos cadernos negros. In: RIBEIRO, Esmeralda & BARBOSA, Márcio. *Cadernos Negros: Três décadas: ensaios, poemas e contos*. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, p. 96, 2008.
- FGV. *Exame de ordem em números*. Volume II outubro 2014. Brasília: FGV, 2014.
- FLORENTINO, Manolo & GOÉS, José Roberto. A paz nas Senzalas: famílias escravas e tráfico, Rio de Janeiro, c. 1790-1850. In: *Civilização Brasileira*, 1997.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FREITAS, Augusto Teixeira de. *Consolidação das leis civis*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- GUIMARÃES, Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 25-41, 2007.

Esperança Garcia e os usos do passado/presente: identidade, história pública e o direito à memória

- HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Centauro: 2006.
- HART, Herbert. *O conceito de Direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade*. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. e RIOS, Ana Lugão. *Memórias do Cativo – Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MOTT, Luiz. *Piauí Colonial*. População, economia e sociedade. 2ª ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.
- PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Tempo, v. 1, nº 2, 1996.
- PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PRICE, Richard & MINTZ, Sidney. *O nascimento da cultura Afro-Americana*. Rio de Janeiro. Ed. Pallas, 2005.
- ROSENFELD, Michel. *A identidade do sujeito constitucional*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SCOTT, Rebecca J. e HÉBRARD, Jean M. *Provas de liberdade: Uma odisseia atlântica na era da emancipação*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- SLENES, Robert W. 'Malungo, N'agona vem!': *África encoberta e descoberta no Brasil*. Luanda: Cadernos Museu Escravatura/Ministério da Cultura, 1995.
- _____. *Na Senzala, uma Flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.
- WEBER, Max. *Sociologia do direito. Economia e sociedade*. Brasília e São Paulo: Editora UnB e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, pp. 1-153, 1999.
- WOLKMER, A. C. *Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito*. São Paulo: Alfa Ômega, 2001.

A produção de resistência no interior do discurso autobiográfico de Mercedes Sosa: transgrediência, opacidade e acabamento

Nathan Bastos de Souza*

Introdução

As discussões sobre a despenalização do aborto na Argentina foram recentemente agitadas pelas votações da lei que tratava do assunto na câmara e no senado, sendo aprovada na primeira casa legislativa e reprovada na segunda. Nessa campanha a favor da aprovação da lei emergiu um discurso de Mercedes Sosa (1935-2009) em defesa da despenalização: trata-se de um fragmento de discurso autobiográfico registrado em sua biografia “Mercedes Sosa, la Negra” (Braceli, 2010). Nesse ínterim, recortamos tematicamente esse discurso reverberado pela mídia¹ que se inscreve em um dos materiais de análise de nosso corpus de pesquisa de tese em andamento e analisamos alguns de seus fragmentos.

* Doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (PPGL-UFSCar). Mestre em Linguística pelo mesmo programa. Graduado em Letras – Português e Espanhol pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Este artigo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. O autor é membro do Grupo de Estudos Bakhtinianos do Pampa (GEBAP/UNIPAMPA) e do Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso (GEGe/UFSCar).

1. Apenas para ilustrarmos, citaremos alguns exemplos dessa divulgação desses fragmentos em meios midiáticos durante os processos de votação na câmara e no senado argentinos: ver, por exemplo, o artigo *Qué opinaba Mercedes Sosa sobre el aborto*, no jornal digital *La Voz*. Disponível em <https://www.lavoz.com.ar/ciudadanos/que-opinaba-mercedes-sosa-sobre-el-aborto>. Acesso em 12/06/2019. Ou, também, o editorial publicado no site *Filo.news*, cujo título é *La fuerte postura que tenía Mercedes Sosa sobre el aborto*, disponível em <https://www.filo.news/actualidad/La-fuerte-postura-que-tenia-Mercedes-Sosa-sobre-el-aborto-20180613-0028.html>. Acesso em 12/06/2019. Essas notas na mídia tiveram como gatilho os fragmentos que foram lidos pela atriz argentina Luisa Kuliok, a pedido do então diretor da Fundação Mercedes Sosa, Fabián Matus, e divulgados nas redes sociais dessa fundação, em 13 de junho de 2018, dia em que foram publicadas ambas as notas acima mencionadas. Notadamente, essa reverberação dos discursos de Mercedes sobre o aborto ressurgiu para engrossar as discussões que estavam em andamento no país já sendo encaminhadas ao senado argentino, onde a lei foi rejeitada em agosto de 2018. A leitura de Luisa Kuliok desses fragmentos pode ser consultada na página do facebook da *Fundación Mercedes Sosa* por meio do link: <https://www.facebook.com/FundacionMercedesSosa/videos/490774408326245/?v=490774408326245>. Acesso em 12/06/2019.

Em nossa investigação, temos nos interessado justamente em compreender a produção de resistência nos discursos biográficos e autobiográficos de Mercedes Sosa, para tanto, os objetos de análise elencados a seguir conformam o corpus de nossa tese, quais sejam, cinco documentários *Como un pájaro libre* (1983), *Algo más que una canción* (1983), *¿Será posible el sur?* (1985), *Cantora, un viaje íntimo* (2009), *Mercedes Sosa, la voz de Latinoamérica* (2013), e uma biografia escrita, *Mercedes Sosa, la Negra*. Em relação ao discurso de militância de Mercedes Sosa há pelo menos cinco grandes temas de sua resistência, quais sejam, o movimento do novo cancionero, a Ditadura, a Pobreza, a Defesa da infância e das mulheres e, por fim, o Ideal de unidade da América Latina.

As noções de transgrediência e de acabamento no texto (auto)biográfico²

Bakhtin (2011, p. 138), na perspectiva de identificar formas relativamente estáveis da biografia e da autobiografia, afirma que não há um limite acentuado entre ambas no que se refere ao elemento organizador constitutivo da forma (eu-para-mim)³. O autor entende que a biografia e a autobiografia são a “forma transgrediente imediata em que posso objetivar artisticamente a mim mesmo e minha vida” (Bakhtin, 2011, p. 139). Contudo, “A coincidência pessoal ‘na vida’ da pessoa de quem se fala com a pessoa que fala não elimina a diferença entre esses elementos no interior do todo artístico” (op. cit.).

Desse modo, mesmo quando se faz um relato autobiográfico os valores assumidos pelo herói – quem fala na narrativa, segundo a terminologia bakhtiniana – são transgredientes em relação ao autor pessoa, que não pode coincidir com o herói de seu relato. Arfuch (2010, p. 55), nessa esteira, complementa que “não há identidade entre autor e personagem, nem mesmo na autobiografia, porque não existe coincidência entre a experiência vivenciada e a totalidade artística”, o que desconstrói a argumentação de Lejeune (2014) sobre a identidade entre as instâncias narrativas implicadas no texto autobiográfico. Continua Arfuch (op.cit.), afirmando que esse postulado sustenta duas questões, quais sejam, “o estranhamento do enunciador a respeito de sua ‘própria’ história; [e] em segundo lugar, [...] o problema da temporalidade como um desacordo entre enunciação e história, que trabalha inclusive nos procedimentos de autorrepresentação”.

Da relação entre as categorias de autor e herói provém um “valor biográfico”, que nada mais é que um valor estético a respeito da própria vida, porque do ponto de vista arquitetônico do “eu-para-mim” os valores a respeito da própria vida são valores advindos de outros (“outro-para-mim”).

2. Nesta seção apresentamos discussões que dialogam com as publicadas em Souza e Miotello (2018) e Souza (2019, no prelo).

3. Nesta seção trabalharemos sob a égide desse postulado sobre a ausência de um limite acentuado entre a biografia e a autobiografia.

Bakhtin (2011, p. 139) argumenta que o valor biográfico organiza além da narração da vida de outro, o vivenciamento da própria vida e sua narração, pois “pode ser forma de conscientização, visão e enunciação da minha própria vida” (op.cit.). É nesse sentido que Arfuch (2005a, p.253) explica o valor biográfico como refração especular, visto que dá forma ou ordena os valores do “eu-para-mim” em conformidade com aqueles do “outro-para-mim”.

A partir dessa noção de valor biográfico, Arfuch (2009, p. 117-118) discute quatro possibilidades amparadas pela perspectiva bakhtiniana, que apresentamos esquematicamente a seguir:

1. *A ideia de ordenação da vida por meio da narração.* A produção da autobiografia obriga a organizar as experiências, porque a autobiografia não preexiste à enunciação, existe uma profusão de experiências diversas e temporalmente distintas; para discursivizar a autobiografia é capital a ordenação que lhe empreste sentido.
2. *A “estampagem” ética da narrativa.* Há sempre uma orientação avaliativa, nada em uma autobiografia transcorre “porque sim”, a vida se reconstrói em devir, os valores a respeito de si mesmo são transgredientes.
3. *Princípio dialógico.* Na medida em que ao narrar a própria vida, fala-se, mais ou menos, da vida de outros, que são também impactados pela autobiografia, e esse impacto é mais que apenas correferencial, é constitutivo.
4. *A possibilidade de ordenar a vivência da própria vida.* O trabalho estético do sujeito sobre sua vivência ética, o alargamento da consciência que obtém ao produzir a própria autobiografia.

Em resumo, para retomar a questão da transgrediência imbricada na relação entre autor e herói na autobiografia, Bakhtin (2011) ratifica que

[...] o autor deve colocar-se à margem de si, vivenciar a si mesmo não no plano em que efetivamente vivenciamos a nossa vida; só sob essa condição ele pode completar a si mesmo, até atingir o todo, com valores que a partir da própria vida são transgredientes a ela e lhe dão acabamento; ele deve tornar-se outro em relação a si mesmo, olhar para si mesmo com os olhos de outro; é verdade que até na vida procedemos assim a torto e a direito, avaliamos a nós mesmos do ponto de vista dos outros, através do outro procuramos compreender e levar em conta os momentos transgredientes à nossa própria consciência [...] (Bakhtin, 2011, p.13).

Assim, fazendo um fecho com o ponto 4 apresentado acima e com a questão da transgrediência, o ganho que se tem na perspectiva de ordenação da vivência da própria vida é o alargamento da consciência, que no ato de colocar-se à margem de si mesmo, é enriquecida pela vivência de valores transgredientes. Isso se dá porque a vivência de si mesmo desde a margem é um deslocamento, que produz valor estético

sobre si mesmo, cujo resultado é que “Já não estou só quando tento contemplar o todo da minha vida no espelho da história” (Bakhtin, 2011, p. 93).

Sobre as questões relativas ao todo da obra biográfica, elas remontam à percepção bakhtiniana de que a vida é dialógica por natureza, assim, mesmo em um relato de que o herói é “eu-para-mim”, como posição axiológica assumida em uma narrativa na qual “eu, como primeira pessoa da enunciação, tomo a mim mesmo como testemunha” (Arfuch, 2005a, p. 241), essa posição na narrativa é ocupada por um valor transgrediente, porque ao tratar esteticamente de si mesmo a posição de “eu-para-mim” é substituída por uma de um “outro possível”, porque apenas o outro possui um excedente de visão e de conhecimento sobre o “eu”, isto é, somente do ponto de vista da categoria de alteridade é possível o acabamento estético.

Bakhtin (2011) argumenta que

O autor da biografia é aquele outro possível, pelo qual somos mais facilmente possuídos na vida, que está conosco quando nos olhamos no espelho, quando sonhamos com a fama, fazemos planos externos para a vida; é o outro possível, que se infiltrou na nossa consciência e frequentemente dirige os nossos atos, apreciações e visão de nós mesmos ao lado do nosso eu-para-si; (Bakhtin, 2011, p. 140).

Em outro momento de sua reflexão, Bakhtin (2010) explicita os pontos arquitetônicos fundamentais do mundo real do ato são “eu-para-mim, outro-para-mim e eu-para-outro” (Bakhtin, 2010, p. 114). Nesse sentido, relacionando as duas menções à obra do filósofo russo, a biografia desloca o ato da posição valorativa de “eu-para-mim” para a de “outro-para-mim”, porque nem sequer na autobiografia há coincidência entre autor e herói, há sempre uma relação de alteridade.

A categoria arquitetônica do ato “eu-para-mim” é aquela em que o “eu” vive sua vida para si mesmo, vive internamente, enquanto “outro-para-mim” realiza a dialogização dessa relação, na qual se entra em contato com o outro no mundo, o centro não é o eu, mas a relação com o outro; por fim, a categoria de “eu-para-outro” é aquela que matiza a constitutividade da relação dialógica. Portanto, o “eu” de que se trata na biografia é dialogizado porque para chegar à categoria estética de um texto com relativo acabamento foi preciso o deslocamento entre a relação monológica consigo mesmo (eu-para-mim) para um processo de dialogização em que o outro é um imperativo (outro-para-mim).

Assim, Bakhtin (2011, p.21) argumenta que quando contemplamos alguém fora e diante de nós os horizontes apreciativos desses dois sujeitos não podem se coincidir, esse é o excedente de visão, que atesta a singularidade e a insubstituibilidade do lugar ocupado por nós no mundo: “porque nesse momento e nesse lugar em que eu sou o único a estar situado em dado conjunto de circunstâncias, todos os outros estão fora de mim” (op.cit.). Nessa perspectiva é que se torna impossível o herói (auto)biográfico coincidir com o autor pessoa de que esse herói trata, entre o vivenciamento ético da

própria vida e a estetização, mediada pela alteridade, pela qual o relato atravessa há um acabamento que desloca a relação do enunciador pessoa de sua vida vivida e narrada para outros para a vida de outro, que é o herói.

A biografia é uma esfera de atividade, então, em que o outro entra em relação com o “eu”, que se apossa do ponto de vista dos valores biográficos do “eu-para-mim”, mas sem entrar em conflito, “uma vez que não me desligo axiologicamente do mundo dos outros, percebo a mim mesmo numa coletividade [...]; aqui a posição axiológica do outro em mim tem autoridade e ele pode narrar minha vida com minha plena concordância com ele” (Bakhtin, 2011, p. 140). Essa questão sobre a posição autorizada do outro, que penetra no ponto de vista do “eu-para-mim” na forma biográfica, o torna uma “uma força axiológica que eu realmente sancionei e determina minha vida” (Bakhtin, 2011, p. 141), portanto essa constituição na alteridade tão cara ao pensamento bakhtiniano coloca o outro mesmo nos momentos mais singulares e particulares como contraparte indissociável do “eu”.

A unidade biográfica somente pode ser adquirida em termos de que um “eu, narrador de minha vida pela boca das suas outras personagens, tomo conhecimento de todos aqueles momentos” (Bakhtin, 2011, p. 142) que apenas aos outros são acessíveis, porque eles também possuem um excedente de visão a respeito do “eu”. A vida interior do “eu-para-mim” é vivenciada em fragmentos, pois há partes da própria vida sob os quais temos total ignorância, exceto pelo fato de algum outro ter nos dito, é o caso das condições de nosso nascimento. Em outros termos, apenas a “unidade antedada do eu-para-mim é imanente à minha vida vivenciada por dentro” (op.cit.).

Enfrentando o discurso de militância e suas características enunciativas

Bakhtin (2011, p. 356) que a palavra viva, que não se separa do ambiente dialógico busca “ser ouvida e respondida. Por sua natureza dialógica, ela pressupõe também a última instância dialógica”. O movimento que instaura o dialógico no interior da palavra é da natureza dela, que quer ser “ouvida”, que busca “escuta”, que procura o “outro” como lugar único de constituição. E, afirma o autor russo, “É inadmissível a solução à revelia. Minha palavra permanece no diálogo contínuo, no qual ela será ouvida, respondida e reapreciada”, isto é, a palavra não busca um diálogo viciado sem interação (Souza, 2018).

Essa palavra que busca escuta está desde o diálogo cotidiano até os tratados filosóficos mais desenvolvidos, atravessando os gêneros discursivos de ponta a ponta, dos mais simples aos mais complexos. É interessante que, para o caso do discurso biográfico, gênero produzido no bojo de uma “esfera do eu” (Arfuch, 2005; Souza e Miotello, 2018), a palavra não apresenta um *a priori* que seja político, que apresente intenções de discussão de temas pertinentes às mazelas sociais. Charaudeau (2006, p.

40) afirma que, nesse ínterim, não é o discurso que é político, “mas a situação que assim o torna. Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é a situação que o politiza”. Desse modo, o discurso biográfico de Mercedes Sosa se transforma em discurso político à medida que ele reverbera nas discussões sobre a despenalização do aborto que aconteceram em 2018 na Argentina, na assembleia e no senado federal.

De acordo com Angenot (2015, p. 145), a essência da retórica do militante é querer sempre colocar muitas palavras no mundo, “muito convencer e muito explicar, muito esclarecer, tornar muito coerente” (idem). Nessa esteira, Charaudeau (2006, p. 272) explica a constituição dos grupos de militância partindo do pressuposto de que fazem parte da sociedade cidadã, que são sujeitos que partilham “com ela a preocupação com a coisa política e se caracteriza[m] por uma especificidade que é seu engajamento na ação”. De acordo com essa definição, o sujeito militante é aquele que, ao perceber algo que não vai bem no ambiente político, decide levantar-se contra algo. É o que acontece com os movimentos sindicalistas ou partidários nos distintos momentos da sociedade moderna.

Historicamente, os grupos militantes, no entendimento de Charaudeau (2006), sempre estiveram à sombra dos partidos políticos, interessados no que acontece nos bastidores da vida política. Seu discurso se constrói com base em uma imagem combativa, integrando um imaginário de virilidade (“Nós combatemos”) ou de fecundidade (“Nós combatemos por nossos filhos!”).

Se o discurso dos insurrectos se levanta contra algo que está nas instituições, portanto contra uma forma de poder institucional, é preciso que sua enunciação seja tonitruante, colossal, um grito catártico. Ademais, esse grito não pode ser apenas de uma parcela pequena da sociedade, é preciso que, no contexto social de uma época, a enunciação militante encontre força em um coro de vozes, uma vez que “uma só voz nada termina e nada resolve. Duas vozes é o mínimo da vida, o mínimo da existência [...] “Nenhum nirvana é possível para uma só consciência” (Bakhtin, 2010b, 322-323). Charaudeau (2006, p. 275) argumenta que “O ativismo militante é sempre exteriorizado de maneira tonitruante, pois ele sabe que se opõe ao que está institucionalmente instalado e que goza no sistema democrático de certa legitimidade”.

O discurso de Mercedes Sosa sobre o aborto retomado nas discussões contemporâneas

[...] *Matus, el padre de mi único hijo vivo. Digo único hijo vivo porque hubo otros, otros hijos... que no viven... Pero eso prefiero contarlos más adelante. O no... Ya verá* (Braceli, 2010, p. 68).

Iniciamos nossas reflexões partindo do fragmento acima, que aparece na biografia assinada por Braceli (2010) em posição anterior em relação aos trechos que foram divulgados e lidos pela atriz Luisa Kuliok a pedido da direção da Fundação Mercedes

Sosa. Como se pode notar, é um fragmento de discurso direto de Mercedes em que ela comenta que há apenas um filho dela que está vivo. É importante desde o começo de nossa análise pontuar que essa biografia “Mercedes Sosa, la Negra”, foi publicada em sua primeira versão em 2003 e editada após a morte da cantora em 2010; todavia, apesar de ser um livro amplamente vendido na Argentina e em outros países, as informações a respeito da posição de Mercedes sobre o aborto que foram reverberadas em função da divulgação do vídeo com a leitura de Luisa Kuliok parecem inéditas para o público argentino, a julgar pelo título da notícia sobre sua posição em junho de 2018: “La fuerte postura que tenía Mercedes Sosa sobre el aborto” (ver a segunda nota de rodapé com informações de referência).

Nesse ínterim, endossando as questões da militância que discutimos na seção anterior, ressaltamos a coerência da Fundação Mercedes Sosa com a preservação da memória da cantora e com as discussões por ela levantadas durante sua vida. Para alguém como Mercedes Sosa, que escolhia seu repertório por aquilo que as canções diziam, isto é, que seu repertório refletia uma postura político-ideológica inscrita em um campo como a esquerda, as discussões sobre o aborto então em voga durante as votações nos plenários da câmara e do senado de seu país mereciam escutar a voz de Mercedes, por meio de outra voz que lhe emprestou a vida para dizer aquilo que estava já dito na biografia, mas que sem o gesto de rememorar não viveria sua segunda vida, sua “ressureição festiva”, nos termos de Bakhtin (2011, p.410).

Os fragmentos a seguir serão apresentados pela ordem que figuram no texto escrito. Para fins de contexto, no capítulo, “El amor, el aborto y sus dolores”, Mercedes reflete sobre sua vida amorosa e sobre como por razões de saúde foi obrigada a realizar mais de um aborto. No primeiro trecho está narrando o começo de sua relação com seu segundo companheiro:

[...] *al poco tiempo quedé embarazada y tuve que hacer un aborto. Por varias razones di ese paso tan doloroso, y no me refiero solo a lo físico. ¿Tener un hijo, otro hijo para llevárselo a mi mamá que lo crió? No no no. Por otra parte yo tenía serios problemas con el metabolismo, iba a ser demasiado riesgoso para mi vida. Si seguía con el embarazo lo más probable era que yo dejara sin madre al hijo que ya tenía. Mi médico, aunque no estaba a favor del aborto, me convenció de que tenía que hacerlo. **Pero convencida y todo aquello fue tremendo. El dolor ahí abajo es terrible, es como parir, con la fiera diferencia que después del parto del aborto una se va sin el hijo...** Cuando tuve a mi Fabián no recuerdo haber tenido semejantes dolores. **Eso pasa en el cuerpo... pero por adentro... hay otros dolores. Una se siente como una perra, como un animal, como una bestia despreciada** (grifos adicionados) (Braceli, 2010, p. 115-116).*

Iniciemos nossa análise do fragmento por destacar alguns trechos que nos ajudam a identificar os traços de um discurso de militância, seguindo para isso as considerações de Angenot (2015) e Charaudeau (2006) que tratam da retórica excessiva em detalhes

desse tipo de discurso: percebemos a questão do aborto não como uma escolha – sua saúde estava frágil, era impossível conceber essa criança – por isso a ênfase da obrigação, “tuve que hacer um aborto”, seguida de uma série de minúcias dessa situação, classifica como “tan dolorosa”, por ela. Mercedes menciona o discurso médico, que tem nessas situações um peso muito importante, e afirma que abortou convencida de que era o melhor para sua saúde, mas isso teve um peso emocional muito grande.

A própria estrutura oracional é interessante para notar essas questões acontecendo no fio do discurso, já que depois de haver mencionado a necessidade de abortar e explicar quais as razões obrigaram-na a fazer diz “Pero convencida y todo aquello fue tremendo”. Essa oração é introduzida pela conjunção adversativa “pero”, o que mostra que é uma negativa a tudo aquilo que havia mencionado antes, ou seja, que por mais que houvesse tantas razões para abortar, foi terrível. Em seguida, Mercedes segue sua narrativa, excessiva em detalhes, e diz que as dores que teve em função do aborto são como as dores de um parto e que todas essas dores acontecem no corpo, mas na alma, metaforicamente, se sentem outras dores. Depois, faz uma comparação que “Una se siente como una perra, como un animal, como una bestia despreciada”. Assim, por mais que houvesse uma necessidade de realizar o aborto – uma necessidade física – os sentimentos são outro universo e eles transbordam na forma como Mercedes caracteriza o todo desse evento em sua vida: sentiu-se como um animal, apesar de ser imprescindível realizar esse procedimento.

O outro fragmento que apresentamos a seguir:

*No es fácil vivir y mucho menos fácil en esta vida ser mujer. Imaginemos las jovencitas y no jovencitas que **empujadas por la miseria, el hambre y la desocupación tienen** que abortar. Imaginemos cómo las tratan, cómo las **flagelan** en esos **lugares clandestinos y sórdidos**. Cuando me pidieron de la UNICEF que trabajara para ellos se los dije muy claro: Voy a hablar por los niños y por las mujeres. Voy a decir con todas las letras que estoy en favor de la despenalización del aborto. Es decir, **en contra de la hipocresía, de la mentira y de la clandestinidad terrorífica a la que son empujadas mujeres pobres y marginales**. Porque una cosa es estar abortando en una clínica con calefacción y anestesia y música funcional, y otra es abortar en cualquier **rincón inmundo con unos fierros terribles que te meten ahí, adentro, para arrancar un cuajo de vida que, si se la dejara vivir, se la condenaría al analfabetismo, al hambre...** (Braceli, 2010, p. 116).*

Nesse fragmento, Mercedes amplifica a discussão sobre o aborto e ressalta os problemas sociais que dele advém. Alguns termos orientam nossa discussão, quais sejam, a questão de as mulheres pobres serem *empujadas por la miseria, el hambre y la desocupación* ao aborto e que sem a despenalização, essa prática continuará acontecendo, mas em lugares clandestinos. A cantora desmembra a hipocrisia de uma sociedade amplamente ancorada nos discursos religiosos e destaca a necessidade da despenalização como um assunto de saúde pública e de política de estado.

Nessa mesma esteira, os últimos fragmentos que apresentamos nessa discussão permitem-nos um balanço sobre a posição de Mercedes a favor da despenalização:

Yo, como tantas mujeres, no quiero promover ni alentar el aborto; quiero que cada mujer sea realmente dueña de su cuerpo y de sus ovarios y de su destino. Nadie puede decir qué hacer con los ovarios de una mujer, salvo ella misma. [...] A ver, que me digan, ¿quién tiene derecho a impedirle a una mujer de Tucumán, o de La Matanza o de donde quiera que sea que decida abortar sabiendo que el hijo que trae al mundo estará condenado a morirse de hambre? ¿Acaso no es un aborto cada niño que se muere a los cuatro a los cinco a los siete años? Hipócritas, ¡pero que se vayan a la ... [...] Cuando tomé la decisión de abortar, tomé yo la decisión de abortar. Mi marido estaba enterado, claro, pero la decisión fue totalmente mía. Y hacemos muy bien las mujeres en tomar este tipo de decisiones porque, finalmente, en la inmensa mayoría de los casos, somos nosotras las que vamos a tener que cuidar al hijo. Por lo general, los hombres con el tiempo se borran. A Pocho le dije del aborto, sí. Le dije, pero no le pregunté. Me hice acompañar por una amiga. Y confieso que aborté más de una vez...dos, tres. Y siempre muy muy conflictivo. (Braceli, 2010, p. 116).

É importante frisar que a perspectiva defendida pela cantora é de que as mulheres devem decidir sobre seu próprio corpo, não as políticas de estado, todas elas atravessadas pela religião. O papel das mulheres nesse sentido é enfatizado porque as escolhas e as consequências sempre recaem sobre elas. Mercedes refletiu sobre a própria escolha, quando teve de fazê-la, em abortar ou não e que o marido estava a par da situação, mas a decisão final foi totalmente dela, como mulher.

Considerações finais

Como resultados preliminares, podemos afirmar que o discurso sobre a despenalização do aborto que encontramos nessa biografia é um discurso inflamado, tonitruante, um grito ao mundo, e no caso de Mercedes Sosa esse discurso se reveste de intimidade nos relatos autobiográficos nos quais a vida da cantora é entendida como lugar de luta contra as desigualdades. É excessivo em detalhes, de uma retórica minuciosa, exaltado, em mais de um dos momentos há xingamentos que denunciam uma sociedade hipócrita atravessada pelos discursos punitivos da igreja católica.

O tratamento estético que buscamos demonstrar do texto (auto)biográfico serve para delinear pontos iniciais da metodologia de nossa tese em andamento. Inicialmente, destacamos a estetização que o texto sofre, já que há um deslocamento entre o ponto de valoração eu-para-mim (do vivenciamento ético dos atos) para o ponto outro-para-mim (ponto de aplicação dos valores transgredientes). Assim, não há coincidência entre autor e herói, nem mesmo na autobiografia (cf. Bakhtin, 2011). O sujeito tem, em relação a si mesmo, uma opacidade, portanto, o relato se localiza no nível de um outro possível que corrobora com excedente de visão (cf. Bakhtin, 2011; Butler, 2017). De maneira pontual, eu e outro não se fundem, o eu que relata a si mesmo vivencia sua vida à margem, produzindo valores que são transgredientes à própria vida.

Referências

- ARFUCH, L. Cronotopías de la intimidad. In: _____. *Pensar este tiempo: espacios, afectos, pertenencias*. Buenos Aires: Paidós, 2005a.
- _____. *O Espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Trad. de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- _____. *Estética da criação verbal*. Tradução do russo de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- _____. *Para uma filosofia do ato*. Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- BRACELI, R. *Mercedes Sosa, la negra*. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.
- BUTLER, J. *Relatar a si mesmo. Crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- CEREIJO, M. *Algo más que una canción*. 55 minutos, colorido. Roteiro: CEREIJO, M. Distribuição TVE S.A. Cópia disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Tz3f8KvMRQI> (Acesso em julho de 2017). Espanha: TVE, S.A., 1983.
- SOUZA, N. B., MIOTELLO, V. Vivenciar a si mesmo à margem: transgrediência, acabamento, opacidade. In: SOUZA, N. B. SERODIO, L. A. *Saberes transgredientes*. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 53-75, 2018.
- SOUZA, N. B. O tratamento estético do texto (auto)biográfico: uma perspectiva dialógica. In: *Revista SETA*, 2019 (no prelo).
- VILA, R. *Cantora, un viaje íntimo*. 100 Minutos, colorido. Distribuição SONY BMG MUSIC ENTERTAINMENT. Cópia em DVD. Argentina: Sony Music, 2009.
- WÜLLICHER, R. *Como um pájaro libre*. 69 minutos, colorido. Roteiro: BRIANTE, M. Cópia disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nWqcGmhPUaI> (Acesso em julho de 2017), 1983. Argentina: Dispro Films S.A. & Laboratórios Alex S.A., 1983.

Sistematização de experiências em coletivos de comunicação nas periferias: perspectivas decoloniais, vivenciais e metodológicas

Juliana Salles de Souza*

Introdução

No estudo da emancipação social na América Latina, a conjugação entre vivências e métodos científicos conduz à concepção de novos modelos teóricos e metodológicos, adequados às realidades socioculturais da América Latina. Nesse sentido, a busca por metodologias que reúnem decolonialidade, aspectos vivenciais e diálogos entre diferentes saberes é uma possibilidade para se pensar a partir e com – e não sobre – os atores ligados a lutas sociais e a movimentos políticos-epistêmicos (Walsh, 2010).

A partir do questionamento “de que maneiras a comunicação e o território contribuem para a construção de processos educacionais em coletivos de comunicação que atuam em territórios periféricos na América Latina?”, o presente artigo tem como objetivo geral investigar, em perspectiva comparada, características de experiências de educação popular realizadas por coletivos de comunicação cuja atuação ocorre em territórios periféricos de zonas de transição urbano-rurais.

São objetivos específicos da investigação: verificar se os processos educacionais integrantes do corpus podem ser classificados como iniciativas de educação popular freiriana; analisar se há relações de ressignificação de educandos-educadores e educadores-educandos em relação aos territórios periféricos das cidades em que vivem; e comparar os temas abordados por educadores-educandos nos processos educacionais analisados. Faz-se necessário ressaltar que o presente artigo traz recortes da dissertação de Mestrado *Entre Quebradas e Comunas: Educomunicação Popular e Periférica em São Paulo e Medellín* (2019), redigida pela pesquisadora-autora deste texto.

Como pressuposto teórico-metodológico da investigação, adotou-se o *diálogo de saberes* em comunicação (Arbodela; Hernandez; Valencia, 2016), baseado, entre outras fontes, na ecologia de saberes proposta por Boaventura de Sousa Santos (2007). Para que tal diálogo concretizar-se, faz-se necessário reconhecer, respeitar e desierarquizar os diferentes saberes, em um contexto de pensamento crítico, compreensão mútua,

* Mestre em Ciências – Programa de Integração da América Latina, Universidade de São Paulo (USP).
E-mail: jusalles94@gmail.com

coletividade, solidariedade, ação e reflexão, consciência da inconclusão humana e problematização do cotidiano, em um exercício das pedagogias freirianas (Freire, 1975; Freire, 1978; Freire, 1983; Freire, 1992; Freire; Nogueira, 1993; Freire; Gadotti; Guimarães, 1995; Freire, 1997; Freire, 2000; Freire, 2002).

O *diálogo de saberes* tem dimensões políticas, epistêmicas, intersubjetivas e estéticas e possui como aspectos-chave o dissenso, encontros, vínculos, além do reconhecimento de subjetividades (Arbodela; Hernandez; Valencia, 2016). Desse modo, pode-se afirmar que pesquisas realizadas na perspectiva do *diálogo de saberes* reconhecem a complexidade de fenômenos ligados à comunicação e cultura no contexto latino-americano, produzem conhecimento a partir de uma noção de desierarquização e descolonização de saberes e aprofundam conhecimentos acerca de grupos que promovem a apropriação social de meios de comunicação como instâncias de denúncia e participação.

A pesquisa foi qualitativa, teve caráter exploratório, perspectiva comparada e fontes de natureza bibliográfica, documental e de campo. O *corpus* de investigação residiu nos processos educacionais *Repórter da Quebrada*, realizado pelo coletivo de comunicação *Periferia em Movimento* (São Paulo-SP, Brasil), e *Escuela de Comunicación Comunitaria*, do coletivo comunicacional *Ciudad Comuna* (Medellín-Antioquia, Colômbia). Ambos criados em 2009, os coletivos concentram atuações no Extremo Sul da capital paulista e na Comuna 8 de Medellín, respectivamente. O *Periferia em Movimento* foi escolhido para a investigação por fazer parte de uma rede de 13 coletivos - Rede Jornalistas das Periferias – e trabalhar com um modelo comunicacional híbrido, com características de diferentes modelos do campo da comunicação popular, alternativa e comunitária, denominado como “jornalismo de quebrada”. Tal modelo inclui, entre outros itens, a disputa de imaginários, preocupação com a informação e formação do leitor, militância pela garantia dos direitos fundamentais e emancipação das periferias (Souza, 2015). Já o *Ciudad Comuna* foi selecionado por atuar em uma cidade a qual tem o maior número de iniciativas de comunicação comunitária da América Latina, de acordo com a Universidad Estadual a Distancia de Costa Rica (UNED)¹, por ter reconhecimento em forma de prêmios relacionado a seus processos e produtos, bem como precursionou projetos educacionais em territórios periféricos. A seleção também foi subsidiada por meio de revisões de literatura sobre coletivos de comunicação latino-americanos.

Como procedimento específico de investigação, em coerência com a perspectiva teórico-metodológica do *diálogo de saberes*, adotou-se uma proposta inspirada na sistematização de experiências (Jara, 1994; 1998; 2012). Com adaptações à proposta

1. Disponível em: <<https://www.medellincuenta.com/?NavigationTarget=navurl://.244fe6ec2f3af426af4758093850b732>>
Acesso em: 21 jul. 2018.

de Jara, a etapa empírica enfocou os processos realizados em 2015 em ambos os países e foi percorrida em cinco passos: (1) o ponto de partida (recuperação de registros sobre os projetos); (2) as perguntas iniciais (entre elas, “que aspectos centrais dessa experiência nos interessa sistematizar?”), (3) a recuperação dos processos vividos, com entrevistas semi-estruturadas com participantes das oficinas e aprofundamento, por meio de pesquisas documentais, acerca da estrutura organizacional, jornalística, comunicacional e educacional dos coletivos; (4) a reflexão de fundo (por que aconteceu o que aconteceu?; por que não aconteceram outros fatos?), proposta de atividades com os educandos-educadores e educadores-educandos, com sistematizações, análises e interpretações críticas sobre as iniciativas educacionais nos coletivos de comunicação; (5) e os pontos de chegada, com formulação de conclusões e comunicação das aprendizagens (Souza, 2019). Para responder à pergunta-problema desta pesquisa, o artigo terá como trajeto explicações sobre características e processos das sistematizações de experiências seguidas dos resultados da investigação, os quais delinham uma educomunicação denominada popular e periférica.

Sistematizações de experiências a partir de Oscar Jara Holliday: características, possibilidades e contribuições

Nos coletivos de comunicação, as iniciativas educativas são realizadas de jovens, para jovens e com jovens e têm como base os territórios periféricos. Trata-se de expressões nas quais é possível enxergar, de forma mais clara, as intersecções entre educação popular e comunicação. Com base na comunicação sobre, para e a partir das periferias, os processos, reflexões, problematizações, denúncias e anúncios estão sempre relacionados aos territórios. Tais diálogos entre educação popular, educomunicação e territórios são reconhecidos, por exemplo, em escritos de Maria Cristina Pinto e Leonardo Jiménez-García (2016a; 2016b), Edward Alexander Niño Viracachá e Leonardo Jiménez-García (2015) e Henrique Oliveira de Araújo (2016).

Para compreender processos de educomunicação popular nas periferias latino-americanas, o entendimento de experiências é um dos trajetos que pode ser seguido. Nesse sentido, a sistematização de experiências, metodologia proposta por Oscar Jara Holliday e embasada em práticas de movimentos sociais, é uma das escolhas possíveis. De acordo com Jara Holliday (2012), sistematizar experiências é uma ação-processo que se converte em forma de produção e potencialização de conhecimentos a partir da prática. Trata-se de um procedimento metodológico que reúne reflexões individuais e coletivas a respeito de uma experiência, a qual deve ser reconstruída de maneira ordenada, com olhares críticos sobre a prática vivida ou realizada e com produção de novos conhecimentos sobre a experiência sistematizada (cf. Jara Holliday, 2012, p. 94).

Com inspirações nas pedagogias freirianas, a sistematização de experiências trabalha com o rigor metódico, problematizações, criticidade e curiosidade epistemológica para objetivar experiências vividas. Por meio dessa metodologia, é possível produzir um novo conhecimento, em um primeiro nível de conceitualização que embasa possibilidades de generalização. Sistematizar também significa recriar saberes em um exercício interpretativo de teorização e apropriação consciente do que se foi vivido (Jara Holliday, 2012). Ao se pensar as próprias práticas, concretiza-se uma intencionalidade transformadora que permite, entre outros itens, estabelecer *diálogos de saberes* com outros grupos.

Na visão de Jara Holliday (2012), são características da sistematização de experiências a produção de conhecimentos a partir de vivências, com vistas a transcendê-las, valorização de saberes, aprendizados a partir das cotidianidades, contribuições para identificar tensões entre projetos e processos, identificação e formulação de lições aprendidas, fortalecimento de capacidades individuais e grupais, produção de materiais com potencial de utilidade para outros coletivos, movimentos e organizações, bem como protagonismo das pessoas que vivenciaram a experiência em processo de objetivação. Nesse sentido, só é possível sistematizar uma experiência quando o sujeito a vivenciou.

Em tal cenário, a sistematização de experiências tem potencial de valorizar iniciativas de pessoas e grupos envolvidos em processos educacionais, reforçar a imaginação criadora e a capacidade de propostas, ampliar a capacidade de gestão de processos e projetos, assim como o reforço de processos de articulações e alianças. Por conta de tal perfil, a sistematização de experiências contribui para uma compreensão mais profunda das experiências, com vistas a melhorá-las, para reflexões teóricas a partir da prática, compartilhamento de aprendizados, retroalimentação de orientações e diretrizes de projetos e fortalecimento de identidades coletivas.

A sistematização de experiências que originou este artigo não foi vivenciada pela pesquisadora. Diante disso, buscou-se adaptações ao método proposto por Oscar Jara. Nesse âmbito, caminhos metodológicos traçados por Angela Gárces Montoya (2015), inspiraram a adaptação da sistematização à realidade da investigação. O primeiro tempo da sistematização realizada – o ponto de partida – contou com a seleção de experiências a sistematizar, contato e reunião com os coletivos escolhidos, com o intuito de apresentar a proposta de pesquisa e verificar a possibilidade de realização de observação participante, além de investigação bibliográfica e documental para a reunião de registros virtuais das experiências. A partir de tal cenário, foram esboçados questionamentos, perguntas iniciais as quais compuseram o segundo tempo da sistematização. Entre as questões delineadas, o eixo de sistematização foi focado na pergunta “quais são as naturezas, potencialidades e limites de processos educacionais ocorridos em coletivos de comunicação popular, alternativa e comunitária cuja atuação ocorre nas periferias?”.

Para recuperar os processos vividos, terceiro tempo da sistematização de experiências, foram conjugadas oficinas de memória sobre os coletivos e, de forma específica, sobre as experiências, entrevistas semiestruturadas, coleta de registros físicos e virtuais (não-acessíveis pela pesquisa via internet) e observações participantes de processos educacionais variados realizados pelos coletivos.

A escolha pela inclusão das memórias nos procedimentos metodológicos da pesquisa foi corroborada pelas vivências nos trabalhos de campo. A construção coletiva de memórias sobre, para e a partir das periferias é contemplada nas práticas dos dois coletivos integrantes do *corpus*. No caso do *Ciudad Comuna*, visibilizar e ressignificar memórias, em um contexto ligado ao conflito armado colombiano, tornou-se um dos eixos reivindicativos do coletivo (“preservação e circulação dos saberes e das memórias locais na chave decolonial”). Ángela Garcés Montoya (2016a), justifica tal preocupação:

En la investigación de Garcés (2015), referida a Colectivos juveniles en Medellín. Configuración de subjetividades juveniles vinculadas a la comunicación audiovisual alternativa y comunitaria, se revisan los modos de apropiación del territorio vigentes en los colectivos juveniles de comunicación, cada vez que logran acciones en pro de reconfigurar el sentido de lugar. Esta indagación se inspira en el llamado de Martín - Barbero (2009, 2006) de revisar cómo los medios masivos de comunicación crean una imagen parcial del conflicto armado en Colombia, al otorgarles voz e imagen televisiva a los autores de las más crueles masacres, y dejar en silencio a la inmensa mayoría de víctimas del conflicto, a quienes les niegan la posibilidad real de hablar y ser vistas. (Garcés Montoya, 2016a, p. 78)

Ao lado da comunicação e do território, a memória é uma das chaves de atuação nos processos educacionais, comunicacionais e em produtos do *Ciudad Comuna*. Na sistematização de experiências da *Escuela de Comunicación Comunitaria* de 2015, a qual resultou na mostra “Somos Territorio”, a memória foi conceituada como

un escenario que está en tensión, que constituye el relato propio y subjetivo sobre la vida colectiva, que al encontrar situaciones comunes se convierte en un acto de resistencia política. La memoria se manifiesta tanto en el presente (reivindicación y emancipación) como en el pasado (acumulación histórica). (Somos Territorio, 2016)

Segundo Maria Bruna Malcangi (2018), “la memoria es parte esencial de las dinámicas sociales, ya que es a partir de ella que se construye la identidad de los grupos sociales, es decir, de la colectividad” (Malcangi 2018, p. 14). A autora ressalta também que as noções de memória e história são diferentes: enquanto a história é a construção de versões dos fatos a partir de documentos e fontes e com uma perspectiva mais técnica, a memória não é única, caracteriza-se, portanto, pela pluralidade, não precisa formular um relato homogêneo e se forma a partir de vivências, além de ser relacional e intencional (cf. Malcangi, 2018).

Na perspectiva do *diálogo de saberes*, a valorização dos sujeitos envolvidos em um processo educacional no contexto de uma sistematização de experiências adaptada

pode ocorrer por meio da consideração das memórias para a recuperação dos processos vividos. Tais subjetividades contribuem não apenas para construir um conhecimento coletivo sobre potencialidades, desafios e limites dos processos sistematizados, mas também para compreender como a comunicação sobre, para e a partir das periferias e os territórios periféricos contribuem para a construção de processos educacionais em tais contextos (Souza, 2019).

Ao propor uma metodologia para a sistematização de experiências, Oscar Jara Holliday (2012) chama a atenção para o fato de se escolher procedimentos concretos para cada tempo da objetivação de experiências vividas. Desse modo, para a recuperação de processos vivenciados, a oficina de memória foi a principal estratégia utilizada.

Na visão de Pilar Riaño Alcalá (2000), as oficinas de memória são metodologias grupais e interativas. São elementos do procedimento metodológico a interação dialógica, a observação etnográfica, com atenção empírica, intelectual (reflexão) e social (fenômeno analisado), de acordo com a autora. Riaño Alcalá utiliza a expressão “nosotros espacio-temporal” (“nós” espaço-temporal) para definir a dinâmica de uma oficina de memória.

A realização de oficinas de memória é uma forma de exercício de escuta, diálogo de saberes e de rompimento com a investigação extrativista. Nesse sentido, Garcés Montoya (2015) afirma que a oficina de memória é uma técnica qualitativa que

aporta en doble vía, es decir, al grupo social que oficia de objeto de investigación y al grupo de investigación. En el primer caso, el taller constituye un espacio que, al potenciar la reflexión individual y colectiva sobre los procesos más significativos que marcan tanto el origen, el desarrollo y el futuro del grupo o colectivo, como el crecimiento y la transformación personal que la dinámica organizativa genera en sus miembros, permite un mayor y más cualificado conocimiento y control sobre las potencialidades individuales y colectivas, de manera que detona la construcción de utopías. En el segundo caso, es decir, para el grupo de investigación, el taller constituye una fuente privilegiada para la comprensión de las experiencias vitales y las dinámicas propias de un grupo, organización o colectivo. Se trata, en definitiva, de un mecanismo de acercamiento a las comunidades que rompe con la tradicional visión utilitarista y distante que ve en los grupos sociales o en los colectivos que se pretenden estudiar una fuente de información o de suministro de datos. (Garcés Montoya, 2015, p. 37-38)

As oficinas de memória possibilitam conhecer, a partir de subjetividades dos participantes, os processos mais significativos sobre origem, desenvolvimento e futuro de um acontecimento ligado a um sujeito coletivo (movimento social, organização ou coletivo). Nesta pesquisa, os materiais usados para as oficinas foram cartolinas de diferentes cores, canetões e fitas crepe. O convite aos participantes foi feito por um dos integrantes do coletivo de comunicação estudado.

As oficinas foram realizadas em três partes: antes (ações e processos que marcaram o ingresso, incorporação e vinculação ao coletivo); durante (ações e processos vinculados

ao presente, com escolha de palavras-chave sobre o tema pelos participantes); e depois (ações e processos esperados pelos participantes para o futuro do coletivo, com nova seleção de palavras-chave sobre o assunto). Os momentos “durante” e “depois” contaram com diálogos de memórias. As oficinas foram encerradas com a avaliação conjunta das atividades². Ao longo desse procedimento metodológico, momentos individuais (por meio da escrita) e coletivos (compartilhamento de memórias e experiências) traduzem-se como formas de reflexão crítica sobre as vivências de um grupo. Uma oficina de memória possibilita ainda o (re) conhecimento de momentos marcantes para o coletivo, diagnósticos de processos atuais e perspectivas de atuação.

Os três primeiros tempos da sistematização de experiências forneceram materiais para a ordenação e classificação de informações. O *Repórter da Quebrada 2015* tratou sobre temas como: comunicação; jornalismo; construção de memórias; centro e periferias; garantia de direitos nas periferias; direitos humanos; ética; ética no jornalismo; pauta jornalística; movimentos sociais; intolerância; preconceito; homofobia; racismo; redução da maioria penal; moradia; transporte; midialivrisimo; direito à cidade; educação; e cultura. As principais metodologias identificadas foram: pedagogia da pergunta; percursos pelos territórios; exercícios de jornalismo (elaboração de pauta, coletivas de imprensa, entrevista, reportagem e edição); articulação de atores sociais dos territórios do Extremo Sul; debates; diálogos de saberes; e reflexão-ação. O processo percorreu os territórios periféricos Grajaú, Ilha do Bororé e Cidade Dutra, localizados no Extremo Sul de São Paulo. Com foco em narrativas jornalísticas, o *Repórter da Quebrada 2015* contou com 42 inscrições (11 do sexo masculino e 31 do sexo feminino), 37 inscritos convocados e 20 educandos-educadores concluintes. O processo educacional durou três meses e teve como produtos finais vídeos, uma webreportagem e um jornal frente e verso, em formato de zine.

Já a *Escuela de Comunicación Comunitaria 2015*, trabalhou com temas como: comunicação; memória; território; participação; comunidade; direitos; saberes prévios; diálogo de saberes; educação popular; investigação ação participativa (IAP); direitos; e identidades. Os percursos metodológicos utilizados pelos educadores-educandos foram círculos de debate teórico; percursos pelos territórios; seminários de narrativas; projetos; assessoria e execução de projetos; além de apoios e reflexões de um Comitê Pedagógico. As principais metodologias identificadas foram debates; diálogos de saberes; pedagogia da pergunta; cartografias; percursos pelos territórios; exercícios de foto, vídeo e entrevistas; IAP; e reflexão-ação. Os seminários ocorridos na versão 2015 da *Escuela* foram dedicadas a IAP, narrativas jornalísticas, fotojornalismo

2. A dissertação *Entre Quebradas e Comunas: Educomunicação Popular e Periférica em São Paulo e Medellín* apresenta com mais detalhes os resultados específicos das oficinas de memória realizadas nos coletivos *Periferia em Movimento* e *Ciudad Comuna*.

comunitário e documentário social participativo (DSP)³. Houve 200 interessados no processo educacional em Medellín (entre zona urbana e zona rural), 100 convocados e de 30 a 40 concluintes. O processo durou quatro meses, com *recorridos territoriales* por diferentes comunas de Medellín e teve como produtos quatro documentários, quatro projetos fotográficos, além de mostra itinerante dos processos e produtos denominada “Somos Territorio”.

No quarto tempo da sistematização de experiências, as reflexões de fundo (por que aconteceu o que aconteceu? por que não aconteceram outros fatos?) foram realizadas por meio de uma conversa entre os coletivos com o intuito de ativar um novo *diálogo de saberes* a respeito de processos educacionais em coletivos de comunicação na América Latina, uma oficina de reflexão por coletivo para análises, sínteses, inter-relações e interpretações críticas sobre as experiências, entrevistas semiestruturadas e identificação de aprendizagens. A oficina reflexiva tratou-se de um momento de conversa entre os sujeitos envolvidos na pesquisa. Mediatizados pela experiência educacional em processos de sistematização, educandos-educadores e educadores-educandos elaboraram reflexões críticas a partir de perguntas cujo intuito era problematizar itens ligados aos processos educacionais. A perspectiva adotada foi a do *Diálogo de Saberes* e buscou romper com análises adultocêntricas (Souza, 2019). Assim como nas oficinas de memória, o convite para o momento reflexivo foi feito por um dos membros do coletivo e os materiais utilizados foram os mesmos. Divididas em três partes (compartilhamento de memórias, entrevista grupal com realização de perguntas problematizadoras sobre os processos e considerações críticas sobre as experiências as quais não foram contempladas pelas perguntas), as oficinas reflexivas contaram com espaços para sugestões para a comunicação de aprendizagens da sistematização e com avaliação conjunta da atividade.

As categorias surgidas ao longo da sistematização de experiências em São Paulo foram: protagonismo e ressignificação territorial; cotidianidades; diálogos; processo; reflexão crítica; redes e articulações. Já as categorias surgidas ao longo de tal processo em Medellín foram: protagonismo e ressignificação territorial; cotidianidades; memórias; investigação participativa; diálogos; reflexão crítica; redes e articulações. Tais eixos ajudam a comprovar a hipótese de que as práticas educacionais de ambos os coletivos integrantes do *corpus* constituem uma forma de educomunicação popular e periférica, conceito integrante do quinto tempo da sistematização de experiências nesta investigação: a formulação de considerações finais, recomendações e propostas, bem como a comunicação de aprendizagens⁴.

3. Narrativa audiovisual advinda do documentário direto (retirada de narrações gravadas para privilegiar depoimentos dos entrevistados) baseada no reconhecimento de saberes dos participantes e na apropriação social do conhecimento (cf: Souza, 2019).

4. Na presente pesquisa, a comunicação de aprendizagens englobará o compartilhamento dos resultados da investigação com os coletivos, a elaboração conjunta de e-books, assessorias externas, entre outras iniciativas.

Educomunicação popular e periférica: experiências objetivadas

Nas palavras de Antonio Faundez, em diálogos com Freire na obra *Por uma Pedagogia da Pergunta*, “(...) que a realidade exija a transformação do conceito e não o conceito exija a transformação da realidade.” (Faundez; Freire, 1983, p. 33). Por meio das categorias apreendidas da recuperação dos processos vividos e das interpretações críticas de processos educacionais no contexto dos coletivos, foi possível identificar a necessidade de se falar sobre o fenômeno a partir de um conceito específico. O uso de dois adjetivos para designar esse tipo de comunicação gera o efeito de reafirmação e de especificidade. Ao se incluir o nome “popular”, busca-se mostrar a interligação entre essa reinvenção freiriana e a educação popular precursorada pelo autor. Inclusive, pode-se considerar a expressão “educação popular em comunicação” como um conceito muito próximo da educomunicação popular. Entretanto, de acordo com Oscar Jara Holliday (2018), a educação popular não é homogênea tampouco uniforme. Por outro lado, utilizar o nome “periférico” demonstra uma especificidade: a interligação dos processos estudados com os territórios, característica a qual apareceu em oficinas, entrevistas e observações participantes.

Desse modo, a educomunicação popular e periférica pode ser descrita como um processo que envolve sujeitos mediatizados por cotidianidades periféricas, em atividades de reflexão crítica, que problematizam vivências, observações e investigações em tais espaços. Expressa por meio de textos, fotos, vídeos, memes e outras formas, a educomunicação popular e periférica privilegia processos em comparação com os produtos e rejeita visões adultocêntricas ao entender, de forma prática, a inconclusão ontológica do ser humano, estabelece diálogos de saberes com diferentes atores sociais (Souza, 2019).

As mensagens comunicadas por meio da educomunicação popular e periférica compartilham vivências, transformam fatos periféricos em acontecimentos por meio de diferentes formas de narrativas e modalidades comunicacionais, visam à reformulação de imaginários, garantia de direitos – em especial, o direito à comunicação – e, por vezes, ao bem-viver. Redes e articulações são tecidas com o objetivo de potencializar os processos desse tipo de educomunicação. Em tais processos, as quebradas, comunas e outros territórios periféricos tornam-se salas de aula⁵. Trata-se, em resumo, de uma educomunicação sobre, para e a partir das periferias, a qual reconhece tais territórios como dotados de saberes e potencializa o “conhecimento popular periférico”, expressão utilizada por Ronaldo Matos (2018) (Souza, 2019).

5. A redação de tal expressão está ligada ao lema da Unigraja, articulação de coletivos da qual participa o *Periferia em Movimento*: “a quebrada é a nossa sala de aula”.

São características da educomunicação popular e periférica, verificadas por meio da presente sistematização de experiências: pertencimento aos territórios periféricos (o protagonismo do “nós”); formação de multiplicadores críticos; sentipensar os territórios (percorrer as periferias para narrá-las); reconhecimento das periferias como territórios de saberes; privilégio de processos em comparação com os produtos; construção constante com as pessoas nas cotidianidades; educomunicação popular e periférica como uma pedagogia crítica e decolonial; dialogicidade e conteúdos articulados às cotidianidades nas periferias, em especial localizadas em zonas de transição urbano-rurais; IAP e sistematização de experiências como metodologias possíveis na educomunicação popular e periférica; *diálogo de Saberes* como prática recorrente à educomunicação popular e periférica; redes entre coletivos para potencializar processos de educomunicação popular e periférica; articulações e diálogo de saberes com atores sociais para potencializar processos de educomunicação popular e periférica (por exemplo, realização de processos de coletivos de comunicação em escolas); educomunicação popular e periférica e a luta pelo reconhecimento institucional, político, social e cultural dos territórios; educador popular e periférico como um sujeito periférico, dialógico, que atua por meio dos processos e características da educação popular; rejeição às posturas adultocêntricas; incentivo à curiosidade epistemológica de educadores e educandos; incertezas quanto ao financiamento de atividades; e participação (Souza, 2019).

Considerações finais

Por meio da sistematização de experiências, dos trabalhos de campo e das revisões de literatura, na perspectiva do *diálogo de saberes*, foi possível perceber que tais processos estão ligados de forma direta aos territórios periféricos e à comunicação criada sobre, para e a partir de tais espaços. Nesse sentido, foi possível constatar que a comunicação e os territórios têm papel essencial na construção dos processos educacionais, pois interligam-se às cotidianidades, bem como se constituem como origem de características dos mesmos processos. As características da educomunicação popular e periférica vêm justamente da comunicação e do território. Os processos analisados podem ser classificados como iniciativas ressignificadas de educação popular e contribuem para a ressignificação e emancipação de educandos-educadores e educadores-educandos. Mediatizadas pelos territórios, as pessoas envolvidas em tais processos formam-se mutuamente como sujeitos periféricos.

As investigações sobre a educomunicação popular e periférica devem prosseguir, com o objetivo de complexificar o conceito e compreender mais processos inerentes a esse âmbito. Uma proposta que pode auxiliar em tais estudos é o mapeamento de iniciativas desse tipo nas periferias latino-americanas. Uma das limitações mais citadas pelos participantes da pesquisa – a sustentabilidade financeira – também é outro item a ser investigado (Souza, 2019).

É necessário ter em vista ainda que “mudar o mundo é tão difícil quanto possível (Freire, 2000, p.20). Assim como há denúncias, configuram-se também anúncios, expressos em processos como os da educomunicação popular e periférica. Freire também não vivenciou o período das redes sociais digitais, mas as reflexões advindas da epistemologia histórico-cultural auxiliam na compreensão de tais processos. Os ideais freireanos são (re) vividos nas práticas dos coletivos de comunicação nas periferias. Paulo Freire é reinventado em cada reunião, formação e metodologia. É das próprias periferias que vem frases como a da poeta Maria Vilani, do Grajaú, durante a abertura da Virada Comunicação, em São Paulo: “Precisamos estudar mais Paulo Freire”. Nesse sentido, pensar a própria prática no contexto de coletivos de comunicação e, especificamente, da educomunicação popular e periférica, é um item a ser reinventado todos os dias (Souza, 2019).

Referências

- ACOSTA VALENCIA, Gladys L.; PINTO ARBOLEDA, María C.; TAPIAS HERNANDÉZ, César A. (orgs.). *Diálogo de Saberes en Comunicación: Colectivos y Academia*. Medellín: Universidad de Medellín; Sello Editorial Universidad de Medellín; Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina. Ediciones CIESPAL, Corporación para la Comunicación Ciudad Comuna; Corporación Pasolini en Medellín; Corporación Con-vivamos, 2016. (2016b).
- ACOSTA VALENCIA, Gladys Lucia; TAPIAS HERNÁNDEZ, César A. El diálogo de saberes en comunicación o el giro del pensamiento y de la acción en las prácticas de comunicación para la movilización y el cambio social In: ACOSTA VALENCIA, Gladys L.; PINTO ARBOLEDA, María C.; TAPIAS HERNANDÉZ, César A. (orgs.). *Diálogo de Saberes en Comunicación: Colectivos y Academia*. Medellín: Universidad de Medellín; Sello Editorial Universidad de Medellín; Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina. Ediciones CIESPAL, Corporación para la Comunicación Ciudad Comuna; Corporación Pasolini en Medellín; Corporación Con-vivamos, 2016. (2016a).
- ARAÚJO, Henrique Oliveira de. Presenças em transformação: a potência formativa da educomunicação popular e mestiça. *Dissertação (Mestrado profissional)*. Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, BA, 2016, 225 f.
- FAUNDEZ, Antonio; FREIRE, Paulo. Por uma Pedagogia da Pergunta. In: *Coleção Educação e Comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- REIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Extensão ou comunicação?* 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. Papel da educação na humanização. In: *Revista da FAEEBA*, Salvador, nº 7, jan/jun 1997.
- FREIRE, Paulo; GADOTTI, Moacir; GUIMARÃES, Sérgio. *Pedagogia: diálogo e conflito*. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 25ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____. *Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. 14ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer - Teoria e prática em educação popular*. 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 1993.
- GARCÉS MONTOYA, Ángela. Colectivos juveniles en Medellín: Configuración de las subjetividades juveniles vinculadas a la Comunicación Audiovisual participativa y comunitaria. *Tese (doutorado)*. Universidad Nacional de La Plata. Doutorado em Comunicação, La Plata, Argentina, 2015, 339f. Disponível em: <<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/49916>>. Acesso em: 21 jul. 2016.
- GARCÉS-MONTOYA, Ángela; JIMÉNEZ-GARCÍA, Leonardo Jimenez. *Comunicación para la movilización y el cambio social*, Universidad de Medellín; Sello Editorial Universidad de Medellín; Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina. Ediciones CIESPAL, Corporación para la Comunicación Ciudad Comuna; Corporación Pasolini en Medellín; Corporación Convivamos, 2016. (2016a).
- JARA HOLLIDAY, Oscar. Aportes de los procesos de Educación Popular a los procesos de cambio social. In: GUELMAN, Anahí; CABALUZ, Fabián; SALAZAR, Mónica (orgs.). *Educación Popular y Pedagogías Críticas en América Latina y Caribe: corrientes emancipatorias para la educación pública del Siglo XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2018. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181113022418/Educacion_popular.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2018.
- _____. *La sistematización de experiencias, práctica y teoría para otros mundos posibles*. San José, C. R.: Centro de Estudios y Publicaciones Alforja, CEAAL, Intermon Oxfam, 2012.

- JARA HOLLIDAY, Oscar. *El aporte de la sistematización a la renovación teóricas prácticas de los movimientos sociales*. S. Jose: Alforja, 1998.
- _____. *Para sistematizar as experiências*. S. José: Alforja, 1994.
- MALCANGI, Maria Bruna. *Territorios de Memoria*. El caso de Ciudad Comuna. 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado em Cooperação ao Desenvolvimento). Universitat Politècnica de València, València, 2018.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Saberes hoy: disseminaciones, competencias y transversalidades*. 2003. Disponível em: <http://www.conectadel.org/wp-content/uploads/downloads/2013/03/BARBERO_Saberes_hoy.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2018.
- MATOS, Ronaldo. Ronaldo Matos. In: VILHENA, Evelyn *et al.* *Você Repórter da Periferia: visões e vivências do jornalismo nas periferias*. São Paulo: FiloCzar, 2018.
- NIÑO VIRACACHÁ, Edward Alexander; JIMÉNEZ-GARCÍA, Leonardo. Retos de la Comunicación Comunitaria em Medellín. In: Universidad de Medellín *et al.* *La Comunicación haciendo escuela: memorias del proceso de Escuela de Comunicación Comunitaria 2013-2014*. Medellín: Universidad de Medellín, 2015.
- OTA, Daniela Cristiane. Mapeamento da mídia fronteira em Mato Grosso do Sul In: MOREIRA, Sonia Virgínia (org.). *Geografias da Comunicação: espaço de observação de mídias e de culturas*. São Paulo: INTERCOM, 2012. (Coleção Grupos de Pesquisa, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação; v. 3). Disponível em: <http://www.geografias.net.br/pdf/livros/colecao_gps_3.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2015.
- PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. In: *Revista Galáxia*, São Paulo, nº 17, p. 131-146, jun. 2009 (2009a). Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0716-1.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.
- _____. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária e as reelaborações no setor. In: *ECO-Pós*, v. 12, nº 2, maio-ago 2009, p. 46-61 (2009b). Disponível em: <http://revistas.uftj.br/index.php/eco_pos/article/view/947>. Acesso em: 28 mar. 2015.
- PINTO, María Cristina; JIMÉNEZ-GARCÍA, Leonardo. A manera de cierre: hallazgos e proyecciones. In: ACOSTA VALENCIA, Gladys L.; PINTO ARBOLEDA, María C.; TAPIAS HERNANDÉZ, César A. (orgs.). *Diálogo de saberes en comunicación: colectivos y academia*. Medellín: Universidad de Medellín; Sello Editorial Universidad

- de Medellín; Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina. Ediciones CIESPAL, Corporación para la Comunicación Ciudad Comuna; Corporación Pasolini en Medellín; Corporación Con-vivamos, 2016. (2016a).
- PINTO, María Cristina; JIMÉNEZ-GARCÍA, Leonardo. Estado de la cuestión em comunicación para el cambio. In: GARCÉS-MONTOYA, Ángela Garcés; JIMÉNEZ-GARCÍA, Leonardo Jimenez. *Comunicación para la movilización y el cambio social*, Universidad de Medellín; Sello Editorial Universidad de Medellín; Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina. Ediciones CIESPAL, Corporación para la Comunicación Ciudad Comuna; Corporación Pasolini en Medellín; Corporación Con-vivamos, 2016. (2016b).
- RIAÑO ALCALÁ, Pilar. Recuerdos metodológicos: el taller y la investigación etnográfica. In: *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas*, v. V, nº 10, dez. 2000, p. 143-168. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/316/31601008.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2018.
- ROMÃO, Lilian Cristina Ribeiro. *Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens, no Brasil*. 2016. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-08052017-110529/pt-br.php>. Acesso em: 30 jan. 2019.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 78, 2007, p. 3-46. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/753#quotation>>. Acesso em: 24 nov. 2018.
- SARTORI, Ademilde Silveira; SOARES, Maria Salete Prado. *Concepção dialógica e as NTICs: a educomunicação e os ecossistemas comunicativos* (2005). Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/86.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- SAUL, Ana Maria. Paulo Freire na atualidade: legado e reinvenção. In: *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 14, nº 01, p. 09-34, jan./mar.2016, e-ISSN: 1809-3876. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>>. Acesso em: 03 out. 2017.
- SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edson. Educomunicação, do movimento popular às políticas públicas: o percurso acadêmico de Ismar de Oliveira Soares. In: *Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación*, v. 14, nº 26, p. 238-247, 2017. Disponível em: <www.alaic.org/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/927>. Acesso em: 26 dez. 2017.

Juliana Salles de Souza

SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edson; XAVIER, Jurema Brasil. *Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural*. São Paulo: ABPEducom, 2017. Disponível em: <<http://www.abpeducom.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Livro-Educom-pagina-a-pagina.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Educomunicação, o conceito, o profissional, a aplicação*. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOMOS TERRITORIO: *Cuerpos, relatos y ciudad*. Medellín, 2016.

SOUZA, Juliana Salles de. *Jornalismo de Quebrada e as Representações das Periferias Paulistanas*. Monografia (graduação). Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM). São Paulo, SP, 2015, 167f.

_____. Entre Quebradas e Comunas: Educomunicação popular e periférica em São Paulo e Medellín. *Dissertação (Mestrado)*. Programa Interunidades de Integração da América Latina. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 451f, 2019.

WALSH, Catherine. Estudios (Inter)Culturales en clave de-colonial. In: *Tabula Rasa*. Bogotá, Colombia, nº 12, p. 209-227, janeiro-junho 2010.

Bibliotecas a la calle: luchas sociales, políticas e intelectuales

Natalia Duque Cardona*

Introducción

Esta disertación se enmarca en la tesis doctoral *La incidencia de la biblioteca en la reducción de las desigualdades sociales: el caso del Sistema de Bibliotecas Públicas de la ciudad de Medellín a partir del Acuerdo 079 de 2010*, la cual tuvo como propósito, indagar por la incidencia de la biblioteca en las desigualdades sociales, a través de las prácticas LEO que en esta se implementan, con una intencionalidad recurrente a lo largo de la investigación: la generación de una propuesta bibliotecaria desde Abya-Yala, con perspectiva Sur¹.

El ejercicio investigativo contempló el desarrollo de un estudio analítico documental, a través del abordaje de la perspectiva histórica y contextual-territorial del surgimiento y desarrollo de la biblioteca, y los proyectos políticos y culturales a los que responde, en relación con sus funciones sociales, los lenguajes políticos y las prácticas LEO que en esta existen. Así como su vínculo con los mecanismos de desigualdad-igualdad que allí acontecen, y se encontraron, en el marco de sus funciones políticas o de ciudadanización algunas relaciones con la desigualdad social².

* Docente/Investigadora de la Escuela Interamericana de Bibliotecología de la Universidad de Antioquia
Doctora en Ciencias Humanas y Sociales. E-mail: natalia.duque@udea.edu.co

1. En palabras de Sousa Santos (2011), la perspectiva Sur es “el reclamo de nuevos procesos de producción, de valorización de conocimientos válidos, científicos y no científicos, y de nuevas relaciones entre diferentes tipos de conocimiento, a partir de las prácticas de las clases y grupos sociales que han sufrido, de manera sistemática, destrucción, opresión y discriminación causadas por el capitalismo, el colonialismo y todas las naturalizaciones de la desigualdad en las que se han desdoblado; el valor de cambio, la propiedad individual de la tierra, el sacrificio de la madre tierra, el racismo, el sexismo, el individualismo, lo material por encima de lo espiritual y todos los demás monocultivos de la mente y de la sociedad –económicos, políticos y culturales– que intentan bloquear la imaginación emancipadora y sacrificar las alternativas. En este sentido, son un conjunto de epistemologías, no una sola, que parte de esta premisa, y de un Sur que no es geográfico, sino metafórico: el Sur anti imperial” (p. 16).
2. Entendida para la investigación de acuerdo a la propuesta de Therborn, como “una diferencia que viola algunos supuestos normales (mundanos) de la igualdad (no necesariamente de manera explícita o evidente) (...) por tanto, las desigualdades son violaciones de los derechos humanos, que impiden a miles de millones de personas alcanzar un desarrollo humano pleno (2015, p. 49).

De otro lado se examinó, mediante el método de estudio de caso, la Política Pública en materia de Lectura, Escritura y Oralidad en Medellín, a partir del Acuerdo 079 de 2010, en relación con las funciones sociales de la biblioteca y su relación con la desigualdad social, específicamente a través de sus prácticas LEO, es decir, a la luz de los planes de lectura que ha tenido el municipio.

El estudio de caso se contó con la participación de doce³ bibliotecas pertenecientes al Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín, ubicadas en las zonas Noroccidental, Nororiental, Centro-oriental, Centro-occidental y en dos corregimientos del municipio. De estos espacios bibliotecarios se contó con la participación de doce gestores de Fomento a la Lectura con quienes se realizaron entrevistas semiestructuradas, setenta y dos lectores con quienes se realizaron talleres (grupos focales) y cinco coordinadores a quienes se les aplicó una encuesta. Además, se contó con la participación de siete organizaciones pertenecientes al Comité Interinstitucional de Lectura y Escritura de la ciudad, órgano asesor de la política pública. El trabajo de campo, se realizó durante el período 2016-2018.

Lo que presenta esta ponencia, es una reflexión derivada tanto de los análisis y propuestas teóricas como de los aprendizajes surgidos en el desarrollo del estudio de caso del Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín, el cual es un caso emblemático de desarrollo bibliotecario en América Latina, una vez que éste evidencia la transformación que Medellín ha experimentado a lo largo de las últimas tres décadas, pasando de una enorme ola de violencia en la década de los noventa del siglo XX a la paulatina construcción de espacios culturales a comienzos del siglo XXI, que van en procura de la reconstrucción y resignificación, sobre todo simbólica, de los territorios y las comunidades. Lo anterior, se ha consolidado en una política pública que a través del trabajo colaborativo de actores individuales e institucionales ha aportado al desarrollo de la región, tal como lo plantea el CERLALC en su publicación *La contribución de las bibliotecas públicas al desarrollo de los países: hacia una agenda de investigación* (2012).

Durante el análisis de la información se derivaron diversas intencionalidades de la biblioteca en relación con sus funciones sociales, en este artículo se exponen las políticas y/o de ciudadanía dadas en el dispositivo cultural y relacionadas con la desigualdad social; las cuales están intrínsecamente vinculadas con las luchas sociales, políticas e intelectuales que la biblioteca y sus actores encaran día a día.

3. Biblioteca Pública Fernando Gómez Martínez, Biblioteca Pública Granizal, Biblioteca Pública Popular n° 2, Biblioteca Pública Escolar Santa Cruz, Parque Biblioteca Doce de Octubre, Parque Biblioteca España, Parque Biblioteca la Quintana, Parque Biblioteca San Cristóbal, Parque Biblioteca San Javier, Parque Biblioteca la Ladera, Parque Biblioteca San Antonio de Prado y Biblioteca Pública el Limonar.

Biblioteca como dispositivo cultural

El desarrollo de las funciones políticas y/o de ciudadanía, implica la comprensión de la biblioteca como un dispositivo cultural, que en términos de Deleuze (1990) es una especie de ovillo o madeja (...) en el cual las categorías de saber, poder y subjetividad están presentes. Desenmarañar las líneas de un dispositivo, implica en cada caso levantar un mapa, cartografiar, recorrer tierras desconocidas, lo que Foucault llama el “trabajo del terreno”, en términos de éste los dispositivos son máquinas para hacer ver y para hacer hablar, y en general está compuesto de dos dimensiones: curvas de visibilidad y curvas de enunciación. (p.155)

En términos foucaultianos, los dispositivos se materializan en estrategias, tecnologías y tácticas de dominación, elementos observables en la biblioteca en su relación con el lenguaje (la lectura, la escritura y la oralidad). Las estrategias corresponden a los Planes de Lectura, Escritura y Oralidad, los cuales son generalmente una táctica de planificación estatal que orienta los propósitos de acuerdo a las necesidades y demandas propuestas internacionalmente, como el caso de los Planes de Educación o la Agenda de Desarrollo Sostenible de 2030. Así, las tecnologías de poder corresponden a las prácticas planteadas en las estrategias o planes. Y las técnicas de dominación, presentes en la biblioteca se refieren a los mecanismos de desigualdad existentes en las prácticas de lectura, escritura y oralidad.

Las tecnologías de poder se componen, tanto del material empírico: de la práctica, como de los discursos en que se fundan, particularmente los lenguajes políticos de la lectura (Álvarez 2013). Estos pueden considerarse una tecnología de poder, al ser elementos que sustentan ciertos discursos políticos (neoliberalismo) y económicos (capitalismo) en relación con el propósito de las prácticas de lectura y escritura. Lenguajes que inciden en cada uno de los actores que componen la sociedad y, a su vez, a las prácticas que estos realizan, visibilizando o invisibilizando los sujetos, recursos, servicios, programas, etc.

En general, por supuesto hay excepciones, los lenguajes políticos se han instalado en las bibliotecas y han desarrollado el dispositivo y sus prácticas bajo una mirada tradicional una vez que han implicado el desarrollo de servicios, colecciones y prácticas desde una perspectiva hegemónica, es decir, que se ha recurrido a marcos analíticos y de acción que no corresponden a la lógica y dinámica de las comunidades latinoamericanas, sino a la reproducción de modelos eurocéntricos y anglosajones.

Estos elementos del dispositivo, en relación con las categorías de saber, poder y subjetividad están presentes en las colecciones, en general, de la cultura escrita que alberga la institución, las cuales dan cuenta de elecciones asociadas a un canon que establece qué debe disponerse en los anaqueles, que deben leer hombres y mujeres; cualquier material fuera de este canon no hace parte de la biblioteca. Así mismo, las

categorías se evidencian en las prácticas de lectura y escritura desarrolladas en el campo bibliotecario, donde la oralidad ha sido un correlato del lenguaje ausente; tan solo hasta el último lustro comienza a dar asomos en la biblioteca.

Tanto las colecciones como las prácticas y servicios bibliotecarios son las curvas de visibilidad de la biblioteca, puesto que las curvas de enunciación, los lenguajes políticos, subyacen en el ambiente y no se hacen explícitas hasta tanto no se les nombra. Estas últimas son particularmente las ideas que tenemos acerca de la biblioteca y las funciones que desempeña, plasmadas en las políticas públicas que respaldan la biblioteca; en Planes Municipales y Nacionales de Lectura y Escritura, en Políticas públicas.

Las curvas de visibilidad se observan en lo que Foucault propone, al concebir el dispositivo como red. De acuerdo a Deleuze (1990) “es un conjunto decididamente heterogéneo, que comprende discursos, instituciones, instalaciones arquitectónicas, decisiones reglamentarias, leyes, medidas administrativas, enunciados científicos, proposiciones filosóficas, morales, filantrópicas. El dispositivo es la relación de saber-poder en que se encuentra inmersa una organización” (p. 158).

De este modo, hay una relación de saber-poder en la ciencia bibliotecológica fundada en una idea de biblioteca tradicional que ha desconocido la perspectiva progresista de la bibliotecología, aunque en realidad social hoy existan propuestas vanguardistas que están mucho más cerca de alternativas “otras” y con ello a la posibilidad de pensar una institución consonante con las comunidades. Particularmente las funciones políticas y/o de ciudadanía en el dispositivo pretenden una toma de conciencia social a través de las prácticas y procesos que en la biblioteca se gestan en busca de la formación política, de la asunción de una ciudadanía, del empoderamiento de hombres y mujeres.

Es así como las funciones políticas y/o de ciudadanía han permitido entenderla como: *órgano de control y regulación del orden social* (Guerrero, Salamanca y Torres 2012 y Urbizagástegui (1992)), *Agencia para la construcción de la vida pública* (Toro Peña 2014), y como *Aparato ideológico* Meneses Tello (2008).

Funciones políticas y/o de ciudadanía

La dimensión política de la biblioteca y sus tecnologías de poder: lectura, escritura y oralidad cobra vida en relación con los modos en que el dispositivo cultural ha contribuido a la formación de diversas ciudadanía y en los aportes que ha realizado a mantener y promover proyectos de sociedad que responden a proyectos culturales y políticos a lo largo de la historia. En el caso de las funciones políticas y/o de ciudadanía, en Medellín se plantean cuatro derivadas de la investigación:

construcción de la vida pública, articulación ciudadana, formación ciudadana, bienestar de desarrollo y capital social y control y manutención del orden social.⁴

a. *Construcción de la vida pública.* Como alternativa que posibilita la juntanza, el encuentro de individualidades en comunidades, en colectivos, que generan alternativas para la vida a través del lenguaje (GRUBE)⁵, en espacios como los clubes de lectura, tertulias, entre otros. Así en el Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín esta intención está vigente en las prácticas LEO una vez la biblioteca se consolida como un “espacio para el encuentro, la generación de vínculos, el reconocimiento de las diferencias que no nos separan” (Biblioteca Pública NOR⁶).

Un lugar para el encuentro que implica estar con el otro y construir colectivamente, contar con espacios destinados a la conversación, al esparcimiento fuera del núcleo social primario. En el sistema de bibliotecas la construcción de la vida pública se da mediante la posibilidad de generar vínculos con otros, del reconocimiento de la comunidad, del trabajo solidario que va forjando y fortaleciendo un tejido social. Es como si “la biblioteca llega y se instala y brinda un espacio de respiro, un espacio de tranquilidad, entonces la gente encuentra ahí un espacio para abrirse y compartir” (Biblioteca Pública NOR).

b. *Articulación Ciudadana.* Esta función política y/o de ciudadanización parte de un propósito de cooperación, considerando la articulación como uno de los pilares que ha permitido la consolidación de la política pública en Medellín y su Sistema de Bibliotecas. El hecho de la articulación se evidencia, por ejemplo, en la creación de un Comité Interinstitucional el cual ha congregado actores individuales e institucionales alrededor del trabajo con el lenguaje, y es órgano asesor de la política pública. Es así como el Comité ejemplifica cómo una política pública se construye a partir de la

4. En el estudio de caso se contó con la participación de doce bibliotecas públicas de Medellín pertenecientes al Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín, ubicadas en las zonas Noroccidental, Nororiental, Centro-oriental, Centro-occidental y en dos corregimientos del municipio. La citación usada para las entrevistas realizadas en las bibliotecas usó la siguiente notación: 1) Biblioteca Pública NOR. Bibliotecas del Estudio de Caso Zona Noroccidental de Medellín (Biblioteca Público Escolar Popular n° 2, Biblioteca Pública Escolar Granizal, Parque Biblioteca España. Santo Domingo, Biblioteca Público Escolar Santa Cruz). 2) Biblioteca Pública NOC. Bibliotecas del Estudio de Caso Zona Nororiental de Medellín (Parque Biblioteca Doce de Octubre, Biblioteca Público Barrial Fernando Gómez Martínez, Parque Biblioteca Tomás Carrasquilla. La Quintana). 3) Biblioteca Pública CO. Bibliotecas del Estudio de Caso Zonas Centro Oriental y Centro Occidental de Medellín (Parque Biblioteca León de Greiff. La ladera, Parque Biblioteca Presbítero José Luis Arroyave. San Javier) y 4) Biblioteca Pública COR. Bibliotecas Corregimentales del estudio de caso (Parque Biblioteca Fernando Botero. San Cristóbal, Parque Biblioteca José Horacio Betancur. San Antonio de Prado, Biblioteca Público Corregimental El Limonar).

5. Ideas propuestas por GRUBE (Grupo de Bibliotecas Escolares) durante el trabajo de campo en el año 2017.

6. Ideas propuestas por las Bibliotecas de la Zona Nororiental del Municipio de Medellín participantes del estudio de caso durante los años 2017-2018.

convergencia de acciones y recursos, en procura de un bien común, los ciudadanos, la ciudad.

c. *Formación ciudadana*. En el Sistema de bibliotecas, este propósito, ha estado centrado en procura de la formación de hombres y mujeres críticos, en pleno desarrollo de su autonomía y potestad de participación, discernimiento y transformación de su territorio y de ellas mismas. Las Bibliotecas Públicas NOC⁷ plantean en relación con este propósito que su labor se enfoca en el trabajo que conlleva a la formación de “personas autónomas que conozcan de sus derechos y deberes, sujetos capaces de reconocer las diferencias con los otros, que tengan capacidad de decisión y por supuesto respeto hacia las diferencias. Sin embargo, falta trabajar un poquito más, ese asunto del respeto por el otro, de comprender las situaciones y las condiciones de los demás”

Así la formación de ciudadanía busca no solo el empoderamiento en términos políticos, sino también alternativas que vayan en procura de la generación de relaciones solidarias, cooperativas y respetuosas, y en el caso de la biblioteca con una profunda convicción de servicio, de vincularse y asirse como parte integral de un colectivo, lo que desemboca en una ciudadanía comunitaria.

d. *Controlar y mantener el orden social*. En el marco de las funciones políticas, la formación de ciudadanía y el empoderamiento, el dispositivo cultural -biblioteca- contribuye con estrategias para mantener el orden, el control y mantenimiento de la sociedad. Uno de los elementos que, en esta función social, es tal vez el más silencioso, es la importante apuesta del fortalecimiento de la institucionalidad, lo cual ha llevado a plantear las bibliotecas públicas como un proyecto gubernamental y no social. Esto ha implicado intenciones por una coordinación que responda a proyectos políticos y culturales determinados, incluso a planes de gobierno, conllevando acciones de por sistematizar y centralizar las diversas iniciativas surgidas en materia de lectura, escritura y oralidad. lo cual repercute en mayor control y dirección estatal, en convertir a las bibliotecas en aparatos ideológicos al servicio de un plan de gobierno y no del bien común.

Y de otro lado, esa función de control implica formalizar un tipo de ciudadanía, una cuidadosa de la tradición y conservadora de una herencia ilustrada, lo cual mantiene y reafirma el capital cultural, llegando incluso a generar mecanismos de exclusión de recursos, servicios y sujeto.

e. *Bienestar desarrollo y capital social*. Finalmente, este propósito plantea una relación directa entre el acceso a la información y el desarrollo de estas prácticas entre la población y el mejoramiento de la calidad de vida de los habitantes. A este fin

7. Ideas propuestas por las Bibliotecas de la Zona Noroccidental del Municipio de Medellín participantes del estudio de caso durante los años 2017-2018.

subyace el postulado de que elevar los niveles de lectura y escritura en la ciudad es una manera de generar desarrollo social en las comunidades. Propósito político que justifica la necesidad de las LEO como prácticas asociadas con el progreso y desarrollo.

Cinco intencionalidades diversas que en la biblioteca coexisten, una vez no son disímiles y lo que hacen es fortalecer el dispositivo en virtud de la potenciación de su dimensión política y el relacionamiento con la sociedad. En el caso de las bibliotecas públicas en Medellín, y de la ciudad, el avance en materia de funciones sociales y/o de ciudadanización ha sido variopinto e indudablemente significativo en el último lustro, dando lugar a alternativas cada vez más plurales como lo son las acciones colectivas y afirmativas, como el hecho de considerar el proyecto bibliotecario un proyecto de sociedad, de ciudadanía el cual debe preservarse y mantenerse, independiente de los proyectos de gobierno.

La biblioteca como acción afirmativa: Parque al barrio y 1500 razones por la Biblioteca

En el marco de estas funciones políticas y/o de ciudadanización que buscan la toma de conciencia social a través de las prácticas y procesos que en la biblioteca se gestan, tiene cabida la acción colectiva, pues es a partir de esta que un proyecto bibliotecario como el Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín o la Red Nacional de Bibliotecas se posicionan como proyectos de sociedad de ciudadanías y no de proyectos gubernamentales o de la empresa privada.

Alzate Zuluaga (2012) propone que “las acciones colectivas son expresiones visibles de una orientación política, ya sea en defensa del establecimiento político y económico imperante o en protesta, resistencia u oposición, a ese orden social establecido. Estas manifestaciones colectivas pueden ser interpretadas desde el reconocimiento del carácter multidimensional de la acción colectiva y la complementariedad de aspectos de análisis para su conocimiento, tales como el origen de las acciones colectivas y las movilizaciones sociales, la lógica de acción que las ha orientado, la forma organizativa adquirida y el impacto obtenido con la acción, la autodefinition de los actores sociales, el modo como han logrado actuar conjuntamente y mantenerse ya sea frente a sus adversarios o en un proyecto de movilización social sostenido frente a la sociedad hegemónica.” (p.117)

En el caso de Medellín, la biblioteca pública se ha ido gestando como una acción colectiva en cuanto se ha mantenido, durante su existencia, la insistencia de que sea la comunidad quien se apropie del proyecto bibliotecario, le de vida y sobre todo lo cargue de sentido. Es así como la comprensión de la biblioteca, como dispositivo cultural no sólo limitado a la infraestructura, ha permitido acciones afirmativas en procura de disminuir la desigualdad social. Si bien, el análisis del material empírico es un ir y venir en acciones hechas y faltantes, en recursos existentes y deseables, es

claro que la biblioteca, tiene un sentido simbólico y una fuerte incidencia en los territorios, como es el caso del SBPM a nivel municipal y de la Red Nacional de Bibliotecas Públicas a nivel de país.

Un caso emblemático en el Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín es el surgimiento de Parque al Barrio como respuesta a las fallas estructurales que presentó el Parque Biblioteca Santo Domingo

“esta iniciativa surge como una posibilidad después del cierre de la infraestructura del edificio del Parque Biblioteca Santo Domingo. El edificio funcionó durante siete años largos y en el 2015 se cierra definitivamente. Antes de ello se fueron realizando cierres paulatinos, de espacios, tratando de mantener vivo el funcionamiento al interior y batallando con lo que pasaba administrativamente en términos de la infraestructura y además con los medios de comunicación, pues estos influyeron de manera muy directa en el imaginario de la comunidad usuaria del parque, pues todo lo que nosotros tratábamos de defender y mantener abierto los medios lo destruyeron diciendo que el parque se iba a caer” (Aguirre y Ortiz, 2018).

Esta experiencia y propuesta, ha sido documentada en artículos como Parque al Barrio: la biblioteca itinerante de Medellín (Espejo, N. 2018), y es un vivo ejemplo de la potencia que tiene pensar la biblioteca en colectivo

“el asunto es que como equipo tuvimos que pensar en una propuesta para que el parque no cerrará, entonces nos dijimos ¿Cómo salir? ¿Qué actividades comenzar a desarrollar afuera? Y comenzamos a buscar... si bien teníamos unos contactos con unas organizaciones, este fue un momento decisivo, el inicio de lo que hoy es Parque al Barrio, salimos a tocar puertas y a ver cómo instalarnos afuera. Surgieron actividades como la idea de centralizar el préstamo, con las instituciones educativas y luego se comenzó a abrir un camino para la formulación de lo que es hoy la iniciativa” (Aguirre y Ortiz, 2018).

Un poco a modo de crónica, dos de los integrantes de Parque al barrio nos permitieron conocer los sentidos de esta experiencia, sentidos que tejen con la potencia que la biblioteca tiene una vez que el dispositivo no se limita a una infraestructura, y sobre todo cuando es un proyecto de comunidad que se instala en el territorio gracias a un trabajo mancomunado, cooperativo y solidario

“encontramos el diálogo en la comunidad. Así las cosas, comenzamos a establecer un diálogo con organizaciones de base y colectivos los cuales se volvieron el punto partida de Parque al Barrio y de toda la propuesta de itinerancia (...) Así que nos vimos en la necesidad de aprender a estar en la calle, esa que no habíamos caminado, esa donde debimos aprender ciertos protocolos. Por ejemplo, para estar en el parque había que leer y responder a preguntas como ¿con quién hablar para estar en el parque?, ¿cuáles son las lógicas de ese parque? casi que pedirle permiso a la comunidad para estar allí, y eso fue lo que hicimos” (Aguirre y Ortiz, 2018).

Esta experiencia viva ha permitido y generado posibilidades múltiples de comprensión de la biblioteca más allá de su institucionalidad o dimensión organizativa, vinculadas directamente con el tejido social, con la colectividad. Entendimos y reafirmamos que la biblioteca es más que las paredes, la biblioteca son los vínculos, las representaciones, los imaginarios que surgen en el diálogo con las personas, esto es lo que nos permitió encontrarnos con la comunidad y comenzar a tejer lazos. Así la comunidad se dispuso a que llegáramos a sus espacios, a sus salas, a sus cocinas, a sus cuartos.

Parque al Barrio se ha constituido como una acción colectiva, pues es la comunidad quien ha dado lugar y legitimidad a la propuesta, en otras palabras, la iniciativa ha posibilitado, como lo hacen las acciones afirmativas “reconocer que existen diversos lugares de enunciación y comprensión del mundo, diferentes a los hegemónicos” (Duque, 2017, p.15), ha posibilitado la reconfiguración de idea de biblioteca no sólo en el SBPM sino en la academia, en el mundo social. Y sobre todo ha implicado una reconfiguración y valoración del valor comunitario en las prácticas bibliotecarias. El reto y meta que tiene la biblioteca, el dispositivo cultural en términos de la desigualdad-igualdad que puede promover implica el constituirse como un dispositivo que tenga sentido para un colectivo, para la comunidad, para el contexto y sus sujetos, más que como un aparato al servicio del estado. Así la biblioteca dará un paso de la acción colectiva a la afirmativa y se enfocará directamente en contribuir a la disminución de las desigualdades sociales.

Además de experiencias como la de Parque al Barrio, hoy la biblioteca pública en Colombia está más viva y palpitante que nunca, este hecho se evidencia en la movilización ciudadana, el trabajo colectivo y la defensa de estos dispositivos culturales como espacios para la memoria, la vida y la cultura.

Tan solo finalizando el 2018, estuvo amenazada una de las infraestructuras culturales más importantes de Colombia, La Red Nacional de Bibliotecas Públicas, compuesta por 1500 bibliotecas, debido a un riesgo inminente de desfinanciación consecuencia de la propuesta de Reforma Tributaria del actual gobierno. Como respuesta a este amedrentamiento se hizo explícita la necesidad de juntanza a lo largo y ancho del país y como por arte de magia la acción colectiva surgió.

“En tiempo récord, bibliotecarios, bibliotecólogos y amigos de las bibliotecas, se organizaron, planearon acciones conjuntas en todo el territorio colombiano como respuesta a los riesgos que las Bibliotecas Públicas del país enfrentan hoy frente al proyecto de Ley de Financiamiento. La mezcla de lo popular, lo público y lo institucional formaron una amalgama de creatividad, tesura e improvisación apasionante: Carta Abierta al Presidente de la República y al Ministro de Hacienda, La campaña 1500 Razones BP, la marcha del 28 de noviembre, memes, entradas de blog, videos informativos, columnas de opinión, diálogo con diferentes medios de comunicación y

Natalia Duque Cardona

un largo etcétera que da cuenta de la capacidad y fuerza que tiene batallar con amor, ideas claras, respeto y en comunidad” (Bibliotecas A La Calle, 2018).

A través de diversas estrategias se dio a conocer a la opinión pública, a la ciudadanía más de 1500 razones para que las bibliotecas sigan siendo prioritarias en la disminución de las desigualdades sociales, así la acción colectiva pasó a convertirse en una acción afirmativa y se logró mantener la financiación para este sector.



Imágenes: Campaña #SOSBibliotecaPública #1500RazonesBP

Fuente: Bibliotecas A La Calle

“Celebramos esta noticia, pero el verdadero agasajo es para los maestros, bibliotecólogos, bibliotecarios, universidades, ciudadanos, gestores culturales, promotores de lectura y para toda la sociedad que se revistió de coraje, pese al temor que en muchos generaba salir a marchar en un país como Colombia. Quienes nos movilizamos en Defensa de la Biblioteca Pública, lo hicimos porque creemos firmemente que la cultura y la educación no son negociables y por tanto, no pueden ser el apéndice en los planes de gobierno, cuando pensar en un proyecto bibliotecario para el país, implica pensar en la cultura, en la educación y en la información como aporte permanente al desarrollo social y comunitario, y como una oportunidad para disminuir las brechas de desigualdad social y generar los ambientes de paz que este país con tanta urgencia necesita” (Bibliotecas A La Calle, 2018)

Bibliotecas a la calle: luchas sociales, políticas intelectuales



Imagen: Marcha #SOSBibliotecaPública #1500RazonesBP

Fuente: Bibliotecas A La Calle

En Colombia, en Medellín, la biblioteca ya es una acción colectiva y camina día a día entre luchas sociales, políticas e intelectuales, que da toda la sociedad, sin distinción, para ser una acción afirmativa.

Bibliotecas A La Calle

Y en ese camino hacia las acciones afirmativas un grupo de jóvenes, hombres y mujeres inquietas deciden congregarse y reunirse para el trabajo comunitario que permita fortalecer la cultura, la educación, la información y las bibliotecas, constituyendo un colectivo que tiene sus inicios en la Escuela Interamericana de Bibliotecología de la Universidad de Antioquia como parte del proceso que se viene gestando a nivel nacional entorno a la defensa las bibliotecas, museos, archivos, centros de documentación, entre otros, y entre los que se resalta el trabajo de otros colectivos como REBIPOA y Bibliotecarios Al Senado.

Natalia Duque Cardona



Imagen: Plantón en Defensa de Biblioteca Comunitaria Simón El Bolívar, Bogotá.

Fuente: Bibliotecas A La Calle

Bibliotecas A La Calle está compuesto por usuarios, bibliotecarios, estudiantes y bibliotecólogos de diversos lugares del país, que buscan que las bibliotecas, la información, la cultura y la educación puedan ser consideradas en el contexto de las acciones afirmativas. El colectivo surge y se consolida tras varios hechos sucedidos en la ciudad de Medellín en relación con la cultura y las bibliotecas en los últimos años, como el cierre de las bibliotecas públicas del Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín en época de vacaciones en el 2016, la disminución de horarios en la Casa de la Lectura Infantil y Parque Biblioteca Belén y los problemas estructurales en algunas de las infraestructuras bibliotecarias de la ciudad. Entre las acciones que han realizado están:

- Campaña en pro de la defensa de la disminución de horarios en algunas Bibliotecas Públicas de Medellín. Este acción colectiva realizó entre otras acciones: Carta abierta al Alcalde de Medellín, suscrita por 2462 personas, rechazando la disminución de horarios en las bibliotecas públicas, Espacio de diálogo ciudadano el 10 de agosto de 2018 con la Administración Municipal y la Caja de Compensación Familiar Comfenalco Antioquia, para conocer las razones de la disminución de horarios en la Casa de la Lectura Infantil y el Parque Biblioteca Belén, Twitteraton en favor de la normalización de los horarios en la Casa de la Lectura Infantil y Parque Biblioteca Belén con el hashtag

Bibliotecas a la calle: luchas sociales, políticas intelectuales

#BibliotecasAbiertas, Encuentro el 14 de septiembre de 2018 con agremiaciones, cajas de compensación, bibliotecarios, academia y ciudadanía para consolidar una ruta de trabajo en el campo de la cultura y la educación en pro del fortalecimiento del sector.

Campaña en Defensa de la Biblioteca KdeK de la Casa de la Cultura Santander, en Medellín, Antioquia

Campaña en defensa de la Red Nacional de Bibliotecas Públicas del País. S.O.S Bibliotecas Públicas

Desarrollo de Mesas Territoriales Nacionales por una política pública de Bibliotecas Escolares para Colombia

Participación en V Jornada Mundial de Lectura Al Aire Libre con la Mesa de Bibliotecas de Medellín, Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín, Biblioteca Pública Piloto, Alcaldía de Medellín, Opción Hoy, Casa Museo Luis Alberto Álvarez

Brigadas Bibliotecas Voluntarias BAC con apoyo de la Escuela Interamericana de Bibliotecología de la Universidad de Antioquia

Escuela Itinerante BAC con apoyo de la Escuela Interamericana de Bibliotecología de la Universidad de Antioquia, la Red de Arte y Cultura del Valle de Aburrá y la Colectiva La Enjambre

Participación en el Comité Interinstitucional de Lectura del Plan Municipal de Lectura, Escritura y Oralidad del Municipio de Medellín

Apoyo en defensa de la Biblioteca Simón el Bolívar

Miembro del Comité Académico de la Sociedad Latinoamericana de Estudios Interculturales -SOLEI- en la organización del III Congreso Internacional “Acciones emergentes para descolonizar los territorios amenazados de Abya-Yala, América Latina y el Caribe” U séeb ts’aatáanta’al bix u k’éexel u kuxtal kaajo’ob yano’ob ichil sajbe’entsil. Específicamente en el Área Temática 10. Memorias y prácticas contrahegemónicas en Abya-Yala: Bibliotecas, Museos y Archivos como espacios de resistencia. Lectura, escritura y oralidad como tecnologías de emancipación.

A la fecha, el Colectivo se proyecta en un trabajo a mediano plazo recurriendo a metodologías provenientes de la educación popular para ponerlas a disposición de las bibliotecas y la Cultura, en ejercicios y estrategias como Brigadas bibliotecarias y Escuelas Itinerantes. Los retos y desafíos que hoy enfrenta particularmente están ligados con el devenir de su trayectoria social en términos políticos e intelectuales

Natalia Duque Cardona

favoreciendo la colectividad, y pensándose como un actor político para lo cual ha fundamentado su trabajo en la teoría de la colectividad propuesta por el pedagogo ruso Antón Makarenko y en la teoría de las acciones afirmativas.



Imagen: Brigadas Bibliotecarias BAC en Nueva Jerusalén, Municipio de Bello

Fuente: Bibliotecas A La Calle

Basados en el respeto, la autonomía, la libertad y la colaboración, y entendiendo que “La alfabetización no se refiere únicamente a la capacidad de leer y escribir correctamente, sino que se relaciona fundamentalmente con formas de ignorancia política e ideológica que operan como negativa a conocer los límites y consecuencias políticas de la propia visión del mundo.” Como lo propone Henry Giroux el colectivo traza sus trayectorias políticas e intelectuales bajo la premisa de considerar las bibliotecas como dispositivos culturales que bien pueden servir para mantener un control social y político alienante, o para posibilitar la emancipación ideológica y material de la sociedad. Apostando por la segunda opción so pesar de los retos que debe afrontar. Sus formas de ser y pensar están consignadas en sus manifiestos⁸.

Bibliotecas A la Calle, ha sido y es un trabajo sin tregua, sin espera un caminar por luchas políticas e intelectuales que ha implicado disponer las tecnologías de poder (LEO) bajo una intención emancipadora para todos y todas y sobre todo dinamizar las funciones políticas y/o de ciudadanía de las bibliotecas, de sus lectores, usuarios

8. Manifiesto 1. La razón de nuestra existencia y caminar, Manifiesto 2. Por la defensa de las bibliotecas, Manifiesto 3. Nuestros principios. Disponibles en: <http://www.bibliotecasalacalle.org/publicaciones/>

y por supuesto de quienes están ausentes de estos espacios. Para ello ha dispuesto de espacios, nombrados como destacamentos⁹, que responden a un programa de acción, trabajo y exploración bibliotecas desde Abya-Yala: sociedades y culturas en perspectiva Sur, lo cual implica no sólo organizarse para la acción y defensa, sino bajo metodologías de grupo de estudio, y ciclos temáticos que fundamentan su hacer.

Así, los destacamentos se aproximan a la acción social de modo tal que las coyunturas y preguntas que surjan en el campo de la cultura, la educación, la información y las bibliotecas, puedan descentrarse de un matriz eurocéntrica y se vinculen con la localidad, los territorios y las comunidades, dando lugar a la consolidación y desarrollo dinámico, que caracteriza a cualquier disciplina científica y que está sintonía con la realidad. En otras palabras, el programa a partir del cual se plantean los destacamentos está en procura del fortalecimiento de las funciones sociales de la Biblioteca, de la consolidación de las LEO como tecnologías para la libertad, de la formación de ciudadanos comunitarios-cooperantes y de la instalación de acciones afirmativas en favor de la cultura, la educación, la información y las bibliotecas.

Las Ciencias Humanas y Sociales, la bibliotecología, la biblioteca y muchos otros dispositivos culturales tienen un reto fundamental en Latinoamérica, congregarse a acompañar los procesos sociales hoy amenazados, a salvaguardar la memoria y no permitir una única historia, a abrazar y salvaguardar la dignidad y los espacios culturales que en cada territorio se han conseguido. Hoy el llamado a la investigación, la academia y los investigadores es salir a la calle, a descentrarse de sus micro mundos a tejer en colectivo y a fortalecer la sociedad latinoamericana que hoy se encuentra en una permanente amenaza, pues sus gobiernos están haciendo de los proyectos culturales, proyectos gubernamentales.

Así que tomando prestadas las palabras de Galeano en el Prólogo del libro *Memorias del Calabozo* “prohibida la boca, hablaban los dedos. Hablaban el lenguaje verdadero, que es el que nace de la necesidad de decir” Y hoy decimos que las luchas sociales, políticas e intelectuales están en la calle, y que si bien “la sociedad ha determinado lo que ha sido la biblioteca del pasado. es la sociedad la que determinará lo que será la biblioteca del futuro” Jesse Shera.

9. Cada destacamento cuenta con el nombre de uno de los referentes que hace parte de su fundamentación: a) Destacamento Ogan Chubarían: Bibliotecas, Memoria y Resistencia, b) Destacamento Alfredo Mires Bibliotecas, territorios y localidades, c) Destacamento Nancy Fraser Bibliotecas y Ciudadanías, d) Destacamento Margareth Egan Bibliotecas, lecturas, escrituras y oralidades, e) Destacamento Catherine Walsh Bibliotecas y poblaciones, f) Destacamento Rigoberta Menchú, Bibliotecas: entre lo popular y lo comunitario.

Referencias

- AGUIRRE, M. Y ORTIZ, J. Entrevista equipo parque al barrio, 2018.
- ALCALDÍA DE MEDELLÍN. Plan de Desarrollo: *Medellín es solidaria y competitiva 2008-2011*. Medellín: Alcaldía de Medellín. Recuperado de: <https://www.medellin.gov.co/irj/go/km/docs/wpcccontent/Sites/Subportal%20del%20Ciudadano/Nuestro%20Gobierno/Secciones/Publicaciones/Documentos/Periodico%20Compromiso/compromiso33lowres.pdf>, 2008.
- _____. *Plan Municipal de Lectura Medellín una ciudad para leer y escribir*. Medellín: Secretaría de Cultura, 2009.
- _____. *Plan Municipal de Lectura Medellín Lectura Viva*. Medellín: Secretaría de Cultura, 2012.
- _____. *Plan Ciudadano de lectura, escritura y oralidad, En Medellín tenemos la palabra*. Medellín: Secretaría de Cultura. Universidad de Antioquia, 2016.
- _____. Decreto 0917 de 2011 *Por medio del cual se adoptan los lineamientos de la política pública en materia de lectura y escritura para el Municipio de Medellín*. Recuperado de: <http://bibliotecamedellin.gov.co/content/uploads/sites/6/2015/07/Decreto-0917.pdf>, 23 de mayo de 2011.
- _____. *Acuerdo de voluntades*. Recuperado de: <http://bibliotecamedellin.gov.co/content/uploads/sites/6/2015/07/Acuerdo-de-Voluntades-Plan-Municipal-de-Lectura.pdf>, 11 de septiembre de 2009.
- _____. Acuerdo 079 de 2010. *Por medio del cual se adopta la política pública en materia de lectura y escritura para el Municipio de Medellín*. Recuperado de: <http://bibliotecamedellin.gov.co/plan-lectura/banco-de-recursos/>, 30 de noviembre de 2010.
- ÁLVAREZ ZAPATA, D. Lenguaje, memoria e información. En: IV Semana de la Palabra. Conferencia llevada a cabo en la instalación de *IV Semana de la Palabra*. Universidad de Antioquia, Medellín, 2018.
- ÁLVAREZ ZAPATA, D. & NARANJO GIRALDO, G. E. *Exploración de las relaciones entre la lectura, formación ciudadana y cultura política: una aplicación a las propuestas de formación ciudadana de las escuelas de animación juvenil (Medellín)*. (Tesis de maestría, Universidad de Antioquia). Recuperado de: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/colombia/iep/tesis/didier_alvarez/didier_alvarez.pdf, 2003.

- ARÉVALO, J. M. El patrimonio como representación colectiva: la intangibilidad de los bienes culturales. *Andes*, 23(2). Recuperado de: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1668-80902012000200001&lng=es&tlng=es, 2012.
- BIBLIOTECAS A LA CALLE. En defensa de la cultura, la educación y las bibliotecas S.O.S Bibliotecas Públicas. Recuperado de: <http://www.bibliotecasalacalle.org/bibliotecas-publicas/en-defensa-de-la-cultura-la-educacion-y-las-bibliotecas-s-o-s-bibliotecas-publicas/>, 2018.
- BOURDIEU, P. *Capital cultural, escuela y espacio social*. México: Siglo XXI, 1998.
- CHUBARIAN, O. *Bibliotecología General*. Cuba: Editorial Científico Técnica, 1976.
- DUQUE, N. La Red de Bibliotecas Rurales de Cajamarca: ¿una acción afirmativa? *Revista interamericana de bibliotecología*, 40(1), 13-26. Recuperado de: <https://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/323644/20784088>, 2017.
- DUQUE, N. Y MAZÓN, ZULETA, V. Bibliotecas y desigualdad social: Explorando el estado del arte. *Anales de Documentación*, 2018, vol. 21, nº 1. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.6018/analesdoc.21.1.289021>
- EGAN, M. *The library and social structure*. Londres: Clive Bingley, 1978.
- ESPEJO, N. Parque al Barrio: la biblioteca itinerante de Medellín (Colombia). *Mi biblioteca*, XIV (53), p. 88-93, 2018.
- FOUCAULT, M. *Vigilar y castigar*. México: Siglo XXI, 1975.
- _____. El sujeto y el poder. *Revista Mexicana de Sociología*, 50(3), 3-20. Recuperado de: <http://terceridad.net/wordpress/wp-content/uploads/2011/10/Foucault-M.-El-sujeto-y-el-poder.pdf>, 1988;
- FRASER, N. & HONNETH, A. *¿Redistribución o reconocimiento?* España: Morata, 2003.
- GALEANO, E. Prólogo. En: ROSENCOF, M. Y FERNÁNDEZ, E. *Memorias del Calabozo*. Madrid: Txalaparta, 2017.
- GUERRERO, J. A. R., SALAMANCA, Ó., & TORRES, P. M. Lectura y biblioteca pública: perspectivas sociales en el discurso de la modernidad. *Revista interamericana de bibliotecología*, 35(1), 7-16, 2012.
- LANDHEER, B. *Social functions of libraries*. New York: Scarecrow, 1957.
- RASTELI, A., & CAVALCANTE, L. Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. *Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, 43-58, 2014.

Natalia Duque Cardona

SHERA, J. *The library and society. Introduction to library science: basic elements of library service*. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1976.

THERBORN, G. *Los campos de exterminio de la desigualdad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.

URBIZAGÁSTEGUI A. El rol de las bibliotecas: un análisis de dos paradigmas sociológicos. *Investigación Bibliotecológica*, 6(12), 34-41, 1992.

O artista e sua importância na constituição de uma narrativa identitária para a comunidade LGBT

Luiz Roberto de Almeida*
Lucilene Cury**

Introdução

LGBT é a sigla utilizada para representar pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, travestis e transexuais. Diante da falta de consenso sobre as diferenças entre as denominações transgênero, travesti, transexual, ou qualquer outra denominação que se refira à transgeneridade, e da preocupação em não hierarquizar essas diferentes identidades, este trabalho utiliza o termo trans como forma de referenciar todas essas identidades não-cisgênero, com exceção somente em relação a pessoas não-binárias. Para saber quais são os sujeitos que compõem a comunidade LGBT é necessário entender a separação entre anatomia sexual, identidade de gênero e orientação sexual. Ao nascer, uma pessoa tem sua identidade de gênero (mulher ou homem) designada pela sociedade com base em sua anatomia sexual. Uma pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi designado é considerada cisgênero. Pessoas que não se identificam com o gênero atribuído, ou seja, sua identidade de gênero difere de sua anatomia sexual, são consideradas transgênero, transexuais ou travestis. Quem não se identifica com nenhum gênero ou se identifica com ambos é considerado não-binário. Uma outra questão é a orientação sexual. Quando uma pessoa se sente atraída sexualmente somente por outras com a identidade de gênero oposta, é heterossexual. Se há atração sexual somente por pessoas com a mesma identidade de gênero, ela é homossexual. E bissexual no caso da atração por ambos os gêneros. Existem ainda outras questões que englobam mais pessoas da comunidade, mas que não serão discutidas neste trabalho porque não entram no recorte dos sujeitos entrevistados na pesquisa de campo.

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). E-mail: luiz.rob@gmail.com

** Profa. Dra. Associada da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). E-mail: lucilene@usp.br

Com base na obra de Lacan, Stuart Hall (2014, 2015) e Woodward (2014) falam que nossas identidades são formadas por processos psíquicos e simbólicos do inconsciente.

Ela [a identidade] permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’. [...] Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento [...] ‘preenchida’ a partir do nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (Hall, 2015, p. 23-24).

Como argumenta Bauman (2005), ter uma identidade ou “portar uma identidade” é uma batalha constante, um objetivo, uma tarefa sem finitude de uma vida toda, em busca de pertencimento. Além disso:

A identificação é também um fator poderoso na estratificação, uma de suas dimensões mais divisivas e fortemente diferenciadoras. Num dos pólos da hierarquia global emergente estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária. No outro pólo se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, [...] e que no final se veem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros. [...] Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam (Bauman, 2005, p. 44).

A população LGBT é estereotipada, humilhada, desumanizada e estigmatizada até o nível mais violento possível. Excluída do convívio familiar, da escola e das demais instituições, abandonada pelo Estado e exposta à violência tanto psicológica quanto física, parte da comunidade LGBT não tem direito à identidade humana. Bauman (2005, p. 82) apresenta o conceito de identidade como “um grito de guerra usado numa luta defensiva: um indivíduo contra o ataque de um grupo, um grupo menor e mais fraco (e por isso ameaçado) contra uma totalidade maior e dotada de mais recursos (e por isso ameaçadora)”. Essa batalha fervorosa na busca por uma identidade, que aflige a todos os sujeitos na modernidade tardia, é vivenciada com muito sofrimento pela comunidade LGBT. Sujeitos trans, por exemplo, lutam uma guerra composta por batalhas de vários níveis, incluindo aquela representada pelo simples ato de sair de casa e se locomover. Sobreviver é uma vitória diária. A luta por identidade, por meio da busca por identificação e pertencimento a uma comunidade, vem do desejo de segurança e de abrigo. Este trabalho discute, portanto, o que pode ser feito para dar abrigo aos sujeitos da comunidade LGBT.

Referencial teórico

Como argumentam Silva (2014) e Woodward (2014), as afirmações das identidades não fariam sentido em um mundo homogêneo porque a identidade, assim como a diferença, é produzida a partir da diferenciação, é uma criação social e cultural. “A

identidade é simplesmente aquilo que se é [...] A diferença é aquilo que o outro é” (Silva, 2014, p. 74). Esse processo de diferenciação faz parte de relações de poder que visam criar hierarquias sociais e culturais. Afirmar identidades e apontar diferenças faz parte da disputa pelos recursos simbólicos e materiais da sociedade. Quem detém o poder da diferenciação detém também o privilégio de classificar. No que tange às questões de gênero e sexualidade, no processo histórico, a cisgeneridade e a heterossexualidade foram normalizadas. Elas não são uma identidade, são a identidade “natural”, desejável, o parâmetro a partir do qual as outras identidades foram classificadas como diferentes e hierarquizadas em níveis abaixo da norma. “É a sexualidade homossexual que é ‘sexualizada’, não a heterossexual” (Silva, 2014, p. 83).

A construção da identidade normalizada se dá a partir do apontamento das diferenças à norma. A diferença é sustentada pela exclusão. Trata-se de um processo de criação de fronteiras dos que pertencem e dos que não pertencem. Identidade e diferença são, portanto, codependentes. “A mesmidade (ou a identidade) porta sempre o traço da outridade (ou da diferença)” (Silva, 2014, p. 79). A construção da identidade cisgênero heterossexual depende, portanto, da exclusão da possibilidade de existência cisgênero homossexual, trans ou não-binária. Esses sujeitos não têm garantida a possibilidade de existência enquanto sujeitos sociais e culturais. Como aponta Silva (2014), outro fator importante quanto à construção da identidade e da diferença é que elas têm que ser nomeadas. Dessa forma, o entendimento da possibilidade de existência como sujeitos fora da norma social vigente cisgênero heterossexual depende da afirmação da diferença, não somente como diferença, mas como uma identidade válida.

Para falar sobre a construção da identidade a partir da identificação, Woodward (2014) e Stuart Hall (2014, 2015) tomam como base a obra de Lacan, que afirma que a criança começa a entender o “eu” quando toma consciência de que é um corpo separado da mãe. “De acordo com Lacan, o primeiro encontro com o processo de construção de um ‘eu’, por meio da visão do reflexo de um eu corporificado, de um eu que tem fronteiras prepara, assim, a cena para todas as identificações futuras” (Woodward, 2014, p. 64). No decorrer da vida “o sujeito ainda anseia pelo eu unitário e pela unidade com a mãe da fase imaginária, e esse anseio, esse desejo, produz a tendência para se identificar como figuras poderosas e significativas fora de si próprio” (Woodward, 2014, p. 65). Assim, a hipótese da pesquisa é que os artistas LGBT seriam figuras com as quais as pessoas que não se entendem dentro da norma social cisgênero heterossexual pudessem se identificar e, dessa forma, entender a possibilidade de existência como sujeitos cisgênero homossexuais, trans ou não-binários. A identificação com pessoas que passam por vivências semelhantes ajudaria a despertar o sentimento de pertencimento a uma comunidade, o que traz conforto psicológico para o sujeito LGBT.

Essa comunidade dos sonhos é uma extrapolação das lutas pela identidade que povoam suas vidas. É uma “comunidade” de semelhantes na mente e no comportamento; uma comunidade do mesmo – que, quando projetada na tela da conduta amplamente replicada/copiada, parece dotar a identidade individualmente escolhida de fundamentos sólidos que as pessoas que escolhem de outra maneira não acreditariam que possuísem. Quando monotonamente reiteradas pelas pessoas em volta, as escolhas perdem muito de suas idiossincrasias e deixam de parecer aleatórias, duvidosas ou arriscadas: a tranquilizadora solidez de que sentiriam falta se fossem os únicos a escolher é fornecida pelo peso impositivo da massa (Bauman, 2003, p. 61).

Metodologia

Foi necessário pensar alguns critérios para selecionar os artistas elegíveis para a pesquisa de campo. O primeiro critério utilizado foi desconsiderar artistas *mainstream*, ou seja, artistas que se apresentam nas mídias massivas porque a vivência desses artistas toma um âmbito nacional ou até internacional que foge do recorte das cidades de Buenos Aires e de São Paulo. O segundo critério tratou da presença da temática LGBT no material artístico. Por exemplo, um músico cisgênero homossexual que não tratasse desse tema em suas letras, ou um ator cisgênero homossexual que não representasse um personagem LGBT, não seriam elegíveis. Havia necessidade de que a temática LGBT fizesse parte do trabalho do artista e se conectasse com sua orientação sexual ou identidade de gênero para que essa característica ficasse evidente para o público, visto que é necessário que se estabeleça essa relação de identificação entre o artista e o público por meio do reconhecimento de uma mesma vivência LGBT. O terceiro critério foi utilizado somente em relação a artistas selecionados por sua orientação sexual com o objetivo de identificar artistas que não reforçassem estereótipos ligados à sua identidade de gênero, já que o objetivo era encontrar artistas que representassem outras formas de ser e de existir diferentes da normal social, que aceita melhor, por exemplo, um homem cisgênero homossexual cuja expressão de gênero é composta em sua totalidade por elementos masculinos. Seriam elegíveis, por exemplo, somente sujeitos cisgênero homossexuais que trabalhassem de alguma forma com elementos do universo contrário à sua identidade de gênero em seu trabalho artístico ou que não representassem o estereótipo da construção social e cultura dos gêneros feminino e masculino.

A pesquisa de campo em Buenos Aires ocorreu em 2018 entre os dias 30 de agosto e 17 de setembro e foi possível entrevistar sete artistas. Em São Paulo foram entrevistados seis artistas em dois intervalos de tempo, de 26 de setembro a 6 de outubro e de 5 a 18 de dezembro. As entrevistas duraram cerca de 30 a 40 minutos cada e foram gravadas em áudio e vídeo.

Falta de figuras de referência

Os artistas foram questionados sobre a falta de figuras públicas ou de sua vida privada que também fossem sujeitos cisgênero homossexuais, trans ou não-binários, e, portanto, com as quais pudessem se espelhar, se inspirar ou se identificar no processo de entendimento de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Figuras de referência que pudessem ajudá-los a entender melhor o que significavam esses sentimentos em discordância da norma social cisgênero heterossexual, através da percepção de que essas figuras passavam por questões semelhantes às deles. Os relatos apontaram com unanimidade para a falta dessas figuras de referência e como esse fator dificultou o processo de entendimento desses artistas como sujeitos diferentes da norma cisgênero heterossexual, seja na questão da homossexualidade – “eu senti muita falta, sem dúvida, foi bem horrível pra mim” (Maria Beraldo¹) – quanto na questão da transgeneridade – “se falar de 10 anos atrás, que referência a gente tinha de pessoa trans no Brasil? De homem trans? De mulher trans a gente falava, mas era nos estereótipos, na visibilidade circense” (Gabriel Lodi²). Esses depoimentos confirmam, portanto, a relevância da problemática da pesquisa que havia sido levantada pelo referencial teórico proposto. O elemento central que une a maior parte dos relatos é o sentimento da não possibilidade de existência.

No caso dos artistas cisgênero homossexuais, além da falta de figuras de referência que atuassem de forma positiva no processo de entendimento de sua orientação sexual, eles destacaram a presença dessas figuras públicas e de sua vida privada que escondiam a orientação homossexual. “Eu tinha pessoas lésbicas à minha volta, mas ninguém era assumida, era uma coisa velada. [...] Eu tinha duas professoras de música, por exemplo, que eu sabia que elas eram um casal, só que não era dito, elas não tinham sinais, não era como um casal hétero. [...] Senti muita falta de figuras que convivessem comigo que fossem lésbicas assumidas. E mesmo na televisão ou na arte, não tinha. Tem muitas cantoras, toda uma geração de cantoras lésbicas, mas que elas nunca falaram

1. Mulher cisgênero homossexual, tinha 30 anos na data da entrevista, nasceu em Florianópolis e mora em São Paulo desde 2013. Em 2018, lançou seu trabalho solo, Cavala, um álbum com 10 músicas de autoria própria. Nesse mesmo ano foi indicada ao Prêmio APCA, da Associação Paulista de Críticos de Arte, nas categorias Artista Revelação, Melhor Disco e Show do Ano. Também foi indicada ao Prêmio Women's Music Event, uma plataforma de música focada no protagonismo da mulher, nas categorias Revelação do Ano, Melhor Produtora Musical e Melhor Instrumentista, no qual foi consagrada com o prêmio na categoria de Melhor Instrumentista.

2. Homem transvestigênera, tinha 31 anos na data da entrevista, nasceu em Vargem Grande do Sul, interior do Estado de São Paulo, e mora na cidade de São Paulo desde os 17 anos. Em 2018, foi uma das dez pessoas escolhidas como Melhor Revelação do Teatro pelo Blog do Arcanjo no UOL, como reconhecimento por sua atuação na peça Cabaret Transperipatético, da Cia. de Teatro Os Satyros.

sobre isso. Também é meio parecido, todo mundo sabe, todo mundo sabia, é sabido, só que não se fala. E aí isso gera uma sensação de que é uma coisa errada, de que é proibido, de que você não pode” (Maria Beraldo).

O relato dos artistas trans enfatizou o não entendimento da possibilidade de existência como sujeitos diferentes da norma cisgênero. “Eu não me entendia como ser humano, não tava entendendo quem eu era, não existia ainda a possibilidade da existência como um homem trans, não sabia que isso era possível ser” (Gabriel Lodi). “De início é muito difícil porque é exatamente isso, a gente não tem referência, a gente não tem pessoas na televisão, nos filmes. Quem tem travesti na família? Você não pensa que isso tá na sua família, que isso é possível acontecer com você, de ser você. E aí eu cresci sem essa possibilidade em mente” (Marina Matheus³). Uma possibilidade de existência que passa por todos os âmbitos do que é existir como sujeito dentro da estrutura social. “No Brasil o que eu tinha de trans era travesti na rua, e é isso, é as putas na rua, a travesti da Augusta [...]. Era só esse referencial que eu tinha. Então, o que que eu vou ser? O que eu vou fazer da minha vida? Que possibilidade que eu tenho pra me manter, pra me sustentar, pra trabalhar? Onde eu vou trabalhar? Que que vai acontecer com meu corpo? Eu não sei. É tudo muito novo, é tudo muito experimental” (Gabriel Lodi). E dessa falta de entendimento, uma “agonia do sem nome, do vazio [...]. Meu sofrimento não tinha nome. Eu não conseguia denominar, eu não conseguia colocar no lugar” (Gabriel Lodi). Um vazio e uma solidão. “E aí é uma necessidade que eu acho que é intrínseca do ser humano que é o pertencimento. Eu não tinha pessoas [...]. Eu sempre vivi rodeado de pessoas, mas e a solidão de mim mesmo? Do pertencimento real? Do que eu sou? Primeiro a entender quem se é” (Gabriel Lodi).

Os artistas entrevistados, portanto, não somente concordam com a importância dessas figuras de referência como as consideram um elemento central desse processo de autoconhecimento. É necessário que haja “pequenas expressões de referenciais para que as novas gerações permitam se questionar, pelo menos, em lugares onde eu não pude me questionar, se permitam ter possibilidades de existência onde eu não pude ter possibilidade de existência” (Gabriel Lodi). Figuras com as quais possam se espelhar e se inspirar, mas, principalmente, possam se identificar. “Nosso aprendizado social é feito a partir de identificação. O que você constrói é sempre a partir da

3. Mulher travesti, tinha 25 anos na data da entrevista, nasceu em Americana, interior do Estado de São Paulo, e mora na cidade de São Paulo há quase nove anos. Em 2018, atuou na segunda temporada da série 3%, uma produção original da Netflix, e na primeira temporada da série Feras, exibida pela MTV Brasil. Também estreou como cantora com seu primeiro show, Trava. O show de estreia fez parte do Risco Festival, um evento que se propôs a dar visibilidade a artistas que dialogam, por exemplo, com questões de gênero e sexualidade.

O artista e sua importância na constituição de uma narrativa identitária para a comunidade LGBT

identificação e do rompimento com isso também. [...] Eu percebi que isso é uma coisa que fez muita falta na minha adolescência. Minha vida teria sido totalmente diferente se eu tivesse figuras preenchendo esse espaço que eu e muitas outras mulheres ocupam hoje” (Maria Beraldo).

Por fim, Gabriel Lodi deu um alerta sobre como a falta de referências, e o consequente não entendimento da possibilidade de existência, podem resultar no pensamento de que realmente não há como existir como sujeito. “A necessidade de não existir, que é o suicídio que permeia as mentes da não existência”.

Identificação do artista com figuras públicas e de sua vida privada

Mesmo tendo em vista a falta de figuras de referência, os artistas cisgênero foram questionados, então, sobre as poucas figuras que foram importantes para o entendimento da possibilidade de existência como sujeitos homossexuais. Seus relatos demonstraram a importância da identificação com figuras da comunidade LGBT de diversas expressões de gênero e sexualidade. Harley⁴ Ferreira, em São Paulo, e Emiliano Figueredo⁵, em Buenos Aires, destacaram, por exemplo, a figura dos homens cisgênero homossexuais que performam como *drag queens* e seu papel na desconstrução de estereótipos do gênero masculino. “Eu percebia desde muito pequeno que é muito empurrado uma masculinidade pra você, por mais que você seja gay: ‘seja gay, mas não seja tão gay assim’. Então, quando a Pablló⁶ surgiu e ela estourou do jeito que ela é, sendo uma *drag queen*, falando assim: ‘eu sou uma *drag queen*, não sou uma travesti, não sou uma trans’, mostra que sim, você pode ser um viado afeminado e tá onde você tá” (Harley Ferreira).

Emiliano Figueredo relatou também o papel das diversas figuras da comunidade LGBT na descoberta e no consequente entendimento de sua homossexualidade. “Creo que ahí se empezó a formar mi identidad”. Ele destacou o processo de identificação com essas pessoas e de como isso trouxe um sentimento de pertencimento a uma comunidade. “Bueno, mi adolescencia fue en los años 90 acá en Buenos Aires [...]. Y mis compañeros de teatro me empezaron a sacar a lugares, a llevar a pasear a lugares de la noche [...]. Eran discotecas de la comunidad LGBT donde había travestis,

4. Homem cisgênero homossexual, tinha 20 anos na data da entrevista e mora no Capão Redondo, periferia da cidade de São Paulo. É um dos componentes do Quebrada Queer, grupo no qual atua como cantor e compositor. Também trabalha em seu projeto solo, cujo primeiro álbum, Unlovers, com sete músicas, foi lançado em 2017.

5. Homem cisgênero homossexual, tinha 40 anos na data da entrevista e mora em Buenos Aires. É ator e estava em cartaz no momento da pesquisa de campo com 1990 Noches, uma peça de teatro baseada em sua vivência na cena LGBT de Buenos Aires na década de 1990, na qual interpreta uma *drag queen*.

6. Harley Ferreira se refere à cantora *drag queen* Pablló Vittar.

transexuales. Era como una especie de refugio y había mucho arte, mucha gente que se expresaba. [...]. Donde había un desfile, una obra de teatro, una cantante. [...] Y ahí yo salía de la infancia, entraba en la adolescencia y empezaba como mi despertar sexual también. Entonces, en esos lugares nocturnos, yo descubrí la sexualidad. [...] Y también empecé como a respetar como lo gay y un poco aceptarme también a mí mismo. Y al respetarme a mí mismo, y encontrarme en eso, y a sentirme identificado con esa gente, como que empecé a encontrar un grupo de pertenencia”.

Maria Beraldo também destacou o sentimento de identificação no entendimento de sua possibilidade de existência como mulher cisgênero homossexual. “Eu vim pra São Paulo e aqui a comunidade LGBT é muito mais inserida no mercado musical. Eu tocava e eu conheci várias mulheres lésbicas que estavam no circuito da música. Eu fui trabalhar com o Arrigo e metade da banda era mulher lésbica. E aí isso eu falei: ‘nossa, então dá pra ter uma vida normal’”.

Os artistas trans também foram questionados sobre as figuras que foram importantes para o entendimento da possibilidade de existência como sujeitos trans, travestis ou transvestigêneres. Seus relatos trouxeram à tona o processo de identificação a partir de ideais ou vivências semelhantes, sejam elas pessoas cisgênero ou pessoas trans com outra identidade de gênero. Gabriel Lodi, por exemplo, descreveu a construção de sua identidade como homem trans em duas etapas. Na primeira etapa, na falta de figuras de referência de homens trans, a identificação com o masculino se deu na figura de homens cisgênero – “eu tava me construindo dentro da cisgeneridade. [...] Como eu me construí como homem? Com todos os referenciais de masculinidade que a gente tem, ainda mais sendo um homem heterossexual”. A segunda etapa veio, então, a partir da reflexão sobre a reprodução do machismo e a necessidade de se diferenciar dos corpos cisgênero masculinos com o intuito de desconstruir padrões de masculinidade. “E aí a necessidade de me afirmar como um homem trans e não um homem cisgênero [...]. Quero sim ser reconhecido como um homem trans [...]. Não quero mais ser lido como um homem cisgênero porque eu não sou isso, eu não sou isso que tá dado, que foi construído”. A partir daí a identificação não somente a partir do gênero, mas também de ideais de como existir como um sujeito trans. “E aí a primeira tentativa de socialização com pessoas trans também é meio frustrada porque eu encontro homens trans também reproduzindo essa mesma masculinidade tóxica. [...] E a outra possibilidade de homens trans gays que eu também não me encaixava porque eu não era gay. [...] E aí eu encontro o traviarado, as travestis, maravilhosas, que aí eu falo tem muito mais gente muito mais alinhada” (Gabriel Lodi).

O artista e sua importância na constituição de uma narrativa identitária para a comunidade LGBT

Luh Maza⁷ apontou a figura de João Nery⁸, um homem trans com o qual se identifica dada a mesma vivência da transgeneridade, e da Laerte⁹, no que se refere à vivência de uma transição de gênero tardia. “Curiosamente, um homem trans, o João Nery, foi muito importante. Ler a história dele, a biografia dele, foi muito revelador pra mim enquanto condição trans, não como condição feminina, mas como condição de transgeneridade. Ali eu consegui me identificar muito bem. [...] Depois, mais recentemente, acompanhar a transição, por exemplo, da Laerte, que foi uma transição tardia de uma pessoa que também trabalha com o público, cuja imagem, o nome, também eram conhecidos, foi muito importante pra mim. De alguma forma me influenciou a perceber que é possível, que tudo bem, que eu não iria morrer, que eu não iria perder a minha carreira, minha vida, se eu me assumisse. Isso foi muito importante”.

A questão da identificação a partir de vivências semelhantes também apareceu na fala de todos os artistas trans entrevistados quando questionados sobre a autodenominação de sua identidade de gênero e os significados que as diferentes nomenclaturas carregam. Luh Maza, por exemplo, se autodenomina mulher trans porque não se identifica com as travestis brasileiras no que se refere à vivência social marginal. Marlene Wayar¹⁰, por sua vez, se autodenomina travesti a partir de sua identificação com a vivência não-cisgênero dos povos indígenas latino-americanos. Gabriel Lodi traz uma nova proposta de entendimento de seu corpo não-cisgênero. “Sou um corpo transvestigênera porque transvestigênera foi criado por Indianare Siqueira¹¹ e Erika Hilton¹², duas travestis numa mesa de bar. Essa é a nossa realidade.

7. Mulher trans, tinha 31 anos na data da entrevista, nasceu no Rio de Janeiro e mora em São Paulo. É dramaturga, roteirista, atriz e diretora, trabalha com teatro e com televisão. Atualmente, trabalha como roteirista da série de televisão *Sessão de Terapia*, dirigida por Selton Mello e exibida no canal GNT. Em 2018, foi uma das dez pessoas escolhidas como Melhor Revelação do Teatro pelo Blog do Arcajo no UOL, como reconhecimento por sua atuação na peça *Cabaret Transperipatético*, da Cia. de Teatro Os Satyros.

8. João Nery é o primeiro homem trans a realizar a cirurgia de redesignação sexual no Brasil em 1977. Falecido em 2018, foi psicólogo, escritor e ativista LGBT.

9. Laerte Coutinho, mulher trans, é considerada uma das mais importantes cartunistas e chargistas do Brasil.

10. Mulher travesti, tinha 49 anos na data da entrevista, nasceu em Córdoba, Argentina, e mora na cidade de Buenos Aires. É psicóloga social, ativista travesti, escritora, colunista do suplemento *Soy*, do jornal *Página/12*, editora do periódico *El Teje*, primeiro periódico travesti da América Latina. Em 2011, recebeu o prêmio *Lola Mora*, destinado a pessoas que trabalham em meios de comunicação transmitindo uma imagem da mulher que rompa com os estereótipos de gênero e promova a igualdade de direitos das mulheres. Em setembro de 2018, lançou o livro *Travesti: una teoría lo suficientemente buena*.

11. Indianare Siqueira, mulher transvestigênera, é ativista LGBT e Suplente Vereadora da cidade de São Paulo.

12. Erika Hilton, mulher transvestigênera, é ativista LGBT e co-Deputada Estadual de São Paulo pela Bancada Ativista.

Transexual e transgênero são dois termos criados pela medicina cisgênero branca, que são termos excludentes e classificatórios. Porque o transexual é classificado como aquele que tem aversão também ao seu genital e vai procurar uma readequação genital. O transgênero é só uma questão de adequação de gênero social. E aí, meu amor, em escala, a mulher transexual é mais mulher do que a mulher transgênero, que vai ser mais mulher que a travesti. E a gente continua excluindo corpos, a gente continua categorizando. [...] Enquanto eu, um homem que fiz mastectomia, não tenho peito mais, for mais homem do que o cara trans que não fez mastectomia e ainda tem peito, a gente tá excluindo corpos. Então, eu me sinto muito mais contemplado pelo termo transvestigênera”.

Apesar do relato de cada artista apontar experiências diferentes em seu processo de entendimento da possibilidade de existência como sujeitos, tanto os artistas cisgênero homossexuais, quanto os artistas trans, descreveram a importância da identificação com figuras da comunidade LGBT, sejam públicas ou de sua vida privada. E, mesmo que o tema do pertencimento não tenha sido mencionado pelo pesquisador, diversos artistas (Tchelo Gomez¹³, Emiliano Figueredo, Gabriel Lodi e Luh Maza) trouxeram essa questão à tona. Os relatos deixam transparecer que a identificação dos artistas com um grupo de pertencimento trouxe conforto psicológico. Dessa forma, esses relatos mostram-se em sintonia, e apresentam-se também como exemplos, dos conceitos de identificação e pertencimento apresentados no referencial teórico deste trabalho. Além disso, mesmo sendo resultados de experiências de vida diferentes, os depoimentos deixam evidente uma mesma essência, a importância da diversidade de modos de ser e de existir representada por essas figuras de referência, porque não há somente um único modo de existir como mulher ou homem cisgênero homossexual ou como mulher ou homem trans.

Artistas como figuras de referência para a comunidade LGBT

Após o questionamento sobre as figuras públicas e de sua vida privada que foram importantes para o entendimento da possibilidade de existência como sujeitos cisgênero homossexuais, trans ou não-binários, os artistas foram questionados sobre seu papel como figuras de referência para outras pessoas. Se acreditam que, por meio de seu trabalho artístico, se tornam figuras com as quais outras pessoas podem se inspirar, se espelhar ou se identificar e formar sua identidade, no sentido do entendimento da possibilidade de existência como sujeitos diferentes da norma social cisgênero heterossexual.

13. Homem cisgênero homossexual, tinha 26 anos na data da entrevista, nasceu em Osasco e mora em Barueri, Região Metropolitana de São Paulo. Atualmente, trabalha como cantor e compositor em seu projeto solo e no Quebrada Queer, que segundo ele é o primeiro grupo de rap LGBT da América Latina, composto por cinco homens cisgênero homossexuais e uma mulher cisgênero homossexual.

No caso dos músicos, que trabalham com o grande público, a resposta positiva foi imediata. “En cuanto a los testimonios que nos llegan existe esto, personas que dicen: ‘yo escuché sus canciones y transicioné pensando en la canción de ustedes’, [...] o ‘me atreví a pensar en esto de otra manera’, o ‘empecé a cuestionarme’, o ‘acepté esta realidad’” (Javiera Diego Fantin¹⁴). “Eu recebo muitas mensagens de meninas lésbicas e de meninas bissexuais, inclusive, falando que elas saíram do armário porque se sentiram seguras ouvindo minha música” (Maria Beraldo). “Tem muita gente que falou: ‘eu consegui me assumir depois que eu ouvi a música de vocês’” (Tchelo Gomez). “Várias meninas me escrevem falando que conseguiram contar pros pais ou conseguiram perceber que elas eram lésbicas porque elas viram que essa possibilidade existia. [...] Você vê que dá pra você ter uma vida normal, é um pouco essa sensação” (Maria Beraldo). “São confusões que a pessoa passa ali internamente, às vezes, por anos. Ter pessoas falando o que ela sempre quis falar, ou o que ela não sabia como falar, é muito importante. Eu reconheço o tamanho da importância que isso faz pra essas pessoas, da mesma forma que fez pra mim” (Tchelo Gomez). “Eu me sinto muito feliz de ocupar esse lugar de representatividade, e de espelho, e de dizer mesmo pras meninas que sim, a gente pode ser lésbica, ‘tá tudo bem, vou te apoiar’. É um apoio emocional mesmo” (Maria Beraldo).

Os artistas relataram, então, a motivação política que está por trás de seus trabalhos. “Muito mais do que estética, é política também” (Tchelo Gomez). “Me tornei uma figura pública por motivos políticos, é o que eu sinto. [...] Eu acho que a minha música ela surge por isso, na verdade. Eu comecei a minha música como compositora [...]. As coisas que eu precisava dizer eram essas. [...] E aí quando eu comecei a fazer shows, eu percebi que tinha muita gente precisando ouvir aquilo” (Maria Beraldo). “Hoje, pra mim, ser um ator, poder mostrar minha cara em qualquer lugar que seja, não é sobre construir uma carreira na atuação ou uma carreira como ator. Hoje, a possibilidade que vem sendo dada de mostrar minha cara, e colocar o meu corpo, e o meu rosto, e falar sobre qualquer assunto, seja ele relacionado à questão trans ou não, é a possibilidade de dar às outras pessoas que estão vindo depois de mim possibilidades de existência. Falar: ‘e dá pra ser o que você quiser ser’” (Gabriel Lodi). Nesse mesmo sentido Marina Matheus declarou: “a importância do meu trabalho enquanto artista hoje sendo uma travesti das artes. O que eu tô fazendo no mundo? [...] Se alguém está me vendo, eu posso tá afetando a vida dela [...]. Mesmo que ela

14. Tinha 38 anos na data da entrevista, mora na cidade de Buenos Aires e se identifica com a fluidez de gênero, não consegue definir sua identidade de gênero como feminina ou masculina, e se sente mais à vontade com a flexão dos pronomes de forma neutra utilizando a vogal “e” ou a consoante “x”. Junto de Ivi Colonna Olsen, compõe a banda BIFE, cujas canções são tangos não misóginos, cumbias não machistas, músicas que problematizam o amor romântico ou abordam o poliamor.

não seja como eu, como ninguém vai ser igual a ninguém, mas que ela tenha espaço de perceber que esses corpos existem, e que ela também pode ser um desses corpos”.

Referindo-se à peça Cabaret Transperipatético, cujo texto foi construído em conjunto com os atores inspirado em suas vivências, Luh Maza relatou: “ao ver ali as nossas histórias, por exemplo, no espetáculo, essas pessoas podem se identificar. E talvez entender melhor: ‘então, talvez seja por isso que eu penso ou eu sinto tal coisa’”. Ou seja, a exposição de suas histórias de vida também tem por objetivo ajudar as pessoas no entendimento de seus sentimentos porque “não é exatamente inspiração, é identificação. Eu acho que não provoço uma inspiração em alguém, o que acontece é que esse alguém pode se identificar, me perceber como um par, como alguém que também tem as questões ali que aquela pessoa tem” (Luh Maza). Nesse sentido, o artista pode ajudar a pessoa a entender esses sentimentos que “muitas vezes ainda nem colocou pra fora, muitas vezes ainda nem elaborou pra si própria. [...] Por isso que, pra mim, é tão importante a representatividade, pra que a gente permita que o público se reconheça, se identifique. Porque, senão, sem ter essas referências, talvez fique mais difícil se acolher e perceber por onde ir, ter ideias de caminhos pra ir em frente” (Luh Maza). “Eu falo, é a semente, é começar a ter pequenas expressões de referenciais para que as novas gerações permitam se questionar, pelo menos, em lugares onde eu não pude me questionar, se permitam ter possibilidades de existência onde eu não pude ter possibilidade de existência” (Gabriel Lodi).

Como escritora, psicóloga social e professora, Marlene Wayar, também se considera uma figura de referência sobre as possibilidades de existência de um corpo trans porque “cada travesti que sale del estereotipo de la prostitución está proponiendo. Y eso es urgente. Estamos proponiendo a las niñas, a los niños, que vienen, que pueden soñarse en lo que quieran. Las posibilidades de desarrollo son todas”. Marlene destaca a importância do afeto de sua família e das pessoas de seu convívio mais próximo como agente transformador em sua história de vida. “Creo que es mucho más profundo porque yo sí he estado en situación de prostitución. Sobreviví económicamente mucho tiempo en situación de prostitución. [...] Entonces, vuelvo a hacer psicología social y comunicación social. Esto demuestra dos cosas, no solo que está bien, yo hoy soy un otro para arriba, una travesti no estereotipada en lo prostitutivo, pero también que la prostitución es por razones del estereotipo en la cabeza de los demás. Ellos nos someten sistemáticamente a prostitución. De donde yo pude salir, y de donde yo pude salir por tener herramientas, por tener el amor de mi familia, por tener el abrazo en mi barrio, en mis grupos primarios”.

Conclusão

O relato dos artistas no que se refere a seu entendimento como figuras de referência confirma a hipótese de que as pessoas se identificam com a figura desses artistas e isso ajuda no processo de entendimento da possibilidade de existência como sujeitos cisgênero homossexuais, trans ou não-binários. Conscientes de que são figuras com as quais outras pessoas podem se identificar e da importância que isso tem no processo de entendimento da possibilidade de existência, já que eles também passaram, ou ainda passam, por esse mesmo processo, os artistas relatam a motivação política por trás de seu trabalho, assim como também, a exposição de questões de sua vida pessoal. A exposição de questões pessoais acontece no relacionamento com o público por meio das redes sociais e no conteúdo do trabalho artístico, como, por exemplo, letras de música que representam experiências vividas, ou mesmo o texto autobiográfico da peça de teatro na qual Luh Maza e Gabriel Lodi atuam. Mesmo que o tema do pertencimento não tenha sido mencionado pelo pesquisador na entrevista, alguns artistas trouxeram essa questão à tona dizendo que a identificação gera o sentimento de pertencimento a uma comunidade, o que traz conforto psicológico para o sujeito LGBT.

Por carecer de maior representatividade, a fala sobre como a exposição das vivências gera identificação e o consequente entendimento da possibilidade de existência aparecem com mais ênfase no relato dos artistas trans. Eles relataram, inclusive, a representatividade fora dos palcos. Sua simples presença nos diversos ambientes já é considerada representatividade. Primeiro, porque atuam nesses espaços também como figuras com as quais outras pessoas trans podem se identificar. E, segundo, porque demonstram que pessoas trans podem ocupar todas as funções sociais, são exemplos das diversas possibilidades de existência para corpos trans. Os artistas destacaram, portanto, a importância cada vez maior da representatividade para que esse processo de identificação aconteça.

Extrapolando as vivências de cada artista e pensando na comunidade LGBT como um todo, acredita-se que, da mesma forma como foi possível criar a “narrativa da nação” (Hall, 2015), os artistas LGBT teriam um papel importante na exposição de diferentes vivências que representam uma narrativa cultural da comunidade LGBT. Essa narrativa identitária pode atuar de forma a fortalecer a comunidade e a equilibrar a relação de poder entre os sujeitos LGBT e os demais sujeitos sociais. É necessário, portanto, fortalecer a figura do artista LGBT com iniciativas públicas e privadas que visem dar maior visibilidade a esses artistas. Não se trata de pensar numa cultura marginal, mas de garantir os direitos como sujeitos sociais e culturais da pessoa LGBT, e equilibrar a inter-relação entre a comunidade LGBT e as demais comunidades da sociedade na qual está inserida. “O sistema comunitário é a legítima união de uma pluralidade de comunidades concretas de todo tipo, assim como a comunidade concreta é a legítima união de uma pluralidade de homens” (Buber, 2012, p. 48).

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BUBER, Martin. *Sobre comunidade*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Lutas contra a homofobia na América Latina: uma análise interseccional dos casos brasileiro e argentino

Alexandre Nogueira Martins*

Como lutar contra a LGBTfobia desde a América Latina? Como analisar as lutas das dissidências sexuais e de gênero latinoamericanas? Em quais pontos distintas trajetórias latinas se encontram e em que pautas se afastam? Busca-se neste texto refletir sobre as trajetórias de lutas contra a LGBTfobia no Brasil e na Argentina em três momentos. Primeiro, discutem-se contribuições teóricas latinoamericanas que pensaram as formas de violência contra LGBTs e a produção de hierarquizações e desigualdades em termos de gênero e sexualidade a fim de se construir reflexões sobre LGBTfobia e colonialidade em América Latina. Em seguida, delineiam-se as trajetórias de alguns setores do movimento LGBT argentino e brasileiro. Ao reconstituir suas trajetórias, visa-se a construir paralelos sobre experiências semelhantes e apontar em que se distinguem essas experiências históricas. Articulam-se, enfim, considerações acerca de hipóteses de comparações dos caminhos diversos tomados por estes grupos na luta contra a LGBTfobia, apontando a hipótese de que, ademais das estruturas de oportunidades políticas em cada um desses países, a experiência histórica desses militantes com os aparelhos repressivos do Estado constituiria chave explicativa importante para se compreender os modos de se lutar contra a LGBTfobia em cada um desses países.

Cabe sinalizar que não se pretende abarcar todos os movimentos que compõem as mobilizações de dissidências sexuais e de gênero no território brasileiro e argentino – tem-se como foco as versões mais *mainstream* do movimento, com maior repercussão nas instituições políticas e na sociedade civil de cada país e que conseguiram pautar quais pautas seriam reivindicadas ao Estado e como se construiriam as relações hegemônicas entre os movimentos LGBT e os aparelhos estatais. No caso do Brasil, a trajetória que reconstituiremos diz respeito sobretudo ao grupo Somos (São Paulo), ao Triângulo Rosa (Rio de Janeiro), ao Grupo Gay da Bahia (Salvador), à Associação

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia-USP. E-mail: alexandre.martins@usp.br. O presente trabalho apenas foi possível de ser realizado devido à bolsa concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (AGBLT) e à Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Na Argentina, os caminhos analisados são aqueles trilhados por organizações sediadas em Buenos Aires, como Frente de Liberación Homosexual (FLH), a CHA (Comunidad Homosexual Argentina), Gays por Derechos Civis, Federación Nacional Argentina e a Asociación de Lucha por la Identidad Travesti (ALIT). Embora não entremos em múltiplas diferenças internas entre os dois movimentos, cabe pontuar que enquanto no Brasil prevaleceram versões mais *mainstream* de mobilizações LGBT (em termos de pautas e horizonte político das lutas), no movimento argentino se constituíram experiências mais amplas de ativismo *queer*, que desestabilizam identidades e elaboram alianças políticas transversais, como a experiência da Área de Estudos Queer e Multiculturalismo em Buenos Aires (Bellucci, 2014). Antes de se analisar tais trajetórias, no entanto, é necessário que se considere de que modo se pode pensar a LGBTfobia na América Latina a fim de delinear o que está em jogo nessas lutas à luz de contribuições teóricas de autoras latinoamericanas.

(Re)Pensando a LGBTfobia desde a América Latina

Nos estudos hegemônicos sobre sexualidade, a LGBTfobia tem sido pensada, a partir do Norte global, de forma desassociada de outras relações de poder, o que limita amplamente os modos de enquadrar as lutas contra a LGBTfobia. Tomam-se frequentemente as definições de Welzer-Lang – enquanto “heterossexismo” seria a “promoção incessante, pelas instituições e/ou indivíduos, da superioridade da heterossexualidade e da subordinação simulada da homossexualidade (...) toma[ndo] como dado que todo mundo é heterossexual, salvo opinião em contrário”, a “homofobia” seria uma “discriminação contra as pessoas que mostram ou a quem se atribui algumas qualidades (ou defeitos) atribuídos ao outro gênero e contra aqueles que “não adotam ou são suspeitos de não adotar configurações sexuais naturais [heterossexuais]” (Welzer-Lang, 2001: 465; 468). Seria, no entanto, incompleto pensar LGBTfobia somente a partir de tal tipo de teoria, dado que, a partir de contribuições das terras de Abya Yala, podem-se considerar outros processos que, de forma interseccional, constituem reciprocamente a LGBTfobia dentro de uma matriz interligada de opressões classista, heterossexual, sexual e racial (The Combahee River Collective, 2014 [1977]).

Adotaremos, deste modo, a perspectiva de Lugones (2007: 201) da constituição mútua da colonialidade do poder e do sistema de gênero colonial/moderno, que ocorreu por meio de mudanças introduzidas por “lentos, descontínuos, heterogêneos processos que violentamente inferiorizaram as mulheres colonizadas” das terras de Abya Yala invadidas a partir de 1492. A imposição da heterossexualidade e da cisgeneridade se deu de forma profundamente violenta e perversa, sendo possível destacar, segundo

Lugones (2007), duas faces desse processo. O lado claro (“light side”), geralmente o único considerado nas acepções tradicionais de “homofobia”, seria constituído pela ordenação das relações de gênero nas vidas de homens e mulheres brancas burguesas em que a naturalização do significado de gênero (cujos pilares seriam o dimorfismo sexual, o heterossexualismo e o patriarcado) baniria as mulheres brancas da participação na autoridade coletiva e no controle da produção (inclusive de conhecimento). O lado escuro (“dark side”) seria a face abertamente violenta implementada sobre os povos não-europeus – por reduções forçadas de outras concepções de corpos e de relações sexuais, pela eliminação de ideias de “terceiro sexo”, pelo estupro colonizador e pela desintegração das relações comunais e igualitárias (Lugones, 2007).

O lado escuro da imposição do sistema colonial/moderno de gênero destacado por Lugones (2007), ressalta a violência constitutiva do processo de “heteronormalização” do mundo colonial/moderno que, entre a espada, a força e a fogueira, tentou construir um mundo à imagem e semelhança dos ideais europeus de gênero e sexualidade em que as práticas sodomitas e as construções de identidades não baseadas no dimorfismo sexual não poderiam ter lugar. Dialogando com a imagem fanoniana acerca das cidades coloniais, nas quais a violência seria atmosférica, pode-se, assim, pensar a homofobia em cidades (pós)coloniais latinoamericanas, como Buenos Aires e São Paulo, como parte constitutiva do ar que respiramos e que violenta e busca bloquear as possibilidades de ser e de se relacionar que aqui existiam (e ainda resistem) apesar do regime político heterossexista europeu. Somente por mecanismos violentos se garante a contínua produção e reprodução da naturalização do regime político heterossexual na América Latina – os assassinatos dos construídos como não-heteronormativos, logo, como não-humanos, não constituiriam, assim, episódios excepcionais, mas a própria regra da vida no mundo colonizado.

O processo de desumanização dos corpos racializados como não-brancos, como não-rationais e, portanto, como não-humanos ocorre mutuamente com o desenvolvimento da sexualização desses corpos – que teriam uma sexualidade não-cis-heteronormativa, irracional, perversa. Os indígenas construídos como masculinos, por exemplo, eram por vezes vistos como muito afeminados e as construídas como femininas como muito fogosas (Perra, 2014). As formas de vida que existiam em nossas terras foram construídas no imaginário europeu como tendo sexualidades que precisariam ser dominadas, “heterossexualizadas”. Como recorda Anzaldúa (1987: 18), aqueles contruídos como “queer”, como fora da cis-heteronormatividade, seriam “os espelhos refletindo o medo da tribo heterossexual: ser diferente, ser outro e portanto menos, portanto sub-humano, inumano, não-humano”. A contemporaneidade das disputas em torno da definição do humano saltam aos olhos quando nos voltamos às lutas das pessoas trans pelo direito à autodeterminação de gênero, as quais, ao gestarem novas possibilidades do humano, colidem com a segurança ontológica da humanidade construída como cisgeneridade (Bento, 2014).

Analisando as relações entre o heterossexismo e a constituição de uma nação latinoamericana (Colômbia), Curiel (2013:56) concebe a heterossexualidade como um regime político e propõe o termo “heteronación” (nação heterossexual) para dar conta das formas como a construção imaginária da nação tem “como base fundamental regime da heterossexualidade, através da ideologia da diferença sexual, e esta, por sua vez, [tem suas bases] em instituições como a família, o parentesco e a nacionalidade”. O contrato social, dentro das relações coloniais, seria heterossexual – de modo que viver juntos em sociedade se apresentaria como sinônimo de viver em heterossexualidade, excluindo, assim, do “povo soberano” da nação todas as pessoas não cisheterossexuais.

Compreende-se, assim, que “homofobia” está muito além de um medo de relações não-heterossexuais, sendo constituída por leis, Constituições e instituições que excluem as pessoas não cis-heteronormativas da categoria de população que deveria pertencer à “nação” ou ao “Estado”. Mais presente na tessitura dos dias que em momentos específicos que rompem com o cotidiano, a LGBTfobia constitui as violências cotidianas e reciprocamente constitutivas do mundo colonial, tendo a luta das dissidências sexuais e de gênero o potencial de conformar lutas descoloniais que busquem a abolição do ponto de vista do colonizador e que visem ao fim do mundo como nos foi dado a conhecer (Mombaça, 2016). Sigamos, então, as trajetórias das lutas contra a LGBTfobia em Argentina e Brasil que têm buscado abrir caminhos para outros mundos com múltiplas construções de gênero e sexualidade.

Os caminhos contra a LGBTfobia no Brasil e na Argentina

Em ambos os territórios, as mobilizações de dissidências sexuais e de gênero no século XX e XXI não visavam à supressão de uma lei penal que criminalizasse práticas sexuais entre pessoas de mesmo sexo ou construções corporais não cisgêneras – pautas que eram as principais dos movimentos homossexuais do Norte global em meados do século XX (Fry, 1982). As histórias de ambos países, no entanto, foram marcadas por perseguições e assassinatos dessas populações, seja sancionadas pela metrópole durante o período colonial e pelos governos nacionais até 1831 no Brasil e 1887 na Argentina, quando os atos de sodomia foram descriminalizados nestes territórios (Barrientos, 2016). Embora há mais de um século não se criminalizem formalmente tais práticas, tem sido contínuos os processos de criminalização e de punição de dissidências sexuais e de gênero, sobretudo de pessoas travestis e trans, tanto na Argentina quanto no Brasil, estando no cerne da luta contra a LGBTfobia o combate a essas formas de violência perpetradas pelos sistemas de justiça criminal.

Nos anos 1950, multiplicaram-se experiências de socialização gay e lésbica nas grandes cidades latinoamericanas, como São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires, sendo a partir desses vínculos que surgiram, nas distintas estruturas de oportunidades

políticas argentinas e brasileiras, as mobilizações de dissidentes sexuais e de gênero. No que tange à sociedade argentina, a ditadura de Onganía, com sua forte censura, suas intervenções policiais contra a moral e o emprego de Editos Policiais como chave para a repressão, constituiria o fermento para radicalidade política que seria expressa pela primeira organização homossexual argentina – Nuestro Mundo, fundada em 1967 por Hector Anabitarte e outros comunistas. (Barrancos, 2014). Em 1970, fundou-se a Frente de Liberación Homosexual (FLH), a qual, abarcando onze diferentes organizações, agregava tanto universitários quanto trabalhadores e além dos líderes de Nuestro Mundo também tinha a participação dos líderes do grupo libertário Eros, dentre os quais se destacava Néstor Perlongher (Barrancos, 2014). De 1973 a 1976, publicava a revista *Somos* que visava a erradicar qualquer significado de patologia ligada à identidade homossexual. Em 1976, com a ferocidade da perseguição do terrorismo de Estado da recém-implantada ditadura civil-militar argentina, foi interrompido esse processo de experiências históricas de mobilizações em torno da emancipação sexual e da emancipação de ser definido pelos desejos sexual: desfez-se a FLH após prisão e tortura de diversos de seus líderes (Barrancos, 2014). Após liberto, Nestor Perlongher exila-se no Brasil, passando a contribuir muito para as mobilizações que aqui se constituiriam. A experiência do exílio (ao mesmo tempo sexílio em busca de poder-ser e exílio político), fruto das perseguições políticas e sexuais, marcaria tanto as conexões entre estes dois movimentos quanto as trajetórias de diversos de seus ativistas nos anos 1970 e 1980.

O movimento homossexual brasileiro, por outro lado, teve início bem distinto. Em 1978, durante o (longo) período de distensão da ditadura civil-militar, começou a se organizar um grupo de homossexuais em São Paulo em torno de um grupo denominado *Somos* (em homenagem à revista da FLH argentina) e ao redor do jornal *Lampião da Esquina* (Simões, Facchini, 2009). Em 1980, surgiu o Grupo Gay da Bahia que, desde 1981, tem contabilizado e denunciado os assassinatos de LGBTs no território brasileiro – um engajamento contínuo de quase 40 anos de enfrentamento às violências LGBTfóbicas brasileiras. Nos primeiros anos do movimento brasileiro, vigorava o terrorismo de Estado argentino, 1976 a 1983, o qual era denunciado em periódicos do movimento brasileiro. Era tema do *Boletim do GGB* e do *Lampião da Esquina* a perseguição a homossexuais e travestis na Argentina, sobretudo as operações de “limpeza moral” de perseguição anti-homossexual em que milhares de homossexuais e travestis foram detidos, espancados e torturados sob ações da polícia de Buenos Aires no contexto da Copa do Mundo (Mott, 2011), as quais eram muito semelhantes às operações policiais que detinham mais de 700 homossexuais e travestis por noite no Centro de São Paulo na Operação Rondão de 1980, explicitamente combatido pelo *Lampião da Esquina* (Simões, Facchini, 2009).

Distinto do movimento estadunidense hegemônico nesse período, a FLH argentina não buscava somente visibilidade, mas lutar contra a repressão e o extermínio de LGBTs frente às políticas estatais. Distante também da lógica de lutas minoritárias dos EUA, suas lutas estavam acopladas às lutas emancipatórias de outros grupos sociais, como os trabalhadores, as mulheres. De modo semelhante, o Somos e o GGB também se construíram visando às alianças com outros movimentos sociais e no combate às violências estatais – sobretudo no tange ao Somos combater políticas e as instituições repressoras do Estado era central em suas lutas. Outra semelhança importante do começo desses movimento foi que, em ambos os casos, somente ao final do institucionalizado terrorismo de Estado (Barrancos, 2014) as lutas por direitos sexuais lograram se estabelecer.

Em 1984, no processo de democratização argentino, fundou-se a Comunidad Homosexual Argentina (CHA), cujo líder Carlos Jauregui retornara a Buenos Aires após viver a experiência do exílio (Colling, 2015). Renascia, assim, o movimento homossexual em aliança com movimentos de luta contra as repressões estatais, como o das Mães da Praça de Maio, que se uniam na luta por direitos humanos e contra as violações promovidas pelo Estado argentino. Marcantes do processo de redemocratização, as políticas repressivas contra dissidências sexuais e de gênero eram caracterizadas por múltiplas continuidades com as políticas da ditadura – sendo o centro dessas mobilizações as lutas contra os Editos Policiais. Até 1998, Editos Policiais previam multas e detenção para quem se exibisse em vias públicas ou lugares públicos vestidos ou disfarçados com roupas do sexo contrário, as prostitutas e os sujeito conhecidos como pervertidos (Barrancos, 2014). Autorizavam, desta maneira, a polícia a deter qualquer pessoa que aparentasse ser homossexual ou trans. Na Cidade de Buenos Aires, o Código Contravencional que os substituiria criminalizaria a prostituição em toda a cidade, ao menos até 2004. Deste modo, constituir-se-iam, formas contínuas de criminalização de travestis, contra as quais se levantariam diversas associações travestis, como a ALIT, liderada por Lohana Berkins (Berkins, 2006).

Em ambos países, nos anos de redemocratização, as dissidências sexuais e de gênero se mobilizaram para aprovar algum dispositivo de não discriminação nas Assembleias Constituintes que se seguiriam – no caso brasileiro em 1987, na Argentina em 1994 (Sivori, 2013). Em ambos os países, os processos de Constituintes se tornaram cenário de intensa visibilização das políticas sexuais (Sivori, 2011). Liderada pelo Triângulo Rosa e pelo GGB, a luta pela inclusão da “não discriminação por orientação sexual” na Constituição de 1988, logrou que, pela primeira vez, um homossexual fosse ouvido no Congresso Nacional em 1987. Tendo sido derrotados, desencadeou-se um processo de disputas municipais e estaduais a fim de que políticas sexuais fossem aprovadas nesses níveis (Sivori, 2011), tendo atingido vitória em duas Constituições Estaduais e em 71 Leis Orgânicas de Municípios, entre os quais

Lutas contra a homofobia na América Latina:
uma análise interseccional dos casos brasileiro e argentino

Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. No caso argentino, após a derrota na Constituição Federal, logrou-se que, em 1996, após a morte de Carlos Jauregui, a Constituição da Cidade de Buenos Aires contivesse uma cláusula de proibição de discriminação por orientação sexual (Bellucci, 2010).

Nos anos 1990 e 2000, as lutas pelo casamento civil constituíram uma das principais bandeiras de ambos movimentos LGBTs. Em 1991, Jauregui fundou a organização Gays pelos Direitos Civis, que tinha como principal bandeira o casamento igualitário enquanto um direito civil – o qual foi garantido aos casais homossexuais em 2002 na Cidade de Buenos Aires (Colling, 2015). Em 2006, ao ser fundada a Federación Argentina LGTB, duas campanhas foram priorizadas a nível nacional: a lei de identidade de gênero e o matrimônio igualitário, tendo sido este aprovado nacionalmente em 2010 em grande campanha que lutava em nome da igualdade de direitos entre todos os argentinos. Quanto à lei de identidade de gênero, em 2012, após mais de uma década de intensas mobilizações de coletivos trans e travestis, aprovou-se a lei de retificação de nome sem laudo médico nem processo judicial (Colling, 2015).

No Brasil, articulou-se em 1995 a primeira organização nacional: a ABGLT. No mesmo ano, apresentou-se o primeiro projeto de lei de parceria civil, o qual nunca seria aprovado, apesar das fortes pressões do movimento nos anos 1990 e 2000 (Simões, Facchini, 2009). Em 2011, o Supremo Tribunal Federal aprovou a união civil e em 2013 o CNJ determinou a conversão em casamento das uniões civis realizadas. A trajetória do movimento LGBT brasileiro tem sido marcada, não só neste caso, por derrotas legislativas e vitórias alcançadas por meio de vias judiciais. Embora projetos de lei que visassem a garantir direitos para pessoas trans estejam presentes nos discursos do movimento desde meados dos anos 1990 quando as pessoas trans e travestis começaram a se organizar nacionalmente no Brasil – tendo havido diversas articulações entre 1993 e 2000, quando a rede nacional de travestis e transexuais passou a ser denominada ANTRA. No ativismo legislativo, todavia, os direitos trans nunca tiveram centralidade na agenda de luta do movimento LGBT – nem em 2013 quando se propôs o Projeto de Lei João Nery. Em 2018, o STF brasileiro decidiu no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275 pelo direito de alteração de registro civil sem a necessidade de laudo médico ou de processo judicial – sendo um grande marco para os direitos das pessoas trans no território brasileiro.

Contemporaneamente, nas pautas dos movimentos argentino e brasileiro, priorizam-se as lutas, de um lado, por políticas efetivas de combate à LGBTfobia na educação e, de outro, por uma lei antidiscriminação nacional (Colling, 2015). Seguem ao lado disputas pela efetivação de direitos conquistados, como o da retificação de registro civil. Na Argentina, essa luta teve uma inflexão com a vitória em 2019 de Lara Maria Bertolini ter logrado ter registrado em seu DNI o gênero “femeneidad travesti”. Bertolini, no entanto, afirma que a luta é mais ampla, este seria apenas um passo rompendo

binarismos e em direção à multiplicação de identidades e à compreensão do “gerúndio humano” (Barros, 2019). Deste modo, o reconhecimento de travestis como gênero e a alteração de nome nos documentos se constitui em discursos trans argentinos contemporâneos não como o patamar final da luta, mas como parte do processo de luta para que não sejam possíveis somente homem ou mulher dentro do “gerúndio humano”.

Quando se consideram as lutas diretamente contra as violências LGBTfóbicas, o caso de Edson Neris (2000) no Brasil e o caso de Natalia (La Pepa) Gaitán (2010) na Argentina geraram as maiores mobilizações em torno de casos de “crimes de ódio” (Sivori, 2013). No Brasil, as mobilizações após este assassinato tiveram como consequência a consolidação da linguagem dos “crimes de ódio” e a aprovação de legislações estaduais contra discriminação, fortalecendo mobilizações pela criminalização da LGBTfobia a nível nacional. Tendo se constituído como a bandeira prioritária do movimento LGBT nos anos 2000, a luta pela criminalização da homofobia e da transfobia teria momentos intensos de luta em 2011 no Legislativo, mas somente seria aprovada também pelo Supremo Tribunal Federal em julgamento da ADO 26 e da MI 4733 em 2019. Na Argentina, as mobilizações em torno do homicídio de La Pepa levaram à aprovação em províncias do interior de Dias Contra a Discriminação por Orientação Sexual, tendo, assim, como efeito fomentar o enraizamento e a interiorização de debates sobre a LGBTfobia.

Outro assassinato de grande repercussão na Argentina foi o da ativista trans Diana Sacayán, em 2015, ao qual se atrelaram lutas por um projeto de lei que era central na militância de Diana Sacayan: o Projeto de Cota Laboral Travesti Trans, prevendo a reserva de 1% dos postos de trabalho da administração pública às pessoas travestis e trans (Carrasco, 2018). Além das lutas em torno deste Projeto de Lei, o movimento nacional trans e travesti argentino tem lutado pelo Projeto de Lei 8164 de reparação para trans e travestis. Sob a consígnia “Reconhecer é Reparar”, este projeto, a partir dos Princípios de Yogyakarta e da Lei de Identidade de Gênero, estabelece uma pensão às pessoas que tenham sido privadas de sua liberdade por razões ligadas a sua identidade de gênero como consequência de ações das Forças de Segurança federais ou por outras instituições estatais, o que repararia sobretudo aquelas violências cometidas por policiais tanto antes quanto após a revogação dos Editos Policiais (Maximo, 2018).

Três hipóteses para comparações

Embora distintas, as trajetórias de ambos movimentos sociais foram marcadas pela experiência da colonialidade na América Latina, tendo sido interrompidas ou adiadas devido às experiências ditatoriais que constituíram essas histórias no século XX. Em ambos os países, lutas contra as desiguais condições de vida estratificadas em torno da orientação sexual e da identidade de gênero também sustentaram com centralidade

Lutas contra a homofobia na América Latina:
uma análise interseccional dos casos brasileiro e argentino

combates a outras desigualdades, como a desigualdade de acesso a postos de trabalho para pessoas LGBT, o que tem ligado lutas por reconhecimento com lutas por redistribuição em suas trajetórias. Ademais, o combate à LGBTfobia por meio da transformação da educação teve centralidade nos dois movimentos, tendo ambos enfrentado acusações de que o combate à violência seria promoção de “ideologia de gênero”. As distinções das trajetórias dos movimentos, todavia, saltam aos olhos. Embora em ambas possamos pensar em lutas por cidadania, contra a condição de cidadão de segunda classe ou de cidadão precário (Bento, 2014), há que se considerar que o movimento argentino logrou aprovar em forma de lei o que no Brasil somente se alcançou por frágeis decisões judiciais, no que tange ao casamento, à adoção e à retificação de registro civil. No que tange às leis antidiscriminatórias, as duas trajetórias, no entanto, aproximam-se – em ambos os países, aprovaram-se nos anos 1990 e 2000 leis estaduais e locais proibindo a discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Se em ambos os países o casamento, o direito ao nome e dispositivos antidiscriminatórios foram centrais nas lutas contra a LGBTfobia, na Argentina, reconhecer a LGBTfobia e reconhecer as vidas das dissidentes sexuais e de gênero tem significado reparar – expandir as categorias de gênero, conquistar postos de trabalho para travestis e o direito à reparação das violências perpetradas pelo Estado; no Brasil, reconhecer tem significado reivindicar o sistema de justiça criminal para promover justiça e segurança. As distinções dos modos de se lutar contra a violência LGBTfóbica nos dois países podem ser iluminadas a partir de três hipóteses aqui apenas esboçadas.

Em primeiro lugar, as diferentes relações que setores hegemônicos do movimento mantiveram com a repressão estatal teriam construído os parâmetros dos caminhos de luta contra a LGBTfobia em cada um dos países. Na Argentina, a luta contra os editos policiais até finais de anos 1990 teria como efeito que a luta contra a criminalização de dissidentes sexuais e de gênero, sobretudo das travestis prostitutas, ocupasse a linha de frente da pauta do movimento por um longo período. A contemporaneidade dessas lutas e sua presença na memória mesmo de setores *mainstream* do movimento poderiam ter levado à constituição de uma desconfiança das instituições repressoras do Estado para proteção e segurança de LGBTs, de modo distinto da trajetória brasileira, em que, embora estejam presentes contemporaneamente críticas às criminalizações de LGBTs, elas teriam se arrefecido nas últimas décadas conforme o movimento adentrava as instituições estatais e à medida que se distanciavam as lutas dos anos 1980 contra as sistemáticas rondas policiais contra travestis em São Paulo e Rio de Janeiro.

Uma segunda hipótese seria em relação ao protagonismo de coletivos trans pautando as prioridades do movimento LGBT. Na Argentina, diversos coletivos trans e travestis, como a ALIT, lograram nas últimas décadas estar no centro do movimento LGBT, constituindo, logo após a aprovação da Lei do Casamento, a centralidade e a urgência

da aprovação da Lei de Identidade de Gênero. No Brasil, mesmo com o florescimento de movimentos trans e travestis desde os anos 1990, não lograram um grau de protagonismo tão forte, de modo que o movimento LGBT *mainstream* nunca priorizou a aprovação legislativa da Lei de Identidade de Gênero. Por terem suas subjetividades constituídas por experiências intensamente transfóbicas nos seus encontros com as polícias, os tribunais e as prisões, levantamos a hipótese de que à medida que os grupos trans pautassem as pautas prioritárias do movimento, centraria-se menos na criminalização e mais em medidas reparadoras e laborais que mudassem efetivamente as condições de vida dessas populações sem depender dos aparelhos repressivos estatais.

Nossa hipótese mais forte, no entanto, é a de que a relação do movimento LGBT com a memória da experiência história do terrorismo de Estado e suas consecutivas alianças políticas com movimentos sociais que lutam contra as violências estatais levariam a estratégias distintas de combate à LGBTfobia. No caso argentino, a proximidade de setores do movimento LGBT, desde seu ressurgimento em 1984, com as Mães da Praça de Maio e a viva memória da ditadura civil-militar, atrelada ao vivo resgate histórico desse período na cultura política argentina em geral, teria posto em outros termos a relação com a democracia e com as promessas das instituições repressoras estatais. Como afirma Lohanna Berkins, seria contraditório pedir garantias a um Estado que é o primeiro violador dos direitos humanos (Berkins, 2008) – o Estado, ao máximo, poderia garantir um piso mínimo de cidadania, como no caso da Lei de Identidade de Gênero, a partir da qual prometeria deixar de violar o direito ao nome das pessoas trans e travestis. No Brasil, por outro lado, a fraca memória coletiva de amplos setores do movimento LGBT em relação à ditadura civil-militar (que seria um sintoma de uma memória coletiva mais ampla ainda por se fazer) e as articulações de baixa intensidade com mobilizações que combatem a violência de Estado levariam à desarticulação deste movimento das críticas mais contundentes ao sistema penal. A luta contra a LGBTfobia passaria, assim, a não ser pensada nos mesmos termos que as lutas argentinas e se revestiria de outros sentidos, de modo a se priorizar a reivindicação de garantias criminais a um Estado não construído, por esses setores do movimento LGBT brasileiro, como primeiro violador de seus direitos, mas primordialmente como protetor.

Ao expandir o conceito de LGBTfobia para práticas estatais e coloniais, como realizamos no início do percurso deste texto, podemos levantar a hipótese de que a experiência histórica das dissidentes sexuais e de gênero com os aparelhos repressivos do Estado poderia constituir uma chave explicativa central para se considerar os diferentes caminhos que podem ser trilhados por movimentos LGBTs de distintos países no combate à LGBTfobia. Tanto as contribuições teóricas latinoamericanas sobre a LGBTfobia quanto as trajetórias das experiências históricas de lutas contra a

LGBTfobia na América Latina têm, assim, potencial de expandir os horizontes tanto de análise quanto de luta para além dos caminhos teorizados e vividos pelos movimentos de dissidências sexuais e de gênero no Norte e no Sul global. Pretende-se, assim, com as reflexões aqui construídas, contribuir para que possamos, como diria a chilena Hija de Perra, construir, desde nossas terras latinoamericanas, lutas contra a LGBTfobia que configurem resistências capazes de propiciar uma “constante destruição e criação amorosa” (Perra, 2014: 8).

Referências

- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands: la frontera*. San Francisco: Aunt Lute, 1987.
- BARRANCOS, Dora. Géneros y sexualidades disidentes en la Argentina: de la agencia por derechos a la legislación positiva. In: *Cuadernos Inter. cambio sobre Centroamérica y el Caribe* 11.2. p. 17-46, 2014.
- BARRIENTOS, Jaime. Situación social y legal de gays, lesbianas y personas transgénero y la discriminación contra estas poblaciones en América Latina. In: *Sexualidad, Salud y Sociedad. Rio de Janeiro*. 22. p. 331-354, 2016.
- BARROS, Olavo. Justiça argentina reconhece ‘travesti’ como identidade de gênero. 2019. Disponível em: <https://ponte.org/pela-primeira-vez-justica-argentina-reconhece-travesti-como-identidade-de-genero/> Acesso em 15 de maio de 2019.
- BELLUCCI, Mabel. *Historia de una desobediencia. Aborto y feminismo*. Buenos Aires: *Capital Intelectual*. 2014.
- _____. *Orgullo: Carlos Jáuregui, una biografía política*. Emecé, 2010.
- BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. In: *Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar* 4.1.2014.
- BERKINS, Lohana. Travestis: una identidad política. 2006. Disponível em: https://hemisphericinstitute.org/pt/emisferica-42/4-2-review-essays/lohana-berkins.html#_edn1 Acesso em 10 de junho de 2019.
- _____. JONES, Daniel. Entrevista con Lohana Berkis. CLAM. 2008. Disponível em: [http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Entrevista%20con%20Lohana%20Berkis\(1\).pdf](http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Entrevista%20con%20Lohana%20Berkis(1).pdf). Acesso em: 15 de junho de 2019.
- CARRASCO, Adriana. “La ley a ti debida”. 2018. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/136990-la-ley-a-ti-debida>. Acesso em 8 de maio de 2019.

- COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Edufba, 2015.
- CURIEL, Ochy. *La nación heterosexual. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Bogotá: Brecha Lésbica. 2013.
- FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: *Para inglês ver*. p. 87-115, 1982.
- LUGONES, María. Heterosexualism and the colonial/modern gender system. In: *Hypatia* 22.1. p. 186-219, 2007.
- MAXIMO, Matias. Reconocer y reparar. 2018. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/124589-reconocer-y-reparar> Acesso em 10 de maio de 2019.
- MOMBAÇA, Jota. “Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência.” *Oficina de imaginação política. Fundação Bienal de São Paulo*. 2016.
- MOTT, Luiz. *Boletim do Grupo Gay da Bahia*. Editora do Grupo Gay da Bahia: Salvador, 2011.
- PERRA, Hija de. Interpretações imundas de como a teoria queer coloniza nosso contexto sudaca, terceiro-mundista e pobre de aspirações, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados pela heteronorma. In: *Revista Periodicús*. 2014.
- SIMÕES, Júlio A.; FACHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2009.
- SÍVORI, Horacio Federico. Motivo Homofobia: Mobilização LGBT, Violência e Justiça Penal na Argentina e no Brasil. In: *37º Encontro Anual da ANPOCS*, 2013, Águas de Lindóia. Programa e Resumos 37º Encontro Anual da ANPOCS, p. 262-263, 2013.
- _____. Nuevos derechos para LGBT en Argentina y Brasil. In: *President's Report*, p. 7, 2011.
- THE COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. A Black Feminist Statement. In: *The Feminist Press*, v. 42, nº 3/4, pp. 271-280, 2014 [1977].
- WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, nº 02, v. 01, 2001.

Mulheres lésbicas, violência e espaço urbano: o que podemos apreender das experiências de São João Del Rei, Brasil e Guanajuato, México

Maria Emília Barros Rezende*
Daniela Abritta Cota**

Introdução

A forma como são construídas as descrições de gênero na sociedade contribuem para dar visibilidade ou invisibilidade aos grupos sociais, pois entender a sexualidade como construção social é também parte das construções de gênero numa sociedade binária, que considera normal falar de uma sexualidade heterossexual, em que homens e mulheres possuem lugares específicos e que mantém padrões de comportamentos sexuais e com relações amorosas também determinadas. Neste contexto, a orientação sexual, numa sociedade que mantém o discurso da heteronormatividade como padrão estabelecido e imposto invisibiliza e até mesmo desconstrói outras possibilidades de expressão da sexualidade e das formas afetivas presentes no cotidiano das pessoas.

Este sistema organizado sob a heteronormatividade, além de trazer o estigma social do patriarcado, que coloca a mulher numa situação de inferioridade, é permeado de discriminação e preconceito, levando a casos de violência contra as pessoas que contrariam o “padrão” estabelecido.

Assim, buscamos, neste trabalho, analisar duas experiências de violência urbana às mulheres lésbicas – uma em São João Del Rei, Brasil e outra em Guanajuato, México – no sentido de refletir sobre o papel da arquitetura e do urbanismo na produção de cidades menos hostis à mulher lésbica.

As cidades foram escolhidas a partir das experiências empíricas vivenciadas por uma das autoras por meio de um intercâmbio acadêmico que permitiu observar algumas semelhanças existentes entre as duas cidades, tais como a importância delas em relação ao contexto histórico colonizador, a formação social tradicional e conservadora, a

* Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: memiliabrezende@gmail.com

** Doutora em Geografia pela UFMG; professora do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSJ. E-mail: abritta@ufsj.edu.br

religiosidade, a economia baseada no turismo e educação universitária e também, as diferenças em relação à abertura e participação da comunidade LGBTQ+ na cidade.

Buscamos evidenciar como a cidade, pensada sob a heteronormatividade limita o direito de ir e vir àqueles que não se enquadram no padrão supostamente estabelecido e, por extensão, acabam tendo restringido seu “direito à cidade”.

Metodologia

1. Revisão bibliográfica;
2. Questionários *online* realizados com este público-alvo para o levantamento de dados em relação às violências urbanas (simbólicas ou físicas) e quais aspectos do urbano – a partir dos 6 pontos levantados por Ciocoletto (2014): proximidade, diversidade, autonomia, vitalidade e representatividade – estão presentes ou ausentes no espaço que proporcionam a sensação de segurança do mesmo;
3. Análise de dados sobre a violência urbana sofrida pelas mulheres lésbicas nos dois casos;
4. Apontamentos com avaliação crítica da realidade a partir da experiência vivenciada pelos sujeitos pesquisados.

Desenvolvimento

Violência contra a mulher, heteronormatividade e espaço urbano

Vianna (2014) aponta que as mulheres sentem e vivenciam um risco constante de serem vítimas de violência nas cidades enquanto precisam sair às ruas para exercerem tarefas cotidianas. Isso, de certa forma, reafirma o fato de que os espaços públicos, a rua e a cidade, não lhes pertencem e estes espaços não são preparados para as demandas da mulher.

Além disso, relatórios da *ONU Mulheres* e da *Action Aid apud Siqueira (2015)*, reconhecem que o medo é um limitante de uso de espaços públicos que acarreta em “normas” coletivas de horários e locais “permitidos” ou “proibidos” em determinadas partes das cidades.

Segundo Ana Falú (2009), as violências a que estão submetidas as mulheres tanto em espaços públicos como em espaços privados têm como foco o corpo da mulher: ele é o território que está em jogo para ser “ocupado”, “apropriado”, “percebido como disponível”, mas é também uma “categoria política e social” que exerce direitos e resiste às violências, além de revelar as outras discriminações às quais esses corpos estão inseridos como em relação à orientação sexual, raça e étnica, condições físicas e econômicas, etc.

A heteronormatividade se constitui sob uma das formas de dominação masculina (Bourdieu, 2012). Assim, a heteronormatividade sob a qual são organizadas as cidades irá refletir na forma de apropriação (ou não) dos espaços públicos, já que os corpos que transgridem a ela são considerados não adequados e, por isso, sujeito às violências, sejam físicas ou simbólicas. Incluem-se neste “padrão” as maneiras de se vestir, se portar e ela também convencionada como devem ser as relações afetivas-sexuais, tornando assim, a comunidade LGBTQ+ “errada” na forma de se relacionar, de se vestir e também de transitar pela cidade. Uma vez que, ela se estende nas cidades, ocorre o que é chamado por Carvalho; Junior (2017) de “cidade-armário”, ou seja, extensão da hierarquização e o silenciamento da sexualidade existentes no espaço privado. Segundo estes autores, àqueles corpos não-dóceis, resta, então, o medo da rua, o medo da cidade (Carvalho; Junior, 2017, p. 110).

Assim, a comunidade LGBTQ+, recortada aqui nas mulheres lésbicas, está submetida tanto às violências físicas quanto simbólicas. Foram registradas, pelo *Grupo Gay da Bahia*, 420 mortes por LGBTfobia no Brasil em 2018, o país que mais mata travestis e transexuais no mundo.

Em relação às mulheres lésbicas, o levantamento de dados realizado e disponível no *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil* revela que a maioria dos assassinatos foram realizados em locais públicos e ermos, contra mulheres na faixa etária que compreende entre 15 e 29 anos, com características não-feminilizadas, negras e com maiores índices na região Sudeste, principalmente nas cidades interioranas.

Análises a partir da aplicação de questionário

A aplicação do questionário online específico com o público-alvo de vivências lésbicas visou o levantamento de dados em relação aos tipos de violências urbanas (simbólicas ou físicas) que as mulheres lésbicas estão submetidas em São João del-Rei e em Guanajuato. O levantamento de dados permitiu a espacialização dos locais de violência e também, a partir dos pontos levantados por Ciocoletto (2014) – proximidade, diversidade, autonomia, vitalidade e representatividade – estão presentes ou ausentes segundo essas mulheres. A questão aberta presente no questionário visou a entender quais são as necessidades individuais e como elas se cruzam no coletivo. A partir do questionário e análises de cada cidade, foram feitos os apontamentos finais que são as comparações e divergências existentes entre as mesmas.

Para a cidade de São João del-Rei, os dados coletados a partir do questionário online aplicado, serviram de embasamento para foto-colagens de propostas de intervenção para locais tidos como inseguros e onde ocorrem violências lesbofóbica e, também para intervenção com lambe-lambes e desenvolvimento de um aplicativo de mapeamento de violências lesbofóbica.

São João del-Rei, Minas Gerais – Brasil.

São João del-Rei está localizada na região do Campos das Vertentes, a cerca de 180 km da capital de Minas Gerais – Belo Horizonte –, Brasil, e possui uma população com cerca de 89.000 habitantes (*IBGE, 2014*). É uma cidade interiorana e com centro histórico com características do século XIX, uma economia alimentada prioritariamente pelo setor de serviços, com ênfase em educação – instituições de ensino superior pública (federal), privada e instituto federal.

Apesar da formação tradicional mineira, há uma abertura para o cenário LGBTQ+ na cidade – que não necessariamente garante a segurança dos mesmos. São João del-Rei conta com legislação LGBTQ+ que prevê algumas ações do município no combate às práticas discriminatórias por orientação sexual, a Lei Rosa (Lei nº 4.172, 12 de dezembro de 2007). Entretanto, tal lei não se encontra efetiva, já que pouca repercussão prática há na cidade.

Além disso, São João del-Rei possui a Delegacia da Mulher; porém não há nenhum mapeamento de dados sobre a violência homofóbica, o que invisibiliza os casos de ódio e opressão, além de dificultar a espacialização dos mesmos.

O questionário aplicado ficou disponível durante 05 meses – outubro de 2018 a março de 2019 – e foi respondido por 75 mulheres com vivência lésbica em São João del Rei. Mulheres em maioria na faixa etária de 20 a 29 anos (78,7%), seguida de até 19 anos (16%) e em menor quantidade na faixa de 30 a 39 anos (5,3%) e é a partir dessas vivências que baseamos nossas análises.

A maior parte dessas mulheres não são nativas de São João del-Rei (84%) e suas moradias estão distribuídas nos principais bairros da cidade, com destaque para o Centro, Fábricas e Matosinhos. Em outros bairros, elas atingem a porcentagem de 16%.

Apenas 04 mulheres responderam que não tem medo de sair sozinha à noite, a grande maioria diz que tem medo e os principais motivos são: por ser mulher, pelo medo de sofrer algum tipo de assédio ou abuso sexual, violência lesbofóbica e assalto.

O período ao qual elas se sentem mais seguras é o vespertino (tarde) com 69,3% das mulheres. Dentre os bairros citados, o eleito mais seguro foi o Centro (65,3%) e o menos seguro, o bairro Tejuco (38,7%). Há mulheres que responderam que se sentem inseguras em todos os bairros e ruas da cidade, sentindo-se seguras apenas em casa.

A partir dos aspectos urbanos apontados por Ciochetto (2014) – proximidade, diversidade, autonomia, vitalidade e representatividade – as mulheres marcaram uma ou mais opções, julgando o que as fazem sentir-se seguras ou não no espaço – como pode ser observado na imagem a seguir (Fig. 01 e Fig. 2):

Mulheres lésbicas, violência e espaço urbano: o que podemos apreender das experiências de São João Del Rei, Brasil e Guanajuato, México



Figura 1: Porcentagem de acordo com as opções marcadas pelas mulheres lésbicas que as fazem sentir seguras no espaço. Elaboração: Maria Emília Barros Rezende, 2019.



Figura 2: Porcentagem de acordo com as opções marcadas pelas mulheres lésbicas que as fazem sentir inseguras no espaço. Elaboração: Maria Emília Barros Rezende, 2019.

Depois de apontar quais as características ausentes no espaço que as fazem sentir inseguras, as mulheres fizeram algumas propostas para a melhoria do local e as mais citadas foram: iluminação das ruas, mais atividades comerciais acontecendo no local – principalmente no período noturno – para o aumento do fluxo de pessoas, ocupação dos espaços públicos com atividades culturais diversas e policiamento.

Mais da metade das mulheres (58,7,9%) afirmam já terem sofrido violência lesbofóbica nas ruas, seja ela simbólica ou física e de acordo com os relatos, surpreendentemente elas ocorreram em maioria nos bairros considerados mais seguros – como o Centro e Fábricas. Há relatos de violência também em locais privados como festas de repúblicas e boate LGBTQ+.

Guanajuato, Guanajuato - México

Guanajuato é a capital do estado que leva o mesmo nome, está localizada cerca de 360 km da Cidade do México ao sudoeste e possui uma população com cerca de 200.000 habitantes. A cidade faz parte da rota da independência mexicana e possui uma arquitetura colonial espanhola fazendo com que sua economia seja alimentada prioritariamente por turismo e serviços relacionados ao mesmo. A vida noturna e cultural é agitada – o que a torna a cidade uma das capitais culturais mexicanas e além disso, é uma cidade universitária – Universidad de Guanajuato.

Uma pesquisa realizada em 2017, revelou que 69% dos guanajuatenses são homofóbicos (Redaccion AM, 2018) e acreditam nada ou pouco justifica duas pessoas do mesmo sexo serem um casal. Além disso, Guanajuato também está entre os estados com taxas elevadas de feminicídio, como demonstra a pesquisa levantada pelo Secretariado Ejecutivo del Sistema Nacional de Seguridad Pública (Gândara, 2019).

O questionário aplicado ficou disponível durante 02 meses – novembro de 2018 a janeiro de 2019 – e foi respondido por 17 mulheres com vivência lésbica na cidade de Guanajuato, GTO, México. Mulheres em maioria na faixa etária de 20 a 29 anos (82,4%), seguida pela faixa de 30 a 39 anos (11,8%) e em menor quantidade até 19 anos (5,9%) responderam o questionário e é a partir dessas vivências que baseamos nossas análises. A maior parte dessas mulheres não são nativas de Guanajuato (70,6%) e suas moradias estão distribuídas nos principais bairros da cidade, com destaque para a Zona Centro.

Destas 17 mulheres, somente 02 responderam que não tem medo de sair sozinha a noite, a grande maioria diz que tem medo e os principais motivos são: insegurança e pelo medo de ser assaltada e/ou violentadas. O período ao qual elas se sentem mais seguras é o matutino (manhã) com 64,7%. Dentre os bairros citados, o eleito mais seguro foi Zona Centro (94,1%) e o menos seguro Colonia Pastita (52,9%).

As mulheres lésbicas fizeram os seguintes apontamento em relação aos elementos de análise urbana que as fazem sentir seguras ou não nos espaços urbanos (Fig. 3 e Fig. 4):

Mulheres lésbicas, violência e espaço urbano: o que podemos apreender das experiências de São João Del Rei, Brasil e Guanajuato, México



Figura 3: Porcentagem de acordo com as opções marcadas pelas mulheres lésbicas que as fazem sentir seguras no espaço. Elaboração: Maria Emília Barros Rezende, 2019.



Figura 4: Porcentagem de acordo com as opções marcadas pelas mulheres lésbicas que as fazem sentir inseguras no espaço. Elaboração: Maria Emília Barros Rezende, 2019.

Depois de apontar quais as características ausentes no espaço que as fazem sentir inseguras, as mulheres fizeram algumas propostas para a melhoria do local e as mais citadas foram: iluminação das ruas, policiamento e lugares de convivência. Dentre as 17 mulheres, 7, ou seja, 41,2% afirmam terem sofrido violência lesbofóbica.

Apontamentos finais

É importante observar que nas duas cidades, a maior parte das mulheres que responderam ao questionário, não são da cidade; o que nos leva a pensar como o tradicionalismo e conservadorismo desses locais ainda impede de expressar livremente e dar visibilidade à sua orientação sexual.

O questionário aplicado permitiu perceber que a insegurança nas ruas ocorre predominantemente por ser mulher, seja ela homossexual ou heterossexual. Entretanto, as violências sofridas por elas são diferentes. Há violências que são cometidas estritamente pela orientação sexual e a heteronormatividade das cidades invisibiliza a existência dessas mulheres lésbicas e as torna marginalizadas.

Nas duas cidades foi apontada a falta de estrutura urbana como sendo o principal fator que proporciona a sensação de insegurança, seguido da ausência de vitalidade no local. Nos dois parâmetros que seguem há uma divergência considerável, apesar de seguir a mesma ordem de prioridade, em relação à representatividade e diversidade de uso e atividades acontecendo. Em São João del-Rei, a necessidade pelos dois se mostra mais intensa pelas mulheres e isso pode ser atribuído: a) à concentração de atividades/uso no Centro da cidade; b) e também à falta de abertura à discussão e ao debate sobre a temática, necessitando assim, alguém/ um representante que possa levar e ouvir suas demandas.

Os horários que as mulheres circulam com maior segurança nas duas cidades divergem – matutino e vespertino – porém a insegurança é maior à noite igualmente. Evidencia-se assim, que a violência contra as mulheres lésbicas tem uma dimensão espaço-temporal. A iluminação adequada e policiamento das ruas é a maior necessidade na estrutura urbana, segundo as mulheres das duas cidades.

Tanto em São João del-Rei quanto em Guanajuato, o Centro da cidade foi apontado como sendo o bairro/zona mais segura, porém, é nele que ocorre a maioria dos casos de violência. Isso nos leva a refletir que mesmo que exista iluminação adequada, fluxo de pessoas e diversidade de atividades no local em diferentes períodos do dia essas ações (características apontadas por Ciocoletto, 2014) não são suficientes para promover a sensação de segurança para as mulheres lésbicas. Também em ambos os casos a possível lesbofobia expressada como violência simbólica (verbal, geralmente) condiciona e limita o acesso a espaços públicos pelas mulheres lésbicas.

É necessário viabilizar um espaço de discussão, questionamento sobre a temática. Acreditamos que a visibilidade é um meio para que possamos subverter a ordem vigente e possibilitar a emergência de posicionamentos e atitudes não hegemônicas na cidade.

“Direito à cidade” também é sobre poder apropriar e participar dos espaços da cidade e a mesma vai se reformulando para refletir a organização social vigente. Estamos avançando nas pautas dos grupos minoritários e a cidade deve acompanhar nesta direção, para que esses grupos, aqui representado pelas mulheres lésbicas, possam usufruir dos equipamentos urbanos, espaços de convivência, transitar livremente pela cidade ou desenvolver qualquer tarefa produtiva ou reprodutiva sem medo ou represália. Além disso, utilizar esse grupo como centro de estudo frente ao direito à cidade, pode trazer novas visões e perspectivas ainda invisíveis. (Rodó-de-Zarete, 2016).

Acreditamos que na América Latina não só o enfoque de gênero deve ser incorporado no debate sobre o “direito à cidade”, mas a interseccionalidade entre esta categoria, a orientação sexual, a raça e a faixa etária para que possamos “construir outros modos de viver e imaginar a cidade” (Villagrán, 2018, p. 26, tradução nossa).

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.
- CARVALHO, Claudio Oliveira; JÚNIOR, Gilson Santiago Macedo. ‘Isto é um lugar de respeito’: A construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. In: *Revista de Direito da Cidade*, Rio de Janeiro, v. 09, nº 1, p. 103-116, 2017. Disponível: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/issue/view/1456>> Acesso em: 21 de dez. 2017.
- CIOCOLETTO, Adriana; 6, Col.lectiuPunt. Evaluacióndelespacio urbano. In: CIOCOLETTO, Adriana; 6, Col.lectiuPunt. *Espacios para la vida cotidiana: Auditoría de Calidad Urbana con perspectiva de Género*. Barcelona: Editorial Comanegra, 2014. p. 40-74. Disponível em: <<https://issuu.com/punt6/docs/espaciosparalavidacotidiana>>. Acesso em: 08 jun. 2018.
- FALÚ, Ana. Violencia y discriminacionesenlasciudades. En A. Falú (Ed.) *MujeresenlaCiudad. De Violencias y Derechos*. Santiago de Chile: RedMujer y Hábitat de América Latina y EdicionesSur, 2009.
- GÁNDARA, Sugeyry. Los feminicidiossubenen 50% del país; lopeorlovivenenJalisco, BC, Guanajuato, Campeche y QRoo. México, 5 fev. 2019. Disponível em: https://www.sineembargo.mx/05-02-2019/3531979?fbclid=IwAR24p7ftTjtXfiZ9SLmty1bkSP2oqCnLXWLSa_SnXGec4oN2EVnmFnEN6s. Acesso em: 20 mar. 2

- PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017, Rio de Janeiro, In: *Livros Ilimitados*, 2018. Disponível: <<https://www.nis-ufrij.org/livros>> Acesso em: 13 de mar. 2018.
- REDACCIÓN AM. Encuesta estima 69% de los guanajuatenses son homófobos. México, 3 set. 2018. Disponível em: <https://www.am.com.mx/noticias/Encuesta-estima-69-de-los-guanajuatenses-son-homofobos-20180903-0116.html>. Acesso em: 5 set. 2018.
- RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria. ¿Quién tiene Derecho a la Ciudad?: Jóvenes Lesbianas en Brasil y Cataluña desde las Geografías Emocionales e Interseccionales. In: *Revista Latino-americana de Geografía e Género*, Ponta Grossa, v. 7, nº 1, p. 3-20, jan./jul. 2016. Disponível: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/8013>> Acesso em: 9 de mar. 2019.
- VIANNA, Fabíola Lessa. *Mulheres na cidade: a invisibilidade e a exploração da condição da mulher no espaço urbano*. São Paulo, 2014.
- VILLAGRÁN, Paula Soto. *Hacia La construcción de unas geografías de género de la ciudad. Formas plurales de habitar y significar los espacios urbanos en Latinoamérica*. *Perspectiva Geográfica*, 23(2).2018.

PARTE II
MIGRAÇÃO, DESLOCAMENTOS E MEMÓRIAS

Movimentos migratórios – Um projeto em construção

Lucilene Cury*

Introdução

Desde 2015 o Projeto “Movimentos Migratórios” vem estudando a temática da migração nos tempos globais contemporâneos, iniciando pelo caso dos haitianos em São Paulo, que buscou analisar os relatos desses imigrantes e refugiados que vivem na cidade de São Paulo, depois do forte terremoto que abalou o país, já muito debilitado pela miséria e pelas demais crises pelas quais passou, ao longo do tempo. Tudo isso, aliado ao processo de globalização mundial, que apresenta cada vez mais fluxos humanos que se deslocam para os lados possíveis, onde possam viver, ainda que em condições desumanas, como pode ser verificado tanto na América Latina, que é o caso deste trabalho, como em outras regiões do mundo. Entretanto, muitas barreiras ainda se levantam como reação a esse processo, sejam elas econômicas políticas e culturais, sugerindo a necessidade da hospitalidade para essa sociedade planetária, tão afetada pelos fluxos humanos em constantes movimentos.

Entre os anos de 2016 e 2017 a pesquisa, em sua segunda etapa, tratou dos fluxos internacionais que abalaram a União Europeia, mais especificamente do caso do povo sírio em sua caminhada rumo à Alemanha e mostrou que os homens tendem a destruir e a rejeitar o desconhecido, quando então, o medo assolou as populações dos países em geral. Medo do desemprego, da violência e dos efeitos da instabilidade financeira que ronda o mundo todo, nestes tempos de globalização desenfreada.

Na sua terceira etapa, de 2017 a 2018, a pesquisa analisou a possível hospitalidade oferecida pela população brasileira aos estrangeiros (principalmente os refugiados) e a relação com sua antítese, a hostilidade que afeta os imigrantes e os refugiados que se deslocaram em grande número para o Brasil, principalmente ao estado de Roraima, criando situações que demandaram ações governamentais imediatas e pontuais, para que essa superpopulação da capital Boa Vista, pudesse enfrentar as precárias condições de saúde, de educação, de habitação, todas elas, básicas para a vida humana, de adultos e de crianças.

* Profa. Dra. Associada na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP).
E-mail: lucilene@usp.br

Movimentos migratórios – Um projeto em construção

Dentre essas medidas destacou-se a transferência de venezuelanos para os estados de São Paulo e do Mato Grosso, determinada pelo Governo Federal, a partir da qual foram destinadas a São Paulo cerca de 150 (cento e cinquenta) pessoas, com filhos pequenos, que passaram a ser atendidos pela Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo, em colaboração com o Governo Estadual.

Posteriormente, de 2018 a 2019, o projeto em sua quarta fase, está voltado para a grave crise humanitária que se instalou na fronteira do México com os Estados Unidos, colocando em situação de total desumanização, grupos de pessoas de toda a América Central, tentando escapar da violência instalada na região. Imagens avassaladoras registraram atos de pura barbárie, tais como as que se encontram a seguir:



EUA lançam gás lacrimogêneo contra imigrantes na fronteira
Foto: Kim Kyung-Hoon / Reuters



Menina hondurenha chora enquanto sua mãe é detida por agentes de fronteira no Texas
Foto: John Moore / 12 jun. 2018 / Getty Images

Ainda neste ano, iniciou-se a quinta fase da pesquisa “Movimentos Migratórios”, voltada para o grupo dos haitianos e principalmente, para sua cultura, com destaque para o cinema e para o audiovisual, conforme propõe o projeto intitulado “Culturas Imigrantes”, que deve ser realizado até o próximo ano (2020).

A seguir, apresentam-se os projetos citados.

Fase 1 (2015 – 2016)

1. Título: Movimentos Migratórios no Brasil Hoje: o caso dos Haitianos em São Paulo

2. Resumo

O Projeto volta-se à comunidade dos haitianos que se encontram em São Paulo, em busca de melhores condições de vida. Encontra-se neste tema um importante motivo para envolver atividades importantes para colaborar com as ações que vêm sendo realizadas no Brasil para enfrentar o problema das migrações latino-americanas e, principalmente a vinda dos haitianos a São Paulo. Destacam -se aí as ações da Pastoral.

Fase 2 (2016 – 2017)

1. Título: Movimentos Migratórios II - Estudo de movimentos migratórios no contexto da globalização mundial.

2. Resumo

O fenômeno da migração se dá hoje num contexto global, complexo e conectado. As estruturas políticas modernas têm se mostrado insuficientes para lidar com essa questão, que tem aparecido como uma das principais do tempo presente. Nesse sentido, este projeto se propõe a repensar os conceitos de globalização, complexidade, conectividade e outros, sob uma ótica mais humanista, que valorize a identidade e acultura dos sujeitos protagonistas dos movimentos migratórios. Estudos já iniciados sobre o tema/problema, a partir do Projeto de Pesquisa – “Movimentos Migratórios no Brasil Hoje: o caso dos Haitianos em São Paulo” – demonstram essa lacuna, relacionada ao que entende ser “hospitalidade”, principalmente através de depoimentos de haitianos que afirmaram não ser o Brasil um país acolhedor, ainda que haja por parte do grupo disposição para trocas culturais, quando se observa principalmente a facilidade com que se utilizam do idioma português para a comunicação com os brasileiros. Ao mesmo tempo, salienta-se que, com o agravamento político/econômico das consequências da globalização, os Estados, tanto os latino-americanos, que foram o principal problema investigado, quanto os europeus e os Estados Unidos, sofrem pressões e outros agravantes para o contorno da situação. Dessa forma, o presente projeto propõe a continuidade dos estudos já realizados, utilizando os resultados obtidos, para chegar ao problema no nível dos principais movimentos migratórios da Europa e

dos Estados Unidos, que constituem casos emblemáticos de desrespeito aos direitos humanos e atingem crianças e famílias inteiras em situação de risco, como foi amplamente divulgado pela mídia internacional, nos últimos meses.

Fase 3 (2017 – 2018)

1. Título: A Mobilidade Urbana no Brasil pós agravamento da crise político-econômica da Venezuela

2. Resumo

No âmbito do Projeto de Pesquisa – Movimentos Migratórios no Contexto da Globalização, em desenvolvimento na sua segunda fase, a atenção da pesquisa volta-se agora para o caso da situação do Brasil, com o crescente número de venezuelanos em busca de abrigo e refúgio. Fronteira com a Venezuela, o país é alvo da destinação dessa população carente de recursos, da escassez de alimentos, em grave crise econômica, o que faz com que o governo brasileiro venha recebendo cada vez mais pedidos de refúgio no país e causado grande para as autoridades brasileiras. O norte do país é o portão de entrada dessa população que chega até o pequeno município de Pacaraima no Norte de Roraima (com 16 mil habitantes) que depois seguem para a capital Boa Vista. Dentre eles encontram-se os indígenas que buscam a cidade para vender artesanatos e arrecadar dinheiro para voltar ao seu país e os não indígenas que tratam de se regularizar no Brasil, trabalhar e começar uma nova vida. A análise desse fenômeno é o corpus principal do trabalho em pauta, que depois será inserido nos estudos já realizados anteriormente, para que possa gerar comparações entre eles, todos circunscritos no processo de globalização cada vez mais acentuado, com implicações humanas bastante preocupantes para todos, os sujeitos pesquisados e os estudiosos do tema.

Fase 4 (2018 – 2019)

1. Título: Os Movimentos Migratórios na fronteira México/Estados Unidos e seus efeitos nas sociedades globais latino-americanas.

2. Resumo

No âmbito do Projeto de Pesquisa – Movimentos Migratórios no Contexto da Globalização, em desenvolvimento nesta terceira fase, a atenção volta-se agora para o caso da situação do México e da América Central, principalmente, tendo em vista o elevado número de migrantes centro – americanos que tentam cruzar o território do México em direção aos Estados Unidos (cerca de meio milhão segundo dados do Instituto Nacional de Migración do México em 2017). A pesquisa volta-se também para a análise dos efeitos da chegada de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos, com propostas de intensificar as deportações de imigrantes ilegais no país e

de construir um muro na fronteira de 3.200km com o México (a ser pago por este), dentre outras medidas anti-imigração.

Fase 5 (2019 – 2020)

1. Título: Culturas Imigrantes

2. Resumo

O projeto “Culturas Imigrantes” está voltado à promoção do resgate da cultura dos haitianos, que foi deixada no país de origem desse povo abatido pelas dificuldades sociais e, principalmente pelo terremoto de 2011, o que impeliu a população a buscar saída em outros países, para obtenção de melhores condições de vida e muitos deles estão aqui no Brasil, conforme demonstraram as pesquisas já realizadas pelo Grupo de Pesquisa CNPQ – MEMI – Movimentos Econômicos & Migratórios – da ECA/USP. Acolhimento é a tônica do mesmo, como uma forma prática de reduzir a hostilidade, promovendo mais do que uma acolhida, o resgate e o reconhecimento da cultura do povo haitiano, enfatizando sua cultura cinematográfica e, através dessa ação, juntar esforços para tornar a vida mais amena, mais suave.

Assim, com essa breve descrição dos trabalhos já desenvolvidos e, em desenvolvimento, pode-se observar que a Equipe de pesquisadores e de alunos bolsistas, de Graduação e de Pós-Graduação, que participam deste “Projeto em Construção” têm, mais do que uma dedicação ao mesmo, de caráter acadêmica, uma visão humanista sobre o drama dos sujeitos envolvidos nos movimentos migratórios da atualidade no mundo e, na América Latina, em particular.

Por fim, pode-se afirmar que, através do acompanhamento de casos dos sujeitos e grupos populacionais em constante movimento na busca por melhores condições de vida, aliado ao referencial teórico escolhido e, através de entrevistas a autores dos estudos relacionados ao tema/problema, o “Projeto em Construção” procura delinear a situação em que se encontram povos mais desfavorecidos, em tempos de globalização acentuada, com o fim último de visualizar perspectivas favoráveis à sua inclusão social e ao pleno desenvolvimento humano destas sociedades planetárias.

Assim, através do acompanhamento de casos dos sujeitos e grupos populacionais em constante movimento na busca por melhores condições de vida, aliado ao referencial teórico escolhido com entrevistas a autores dos estudos relacionados ao tema/problema, procura-se delinear a situação em que se encontram os povos mais desfavorecidos, em tempos de globalização acentuada, com o fim último de visualizar perspectivas favoráveis à inclusão social e ao desenvolvimento humano das sociedades em geral.

Referências

- CANCLINI, Néstor García. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- CURY, Lucilene; BRITO NUNES, Gabriel; MORALES BAUTISTA, Ernesto. Migração. Uma responsabilidade compartilhada. In: *Revista Cadernos Prolam/USP*, v. 17, nº 32, p. 6-18, jan.jun.2018.
- DERRIDA, Jacques. *Da hospitalidade*. Ed. Escuta, São Paulo, 2003.
- Família venezuelana é explorada no Brasil, *Estadão*, 07/04/2018. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,familia-venezuelana-e-explorada-no-brasil,70002258113>. Acesso em: 09/04/2018.
- Com 40.000 venezuelanos em Roraima, Brasil acorda para sua ‘crise de refugiados’, *EL PAÍS*, 18/2/2018. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/politica/1518736071_492585.html>. Acesso em: 20/03/2018.
- Brasil concederá status de residente permanente a 44 mil haitianos, *Folha de S. Paulo*, 11/11/2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/11/1704865-brasil-concedera-permanencia-a-45-mil-haitianos-que-chegaram-desde-2010.shtml>. Acesso em: 02/04/2018.
- HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Ed. DP&A, Rio de Janeiro, 2005.
- KOZLAREK, Oliver; RÜSEN, Jörn (org.). *Humanismo en la era la globalización: desafíos y perspectivas*. 1ª ed., Buenos Aires: Biblos, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez, 2002.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2009.
- _____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: EDUSP, 2012.
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado*. 6ª ed. São Paulo: EDUSP, 2014.
- _____. *Por uma outra globalização*. 19ª ed. São Paulo: Record, 2015.
- SASSEN, Saskia. *Sociologia da globalização*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- Com crise venezuelana, governo deve reforçar fronteira e declarar emergência social em Roraima, *UOL Notícias*, 14/02/2018. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/02/14/venezuelanos-roraima-pacaraima.htm>>. Acesso em: 23/03/2018.

Flora Tristan, feminismos, deslocamentos e memórias de uma sociedade escravocrata

Maria Inês Amarante*

Introdução

No tempo de Flora Tristan

No decorrer do século XIX muitas feministas valorosas marcaram época por suas atuações, ideias e obras questionando o papel da mulher e o trabalho assalariado, uma vez que participavam tanto da produção industrial como da reprodução no meio privado (Sanchez apud Varela, 2005, p. 67). Com elas nasciam novos questionamentos, como por exemplo: – O trabalho assalariado era possível de ser compatível com a lida doméstica? – Haveria limites? – As mulheres deveriam ter salários equiparados com os dos homens?

Flora Tristan foi uma das primeiras a buscar respostas para estas indagações que a inquietavam. Em sua obra “União Operária” (1843) dizia estar convencida de que “todas as desgraças do mundo advém do esquecimento e do desprezo que até hoje se deu aos direitos naturais e imprescritíveis do ser mulher”, marcando assim suas ideias em tempos de socialismo utópico e em transição entre o feminismo ilustrado e o feminismo de classe, ou seja, marcando espaço enquanto pioneira do feminismo socialista.

Era extremamente raro o registro de mulheres que viajavam sozinhas em navios, ao contrário de tantos escritores e cientistas: o preconceito era inevitável e desencorajante e tal atitude condenada na sociedade francesa, que lhes negava vários direitos, sobretudo àquelas que não tinham o privilégio de possuir um elevado status social. Mas ela enfrentaria todas as dificuldades para realizar seu intento e, aos trinta anos, embarca no *Le Mexicain* munida de seu caderno de notas. O navio faz uma escala forçada no porto da Praia de Santa Maria¹, em maio de 1833, local onde permanece por dez dias e inicia suas observações.

Posteriormente, passa vinte meses no Peru e segue anotando suas impressões sobre a sociedade, as pessoas das quais se aproxima, em um diário autobiográfico

* Doutora em Comunicação e Semiótica. Pós-doutora em Ciências Sociais (Antropologia), Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. E-mail: ines.amarante@unila.edu.br

1. A Vila da Praia de Santa Maria seria promovida a cidade apenas em 1858.

que seria publicado em artigos e no livro *Peregrinações de uma pária*, em 1838. A escritora também partiria quatro vezes à Inglaterra e a condição dos ingleses inspira sua obra *Passeios em Londres*, lançada em 1840. De 1842 até sua morte, em 1844, fará uma nova peregrinação pela França, registrada no *Tour de France*, a fim de propagar suas ideias sobre a união dos operários, organização nacional socialista que idealizara.

Contudo, esquecida por mais de um século, teve sua trajetória resgatada em uma tese de Jules-L Puech, em 1925, que mereceu a atenção de vários estudiosos. Seu legado compõe-se de obras que continuam bastante atuais e têm sido reeditadas e traduzidas em vários idiomas.

Nossa proposta foi verificar como a passagem da escritora por Cabo Verde forneceu subsídios para que ela compreendesse a escravidão e, conseqüentemente, a opressão e o servilismo dos seres explorados no mundo do trabalho e nas sociedades coloniais dominadas pelas elites brancas da época e a influência que esse episódio teve na construção de seus ideais, traduzidos em obras que produziria até 1844, ano de seu desaparecimento.

Foi em Cabo Verde que testemunhou, pela primeira vez, a crueldade e a miséria, guardando na memória imagens tocantes que passaram a fazer parte das observações que registrou no curso de sua viagem ao Peru, expressando a revolta que sentia contra a exploração humana, uma vez que a ilha de Santiago servia de entreposto de escravos.

No final do século XVIII os portugueses controlavam aproximadamente 25% do comércio de escravos no Atlântico. Receava-se que esta porcentagem aumentasse com a guerra napoleônica, o distanciamento temporário dos franceses e com a retirada dos navios negreiros ingleses, afirma Turano (2014, p. 31)². Estes últimos, por sua vez, incrementaram o controle para dissuadir os portugueses a expandir seus negócios onde outrora navegavam. Com o deslocamento da família real portuguesa ao Brasil, Dom João manteve por mais de sessenta anos o comércio afro-atlântico, uma vez que representava um bom negócio no qual ele próprio teria investido, apesar dos inúmeros tratados assinados desde 1810 com a Inglaterra (Id. p. 32).

Durante os dez dias em que o navio de Flora Tristan permanece ancorado, ela visita Praia duas vezes, ocasião em que observa as altas personalidades que conhece: europeus que impunham ao povo negro uma submissão e maus tratos que «retirava-lhes qualquer virtude». Ela então inicia uma atenta peregrinação através da vida cotidiana destas pessoas e mergulha no fundo da miséria humana.

2. Segundo dados apontados por Turano (2014, p. 32), após a chegada de D. João VI ao Brasil, a importação de escravos aumentou cerca de dez a vinte mil por ano.

Entre os numerosos estudos realizados sobre a obra biográfica da escritora, esta breve e incidental passagem pela sociedade colonial, patriarcal e escravocrata caboverdiana, objeto desta pesquisa, não foi aprofundada. Contudo, tal viagem inaugura uma nova fase de sua vida, pois ao voltar à França torna-se escritora e ativista, publica artigos, um romance utópico e significativas petições: pelo restabelecimento do divórcio e contra a pena de morte. Daí a atualidade de Flora Tristan: a de ter sido uma pensadora que transitou entre o socialismo “utópico” e o “científico” e contribuiu para fundar as bases do que hoje se conhece como teoria feminista.

Cabo Verde na rota dos deslocamentos portugueses

Com o intuito de situar a passagem da escritora por Cabo Verde pesquisei um conjunto de elementos da história social do país que traduzem as representações da escravidão e a subserviência na vida cotidiana de seus habitantes, sobretudo das mulheres descritas pela autora. Entre estes, constam imagens cartográficas e iconográficas obtidas em arquivos portugueses e cabo-verdianos, evidenciando o *modus vivendi* e a forte presença europeia de portugueses, franceses, italianos e também de norte-americanos.

A atual República de Cabo Verde, situada na esquina entre três continentes, compreende dez ilhas principais, das quais nove são habitadas, e alguns ilhotes, com uma superfície total de 4.033 km². Estas ilhas estão situadas no Oceano Atlântico a aproximadamente 500 km ao largo da Mauritânia e do Senegal. Do ponto de vista climático, constituem um prolongamento da África saariana, caracterizada por chuvas esparsas e aleatórias. Um dos traços marcantes das ilhas de Cabo-Verde é a mestiçagem bem presente de sua população.

Como as ilhas se encontravam desabitadas no seu achamento, em 1460, Portugal reconheceu ser imperativo o seu povoamento e começa este processo por Santiago. Porém, “a escassez de recursos naturais, a aspereza do clima e o distanciamento em relação ao reino” constituíam constrangimento, inibindo a imigração livre e espontânea. Assim, para compensar a pouca atratividade e estimular o povoamento, o rei oferece amplos privilégios fiscais e comerciais àqueles que se dispusessem a fixar residência na ilha, o que se efetiva em 1466, segundo Ilídio Cabral Baleno (1989).

Lembra Correia e Silva & Cohen (2017, p. 107), que Santiago situava-se também no chamado “corredor de entrada” no Atlântico Sul e se necessitava de uma força militar que impedisse o desembarque de “intrusos” que porventura violassem o Tratado de Tordesilhas. Em sua história econômico-social está registrado o regime latifundiário praticado no local desde o início.

Para justificar a escravidão, cuja duração foi de quatro séculos, era preciso rebaixar o negro à condição de sub-homem, daí a negação de sua cultura e de seu pertencimento a uma civilização diferente”.³

As relações de classe estabelecidas entre homens brancos e escravas eram corriqueiras e os filhos que delas nasciam eram reconhecidos. Carrera (1977, p. 21-27) afirma que era possível o registro de paternidade em livros de batismo de filhos de homens brancos (branco da terra ou reinóis) de “classe preponderante”⁴ havidos com mulheres escravas, servas e fôrras, mesmo que fossem filhos de homens casados. O mesmo autor aponta para o fato de que os estrangeiros, inclusive religiosos, tinham uma vida livre para relacionar-se com as escravas e praticar o comércio de escravos. A escravidão seria definitivamente abolida, como registra Carreira (2000, p. 384), apenas em 1876.

Se no conceito europeu estes costumes podiam ser censuráveis, nas ilhas era aceitável, o que constitui uma poligamia de fato, não de direito (Carreira, 1977, p. 30). Assim, “a estrutura familiar nas ilhas foi, pois, baseada na ligação do homem com a mulher que escolheu” (Id. p. 29), sendo que a mãe solteira era considerada uma “realidade sociológica”.

Flora Tristan em Cabo Verde

A Ilha de Santiago, na época do desembarque da escritora possuía quatro mil habitantes na estação chuvosa (Tristan, 2000, p. 97) e era o ponto nevrálgico do comércio de escravos pelo Atlântico.

Não havia ali água encanada, segundo Lima (1844), uma providência que foi decretada em 1652 e só executada em 1839. A ilha sofria o que foi considerada por Carrera (2000, p. 204) “uma das mais calamitosas fomes do século XIX” e que atingiu todas as ilhas do arquipélago entre 1830 e 1833, deixando um número elevado de mortos. Além da fome e crises políticas, a capital também conheceu uma sublevação de escravos em 1835, violentamente reprimida pelo governador liberal da época, com fuzilamentos sem processo e torturas em praça pública, referendadas pelos proprietários dessa mão-de-obra (Correia e Silva; Cohen, 2017, p. 130-132), ferindo a ordem constitucional vigente e gerando conflitos entre o governador e o ex-prefeito da Praia. Receosos de novas repressões pelos liberais, os traficantes intensificaram o tráfico negreiro clandestino em parceria organizada entre Cabo Verde, Costa da Guiné, Cuba e os portos de Baltimore e Nova Orleans na América do Norte (Id., p. 134). Assim, navios negreiros iam e vinham do Porto da então Villa da Praia de Santa Maria.

3. Tradução livre do francês pela autora.

4. Governadores, ouvidores, desembargadores, elementos da classe militar e civil e alguns do clero.

Devido a uma avaria, o navio em que viajava Flora Tristan faz uma escala forçada em Praia, aos três dias do mês de maio de 1833.⁵ E ali ela iniciaria sua primeira incursão “pelo mundo da alteridade”, tal qual Darwin havia feito, na expressão de Correia e Silva (2014), ao referir-se à viagem do cientista que “inspirou belas páginas no Diário de Beagle”.

Flora tinha apenas trinta anos e tudo para ela era novo e pareceu inóspito. Ao avistar a ilha rochosa, ela parece antever a realidade que testemunharia naquele local, conforme a descrição minuciosa que publica em *Peregrinações de uma pária* sobre a baía de Santa Maria vista do mar: “O aspecto dessa terra, inteiramente negra, inteiramente árida, tem qualquer coisa de tão monótono que a gente se sente penosamente entristecido”, confessaria. Ela pensava que “uma ilha denominada Cabo Verde devia necessariamente oferecer à visão dos navegadores uma paisagem verdejante, pois se assim não fosse, como explicar a origem do nome?” (Tristan, 2000, p. 66). O acesso à cidade é descrito como perigoso e difícil, uma vez que ali não havia nenhum cais⁶ para facilitar o desembarque. Para subir à parte alta da Vila (Plateau), deviam subir por “uma pequena vereda traçada sobre os rochedos que estão na orla do mar...” Essa rota é perigosa, segundo conta (Id. p. 73): “a areia negra que recobre o rochedo cai sob nossos pés e, ao menor passo em falso corre-se o risco de rolar de rochedo em rochedo até o mar”.

Ela mencionaria posteriormente a boa aparência da Villa da Praya, com uma bela igreja recém-construída, vinte e dois canhões de grosso calibre, guarda militar, a casa do cônsul americano com um pequeno belvedere com vista para o alto mar. Ela também observaria as plantas: tufos de bananeiras, grupos de sicômoros e outras árvores de folhas largas. Contudo, a miséria que presencia era consequência da crise alimentar.

A tripulação do *Mexicain* é recebida pelo secretário do governador (capitão do porto) e convidada por seus aliados: um cônsul americano, a Sra. Watrin, o capitão Brandisco, um capitão de navio americano que visita o *Mexicain*. Posteriormente, encontra-se com o Sr. Tappe, francês, ex-jesuíta e comerciante que há anos vivia na ilha. A maior parte dos personagens descritos pela viajante, segundo citações bibliográficas e documentos levantados durante a pesquisa, efetivamente existiram, com presença bem marcada de franceses, norte-americanos, italianos, além dos portugueses colonizadores da Capitania.

5. O registro da chegada do navio *Le Mexicain* menciona que a embarcação veio “se refrescar” na Villa da Praya e que seguiria com destino a uma Ilha da França.

6. Uma ponte-cais da cidade da Praia seria inaugurada apenas em 1880, conforme dados obtidos por Gomes (2011, p. 65).

A viajante perceberá durante os dez dias que visita Praia, que todas as altas personalidades estavam diretamente envolvidas com o tráfico negreiro ou eram coniventes com os maus tratos que os escravos sofriam. A mentalidade exploradora do colono é a que prevalecia:

Os habitantes de La Praya trocam negros por farinha, vinho, óleo, arroz, açúcar e outros gêneros alimentícios, bem como objetos manufaturados de que precisam. Essa população é pobre, alimenta-se muito mal, e a mortalidade ali é considerável, pelas inúmeras doenças às quais os habitantes estão expostos (Tristan, 2000, p. 97).

Em um jantar na luxuosa residência do cônsul americano, que possuía escravos domésticos a seu serviço ela presenciaria uma cena cruel e violenta: o diplomata castigava “com golpes de vara um negro alto estendido a seus pés, e cujo rosto sangrava” (Id., p. 93).

A elite praiense era composta por personagens excêntricas. Uma delas era a Sra. Watrin, a senhora mais rica da cidade, viúva de um comerciante francês e que sentia muito apego à cultura francesa e admirava Napoleão. Ao conhecê-la, Flora marca seu desagrado ao sobrepôr a imagem desse personagem e seu comportamento, mostrando que as maneiras suaves que tinha contrastavam com uma aparência obesa e um modo grotesco de ser (Amarante, 2015). O escritor cabo-verdiano Henrique Santa Maria Vieira (1999, p. III), registra que o falecido Sr. Watrin, um francês de Bordéus, foi em vida mais conhecido na ilha como Watering e atuava como comerciante de confiança do governador Lencastre⁷, eleito em 1805 e acusado de “negócios escusos”. Carrera (1987, p. 24-5) relata que o político, convicto de sua impunidade, com o poder da coroa dividido entre Lisboa e o Brasil, estabeleceu ali “uma loja onde se vendiam gêneros a preços exorbitantíssimos”, tendo como caixeiro Watering, seu “testa de ferro”, uma vez que era proibido ao povo comprar estas mercadorias a bordo de navios.

Entre as personalidades praienses destaca-se também o veneziano chamado pela escritora de Brandisco, que visita a tripulação do *Mexicain* logo após a chegada da embarcação. Segundo ela, a escuna que comandava provinha de Serra-Leoa e ele “se gabava de ser casado com uma parisiense da Rua Saint Denis” (Tristan, 2000, p. 69). Um registro da chegada dessa escuna encontra-se na página 15 do *Livro de termos de Entradas e Visitas dos navios na Alfândega da Praia* (1833-1837). No entanto, na assinatura do comandante lê-se Bradisco. O capitão do *Mexicain* – Chabrié compreende que Bradisco havia sido proprietário de um *navio negreiro* que fora confiscado pelos ingleses que controlavam o tráfico Atlântico de escravos.

A “galeota” na qual viajava Bradisco tinha uma tripulação composta de oito homens negros, todos altos e fortes, “capazes de derrubar seu amo com um único murro”, observa o Sr. Briet, passageiro do *Mexicain* (Tristan, 2000, p. 96). A viajante compreenderá, uma vez mais, o valor atribuído à mercadoria humana durante este

7. Lencastre foi o primeiro provedor da Santa Casa de Misericórdia (Carreira, 1987, p. 64).

encontro, pois Brandisco lhe confessa que os navios negreiros levavam sempre pequenos colares de vidro que eram trocados por crianças africanas. Na ocasião, ele lhe oferece “dois lindos negrinhos... bons, honestos, bem treinados, fortes e sadios” (Id.) para que ela os conserve a seu serviço. Um deles, de quinze ou dezesseis anos, se posta diante dos dois e o italiano elogia sua mercadoria. Ela então pede para retirar-se da embarcação e desabafa: “Esse ato de barbárie me fez pensar em todos os males da escravidão, dos quais La Praya me ofertara um quadro odioso” (Id.).

O único habitante citado sobre o qual não foi possível obter pistas mais concretas foi o ex-seminarista Tappe. O Sr. Tappe, francês de Bayonne, instalado há catorze anos em Praia fora educado na França em um seminário católico e partiu, após a ordenação, para uma missão de evangelização em Cabo Verde, tornando-se rapidamente um dos comerciantes de escravos mais prósperos e honrados do local. Vieira (1999, p. III) situa sua chegada em 1819 com o objetivo de “converter os povos selvagens votados à idolatria” e realça as impressões de Flora Tristan chamando-o de “glutão que falava latim, que descrevia passagens da Sagrada Escritura, que conhecia o hebreu”. Já Flora Tristan descreve o ex-religioso como uma criatura imunda, um “antropófago disfarçado de cordeiro”, um “animal selvagem”. Ao vê-lo, sente “uma dessas repugnâncias instintivas” (Tristan, 2000, p. 88-90). O Sr. Tappe possuía dezoito negros, vinte e oito negras e trinta e sete negrinhos que “se portavam bem” graças ao chicote que trazia enrolado na cintura. Ele se referia aos negros como “animais odiosos” e “miseráveis criaturas más” que deviam ser tratadas «a chicotadas» (Id., p. 91). Na época, representavam uma mercadoria pouco rentável, em comparação com a lã e o algodão que cultivava.

Por receio de ser envenenado, casara-se com uma jovem escrava a quem fazia provar todo alimento antes de lhe ser servido, e tinha dela três crianças. Confessará à viajante seu desejo de voltar sozinho à França, abandonando esta mulher e os filhos à própria sorte. Ele usaria o pavor da esposa de atravessar o oceano para dissuadi-la de acompanhá-lo e confessa friamente que a alternativa de sobrevivência que a mulher teria longedele era a de vender sua prole no mercado e encontrar um novo patrão que a sustentasse. Num diálogo com o francês, Flora manifesta sua indignação e revolta:

– Mas, Senhor Tappe, essa moça é sua esposa perante Deus: é mãe de seus filhos, e o senhor vai deixar todas essas criaturas à mercê de quem quiser comprá-las em praça pública?...é uma atitude atroz!!!...

– Senhorita, é uma atitude semelhante às que se cometem a cada dia em nossa sociedade (Tristan, 2000, p. 92).

Os soldados que a viajante cruza ao caminhar pelas ruas estão sempre ocupados em castigar homens negros por ordem dos patrões aos quais pertenciam. Na Cidade Velha, berço da nação cabo-verdiana, conservou-se um pelourinho na praça central construído com esta finalidade.

Devido à repugnância por estes habitantes, a viajante preferiu passar a maior parte de seu tempo no navio, sozinha num camarote lúgubre, em vez de presenciar a sorte de escravos na companhia dos traficantes, que para o cúmulo do cinismo, se vangloriavam de conhecimentos de arte, religião e filosofia. Praia aparece como um autêntico *locus horridus*, um lugar maldito e malcheiroso. Convém ainda assinalar que a expectativa que ela tinha de encontrar uma ilha verdejante e tranquila potencializou o impacto da impressão negativa.

Memórias da escravidão e submissão femininas. O Jornalismo literário de Flora Tristan

Os espaços externos por onde Flora Tristan se desloca podem ser vistos como pontos de referência memoriais para que nada escape a seu olhar atentamente “etnográfico” e presencial. Os itinerários são bem ordenados e cada mudança de lugar adquire uma importância capital no espaço interno da narradora, uma vez que está sempre associado à passagem para uma nova etapa de observação e à revelação paulatina das ideias que desenvolve no decorrer de cada viagem.

Nos locais visitados, ao mesmo tempo em que observa minúcias, como evocações olfativas e visuais, o modo como as pessoas se vestem, se expressam, agem, seus hábitos e dificuldades, ela também trata da densidade dos problemas, trazendo considerações sobre a vida e história social e política vigente que se sobrepõem ao indivíduo para tornar-se um fardo existencial. E a narrativa, sempre em primeira pessoa, aproxima a viajante de seu leitor, que assim pode compartilhar das situações e dos sentimentos vividos por ela.

De “La Praya” ao Peru recém-liberto da tutela espanhola, ou nos deslocamentos que faria posteriormente pelas ruas dos bairros, usinas e instituições de Londres e pelo mundo operário da França para propor a união e a educação política dos trabalhadores, nada escapa a seu olhar.

Esta forma de situar-se como parte da história que relata – por meio das observações constantes que faz sobre as pessoas que encontra, para além de atrair a atenção do leitor, pode ser vista como uma das características do jornalismo literário - gênero recorrente no século XIX por escritores de renome – e que foi então chamado de “literatura de viagem”, – ganhando mais desenvoltura no início do século XX nos Estados Unidos. Segundo Lima (2014, p. 15) trata-se de uma modalidade de prática da reportagem de profundidade e do ensaio jornalístico que utiliza recursos de observação e redação inspirados na literatura e que se apresenta em vários outros formatos, como biografias, ensaio pessoal, diário etc.

A obra autobiográfica de Flora Tristan, *Peregrinações de uma paria*, em forma de diário de campo, pode ser vista como jornalismo literário de viagem, uma vez que não é efêmera ou superficial e adquire valor histórico, embora a tendência dos puristas

seja a de considerar este gênero “de categoria inferior à literatura” (Lima, 2014, p. 25). Há elementos de subjetividade (como seu cansaço, suas dores, sentimentos, contrariedades e o constante aprofundamento de ideias...) que são partilhados com o leitor e se mesclam aos elementos externos observados (como a miséria, a barbárie, a ignorância, a exploração do ser humano, os ambientes insalubres...), num confronto constante, como para lembrar que existe um “ser real”, em carne e osso, que viaja, vê (testemunha) e sente as dores e angústias de outros “seres reais”, do outro “irmão em humanidade”, como ela afirmaria.

Ao seguir viagem da Praya à Arequipa, passando por Calao, no Chile e Lima, a narrativa de Flora Tristan toma inúmeros contornos, pois ela mergulha a fundo em toda a história do Peru, começando pelos membros de sua família, sobretudo as mulheres. Convém lembrar que a sociedade peruana da época era baseada em um sistema de grandes plantações dirigidas pelos crioulos (Cucho, 1985, p. 102). Nisso eles se opunham a outro grupo étnico, os negros, trazidos como escravos para trabalhar nestas plantações, bem como a outros negros alforriados que, em sua maioria, eram mulatos.

Uma vez que esteve mais próxima da elite branca, a escritora não pode observar as nuances próprias ao condicionamento social a que outros grupos estavam sujeitos, como as escravas domésticas, exceção feita para as mulheres negras escravizadas (Amarante, 2015, p. 6-7). Porém a guerra civil que testemunha entre a classe dirigente que disputava o poder, ainda muito unida à Espanha, e a aristocracia separatista, lhe trazem a dimensão do comportamento despótico de todos desta alta classe que, com o apoio da igreja, mantinha indígenas e negros sob um regime de exclusão: “A escravidão é uma impiedade aos olhos de todas as religiões; participar disso é renegar sua crença: a consciência do gênero humano é, nesse ponto, unânime” (Tristan, 2000, p. 507).

A submissão feminina que observa através das mulheres de sua família, dependentes do clã masculino comandado pelo tio Pio de Tristan, e que detinha um poder aristocrático e econômico, faz com que a escritora retome seu desejo de independência e sua vida cidadã e republicana da Europa.

Em Lima, ela guarda na memória a imagem de uma cena que presencia em um engenho de açúcar: duas mulheres fechadas num calabouço por terem deixado morrer de fome suas crianças. Elas estavam nuas, acoradas em um canto e comiam milho cru. Flora imagina que elas não desejassem ver seus filhos escravos e compreende que possuíam almas grandes e orgulhosas. Entre os negros que passavam bruscamente da natureza independente à escravidão, encontravam-se indomáveis criaturas que sofriam. Assim ela nos oferece, uma vez mais, uma prova de firmeza a respeito dessa causa, contestando todos os argumentos a favor do sistema escravocrata; protesta contra a “coisificação” dos negros e propõe soluções revolucionárias que implicavam uma atitude humana dos proprietários, com a diminuição da produção e mais tempo livre dos escravos para cultivar uma parte dos campos em seu próprio proveito. Este

sistema deveria ser combinado com a criação de escolas rurais que permitiriam a aprendizagem de um ofício. Assim, uma vez libertos, eles poderiam, finalmente, ter uma nova perspectiva de trabalho.

Considerações

O arquipélago de Cabo-Verde – e o mito das ilhas misteriosas –, fascinou muitos escritores e parece ter sido particularmente produtivo no século XIX. Mas o mais notável dos visitantes foi, sem dúvida, Charles Darwin que, ainda muito jovem, começa ali sua expedição iniciando o estudo que seria desenvolvido posteriormente e conhecido como “A Teoria da Evolução das Espécies”. A capital de Cabo Verde, segundo Correia e Silva (2014, p. E-4), “inspirou belas páginas no *Diário de Beagle*, na longa viagem que Darwin realizou pelo mundo...” e que foi “o primeiro encontro do jovem naturalista com a ecologia tropical, com o vulcanismo insular e com o mundo antropológico das sociedades crioulas e escravocratas”, como Flora Tristan faria pouco depois.

Em março de 2012, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, apresentei no Centro Cultural Brasil - Cabo Verde, na cidade da Praia, uma palestra sobre Flora Tristan e procurei realçar sua importância social e suas lutas em prol da libertação dos oprimidos, nomeadamente da classe operária e das mulheres, em um trabalho denominado “Cabo Verde na rota de Flora Tristan”. Apresentei igualmente os dados biográficos da escritora, seus dramas pessoais, a viagem que empreendera ao Peru, com passagem por Cabo Verde, assim como seus ideais de uma sociedade sem opressão. O público presente ainda não ouvira falar dela e algumas mulheres enfatizaram a necessidade de conhecer seu pensamento pioneiro do início do século XIX.

Mais recentemente, em junho de 2019, durante minha pesquisa na capital, a Ministra da Educação organizou uma Tertúlia, convidando mulheres atuantes em entidades do meio governamental, acadêmico e em associações da sociedade civil, ativistas pelos direitos das mulheres. Muitas delas tomaram a palavra para comentar os relatos de Flora Tristan que denunciam a condição feminina na sociedade escravocrata, na qual os direitos sociais, sexuais e reprodutivos de suas antecessoras foram usurpados pelos colonizadores e seus séquitos. Algumas chegaram até a afirmar que alguns hábitos permaneceram vivos em prejuízo da mulher, como a negligência dos homens no registro de nascimento e cuidado com os filhos, a poligamia, a sobrecarga e a responsabilização femininas.⁸

Entre essas mulheres, poucas conheciam a escritora e o testemunho vivo que legou sobre a condição feminina da época. O fato é que o debate girou em torno das

8. Entre outras observações, Correia e Silva (2003, p. 55) afirma que 80% das crianças nascem fora do casamento, numa mal disfarçada verdade sobre a responsabilidade paternal e instabilidade familiar, o que incide diretamente na condição da mulher cabo-verdiana.

dificuldades intronizadas pelas mulheres cabo-verdianas desde há muito, consideradas as condições que lhes foram impostas e as práticas sociais que as impediram de expressar tantas ideias, até mesmo gerando um certo receio de deslocar-se e comandar o próprio destino.

No entanto, gostaria de finalizar apresentando alguns questionamentos a partir de leituras de trabalhos académicos e artigos da mídia cabo-verdiana, a respeito da imagem feminina que se divulga. Um deles, bastante atual, é uma pesquisa sobre gênero que foi apresentada pelas professoras Dra. Eurídice Furtado Monteiro e Ms. Maritza Rosabal, atual Ministra da Educação, em Colóquio realizado na Praia, em 2008. Neste trabalho, que tem como título “Escravas e Cativas: Construção de Olhares sobre a Subalternidade Feminina”, as autoras tecem considerações embasadas na história da colonização das ilhas sobre mestiçagem e identidade da mulher cabo-verdiana, apontando que a mestiçagem, no contexto colonial, “resultou pelo menos de uma dupla violência: por um lado, a violência implícita no processo de apropriação ou de «aristocratização social»; por outro, a apropriação do corpo das escravas negras” (2008, p. 7), citando aqui o uso e abuso destas, particularmente, para a satisfação sexual de homens brancos e livres.

A esse elemento da história social (e cultural) do país pode ser acrescentado o fato de que, enquanto mães, estas mulheres foram igualmente reprodutoras de mão de obra e garantiam o povoamento e a economia das ilhas. E, enquanto escravas em contato com os homens brancos, obtiveram um estatuto especial e alforria, uma vez que, via de regra, houve reconhecimento de seus filhos por estes mesmos homens que não desejavam ser pais de escravos, o que não era permitido aos homens negros.

No entanto, há que se lembrar, a partir dos relatos de Flora Tristan, que a violência exercida por meio “da sujeição da escrava negra ao poder colonial patriarcal (eurocêntrico) e o carácter excepcional desses casos (...) que ocorriam obviamente à margem da formalidade do matrimónio, proporcionando a generalização da concubinação” (2008, p. 8) perdurou por longos anos de colonização. Apesar de persistir um olhar dominante sobre a passividade destas mulheres que negligencia as estratégias de resistência e de subversão femininas, há hoje um diálogo mais aberto com as perspectivas feministas pós coloniais, que buscam integrar as relações sociais de sexo e as relações entre as mulheres, em particular, na análise sobre o colonialismo.

Aos olhos das pesquisadoras, a subalternidade feminina parece ter sido “formatada para perpetuar a suposta inferioridade das mulheres” (Id., p. 10). Estes parâmetros multidisciplinares de análise, envolvendo história, sociologia, antropologia, cultura e literatura são consideráveis e têm sido prolíferos no meio académico atual. No entanto, nos meios de comunicação social do país ainda se divulga uma visão impiedosa, patriarcal e machista sobre as mulheres, que reforçam a estereotipia acima discutida e o entendimento do lugar da mulher na sociedade cabo-verdiana. Um exemplo disso

é o artigo de Correia, “Licença para ser mãe”, publicado no *Jornal A Semana*, em 2008. O jornalista dedica seu texto à responsabilização das mães – sobretudo das jovens mães no cuidado com seus filhos. Em nenhum momento, ele trata da paternidade responsável, ou inclui o “reprodutor” na história de vida da criança, ficando a mulher como a única que precisa de licença (ou preparo) para gerar e criar um filho. Esta mentalidade de que o controle da natalidade é unicamente tarefa feminina precisa ser compreendida na sua essência e é reveladora de enormes preconceitos de gênero. O homem cabo-verdiano, presença omitida pelo jornalista, realmente não precisa de licença para ser pai porque, via de regra, nem assume a paternidade.

Pode-se afirmar que Cabo Verde marcou Flora Tristan e as obras que escreveu posteriormente ainda podem ser muito importantes para Cabo Verde!

Referências

- AMARANTE, Maria Inês. Flora Tristan e o retrato das mulheres latino-americanas. In: *Revista SURES*, Ano: 2015, feb, nº 5, p. 115-137, <https://ojs.unila.edu.br/ojs/index.php/sures>
- _____. *Flora Tristan: jornalismo militante em tempo de revoltas*. Katalysis, Florianópolis: UFSC, 2010.
- BALENO, Ilídio Cabral. *Subsídios para a história de Cabo Verde* / Ilídio Baleno. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989.
- CARREIRA, António. Cabo Verde. Formação e Extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878). 3ª ed. Praia: Instituto de Promoção Cultural, 2000, In: *Coleção “Estudos e Ensaios”*.
- _____. *Migrações nas Ilhas de Cabo-Verde*, Cabo Verde: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 2ª ed., 1983.
- _____. *Classes sociais, estrutura familiar, Migrações*. Lisboa: Ulmeiro, 1977 (Biblioteca Ulmeiro nº 9)
- _____. A Capitania das Ilhas de Cabo Verde (Organização civil, eclesiástica e militar; Séculos XVI a XIX ; Subsídios). In: *Separata da Revista de História Económica e social*, Lisboa: Portugal, 1987.
- CARRERA, António; VASCONCELOS, Manuel Alexandre de Medina e; PUSICH, António. *Descrições Oitocentistas das ilhas de Cabo Verde. Recolha, anotações e apresentação de A. Carrera*. Patrocinada pela Presidência da República de Cabo Verde, 1987.

- CORREIA E SILVA, António Leão; COHEN, Zelinda. *Cabo Verde, o despertar de Darwin. Caminhos de Charles Darwin na Ilha de Santiago*. Lisboa: Ed. Rosa de Porcelana, 2017.
- CORREIA E SILVA, António Leão. *Combates pela História. Pensar a nação à luz da diáspora*. Praia: Spleen Edições, Fev. 2004.
- _____. Nhô Charles Darwin e a Praia de Santa Maria, artigo publicado no *Jornal A Nação*, 20 a 26/03/2014.
- CORREIA, Antonio Ludjero. Licença para ser mãe, *Jornal A Semana*, Praia: Santiago, 11-01-2008.
- CUCHE, Denys. Le Pérou de Flora Tristan: du rêve à la réalité. In: *Un fabuleux destin. Flora Tristan*. Dijon, 1985, p. 19-37.
- DOCUMENTO MIMÉO. *Cabo Verde – De Vila de Santa Maria da Praia a Cidade da Praia de Santiago*, 1858-1958.
- GOMES, Lourenço. *Urbe Memória e Crítica da Arte*. Praia: Edições Uni-CV, 2011.
- JORNAL A NAÇÃO, *La Praya de Flora Tristan, un registo de Cabo Verde escravocrata*. Suplemento Cultural ETC do dia 07-13/6/2018, em duas páginas.
- LIMA, Edvaldo Pereira. *Jornalismo Literário para iniciantes*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - EDUSP, 2014.
- _____. *Páginas Ampliadas. O livro-Reportagem como extensão do Jornalismo e da Literatura*, 4ª ed. revista e ampliada. Barueri-SP: Manole, 2009.
- LIMA, José Joaquim Lopes de. *Ensaio sobre a estatística das Possessões Portuguezas na África Occidental e Oriental: na Asia Occidental; na China, e na Oceania: escriptos de ordem do governo de sua Magestade Fidelissima A Senhora D. Maria II*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1844.
- LIVRO de Registros de Chegadas de Naviosna Praia - Janeiro de 1833 a 8 de abril de 1837.
- MONTEIRO, Eurídice Furtado; ROSABAL, Maritza. Escravas e cativas: Construção de Olhares sobre a Subalternidade Feminina. In: *Colóquio do Codesria: Mestiçagens Socioculturais e Procura de Identidade na África Contemporânea: O Caso dos Países Africanos Lusófonos*, realizado na Praia, 2008.
- SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). *História Geral de Cabo Verde*. Volume II. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia antiga. Inst. De Investigação Científica Tropical, 1995.

- SENNA BARCELOS, Cristiano (historiador). *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Vol. II, III e IV de Christiano José de SENNA BARCELLOS, ambos de 2003; com textos de Antonio PUSICH e Aniceto António FERREIRA. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (Coleção Documentos), Abril, 2003-2004.
- SENNA, Manoel Roiz Lucas de. *Dissertação sobre as ilhas de Cabo Verde, 1818*. Anotações e comentários de Antonio Carrera.
- TRISTAN, Flora. *Peregrinações de uma pária. Florianópolis*. Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- _____. Promenades dans Londres. Paris: H. L. Delloye, éditeur, W. Jeffs, Libraire, Londres 1840 (*Col. Les classiques des sciences sociales*) Une collection développée en collaboration avec la Bibliothèque Paul-Émile-Boulet de l'Université du Québec à Chicoutimi. Site web: <http://bibliotheque.uqac.ca/>. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/>
- TURANO, Maria R. (2014) L'abolitionnisme britannique dans les relations anglo-portugaises: le cas de la colonie portugaise du Cap-Vert. In: PALAVER, Italia: Università del Salento, n° 3, n.s., n° 2, p. 31-81. doi 10.1285/i22804250v3i2p31. Disponível em: <http://siba-ese.unisalento.it/index.php/palaver/article/view/14274/12439>.
- VALA Filipa. *Charles Darwin em Cabo Verde*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.
- VARELA, Nubia. *Feminismo para principiantes*. Barcelona: Ed. B, S.A, 2005.
- VIEIRA, Henrique Santa Rita. Acontecimentos na Vila da Praia de Santa Maria da Esperança nos anos trinta do século XIX. In: *Revista ARTILETRA* (1999) - p. III e XIII – setembro de 1999.

Narrativas: epistemología, metodología y ética en la investigación con mujeres inmigrantes en São Paulo

Corina Evelin Demarchi Villalón*

Introducción: desafíos de una investigación con mujeres inmigrantes.

El proyecto de investigación *Mujeres inmigrantes: narrativas sobre experiencias de participación* tiene como propósito comprender cuáles son los sentidos asignados por mujeres inmigrantes a la participación en espacios colectivos, con foco en los procesos de subjetivación política. Sin embargo, en este trabajo me propongo evidenciar y reflexionar acerca de algunas cuestiones éticas y epistemológicas que aparecieron en el camino recorrido hasta ahora en el proceso de investigación. Como es sabido, la elección de un tema o campo de investigación se da en estrecha relación con la experiencia, subjetividad e intereses del/a investigador/a. En este caso, el campo de estudio se configuró a partir de mi propia experiencia como inmigrante en la ciudad de São Paulo y, específicamente, a partir de mi participación en algunos colectivos autoorganizados o autogestionados por mujeres inmigrantes. Esta proximidad hizo que durante el transcurrir del proceso de investigación surgieran ciertos desafíos.

Por una parte, esta aproximación, me permitió reconocer que muchas de las reflexiones y de las acciones que estos colectivos desarrollan no coinciden con estudios que colocan a la mujer inmigrante en una posición pasiva y victimista (Juliano, 2012, p. 8, Magliano, Domenech, 2009; Guizardi *et al.*, 2018). Por el contrario, en la práctica son evidentes las acciones, la reflexión y la organización colectiva. Como puntúan Marinucci y Milesi (2016), es relevante destacar que las mujeres inmigrantes y refugiadas vienen organizándose en asociaciones creadas por ellas mismas y no sólo a través de organizaciones destinadas a ellas, marcando el tenor de su presencia activa y militante en el ámbito público y político. Por ejemplo, la conformación en 2014 de un *Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas*¹ en São Paulo consolidó, de

* Mestranda em Mudança Social e Participação Política na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP). Bolsista CAPES. E-mail: coridemarchi@gmail.com

1. Frente conformado por colectivos de mujeres inmigrantes y refugiadas y mujeres activistas que se manifiestan y organizan en pro de los derechos de las mujeres inmigrantes y refugiadas. Luchan por una mayor visibilidad y equidad en el espacio de los movimientos sociales, tanto brasileños como de inmigrantes.

alguna manera, la relevancia de las mujeres y sus demandas dentro del movimiento social de inmigrantes (Waldman, 2018, p. 787) como así también, dentro de los movimientos sociales brasileños.

Por otra parte, con la creciente visibilización de las migraciones contemporáneas en Brasil -tanto en los medios de comunicación como en la academia- los colectivos de mujeres inmigrantes comenzaron a ser *objetos* de entrevistas periodísticas, pero también de investigaciones y proyectos académicos. Este tipo de experiencias llevó a una profunda reflexión dentro de estos grupos acerca de las formas de participar (o no) en investigaciones académicas, reportajes, entrevistas periodísticas, etc. En algunos casos, se presentaron situaciones problemáticas en relación determinados procedimientos éticos (TCLE, anonimato, devolutivas, entre otros), pero también en relación a los modos en que las acciones, las prácticas y las voces de las inmigrantes eran interpretadas.

De esta manera, algunos colectivos comenzaron a establecer condiciones y pautas para participar de los estudios y entrevistas, como la utilización de términos de consentimiento informado, la revisión de las entrevistas previa a la publicación, la exigencia de anonimato y confidencialidad, entre otras cuestiones. En este sentido, Magalí Milmaniene puntúa que, en los últimos años, los sujetos de las investigaciones han asumido la defensa de sus derechos. En algunos casos, estipulando condiciones y reglas para las actividades de investigación, y “este complejo proceso de reivindicación de sus derechos individuales y colectivos les ha permitido afirmarse como sujetos políticos” (2010, p. 295).

Así, al proponer un estudio con las mujeres migrantes que participan de estos colectivos, surgen, en mi investigación, algunos desafíos: ¿Cómo desarrollar un estudio que reconozca el poder de agencia, organización y participación social de las mujeres inmigrantes? ¿Cómo llevar adelante la investigación tomando en cuenta los cuestionamientos sobre la ética y los requisitos que los colectivos realizan? Y todavía más, ¿qué papel asumir en cuanto investigadora que forma parte de estos colectivos?

Primer desafío: la ética más allá de los procedimientos éticos.

Desde el momento en que las propias participantes del estudio reflexionan sobre los modos de participar en proyectos académicos y plantean algunas condiciones para su participación, la discusión acerca de la ética en la investigación se torna central para esta investigación.

Como apuntan Guzmán, Rodríguez y Villela, después de la Segunda Guerra Mundial, la preocupación por la dignidad humana toma relevancia a nivel global. Torturas, muertes, experimentación científica e intervenciones en los cuerpos de millones de personas se traducen en la necesidad de crear normativas que garanticen y protejan la integridad y dignidad de todo ser humano (2016, p. 932). El código de Nuremberg

(1947) fue el primero en plantear requisitos y exigencias para las investigaciones que involucran seres humanos -como la participación consentida voluntariamente, la información sobre los riesgos y beneficios, o la libertad de salir del estudio en cualquier momento- (Tribunal Internacional de Nuremberg, 1947). El código de Helsinki (1964), reformuló los principios de Nuremberg y adicionó otros, en un contexto de creciente expansión de las ciencias biomédicas (Cordeiro *et. al*, 2014, p.34). Tales principios sirvieron como marcos y parámetros de documentos, declaraciones y códigos de diferentes instituciones, universidades, agencias de diferentes países.

En Brasil, estos principios éticos tomaron relevancia a partir del año 1996, cuando fue aprobada la Resolución 196/1996 (Brasil, 1996) del *Conselho Nacional de Saúde* estableciendo directrices éticas a nivel nacional para las investigaciones que involucran seres humanos. Dicha resolución fue actualizada por última vez en el 2013 -*Resolução 466/2012* (Brasil, 2012)-. Las directrices éticas son pautadas y evaluadas a través del sistema CEP (*Comitês de Ética em Pesquisas*)/CONEP (*Comissão Nacional de Ética em Pesquisa*) mediante la utilización de un único formulario electrónico alojado en la Plataforma Brasil -base de datos digital, nacional y unificada-. Los proyectos son registrados por los propios investigadores e investigadoras para ser evaluados por el CEP correspondiente a cada institución (Gusman, Rodrigues, Villela, 2016).

Sin negar las importantes contribuciones de estas normativas para el resguardo de la dignidad humana, varios autores y autoras cuestionan el hecho de que las exigencias y los formularios se apoyen principalmente en el modelo de las investigaciones clínicas y biomédicas sin distinción para las diferentes áreas de conocimiento (Diniz, 2008; Cordeiro *et al*, 2014; Gusman, Rodrigues, Villela, 2016; Milmaniene, 2008). Como expresan Guzmán, Rodríguez y Villela, proteger subjetividades o conocimientos tradicionales es tan importante como proteger cuerpos, pero los cuidados y herramientas para garantizar la protección de los primeros, no son los mismos que los de los segundos (2016, p.933). Diferentes procesos investigativos anclados en diferentes modelos epistemológicos y concepciones de ciencia implican diferentes maneras de garantizar la protección de las personas participantes.

Según Milmaniene la ideología positivista replica el modelo biomédico que está fundado en el análisis de un sujeto supuestamente aislado y ajeno a los efectos de las determinaciones socioeconómicas y étnicas que modelan su existencia. “Por ello la necesidad de un modelo de investigación que fundado en sólidos axiomas éticos y distantes de todo relativismo moral, pueda otorgar relevancia a las diferencias y las variables simbólicas” (2008, p. 463).

Es preciso destacar que las normas y procedimientos éticos, “são empreendimentos históricos e coletivos e, portanto, passíveis de modificação” (Cordeiro *et. al*, 2014, p. 36). En Brasil hubo varias actualizaciones de las resoluciones, la más reciente es la n° 510/2016 que trata de especificidades éticas de investigaciones en Ciencias Sociales y

Humanidades. Dicha resolución fue aprobada después de un arduo de trabajo de investigadores y profesores representantes de estas áreas. Sin embargo, el campo de la ética en investigación no es un campo exento de disputas -las directrices éticas dependen de acuerdos, consensos y pugnas al interior de la academia, las instituciones y la propia sociedad-, y hasta hoy, dicha resolución no ha sido puesta en práctica².

Por otra parte, tanto en la literatura (Radhay, 2008; Fernandes, 2017; Gusman, Rodrigues, Villela, 2016; entre otros) como en la experiencia de los colectivos de mujeres inmigrantes observados, aparecen casos en donde los procedimientos, protocolos y formularios no necesariamente garantizan el resguardo de las personas participantes e, inclusive, en algunos casos, pueden dificultar la consecución del estudio -por ejemplo, cuando el tiempo de aprobación por parte del Comité de Ética entra en conflicto con el tiempo y el ritmo de la investigación-.

A partir de estas consideraciones, entonces, ¿cómo entender la ética en la investigación con otras personas? Guzmán, Rodríguez y Villela muestran que varios autores (Silveira e Hunig, 2001; Tomaink, 2013, Ramos *et al.*, 2010), a pesar de tener posturas diversas sobre la institucionalización de la ética (a través de Comités, formularios, protocolos, etc.), coinciden en que la protección a quienes participan del estudio puede ser mejor garantizada cuando la responsabilidad y la reflexión sobre la ética es compartida por investigadores y participantes, sobrepasando formalidades y documentos. La ética se produce a través de procesos singulares realizados por los agentes involucrados, es decir, que presupone una relación de confianza y la creación de un vínculo entre las partes (2016, p. 939).

En este mismo sentido, Spink (2013) y Cordeiro *et al.* (2014), consideran que antes que enfocarnos en la ética prescrita, debemos constantemente cuestionarnos sobre los efectos que nuestras investigaciones producen, aceptando que el conocimiento no es un camino intuitivo que avanza por cuenta propia motivado por la curiosidad humana. Somos nosotros/as quienes le damos vida al formular preguntas y hacer elecciones sobre temas, y metodologías, lo que, en definitiva, es hacer elecciones políticas con efecto de realidad (Cordeiro *et al.*, 2014, p. 41).

Para Cordeiro, *et al.*, se puede admitir que ningún valor ético es “natural” o “incondicional”, aunque tampoco eso significa asumir una postura en la que toda práctica es éticamente aceptable. La salida para estos autores es adherir a una ética relativista, es decir, asumir una concepción dialógica de la ética al entenderla, no como prescripción (aunque esto no significa desconsiderar los procedimientos éticos)

2. Una cronología del proceso de construcción y aprobación de esta resolución, junto a la discusión sobre su efectivización puede encontrarse en el artículo “Cronologia da luta pela regulação específica para as Ciências Humanas e Sociais da avaliação da ética em pesquisa no Brasil”, Luiz Fernando Dias Duarte, 2017. Disponible en: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>.

sino como una co-construcción, negociada, (re)significada por las diferentes voces involucradas (2014, p. 39).

De esta forma, se torna evidente que la ética implica un cuestionamiento profundo a lo largo del proceso de estudio y no, apenas, el cumplimiento de ciertas exigencias y procedimientos. Si la investigación con otras personas significa la construcción de una relación social de intercambio intersubjetivo, las cuestiones éticas deberían resolverse a través de una sensibilidad especial del punto de vista de los participantes, un conocimiento profundo de los sujetos que tenga en cuenta la relación interpersonal antes que un contrato de derechos y obligaciones (Harper, 2015, p. 267). Así, la ética se encuentra estrechamente relacionada con cuestiones epistemológicas. En mi estudio ¿cómo concibo a las mujeres inmigrantes? ¿Son objetos? ¿Son sujetos? ¿Son participantes? ¿Participan en el estudio de qué manera? ¿Cómo entiendo mi relación con ellas?

Segundo desafío: la interpretación de las experiencias

Un punto fundamental en esta discusión es la interpretación. En el campo específico del estudio de las migraciones, el juego entre las autoridades interpretativas provoca algunos desafíos éticos ligados a la naturaleza compleja y multidimensional del fenómeno como, por ejemplo, cuestiones culturales, lingüísticas, de status migratorio, de raza, género, clase, etc. Para Milmaniene: “debemos orientar nuestra reflexión ética en el sentido de la inclusión del Otro, más allá de cualquier lectura universalizante que desconoce la alteridad” (2008, p. 463).

Según Rosalía Fernandes, es importante reconocer las relaciones de poder que emergen en las investigaciones sobre migraciones, y que operan (al menos) en tres sentidos: por un lado, las relaciones de clase, género, raza, identidad y orientación sexual que ubican a los y las migrantes siempre en una posición de inferioridad en las relaciones con los y las investigadores. Por otro, los discursos diferencialistas, lógicas de inferiorización y esencialización de las culturas diferentes que los colocan en situación de exterioridad total³. Finalmente, los discursos históricos y sociales que definen la migración como un fenómeno social problemático, amenazante y peligroso (2017, p. 87).

Estas dimensiones son fundamentales, no sólo en las búsquedas teóricas, sino que además pueden influenciar los procesos de interpretación de las experiencias de los y las migrantes, y es aquí, donde aparece el conflicto:

3. En el mismo sentido, Abdelmalek Sayad planteaba que el inmigrante sólo existe en la sociedad a partir del momento en que atraviesa la frontera nacional. “Nace” el inmigrante para esa sociedad que adquiere el derecho de desconocer todo lo que antecede a ese momento, como otra versión del etnocentrismo (1989, p. 16).

Narrativas: epistemología, metodología y ética en la investigación
com mujeres inmigrantes en São Paulo

La imposición de determinadas categorías y conceptos reproduce, sin lugar a dudas, los esquemas presentes en la colonialidad que pasan por formas de dominación que se fundamentan en la superioridad epistémica del investigador, en el sentido de que “nuestras categorías y conceptos” tratan de explicar el mundo de las migrantes sin un punto de consenso (Fernandes, 2017, p. 88).

En este sentido, Karina Bidaseca reflexiona sobre el desafío de traer para la academia un recorte de procesos complejos, múltiples, diversos sin caer en “retóricas salvacionistas o narrativas orientalizadas por Occidente” (2017, p. 49). Pero driblar tal dificultad es conflictivo ya que el propio proceso de escritura, tradicionalmente, representa un acto de violencia: “para escribir ‘con claridad’ es necesario podar, eliminar, purificar, moldear este yo con minúsculas, adecuarlo a una tradición, localizarlo” (2017, p. 51). Cuestión que se acentúa cuando pensamos la tensión entre oralidad y escritura –teniendo en cuenta que muchos de los métodos de investigación en Ciencias Sociales y Humanidades se basan en herramientas orales e interpretativas–

Bidaseca propone como salida la búsqueda de una justicia epistémica, es decir, asumir una política del conocimiento que pueda descolonizar los campos del saber, los cuerpos, las políticas, las representaciones sin imponer lecturas o interpretaciones que violenten los sentidos asignados por las personas a esos determinados procesos (2017, p. 60).

Sin embargo, la cuestión de la multiplicidad de voces y la autoridad interpretativa en las investigaciones es compleja y existen innumerables posibilidades. Susan Chase las agrupa en tres estrategias que se entrecruzan entre sí y que pueden combinarse a lo largo de una investigación. Por un lado, podemos optar por desarrollar la voz autoritativa del investigador, que se conecta y se separa de la del/a participante, haciendo visibles prácticas y procesos sociales o culturales. Esta postura se basa en el reconocimiento de diferentes intereses de quien participa y quien investiga, aunque se valoriza la inclusión de trechos extensos de la voz del participante para ofrecer al lector otras interpretaciones de la experiencia. Por otro lado, la voz del investigador como apoyo, que sitúa al sujeto participante en el centro de la escena, es el investigador quien decide cómo organizar el texto, pero se “reproduce” la voz del participante por extenso, sin intervenciones interpretativas del investigador. Y, por último, la voz interactiva, que evidencia la intersubjetividad entre participante e investigador, fundamentada en la idea de que la comprensión de la voz del participante pasa también por la comprensión de la voz del investigador, sus sensaciones, pensamientos, etc. (Chase, 2015, p. 83-85).

Cualquiera sea la estrategia adoptada, lo importante es tematizarla, evidenciarla, tornarla consciente, ya que así es posible desencadenar reflexiones sobre la manera de entender el rol de los diferentes conocimientos involucrados en el proceso. Es fundamental, como postulan Denzin y Lincoln, “enfaticar y confrontar las cuestiones de poder incluyendo las diversas formas de conocer a partir de la incorporación de la

multiplicidad de voces de quienes participan en el proceso de investigación y de representación” (2015, p. 27). En este sentido, atender a la diversidad de voces que participan del proceso de investigación, significa asumir que la interpretación del/a investigador/a es una interpretación particular, no la única, ni la más importante, ni la más precisa.

Tercer desafío: ¿Qué lugar tiene la subjetividad de los/as investigadores/as?

A pesar de la discusión acerca de la subjetividad de los/as investigadores/as en las Ciencias Sociales y Humanas ser extensa, muchas veces aparece la exigencia de distanciamiento y objetividad. No imponer nuestras lecturas a los procesos que investigamos es una tarea difícil (sino irrealizable), una vez que somos sujetos sociales estudiando procesos que son también sociales y, por lo tanto, la construcción del conocimiento pasa por la dinámica de estas relaciones.

A partir de las críticas que los *paradigmas emergentes* (Santos, 1987) introducen en las maneras de pensar y hacer ciencia, entendemos que conocemos el mundo a partir de nuestras particularidades socioeconómicas, raciales, de género, etc. En el paradigma emergente vislumbrado por Santos, todo conocimiento científico es social. Desde esta perspectiva, el conocimiento es total y no especializado, aunque total no significa generalizable. Siendo total también es local.

Al respecto, se torna interesante la propuesta de Donna Haraway en relación al *conocimiento situado*. Desde un posicionamiento que crítica tanto a las miradas totalizantes como al relativismo, Haraway insta a desarrollar una *objetividad encarnada* en el sentido de explicitar el lugar desde donde se construye el conocimiento. El conocimiento situado es un conocimiento parcial, localizable y crítico, en el cual “la parcialidad y no la universalidad es la condición para que sean oídas las pretensiones de lograr un conocimiento racional” (1995, p. 334).

Como puntualizan Cordeiro et al., no podemos olvidar que diferentes investigadores tienen diferentes experiencias, trabajan con diferentes conceptos y teorías y piensan los fenómenos desde diferentes lugares. No existe, entonces, neutralidad en la práctica científica. Asumir que el investigador es un sujeto activo que, de alguna manera, construye la “realidad” que pretende estudiar, tiene implicaciones éticas importantes y es necesario reflexionar sobre los efectos que sus decisiones y acciones producen (2014, p. 46).

Brandão al reflexionar sobre el trabajo de campo, señala que la producción de conocimiento –en investigaciones con otros sujetos– es principalmente una vivencia, en el sentido del establecimiento de una relación interpersonal. Por ello, tienen una dimensión intensa de subjetividad. Sin embargo, decir que el trabajo de campo implica un trabajo interpersonal no quiere decir que sea un trabajo espontaneísta. Por el contrario, la propia relación interpersonal, la subjetividad del investigador o investigadora

son parte del estudio, es decir, antes que ser controladas, deben ser tomadas como datos que forman parte del propio trabajo científico (Brandao, 2007, p. 12). En este sentido, resulta fundamental la propuesta de Marília Velardi de “(...) resgatar a importância das contações de histórias a partir do ponto de vista da pessoa pesquisadora, que também é sujeita às experiências que narra. E que pensa, reflete, critica, revê, rememora, desdobra o que viveu enquanto conta para si as suas histórias” (2018, p. 51).

Esta posición implica ir en dirección a una mayor vigilancia epistemológica que evite la reificación y la invisibilización de las voces de las migrantes (Marinucci, 2017, p. 93) y que coloque, a su vez, la voz de la investigadora como otra voz, una posibilidad, una lectura en interrelación, situada, contextualizada y manifiesta. El desafío es entonces explicitar desde qué lugar estamos pensando/construyendo conocimiento sobre la experiencia en estudio y ponerlo en relación con las construcciones sociales, históricas y de poder entre investigadores e investigados, entre saber académico y saber popular, entre migrantes y nativos, entre hombres y mujeres, etc.

Narrativas: una metodología interpretativa de co-construcción.

Según Paula Ripamonti, a partir de la hegemonía del método científico, hemos suprimido la complejidad, las emergencias, las diferencias, y es justamente por este motivo que debemos, como partidarios de otras formas de construir conocimiento, interrogar la práctica del nombrar y explorar alternativas. La investigación narrativa es una de ellas.

Ripamonti entiende la narrativa como:

un texto que articula una experiencia, la expresa, la interviene, la inscribe, la constituye, la transmite. Y lo hace *desde y en* el desarrollo de una trama en la que se implican subjetividades diversas, miradas, significados, situaciones vitales, contextos en un mundo complejo, atravesado por alguna tensión o conflicto (2017, p.85).

Las narrativas no son descripciones, definiciones, ni generalizaciones, sino que son creadas en relación a las experiencias, son textos con los que contamos una historia en la que no existe una obsesión por confirmar la veracidad de los hechos narrados sino, más bien, por la coherencia con los sentidos que son asignados a determinadas prácticas (Ripamonti, 2017, p. 86).

Para Susan Chase, una narrativa es una producción conjunta entre el narrador y el oyente. Aunque destaca que es fundamental observar que esa interacción es mediada por los discursos históricos, sociales, culturales que son reproducidos, transformados, resistidos (2015, p. 13). No se trata de una forma de recopilación de datos, sino de un modo de comprender la realidad social que intenta aproximarse a la forma en que las personas experimentan y significan el mundo y donde la mirada del investigador/a no es suprimida, sino que entra en relación en la construcción del relato.

En esta perspectiva, los datos no son objetos pasivos a la espera de ser recogidos, codificados, categorizados. Los datos son verbos, procesos que se hacen visibles mediante la acción del/a investigador/a y las participantes. Los datos nunca son pasivos (Denzin, 2016, p. 75). No es como si los investigadores pudiéramos hacer un recorte en el flujo de la vida de las personas y extraer lo que interesa a nuestro trabajo. Por el contrario, las narrativas son textos que producimos intersubjetivamente y, que, a la vez, nos producen en tanto sujetos sociales que explican, cuentan historias, interpretan su experiencia, etc. (Ripamonti, 2017, p.85).

Al mismo tiempo, la investigación narrativa tiene la potencia de “confrontar nuestra facticidad irrevocable” focalizando en las singularidades de las experiencias y poniendo en cuestión las identidades legítimas y autorizadas de ciertas prácticas y discursos (Ripamonti, 2017).

Al partir de una perspectiva crítica de la racionalidad positivista, las narrativas, posibilitan poner en diálogo teoría y experiencias, aunque mostrando diferentes interpretaciones (de las participantes y de la investigadora). Las reflexiones teóricas y la narrativa pueden compartir un intercambio recíproco e interanimador: la teoría explica y pregunta los matices de una experiencia y la historia (narrativa) es el mecanismo para encarnar o no esos matices y experiencias. La teoría es entendida como lenguaje para pensar con, hacer preguntas, actuar sobre las experiencias de las historias que escuchamos (Holman Jones, 2016).

La investigación narrativa como perspectiva metodológica posible frente los desafíos de esta investigación

Asumiendo que “reflexionar sobre los roles, métodos, posturas éticas e interpretaciones de los investigadores puede contribuir con la creación de una práctica de investigación reflexiva y socialmente responsable” (Denzin y Lincoln, 2015, p.39) vale explicitar que en este trabajo, la opción metodológica por la investigación narrativa habilitó (y habilita) la reflexión, en primer lugar, sobre el desafío de la interpretación y el *racismo epistémico* (Fernandes, 2017) implícito muchas veces en las investigaciones sobre migraciones, al tematizar las relaciones de poder entre investigadora y participantes y cuestionar cuáles son las voces que se utilizan para interpretar.

En segundo lugar, la investigación narrativa posibilita cuestionar las exigencias de distanciamiento y objetividad, al valorizar la franqueza, compromiso emocional y el desarrollo de una relación de confianza de largo alcance entre la investigador/a y participante (Denzin y Lincoln, 2015, p. 45), al mismo tiempo que, incluir la subjetividad de la investigadora como parte del proceso de investigación.

En tercer lugar, esta decisión metodológica permite ligar el tema a la forma. Esto es, en algún sentido, la investigación narrativa me permite encontrar un hilo conductor entre la agencia política de las mujeres inmigrantes en su campo de acción y la agencia

dentro de la investigación, al *escuchar* -que no es lo mismo que “dar voz”- las voces e interpretaciones de quienes, según muchos estudios, son sumisas, pasivas, víctimas, sin voz propia.

En definitiva, la investigación narrativa aparece como una posibilidad de valorizar la relación de confianza y proximidad entre investigadora y participantes habilitando la construcción de una ética dialógica, relacional, negociada y cuidadosa de los procesos y personas involucradas.

De cualquier manera, la pregunta por la relación entre metodología, ética y epistemología, es compleja y depende del contexto de cada investigación. Tematizar estos entresijos, aún sin tener respuestas precisas, es una apertura a la reflexión acerca de las prácticas investigativas. Sin pretender ninguna generalización para el estudio de las migraciones, esta presentación pretendió mostrar las observaciones, dudas, recorridos y decisiones de una experiencia de investigación con mujeres inmigrantes.

Referencias

- BIDASECA, K. Lenguas insurgentes y justicia cognitiva. ¿Es posible liberarse de la violencia epistémica del discurso etnográfico y etnológico? En: ALVARADO, M. y OTO, A. (Eds.). *Metodologías en contexto/ Intervenciones en perspectiva feminista/ poscolonial/latino-americana*. Buenos Aires: Clacso, p. 49-62, 2017.
- BRANDÃO, C. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. In: *Sociedade e Cultura*, v. 10, nº 1, jan./jun., p. 11-27, 2007.
- BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dic. de 2012. Aprueba directrices y normas que regulan las investigaciones con seres humanos. Brasilia, 12 dic. 2012. Disponible en: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acceso en: 15 abr. 2019.
- _____. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. *Aprueba directrices y normas que regulan las investigaciones con seres humanos*. Brasilia, 10 oct. 1996. Disponible en: http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/resolucoes.htm Acceso en: 20 abr. 2019.
- CHASE, S. Investigación narrativa: multiplicidad de enfoques, perspectivas y voces. In: DENZIN N. e LINCOLN Y. (comps.) *Manual de investigación cualitativa*, v. IV. Métodos de recolección y análisis de datos. Buenos Aires, Gedisa, cap. 25. p. 58-112, 2015.

- CORDEIRO et al. Como pensamos ética em pesquisa. In: SPINK, et al (orgs.) *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, cap.2, p. 32-56, 2014.
- DENZIN, N. The reflexive interview and a performative social science. *Qualitative Research*, v. 1, nº 1; 23-46, 2001.
- DENZIN N.; LINCOLN Y. (comps) *Manual de investigación cualitativa, v IV. Métodos de recolección y análisis de datos*. Buenos Aires: Gedisa, 2015.
- DENZIN, N. Re-leyendo Performance, Praxis y Política. In: *Qualitative Research. Investigación Cualitativa* 1 (1) 2016.
- DIAS DUARTE, L.F. Cronologia da luta pela regulação específica para as Ciências Humanas e Sociais da avaliação da ética em pesquisa no Brasil. In: *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 12, nº 1, p. 267-286, jan./abr. 2017.
- DINIZ, D. Ética na pesquisa em ciências humanas – novos desafios. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, nº 2, p. 417-426, 2008.
- FERNÁNDES, R. No nos sentimos identificadas. La ética de lo concreto en los procesos de investigación con personas migrantes. *REMHU*. In: *Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, v. 25, nº 50, p. 81-96, ago. 2017.
- GUIZARDI, M.; GONZÁLVEZ TORRALBO, H.; STEFONI, C. De feminismos y movilidades. Debates críticos sobre migraciones y género en América Latina (1980-2018). In: *Rumbos TS*, Santiago de Chile, año XIII, nº 18, p. 37-66, 2018.
- GUSMAN,C.; RODRIGUES, D.; VILLELA,W. Trámites éticos, ética e burocracia em uma experiência de pesquisa com população indígena. In: *Saúde Social*. São Paulo, v. 25, nº 4, p. 930-942, 2016.
- HARPER,D. ¿Cuáles son las novedades visuales?: DENZIN N. e LINCOLN Y. (comps.) *Manual de investigación cualitativa*, v. IV. Métodos de recolección y análisis de datos. Buenos Aires, Gedisa, cap. 29, p. 235-261, 2015.
- HOLMAN JONES, S. Living Bodies of Thought: The “Critical”. In: *Critical Autoethnography. Qualitative Inquiry*, v. 22(4) 228-237, 2016.
- JULIANO, D. Género y trayectorias migratorias. *Papers: revista de sociología*, Barcelona, nº 97. p. 523-540, 2012.
- MARINUCCI, R. O mal-estar da ética no âmbito das migrações *REMHU*, Brasília, v. 25, nº 50, p. 7-10, ago. 2017.
- MARINUCCI R.; MILESI, R. *Mulheres migrantes e refugiadas a serviço do desenvolvimento humano dos outros*. Brasília, IMDH, 2016.

- MAGLIANO M. J.; DOMENECH, E. Género, política y migración en la agenda global: transformaciones recientes en la región sudamericana. *Migración y desarrollo*. CDMX, v. 12, p. 53-68, 2009.
- MILMANIENE, M. P. Acerca de los aspectos éticos en las investigaciones en Salud. XV Jornadas de Investigación y Cuarto encuentro de Investigadores en Psicología del Mercosur. Facultad de Psicología – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2008.
- _____. La comunidad indígena y sus derechos: debates en torno a la ética de la investigación en ciencias sociales. In: *Anuario de investigaciones*. Buenos Aires, v. 17, p. 287. dic/ene 2010.
- RADHAY, R. A Imigração, a etnografia e a ética. In: *Cadernos de linguagem e sociedade*, 9 (2), 2008.
- RIPAMONTI, P. Investigar a través de narrativas, notas epistémico-metodológicas In: ALVARADO, M. y OTO, A. (Eds.). *Metodologías en contexto/ en perspectiva feminista/ poscolonial/latino-americana*. Buenos Aires: Clacso, p. 49-62, 2017.
- SOUSA SANTOS, B. *Um discurso sobre as ciências* (7ª ed.). Porto: Afrontamento, 1987.
- TRIBUNAL INTERNACIONAL DE NUREMBERG, 1947. Disponible en: <http://bioeticanet.info/codigodenuremberg.pdf> Acceso en: 17 abr. 2019.
- VELARDI, M. Questionamentos e propostas sobre corpos de emergência: reflexões sobre investigação artística radicalmente qualitativa. In: *Moringa. Artes del espectáculo*. Joao Pessoa. UFPB, v. 9, nº 1, p. 43-54, jan/jun, 2018.
- WALDMAN, T. Novos migrantes na antiga hospedaria do Brás. In: BAENINGER, R.; et al. (Orgs.) *Migrações sul-sul*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” Nepo/Unicamp, 2018.

Por uma unidade latino-americana: interculturalidade e políticas públicas de formação docente – relato de uma prática

Adriana de Carvalho Alves Braga*
Cristiane Santana Silva**

Introdução

O tema das migrações regionais é de grande relevância para a formação de professores, e considerando o contexto da cidade de São Paulo, torna-se ainda mais por conta da expressiva presença de imigrantes latino-americanos nas escolas paulistanas. O informe *Migrantes Regionales en la ciudad de San Pablo – Derechos Sociales y Políticas Públicas* (IPPDH, 2017, p. 17), comunica que “*en las últimas décadas, la permeabilidad de las fronteras de los países suramericanos, en un contexto de creciente integración regional, ha contribuido al aumento de los movimientos poblacionales fronterizos o entre países limítrofes*”. Esse aumento das movimentações alterou significativamente o quadro dos estoques migratórios no Brasil, incrementando os estudos sobre as migrações regionais, bem como o desenvolvimento de pesquisas que tem por objeto mapear essa presença imigrante nas escolas.

Dentre as produções circunscritas à temática desse novo contexto migratório, ressaltamos o trabalho de Sidney Antônio da Silva que, nos últimos 20 anos, vem mapeando a presença dos imigrantes regionais em São Paulo. Ao refletir sobre as novas questões de pesquisa colocadas pelo adensamento dos fluxos migratórios de hispano-americanos¹, que remete a algumas complexidades, Silva (2008) destaca “a forma como a sociedade brasileira passou a lidar com as diferenças étnico-culturais, já que a imigração se apresentava como uma realidade pretérita e resolvida no imaginário nacional” (2008, p. 9), ou seja, lidar com esse novo contexto migratório exigiu uma nova abordagem, inclusive no campo da pesquisa.

* Doutoranda em Educação, Arte e História da Cultura, MACKENZIE. Prefeitura do Município de São Paulo. E-mail: andritsena@hotmail.com.

** Doutoranda em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, FFLCH/USP. Instituto Federal de São Paulo. E-mail: crissantana@gmail.com.

1. Nesse texto, Silva identifica os migrantes regionais a partir da terminologia “hispânicos” e explica “optamos por utilizar aqui a categoria hispânico, quando nos referimos aos imigrantes que foram colonizados pela Espanha, exatamente para diferenciá-los dos brasileiros, caudatários da colonização lusitana. Nesse sentido, quando utilizamos a categoria latino-americano, nos referimos aos povos caudatários da influência Ibérica, tanto os hispano-americanos quanto os luso-brasileiros”. (2008, p. 9)

Sobre a imigração como uma ‘realidade pretérita e resolvida no imaginário nacional’ a que o autor se remete, é interessante resgatar como se constituiu esse imaginário e que elementos históricos o produziram. Em artigo dedicado a reflexão sobre os confrontos entre a imigração e a identidade nacional², Seyferth (2000) assinala que, aos nacionalistas, incomodavam a concentração e o isolamento das colônias de imigrantes no sul do Brasil, o que geraria um desequilíbrio regional. Esse incômodo decorria do projeto de branqueamento a partir das teorizações racistas que almejavam valer-se do grande contingente de imigrantes brancos europeus para alterar o quadro racial brasileiro em fins do século XIX, dirimindo os traços negros e indígenas da população. Compreendidos a partir da tarefa de branquear, objetivava-se que esses imigrantes ‘desejáveis’ se incorporassem a esse projeto político, assimilando a cultura brasileira e abrindo mão de suas identidades étnicas.

No contexto migratório do século XXI, bolivianos, peruanos e paraguaios foram as comunidades selecionadas por Silva (2008) para conduzir sua investigação e, através no texto *Faces da Latinidade: Hispano-Americanos em São Paulo*, são caracterizadas no que se refere ao histórico migratório, relações de trabalho, produção cultural e inserção na cidade. O autor explica que essa escolha se deveu a um conjunto de fatores que os colocam em condições desiguais de inserção na cidade, e destaca os problemas jurídicos da falta de documentos, a exploração da sua mão-de-obra e os preconceitos construídos pela sociedade local (Silva, 2008, p. 10). Outro tema a que Silva se dedica em suas pesquisas é relação entre imigração e trabalho e, em texto dedicado à descrição das estratégias adotadas pela comunidade boliviana para alcançar a mobilidade econômica por meio do trabalho nas oficinas de costura, relata as trajetórias usualmente percorridas por esses imigrantes. Dentre as estratégias de mobilidade está o desejo de aquisição da própria oficina, para que, na condição de autônomos, possam empreender no negócio angariando trabalhadores entre a própria família e entre compatriotas. O ofício da costura é também a oportunidade de trabalho que encontram os jovens bolivianos quando migram para o Brasil e, a esse respeito, o autor destaca que os esses jovens alentam o desejo de estudar e se qualificar para exercer outras profissões, contudo, a extenuante rotina de trabalho não permite conciliar os horários de estudo.

Os fluxos de paraguaios receberam especial atenção do Centro de Estudos Migratórios, e são descritos de modo pormenorizado no dossiê *Paraguaios*, publicado no ano de 2014. Tratando de historicizar esses fluxos, Ramírez (2014) define a migração paraguaia em três momentos

2. Sobre a temporalidade abordada, a autora salienta que o período histórico considerado “corresponde ao de maior fluxo imigratório (aproximadamente 1880-1930)”. (Seyfert, 2000, p. 82)

o primeiro, durante a longa ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989), marcado pela vinda de profissionais qualificados, artistas e os perseguidos que fugiram procurando um novo horizonte no Brasil, mais especificamente na cidade de São Paulo (...); o segundo momento refere-se à década de 1990, após a ditadura militar no Paraguai, quando seus cidadãos começaram a experimentar a democracia, inédita naquele país, e uma nova etapa de integração regional que foi o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL; o terceiro acontece a partir da virada do século e se estende até a presente data, quando as crises na Argentina e na Espanha passaram a tornar São Paulo um destino mais atrativo aos paraguaios. (2014, p. 96)

Esse mesmo dossiê aponta que, na última década, as comunidades paraguaias se concentraram na região metropolitana de São Paulo, contudo, os dados sobre essa migração apresentam disparidades, de acordo com o órgão consultado. Côrtes (2014), informa que, de acordo com o Ministério da Justiça, em 2011, eram quantificados 17.604 paraguaios com residência regularizada – o que os coloca como o quarto maior grupo de imigrantes – contudo, para o consulado e as organizações sociais de paraguaios em São Paulo, esse número pode estar entre 40 e 60 mil pessoas (Côrtes, 2014, p. 14).

Em relação ao reconhecimento social, Silva (2006), aponta que esse é mais difícil que a mobilidade econômica, uma vez que sobre os bolivianos recaem estereótipos negativos. Acerca dessa imagem negativa o autor elucida que

Esses são associados com frequência ao trabalho escravo e ao tráfico de mão de-obra para as oficinas de costura. Além dessa identificação negativa e que, às vezes, assume um caráter acusativo, eles têm que lidar com outros preconceitos decorrentes do desconhecimento de grande parte dos brasileiros de suas raízes étnicas e culturais. Para esses, eles são vistos como pessoas descendentes de “índios”, “pobres” e de “pouca cultura”. (Silva, 2006, p. 166)

Essa dificuldade em alcançar um reconhecimento social favorável também é partilhada por outras comunidades latinas e, atrelada a essa dificuldade social está a origem étnica. Ao referir-se aos imigrantes bolivianos, peruanos e paraguaios o autor identifica a discriminação racial como elemento que pesa sobre eles e, para ele, peruanos e bolivianos são “oriundos do contexto andino, são portadores de fenótipos semelhantes, em razão de raízes étnicas quéchua e aimará compartilhadas por ambos. Já no caso do último grupo, a etnia predominante é a Guarani” (Silva, 2008, p. 37). Como a história brasileira é constituída tendo o racismo como um dos eixos estruturantes, a origem étnica desses sujeitos converte-se em elemento diferenciador, sendo esses imigrantes reduzidos ao conceito que se faz sobre os ‘índios’, o que agudiza a discriminação social, uma vez que articula xenofobia e racismo.

Esse fenômeno das migrações regionais tem colocado em xeque diversas visões do senso comum, pois a proximidade física com estes sujeitos mobiliza não apenas os estereótipos e generalizações, mas as pode proporcionar a capacidade de problematização

do próprio conceito de cidadania e identidade étnica. Os pesquisadores de imigração têm se dedicado a investigar também como os fluxos vêm ocasionando a emergência de novos fenômenos sociais e, a esse respeito, Lucena (2013) discute a interface entre a identidade étnica, o deslocamento e a cidadania e, para a pesquisadora

Os efeitos sócio-culturais dos atuais processos de internacionalização provocam uma redefinição e reformulação do conceito de cidadania. Os novos deslocamentos de grupos humanos por meio de novas identidades e de novas propostas de vida estimuladas pelo contexto atual global ampliam as trocas culturais, e ao mesmo tempo, ampliam os conflitos baseados na interculturalidade. O conceito de cidadania não deve permanecer baseado em concepções uniculturais e uniétnicas, urge pensar hoje em uma configuração ao conceito e aceitá-lo dentro de re-significações a partir das relações interculturais e interétnicas. (Lucena, 2013, p. 11)

O que a autora denomina como ‘conflito intercultural’ é o que pretendemos problematizar e discutir, uma vez que, na escola esse conflito aparece de maneira explícita a partir de diversas variantes dos elementos constituintes da cultura escolar. Ao propor a classificação do outro – o imigrante, o latino-americano, o indígena – o sujeito está mobilizando um referencial simbólico, baseado nas representações por ele construídas. Temas como etnicidade, cidadania e direitos sociais, identidade e globalização são relevantes ao escopo de pesquisas relacionadas a essas migrações, tendo em vista o desvelamento das construções simbólicas que elas ocasionam na sociedade.

Imigrantes latino-americanos e seus descendentes estão na cidade e na escola, contudo, nem sempre essa segunda geração é objeto de atenção. Em um artigo que trata do mapeamento dessa segunda geração, por meio de análise de dados do censo do IBGE do ano de 2010, Oliveira e Baeninger (2015), explicitam que

Assim como para a primeira geração, cujo exato número de estrangeiros latino-americanos, na cidade de São Paulo, ainda permanece desconhecido e divergente entre as fontes oficiais e as provenientes de instituições de apoio ao migrante; no tocante à segunda geração, o cenário é bastante parecido. Decorrente disso, a mensuração do tamanho da segunda geração também se faz ainda mais difícil, resultado tanto da indocumentação característica do fluxo, como da falta de dados confiáveis a respeito do volume do grupo. Fato agravado, uma vez que parte da segunda geração é brasileira e, portanto, nas fontes oficiais, é considerada como tal, mascarando a origem familiar estrangeira. (Oliveira; Baeninger, 2015, p. 319)

Essa constatação nos é muito cara, especialmente em função dos números referentes a matrículas produzidos pelos sistemas escolares. A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, por exemplo, divulga os dados das matrículas de ‘estrangeiros’ e tem normatizações para atender aos direitos educativos desse público, contudo, não existem informações sobre os estudantes cujas famílias são imigrantes e que tenham nascido no Brasil. Acreditamos que a produção desses dados ‘intermediários’ seria fundamental tanto para que os sistemas de ensino pudessem elaborar políticas voltadas

a tais estudantes, quanto para compreendermos o impacto dessa segunda geração na cultura escolar.

A América Latina e a escola: reflexões sobre o distanciamento do Brasil perante a região

O imaginário sobre o que seria a América Latina influencia diretamente sobre o modo como os povos oriundos da região são recebidos no Brasil, tanto na escola quanto na sociedade de um modo geral. Se considerarmos o montante de imigrantes relacionados a esses fluxos regionais, poderemos antever a necessidade de discutirmos esse imaginário, inclusive mediante a problematização dos recursos disponíveis para a construção dessa base de conhecimento.

Ao discorrer sobre as representações que circulam acerca da América Latina, Silva (2008, p. 38) afirma que “há um grande desconhecimento da parte dos paulistanos da história sociocultural destes países, e até mesmo, da geografia, pois há quem diga que o Peru fica na Ásia, a cidade de Lima no Chile e assim por diante” e essas generalizações são as bases que constituem os estereótipos. Muito já foi produzido acerca dos prejuízos sociais ocasionados pelas representações estereotipadas de alguns grupos, especialmente sobre negros e indígenas e, ao tratar dos arquétipos comumente relacionados aos hispano-americanos, Silva exemplifica

No caso dos bolivianos, a imagem cristalizada na sociedade local é a de que todos eles são costureiros, pobres e índios, ignorando, assim, a diversidade social, profissional e étnica deste grupo. Com relação aos peruanos, há uma certa ambigüidade nas imagens construídas sobre eles na cidade. Se por um lado, o Peru é lembrado como o país dos Incas, do Machu Picchu, por outro, a imagem recorrente dos peruanos é a de que um grupo deles se dedica às atividades ilícitas, como é o caso do roubo e venda de objetos roubados (...). Já no caso dos paraguaios a ligação é imediata com mercadorias falsificadas, que são compradas em Ciudad Del Leste. (2008, p. 38).

Lamentavelmente, essas imagens depreciativas em relação às comunidades latino-americanas reverberam em diferentes contextos sociais, inclusive na escola, o que resulta numa violência simbólica voltada aos estudantes. Contudo, devemos considerar o papel da escola na problematização dessas imagens, tendo em vista a possibilidade de construção de currículos que contemplem conteúdos que evidenciem a variedade e a complexidade da História da América e, conseqüentemente, dos latino-americanos, uma vez que o ensino escolar é, na maioria das vezes, o canal de acesso do cidadão aos conhecimentos historicamente acumulados. Por esse importante papel que a educação escolar assume na formação dos sujeitos, consideramos relevante verificar o referencial teórico já constituído sobre o tema, especificamente, sobre as discussões referentes ao ensino de História da América na escola.

Para atender a esse intento, nos reportamos a Bittencourt (2005), que no texto *Ensino de história da América: reflexões sobre problemas de identidades* buscou analisar as concepções que regeram o ensino de História da América nos programas e manuais escolares identificando, em diferentes períodos da História da Educação Brasileira, tendências de incorporação desse conhecimento ao currículo escolar, sendo que a autora organizou essas concepções de ensino a partir de três momentos.

O primeiro momento seria o ensino de História da América como apêndice da História Universal, sendo esse ensino identificado com o período de consolidação do currículo escolar – então compreendido como elemento constituidor de uma identidade, dado o papel pedagógico da escola. Nesse sentido, Bittencourt (2005) salienta a relevância da organização curricular do Colégio Pedro II, que fulgurou como modelo para as demais escolas do país. Essa concepção de História da América, se inicia na segunda metade do século XIX permeia todo o século XX, e nesse período, apesar da Reforma Capanema de 1942, que propôs uma cadeira autônoma para o ensino de História do Brasil com carga horária semelhante à da História Geral, “a versão dominante de uma história política mantinha os países da América Latina e o Brasil como simples apêndices de uma dominante História da Civilização criada pela raça branca” (2005, p. 9) e, de acordo com a autora, essa estrutura curricular se mantém na organização dos livros didáticos contemporâneos, o que se configura como uma continuidade histórica. Bittencourt (2005) salienta que na fase que se sucedeu à proclamação da República, surgiram disputas em torno da constituição dos currículos escolares e Manuel Bomfim, à época Diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro, defendeu a proposta de se deslocar a discussão da História da América para o espaço americano a partir da ideia de consolidação dos Estados Nacionais latino-americanos. Foi nessa perspectiva de disputas entre intelectuais que surgiu o primeiro manual didático brasileiro, escrito por Rocha Pombo em 1900.

Um segundo momento seria aquele relacionado às teorias de dependência, sendo marcado pela disputa ideológica pautada na dicotomia ‘países desenvolvidos X países subdesenvolvidos’. Nesse período, compreendido a partir dos anos de 1970, “tratava-se de entender a inserção do Brasil no sistema capitalista e seu alinhamento junto aos países ‘subdesenvolvidos’” (Bittencourt, 2005, p. 10), sendo perceptível o deslocamento da discussão para a interferência estadunidense nas histórias locais, a partir de uma perspectiva imperialista. A problemática se transferiu para as identidades econômicas perante o capitalismo global e Bittencourt (2005) alerta para o problema associado à generalização e simplificação que fundamenta essa categoria interpretativa, uma vez que não são consideradas as especificidades regionais. A crítica era feita a partir da posição dos países da região perante os EUA, não tratando de compreender as dinâmicas próprias da região a partir de si mesma.

Por último, Bittencourt (2005) aponta a perspectiva de ensino que visa tratar da História da América “como conjunto de temas que remetem à constituição de identidades múltiplas” (2005, p. 14), cujas divisões entre História Geral, História do Brasil e História da América tendem a ser abolidas a partir da emergência de uma História integrada. Em relação aos conteúdos de ensino, essa tendência possibilita a seleção das temáticas a partir de critérios que proporcionem a análise mais abrangente, situando as sociedades no espaço e no tempo, no qual o foco deixa de ser a identidade nacional e avança para a constituição das múltiplas identidades, e a autora evidencia que essa proposta é orientada a partir de organismos internacionais, como a Organização dos Estados Interamericanos (OEI) e do MERCOSUL. Ao tratar da influência do MERCOSUL nessa discussão, a autora evidencia o interesse do Comitê Educativo do Mercosul em estimular a integração regional a partir do ensino de História e Geografia.

Para a autora, o mapeamento dessas concepções de ensino de história da América converge para a compreensão das diferentes intencionalidades políticas, vinculadas inegavelmente, aos projetos de sociedade que se visa consolidar. Considerando os currículos como um campo profícuo para a pesquisa, a autora aponta algumas indagações no que se refere ao espaço dedicado ao estudo de História da América e conclui

O problema que permanece, no entanto, refere-se à efetiva inserção dos conteúdos de história americana no cotidiano escolar. Professores e alunos dedicam-se a estas temáticas? Existem resistências quanto a esses conteúdos e a estas questões identitárias? (Bittencourt, 2005, p. 14)

Para ancorar a reflexão sobre a presença e o acolhimento aos estudantes imigrantes latino-americanos nas escolas, o desvelamento do imaginário social sobre a América Latina nos interessa e, tendo em vista as contribuições de Bittencourt (2005), é importante tecer considerações sobre a base de conhecimentos que sustentam a constituição desse imaginário. Dessa forma, o modo como os professores se remetem epistemologicamente à região e como esses conteúdos irrompem em suas aulas são indícios da consolidação desse imaginário na prática.

Dentre as produções, que visam tratar de temas que deem conta da multiplicidade da História da América Latina, é inegável a contribuição aportada por Prado (2004) na obra *América Latina no século XIX: Tramas, Telas e Textos*, na qual a autora percorre o século XIX resgatando o protagonismo das mulheres nas lutas pela independência, a produção literária do período, a produção de conhecimento nas universidades, o papel da igreja e as configurações dos estados nacionais. A autora apresenta a fecundidade de projetos do século XIX a partir da abordagem comparativa e, para ela

Na medida em que a história de cada país da América Latina corre paralelamente às demais, atravessando situações bastante semelhantes – a colonização ibérica, a independência política, a formação dos Estados Nacionais, a presença inglesa e depois

Por uma unidade latino-americana: interculturalidade e políticas públicas
de formação – relato de uma prática

a norte-americana, para citar alguns marcos tradicionais – não há, do meu ponto de vista, como fugir às comparações. (2004, p. 20)

Retomando o que apontou Bittencourt (2005), é possível inferir que essa paradigmática obra de Prado (2004) se localiza no âmbito do ‘conjunto de temas que remetem à constituição de identidades múltiplas’, ou seja, não se tratando de investigar cada país como identidade nacional isolada, mas propondo o diálogo entre estes a partir de fenômenos que dão conta de explicitar os processos históricos, o que aponta para a multiplicidade das realidades locais sem abrir mão de uma abordagem processual tão cara à História. A perspectiva adotada por Prado (2004) contribui para conduzir a narrativa cuja abordagem não se pauta na divisão e hierarquização das instâncias – políticas, econômicas, sociais e culturais – e nesse sentido, a comparação entre as realidades latino-americanas não fragmentadas.

A revisão dessa bibliografia é fundamental para auxiliar na localização de alguns dos fundamentos que constituíram a ideia do distanciamento do Brasil em relação à América Latina. Por trás da produção desse distanciamento, opera uma lógica homogeneizante e articulada aos projetos políticos de constituição dos estados nacionais na América Latina ainda no século XIX. Para Candau e Russo (2010) a compreensão desse processo histórico não recai apenas sobre o espectro político, mas fundamenta-se em intencionalidades culturais, sendo que esse contexto “supôs um processo de homogeneização cultural em que a educação escolar exerceu um papel fundamental, tendo por função difundir e consolidar uma cultura comum de base ocidental e eurocêntrica, silenciando e/ou inviabilizando vozes, saberes, cores, crenças e sensibilidades” (2010, p. 154). À escola foi atribuído o papel central na transmissão desses valores culturais, contudo, o tensionamento social observado nos últimos anos apresenta potencial para transgredir essa lógica homogeneizante, justamente porque tem-se a compreensão histórica do entranhamento dos laços de colonialidade que ainda permanecem e moldam essa instituição.

O que podemos aferir, a partir desse recorrido histórico, é a constatação de que a pouca repercussão, na escola, desses estudos, afasta a possibilidade de diálogo intercultural, contudo, no limiar do século XXI, e na emergência de novas fontes de estudo, será possível ampliar o interesse dos estudantes em relação a esse tema. Tendo em vista que as professoras dos estudantes latino-americanos passaram por esse sistema educativo, que limitou tais saberes e na formação inicial foram poucas as oportunidades de se apropriar dessa discussão, é possível vislumbrarmos que o contato cotidiano com estudantes imigrantes latino-americanos apresenta um potencial formativo muito relevante, uma vez que esse contato pode despertar o interesse em conhecer os contextos de origem das famílias que passaram a frequentar a escola.

A formação de professores e as Culturas Latino-americanas

Na cidade de São Paulo, a Secretaria Municipal de Educação possui em sua estrutura um setor responsável pelas políticas públicas de formação continuada, gestão de materiais didáticos e construção curricular no que se refere à educação das relações étnico-raciais, o Núcleo de Educação Étnico-racial (NEER). Durante os três anos que compusemos essa equipe, pudemos vivenciar intensamente a experiência da formação de professores alinhada à perspectiva de uma política pública de promoção e valorização da diferença e do protagonismo dos atores sociais como estratégias de combate ao preconceito, à discriminação, ao racismo e à xenofobia. No planejamento das atividades formativas, por exemplo, era critério metodológico a composição de mesas de debate com integrantes dos movimentos sociais, estudantes e educadores da rede municipal, sendo que a atuação da equipe do NEER era a de mediação das discussões.

Dentre as mais diversas ações relacionadas a essa política de formação, destacamos a realização da *Mostra Cultural “Brasil Latino: revelando a América Latina para a educação paulistana”*, realizada entre abril e maio de 2016, que foi o momento de maior mobilização sobre a temática das culturas latino-americanas na Rede Municipal de Educação de São Paulo. Inteiramente dedicada ao estudo das manifestações culturais da região, foram ofertadas mais de 800 vagas em atividades de formação³: seminários, cursos de espanhol e um fórum de discussão curricular.

Os seminários, organizados em dois dias, consistiram em uma discussão conceitual e relatos de representantes dos movimentos sociais, sendo finalizados com a apresentação de grupos musicais com repertório latino-americano (Tarancón, Raíces de América e Palimpsesto). Os cursos de espanhol foram estruturados a partir de canções de artistas como Violeta Parra, Mercedes Sosa e Silvio Rodriguez. Já o Fórum foi um momento dedicado especialmente ao debate curricular: na conferência de abertura foi discutida a proposta curricular da rede e, na sequência, o público optou por participar de oficinas sobre audiovisual (cinema latino-americano), literatura (a obra de Poma de Ayala) e música (o uso do repertório para nas aulas).

Destacamos essa atividade mobilizadora porque ela se articula ao que Candau (2000) vem discutindo acerca do multiculturalismo, da interculturalidade e sua interface com a educação escolar. Para a pesquisadora, que exerce forte influência sobre nossas reflexões, as dificuldades em abraçar a perspectiva do diálogo de culturas têm razões

3. As atividades a que nos referimos estão publicadas no Diário Oficial da cidade de São Paulo, na seguinte conformidade: Fórum “*A América Latina no currículo: vivenciando a cultura e refletindo sobre a prática pedagógica*”, (04/05/2016, p. 81); Seminário “*Brasil Latino: revelando a América Latina para a educação paulistana*”, (11/05/2016, p. 37 e 26/05/2016, p. 62); Curso “*El cantar tiene sentido - introdução ao espanhol por meio de canções sociais latino-americanas*”, (13/05/2016, p. 47-48).

eminentemente práticas, ou seja, diz respeito bem mais ao ‘como’ do que o ‘para quê’ e, para ela, “não deriva, em geral, de objeção ao seu sentido e finalidades propostas e sim à insegurança que provoca por não se ter clareza de como “aterrisá-la” no dia a dia da sala de aula” (Candau, 2000, p. 9) logo, a oferta de subsídios conceituais e práticos são estratégias que evidenciam o investimento – política pública – que objetiva o aprimoramento do ofício docente.

A pesquisadora acrescenta, ainda, que na perspectiva de uma educação multicultural o desafio residiria em romper com ideias relacionadas a uma hierarquização das culturas, como se coubesse à escola uma compensação cultural, visto que a cultura de origem dos alunos é tomada como um problema e não como uma possibilidade de diálogo. Apoiada em Banks, a pesquisadora identifica as estratégias que podem ser reconhecidas nos espaços educacionais no que tange ao diálogo entre as culturas: a mais elementar, que seria a inclusão de contribuições de diferentes culturas em eventos pontuais sem implicações para o currículo; uma aditiva, que seria o acréscimo de determinados conteúdos, sem alteração na estrutura; a transformadora, que implicaria uma reestruturação de base, permitindo aos estudantes o trabalho com conceitos de diferentes culturas; e a da ação social, que residiria na possibilidade do envolvimento direto de diferentes grupos culturais no desenvolvimento dos projetos educacionais.

Procurou-se, deste modo, na idealização, organização e condução das atividades formativas da *Mostra Cultural “Brasil Latino: revelando a América Latina para a educação paulistana”*, aproximar os educadores das duas últimas estratégias descritas em Banks e recuperadas por Candau. Assim, pretendeu-se construir na atividade uma estratégia transformadora, pois pautou-se numa metodologia formativa que procurou identificar nas práticas culturais de diferentes países da América Latina, conceitos, procedimentos e metodologias que pudessem aproximar os educadores do universo dos estudantes migrantes e, conseqüentemente, romper com os estereótipos que são atribuídos a estes e, em seu lugar, possibilitar que suas vivências fossem incorporadas às práticas educacionais. E de ação social, pois todas as atividades da mostra foram construídas em diálogo e com o protagonismo de coletivos, artistas e indivíduos pertencentes a movimentos sociais ligados à causa das populações migrantes, o que permitiu dialogar diretamente com as demandas e as pautas desses grupos no que se refere à construção de políticas públicas no campo da educação, alinhadas ao multiculturalismo e, portanto, de uma efetiva integração dos estudantes migrantes ao espaço educacional.

Os seminários e as apresentações culturais – uma experiência conceitual e metodológica

A estrutura dos seminários contemplava uma mesa de debates, finalizada com apresentação cultural, contudo, ainda que esta seja uma prática comum, o objetivo

era, na realidade, romper com a lógica predominante quando se associa duas atividades dessa natureza, ou seja, há uma discussão conceitual e epistemológica, seguida ou antecedida de uma apresentação cultural que tem por exclusivo objetivo “descontrair” o público. Em lugar disso, buscou-se identificar as confluências entre o trabalho dos grupos artísticos e as temáticas abordadas nas mesas de debate, de modo a demonstrar aos educadores como o conhecimento pode ser construído a partir de diferentes atores sociais e que, sem hierarquizações, tanto a mesa, quanto as apresentações dos músicos deveriam ser igualmente consideradas como repertório para construção das práticas pedagógicas em suas unidades educacionais, tanto do ponto de vista temático, como metodológico.

Certamente, essa experiência foi potencializada, quando consideramos que o as canções executadas pelos grupos que se apresentaram durante a mostra possuíam um forte componente social e político, mas ainda que não tivessem, o intento era demonstrar o potencial das manifestações culturais como fonte para a construção de ações pedagógicas, assim como, para o tensionamento e a alteração da dimensão curricular.

Procuramos, neste sentido, constituir um espaço de reflexão alinhado com a perspectiva defendida por Libâneo ao discutir as noções de um professor-reflexivo e sua relação com a formação de educadores:

Penso que o melhor programa de formação de professores seria aquele que contemplasse melhor, no currículo e na metodologia, os princípios e processos de aprendizagem válidos para os alunos das escolas comuns, ou seja, os mesmos processos e resultados que devêssemos esperar da formação geral dos alunos das escolas regulares deveriam ser conteúdos da formação dos professores (Libâneo, 2006, p. 73).

Assim, os seminários e as apresentações culturais, para além da sua potência do ponto de vista conceitual, temático e epistemológico foram construídos de modo que os educadores pudessem vivenciar uma experiência formativa que lhes inspirasse a reflexão, mas também a prática. Afinal, muitas seriam as pontes entre o universo revelado no espaço formativo e as vivências dos estudantes migrantes e as atividades da mostra objetivavam demonstrar, incentivar e indicar possibilidades de caminhos para atravessar essas pontes.

Por uma unidade latino-americana: interculturalidade e políticas públicas
de formação – relato de uma prática

O curso: “*El cantar tiene sentido - introdução ao espanhol por meio de canções sociais latino-americanas*” – as canções, seus contextos e a ideia de uma unidade latinoamericana

*Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado el sonido y el abecedario;
Con él las palabras que pienso y declaro:
Madre, amigo, hermano, y luz alumbrando
(Gracias a la vida – Violeta Parra)*

Na história da América Latina diversos são os pontos de confluência que tornam similares as experiências sociais, culturais e políticas entre seus países e, dentro da proposta da *Mostra Cultural “Brasil Latino: revelando a América Latina para a educação paulistana”*, procuramos construir todas as ações de modo a evidenciar esses vínculos, assim como, promover uma reflexão que pudesse diluir as fronteiras de um pensamento que distancia o Brasil dos demais países do continente, pensamento este que tem alimentado a construção de um imaginário que reforça posturas de discriminação, preconceito e xenofobia.

Entre as demandas formativas apresentadas pelos educadores da Rede Municipal de Educação de São Paulo referentes aos subsídios necessários à promoção de práticas educacionais de acolhimento aos estudantes migrantes, sempre esteve presente a realização de cursos de espanhol como segunda língua, considerando o expressivo número de estudantes oriundos de países de língua oficial espanhola. Durante a organização da mostra, a qual possuía um forte componente de difusão cultural, identificou-se a possibilidade de responder a esta demanda e, ao mesmo tempo, tornar mais significativa a interação do público de educadores e estudantes com as apresentações culturais que compunham a mostra.

Os três grupos que se apresentaram durante a mostra, *Tarancón, Raíces de América e Palimpsesto*, tem como principal fonte de seu repertório canções atreladas a uma perspectiva engajada. As canções executadas por esses conjuntos foram selecionadas, em grande parte, a partir de um cancionero popular que tinha como foco a crítica e a resistência às ditaduras militares na América Latina, denunciando problemas sociais, mobilizando a organização dos movimentos sociais, tematizando as trajetórias de protagonistas da resistência e metaforizando os projetos de futuro e de construção de uma sociedade mais igualitária.

Tais canções podem ser genericamente agrupadas no que convencionou-se designar “*nueva canción*”, tendo se desenvolvido por quase toda América Latina, com destaque para países como Chile, Argentina, Uruguai e Cuba, mas desenvolvendo-se também no Brasil, inclusive com parcerias entre músicos brasileiros e de outros países latino-americanos.

Todo esse movimento via na música um caráter transformador que marcado por um forte componente político, vislumbrava a emancipação das classes populares em prol da construção de uma unidade latino-americana, como evidenciado na canção de Violeta Parra, imortalizada na voz de Mercedes Sosa, a qual utilizamos como epígrafe desta parte de nossa discussão, que faz uma agradecimento à vida que lhe ofereceu a musicalidade e a linguagem verbal (*el sonido y el abecedario*) com os quais ela pode declarar o sentido do cuidado, da irmandade, o sentido de estar juntos em prol de um bem comum (*madre, amigo, hermano y luz alumbrando*).

Diante da compreensão da relevância desse repertório musical que seria apresentado nas apresentações artístico-culturais que faziam parte da *Mostra Brasil Latino*, organizou-se o curso com o objetivo de cumprir um duplo propósito: propiciar aos participantes um contato introdutório com a língua espanhola por um lado, e estabelecer as conexões entre o universo cultural, artístico, político e linguístico presente nas canções com as estratégias de práticas educacionais alinhadas a uma perspectiva intercultural e de desconstrução dos estereótipos que marcam a presença e as interações de estudantes migrantes nos espaços educacionais da Rede Municipal de São Paulo.

São abundantes os trabalhos acadêmicos que dão conta da importância da utilização das canções como recurso didático para aulas de língua, seja a materna ou uma segunda língua, e tais pesquisas trazem como denominador comum, a multiplicidade de abordagens que tal estratégia implica, ao conjugar diferentes linguagens (musical e verbal) com o contexto de produção (músicos, estilos, temáticas, etc.). Deste universo de produções, destacamos um apontamento realizado por Nelson Barros da Costa, em artigo sobre o gênero canção como mídia literária:

A nosso ver, este [objetivo do uso didático de canções] deve ser o de proporcionar ao aluno uma educação dos sentidos e da percepção crítica, que proporcione, ao lado do prazer sensorial e estético, um exercício de leitura multissemiótica, voltada não apenas para a interação pluridimensional que relaciona todos os elementos que uma canção pressupõe (autor – cantor – personagens – melodia – ouvinte genérico – ouvinte individual, etc.). Esteja bem claro, por fim, que o que se deseja não é formar cancionistas, mas ouvintes críticos de canções, capazes de perceber os efeitos de sentido do texto, da melodia e da junção verbo-melódica; conhecedores do cancionário e dos cancionistas de seu país, seus posicionamentos, estilos e discursos; tal como pretende o estudo da literatura. (Costa, *in* Dionísio, 2010, p. 130-131)

Destarte, quando tomamos do pensamento de Costa a ideia de formação de “ouvintes críticos de canções” é possível ter uma dimensão do que estava presente na formulação do curso. Por se tratar de um curso breve e introdutório o objetivo não poderia estar centralizado no alcance de uma proficiência com a língua, mas na realidade, aproximava-se mais de revelar por meio da análise das canções um universo cultural que mais do que nos distanciar dos demais países latino-americanos, como os educadores supunham quando consideravam apenas o fato de falarmos idiomas

diferentes, nos aproxima, visto que compartilhamos experiências opressivas (a colonização e as ditaduras, por exemplo), mas principalmente, encontramos confluências nas estratégias de luta e de oposição e as artes, em nosso caso a música, foi no Brasil e em toda a América Latina um instrumento de resistência. Como diz a canção que serviu de título ao curso: “*El cantar tiene sentido, entendimiento y razón*”.

Fórum “A América Latina no currículo: vivenciando a cultura e refletindo sobre a prática pedagógica” – a reflexão sobre o currículo

O Fórum “A América Latina no Currículo: vivenciando a Cultura e refletindo sobre a prática pedagógica” ocorreu no dia 21 de maio de 2016, nas dependências da EMEF Infante dom Henrique. Teve como objetivo aproximar os educadores das narrativas, visualidades e musicalidades da América Latina, entendendo que o acesso a essas manifestações culturais é um dos desafios para a efetivação de um trabalho pedagógico que contemple a temática. A opção pela realização de um Fórum, ao invés de cursos ou mais um seminário, se justifica pela necessidade de propiciar a participação do público, flexibilizando inclusive a adesão às oficinas, uma vez que os educadores puderam fazer a opção pelos temas de seu interesse. O Fórum teve início com uma conferência de abertura, proferida pelo Prof. Dr. Fernando José de Almeida que discutiu a ideia de um currículo latino-americano e as barreiras ainda encontradas na construção dessa ideia. Na sequência, os participantes se dirigiram para as salas das oficinas de Literatura, Cinema, Audiovisual e Música, sendo que o eixo central da atividade foi a participação nessas vivências (oficinas).

Os conceitos foram discutidos a partir das produções e a Arte foi considerada como mediadora das discussões. Em uma das oficinas de Literatura, os participantes se apropriaram da produção do clássico *Nueva Coronica del Buen Gobierno*, do cronista Felipe Guamán Poma de Ayala, sendo que a regente foi uma arte-educadora de nacionalidade boliviana. Essa obra, ainda restrita aos especialistas em América Latina, fornece elementos para a compreensão do processo de colonização espanhola na América e, em que pese a presença de algumas de suas imagens nos livros didáticos, é uma produção pouco difundida no Brasil. Uma segunda oficina de Literatura, ministrada por um professor da própria Rede Municipal de Ensino, foi dedicada à leitura de poesias de artistas latino-americanos e reflexão sobre formas, conteúdos e contextos de produção.

Na oficina de Cinema foram exibidos trechos de filmes para fomentar o debate sobre os contextos sociais. Já em relação à produção Audiovisual, o debate se estabeleceu em torno de documentários elaborados pelo *Coletivo Visto Permanente*, composto por jovens imigrantes que vivem em São Paulo e produzem suas percepções sobre a cidade e os sujeitos. A discussão da música buscou recuperar as sonoridades de artistas como Victor Jara, Mercedes Sosa, Violeta Parra entre outros, visando

estabelecer o diálogo entre as temáticas das canções e os contextos socioculturais em que foram produzidas.

Finalizadas as oficinas, os educadores se reuniram no intuito de relatar suas percepções e pensar nas possibilidades pedagógicas que essas vivências ensejaram. Esse Fórum, sem precedentes na história da Secretaria Municipal de Educação, foi um momento único de aproximação entre os educadores e a História e Cultura da América Latina especialmente porque possibilitou o diálogo entre os educadores, que constataram a pouca visibilidade que o tema da diversidade cultural tem na formação inicial.

Considerações finais

A discussão sobre o papel da Educação para a manutenção dos estereótipos em relação à América Latina e, conseqüentemente, sobre os imigrantes latino-americanos, não é tema recente. A revisão bibliográfica proposta por este trabalho aponta para a pouca aderência que o tema da integração regional tem no currículo escolar e os materiais didáticos reforçam essa perspectiva. Na formação inicial dos educadores – cursos de licenciatura –, os temas da América Latina aparecem de modo difuso nos tópicos da diversidade cultural. Cabe ao sistema de ensino buscar preencher essas lacunas e é por meio do movimento de reflexão sobre o currículo que se pode aprofundar o tema da unidade latino-americana.

Com este relato apresentado, buscamos apontar algumas possibilidades de discussão curricular visando a construção do senso de pertencimento do Brasil em relação ao continente cultural. Como gestoras de Políticas Públicas de Educação – função que as autoras desempenharam à época da realização da Mostra Cultural – acreditamos que a realização desse tipo de atividade formativa estimula o debate sobre nossa Cultura e História comuns, mobilizando os educadores a refletirem sobre o que nos une enquanto latino-americanos.

Referências

- CANDAU, Vera Maria. ANHORN, Carmen Teresa Gabriel. A questão didática e a perspectiva multicultural: uma articulação necessária. In: *Anais da 23ª Reunião Anual da ANPED*. Caxambu-MG. set. 2000, p. 9. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0413t.PDF>.
- _____. RUSSO, Kelly. Interculturalidade e Educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. In: *Revista Diálogo Educacional*. Curitiba, v. 10, nº 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.

Por uma unidade latino-americana: interculturalidade e políticas públicas
de formação – relato de uma prática

- CÔRTEZ, Tiago Rangel. Paraguaio em São Paulo: uma história e um retrato. In: *Dossiê Paraguaio*. Travessia - Revista do Migrante, nº 74, jan/jun, 2014.
- COSTA, Nelson Barros da. As Letras e a Letra: o Gênero Canção na Mídia Literária. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs). *Gêneros Textuais e Ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- IPPDH. Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos del MERCOSUR. *Migrantes Regionales en la ciudad de San Pablo: Derechos sociales y Políticas Públicas*. 2017.
- LIBÂNIO, J. C. Reflexividade e formação de professores: outras oscilações do pensamento pedagógico brasileiro. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs.). *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*, 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LUCENA, Célia Toledo. Fluxos migratórios de latino-americanos: cidadania transnacional. In: *Revista Ambivalências*, v. I, nº 2. p. 05-28, jul-dez, 2013.
- RAMIREZ, Porfirio Leonor. Caacupé: Trajetórias de organizações de paraguaios em São Paulo. In: Dossiê Paraguaio. Travessia - Revista do Migrante, nº 74, jan/jun, 2014.
- SEYFERTH, Giralda. Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil. In: *Região e nação na América Latina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- SILVA, Sidney Antonio da. *Faces da Latinidade: Hispano-Americanos em São Paulo*. Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp, 2008.
- _____. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. In: *Estudos Avançados*, v. 20, nº 57, 2006.

A migração paraguaia para São Paulo no contexto de crescimento dos fluxos Sul-Sul

Vanessa Kely Domingues*

A questão migratória paraguaia

O aumento dos números da migração paraguaia coloca-se como um problema a ser equacionado pelo estado paraguaio contemporâneo. Anualmente são muitos os jovens em idade produtiva e reprodutiva a deixarem o país em busca de alternativas, o que implica na perda de recursos humanos. A migração já faz parte da realidade de diversas famílias paraguaias que possuem um ou mais membros vivendo em outro país e, muitas vezes, dependem das remessas enviadas por estes familiares. Essas remessas ajudam a fortalecer a economia paraguaia, trazendo benefícios para o Estado, mas têm um custo social subjacente.

Estimativas recentes sobre a migração paraguaia apontam que em 2010 777.901 paraguaios residiam em outro país, o equivalente a 12% da população do Paraguai para aquele ano (OIM, 2011: 4). Entre 2006 e 2010, a maior parte destes migrantes era constituída por mulheres das zonas rurais com menos de 25 anos, o que caracteriza essa migração como majoritariamente feminina e de jovens. (UNFPA, 2013) Os principais destinos migratórios dos paraguaios que decidem deixar o país são a Argentina e a Espanha, seguidos por Brasil e Estados Unidos. (PNUD, 2009; OIM, 2011)

* Mestranda em História da Universidade Federal de São Paulo.

Tabela 1- Principais destinos migratórios dos paraguaios, 2010¹

País de residência	Total de migrantes paraguaios
Argentina	550.713
Espanha	135.517
Brasil	40.000
Estados Unidos da América	20.023

Fonte: OIM, p. 35, 2011.

No ano de 2010 a economia paraguaia registrou crescimento de 15,3% em seu PIB (BCP, 2011 *apud* OIM, 2011), índice nunca antes alcançado pelo país, e vem mantendo um ritmo de aumento nos últimos anos, bastante alardeado pela imprensa brasileira.² A lei da Maquila³ que atraiu empresas brasileiras a se instalarem no país e, especialmente, o aumento do preço das commodities de carne e soja no mercado internacional contribuíram para este quadro de avanço econômico, considerando que parte expressiva da economia paraguaia baseia-se na produção de grãos e na pecuária de corte, realizadas em latifúndios mecanizados e com pouco emprego de mão-de-obra. A entrada de remessas enviadas pelos migrantes paraguaios, especialmente da Espanha e dos Estados Unidos, também contribuiu para os números positivos de sua economia.

Por outro lado, a principal causa alegada pelos paraguaios para a migração é a motivação laboral (OIM, 2011, p. 35), as dificuldades de inserção no mercado de trabalho da parcela mais jovem da população, especialmente das zonas rurais, o que

1. Os relatórios consultados PNUD (2009), OIM (2011) e UNFPA (2013), não utilizaram os dados dos últimos censos brasileiros. Os dados apresentados sobre a migração paraguaia irregular no Brasil, aqui apresentados, baseiam-se em estimativas fornecidas pelo Consulado do Paraguai e pela Pastoral do Migrante.

2. <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/02/1855944-com-crescimento-acima-da-media-paraguai-vira-caso-de-sucesso-na-regiao.shtml> acesso em 17/03/2018.; <https://veja.abril.com.br/economia/o-tigre-guarani-a-transformacao-economica-do-paraguai/> acesso em 17/03/2018;

3. A lei de Maquila 1.064/97 regulamenta a instalação de empresas estrangeiras no Paraguai, que visem a exportação, através de uma série de incentivos fiscais além da possibilidade de contratar mão-de-obra mais barata que a brasileira. Notícias recentes mostram que grande parte das empresas que se instalaram no país após esta lei é brasileira. <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,em-busca-de-custosmenores-empresas-brasileiras-abrem-fabricas-no-paraguai,10000097591> acesso em 17/03/2018; <http://www.vanguardia.com.py/2018/03/19/maquila-en-paraguay-trabajo-a-que-precio/> acesso em 18/03/2018

aparentemente se coloca como uma contradição para uma economia em significativo desenvolvimento. Entretanto, essa característica permite vislumbrar as contradições presentes neste projeto de crescimento econômico e a forte influência desta estrutura na questão migratória paraguaia. Enquanto há um avanço significativo do setor do agronegócio no país, a modernização implementada na produção agrícola acarreta a diminuição dos postos de trabalho no setor que, além de ser o mais importante economicamente, é também o responsável pela maior parte dos empregos.

Segundo relatório elaborado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), de 2011, na década de 2000, especialmente a partir de 2003, houve aumento em praticamente todos os setores econômicos, acompanhado do aumento das taxas de emprego, no entanto o setor agropecuário, considerado o mais importante do país, teve crescimento discreto, reduzindo seu papel no emprego de mão-de-obra.

A pesar de la importancia del sector agropecuario en el mercado de trabajo, el mismo redujo notoriamente su participación relativa en la distribución del empleo entre 2002-2009. De un 34,3% en el 2002, disminuyó a 29,5% en el 2009, como resultado del menor crecimiento del número de ocupados en la agricultura y la ganadería en comparación con el de los demás sectores. El número de ocupados en la agricultura y ganadería tuvo un crecimiento de tan sólo 13% entre 2002 y 2009; mientras que en los demás sectores el crecimiento osciló entre 30% y 70%, con excepción del de electricidad, gas y agua que no llegó al 1%. (OIM, 2011: 20)

Neste contexto de crescimento econômico, um dos principais problemas do mercado de trabalho paraguaio não se refere exatamente às grandes taxas de desemprego – em 2009 a taxa era de 6,4% (OIM, 2011) – e sim às condições de trabalho que se deterioraram durante a crise econômica da década de 90 e o subemprego que vêm se mantendo mesmo com a fase positiva da economia paraguaia. (OIM, 2011: 21) Além de pontos da legislação trabalhista que favorecem jornadas longas e poucos direitos aos trabalhadores paraguaios, dificilmente estes conseguem como remuneração o salário mínimo estipulado, que acaba se tornando um teto de rendimentos e não um direito. (Rolon, 2010)

A tabela a seguir foi publicada no Diário Vanguardia, periódico paraguaio, em uma notícia intitulada “Trabajo a que precio” que aborda de maneira crítica a instalação das indústrias maquiladoras brasileiras no Paraguai, ao comparar alguns direitos trabalhistas dos trabalhadores paraguaios e brasileiros.

Quadro I – Direitos trabalhistas Brasil e Paraguai⁴

Cuadro comparativo		
Derechos laborales	Paraguay	Brasil
Horario laboral	48 horas semanales	44 horas semanales
Vacaciones del/a trabajador/a	30 días corridos de vacaciones, a partir de 10 años de antigüedad en la empresa	30 días, a partir del primer año de contrato en la empresa

Fuentes: Código Laboral Paraguayo (Ley Nro. 213/93) / Ley Laboral del Brasil Nro. N.º 5.452, del 1º de Mayo de 1943.

Fonte: <http://www.vanguardia.com.py/2018/03/19/maquila-en-paraguay-trabaja-a-que-precio/acceso> em 30/05/2018.

Dados da OIM (2011), e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2013), mostram que embora o desemprego tenha caído no Paraguai, os postos de trabalho criados são, em sua maior parte, informais. 64% dos assalariados vinculados a empresas do setor privado estão na informalidade, isto é, carecem de contratos de trabalho, têm jornadas superiores a 48 horas semanais e recebem salários inferiores ao mínimo estipulado pela legislação (OIM, 2011:23). Grande parte dos trabalhadores paraguaios recebe entre 30% e 70% do salário mínimo estipulado, que é de aproximadamente R\$1.300,00. A informalidade atinge mais mulheres que homens e estas ainda estão sujeitas à segregação em certas ocupações, tradicionalmente vinculadas ao feminino, como as tarefas domésticas que são as menos remuneradas. (OIM, 2011:25).

As condições de trabalho, discutidas acima, contribuem fortemente para a saída de fluxos contínuos de paraguaios em busca de melhores oportunidades de trabalho, o que não significa que conseguirão melhores empregos nos países para os quais migram. Muitos continuam na informalidade, desempenhando funções de baixa qualificação, mas, comparativamente à situação paraguaia, obtendo melhores rendimentos que possibilitam o envio de dinheiro aos familiares. A questão do trabalho aparece como causa dominante nas decisões de migrar dos paraguaios, segundo dados da OIM:

(...) en el 87,9% de los casos, la causa de la emigración ha sido “razones de trabajo”, 86% en el caso de los varones y casi 90% en el de las mujeres. El siguiente porcentaje corresponde a las “razones familiares”, con 8% del total (10% para varones y 6,5% para mujeres), causal que bien puede encubrir el funcionamiento de redes familiares que tienden a atraer miembros de la familia una vez que detectan oportunidades laborales para los mismos. (OIM, 2011:37)

4. <http://www.vanguardia.com.py/2018/03/19/maquila-en-paraguay-trabajo-a-que-precio/acceso> em 30/05/2018.

Esses dados da economia e do mercado de trabalho paraguaios combinam-se a outros fatores de estímulo às migrações paraguaias como a existência de redes⁵ familiares, sociais e de informações já constituídas ao longo de anos de migração para países como a Argentina e em menor escala, para o Brasil.

Novos destinos e atuação dos migrantes paraguaios

Além dos fatores de ordem estrutural, causas conjunturais também influenciam na mudança dos destinos migratórios dos paraguaios. O caso da Argentina é exemplar, já que os destinos dos paraguaios começaram a se diversificar no contexto da crise argentina do final da década de 90 e início de 2000. Ainda assim, o país continua sendo o que concentra a maior população de migrantes paraguaios.

As migrações para a Argentina são tradicionais na história paraguaia, desde o fim da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), quando o Estado começou a vender as terras públicas e os ervais e bosques passaram a ser explorados por particulares, processo que teve como consequência a expulsão de muitos camponeses das terras nas quais viviam. (Odonne, 2009: 52). Nas primeiras décadas do século XX, à questão da terra acrescentaram-se a grande instabilidade política gerada por disputas partidárias, perseguições e até mesmo assassinatos de dirigentes paraguaios, recrutamentos obrigatórios para compor o aparato militar e a guerra civil de 1947 que contribuíram para a saída de milhares de paraguaios para o país vizinho, primeiramente para as províncias fronteiriças, constituindo movimentos rural-rural, e paulatinamente para Buenos Aires, definindo um padrão urbano. (Odonne, 2009: 53)

Atualmente, os paraguaios são o principal grupo migratório dentro da Argentina, havendo uma concentração desses migrantes na cidade de Buenos Aires, cerca de 76% do total. Os migrantes paraguaios geralmente se inserem em ocupações de baixa qualificação entre as quais se destacam a construção civil para os homens e o serviço doméstico para as mulheres. (Bruno, 2011: 164-165). O grande descontrole econômico enfrentado pelo país, entre 1999-2002, influenciou na realização de outras trajetórias migratórias, aumentando o número de paraguaios que passaram a se dirigir para Espanha, Brasil e Estados Unidos.

5. As abordagens que utilizam as noções de redes migratórias procuram analisar as estratégias utilizadas pelos migrantes para que as migrações ocorram, abrangendo os locais de origem e de destino. A mobilização de informações, redes de amizade ou de parentesco para conseguir hospedagem e trabalho, os arranjos familiares, o planejamento da viagem, entre outros fatores assumem importância para a compreensão das migrações. Nas palavras de Truzzi “Desse modo, atuando no interior de redes de relações pessoais, o emigrante, individualmente ou em um núcleo familiar, passou a ser visto como um agente racional que persegue objetivos e mobiliza recursos relacionais não apenas para escolher destinos, mas também para se inserir no mercado de trabalho na sociedade receptora. Dito em outros termos, o migrante passou a ser visto como agente mobilizador de seu capital social. (Truzzi, 2008: 207)

A Espanha aparece como segundo destino migratório dos paraguaios. Este movimento foi estimulado pelo crescimento e estabilidade econômicos espanhóis verificados na década de 90 e início de 2000, além da questão da língua. (Sandoval, 2011: 307). No entanto, a escolha deste país exige muito mais planejamento e recursos por parte dos migrantes, já que é uma viagem cara e a fiscalização sobre a entrada de estrangeiros é mais forte. O aumento da presença paraguaia e sua repercussão junto à mídia levou a Espanha a adotar medidas restritivas à entrada de paraguaios, a partir de 2005.

Según los datos oficiales del Padrón Municipal de España, los paraguayos que contaban con papeles en el 2004 eran 5.734, mientras que en el 2005 fueron 16.295. En un año aumentó en 10.561 el número de paraguayos, lo que significa un incremento del 284%. Estos son datos oficiales, aunque la cifra de compatriotas que residen actualmente en ese país, según estimaciones extraoficiales, ascendería a un número mucho mayor. (Sandoval, 2011: 308)

A implementação de medidas restritivas à entrada e permanência de paraguaios e a crise econômica que afetou a Espanha em 2008 tornaram as viagens para o país um tanto arriscadas. O migrante que decidiu ir para lá corria o risco de empreender um grande valor na viagem e ser deportado ou deveria contar com a “ajuda” de atravessadores e agências de turismo para que pudesse entrar com visto de turista. (Côrtes, 2014: 67)

A economia paraguaia, embora venha dando sinais de melhora desde 2003, não conseguiu ainda oferecer condições para que grande parte da parcela da população em idade produtiva não deixe o país. No ano de 2015 o departamento de *Dirección General de Migraciones*, ligado ao Ministério do Interior do Paraguai, elaborou um documento denominado “*Política Nacional de Migraciones*” no qual ficaram estabelecidas as diretrizes para uma política migratória nacional cujos objetivos definidos são o de assegurar direitos aos que emigram, incorporando convênios e tratados internacionais e criando estratégias de desenvolvimento possibilitadas pelo envio das remessas. (Política Migratoria República del Paraguay, 2016)

Por outro lado, as migrações têm desempenhado um papel importante na economia paraguaia devido à entrada de volumosas somas remetidas pelos paraguaios, especialmente dos que residem nos Estados Unidos e Espanha. Em 2011 as somas chegaram a 450 milhões de dólares. O antropólogo argentino Gerardo Halpern argumenta que o Paraguai produz força produtiva que não consegue utilizar e a opção para muitos jovens é a de migrar, mantendo como vínculo com o país o envio de remessas que ajudam grande parte das famílias paraguaias. Indicadores recentes mostram que em torno de 186 mil famílias paraguaias contavam com algum tipo de ajuda financeira advinda de remessas, no ano de 2009. (OIM, 2011:46). A tabela abaixo mostra as somas remetidas por migrantes paraguaios a seu país de origem

entre 2005 e 2012. Os dados mostram que embora o Brasil seja o terceiro destino dos migrantes paraguaios, ocupa a quinta posição na porcentagem de envio de remessas.

Tabela II - Remessas Familiares recebidas por país de origem (em milhões de dólares)

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total	81	100.6	198.1	202.3	201.0	273.6	450.6	444.2
Espanha	25.5	43.0	87.7	103.5	101.9	160.1	252.2	246.3
Estados Unidos	21.0	38.9	65.4	72.7	70.3	80.9	144.0	149.3
Argentina	17.8	4.7	14.8	6.8	6.7	9.3	18.0	18.1
Japão	1.9	2.5	2.7	3.4	2.3	2.5	5.9	3.2
Brasil	0.2	0.1	1.1	0.7	1.2	2.3	4.2	2.9
Demais países	14.6	11.4	26.4	15.2	18.6	18.4	27.3	24.4

Fonte: Banco Central do Paraguai, 2013:9 *apud* OIM, 2011.

A migração passou a ter um peso tão significativo para o Paraguai que as associações de migrantes paraguaios, formadas nos países de destino, passaram a pressionar por mudanças na legislação que permitissem o direito ao voto dos migrantes. Em 2007, sob o governo do presidente Nicanor Duarte, o *Partido del Movimiento al Socialismo* lançou um protesto em alusão ao aumento do número de migrantes paraguaios, de ampla repercussão, com o lema “Que se vayan ellos”, com clara referência aos políticos paraguaios, omissos em relação à questão da migração paraguaia; no mesmo ano, dos Estados Unidos, um grupo de migrantes paraguaios criou um blog com a campanha “Tu remesa vale um voto”, através do qual reivindicavam o direito à participação nas eleições. (Rodríguez, 2011: 335-337)

Em sua campanha presidencial, Fernando Lugo estabeleceu contato com grupos de migrantes residentes na Argentina e Espanha, criando uma campanha para mobilizar as famílias paraguaias que possuíam membros residindo em outro país, em favor de sua candidatura. Lugo se encontrou com associações de paraguaios na Argentina, Espanha e Estados Unidos, estratégia também utilizada por seus adversários políticos. (Rodríguez, 2011: 336)

Em 2008 foi realizado na capital paraguaia o Primeiro Congresso da Migração Paraguaia que contou com a participação de representantes dos migrantes que viviam na Argentina, Espanha, Brasil, Estados Unidos, Bélgica, Suíça e Alemanha, no qual

foram discutidas as condições dos migrantes paraguaios e expostas reivindicações como a ampliação da participação política dos migrantes. (Rodríguez, 2011: 339)

No ano de 2011 foi realizado um referendo que tinha como proposta a mudança do artigo 120 da Constituição paraguaia que restringia a participação política dos paraguaios residentes fora do país. 77% dos votantes concordaram com a concessão de direitos políticos para os migrantes paraguaios, constituindo uma vitória importante destes e um importante reconhecimento, por parte do Estado, de seu papel político.

Origem e desenvolvimento das migrações paraguaias

O contexto posterior à Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), que envolveu de um lado Brasil, Argentina e Uruguai e do outro o Paraguai, é considerado pelo sociólogo paraguaio Tomás Palau (2011) como o marco expulsivo das migrações paraguaias que deram sequência a vários ciclos migratórios, culminando em um processo que se caracteriza por um número cada vez maior de expatriados, pela diversificação de seus destinos e a progressiva especificidade de suas causas, desde o político-econômico até o econômico-laboral (Palau, 2011: 80). A derrota paraguaia no conflito trouxe consequências danosas para o estado e sua população, sendo considerado um divisor de águas para a história do país. Um grande número de mortos, a destruição, a perda de território e os prejuízos econômicos fizeram com que o conflito ficasse cravado na memória nacional.

Após o conflito os liberais assumiram o poder e iniciaram a implantação de um modelo econômico fortemente dependente, baseado na entrada de capitais estrangeiros e na formação de latifúndios agroexportadores (Souza, 2006). O que contribuiu para isso foi a venda das terras públicas paraguaias, que tinha como objetivos arrecadar dinheiro e tirar o país da crise econômica (Palau, 2011).

Alinhado a este projeto estavam medidas para atrair imigrantes a formarem colônias agrícolas e impulsionarem o desenvolvimento econômico. A população paraguaia, em grande parte constituída por mulheres e crianças de origem camponesa, não tinha condições de adquirir terras e tornaram-se trabalhadores assalariados rurais dependentes dos latifúndios ou migram para regiões fronteiriças na Argentina e no Brasil onde se destaca o estado de Mato Grosso, no qual o paraguaio foi incorporado ao trabalho como mineiro, trabalhador dos ervais ou como vaqueiro (Souza, 2001). Muitas mulheres paraguaias chegaram a casar com soldados brasileiros após a guerra como estratégia de sobrevivência, segundo as historiadoras Peraro e Santos (Peraro; Santos, 2003).

Nessa região fronteiriça entre Brasil e Paraguai, no qual se destaca Mato Grosso, houve fluxos de paraguaios que contribuíram para a existência de importantes trocas culturais e formação de uma identidade que é, em muitos aspectos, compartilhada. Atualmente, Dourados e Campo Grande aparecem como as principais cidades de concentração dos paraguaios que residem no Brasil, atrás de Foz de Iguacu, outra região fronteiriça importante. (OIM, 2009:31)

Ao longo do século XX essas migrações se intensificam tornando a Argentina o principal destino migratório dos paraguaios. Grande parte deste movimento migratório também esteve relacionado a problemas políticos, devido ao período de grande instabilidade que se seguiu à Guerra da Tríplice Aliança, marcado por disputas políticas que envolviam golpes, traições, assassinatos de dirigentes e recrutamentos militares com finalidade política (Souza, 2006). O exílio, portanto, foi uma importante modalidade migratória nas primeiras décadas do século XX. (Halpern, 2009) As questões sociais e econômicas também estimularam os deslocamentos paraguaios, intensificados durante a ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989).

Durante seu governo, o modelo agroexportador foi intensificado através de uma alteração na legislação paraguaia que permitia a venda de terras paraguaias a estrangeiros, por preços abaixo dos de mercado. Empresas e colonos, especialmente brasileiros, se instalam nos departamentos orientais, sendo estas terras incorporadas à lógica do agronegócio através da produção de grãos como a soja. Neste mesmo contexto o governo paraguaio procura realocar camponeses de áreas populosas para áreas despovoadas, favorecendo os correligionários na distribuição das terras (Palau, 2011). A perseguição a qualquer tipo de oposição e as questões sociais, como as desapropriações de camponeses, intensificaram as migrações paraguaias.

Se por um lado, a política de terras implantada por Stroessner teve como consequência a entrada de migrantes estrangeiros, majoritariamente brasileiros, em um país que até então nunca havia obtido êxito em suas políticas de atração de migrantes (Oddone, 2011), por outro, a concentração fundiária e o avanço da monocultura levaram muitos paraguaios a migrarem internamente e para outros países.

A política externa de Stroessner também alterou as relações com o Brasil, sendo caracterizada por uma aproximação dos dois países. A construção da ponte internacional sobre o rio Paraná e a realização de obras de infraestrutura no departamento de Alto Paraná, facilitaram as relações comerciais entre Brasil e Paraguai e o trânsito de pessoas entre os dois países, dando grande dinamismo à região (Menezes, 1987; Albuquerque, 2005). É neste momento que há uma expansão dos destinos migratórios dos paraguaios que se destinam ao Brasil, que passam a integrar os grandes centros urbanos como São Paulo (Palau, 2011:53). Estes migrantes eram oriundos de centros urbanos e com médio e alto nível de escolaridade.

Após o governo de Stroessner, com a transição democrática, ainda sob forte influência do Partido Colorado, a principal motivação para a migração dos paraguaios passa a ser a questão econômica relacionada à concentração de terras e desapropriações, ao mercado informal e às baixas remunerações. Os principais destinos migratórios dos paraguaios são a Argentina, país com a maior população de paraguaios fora do Paraguai, a Espanha, que passou a integrar os destinos escolhidos pelos paraguaios. Os centros urbanos brasileiros, especialmente São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba passam a

atrair também os paraguaios numa migração que possui relações em diferentes escalas, nacional, regional e global.

Migrações Sul-Sul e o aumento da presença de paraguaios na RMSP

Os deslocamentos recentes de paraguaios direcionados à região metropolitana de São Paulo distinguem-se dos movimentos fronteiriços, inserindo-se em novas modalidades migratórias e colocando novas questões de análise. Esta migração insere-se no contexto de aumento dos fluxos migratórios no contexto global, do surgimento de novas modalidades e rotas migratórias apontados por autores como Paiva (2007; 2010), Neide Patarra (2011; 2012), Rosana Baeninger (2017) e Bogus (2015) entre outros.

O Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) identificou no período de 2000-2015 a presença de 878.742 imigrantes no Brasil. Destes, 373.280 originários de países da América Latina e Caribe, o que os coloca como o primeiro grupo de migrantes no país. (Baeninger; Fernandes, 2018: 20). A maior concentração de migrantes dessa região se encontra no Estado de São Paulo, seguidos por Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul.

Tabela III - Imigrantes internacionais registrados (Registro Nacional de Estrangeiro – RNE) no Brasil, entre 2000-2015, por unidade da Federação de entrada.

São Paulo	378.776
Rio de Janeiro	163.516
Mato Grosso do Sul	74.501
Paraná	74.501
Rio Grande do Sul	48.863

Fonte: Baeninger, Fernandes *et. al...* 2018: 22

Através da Lei nº 11.961 de 2009⁶, aprovada durante o governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, os migrantes que se encontravam em situação irregular no Brasil tiveram oportunidade de regularizar sua situação. Poderiam requerer a anistia os migrantes que, entre outros casos, tivessem entrado no país até fevereiro deste mesmo ano, de forma clandestina, sem passar pelos órgãos fiscalizadores e portar visto ou de forma legal e estivessem com o visto vencido (Brasil, 2009), situações que têm como penalidades multas e deportação. Após o pagamento de algumas taxas e apresentação dos documentos solicitados, os migrantes poderiam receber a carteira

6. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11961.htmacessoem17/08/2017.

de estrangeiro provisória, válida por dois anos, ou a permanente, para aqueles casos em que o migrante já possuía o documento vencido.

A nacionalidade paraguaia foi a quarta mais beneficiada por esta anistia, com 4.100 pedidos de regularização. Outros dados como os do censo de 2010, do SINCRE-Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) e dos pedidos de permissão para trabalho fornecidos pelo Registro Anual de Informações Sociais (RAIS), ligado ao Ministério do Trabalho, apontam para o aumento do fluxo migratório de paraguaios para o Brasil, em especial, para regiões metropolitanas como São Paulo. De acordo com o RNE, no período 2000-2015, foram registrados no Estado de São Paulo 10.448 migrantes paraguaios, o que equivale à quinta nacionalidade entre os migrantes oriundos da América Latina e Caribe:

Tabela IV- Imigrantes Internacionais registrados entre 2000-2015, residentes nos municípios do Estado de São Paulo, nascidos na América Latina e Caribe, segundo países de nascimento.

Bolívia	88.604
Argentina	16.586
Peru	15.726
Colômbia	13.105
Paraguai	10.448
Haiti	8.960

Fonte: Baeninger, R. Fernandes, D. *et al...* Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo. Migrações Internacionais, 2018: 91.

Os últimos censos, de 2000 e 2010, mostraram que houve um aumento desse fluxo para a Região Metropolitana de São Paulo. Os dados amostrais da pesquisa registraram um crescimento de 1.420 (2000) para 4.146 (2010). A anistia concedida em 2009 pelo governo brasileiro, conforme citada anteriormente, também deu maior repercussão para a migração paraguaia no Brasil (Côrtes, 2014; Souchaud, 2012).

Embora estes números não sejam expressivos, em termos quantitativos, eles levantam algumas questões: 1) os fluxos paraguaios, tradicionalmente ligados a regiões de fronteiras, estão se deslocando para as regiões metropolitanas do Brasil; 2) Considerando-se o caráter amostral dos Censos, a presença paraguaia é bem maior do que a registrada pela pesquisa, o Consulado paraguaio em São Paulo e a Pastoral do Migrante (Silva, 2008) chegam a apontar a presença de 40 mil paraguaios na cidade; 3) a diversificação dos destinos de paraguaios no Brasil apontam para novas modalidades migratórias entre os dois países.

Os fatores que explicam esse aumento da presença de paraguaios na RMSP inserem-se num contexto do aumento da mobilidade no mundo globalizado e do aumento da criminalização das migrações em países desenvolvidos, como a Espanha, um dos principais destinos dos fluxos de origem paraguaia.

Este novo contexto da migração evidencia-se pela multiplicação dos fluxos existentes, bem como pela variedade dos modos de instalação. As classificações das migrações também se multiplicam apontando para diferentes estatutos da migração presentes nos Estados Nacionais: refugiados, migrantes laborais, migrantes qualificados, portadores de visto humanitário, entre outros.

A conjuntura de crescimento econômico brasileiro e a política de fortalecimento do bloco regional dos países do Cone Sul (Mercosul), verificados durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) também criaram condições para que o Brasil passasse a receber um maior número de migrantes da América do Sul nos anos 2000 (Patarra; Baeninger, 2005).

A configuração geopolítica de São Paulo como cidade global e a demanda por serviços, em suas diferentes formas, que caracterizam a reestruturação produtiva e as formas flexíveis de lucro, tornam as cidades que se inserem nesse sistema urbano transnacional em local de atração de migrantes.

Conclusão

Procuramos neste artigo discutir as migrações paraguaias, que tiveram início ainda no século XIX, em um contexto trágico, que lançou as bases da estrutura do estado paraguaio, baseado na economia agroexportadora, concentradora de terras e que desapropriou e continua desapropriando camponeses paraguaios e estimular a busca por oportunidades de trabalho em outros países.

O Brasil aparece como o terceiro destino na escolha dos migrantes paraguaios. Os primeiros migrantes paraguaios chegaram ao Brasil ainda no século XIX, após o final da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), e se dirigiam a regiões fronteiriças, localizadas especialmente no Mato Grosso do Sul, desenvolvendo um importante fluxo para a região marcado por importantes contribuições culturais.

Atualmente, os paraguaios não buscam somente as regiões mais próximas, eles também se deslocam até regiões localizadas a milhares de quilômetros da fronteira, como é o caso da RMSP. Os dados oficiais mostram um aumento da presença paraguaia na região, que pode ser muito maior se consideramos o grande número de indocumentados entre os migrantes chegados após 2009.

O crescimento das migrações paraguaias para a RMSP se inserem nos movimento intra-regionais Sul-Sul e levanta uma série de questões sobre as migrações contemporâneas, como procuramos abordar, mostrando a necessidade de análises

que levem em conta uma série de variáveis, desde os condicionantes que tornam os paraguaios migrantes potenciais, até a escolha de seus destinos e a articulação entre os locais de origem e destino que permitam compreender melhor suas especificidades, sem negligenciar o papel ocupado por estes espaços na dinâmica global.

Referências

- BAENINGER, R. FERNANDES, D. *et al.*... *Atlas temático: Observatório das migrações em São Paulo - Migrações internacionais*. Campinas: NEPO/Unicamp, 2018.
- BAENINGER, R. PATARRA, N. Mobilidade espacial da população no Mercosul. São Paulo, Metrópoles e Fronteiras. In: *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 21, nº 60, p. 83-102, 2005.
- BRUNO, Sebastián. Migrantes paraguayas y el servicio doméstico en Buenos Aires. Diferencias y desigualdades. In: *Migrantes. Perspectivas (críticas) en torno a los procesos migratorios del Paraguay*. Asunción, Ápe Paraguay, 2011.
- CÔRTEZ, Tiago Rangel. Paraguaio em São Paulo: uma história e um retrato. São Paulo, Travessia. In: *Revista do migrante*, nº 74, p.p. 13-36, 2014.
- HALPERN, Gerardo. *La diáspora y el Paraguay territorial. Miradas en movimiento*. v. 1, enero, 2009.
- ODDONE, Hugo. Impactos de la migración en el desarrollo nacional: Una aproximación histórico-social. In: *Migrantes. Perspectivas (críticas) en torno a los procesos migratorios del Paraguay*. Asunción, Ápe Paraguay, 2011.
- PALAU, Tomás. El Marco Expulsivo de la Migración Paraguaya: Migración interna y migración externa. In: *Migrantes. Perspectivas (críticas) en torno a los procesos migratorios del Paraguay*. Asunción, Ápe Paraguay, 2011.
- PERARO, Maria Adenir. SANTOS, Quelce Queiroz dos. Mulheres paraguayas, uma perspectiva de estudos a partir do recenseamento de 1890. In: *UNCiências*, v. 7, pp. 137-148, 2003.
- PERFIL MIGRATÓRIO de Paraguay. Organización Internacional para las Migraciones (OIM) – Asociación Paraguaya de Estudios de Población (ADEPO), 2011. UNFPA (Fondo de Población de las Naciones Unidas) Peculiaridades de la Emigración Internacional y Tendências Recientes (2009-2011) – El Paraguay exporta soja, carne y jóvenes. Asunción, 2013.
- POLITICA MIGRATORIA República del Paraguay, Fondo de La OIM para el Desarrollo, Asunción, 2015.

A migração paraguaia para São Paulo no contexto de crescimento dos fluxos Sul-Sul

- RODRÍGUEZ, Fátima E. Comunicación y migración: redes de organización política de paraguayos y paraguayas residentes en el extranjero. In: *Migrantes. Perspectivas (críticas) en torno a los procesos migratorios del Paraguay*. Asunción, Ápe Paraguay, 2011.
- ROLON, José Aparecido. *Paraguai: Transição democrática e política externa*. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, FFLCH-USP, 2010.
- SANDOVAL, Luis Ortiz. Algunas observaciones sobre la experiencia migratoria de paraguayos en Europa. In: *Migrantes. Perspectivas (críticas) en torno a los procesos migratorios del Paraguay*. Asunción, Ápe Paraguay, 2011.
- SILVA, Sydiney Antonio da. *Faces da latinidade: Hispano-Americanos em São Paulo*. 73p. Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp, 2008.
- SOUCHAUD, Sylvain. A visão do Paraguai no Brasil. *Contexto Internacional*, v. 33, nº 1, janeiro/junho de 2011.
- SOUZA, José Carlos de. O Estado e a Sociedade no Paraguai durante o governo do Partido Liberal (1904-1935). Tese de Doutorado. Assis, Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2006.

Por que o Brasil recebe os venezuelanos?

Renata Wanissangh Correia da Costa*

Introdução

O relacionamento entre o Brasil e a Venezuela tem se intensificado em virtude de algumas questões recentes, mas, principalmente, devido à migração de venezuelanos que entram através da cidade de Pacaraima, no estado de Roraima. A Venezuela vem sofrendo grave crise socioeconômica, que resultou no pedido da Organização das Nações Unidas (ONU) para entrada naquele país para verificação *in loco* do que está acontecendo, porém não foi autorizada. Somado aos atos do governo do presidente Nicolás Maduro, sanções de outros Estados à Venezuela fazem com que a situação fique ainda mais grave.

A cooperação internacional será discutida, e serão abordadas algumas correntes das teorias das relações internacionais, como a diferenciação entre cooperação e harmonia, a política de prestígio na política internacional, e o solidarismo cosmopolita. Além da necessidade de aplicação da cooperação jurídica vinculada à ideia dos direitos humanos e da dignidade humana no direito internacional.

Na tentativa de solucionar o problema e apoiar o estado de Roraima, que vem sofrendo com o aumento da densidade populacional e falta de estrutura para abrigar os migrantes, a União instituiu a Operação Acolhida que envolve vários órgãos e agências como resposta à chegada dos imigrantes venezuelanos. Além disso, diversas normas foram promulgadas pelo Poder Executivo para apoio e organização deste fluxo migratório, desde Portaria Interministerial, até leis específicas. Somam-se a isso, os Tratados internacionais assinados e internalizados pelo Brasil que tratam de migração, cooperação internacional e direitos humanos buscando uma coexistência pacífica entre os Estados.

Toda essa situação foi parar na Justiça através da Ação Civil Originária nº 3.121, ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo estado de Roraima, e da Ação Civil Pública nº 002879-92.2018.4.01.4200, ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela Defensoria Pública da União (DPU), em face da União e do estado de Roraima, na Justiça Federal de Roraima. Todo esse caminho será percorrido para que se tente responder à pergunta: por que o Brasil recebe os venezuelanos?

* Mestranda em Estudos Marítimos - Direitos Internacional e Direito Marítimo. Escola de Guerra Naval (EGN). E-mail: wanissan@hotmail.com

Relacionamento Brasil-Venezuela

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, “Brasil e Venezuela estabeleceram relações diplomáticas em 1842” (Ministério das Relações Exteriores-MRE, 2018). Mas, já em 1826, a chamada Grã-Colômbia reconhecia a independência do Brasil. Em 1905, os países ajustaram suas fronteiras, firmando, em Caracas, protocolos relativos à demarcação das mesmas, tal como estipuladas pelo Tratado de Limites e Navegação Fluvial entre o Brasil e a Venezuela de 1859. Em 1994, o Presidente brasileiro visitou a Venezuela e firmou o Protocolo da Guzmania, que criou a Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN) para cooperação técnica em áreas como comércio, energia, transporte e comunicação, mineração, meio ambiente e desenvolvimento fronteiriço. Outro marco importante nesse relacionamento foi o lançamento da Parceria Estratégica, em 2005, com projetos de integração produtiva e de desenvolvimento social e tecnológico (MRE, 2013).

A partir da primeira década do século XXI aumentou o comércio Brasil-Venezuela, porém nos últimos anos retrocedeu muito¹ (MRE, 2018). Assim, contam-se poucos acordos no relacionamento entre os países, principalmente por questões geográficas, já que as principais cidades da Venezuela se concentram na parte caribenha a oeste, e as principais cidades brasileiras se concentravam no sudeste.

No que tange ao MERCOSUL, a Venezuela foi incorporada em 2012, quando entrou em vigor o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL, assinado em 2006, em Caracas. Porém, a Venezuela não conseguiu cumprir os compromissos de incorporação das normas vigentes no bloco, e os membros fundadores do MERCOSUL a notificaram, cessando seus direitos como Estado Parte. Em 2017, os quatro países fundadores decidiram suspender a Venezuela, uma vez que entenderam que houve ruptura da ordem democrática no país nos termos do Protocolo de Ushuaia (MERCOSUR, 2018).

Breve panorama sobre a situação socioeconômica da Venezuela

O presidente venezuelano Nicolás Maduro foi eleito em 2013, sendo reeleito em abril de 2018 para mandato até 2025, em meio a uma grave crise econômica. A situação naquele país parece tão degradante que já foi levantada a possibilidade de criação de uma comissão de investigação internacional com a intervenção do Tribunal Penal Internacional (Portal G1, 2018). Em virtude das denúncias apresentadas, a

1. “Em 2016, o Brasil exportou US\$ 1,125 bilhão para a Venezuela (queda de mais de 50% com relação a 2015) e importou US\$ 415 milhões daquele país (queda de mais de 35% com relação a 2015). Estatísticas apontam que, em 2009, a Venezuela foi o quinto maior importador de produtos brasileiros, mas que em 2016 passou ao 38º lugar.” (MRE, 2018)

Organização das Nações Unidas (ONU) pediu que a Venezuela abrisse as suas portas para que ela verificasse *in loco* o que está acontecendo no país, porém não foi autorizada. O alto comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos apresentou em março de 2018 diante do Conselho de Direitos Humanos o “seu relatório anual sobre a situação das liberdades fundamentais no mundo, no qual disse que as liberdades de expressão, opinião, associação e reunião pacífica são ‘reprimidas e gravemente restringidas’ na Venezuela.” (EBC, 2018).

O problema do país não são só os atos do governo de Maduro. Existem sanções de outros Estados à Venezuela que fazem com que a situação fique ainda mais grave com a escassez de alimentos e remédios. Em 2017, os Estados Unidos da América (EUA) impuseram novas sanções ao país e disse ter a intenção de reestabelecer a democracia. A Venezuela diz que os EUA estão tentando promover uma crise humanitária, visando suas grandes reservas de petróleo, e os EUA acusam o governo Maduro de “violações de direitos humanos e subversão da democracia” (BBC, 2017).

Existem pensadores como o advogado e historiador norte-americano Alfred de Zayas, especialista independente da ONU para a Promoção da Ordem Internacional Democrática e Equitativa, que afirmam não haver crise humanitária na Venezuela e que o termo vem sendo utilizado como pretexto para intervir no país e derrubar o governo de Maduro. Para ele “a Venezuela sofre uma guerra econômica, um bloqueio financeiro, sofre um alto nível de contrabando e, claro, necessita de solidariedade internacional para resolver esses problemas” (Portal *Opera Mundi*, 2018).

Somado a isso, em abril de 2018, o Grupo de Lima (MRE, 2017) apoiou o Panamá em crise diplomática com Caracas. Isto porque, a Venezuela impôs sanções com restrições econômicas e financeiras contra autoridades e empresas panamenhas com o argumento de que iria proteger o sistema financeiro venezuelano. O Grupo pediu que a Venezuela “se comprometa na busca de uma solução para a crise política, econômica, social e humanitária naquele país, que afeta seus cidadãos e todos os países da região” (Portal *O Globo*, 2018).

Na visita do vice-presidente norte-americano ao Brasil, em junho de 2018, o Ministro das Relações Exteriores brasileiro defendeu a Organização dos Estados Americanos (OEA) como foro para restauração negociada da democracia na Venezuela. A OEA foi fundada em 1948 e Brasil e Venezuela fazem parte dela que “foi criada para alcançar nos Estados membros, como estipula o Artigo 1º da Carta, ‘uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência’”. Para alcançar seus objetivos, a OEA tem como pilares a democracia, os direitos humanos, a segurança e o desenvolvimento (OEA, 2019).

Com todo esse cenário crítico, a população da Venezuela vem migrando para países vizinhos em busca de melhores condições de vida. Um desses países é o

Brasil, e para isso, os venezuelanos atravessam as fronteiras, seja por Cucuí, distrito de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas (AM), na fronteira tríplice com a Colômbia, com acesso por via fluvial pelos Rios Negro e Orinoco. Seja pela fronteira servida de autoestrada que vai de Santa Elena de Uairén até Pacaraima, em Roraima (RR), que é por onde chega grande parte dos venezuelanos ao Brasil.

A cooperação nas relações internacionais e no direito internacional

No âmbito das cadeiras das Relações Internacionais, Robert Keohane (2006, p. 81), cientista político norte-americano, ligado à teoria do institucionalismo neoliberal, visualiza cooperação “quando os atores ajustam seu comportamento às preferências reais ou antecipadas dos outros, por meio de um processo de coordenação de políticas.”² (tradução nossa). Keohane acrescenta que se deve fazer uma diferenciação entre cooperação, harmonia e discórdia.

A cooperação “exige que as ações de indivíduos ou organizações separadas – que não estão em harmonia preexistente – sejam colocadas em conformidade umas com as outras através de um processo de negociação, que é muitas vezes referido como ‘coordenação de políticas’” (loc.cit., tradução nossa)³. No contexto vivido entre Brasil e Venezuela, percebe-se, que a recepção de migrantes venezuelanos no Brasil não se trata simplesmente de um ato de cooperação internacional. Para que haja cooperação, padrões de comportamento devem ser alterados, sendo a cooperação um ato político do Estado, que pode vir de um conflito real ou potencial, visto que a cooperação não surge de um ambiente harmonioso.

A discórdia entre Estados surge quando eles não tentam ajustar suas políticas aos objetivos do outro Estado, podendo, inclusive, impedir o alcance das metas de determinados Estados, gerando a responsabilização mútua por essas restrições. Harmonia ocorre quando não se fazem ajustes, pois as políticas dos atores facilitam automaticamente a realização dos objetivos dos outros autores. Para o autor, essa harmonia no cenário da política mundial é rara. Harmonia é apolítica, não sendo necessária nenhuma comunicação ou influência entre os Estados.

Complica-se a aplicação desta teoria à prática vivida em Roraima. Isto porque, não se trata de um ato de cooperação nos moldes descritos, já que Brasil e Venezuela não mantinham uma relação hostil, nem teve um ajuste de políticas entre esses Estados. O Brasil recebe venezuelanos sem que isso tenha sido demandado por um acordo direto

2. No original: “when actors adjust their behavior to the actual or anticipated preferences of others, through a process of policy coordination.”

3. No original: “Cooperation requires that the actions of separate individuals or organizations - which are not in pre-existent harmony - be brought into conformity with one another through a process of negotiation, which is often referred to as ‘policy coordination’.”

com a Venezuela. Também não se enquadra totalmente na visão descrita de harmonia, pois o Brasil não vem atuando na recepção dos venezuelanos de forma genuinamente altruísta. Por óbvio, há um interesse diplomático brasileiro no trâmite desta ação na política internacional. Para a visão Realista de Hans Morgenthau (2003, p. 49-50), pioneiro no campo de estudos da Teoria das Relações Internacionais,

A política internacional, como toda política, consiste em uma luta pelo poder. [...] Podem ainda tentar facilitar sua realização mediante o recurso a meios não políticos, tais como cooperação técnica com outras nações ou organismos internacionais. Contudo, sempre que buscarem realizar o seu objetivo por meio da política internacional, eles estarão lutando por poder. [...] Desse conceito de política internacional decorrem duas conclusões. Primeira: nem toda ação que um país desenvolva com respeito a um outro será de natureza política. Muitas dessas atividades são tomadas normalmente sem qualquer consideração de poder e não afetam, de modo geral, o poder da nação que as realiza. Enquadram-se nesta categoria muitas atividades legais, econômicas, humanitárias e culturais [...] Segunda: nem todas as nações estão, o tempo todo, em maior ou menor grau, engajadas em atividades de política internacional.

Assim, pode-se dizer que o Brasil se encontra no que Morgenthau (op. cit., p. 147) chama de “política de prestígio”, seguindo um padrão típico de política internacional. Isso significa que nosso país tem tentado demonstrar seu poder no caso dos venezuelanos, além de uma certa organização, montando uma estrutura adequada de acolhimento, que pode ser no intuito de demonstrar internacionalmente esse poder, bem como para mantê-lo ou aumentá-lo. Essa imagem do Brasil no cenário internacional, “na luta pela existência e pelo poder – que de certo modo constitui a matéria-prima do mundo social-, o que os outros pensam sobre nós se torna tão importante quanto o que somos na realidade” (Ibid., p. 148). Usando-se de toda a ampla diplomacia como instrumento para esse fim específico, conclui Morgenthau (Ibid., p. 163) que

Sejam quais forem os objetivos finais da política externa de uma nação, o seu prestígio – a saber, a sua reputação de dispor de poder – constitui sempre um fator importante, e por vezes decisivo, na determinação do sucesso ou da falência de sua política externa. Portanto, uma política de prestígio constitui um elemento indispensável em uma política exterior que se queira racional.

Barry Buzan (2014, p. 118), professor de Relações Internacionais, na Escola Inglesa, traz o “solidarismo” que poderia representar um amplo leque de possibilidades, mas na prática está ligado principalmente a perspectivas cosmopolitas liberais e a preocupações sobre a justiça. Solidaristas enfatizam que a ordem sem justiça é indesejável e, em última instância, insustentável. Refinando o tema, traz o “solidarismo cosmopolita” que significa uma disposição para dar primazia moral à “grande sociedade da humanidade”, para manter a lei natural universal, valores morais iguais ou superiores à lei internacional positiva feita pelos Estados.

Por que o Brasil recebe os venezuelanos?

Baseia-se no escopo de estabelecer fundamentos para uma crítica moral do Estado e a lógica de uma sociedade interestadual. É difícil pensar empiricamente numa sociedade composta por toda a humanidade, porém, sob o aspecto moral, diz ser possível. Tendo esse parâmetro – como um referente moral – se pode julgar o comportamento e o propósito dos Estados, dando ênfase aos direitos humanos. O solidarismo cosmopolita funciona principalmente como fonte de princípios morais e não como um programa político prático para a ordem internacional.

Usando esse conceito de solidarismo cosmopolita, ressalta a ideia da solidariedade humanitária que o Brasil deve ter com os venezuelanos. Focando nos direitos humanos – muito influentes, mas ainda não universais – a sua positivação na Carta das Nações Unidas e em outras convenções da ONU e organizações regionais faz com que o solidarismo esteja centrado no Estado. Assim, os direitos humanos são resposta para determinadas políticas públicas e ações internacionais. Há uma visão bastante difundida dentro da Escola Inglesa de que os direitos humanos de alguma forma se tornaram o novo “padrão de civilização” exercido pelo Ocidente.

Partindo dessa ideia de positivação, chegamos ao Direito Internacional, onde o princípio da cooperação internacional rege as relações amistosas entre os Estados. A Assembleia Geral da ONU, em 1970, adotou a “Declaração Relativa aos Princípios do Direito Internacional que Regem as Relações Amistosas e Cooperação entre os Estados Conforme a Carta das Nações Unidas”, chamada Declaração de 1970. Nas discussões do Comitê Especial para análise do Dever de Cooperação Internacional foi assinalado que sua base seria a igualdade absoluta dos Estados. Segundo o jurista brasileiro Antônio Augusto Cançado Trindade (2002, p. 122),

Na sessão de Genebra de 1967 do Comitê Especial, muitos representantes insistiram – com êxito – na inclusão, na formulação do princípio, de uma cláusula estipulando o dever de cooperação dos Estados na promoção do respeito e observância dos direitos humanos e da eliminação de todas as formas de discriminação racial e de intolerância religiosa. Acentuou-se, ademais, que o presente princípio de cooperação constituía uma precondição ou então um corolário do conceito de coexistência pacífica em constante relação com os demais princípios do direito internacional.

Como as necessidades humanas variam, não há um rol predeterminado de direitos humanos, porém estes são os direitos essenciais e indispensáveis à vida digna, igual e livre. Com relação ao vínculo dos direitos humanos com a dignidade humana, segundo Ingo W. Sarlet (2001, p. 60), jurista e magistrado brasileiro, a dignidade humana consiste na “qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano, que o protege contra todo tratamento degradante e discriminação odiosa, bem como assegura condições materiais mínimas de sobrevivência.” “Nesses casos, é comum que a pessoa cuja dignidade é ameaçada procure proteção em outro Estado.” (Portela, 2015, p. 356).

Isto posto, a responsabilidade do Estado brasileiro nos processos migratórios que envolvem estes venezuelanos é preocupante, pois, em âmbito internacional, segundo André de Carvalho Ramos (2012, p. 77) nasce “uma força expansiva e atrativa dos direitos humanos internacionais, o que permite que os órgãos internacionais de supervisão e controle das obrigações de respeito aos direitos humanos” possam apreciar todas as ações da vida social interna do Brasil.

Legislação e Judiciário

No que se refere à migração, o Brasil promulgou o Decreto nº 50.215, de 1961, internalizando o Estatuto dos Refugiados de Genebra, de 1951, que classificava (Brasil, 1961) “motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas” como razões para ser considerado um refugiado. Ocorre que, em 1994, a Declaração de San José sobre Refugiados e Pessoas Deslocadas alargou o conceito trazido inicialmente, considerando que pessoas que migram por “razões econômicas” também são suscetíveis de receberem o status de refugiado por serem titulares de direitos humanos (ACNUR, 1994), abrangendo, desta forma, a situação dos venezuelanos que chegam hoje ao Brasil.

Também a Lei brasileira nº 9.474, de 1997 (Brasil, 1997) define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e traz em seu artigo 1º que será reconhecido como refugiado todo indivíduo que, dentre outros temores, estiver sujeito a grave e generalizada violação de direitos humanos, sendo obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Em âmbito internacional, além do Estatuto de 1951, e da Declaração de San José de 1994, o Brasil participou das negociações da Declaração de Cartagena sobre Refugiados de 1984, e da Cartagena +30 de 2014, da Declaração e Plano de Ação do México Para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina de 2004, assim como a Declaração de Brasília Sobre a Proteção de Pessoas Refugiadas e Apátridas no Continente Americano de 2010, onde é destacada a responsabilidade pela proteção das pessoas deslocadas, e a cooperação internacional e a solidariedade como fundamentais para responder aos desafios humanitários.

No que tange à Constituição da República de 1988 (BRASIL, 1988), essa diz que é da União a execução do serviço de polícia de fronteiras, como atribuição da Polícia Federal, competindo privativamente também à União legislar sobre emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros, e ao Conselho de Defesa Nacional a proposta de critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional, e opinando sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira.⁴ O artigo 1º diz que o Estado Democrático de Direito tem como

4. A teor dos artigos 21, XXII, artigo 22, XV, artigo 91, § 1º, III, e artigo 144, § 1º, III, todos da Constituição da República Federativa do Brasil.

Por que o Brasil recebe os venezuelanos?

fundamento a dignidade da pessoa humana, regendo-se nas suas relações internacionais pelos princípios da prevalência dos direitos humanos e da concessão de asilo político. Além disso, o Brasil deve buscar a “integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.” (Brasil, 1988).

A Lei da Migração nº 13.445/2017, que dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante, trouxe como ideia central a proteção de direitos humanos dos migrantes, como decorrência da proteção constitucional da dignidade humana, sendo regida pelo princípio da acolhida humanitária, com a possibilidade de concessão de visto temporário. Segundo a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), 17.865 venezuelanos solicitaram refúgio no Brasil em 2017 (ACNUR, 2018a).

Algumas normas internas foram editadas pelo Poder Executivo para tentar amenizar a grande migração de venezuelanos ao Brasil. Dentre elas, cita-se a publicação do Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018 (Brasil, 2018a), que estabeleceu um Comitê Federal de Assistência Emergencial responsável pelas ações de assistência e acolhimento dos imigrantes em situação de vulnerabilidade.

A Portaria Interministerial nº 9, de 14 de março de 2018, dos Ministros de Estado da Justiça, Extraordinário da Segurança Pública, das Relações Exteriores e do Trabalho, que dispõe sobre a concessão de autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço. E em junho de 2018, a Medida Provisória nº 820/2018 foi convertida na Lei nº 13.684 (Brasil, 2018b), que dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

Além dos questionamentos sobre a situação jurídica migratória desses venezuelanos, outro ponto abordado diz respeito ao aumento e reaparecimento de doenças no país, pois a falta de remédios e de abastecimento na Venezuela afeta o fornecimento de vacinas e as campanhas para profilaxia. O sarampo, erradicado no Brasil desde 2016 (MS, 2016), reapareceu com dois surtos da doença, em Roraima e no Amazonas, e segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) - Escritório Regional para as Américas (OPAS/OMS, 2018a), com casos isolados em outros estados. A malária também teve aumento dos casos reportados em 2017, segundo a atualização epidemiológica da OPAS, emitida em janeiro de 2018 (OPAS, 2018b). A difteria também preocupa a OMS, visto que em 2017 foram notificados 40 casos suspeitos em 14 estados, que resultou em um óbito confirmado pela doença, que foi importada da Venezuela (OPAS, 2018c).

Ocorre que, em 1982, os governos do Brasil e da Venezuela celebraram o Acordo sobre Cooperação Sanitária Fronteiriça, promulgado mediante o Decreto nº 59/1991,

que diz em seu artigo XVIII, que os Estados se comprometem reciprocamente a, mesmo diante de imperativos de prevenção e controle da transmissão internacional de doenças, não adotar medidas de profilaxia internacional que impliquem o fechamento total de suas respectivas fronteiras, e que as medidas em tela só poderão ser dispostas pelas autoridades sanitárias nacionais de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional, e serão notificadas imediatamente à OPAS.

A Operação Acolhida é a resposta brasileira à crise humanitária na Venezuela que envolve vários órgãos e agências. A recepção dos venezuelanos é feita por representantes do Ministério da Defesa (MD), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR/ONU), Organização Internacional de Migração (OIM/ONU) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o controle migratório é feito pela Polícia Federal, contando com Conselho Tutelar, e a vacinação pelo Ministério da Saúde (MS) e Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS).

Para tentar solucionar o grande fluxo migratório, o estado de Roraima ajuizou, em abril de 2018, a Ação Cível Originária (ACO) nº 3.121, no Supremo Tribunal Federal (STF), onde pede, em sede de tutela de urgência, além do “fechamento temporário da fronteira Brasil-Venezuela” e a “imediate transferência de recursos”, ordem para que a União atue “na área de fronteira Brasil/Venezuela, a fim de impedir que o fluxo migratório desordenado”, além de exigir que a União a promova “medidas administrativas na área de controle policial, saúde e vigilância sanitária, sob pena de se manter o abalo indesejado do Pacto Federativo e um estado crítico de coisas inconstitucional”.

E após, o estado de Roraima editou o Decreto nº 25.681/2018, que determina atuação especial das forças de segurança pública e demais agentes públicos do estado em decorrência do fluxo migratório de estrangeiros em território do Estado de Roraima e dá outras providências, determinando em seu artigo 3º que os “serviços públicos prestados pelo Governo do Estado de Roraima” sejam regulamentados para o “fim de salvaguardar aos cidadãos brasileiros o acesso irrestrito a tais serviços.”

O STF (2018) indeferiu na referida ACO os pedidos de fechamento temporário da fronteira com a Venezuela para “fruição plena de garantias individuais dos migrantes” e indeferiu também a limitação do ingresso de refugiados venezuelanos no Brasil, suspendendo “cauteladamente o Decreto nº 25.681/2018 do estado de Roraima, sem prejuízo da eventual discussão de sua constitucionalidade pela via do controle direto em ação própria” (STF, 2018), visto que o MPF e a DPU alegaram que a edição deste Decreto no decorrer do trâmite da ACO foi um ato atentatório à dignidade da jurisdição por parte do estado de Roraima.

A suspensão do Decreto deveu-se à manifestação do MPF e da DPU que sustentaram serem inconstitucionais os artigos 1º, 2º e 3º deste Decreto pelo “notório propósito de ingressar nas atividades desempenhadas pela União”. Além disso, apontam que o normativo estadual viola os artigos da Constituição Federal, bem como artigos da Lei

Por que o Brasil recebe os venezuelanos?

nº 13.445/2017 e ainda o “Acordo sobre Documentos de viagem dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados”, aprovado pela Decisão do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL nº 18/08, ao qual Brasil e Venezuela aderiram.

Em agosto de 2018, a DPU e o MPF ajuizaram uma Ação Civil Pública nº 002879-92.2018.4.01.4200, em face da União e do estado de Roraima, onde pedem que não condicionem a prestação dos serviços públicos básicos à apresentação de documento de identidade por parte dos venezuelanos, bem como se abstenham de levar a efeito quaisquer procedimentos de fiscalização de fronteiras, que possam resultar em seu fechamento. O Juiz Federal concluiu que pedir que os réus, em caráter cautelar, tomem essas medidas constitui excessiva permissividade à imigração e fere a autonomia federativa do Estado de Roraima e de seus 15 Municípios (Justiça Federal do Estado de Roraima, 2018).

Ocorre que, a decisão do referido Magistrado vai de encontro à decisão do STF, conforme descrito acima, além de colidir com todo o arcabouço teórico e normativo até aqui exposto. Em abril de 2019, o Estado de Roraima, autor da ACO nº 3.121, pediu a suspensão do processo pelo prazo de 6 (seis) meses nos termos do art. 313, II, do CPC, informando concordância da ré, a União.

Considerações finais

A migração dos venezuelanos para o Brasil trouxe grandes questionamentos em âmbito interno e externo. Tudo é contestado. Desde a falta de estrutura para o acolhimento até as obrigações internacionais assumidas pelo Brasil em assuntos dessa natureza. Claro é que, muito além do tratamento teórico da migração, faz-se necessário analisar a grave violação generalizada e sistêmica dos direitos fundamentais que os venezuelanos vêm sofrendo e o Brasil não pode simplesmente fechar suas fronteiras. Deve-se ter como foco a solidariedade humanitária para com os venezuelanos, com os seus direitos humanos positivados na Carta das Nações Unidas da qual o Brasil é signatário.

A decisão do magistrado de Roraima mostra que apesar de todo o arcabouço teórico e normativo existente ainda há muita resistência na aplicação prática destas orientações. Esqueceu-se a proteção do migrante, a solidariedade internacional, a proteção da dignidade humana e da igualdade humana como instituição da sociedade internacional dando base à aplicação, na prática, do respeito aos direitos humanos.

A situação dos venezuelanos classifica-se como um movimento migratório forçado deflagrado por causas alheias à vontade dos indivíduos, uma questão de verdadeira necessidade, e que pode ser “de origem econômica, social, desastres naturais e outros fatores relevantes que provocam crises ou situações onde o sistema de organização social não pode garantir o atendimento às necessidades indispensáveis de sobrevivência, no todo ou em parte da população” (ACNUR, 2005 apud STF, 2018).

Como disse Barry Buzan (2014, p. 159-160),

Argumentos sobre o que são os direitos humanos, e quais são as responsabilidades e obrigações que os Estados têm em relação a eles, tanto dentro quanto fora de suas fronteiras, não serão resolvidos em breve. [...] Mas, dito isso, não pode haver dúvida de que a igualdade humana é agora amplamente e profundamente aceita como uma instituição da sociedade internacional, fornecendo uma base estável sobre a qual a evolução dos direitos humanos pode ser construída.

Conclui-se que o Brasil tem obrigações doutrinárias, convencionais, constitucionais, legais, jurisprudenciais, além de um dever de consciência de receber os venezuelanos, pois, somada a toda a argumentação anterior, esses migrantes possuem o que a doutrina chama de “conjunto de direitos chamado proteção contratual” (Casella, 2001, p.20 apud STF, 2018).

Referências

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). *Dados sobre Refúgio no Brasil*. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>>. Acesso em 04 set. 2018.

_____. *Políticas Públicas para as Migrações Internacionais: migrantes e refugiados*. Brasília, 2005 apud STF. Tutela Provisória na Ação Cível Originária: ACO 3.121 RR. Relatora: Ministra Rosa Weber. DJE nº 159, divulgado em 06/08/2018. STF, 2018. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5437155>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

_____. *Declaração de San José sobre refugiados e pessoas deslocadas*. 1994. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/asilos-refugiados-e-apatridas/declaracao-de-sao-jose-sobre-refugiados-e-pessoas-deslocadas-1994>>. Acesso em: 8 set. 2018.

BRASIL. *Decreto nº 50.215, de 28 de janeiro de 1961*. Promulga a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, concluída em Genebra, em 28 de julho de 1951. Brasília, DF, 1951.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION-BBC. *Quais as consequências das sanções dos EUA para a economia da Venezuela?* 26 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41060655>>. Acesso em: 06 Ago 2018.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF, 1988.

Por que o Brasil recebe os venezuelanos?

_____. *Decreto nº 59, de 14 de março de 1991*. Promulga o Acordo sobre Cooperação Sanitária Fronteiriça entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela. Brasília, DF, 1991.

_____. *Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997*. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências, Brasília, DF, jul 1997.

_____. *Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017*. Institui a Lei de Migração, Brasília, DF, maio 2017.

_____. *Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018*. Define a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, Brasília, DF, fev 2018.

_____. *Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018*. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências, Brasília, DF, jun 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Ação Civil Ordinária nº 3.121/RR – Roraima*. Relator: Ministro Rosa Weber. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314948662&ext=.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BUZAN, Barry. *An Introduction to the English School of International Relations*. Malden: Polity Press, 2014.

CASELLA, Paulo Borba. *Refugiados: conceito e extensão*, in O Direito Internacional dos Refugiados – Uma Perspectiva Brasileira, ed. Renovar, 2001, p. 20, apud STF. Tutela Provisória na Ação Cível Originária: ACO 3.121 RR. Relatora: Ministra Rosa Weber. DJE nº 159, divulgado em 06/08/2018. STF, 2018. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5437155>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

EMPRESA BRASIL de Comunicação (EBC). *ONU pede permissão à Venezuela para entrar no país e verificar situação*. 9 mar. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-03/onu-pede-permissao-venezuela-para-entrar-no-pais-e-verificar-situacao>>. Acesso em: 06 Ago 2018.

JUSTIÇA FEDERAL - Seção Judiciária do Estado de Roraima - 1ª Vara Federal. *Ação Civil Pública nº 002879-92.2018.4.01.4200*. JFRR, 2018. Disponível em: <<https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

- KEOHANE, Robert O. *Cooperation and International Regimes. Perspectives on World Politics*. Edited by Richard Little and Michael Smith. Third Edition. Routledge Taylor and Francis Group, 2006.
- MERCOSUR. *Países do Mercosul*. 2018. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/paises-do-mercosul/>. Acesso em: 06 maio 2019.
- MJ (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA). *Portaria Interministerial nº 9, de 14 de março de 2018*. Dispõe sobre a concessão de autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados, a fim atender a interesses da política migratória nacional. Brasília, DF, mar 2018.
- MS (Ministério da Saúde). *Brasil Recebe Certificado de Eliminação do Sarampo*. 27 set. 2016. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/25846-brasil-recebe-certificado-de-eliminacao-do-sarampo>>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- MORGENTHAU, Hans. *A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Editora Universidade de Brasília, 2003.
- MRE (Ministério das Relações Exteriores). *Visita ao Brasil do Chanceler da República Bolivariana da Venezuela*, Elías José Jaua Milano - Brasília, 9 de abril de 2013. 08 Abr. 2013. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3382-visita-ao-brasil-do-chanceler-da-republica-bolivariana-da-venezuela-elias-jose-jaua-milano-brasilia-9-de-abril-de-2013>>. Acesso em: 06 Maio 2019.
- _____. *República Bolivariana da Venezuela*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5411-republica-bolivariana-da-venezuela>>. Acesso em: 07 Ago. 2018.
- _____. *Declaração de Lima*. 8 ago. 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17073-declaracao-de-lima>>. Acesso em: 15 Ago 2018.
- OEA (Organização dos Estados Americanos). 2019. Disponível em: http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp. Acesso em: 08 Maio 2019.
- OPAS (Organização Pan-americana da Saúde). *Folha informativa - Sarampo*. set. 2018. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5633:folha-informativa-sarampo&Itemid=1060>. Acesso em: 20 ago. 2018.

- _____. *Casos de malária aumentam na região das Américas*. 2 fev. 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5591:casos-de-malaria-aumentam-na-regiao-das-americas&Itemid=812>. Acesso em: 8 set. 2018.
- _____. *Actualización Epidemiológica Difteria*. 28 fev. 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/ven/index.php?option=com_docman&view=download&alias=125-28-de-febrero-de-2018-difteria-actualizacion-epidemiologica&category_slug=documentos-estrategicos&Itemid=466>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- PORTAL G1. *Oposição da Venezuela pede para ONU não enviar observadores à eleição de maio*. 12 mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/oposicao-da-venezuela-pede-para-onu-nao-enviar-observadores-a-eleicao-de-maio.ghtml>>. Acesso em: 06 Ago 2018.
- PORTAL O Globo. *Grupo de Lima Apoia Sanções Econômicas à Venezuela*. 7 abr. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/grupo-de-lima-apoia-sancoes-economicas-venezuela-22568412#ixzz5OGmmHzN1>>. Acesso em: 07 Ago 2018.
- PORTAL OPERA MUNDI. *Não Há Crise Humanitária na Venezuela, diz Especialista em Direitos Humanos da ONU*. 21 fev. 2018. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/geral/48906/nao+ha+crise+humanitaria+na+venezuela+diz+especialista+em+direitos+humanos+da+onu.shtml>>. Acesso em: 08 Ago 2018.
- PORTELA, Paulo Henrique G. *Direito Internacional Público e Privado*. 7ª ed. Bahia: JusPodivm, 2015.
- RAMOS, André de Carvalho. *Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- RORAIMA. *Decreto nº 25.681, de 01 de agosto de 2018*. Decreta atuação especial das forças de segurança pública e demais agentes públicos do Estado de Roraima em decorrência do fluxo migratório de estrangeiros em território do Estado de Roraima e dá outras providências, Boa Vista, RR, ago 2018.
- SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *O Direito Internacional em um Mundo em Transformação*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

O fluxo migratório da América Central para os Estados Unidos via México

Ayrton Ribeiro de Souza*
Douglas Avezum Marques Silva**
Lucilene Cury***

Introdução

O presente estudo tem como proposta compreender a movimentação migratória na fronteira do sul do México-América Central e na fronteira norte do México-EUA a partir da observação das condições alarmantes a que são submetidos os migrantes e o papel de país de trânsito – mas também acolhedor ou repelente – exercido pelo México. Trata-se de uma análise de um amplo espaço geográfico, que abarca desde os países do chamado Triângulo Norte da América Central (Guatemala, Honduras e El Salvador), o México, até os Estados Unidos da América, que revelou as baixas condições socioeconômicas e os de altos níveis de violência dos países de origem dos migrantes, a longa e árdua trajetória ao atravessar todo o território mexicano, até o difícil contexto de chegada e transposição da fronteira para os estados norte-americanos da Califórnia, Arizona, Novo México e Texas.

O estudo foi realizado a partir da coleta de dados do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos (*Homeland Security*), dos dados oficiais do Instituto Nacional de Migração Mexicano e de organizações não-governamentais como *International Crisis Group*, *No More Deaths* e *Arquitectos Con La Gente*. A pesquisa teve como base embasamento teórica obras como “Sociologia da globalização” de Saskia Sassen (2010), “Por uma outra globalização” de Milton Santos (2001) e “Introdução à História das Relações Internacionais” de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP). Pesquisador do Grupo de Pesquisas CnPq “Movimentos Econômicos e Migratórios” (MEMI). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). E-mail: ayrtonribeiro@usp.br

** Graduando em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Membro do grupo de pesquisas “Movimentos Econômicos e Migratórios” (MEMI). E-mail: douglasavezum@usp.br.

*** Profa. Dra. Associada na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP). Líder do Grupo de Pesquisas “Movimentos Econômicos e Migratórios” (MEMI)/ECA-USP. E-mail: lucilene@usp.br.

Duroselle (1967), que possibilitaram relacionar a complexidade dos fluxos migratórios atuais na América Central e do Norte com os efeitos da globalização das últimas décadas e o conceito de “forças profundas” que impelem indivíduos e famílias inteiras a abandonarem seus países de origem em busca de uma vida melhor.

A metodologia utilizada combina fatores qualitativos e quantitativos de pesquisa. Realizou-se um levantamento de dados como o número de migrantes que tentam cruzar a fronteira entre o México e os Estados Unidos, o número de mortes relatadas na região da fronteira, os principais destinos dos migrantes, o número de mexicanos migrantes e deportados, e a origem e a condição socioeconômica dos migrantes. Paralelamente, buscamos compreender as razões que levam milhões de centro-americanos a abandonarem seus lares e para isso foi necessário um aprofundamento nas questões políticas, econômicas e sociais destes países de origem dos migrantes, o que não seria possível sem o embasamento teórico dos autores mencionados anteriormente.

O presente artigo divide-se em quatro seções que apresentam os principais dados para uma compreensão geral do cenário que envolve as migrações de centro-americanos para os Estados Unidos via México e a situação na fronteira do México com os Estados Unidos. A primeira seção faz justamente uma leitura rápida do contexto na fronteira México-Estados Unidos, dado que é ponto crucial para onde a massa de migrantes se direcionam. A segunda seção aborda a figura do migrante mexicano nos Estados Unidos, atualmente menos ressaltado pela mídia, mas que constitui o maior volume de migrantes nos Estados Unidos e não deve ser esquecido. A terceira seção contextualiza o México, historicamente um país de emigrantes, como país de acolhimento, trânsito e repulsão dos migrantes centro-americanos. Finalmente, para compreender o motivo das saídas em massa dos centro-americanos de seus países de origem, a quarta seção expõe a conjuntura socioeconômica de El Salvador, Guatemala e Honduras.

Fronteira norte do México – Estados Unidos

Com uma extensão total de 3.145km, a fronteira que separa o México dos Estados Unidos estende-se do Golfo do México até o Oceano Pacífico. A linha fronteira acompanha o curso do Rio Grande do Golfo do México até Ciudad Juarez, seguindo depois a oeste pelos desertos de Chihuahua e Sonora até chegar ao Oceano Pacífico nas cidades fronteiriças de San Diego (Estados Unidos) e Tijuana (México). Trata-se, portanto, de uma vasta área transposta por rios, desertos e cidades fronteiriças, o que resulta em diferentes métodos de cruzamento por parte dos migrantes (International Crisis Group, 2018, p. 33).

Devido a estas circunstâncias adversas para vigilância e o recrudescimento da política migratória dos Estados Unidos, o governo daquele país mantém os Agentes

da Patrulha da Fronteira, grupo armado responsável por barrar a entrada dos migrantes sem documentação legal pela fronteira terrestre, através de operações cotidianas ou grandes operações sazonais. A Patrulha, junto com governos anteriores da potência norte-americana, foi responsável por algumas operações estratégicas que objetivaram diminuir a entrada pela divisa com o México: *Operation Gatekeeper*, em San Diego, Califórnia (1994); Operação *Hold the Line*, em El Paso, Texas (1997); Operação *Rio Grande*, em McAllen, Texas, *Operation Safeguard*, em Tucson, Arizona (1999). Esses programas geraram diferentes resultados. Em termos práticos, foram falhos devido aos altos custos, tiveram um efeito prejudicial em zonas ecologicamente sensíveis e tiveram pouco impacto no número total de pessoas atravessando a fronteira. Em vez de reduzir as travessias, essas operações redirecionaram os imigrantes para lugares menos visados, principalmente no Arizona e no Novo México, longe dos pontos de travessia e dos grandes centros populacionais, como San Diego e El Paso (International Crisis Group, 2018, p. 33).

Por outro lado, as ações humanitárias são também realizadas na fronteira por organizações como Fish and Wildlife, No More Deaths, Tucson Samaritans, Armadillos e Águilas del Desierto que fornecem água para reduzir as mortes por desidratação de imigrantes que estão viajando pelo deserto do Arizona (The Intercept Brasil; No More Deaths, 2019). Apesar de ter um objetivo comum, uma política aprovada em 2010 pela agência federal americana Fish and Wildlife permitiu que tambores de água com 55 galões de água fossem colocados em estradas de áreas perturbadas, que apoia o método de Humane Borders e os métodos de No More Deaths and Samaritans, que colocam jarras em um galão de água penduradas nas árvores. Algumas ONGs ganham destaque nos serviços que prestam na região (No More Deaths, 2019).

Nos processos de tentativas de entrar nos Estados Unidos sem os documentos legais, ou seja, atravessando o deserto e a fronteira entre os países de maneira ilegal, muitos migrantes não resistem às duras condições da travessia e morrem. Como apontado anteriormente, as fronteiras humanitárias ainda se esforçam para auxiliar o cenário perigoso que os migrantes enfrentam (além do combate junto às autoridades migratórias estadunidenses que controlam a região).

Quando analisado o período de 2009 a 2016, as principais causas de morte durante as tentativas são, respectivamente: causas não especificadas – 1.090; desidratação – 690; afogamento – 307; acidente – 83; hipotermia – 13; morte natural associada a uma doença – 13. Vale a reflexão de buscar entender quais seriam essas causas não especificadas que correspondem à maioria das causas de falecimento. Esses números são das pessoas falecidas encontradas já em território dos Estados Unidos. Só no Arizona foram encontrados mais da metade desses corpos (52%). No Texas, segundo lugar nos registros das mortes dos mexicanos, 40% (Organização Mundial da Saúde, 2018, p.55).

Migrantes mexicanos nos Estados Unidos: quantidades, destinos e condições socioeconômicas

De acordo com os dados fornecidos pela American Community Survey (AMS) e pela Current Population Survey (CPS), institutos credibilizados de pesquisa social estadunidense, o número de mexicanos que reside nos Estados Unidos é de, aproximadamente, 12 milhões de pessoas (contando migrantes com documentos legais e migrantes sem documentação que garanta uma permanência legal no país). Esse número confere com a pesquisa aplicada no ano de 2016.

Tabela 1. Migrantes Mexicanos nos Estados Unidos - 2005/2016

Ano	AMS	CPS
2005	11,16 milhões	11,05 milhões
2010	11,96 milhões	12,01 milhões
2015	11,91 milhões	12,21 milhões
2016	-	12,00 milhões

Fonte: U.S Census Bureau, Current Population Survey (CPS), 1994-2016 / American Community Survey (ACS), 2000-2015

Desses 12 milhões de mexicanos que vivem nos Estados Unidos, números de pesquisas mais recentes mostram que quase metade corresponde a migrantes sem documentos legais. A Fundación BBVA Bancomer, o BBVA Research, em conjunto com a Secretaria do Governo Mexicano e com o Conselho Nacional de População do México elaboraram o *Anuário de Migração-México*, nos anos de 2016, 2017 e 2018. Nesses documentos, conseguimos ver, ao longo dos anos, a quantidade de migrantes em condições de permanência ilegais na principal potência da América do Norte:

Tabela 2. População mexicana sem documentos nos Estados Unidos - 2005/2014

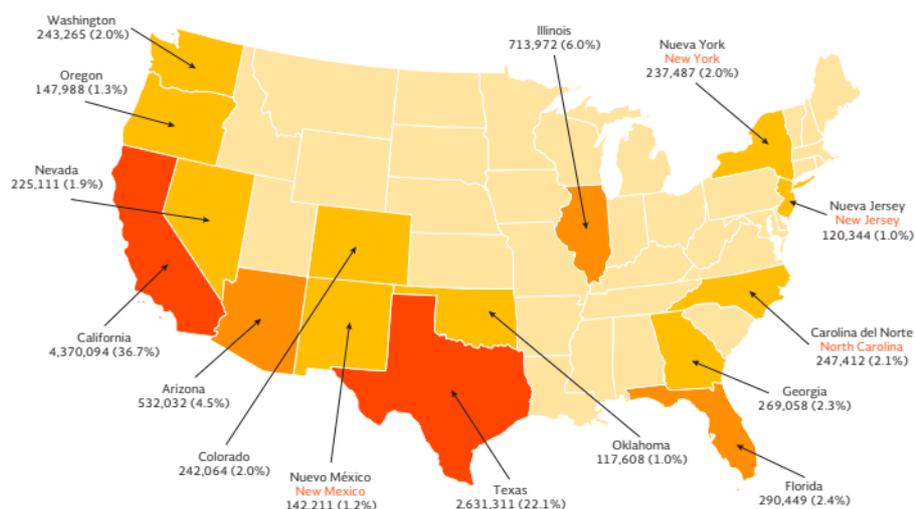
2005	6,3 milhões
2006	6,6 milhões
2007	7,0 milhões
2008	6,6 milhões
2009	6,4 milhões
2010	6,2 milhões
2011	6,2 milhões
2012	5,9 milhões
2013	5,9 milhões
2014	5,9 milhões
2015	5,6 milhões
2016	5,6 milhões

Fonte: Anuário de Migração - México 2018: Fundacion BBVA Bancomer, BBVA Research, Governo México

Segundo dados do Anuário Nacional de Migração do governo mexicano, os principais estados de residência dos mexicanos nos Estados Unidos são, de fato, os estados fronteiriços: Califórnia (4.370.094 - 36,7%) e Texas (2.631.311 - 22,1%). Além dos dois, Arizona que também faz fronteira com o México (532.032 - 4,5%) e Illinois, estado central caracterizado por ter muitos mexicanos na região metropolitana

O fluxo migratório da América Central para os Estados Unidos via México

de Chicago (713.972 - 6,0%), também se destacam no destino dos migrantes. Dentre os estados dos EUA que mais recebem a população mexicana sem documentos, Califórnia e Texas destacam-se, apresentando respectivamente 28,4% e 19,9% dos migrantes (México, 2017, p. 65).



Fonte: Anuário de Migração - México 2017: Fundacion BBVA Bancomer, BBVA Research, Governo México.

Ao entrarmos no nível educacional dos mexicanos residentes nos Estados Unidos, constatamos que, de fato, os migrantes em sua maioria não tiveram acesso a um período escolar/de graduação significativo. De acordo com dados de 2015, vemos que 42,2% dos migrantes mexicanos apresentam menos de 10 graus de ensino (o que corresponde até o nível “fundamental” de ensino). Outros 40,2% apresentam entre 10 e 12 graus de ensino (chegando ao ensino médio). Já os que apresentam ensino superior, ensino técnico ou pós-graduação correspondem a, apenas, 17,5% dos que migram (México, 2017, p. 46-49). Esses números mostram que a mão-de-obra mexicana que chega aos Estados Unidos não é muito qualificada. E são números utilizados pelos discursos políticos conservadores para estereotipar o mexicano como incompetente, operacional e desqualificado para os EUA, como vemos nas falas do atual presidente estadunidense Donald Trump.

Tabela 3. Nível de escolaridade dos migrantes mexicanos nos EUA - 2015

	Geral	Homens	Mulheres
Menos de 10 graus	42,2%	42,4%	42,0%
De 10 a 12 graus	40,2%	41,4%	39%
Ensino Técnico Superior	10,6%	9,8%	11,6%
Profissional/Pós-Graduado	6,9%	6,3%	7,5%

Fonte: Anuário de Migração - México 2017: Fundacion BBVA Bancomer, BBVA Research, Governo México

Já nas condições de atividade econômica dos migrantes, 66,7% dos mexicanos correspondem à população economicamente ativa e 33,3% à população economicamente não ativa. Entre os economicamente ativos, 95,1% estão empregados e apenas 4,9% desempregados, mostrando que o ano de 2017 foi o ano de menor taxa de desemprego do século (4,9%) (México, 2017, p. 46-49). No entanto, esses números são divergentes entre homens e mulheres:

Tabela 4. Situação dos trabalhadores mexicanos nos EUA - 2017

	Homens	Mulheres
População Economicamente Ativa	81,7%	49,9%
	95,5% Empregados	94,3% Empregados
	4,5% Desempregados	5,7% Desempregados
População Economicamente Não Ativa	18,3%	50,1%

Fonte: Anuário de Migração - México 2018: Fundacion BBVA Bancomer, BBVA Research, Governo México

E nesse cenário, 29,7% dos trabalhadores homens trabalham com Construção, 13,2% são Profissionais ou trabalham na Área Administrativa, 12,2% com Lazer e Hospitalidade e 11,9% com Manufatura. Por outro lado, 22,1% das trabalhadoras mulheres trabalham com Saúde e Educação, 17,6% com Lazer e Hospitalidade, 14,3% são profissionais ou trabalham na Área Administrativa e 13,5% com Manufatura (México, 2017, p. 46-49).

O papel do México como país de trânsito dos migrantes centro-americanos em direção aos Estados Unidos: Programa Fronteira Sul e Lei da Migração (2011)

O México tem exercido um duplo papel como país de trânsito dos centro-americanos que se dirigem aos Estados Unidos. Apesar de, como vimos, ser ele próprio um país de emigração massiva para o vizinho do norte, o México passou a realizar uma forte ação de barrar e deportar os migrantes centro-americanos ainda na fronteira sul de seu território, a milhares de quilômetros de distância do país de destino. Trata-se do Programa Fronteira Sul, executado em cooperação militar com os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, em 2011 o México aprovou uma nova Lei de Migração que garante, de forma ampla e generalizada, diversos direitos aos migrantes.

Ao longo de 2017, o México confirmou seu interesse em consolidar a cooperação militar com os EUA e adotar uma política externa mais forte na região de sua fronteira sul com a América Central. Depois de que ambos os países organizaram, pela primeira vez em conjunto, a Conferência de Segurança da América Central em Cozumel, de 23 a 25 de abril, autoridades dos EUA elogiaram o México por sua disposição em projetar o poder militar. Em uma Audiência do Senado, General Lori Robinson, Comandante do Comando do Norte dos EUA, descreveu “uma evolução do exército mexicano de uma força focada em questões internas para uma vontade cada vez mais capaz de fornecer liderança na questão da segurança na América Latina”.

O Programa Fronteira Sul possui 3 frentes de controle: 1) Controles de segurança na própria fronteira; 2) Postos de controle em áreas próximas à fronteira chamados Centros de Atención Integral al Tránsito Fronterizo (Marinha, Exército, polícia federal, fiscais, autoridades municipais e estatais, representantes do Instituto Nacional de Migración); 3) Zona de contenção que formava uma grande linha passando por Coahuila, Veracruz e Salina Cruz, Oaxaca. Nessa linha instalavam-se as Bases de Operaciones Mixtas, para combater tráfico de pessoas e contrabando de drogas e mercadorias. Em 2014, o Programa passou a ser organizado pela Secretaria do Governo, e permanece assim até hoje. Fronteiras com Bases Navais nos rios e os cordões de segurança vão até 100 milhas para o norte da fronteira do México com Guatemala e Belize (International Crisis Group, 2018, p. 6).



Programa Fronteira Sul - Fonte: “La frontera sur de México” (International Crisis Group, 2018, p. 40).

Simultaneamente, o México apresenta-se como país de acolhida humanitária aos migrantes que ultrapassam os controles da fronteira sul a partir dos direitos consolidados em uma moderna Lei da Migração. No dia 25 de maio de 2011, foi aprovada pelo Congresso Nacional do país a Lei Nacional de Migração do México, que garante direitos aos migrantes e transmigrantes (migrantes que passam por um país com o intuito de chegar a outro) de trânsito migratório respaldado em condições seguras e humanas.

Descrevemos a seguir alguns dos direitos das Pessoas Migrantes assegurados pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do México e também com alguns pontos garantidos pela Lei Nacional de Migração do país: direito à nacionalidade; direito ao livre trânsito; direito à segurança jurídica e ao devido processo; direito a atenção consular; direito de não ser discriminado; direito ao asilo; direito ao refúgio; direito à proteção da unidade familiar; direito à dignidade humana; direito de ser alojado em uma estação migratória; direito a um alojamento decente; direito de não ser incomunicável; direito a um tradutor; direito a não ser detido em abrigos; direito à diversidade cultural e à interculturalidade.

Percebe-se, portanto, um papel ambíguo exercido pelo México em relação à política migratória. Sendo o país um dos grandes emissores de migrantes do mundo, voltados majoritariamente para os Estados Unidos, poderíamos imaginar que se solidarizaria com as necessidades dos migrantes dos demais países que buscam fazer o mesmo trajeto. É verdade que sua Lei da Migração prevê mecanismos de proteção dos mais

avançados aos migrantes do mais avançados. No entanto, a forte dependência econômica do México com os Estados Unidos o torna vulnerável para pleitear políticas migratórias do vizinho do norte, aceitando (e utilizando isto como moeda de troca em negociações comerciais) policiar e barrar os grupos de centro-americanos que chegam a sua fronteira sul.

Contexto socioeconômico dos países de origem de migrantes na América Central: El Salvador, Honduras e Guatemala

Conhecidos pelos maiores índices de violência no mundo, Honduras, Guatemala e El Salvador – o chamado “Triângulo Norte” da América Central – são ainda afetados por altos níveis de pobreza, desemprego, falta de saneamento básico, corrupção e perseguição a defensores dos direitos humanos. Os três países apresentam uma parcela significativa de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza: Na Guatemala, 59,3% da população (13º no mundo); Em El Salvador, 34,9% da população (49º no mundo); Em Honduras, 29,6% da população (65º no mundo) (Cia World Factbook).

Além dos dados da linha de pobreza, os países destacam-se negativamente no Índice de Violência da OMS (2018). O índice é calculado levando em consideração as taxas de homicídios a cada 100 mil pessoas. E, nesse indicador, Honduras apresenta a maior taxa mundial (55,5 homicídios a cada 100 mil pessoas), El Salvador a terceira (46 homicídios a cada 100 mil pessoas) e Guatemala a décima maior (25,8 homicídios a cada 100 mil pessoas) (Organização Mundial da Saúde, 2018, p.23).

Um dos fatores responsáveis por esse contexto preocupante na América Central é o domínio de gangues organizadas no cotidiano do país, conhecidas como *maras*. Surgidas inicialmente nos Estados Unidos por imigrantes salvadoreños, a partir de 1993 os integrantes das maras foram deportados e voltaram a seu país de origem, El Salvador, onde rapidamente desenvolveram um amplo leque de atividades ilícitas como extorsão, roubos, sequestros, coerção, expandindo seu número de membros graças a um Estado débil demais para combatê-las. As maras são caracterizadas por admitir apenas homens (normalmente jovens entre 17 e 25 anos), com traços e ritos de extrema violência (como a exigência de cometer um assassinato no ato de admissão na *mara*). A maior e mais temida é Mara Salvatrucha (ou MS-13), que se estima possuir 60 mil membros espalhados por toda América Central, e até no Canadá e na Espanha (Anistia Internacional, 2018, p. 118).

Com este cenário catastrófico nos países do Triângulo Norte da América Central e o respaldo que a Lei da Migração do México garante, muitos hondureños, guatemaltecos e salvadoreños buscam cruzar a fronteira sul do país mexicano para chegar nos Estados Unidos. Nos últimos anos, inclusive, na fronteira do México com os Estados Unidos, o número de detenção de não mexicanos (onde quase metade corresponde a centro-americanos) em situação de migração ilegal cresceu e, atualmente,

é maior que o número de detenção de mexicanos em situação de migração ilegal, como podemos ver na tabela a seguir:

Tabela 7. Total de detenção de estrangeiros em condições ilegais de migração nas fronteiras dos Estados Unidos

Ano	Mexicanos	Não Mexicanos	Total
2010	404.365	59.017	463.382
2011	286.154	54.098	340.252
2012	265.755	99.013	364.768
2013	267.734	153.055	420.789
2014	229.178	257.473	486.651
2015	188.122	148.995	337.117
2016	192.969	222.847	415.816
2017	130.454	180.077	310.531

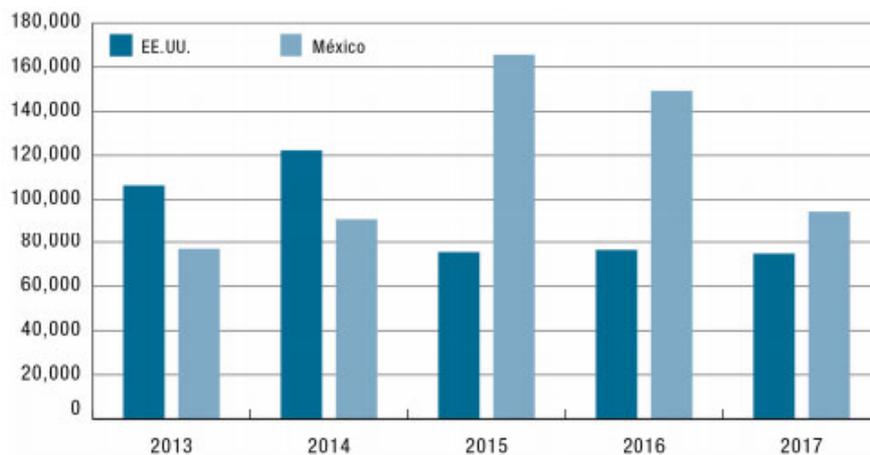
Fonte: La Frontera Sur de México: seguridad, violencia y migración en la Era Trump - 2018 Boletines Estadísticos de la Secretaría de Gobernación 2012-2017 / Immigration and Customs Enforcement - ICE

Esses números mostram que, mesmo com a preocupação e atuação do Programa Fronteira Sul na fronteira do México com a América Central para controlar o fluxo migratório da região, as transições populacionais de centro-americanos sem documentação legal ainda acontecem em larga escala. No entanto, seriam ainda maiores as detenções dos centro-americanos na fronteira estadunidense caso não existisse o controle mexicano na sua divisa sul. Como podemos ver no seguinte gráfico, o México, a partir de 2014, deporta mais migrantes de Honduras, El Salvador e Guatemala do que os Estados Unidos. Esses números são reflexos da consolidação do Programa

O fluxo migratório da América Central para os Estados Unidos via México

Fronteira Sul e da cooperação militar entre México e EUA na divisa mexicana com Belize e Guatemala.

Tabela 7. Deportação de pessoas do triângulo norte - México e EUA



Fonte: La Frontera Sur de México: seguridad, violencia y migración en la Era Trump - 2018 Boletines Estadísticos de la Secretaría de Gobernación 2012-2017 / Immigration and Customs Enforcement – ICE

Com a movimentação dos centro-americanos rumo aos Estados Unidos, os indicadores de violência dos estados do Sul do México aumentaram. Essa questão pode também ser interpretada como um reflexo desses movimentos migratórios que também levam membros de gangues e narcotraficantes para o território mexicano. Nota-se que, em 2017, a taxa de sequestros dos estados do sul, são, com exceção de Chiapas, bem maiores que a taxa nacional. As taxas de homicídios também cresceram em alguns desses estados, com destaque para Veracruz, Oaxaca e Quintana Roo, como se pode notar nas tabelas a seguir:

Tabela 8. Taxa de Sequestros - Estados do Sul do México

Tasa de Secuestros Anuales por estado 2000-2017

Año	Nacional	Campeche	Chiapas	Oaxaca	Quintana Roo	Tabasco	Veracruz
2000	0.59	0.00	0.67	0.27	0.32	0.00	0.06
2001	0.49	0.28	0.71	0.05	1.23	0.00	0.10
2002	0.42	0.00	0.28	0.16	0.00	0.00	0.14
2003	0.39	0.13	0.30	0.16	0.00	0.00	0.22
2004	0.30	0.27	0.11	0.13	0.09	0.00	0.18
2005	0.26	0.13	0.13	0.03	0.18	0.00	0.08
2006	0.68	0.00	0.11	0.13	0.34	0.00	0.09
2007	0.40	0.38	0.32	0.24	0.57	0.46	0.17
2008	0.81	0.00	0.19	0.71	0.79	1.54	0.13
2009	1.03	0.00	0.37	0.86	0.46	0.72	0.00
2010	1.07	0.36	0.49	0.67	1.78	1.15	0.22
2011	1.24	0.35	0.60	1.61	1.50	3.28	0.77
2012	1.21	0.35	0.26	1.42	1.11	2.51	1.16
2013	1.43	0.11	0.23	1.14	0.81	4.45	1.38
2014	1.17	0.22	0.21	0.88	0.39	4.24	1.80
2015	0.88	0.66	0.19	0.62	0.32	3.27	1.21
2016	0.92	0.65	0.28	1.41	0.49	3.53	1.63
2017	0.96	2.03	0.32	1.26	1.20	3.50	2.20

Tabela 9. Taxa de Homicídios - Estados do Sul do México

Tasas de Homicidios Anuales por Estado 2000-2017

Año	Nacional	Campeche	Chiapas	Oaxaca	Quintana Roo	Tabasco	Veracruz
2000	13.73	7.85	30.49	35.19	26.10	10.63	6.43
2001	13.57	7.28	29.53	35.65	25.81	8.43	6.43
2002	12.71	7.15	24.45	38.61	19.11	6.93	6.17
2003	12.10	7.42	20.94	42.28	21.62	7.27	6.83
2004	11.00	4.90	17.58	30.22	12.61	5.74	6.31
2005	10.50	6.64	9.12	28.08	10.49	3.96	6.19
2006	10.89	3.58	7.76	28.69	10.13	7.73	5.82
2007	9.34	4.53	7.64	25.12	14.45	8.88	6.37
2008	11.82	5.56	6.85	19.27	15.21	6.72	6.30
2009	14.28	4.98	10.32	19.59	13.55	5.25	4.54
2010	18.10	7.05	10.46	17.22	17.32	6.35	7.56
2011	19.53	6.92	12.31	16.43	19.28	7.10	11.42
2012	18.12	7.96	11.35	12.01	17.36	5.37	12.32
2013	15.12	7.61	9.83	13.54	14.41	6.00	10.89
2014	12.83	7.27	7.89	16.06	11.24	7.12	6.10
2015	13.83	5.84	9.56	18.74	14.48	9.77	7.02
2016	16.63	9.12	8.80	21.55	10.19	11.46	15.52
2017	20.52	7.59	9.14	23.98	20.72	16.66	21.13

Fonte: Secretariado Ejecutivo de Seguridad Pública - México e Conselho Nacional da População - CONAPO México

Considerações finais

No âmbito das migrações internacionais, chama a atenção o enorme número de centro-americanos que nos últimos anos tomaram a decisão de abandonar seus lares e se dirigirem aos Estados Unidos. As precárias condições de vida e os altos níveis de violência de países como El Salvador, Honduras e Guatemala oferecem parte da explicação para a saída em massa dessas pessoas. No contexto de globalização em que o capital internacional valoriza determinados territórios em detrimento de outros, não se vislumbra a médio prazo uma melhora nas economias e estabilidade social nesses países. Como um efeito automático, parecido às mais lógicas leis da física, pessoas da América Central fogem de uma realidade insuportável, aceitando os desafios de uma longa trajetória que os levem ao país com a economia mais desenvolvida do mundo.

O papel do México nessa trajetória exerce, como este estudo demonstra, um papel crucial e ambíguo. Ao mesmo tempo que a Lei da Migração de 2011 estabelece mecanismos de acolhida humanitária aos migrantes em território mexicano, a estreita cooperação militar com os Estados Unidos através do Programa Fronteira Sul torna ainda mais penosa a travessia, devolvendo milhares de centro-americanos a uma realidade de onde estão tentando sair. Tal contradição pode ser entendida pela própria realidade do México. Ao mesmo tempo que é um país de emigrantes, sendo o país de origem do maior número de imigrantes nos Estados Unidos, possui também uma economia estreitamente dependente dos acordos de livre-comércio com a potência do norte. Do ponto de vista humanitário, no entanto, percebemos que utilizar a política migratória como moeda de troca para obter dos Estados Unidos vantagens no novo acordo comercial prejudica a imagem positiva que a Lei de Migração mexicana imprimiu inicialmente ao país.

As drásticas condições físicas e de policiamento na fronteira entre o México e os Estados Unidos torna a travessia um ato de vida ou morte para os milhares de centro-americanos que se veem obrigados a deixar seus países. Mesmo aqueles que superam as barreiras da Fronteira Sul e cruzam todo o território mexicano até a fronteira norte, resta-lhes ainda enfrentar os Agentes da Patrulha da Fronteira, os centros de detenção, os muros e cercas de arame farpado, o deserto escaldante durante o dia, as noites congelantes, a extorsão de coiotes. Que milhares de pessoas vejam este desafio como a única opção para uma vida melhor é alarmante. A calamitosa realidade social dos países do Triângulo Norte da América Central não vislumbra uma solução a curto ou médio prazos, por fatores estruturais. O estudo revelou, assim, que cabe aos governos do México e dos Estados Unidos atuar de acordo com os direitos humanos que proclamam em suas leis, para evitar que as vidas já ameaçadas destes migrantes, continuem sendo desprezadas pelas atuais políticas adotadas nas fronteiras ao norte e ao sul do México.

Referências

- ANISTIA INTERNACIONAL. *O estado dos direitos humanos no mundo*. Londres: Amnesty International Ltda, 2018.
- ARQUITECTOS CON LA GENTE. *Mapeo: Ruta Migrante*. Disponível em: <<http://arquitectosconlamente.com/ruta-migrante-mapeo/>>. Acesso em: 18 maio 2019.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Factbook*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gt.html>>. Acesso em: 18 maio 2019.

O fluxo migratório da América Central para os Estados Unidos via México

- DUROSELLE, Jean-Baptiste; RENOUVIN, Pierre. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *La Frontera sur de México: Seguridad, violencia y migración en la era Trump*. 2018.
- MÉXICO. *Nueva Ley Nacional de Migración*. Publicada no Diário Oficial de la Federación, 25 de maio de 2011.
- MÉXICO. Secretaría de Gobernación. *Anuario de Migración y Remesas: México 2018*.
- NO MORE DEATHS: *Footage of Border Patrol Vandalism of Humanitarian Aid, 2010-2017*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eqaslbj5Th8>>. Acesso em: 18 maio 2019.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *World Health Statistics 2018: Monitoring health for the Sustainable Development Goals*. Luxemburgo, 2018.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- SASSEN, Saskia. *Sociologia da globalização*. Porto Alegre: Editora Artmed, 2010.
- THE INTERCEPT BRASIL. *A patrulha de fronteira dos EUA: Um culto à violência desde 1924*. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/02/15/patrulha-de-fronteira-eua-violencia/>>. Acesso em: 18 maio 2019.

Deslocamentos forçados, criminalização e resistências ao capitalismo extrativista na América Latina e no Caribe

Enara Echart Muñoz*
María del Carmen Villarreal Villamar**

Introdução

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2017), América Latina é uma das regiões com mais deslocamentos forçados no mundo. Apenas a Colômbia ocupa o primeiro lugar a nível mundial e registra 7.7 milhões de deslocados internos. No Brasil, apesar de que não existem estatísticas oficiais sobre o fenômeno, de acordo com o Observatório de Migrações Forçadas do Instituto Igarapé (2018), desde 2000, pelo menos 7.7 milhões de pessoas – 4% dos brasileiros – foram deslocadas forçadamente no Brasil. Deste total mais de 6.4 milhões tiveram que abandonar seus lares a causa de desastres naturais, enquanto 1.2 milhões foram forçados a deixar suas casas em função de projetos de desenvolvimento. Em ambos os casos se registram deslocamentos por heterôgenas razões, mas neles está presente uma das tendências na América Latina e no Caribe: o deslocamento forçado de pessoas como efeito do modelo de desenvolvimento extrativista, característico dos países da região desde o processo de colonização.

Apesar de que na região o extrativismo é a opção hegemônica de desenvolvimento, o modelo é rejeitado de forma massiva por aqueles e aquelas que sofrem diretamente suas consequências (Porto-Gonçalves, 2008; Gudynas, 2017; Svampa, 2017). Nas suas várias expressões (mineração, agronegócio, pesca a grande escala, etc.) o capitalismo extrativista provoca diversos impactos no meio ambiente e na vida das pessoas, sendo fonte de conflitos socioambientais. Porém, os efeitos deste processo não são experimentados de forma passiva pelos atingidos. Ao contrário, são majoritárias as práticas de resistência e lutas contra o extrativismo por parte das populações indígenas, afrodescendentes, camponeses e grupos de mulheres. Paralelamente, são

* Professora adjunta da Escola de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ. E-mail: enara.munoz@unirio.br

** Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista do CNPq, Brasil. n° do processo 152130/2018-7. Pesquisadora do GRISUL-UNIRIO. E-mail: mariavillarreal85@gmail.com

numerosas também as alternativas geradas por estes coletivos que não se limitam a questionar as premissas deste modelo, mas formulam propostas concretas para a sua superação.

Nas páginas a seguir nosso objetivo será descrever as principais características do modelo extrativista e da sua versão neo-extrativista para, em seguida, abordar as formas de resistência e lutas por parte dos coletivos atingidos, assim como a criação de alternativas. Em termos metodológicos, nosso trabalho tem como base uma pesquisa qualitativa, realizada pelo Grupo de Relações Internacionais e Sul Global (GRISUL) da UNIRIO, que visa analisar e cartografar as disputas pelos sentidos do desenvolvimento na América Latina e Caribe (GRISUL, 2018). Os 259 conflitos socioambientais que fundamentam a pesquisa foram selecionados da base de dados do Environmental Justice Atlas (EjAtlas), plataforma que reúne 2.390 conflitos sócio ambientais globais no período 1970-2018. Nossa seleção respondeu ao recorte da pesquisa e aos objetivos previamente definidos que visavam identificar os conflitos socioambientais mais emblemáticos em termos de contaminação ambiental e das lutas e resistências das mulheres, populações indígenas e afrodescendentes, assim como o papel desenvolvido pela empresa Vale, os processos de criminalização dos movimentos anti-extrativismo e, finalmente, os casos que geraram propostas alternativas. No contexto da pesquisa foram também elaborados mapas que retratam cada um dos eixos de análise da pesquisa e que servirão para ilustrar este trabalho.

Extrativismo, neo-extrativismo e deslocamentos forçados

No começo do século XXI, América Latina e Caribe experimentaram uma nova fase de crescimento econômico e redistribuição social promovida pela chegada ao poder de governos de esquerda ou de tendência progressista. O ciclo progressista permitiu diversos avanços econômicos e sociais, mas apesar disso, a região é atualmente considerada a mais desigual do mundo e a que possui a maior concentração de riqueza, terra e ingresso. Como exemplo, segundo OXFAM (2015), em 2014, o índice de Gini da região era 0.809, enquanto que o 10% mais rico possuía o 71% da riqueza e patrimônio da região. Na mesma linha, segundo OXFAM (2016, p. 5), se calcula que mais da metade da terra produtiva na região está concentrada no 1% das propriedades de maior tamanho.

Estes dados estão relacionados historicamente com a constituição dos países da região que, desde a sua fundação, privilegiaram as elites dominantes em detrimento das grandes maiorias, elemento que tem sido reforçado pela insuficiência de reformas e criação de políticas públicas adequadas para corrigir esta situação. Desta forma, segundo a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL, 2016), entre 2002 e 2015 as fortunas dos multimilionários da América Latina cresceram em média 21% anualmente, isto é, tiveram um aumento seis vezes superior ao do PIB da

região. Na mesma linha, cabe salientar que a maior parte desta riqueza não está nos países latino-americanos e sim fora da região, normalmente em paraísos fiscais. Portanto, uma porcentagem significativa do crescimento e da riqueza de América Latina e Caribe está, de fato, concentrada nas mãos das pessoas mais ricas, o que prejudica de forma significativa a classe média e os pobres da região.

Esta problemática é reforçada pela existência de sistemas tributários inadequados, altamente regressivos e concentrados em taxar sobretudo o consumo e os ingressos -o que contribui a reforçar a concentração da riqueza- e pela forte evasão de impostos que, ano após ano, priva a região de importantes fundos que poderiam ser investidos na luta contra a pobreza e a desigualdade. De acordo com a CEPAL (2016, p. 7), a evasão e a elisão de impostos constituíram, em 2014, uma perda de 320 mil milhões de dólares para América Latina.

As características apenas descritas são resultado da inserção internacional da região através de uma modalidade específica de acumulação: o capitalismo extrativista. De acordo com Acosta (2017, p. 50), este modelo está constituído por diversas atividades que removem grandes volumes de recursos naturais não processados (ou processados só parcialmente) que se destinam à exportação e geralmente envolvem recursos minerais e petróleo, mas também recursos agrários, florestais e pesqueiros, sem considerações sobre a sustentabilidade das práticas ou o limite dos recursos. A este respeito, desde uma abordagem integral, o extrativismo envolve tanto as atividades de mineração, como a criação de gado e a pesca a grande escala, o agronegócio e a exploração de petróleo e outros recursos naturais.

O extrativismo como modelo de inserção internacional da região é também responsável pela posição subordinada que ocupa América Latina e Caribe no mercado mundial. A partir de um olhar histórico-estrutural, a teoria da dependência mostra que o subdesenvolvimento, nas suas diversas expressões, está estreitamente vinculado à expansão das económicas desenvolvidas que se beneficiam do desenho dual e desigual do sistema económico onde a periferia cumpre o papel de produtora de matérias primas e é dependente dos países do centro que organizam o sistema, decidem suas regras de funcionamento e tem uma produção industrial com alto valor agregado que exporta até os países periféricos (Dos Santos, 1998). Neste processo, o extrativismo, enquanto modelo económico primário-exportador, consolida a dependência em posição subordinada dos países exportadores de matéria-prima em relação ao mercado mundial.

De forma complementar, segundo a teoria dos sistemas-mundo, que reformula algumas das premissas dos teóricos da dependência, este sistema está estreitamente vinculado à emergência do sistema mundo capitalista desde o século XVI até nossos dias. O sistema mundo capitalista tem fortes raízes coloniais e se baseia em uma divisão hierárquica e internacional do trabalho conformada pelo centro, a periferia e a semiperiferia que tem permitido o desenvolvimento do centro sobre a exploração dos recursos, essencialmente primários, das regiões periféricas (Wallerstein, 2005).

O capitalismo extrativista está também associado com a ideia de desenvolvimento, herdeira da noção ocidental de progresso e que, ao longo da história, tem sido antecedido por termos como civilização, evolução, riqueza e crescimento (RIST, 2002). A noção contemporânea de desenvolvimento é relativamente recente e surge após a Segunda Guerra Mundial, através do discurso de investidura do presidente estadunidense Harry Truman, pronunciado em 1949. Desde então, a definição, características e propósitos do desenvolvimento têm sido historicamente objeto de disputas. Desde as concepções clássicas do desenvolvimento, o termo tem sido reformulado a partir da teoria do crescimento e da modernização, as críticas estruturalistas, da dependência, do sistemas-mundo e, mais recentemente, as propostas neoliberais e neo-estatistas (Payne; Phillips, 2012). Por outro lado, desde os anos setenta as desigualdades internacionais e os limites das perspectivas clássicas do desenvolvimento, baseadas na industrialização e no crescimento econômico, começaram a ser questionadas por analistas, políticos e ativistas do Norte e do Sul mundo (UNCETA, 2009).

Os questionamentos do modelo clássico e a abordagem de temas como o meio ambiente, as questões de gênero e as necessidades específicas dos países a escala local permitiram o surgimento de noções como o desenvolvimento sustentável, desenvolvimento com enfoque de gênero e desenvolvimento local. Por outro lado, os efeitos negativos e os fracassos dos planos de desenvolvimento nos países do Sul do mundo geraram críticas radicais que questionaram a universalidade do conceito e as premissas etnocêntricas e coloniais que o guiavam, inaugurando uma nova fase: a do pós-desenvolvimento e construção de alternativas (Porto-Gonçalves, 2008; Unceta, 2009; Acosta, 2016).

Na América Latina o enfoque pós-desenvolvimentista tem sido especialmente fértil e na região têm surgido propostas alternativas aos modelos ocidentais que recuperam as cosmovisões dos povos indígenas. Uma das formulações mais difundidas e incorporada em textos Constitucionais é a de *Sumak Kawsay* ou Bom viver; conceito derivado das tradições andinas que inclui variáveis como os direitos da natureza e a necessidade de viver em harmonia com ela, a felicidade a solidariedade entre os povos (Acosta, 2016). Outros enfoques recuperam também as tradições, lutas e resistências das mulheres, das comunidades camponesas e as contribuições dos povos afrodescendentes da América Latina em prol da construção de novas escolhas e de projetos pós-extrativistas (Escobar, 2007; Svampa, 2017; Lang, 2017; Acosta, 2017; Gudynas, 2017).

Assim, no começo do século XXI, a chegada de governos autodenominados progressistas alimentou as esperanças dos grupos marginados e movimentos sociais da América Latina respeito a construção de um novo modelo. A eleição de candidatos *outsiders* e opositores ao neoliberalismo e ações como a elaboração de novas Constituições (na Bolívia e no Equador) que reconheceram a plurinacionalidade, a

interculturalidade, os direitos da natureza e acolheram positivamente as propostas derivadas das cosmovisões dos povos indígenas como o caso do Bom Viver ou *Sumak Kawsay* confirmaram o otimismo inicial. Entretanto, esses governos não foram capazes ou não quiseram aproveitar o *boom* das commodities, gerado a partir de 2003, e não implementaram reformas estruturais para a construção de alternativas pós-extrativistas (Svampa, 2017; Acosta, 2017).

Ao contrário das crenças mais otimistas, os governos progressistas optaram por alianças pragmáticas com o capital transnacional e abraçaram o neo-desenvolvimentismo, consolidando um novo modelo neo-desenvolvimentista com base extrativista, cujas premissas mais uma vez foram o crescimento econômico, a modernização das suas sociedades e a inserção na economia global. Ao respeito, Gudynas (2017, p. 176) adverte que todos os países da região estão se tornando extrativistas e que, em todos os países, este modelo é fonte de tensões e protestos sociais. Os próprios processos de integração regional, impulsados em um período de convergência ideológica (Acosta, 2017; Svampa, 2017), privilegiaram a construção de infraestrutura e os megaprojetos de desenvolvimento com forte participação das empresas transnacionais latinas, especialmente de países como Brasil, Chile, México ou Argentina.

Argumentando a necessidade de financiar o desenvolvimento dos seus países e o bem-estar das suas populações, os governos progressistas implementaram estratégias de redistribuição de recursos, baseadas na criação de políticas sociais, para combater a pobreza e a desigualdade. Neste marco, optaram por alianças subordinadas, com base na exploração de matérias primas, com novos parceiros estratégicos como a China. Não foram ouvidas, portanto, as denúncias sobre as consequências negativas deste modelo formuladas pela população local e também não foram consideradas as alternativas de bem-estar surgidas na região nas últimas décadas e seu saber contra especialista (Svampa, 2017, p.145). Em lugar de ser ouvida, a oposição a este modelo foi desarticulada, as lideranças foram muitas vezes cooptadas e a dissidência e resistência foram castigadas com desqualificações e diversas formas de criminalização (Gudynas, 2017; Svampa, 2017; Acosta, 2017).

Como consequência destas escolhas, as economias da região se reprimarizaram e desindustrializaram e, ao contrário das promessas, não houveram mudanças reais e sustentáveis das matrizes produtivas ou estruturas econômicas da região (CEPAL, 2016; Gudynas, 2017). Assim, em termos de neo-extrativismo, a diferença talvez mais importante entre governos de esquerda e direita na América Latina e Caribe foi que os primeiros aprofundaram o modelo, mas renegociaram os contratos com as empresas multinacionais, utilizando os recursos daí derivados para políticas sociais. Os segundos não permitiram o avance do extrativismo, mas apenas atenuaram suas consequências com políticas de responsabilidade social por parte das empresas (Lang, 2017, p. 36).

Deslocamentos forçados, criminalização e resistências
ao capitalismo extrativista na América Latina e no Caribe

Neste contexto, as elevadas desigualdades e a alta concentração dos recursos que ainda caracterizam os países da América Latina e Caribe, tem provocado uma luta constante pela terra, mas também pela água e pelas florestas e tem provocado numerosos conflitos socioambientais, migrações internas e internacionais, assim como inúmeras violações dos direitos humanos, especialmente de comunidades e grupos organizados de camponeses, mulheres, populações indígenas e afrodescendentes.

Desde os anos 90 e, especialmente a partir dos 2000, a expansão do extrativismo, do agronegócio e da criação de gado a grande escala, assim como o aumento das concessões de mineração e da exploração petrolífera tem agravado esta situação, concentrando ainda mais a riqueza, a terra e outros recursos naturais em poucas mãos, aumentando, como consequência, as taxas de desmatamento e poluição dos territórios e afetando os meios de sobrevivência das regiões envolvidas. Estes fatores junto com elementos como a violência utilizada pelas multinacionais, pelos próprios Estados e por redes vinculadas ao crime organizado, na defesa destes projetos e na repressão das populações locais têm provocado também deslocamentos humanos forçados e diversos conflitos (Svampa, 2017). Não obstante, os deslocamentos forçados também são consequência das agressões ambientais, da alteração das formas tradicionais de vida e da mudança climática gerada pelo sistema de produção vigente (Martínez, 2007). Como ilustrado no mapa 1, os exemplos de deslocamentos forçados são numerosos. Apesar de que não existem estadísticas oficiais e há um subregistro deste fenômeno, nos 259 casos analisados na nossa pesquisa calculamos um número aproximado de cem mil deslocados.

Mapa 1. Extrativismo e deslocamentos forçados na América Latina e no Caribe



Fonte: GRISUL, 2018.

Resistências, lutas e alternativas respeito ao extrativismo

Os movimentos sociais e as comunidades de “afetados” ou “atingidos” pelos efeitos do capitalismo extrativista tem lutado historicamente contra este modelo promovido pelos países da região. Neste processo, cabe salientar a importância do colonialismo interno em aliança com o colonialismo internacional e transnacional que ressignifica constantemente as formas de acumulação e dominação promovidas pelo sistema capitalista (González Casanova, 2007). O primeiro, no caso latino-americano está estreitamente vinculado ao domínio das zonas centrais e urbanas sobre o resto território e tem conotações étnicas, pois são as elites brancas e mestiças, descendentes dos colonizadores, as que discriminam, exploram e muitas vezes eliminam as populações rurais, constituídas geralmente por indígenas e afrodescendentes. O colonialismo transnacional e internacional, por outro lado, se refere à articulação dos complexos militares-empresariais e políticos em prol dos projetos de acumulação e expansão que geram lucro para uma elite, sem consideração alguma pelas contradições e efeitos negativos que o sistema e seus mecanismos geram.

Assim, em função das características estruturais de América Latina e Caribe, os impactos das atividades extrativistas adquirem maior relevância em casos específicos. Devido às desigualdades de gênero e raça e a persistência da hierarquia colonial que privilegia à população branca e seus descendentes sobre os demais coletivos, estes grupos são especialmente vulneráveis e estão mais expostos à pobreza e exclusão social respeito ao resto da população. De acordo com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 2015), o extrativismo agrava esta situação ao vulnerar seus direitos e, de forma especial, o direito à propriedade e cultivo da terra. Assim, um de cada três hectares que são entregues em concessão para exploração mineira, petrolífera, agroindustrial e florestal na região pertence a povos indígenas, enquanto que, em países como Colômbia, um dos principais coletivos afetados pela expansão da monocultura são os afro-colombianos (Oxfam, 2016: 52).

Os impactos do extrativismo vão além da poluição ambiental ou do desmatamento dos territórios e, muitas vezes, geram o deslocamento forçado das comunidades e o fim das suas formas tradicionais de vida com efeitos negativos sobre os direitos coletivos, especialmente das comunidades tradicionais indígenas ou quilombolas. Contudo, estes coletivos não constituem grupos passivos frente ao avanço destas atividades. Elas e eles historicamente têm se oposto à ampliação da fronteira extrativa nos seus territórios com estratégias que incluem a denúncia dos efeitos destas atividades e a visibilização das graves violações aos direitos humanos que promovem (Echart; Villarreal, 2018; Echart; Villarreal, 2019). No entanto, cada vez que alguém levanta a voz contra as atividades extrativistas, a resposta dos Estados, das empresas multinacionais envolvidas e dos diversos grupos paramilitares ou de coletivos vinculados com o

crime organizado é geralmente a criminalização dos protestos, as denúncias, ameaças e deslegitimação das ações das comunidades atingidas e, muitas vezes, o assassinato dos seus líderes.

Segundo a ONU (2017), três de cada quatro assassinatos de defensores de direitos humanos ocorrem nas Américas, dos quais 41% eram contrários a projetos extrativistas ou defendiam o direito à terra e aos recursos naturais dos povos indígenas. Isso levou as Nações Unidas a lançar, este ano, a iniciativa global para proteger ativistas ambientais. E, segundo o Global Witness (2017), América Latina e Caribe é hoje a região mais perigosa para líderes e defensores do meio ambiente. Das/os 197 ambientalistas assassinadas/os no mundo inteiro em 2017, 116 morreram na região e o 60% dos assassinatos estão relacionados com atividades extrativistas de agroindústria ou mineração.

Contudo, a impunidade generalizada nos países da região e a falta de acesso à justiça determinam que muitos homicídios não sejam registrados, nem muito menos resolvidos. Todos os países da região registram elevados índices de violência contra defensoras/es da terra que incluem ameaças e diversas formas de estigmatização e amedrontamento, mas a perseguição e, sobretudo, o número de assassinatos destes ativistas adquire maiores proporções em países como Brasil (46), Colômbia (32), México (15) e Peru (6), em coincidência com o aprofundamento nas últimas décadas do modelo extrativista (Global Witness, 2017).

Como evidencia o mapa 2, a criminalização dos movimentos contra o extrativismo é uma tendência generalizada na América Latina e no Caribe e não é apenas prerrogativa dos governos neoliberais. Argumentando a necessidade de financiar o desenvolvimento dos seus países e o bem-estar das suas populações, os governos progressistas basearam suas políticas sociais de redistribuição de recursos, para combater a pobreza e a desigualdade, na exploração de matérias primas, optando por alianças subordinadas, com novos parceiros estratégicos, como a China. Não foram ouvidas, portanto, as denúncias sobre as consequências negativas deste modelo formuladas pela população local e também não foram consideradas as alternativas de bem-estar surgidas na região nas últimas décadas (Svampa, 2017, p.145). Em lugar de ser escutada, a oposição a este modelo foi desarticulada, as lideranças foram muitas vezes cooptadas e a dissidência e resistência foram castigadas com desqualificações e diversas formas de criminalização (Gudynas, 2017; Svampa, 2017; Acosta, 2017). Situação que só pode piorar no contexto de recortes e retrocessos em direitos e em políticas sociais que estamos vivendo na região.

Deslocamentos forçados, criminalização e resistências
ao capitalismo extrativista na América Latina e no Caribe

Mapa 2. Criminalização dos movimentos sociais em luta contra o extrativismo na América Latina e no Caribe



Fonte: GRISUL, 2018

Apesar da repressão e criminalização das ações contra o extrativismo, as comunidades afetadas – de caráter essencialmente rural, mas com alianças nacionais e transnacionais – são protagonistas na luta e resistência à chegada e expansão deste modelo nos seus territórios, mas com frequência suas ações têm sido ignoradas em função do etnocentrismo, do colonialismo interno e do racismo que caracteriza as sociedades latino-americanas (Echart; Villarreal, 2019; Echart; Villarreal; 2018). Na nossa pesquisa valorizamos, portanto, a presença destes grupos e seu papel na preservação e defesa dos territórios, com frequência coletivos, mas em disputa com os Estados nacionais, com as empresas multinacionais e, muitas vezes, com o crime organizado, particularmente quando se trata de grupos vinculados ao narcotráfico.

De acordo com Baaz, Lilja e Vinthagen (2017), entendemos a resistência como uma resposta ao poder “desde baixo”, uma prática subalterna capaz de desafiar, negociar ou minar o poder. Assim, apesar do avanço do extrativismo, do aprofundamento da dependência das economias latino-americanas e do aumento da criminalização dos movimentos e da defesa dos territórios, as lutas e resistências, junto com a geração de alternativas crescem na região e mostram uma disputa aberta pelo desenvolvimento a partir de novas práticas e formas de vida que priorizam as cosmovisões, interesses e desejos dos povos de América Latina e Caribe. No entanto, o papel dos grupos afetados pelo extrativismo vai além da resistência e, como mostra o mapa 3, se caracteriza pela formulação de alternativas a este modelo que se articulam com as propostas globais no marco da Justiça Ambiental (Martínez Alier, 2007).

Com efeito, os camponeses, indígenas e afrodescendentes, sobre tudo mulheres, são protagonistas deste processo (Echart; Villarreal, 2018) que inclui a formulação de múltiplas alternativas. Como mostram os exemplos de Intag (Equador), Cajamarca (Peru), La Veja (República Dominicana), Challapata (Bolívia) e Raposo em Minas Gerais, as propostas incluem a criação de planos ou projetos de bem-estar comunitário, assim como o estabelecimento de reservas e proteção de territórios a favor da construção de práticas sustentáveis baseadas, por exemplo, na produção e comercialização de produtos agroecológicos, pesca artesanal e em formas de turismo comunitário. Estas formulações têm gerado como resultado legislação e políticas específicas, ao passo que promovem a justiça e combatem o racismo ambiental, fenômeno que define como a poluição e a falta de acesso pleno à recursos naturais como a água ou o ar limpo, afeta especialmente as populações mais pobres, negras indígenas e habitantes de zonas rurais afastados dos centros de decisão pública.

Deslocamentos forçados, criminalização e resistências
ao capitalismo extrativista na América Latina e no Caribe

Mapa 3. Alternativas ao extrativismo na América Latina e no Caribe



Fonte: GRISUL, 2018

Reflexões finais

O rompimento das Barragens do Fundão em Mariana e da mina Córrego do Feijão em Brumadinho (MG), em 2015 e 2019, são dois casos recentes que demonstram a gravidade dos impactos da mineração sobre o meio ambiente e a vida das pessoas. Além da severa contaminação ambiental, ambos episódios provocaram destruição, mortes, desaparecimentos e diversos deslocamentos forçados. Todavia, como ficou evidenciado ao longo deste trabalho, ambos crimes ambientais não são casos isolados na América Latina e no Caribe, e sim resultado de um modelo de desenvolvimento característico dos países da região desde o processo de colonização: o extrativismo.

O capitalismo extrativista é, com efeito, o modelo de desenvolvimento hegemônico nos países da região e sua vigência não só não foi colocada em discussão, mas foi consolidada na última década, apesar da presença de governos progressistas e aparentemente contrários à sua expansão. No contexto do neo-extrativismo, as economias latino-americanas mais uma vez reprimarizaram-se e aprofundaram sua inserção global subordinada e sua dependência das economias centrais.

A partir da constatação de impactos negativos do extrativismo sobre o território, o meio ambiente e as pessoas, nosso propósito foi o de evidenciar os conflitos, assim como as lutas e resistências dos movimentos sociais e dos grupos atingidos contra este modelo. Com efeito, estes coletivos, de caráter essencialmente rural, têm sido protagonistas na oposição à chegada e expansão do extrativismo nos seus territórios, mas com frequência suas ações têm sido ignoradas em função do etnocentrismo, do colonialismo interno e do racismo que caracteriza as sociedades latino-americanas. Assim, valorizamos a presença destes grupos e seu papel na preservação e defesa dos territórios, com frequência coletivos, mas em disputa com os Estados nacionais, com as empresas multinacionais e, muitas vezes, com o crime organizado.

Finalmente, em contraposição à hegemonia do discurso desenvolvimentista como o único caminho para assegurar o bem-estar das populações, consideramos fundamental debater as formas de oposição e as alternativas formuladas pelos saberes contraespecialistas (Svampa, 2017) que partem das necessidades individuais e coletivas das pessoas e territórios e são, portanto, projetos em construção heterogêneos e inclusivos. Para tanto, visibilizamos as formas de luta e resistência, analisando os processos de criminalização dos protestos sociais e os impactos que provocam os deslocamentos forçados das populações atingidas. A construção de alternativas não pode, de fato, se dissociar da visibilização dos efeitos e conflitos que provoca o modelo de desenvolvimento atual e o papel que neste processo cumprem os diversos atores econômicos, políticos e sociais (Bringel; Echart, 2015). Assim, almejamos contribuir à compreensão da região, colocando em destaque as disputas de sentido pelo desenvolvimento, os conflitos gerados pelo extrativismo e as lutas e resistências

das populações latino-americanas e caribenhas, ao passo que buscamos gerar contribuições que nos permitam construir horizontes emancipadores para os povos da região.

Referências

- ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). Global Trends. Forced Displacement, 2017. Disponível em: <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5b27be547/unhcr-global-trends-2017.html> Acesso em 23/11/2018.
- ACOSTA, Alberto. *O Bom Viver. Uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Editora Autonomia Literária-Elefante, 2016.
- _____. Extrativismo e neo-extrativismo. Duas faces da mesma maldição. In: Dilger, Gerhard; Lang, Miriam; Pereira, Jorge (Org.). *Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Elefante Editora, 2017.
- AGUINAGA, Margarita; LANG, Miriam; MOKRANI, Dunia; SANTILLANA, Alejandra. Pensar a partir do feminismo. Críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: Dilger, Gerhard; Lang, Miriam; Pereira, Jorge (Org.). *Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Elefante Editora, 2017.
- BAAZ, Mikael; LILJA, Mona y VINTHAGEN, Stellan. *Researching Resistance and Social Change: A Critical Approach to Theory and Practice*. Rowman & Littlefield International, Londres - Nueva York, 2017.
- BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. Movimientos sociales, desarrollo y emancipación. In: SOTILLO, José (Dir.). *Antología del Desarrollo*. Madrid: IUDC/La Catarata, 2015.
- CEPAL (Comisión Económica para América Latina): *Panorama Fiscal de América latina y El Caribe*. 2016. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/39939/S1600111_es.pdf Acesso em: 27/04/2017.
- DOS SANTOS, THEOTONIO. *A Teoria da Dependência. Balanço e Perspectivas*, Niterói, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4089917/mod_resource/content/0/4.2%20DOS%20SANTOS%2C%20Theot%C3%B4nio.%20A%20teoria%20da%20depend%C3%Aancia%20-%20Balan%C3%A7os%20e%20perspectivas.pdf Acesso em: 20/01/2018.

- ESCOBAR, Arturo. *La invención del tercer mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo*, Caracas: Fundación Editorial el Perro y la Rana, Ministerio del Poder Popular para la Cultura-Gobierno Bolivariano de Venezuela.
- ECHART, Enara; VILLARREAL, Maria. Resistencias y alternativas al desarrollo em América Latina: las luchas sociales contra el extractivismo. *Relaciones Internacionales*, nº 39, pp.141-163, 2018.
- _____. Women's struggles against extractivism in Latin America and the Caribbean. *Contexto Internacional*, v. 40, nº 3, 2019 (no prelo).
- ESTEVA, Gustavo. Desarrollo. In: Viola, Andreu (comp.). *Antropología del desarrollo. teoría y estudios etnográficos en América Latina*. Barcelona: Paidós, pp. 67-101, 2000.
- GLOBAL WITNESS. Defensores da terra e do meio ambiente mortos em 2017. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/blog/new-data-reveals-197-land-and-environmental-defenders-murdered-2017/> Acesso em: 12/06/2018.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana, em: CECEÑA, Ana Esther (coord.). *De los saberes de la emancipación y de la dominación*. Buenos Aires, CLACSO, 2008.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (Orgs.). *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. CLACSO: Buenos Aires, 2007.
- GUDYNAS, Eduardo. Transições ao pós-extrativismo. Sentidos, opções e âmbitos. In: Dilger, Gerhard; Lang; Miriam; Pereira, Jorge (Org.). *Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Elefante Editora, 2017.
- LANG, Miriam. Alternativas ao desenvolvimento. In: Dilger, Gerhard; Lang; Miriam; Pereira, Jorge (Org.). *Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Elefante Editora, 2017.
- MARTÍNEZ ALIER, Joan. *El Ecologismo de los Pobres*. Barcelona: Icaria, 2009.
- Organização das Nações Unidas (ONU). 2017. ONU e CIDH lançam mecanismo conjunto de proteção dos defensores dos direitos humanos. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-e-cidh-lancam-mecanismo-conjunto-de-protecao-a-defensores-dos-direitos-humanos/> Acesso em 25/11/2018.
- OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES FORÇADAS. Instituto Igarapé (2018) Disponível em: <https://igarape.org.br/apps/observatorio-de-migracoes-forçadas/> Acesso em: 23/11/2018.

Deslocamentos forçados, criminalização e resistências
ao capitalismo extrativista na América Latina e no Caribe

- OXFAM. *Tierra, Poder y Desigualdad en América Latina*. 2016. Disponível em: https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/desterrados-full-es-29nov-web_0.pdf Acesso em: 27/04/2017.
- _____. *Privilegios que niegan derechos. Desigualdad extrema y secuestro de la democracia en América Latina y el Caribe*. 2015. Disponível em: https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/reporte_iguales-oxfambr.pdf Acesso em: 27/04/2017.
- PAYNE, Anthony; PHILLIPS, Nicola. *Desarrollo*. Madrid: Alianza Editorial, 2012.
- RIST, Gilbert. *El desarrollo: historia de una creencia occidental*, Madrid: Catarata, 2002.
- SACHS, Wolfgang. Arqueología de la idea de Desarrollo” *Revista Envío*, nº 185. Managua, Universidad Centroamericana (UCA), 1997. Disponível em: <http://www.envio.org.ni/articulo/317> Acesso em: 13/10/2017.
- SVAMPA, Maristella. Extrativismo neo-desenvolvimentista e movimentos sociais. In: Dilger, Gerhard; Lang, Miriam; Pereira, Jorge (Org.). *Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Elefante Editora, 2017.
- UNCETA, Koldo. Desarrollo, Subdesarrollo, Maldesarrollo y Postdesarrollo. Una mirada transdisciplinar sobre el debate y sus implicaciones. *Carta Latinoamericana*, Contribuciones en Desarrollo y Sociedad en América Latina, nº 7, pp. 1-34, 2009.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial*. (3 vol.). México: Siglo XXI, 2005.

Estado e violência: o Reformatório Indígena Agrícola Krenak na ditadura civil-militar

Hygor Mesquita Faria*
Josiane de Paula Nunes**

A pesquisa tem como objetivo analisar a construção do Reformatório Indígena Agrícola Krenak, que funcionou de 1962 até o ano de 1972, no posto indígena Guildo Mariele, localizado na área da Ajudância Minas-Bahia. Conhecido como uma prisão arbitrária, o Reformatório teve em seu histórico de funcionamento violações profundas aos direitos humanos dos povos indígenas no Brasil. Idealizado pela figura do capitão Manoel dos Santos Pinheiro, possuía como objetivo ser um “centro de recuperação e civilização” dos Índios, mas, ao que foi possível levantar, esteve associado às graves violações dos direitos dos povos indígenas.

O trabalho em andamento, baseia-se na análise dos microfiches presentes no Arquivo do Museu do Índio, na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e em documentos oficiais do regime militar. Sobre os documentos tem sido feito um recorte referentes ao ministério do Interior, no qual a FUNAI estava integrada, com ênfase nos documentos referentes ao posto indígena Guildo Mariele e em documentos que dizem respeito a fundação do reformatório.

Além disso, buscou-se as fichas individuais dos índios confinados que eram produzidas pelos funcionários do posto indígena e do reformatório, que contém informações importantes como a etnia, motivo do confinamento, data da entrada no reformatório e laudos mensais com descrições das ações e análises do comportamento dos indígenas.

A análise destes documentos é feita sob a ótica e contextualização de que o Reformatório é uma face da violência sistêmica contra os povos indígenas, principalmente a partir de 1964 após o golpe civil militar.

O período da ditadura civil militar no Brasil é marco de uma política indigenista mais agressiva. Para tratar dos motivos da construção desta afirmação analisa-se inicialmente a subordinação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) aos planos de desenvolvimento presentes na modernização conservadora do regime militar.

* Graduando. Universidade do Estado de Minas Gerais.

** Professora na Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Campanha. Doutoranda em História social pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

Os militares brasileiros e seus aliados civis lograram deslanchar um processo de modernização que implicou mudanças importantes na infraestrutura do país, com repercussões principalmente na economia, nas comunicações, no aparato tecnológico e científico, na indústria cultural, entre outros. No entanto, tal projeto modernizador teve como par inseparável a conservação e a consolidação dos pilares tradicionais da ordem social, cuja base é a exclusão de parte das classes subordinadas e a incorporação subalterna dos segmentos populares mais afortunados. Uma modernização conservadora, portanto, e acima de tudo autoritária, pois os projetos de desenvolvimento foram comandados pela tecnocracia civil e militar, e as dissensões não passíveis de incorporação foram entregues à máquina repressiva (também ela modernizada naqueles anos) (Reis Filho; Ridenti, Motta, 2014, p.6)

Após este ponto trabalho a relação destes planos de desenvolvimento com o extermínio dos povos indígenas e os aspectos da militarização da política indigenista. Nesse sentido, tem-se como problemática analisar a construção do imaginário social feita pelo regime militar para ancorar o índio como obstáculo ao progresso e como caso de segurança nacional.

Em 1967 o procurador geral da República, Jader Figueiredo é encarregado de investigar a corrupção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em março de 1968 ele dá uma entrevista coletiva à imprensa com o objetivo de divulgar as conclusões de seu relatório, conhecido como relatório Figueiredo, que possui vinte volumes e 5.115 páginas.

No Relatório Figueiredo, que havia sido dado como perdido num incêndio do Ministério da Agricultura em 1967, foram relatados casos de corrupção no SPI, de torturas, assassinatos, vendas e arrendamentos ilegais de terras, escravização, exploração sexual de mulheres indígenas, e muitas outras ocorrências de violência cometidas contra pessoas indígenas por civis e funcionários do SPI (Barreto, 2018, p.218)

No contexto da divulgação do relatório Figueiredo o SPI entra em crise e caminha para extinção. Em dezembro de 1967, dissolve-se o SPI e cria-se a FUNAI.

A FUNAI nasce integrada ao Ministério do Interior, órgão que foi criado pelo Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, que possuía como principal atribuição promover a política desenvolvimentista do regime, percebe-se a característica da subordinação do órgão tutor dos povos indígenas aos planos econômicos, desta forma, podemos afirmar que esta característica é estrutural, como podemos ver em:

[...] Assim é estrutural o fato de os órgãos governamentais explicitamente encarregados da proteção aos Índios, o SPI e posteriormente a FUNAI, não desempenharem suas funções e se submeterem ou até se colocarem a serviço de políticas estatais, quando não de interesse de grupos particulares e de seus próprios dirigentes (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, 2014, p.199).

Esta característica da subordinação é acompanhada pela relação da construção dos planos de desenvolvimento e seus impactos no território brasileiro, e por sua vez, nos povos indígenas.

O regime construiu no imaginário social a ideia de vazio populacional na Amazônia, este vazio nega a existência dos povos indígenas. Ao analisarmos os planos de desenvolvimento podemos perceber a afirmação de que era necessário ocupar o território da Amazônia para construir o progresso da nação com a chamada integração nacional.

O projeto desenvolvimentista do governo militar para a Amazônia Legal, além de território da maioria dos grupos indígenas brasileiros, visava promover a industrialização, a modernização agrícola e a expansão da infraestrutura a fim de sanar o desequilíbrio regional e a questão da “segurança nacional”. Estendendo-se por mais de cinco milhões de quilômetros quadrados, a Amazônia Legal cobria quase dois terços do território brasileiro(...) a Amazônia Legal era vista pelos militares como vulnerável à apropriação estrangeira e à infiltração comunista. A ideologia da segurança nacional baseava a defesa do Brasil na industrialização, na utilização eficaz dos recursos naturais e na “integração nacional. (Garfield, 2011, p. 211)

É fundamental analisar a questão da Amazônia na ditadura sob a luz que “desde o início do século, os governos brasileiros empenhavam-se para transformar o interior e o Centro-Oeste e do Norte” (Garfield, 2011, p. 213). Neste contexto o regime militar tinha uma grande abertura e incentivo ao capital estrangeiro.

Em 1966, Humberto de Alencar Castello Branco se reuniu em Belém com grupos ligados ao governo, empresariado e indústrias para anunciar a “Operação Amazônia” que reforçava as “condições” de povoamento da Amazônia, estas condições consistiam em um pacote de projetos aprovados no Congresso Nacional que ofertava grandes isenções de impostos e incentivos fiscais para investimentos na Amazônia. No mesmo ano, a SUDAM (superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) é criada com o objetivo de planejar e desenvolver políticas de desenvolvimento na região, a lei n. 5174 é aprovada em outubro de 1966, o texto da lei diz que até 50% do valor dos impostos pagos pelas empresas poderiam ser investidos em projetos de caráter agrícola, industriais ou pecuários aprovados pela SUDAM, estes esforços são feitos no sentido de acelerar os negócios na região. Os projetos aprovados pela SUDAM tinham direito a 75% de custos financiados pelos fundos de crédito e todos os empreendimentos aprovados pela SUDAM instalados antes de 1975 estavam isentos de imposto de renda e os projetos instalados antes do ano de 1982 tinham redução de 50% (Garfield, 2011, p. 215).

Em maio do ano de 1968, o presidente da República General Arthur Costa e Silva, promulga o decreto de nº62.699, a partir do decreto temos a formação de um Grupo de Trabalho, “conhecido como GT de 68” (Santos, 2007, p. 27). A formação institucional do GT tinha como pressuposto a organização e sistematização da política indigenista no Brasil naquele momento. As diretrizes das ações e “responsabilidades” do Estado passavam pelas propostas de sujeitos alinhados com o regime. Nesse sentido, entende-se que a orientação ideológica do grupo que formava o GT sem dúvidas, influenciou na elaboração de programas políticos para o tratamento das questões

indigenistas, mas especificamente tratando-a como “caso de polícia. Em seu artigo primeiro podemos analisar sua composição e as finalidades norteadoras.

Art. 1º. Fica constituído um Grupo de Trabalho, composto de um representante do Ministério da Justiça, um representante do Ministério do Exército um representante do Ministério da Fazenda, dois representantes do Ministério do Interior um representante do Ministério da Agricultura, um representante do Ministério do Planejamento, um representante Ministério Público Federal, um representante do Departamento de Polícia Federal, para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 90 dias, apresentar um plano de medidas para pronta execução, objetivando a delimitação, demarcação, levantamento topográfico das áreas ocupadas pelos silvícolas e medidas de proteção à posse das mesmas, bem como das que ora constituem os Parques Nacionais. (Decreto nº 62.699 de 05/1968)

O caráter da composição do GT de 68 demonstra qual base ideológica existia na construção e aplicação da política indigenista durante este momento. “Segundo os membros do GT de 68, suas propostas tinham como referência os “ideais superiores do movimento revolucionário que assumiu o poder no Brasil por meio do Golpe Militar em 1964” (Santos, 2011, p. 31) estes ideais eram “reafirmados com a recente edição do ato institucional nº 5” (Santos, 2011, p. 31)

Os Generais brasileiros entendiam o mundo, em geral, e o Brasil em particular, como um conflito ideológico que introduzia o país numa guerra cotidiana. Nestes lugares o índio, representante selvagem/ bárbaro de uma natureza sem domesticar/ aproveitar, passou a formar parte dos grupos populacionais que potencialmente podiam apoiar seus antagonistas ideológicos. (Benítez, 2018, p. 271)

Através deste trecho, dos ideais defendidos pelos militares envolvidos nas decisões do GT de 68, atenta-se para a seguinte questão: a militarização da política indigenista representa tanto uma agressividade institucional como também a criação de condições morais e sociais que, em seu limite, materializaram o ataque aos direitos humanos dos povos indígenas. Pelas supostas vias legais do Estado, a agressividade institucional se representava em suas políticas públicas. A criação das condições sociais e morais se representa através dos desdobramentos que a utilização dos ideais do golpe de 64 tiveram na construção da política indigenista na ditadura.

A Ajudância Minas-Bahia (AJMB), até o ano de 1966, se situava na cidade de Teófilo Otoni, na região centro-nordeste do estado de Minas Gerais. Como aponta Corrêa (2000, p.135). Entre os anos de 1965 até meados do ano de 1966 para 1967 aconteceram negociações entre o governo estadual e o órgão federal, que possuíam como pauta central os rumos da administração dos índios. “A situação de iminente conflito entre índios e não-índios parece ter sido o motivo para o início de negociações entre o governo estadual e o órgão federal” (Corrêa, 2000, 135.) as negociações se desdobraram na transferência da administração dos índios do órgão federal para o governo do estado de Minas Gerais.

Ainda não existem constatações exatas sobre o interesse do estado de Minas Gerais na administração dos índios, porém, pode-se apontar que a “entrada e o interesse do governo estadual pelos índios se deviam às relações de parentesco do capitão Manoel dos Santos Pinheiro com então governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro” (Corrêa, 2000, 136.) O capitão pinheiro neste momento era capitão da polícia militar do estado de Minas Gerais, esta relação é de grande importância para a presente análise, não era rentável o estado assumir a administração dos índios, sendo assim, aponto que este interesse é norteado pela orientação dada a política indigenista neste contexto, em que a alternativa para os conflitos entre índios e não índios se consistia em policiamento, prisão e punição.

Após a entrada do governo estadual na administração dos índios foram realizadas algumas mudanças imediatas, como à transferência da sede da AJMB da cidade de Teófilo Otoni para o Instituto Agrônomo/horto Florestal, localizado na cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. Capitão Pinheiro foi nomeado por meio da portaria nº110, de 12/12/1968, tornando-se responsável pela administração da AJMB e pela execução do convênio entre a FUNAI e a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Desta forma, em sua nova sede, a AJMB passa a ser chefiada pelo capitão Pinheiro.

Gabriel Corrêa Silveira (2000, p.136) aponta que só foi encontrada referência aos motivos de nomeação do capitão Pinheiro em uma edição do Jornal do Brasil de 27 de agosto de 1972.

Tratei logo de prender os índios que lideravam o movimento[...] e foi pouco a pouco restabelecendo a paz no local. Meu trabalho foi considerado e assim fui convidado pela presidência da FUNAI para trabalhar com os índios de Minas Gerais (*Jornal do Brasil*, 27/08/72)

A fala de capitão Pinheiro expressa qual política indigenista seria construída neste momento no estado de Minas Gerais. Tratando os índios como “caso de polícia”, afirmando que a ação para solucionar os atritos entre índios e não índios deveria ser a “salvaguarda” feita pelo Estado, orientada pelas diretrizes da Polícia Militar. Como abordado no primeiro capítulo, quando capitão Pinheiro fala sobre prender os índios, tem-se nas entrelinhas a imagem de que ao prender e consolidar essa relação de aprisionamento do denominado “silvícola”, o Estado se responsabiliza pelo direcionamento da vida daqueles sujeitos, assume através de diretrizes claras o papel de condutor de suas liberdades, que aí deixam de existir. Reduz o índio a política de aprisionamento como forma corretiva daquele que não está dentro do projeto de nação que se propõe.

Indo de encontro ao contexto abordado anteriormente, em que existia diversos atritos entre índios e não índios, “a atuação da AJMB buscou logo seu principal objetivo, por fim aos atritos entre índios e não índios nas áreas indígenas em seu torno” (Corrêa, 2000, p. 137), para alcançar este objetivo a chefia da AJMB passou

a desenvolver eixos principais de atuação, que se pautavam no controle da área, policiamento e aplicações de práticas julgadas como transformadoras, é neste ponto da aplicação de práticas transformadoras que temos a criação do Reformatório Agrícola Krenak, e da Guarda Rural Indígena (GRIM).

As práticas transformadoras não estão em um caminho de direção única, elas são construídas para controlar o que se acreditava estar fora do projeto de nação, neste caso, era o que o índio representava. Desta forma ela nasce a partir de uma realidade, e, neste caso específico, quando nasce, gera o que se apresenta como política indigenista no estado de Minas Gerais. Elas se inserem em dois aspectos, na legalidade de exceção e na repressão clandestina. A legalidade de exceção se expressa através da necessidade do regime militar de reeducar os índios através da punição e controle para se tornarem indivíduos aptos a integrarem o projeto de nação, quando isso não se tornava possível, as práticas transformadoras se apresentam através da repressão clandestina.

Janaina (Teles, 2011) aponta que os militares fazem uso do golpe de estado de 64 e da força do aparato militar para institucionalizar a exceção, neste sentido existe a tendência de “substituir a declaração do estado de exceção por uma generalização do paradigma da segurança como técnica de governo”. Através do paradigma da segurança o “regime utilizou a repressão clandestina e ilegal juntamente com aquela baseada na legalidade de exceção” (Teles 2011, p. 71). Consolidando assim a montagem de um aparato de repressão política que se insere tanto na legalidade de exceção como na repressão clandestina.

Para o trabalho, o Reformatório Agrícola Indígena Krenak, se insere na repressão clandestina. Neste sentido tem-se a aplicação das práticas julgadas como transformadoras, no contexto em que a PMMG está na administração da AJMB.

O Reformatório Agrícola Indígena Krenak existiu do ano de 1969 até o ano de 1972, dentro da área do extinto Posto Indígena Guido Marliére, especificamente na área do município de Resplendor, cidade do interior do estado de Minas Gerais. “Sob a administração do Capitão Pinheiro [...] Recebia indígenas considerados marginalizados pelo sistema ditatorial” (Rodrigues; Eiterer, 2015, p. 2679).

“O Reformatório – apesar de descrito como operando a partir do final de 1969 ou do ano de 1970 – começa a receber índios qualificados como *delinquentes* a partir de fevereiro, mais precisamente no dia 24 de janeiro de 1969” (Corrêa, 2000, p. 125), nos quatro anos de funcionamento a administração do reformatório declarava que a instituição deveria *recuperar e reeducar* os índios confinados. Pode-se explicar o surgimento do reformatório com dois apontamentos principais: o primeiro é de que “o reformatório serviu como uma experiência “extraordinária” dentro das relações com os povos indígenas no Brasil, com a utilização de ações de controle e punições” (Corrêa, 2011, p. 133), o segundo apontamento se baseia em olhar para a criação do Reformatório Krenak como “uma sucessão de ações coloniais de conquista e submissão

dos grupos indígenas de Minas Gerais que perduraria até os dias de hoje” (Corrêa, 2011, p. 133).

Todas as atividades do Reformatório Krenak, com destaque para o seu surgimento, possuíam caráter confidencial, que aparecia de maneira local através de recomendações do “chefe da AJMB para que os funcionários do Posto Indígena Guido Marlière mantivessem os índios confinados e os Krenak sem contato com o restante da população local”. A medida não foi restrita somente a AJMB. “Numa circular de 12 de março de 1969, o subdiretor técnico de vigilância rural (major PM Vicente Rodrigues dos Santos), pede ao delegado da vigilância rural de Krenak que: (Corrêa, 2000, p. 145).

Conforme determinação do Sr. Coronel PM, Diretor de Segurança Especializada, doravante fica expressamente proibida o fornecimento de dados referentes à especialidade de Vigilância Rural para a imprensa escrita, falada e televisada, pelas delegacias. Os dados deverão ser comunicados a essa subdiretoria, com riqueza de detalhes, com a devida urgência, para a distribuição aos órgãos de divulgação interessados. NOTE BEM, doravante, somente esta diretoria poderá dar à divulgação os dados em referência. O não cumprimento desta determinação acarretará em punição ao transgressor”¹.

“As instalações construídas na década de 20 para ocupação do SPI e dos Krenak, encontravam-se em estado precário quando a AJMB foi assumida pela PMMG” (Corrêa, 2011, p. 148), era necessário adequar a estrutura para confinar os índios enviados para a *recuperação*, “segundo relatórios do Posto Indígena Guido Marlière as reformas se realizaram entre os meses de julho e setembro de 1969” (Corrêa, 2000, p. 148).

A adequação da estrutura deveria “propiciar aos funcionários do posto condições para exercer suas atividades “recuperadoras”. Percebe-se que a estrutura física do Reformatório Krenak expressa que as práticas transformadoras possuem moldes específicos de confinamento.

1. Microfilme de nº 307/005/1889 utilizado por José Gabriel Silveira Corrêa, em sua tese de mestrado intitulada “A ordem a se preservar: a gestão dos índios e o Reformatório Agrícola Indígena Krenak”.

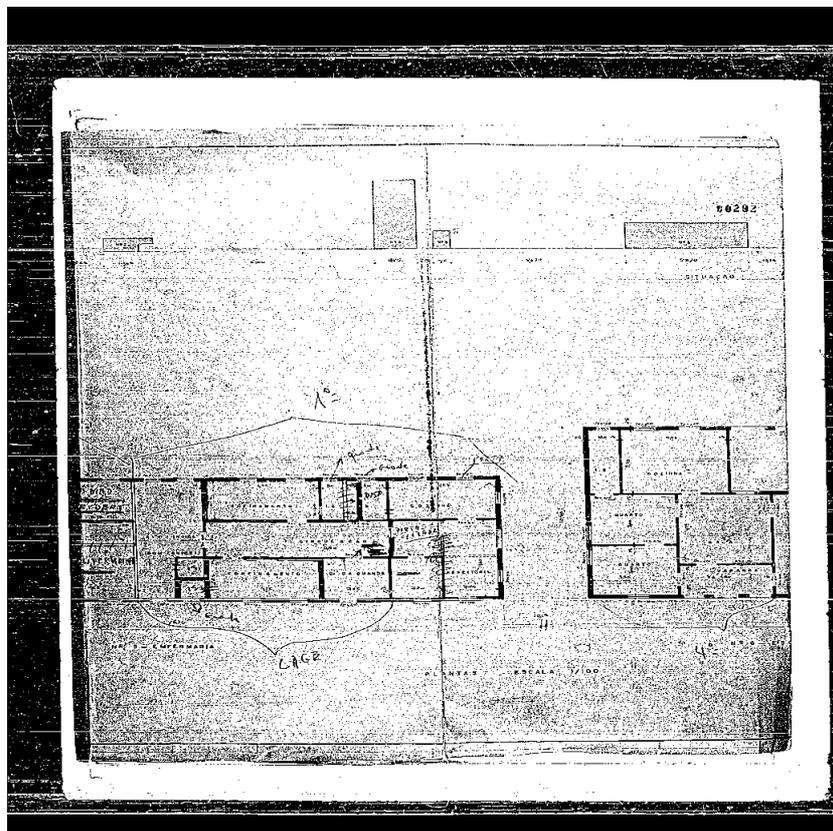


Figura 1

Fonte: Arquivo do Museu do Índio/Microfilme307_00252

Documento consultado por José Gabriel Silveira Corrêa em sua tese de mestrado.

O microfilme referente à figura 1 possui os seguintes elementos na estrutura: dois espaços para o confinamento, um espaço para a circulação, um espaço para a cozinha, um espaço para o hall e um para a farmácia.

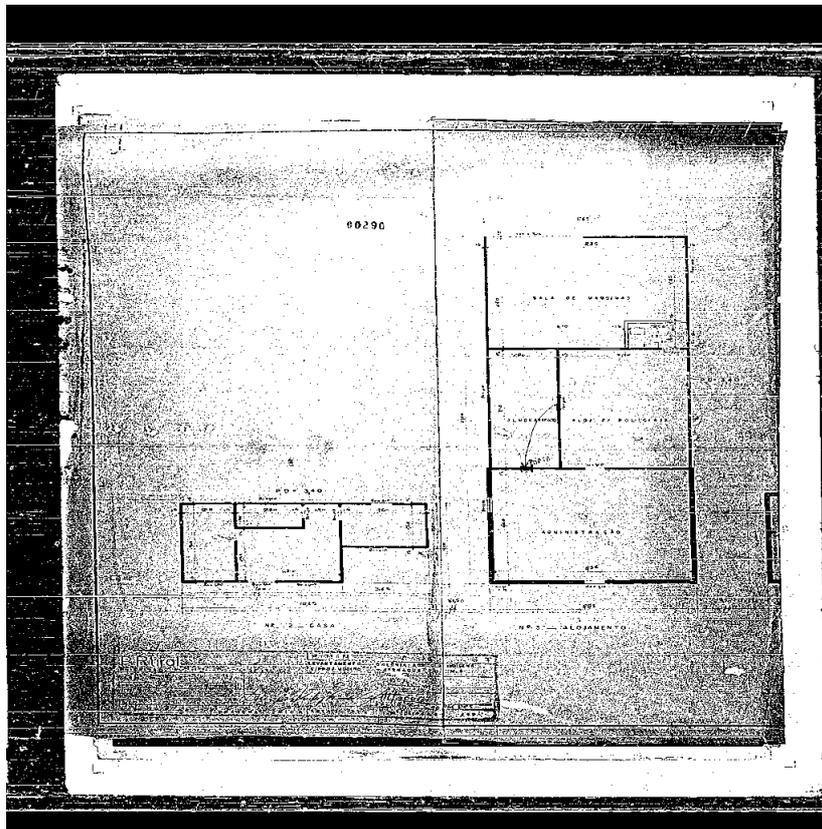


Figura 2

Fonte: Arquivos do museu índio, microfilme nº 307_00251

Ao analisarmos o microfilme referente a figura 2, podemos ver o espaço da administração, alojamento e sala das máquinas. A estrutura presente na figura 1 e 2 foi utilizada “principalmente, aos indígenas que opunham resistência às ordens dos administradores de aldeias ou que fossem considerados “desajustados socialmente (Ventura, 2016).

O Reformatório Krenak carrega o nome da Etnia Krenak, mas confinou índios de diversas etnias, ao todo foram:

21 índios Karajá (GO); 12 Terena (MS); 10 Maxakali (MG); 8 Kadiwéu (MS); 5 Kaiowá (MS) e Xerente (GO); 3 Bororo (MT), Krahô (GO) e Pataxó (BA); 2 Pankararu (PE), Guajajara (MA), Canela (MA) e Fulni-ô (PE); e 1 kaingang (RS), Urubu (MA), Campa (AC) e Xavante (MT). (Corrêa, 2000, p.157)

Os motivos do confinamento aparecem nas fichas individuais dos índios confinados, porém é necessário ver para além dos dados oficiais, primeiro pelas lacunas que existem no registro, em algumas fichas faltam informações básicas, a segunda questão é que as motivações dos confinamentos perpassam pelas orientações que a política indigenista neste momento possui, relacionada com a necessidade da aplicação das práticas punitivas para os índios caracterizados como *desajustados*.

Tabela 1

Quadro n.º 1 - Lista de motivos para envio ao reformatório entre os anos de 1969 e 1972

Legenda:

IC – Índio confinado **K** – Krenak

GC – GRIN confinado **T** – Total

MOTIVO	IC	GC	K	T
Agressão a mulher		1	1	2 ³²
Atritos com chefe do PI	4		1	5
Embriaguez	18	3	9	30
Embriaguez e Homicídio	1			1
Homicídio	15			15
Problema Mental	1			1
Prostituição	1			1
Relações Sexuais	2		2	4
Roubo	12			12
Roubo e Embriaguez		1		1
Roubo e Pederastia	1			1
Saída sem autorização			3	3
Sem motivo para o envio	9	13	1	23
Vadiagem	5			5
Vadiagem e Embriaguez	1			1
Vadiagem e Uso de drogas	1			1
TOTAL	71 ³³	18 ³⁴	17 ³⁵	106 ³⁶

Fonte: Corrêa, José Gabriel S. A ordem de se preservar. (Tese de Mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

Ao analisarmos os motivos do confinamento é importante ter no horizonte a percepção da amplitude dos motivos, os quais muitas vezes são construídos com a bandeira da reeducação, mas que carregam em suas entranhas motivos totalmente políticos, na medida em que são desdobramentos do caráter da relação da política indigenista com a repressão clandestina.

Até o momento foi analisado aspectos ligados a questão de arranjo institucional e da estrutura física do reformatório. Para analisar a violação dos direitos humanos dos índios ali confinados pesquisei os registros presentes na ficha individual feita pelos funcionários do posto indígena Guido Marlière, que possui os seguintes dados: nome, idade, descrições físicas como cor do cabelo, olhos e altura, etnia, localização de origem, tempo provável de reclusão, motivo do confinamento e dia de saída do reformatório. A maioria das informações não eram preenchidas, para além dos dados mencionados a ficha era preenchida com registros periódicos, que visavam acompanhar o dito processo de *reeducação* que existia no Reformatório Krenak. No presente trabalho utilizo em específico a seguinte ficha individual.

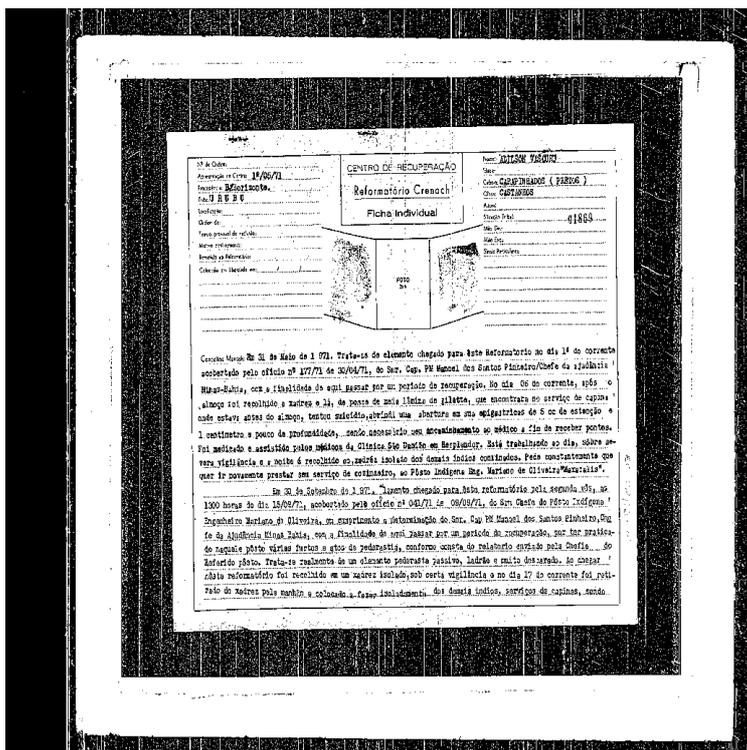


Figura 3
 Fonte: Arquivo do Museu do Índio, microfilme nº 306_01899

A ficha individual da figura três diz respeito ao confinamento do índio Adilson Vascuru, da etnia Urubu, Adilson foi confinado no dia 31 de maio de 1971, com a finalidade de passar por um período de recuperação. Na qual:

No dia 06 do corrente, após o almoço foi recolhido a xadrez e lá, de posse de meia lâmina de Gillette, que encontrara no serviço de capina onde estava antes do almoço, tentou suicídio, abrindo uma abertura em sua epigástrica de 5 cm de extensão e 1 cm e pouco de profundidade².

Neste ponto da análise utilizo como base o trabalho de Bruno Simões Gonçalves, intitulado “Parecer psicossocial da Violência contra os Povos Indígenas Brasileiros: o Caso Reformatório Krenak”, ele apresenta um parecer técnico psicológico sobre os efeitos da violação sofrida pelos índios no Reformatório Krenak, para construção de seu parecer ele utiliza a seguinte metodologia:

- a) Exame do processo judicial como um todo, identificando a presença de elementos que apontem para os impactos psicossociais nos indivíduos e no conjunto do povo Krenak.
- b) Levantamento de literatura científica: estudos sobre impactos psicossociais da violência política em suas diferentes expressões, com ênfase em comunidades rurais tradicionais, camponesas e indígenas e nos efeitos da violência própria das ditaduras latino-americanas.
- c) Duas viagens de campo à Terra Indígena Krenak, local onde funcionou o Reformatório. No total, as viagens somaram dez dias em campo. [...] Foram realizadas 23 entrevistas ao longo das duas viagens de campo. O conjunto de entrevistas realizadas nas duas viagens de campo soma aproximadamente 20 horas. Também foi examinado o conjunto de entrevistas realizadas pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em Minas Gerais como parte do processo. O conjunto das entrevistas soma aproximadamente 8 horas. (Gonçalves, 2017, p. 189)

O caso de Adilson demonstra o impacto da violência vivida pelos índios confinados entre o ano de 1969 até 1972, seu desejo de suicídio expõe a situação extrema de violação dos direitos humanos.

Esse impacto desencadeou um conjunto de efeitos psicossociais, que se expressam tanto na dimensão individual como na dimensão coletiva do modo de vida Krenak. Na dimensão individual, quatro casos emblemáticos explicitaram os danos psicológicos da violência sofrida. São casos de grave desintegração psicofísica, que explicitam a singularização dos efeitos da violência. Na dimensão coletiva, foram encontrados efeitos em duas dimensões: vida social recente e cultura tradicional. (Gonçalves, 2017, p. 190)

O cotidiano do Reformatório Krenak foi marcado por formas degradantes de tratamento, como a escassez de alimento, trabalho escravo, e a proibição de se comunicarem na língua nativa e de praticar elementos culturais de sua etnia.

2. Trecho extraído do microfilme referente a figura 3.

Como aponta a pedagoga Geralda Soares, ex-integrante do conselho Indigenista Missionário de Minas Gerais (CIMI/MG) “Muitos desses índios, na minha concepção, são presos políticos, na verdade eles estavam em uma luta justa, lutando pela terra”.

O Reformatório Krenak é uma grande expressão da relação da política indigenista com a repressão clandestina, principalmente pela característica de extremo sigilo das atividades ditas transformadoras do reformatório, do seu cotidiano e da violação aos direitos humanos.

Referências

- ARAÚJO, Rayane Barreto de. O Relatório Figueiredo e as violações dos direitos indígenas nas páginas do Jornal do Brasil (1965-1968). In: *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 12, nº 2, p. 213-250, jul./dez. 2018.
- BENÍTEZ, Carlos, A questão indígena sob a ditadura militar: do imaginário ao dominar. In: *Anuário antropológico*, Brasília, UnB, v. 43, nº 1, 2018.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- CORRÊA, José Gabriel S. A ordem de se preservar. (*Tese de Mestrado em Antropologia Social*) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.
- GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios Xavante (1937-1988)*. Tradução: Claudia Sant’Ana Martins - São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- GONÇALVES, B. S. *Parecer Psicossocial: Caso Reformatório Krenak, Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37, 2017.
- REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- RELATÓRIO DA COMISSÃO Nacional da Verdade, texto 5, Violações de direitos Humanos dos Povos Indígenas.
- RODRIGUES, M. B.; EITERER, E. Memórias indígenas na Ditadura: Cárceres e tortura no Reformatório Krenak. In: *VII Congresso Internacional de História*, 2015.
- SANTOS, Elias dos. A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990). In: *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v. 4, nº 2, dez. 2007.
- VENTURA, Juliana de S. As relações entre política indigenista e repressão política a indígenas em Minas Gerais durante a ditadura. In: *XXIX Simpósio Nacional de História*, 2016.

O deslocamento dos indígenas Warao em território brasileiro

Marina de Campos Pinheiro da Silveira*
Cynthia Soares Carneiro**

Introdução

Quando os primeiros indígenas de etnia Warao foram vistos nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, no Estado de Roraima, em 2014, não era possível imaginar que, em 2019, estes indígenas estariam distribuídos em áreas urbanas de quatro estados brasileiros: Estado de Roraima, Estado do Amazonas, Estado do Pará e Estado do Maranhão. De acordo com o censo venezuelano (Instituto Nacional de Estatística, 2015, p. 101), realizado em 2011, o povo indígena Warao é a segunda maior população indígena da Venezuela, com aproximadamente 49.000 indivíduos, e vivem na região do Delta do Rio Orinoco, principalmente no Estado de Delta Amacuro.

Ao contrário do que muitos acreditam, o território desse povo indígena não é transfronteiriço. A capital do Estado de Delta Amacuro, Tucupita, fica à, aproximadamente, 955km de Boa Vista, 1.731km de Manaus, 4.794km de Belém e 5.270km de São Luís do Maranhão, se o trajeto for feito por carro. Entretanto, o trajeto dos Warao para as cidades brasileiras não é feito de carro, de forma contínua. As longas distâncias percorridas pelas famílias indígenas são feitas por barco, ônibus ou carona e caminhada (Moreira e Camargo, 2017, p. 62). Portanto, é provável que a quilometragem, de fato, percorrida por esses migrantes indígenas seja ainda maior.

Durante as pesquisas de campo realizadas com os Warao, em 2017, o principal argumento dos indígenas para enfrentar os desafios envolvidos nos trajetos para as cidades brasileiras foi **a fome** (Moreira e Camargo, 2017, p. 15; Soneghetti, 2017, p. 16; Tarragó, 2017, p. 04).

Por se tratar de fluxo migratório recente, novo e indígena, o presente estudo tem como objetivo averiguar a adequada aplicação da legislação brasileira sobre o tema, por meio da análise de documentos elaborados por agentes públicos, relatório de entidades não governamentais e notícias de jornal.

* Mestranda na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP-USP). E-mail: marinasilveira@usp.br

** Doutora em Direito Internacional; professora de Direito Internacional do curso de graduação e Programa de Mestrado da FDRP-USP. E-mail: cynthia.carneiro@usp.br.

O deslocamento dos Warao nos estados brasileiros

Segundo os estudos sobre a etnia, os Warao e seus ancestrais ocupam o território na região do Delta do Rio Orinoco há, aproximadamente, 8.000 anos (García Castro, 2012 apud Ramos, Botelho e Tarragó, 2017). Durante sua história, eles passaram a ser reconhecidos por seus conhecimentos sobre embarcações, além de viverem da caça e da coleta (Frías, 2013 apud Ramos, Botelho e Tarragó, 2017). Porém, a maior parte das atividades de subsistência dos indígenas Warao foi inviabilizada devido às diversas intervenções sofridas no seu território, na região do Delta do Rio Orinoco, ao longo dos últimos séculos. Inicialmente, os indígenas Warao sofreram com as tentativas de inserção dos missionários no período colonial. Durante o século 20, esses indígenas sofreram com projetos desenvolvimentistas venezuelanos: entre 1920 e 1940, o governo introduziu o cultivo de “ocumo chino” na região; na década de 60, foi construído o dique-estrada no rio Manamo, que é um afluente do Rio Orinoco; e na década de 90, empreendimentos petrolíferos ocuparam a região (Ramos, Botelho e Tarragó, 2017, p. 03, 06 e 08/09).

Todas essas intervenções inviabilizaram a subsistência dos Warao em seu território durante o ano. Esse contexto os forçou a migrar para ambientes urbanos venezuelanos, com o objetivo de levantar recursos para sobrevivência.

A adaptação dos Warao aos ambientes urbanos não lhes retirou suas tradições e cultura próprias. Eles passaram a se deslocar sazonalmente para as cidades para exercer atividades de baixa remuneração e pedir dinheiro e comida nas ruas (Moreira e Camargo, 2017, p. 51-52).

Na divisão de trabalho familiar nos ambientes urbanos, as mulheres ficam responsáveis pelas atividades de coleta de recursos e repartição de alimentos e produtos entre os membros da família. No geral, elas exercem essa atividade, que reconhecem como um tipo de trabalho, com trajes típicos, coloridos, acompanhadas de seus filhos (Ramos, Botelho e Tarragó, 2017, p. 20). Entretanto, o agravamento da crise econômica e política na Venezuela, a partir de 2014, que se deu principalmente por causa da queda do valor do petróleo (Silva, 2018; Iela, 2019), impactou os ambientes urbanos e, por consequência, a arrecadação dos Warao, que se viram forçados a migrar para outras cidades além das fronteiras venezuelanas (Tarragó, 2017, p. 07).

Os indígenas Warao acessam o território brasileiro pela fronteira BV-8 (Brasil-Venezuela n. 8), assim como os imigrantes venezuelanos não-indígenas, localizada na cidade de Pacaraima, no Estado de Roraima, que fica à 15km da cidade venezuelana denominada Santa Elena de Uairén, capital do Município de Gran Sabana, no Estado Bolívar (Moreira e Camargo, 2017, p. 49). O fluxo migratório dos Warao no Brasil é pendular, assim como era na Venezuela. Inicialmente, os imigrantes Warao permaneciam nas cidades de Pacaraima e em Boa Vista, capital de Roraima, por serem as cidades mais próximas da fronteira venezuelana. Contudo, devido às condições

desfavoráveis dos abrigos nessas cidades, da ocorrência de deportações coletivas¹ e do aumento da xenofobia, em 2016, parte deles passou a se deslocar para a cidade de Manaus, no Estado do Amazonas (Soneghetti, 2017, p. 21) e, posteriormente, às cidades de Belém e Santarém, no Estado do Pará.

Os Warao em Manaus

Observou-se a presença de famílias indígenas de etnia Warao no final de 2016. A partir de dezembro deste mesmo ano, o município de Manaus, representado pela Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos (SEMMASDH), e o Estado do Amazonas, representado pela Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC) e Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), e a Fundação Estadual do Índio (FEI), passaram fazer reuniões interinstitucionais e intersetoriais, para acompanhar a situação dos indígenas Warao migrantes e discutir estratégias de atuação (Soneghetti, 2017, p. 33).

Como não existia abrigo destinado aos imigrantes em Manaus, alguns indígenas permaneceram em hotéis no centro da cidade; outros formaram um acampamento no terminal rodoviário localizado no bairro Flores; e outros alugaram casas na região central e em outros bairros (Soneghetti, 2017, p. 11).

Em abril de 2017, a SEJUSC contabilizou 318 indígenas Warao na cidade de Manaus, sendo que 86 deles estavam no acampamento e 232 estavam distribuídos em quatro casas no centro da cidade e uma no bairro Cidade Nova (Soneghetti, 2017, p. 13).

O não acolhimento dos imigrantes indígenas de forma adequada pelo poder público, tanto estadual, quanto municipal, tornou esses imigrantes ainda mais expostos à violência. Em maio de 2017, por exemplo, uma das casas que abrigavam sessenta indígenas Warao foi incendiada de forma criminosa. Na ocasião, o responsável pelo incêndio afirmou que os imigrantes não eram bem-vindos na cidade. A polícia auxiliou os indígenas durante a evacuação do imóvel, mas não lavrou boletim de ocorrência sobre o crime (Soneghetti, 2017, p. 13).

Nesse contexto, a partir de março de 2017, o Ministério Público Federal (MPF-AM) instaurou inquérito civil para apurar as medidas que estavam sendo tomadas pelo poder público na recepção dos Warao, que resultou no envio de Recomendação, de forma conjunta com a DPU, em maio de 2017, para diversas autoridades responsáveis pela recepção dos imigrantes², solicitando a tomada de medidas para uma acolhida a adequada (MPF-AM, 2017).

1. De 2014 a 2016, aproximadamente, 525 indígenas Warao foram deportados. As deportações coletivas foram interrompidas em dezembro de 2016, após a tentativa de deportação coletiva de 450 indígenas Warao, que foi evitada por decisão liminar proferida em *Habeas Corpus* impetrado pela Defensoria Pública da União de Roraima (TRF-1, 2016; Agência Brasil, 2016).

2. Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Estado do Amazonas, município de Manaus, Secretaria

No mesmo mês, o governo de Manaus emitiu decreto declarando situação de emergência social do município, devido a migração dos indígenas Warao, e dispensando a realização de licitação para a aquisição de bens e serviços necessários para implementação de Plano de Ação Intersetorial, para atendimento desses imigrantes (Manaus, 2017).

Após essas medidas foram criados abrigos para recepção dos imigrantes indígenas e não-indígenas venezuelanos. Em janeiro de 2018, existiam sete abrigos na cidade, sendo que dois eram destinados exclusivamente à recepção de indígenas: o Alfredo Nascimento e o Tarumã (Silva, 2018, p. 211).

Apesar da criação de abrigos, a deficiência de atendimento e a superlotação daqueles existentes na cidade de Manaus, fez com que muitos Warao mudassem de estratégia e optassem por não retornar à cidade (Moreira e Camargo, 2017, p. 68). Por outro lado, os abrigos Janokoida, na cidade de Pacaraima, e Pintolândia, em Boa Vista, também não têm estrutura para recepção de todos os Warao que migram para o Brasil. Por isso, os indígenas passaram a migrar para as cidades de Belém e Santarém, no Estado do Pará.

Os Warao em Belém

Observou-se a migração dos Warao para o Estado do Pará no segundo semestre de 2017. Entre julho e setembro de 2017, sessenta e dois indígenas chegaram na cidade de Belém, e instalaram-se na feira “ver-o-peso” (MPF-PA, 2017).

Após o nascimento de dois indígenas em solo brasileiro, o falecimento de uma criança de um ano, e a retirada de uma menor indígena de sua família pelo conselho tutelar, o MPF, juntamente com a DPU, enviou recomendação às autoridades responsáveis³, solicitando, dentre outras medidas, a disponibilização de abrigo adequado e exclusivo aos indígenas imigrantes; o fornecimento de alimentação e água potável; e assistência médica (MPF-PA, 2017).

Além da falta de abrigos, as autoridades paraenses proibiram as mães indígenas de pedirem dinheiro ou doações acompanhadas de seus filhos. Porém, ao mesmo tempo, o poder público não disponibilizava locais seguros para essas crianças (Barbosa, 2018).

Nesse contexto, em outubro de 2017, foi disponibilizado uma área no “Polo Pro-paz”, no Estádio Estadual “Jornalista Edgar Augusto Proença” (Mangueirão), para

de Estado de Segurança Pública, Comando da Polícia Militar do Estado do Amazonas, Delegacia Geral de Polícia Civil do Estado do Amazonas.

3. Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Desenvolvimento Social, Casa Civil da Governadora do Estado do Pará, Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos, Secretária de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, Prefeito de Belém, Presidente da FUNPAPA, Fundação Nacional do Índio e FUNAI em Belém (MPF-PA, 2017).

acolhimento de setenta e sete indígenas. Porém, esses indígenas acabaram deixando o local no dia seguinte.

Em maio de 2018, os Warao estavam abrigados na Casa de Passagem ao Migrante em Trânsito (unidade “Domingos Salim Jacob Zaluth”), no bairro do Marco, com capacidade para receber noventa pessoas (Comissão Interinstitucional-Educação, 2018).

Diante do alto número de migrantes indígenas em situação de rua, foi realizada reunião geral com 320 indígenas para debates sobre políticas de acolhimento e integração, para consolidação de Plano Municipal para o Acolhimento e a Integração de Refugiados da Etnia Warao em outubro de 2018 (PMAIR/Belém-PA; MP PA, 2018).

Quando este plano de ação foi consolidado, existiam aproximadamente 278 (duzentos e setenta e oito) indígenas Warao em Belém: 70 (setenta) estavam no abrigo e 208 (duzentos e oito) estavam em situação de rua (FUNPAPA, 2018).

Dentre as medidas tomadas pela Prefeitura de Belém, nesse mesmo momento, destaca-se a disponibilização da primeira casa de autogestão para abrigamento dos Warao, no bairro Marco. Na casa eram oferecidos alimentos, produtos básicos de higiene, atendimentos de saúde e educação. O objetivo do PMAIR/Belém-PA é a disponibilização de três casas de autogestão, onde os Warao terão autonomia e independência dos seus moradores (Mesquita, 2018).

Além disso, com o apoio do MPF-PA, foi realizada, em outubro de 2018, a consulta prévia, livre e informada com os indígenas Warao que estavam em Belém, em conformidade com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o objetivo de desenvolver políticas públicas para atendimento dos direitos indígenas ao abrigo, assistência humanitária, educação, vacinação, saúde em geral, saúde bucal, saúde da mulher, saúde da criança, alimentação adequada, nutrição, entre outras demandas (MPF-PA, 2018).

Porém, as medidas tomadas pela Prefeitura de Belém, representada pela Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), não foram suficientes para uma adequada acolhida dos Warao em Belém, devido ao crescente aumento desses imigrantes na cidade.

Em fevereiro de 2019, uma criança de etnia Warao, de 3 anos, que estava vivendo em um galpão faleceu de pneumonia (Amazônia, 2019). Além disso, nos meses seguintes observou-se o aumento dos indígenas nas ruas de Belém, o que levou a proposição de uma ação judicial pelo MPF-PA para que União determinasse o financiamento do atendimento aos venezuelanos; foi igualmente firmado um compromisso entre o MPF-PA, DPU, Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE), o governo do Estado do Pará, o município de Belém e FUNPAPA, para assistência humanitária dos imigrantes (Racismo Ambiental, 2019).

Enquanto essas medidas estão sendo tomadas pelas autoridades, já se tem notícias de alguns migrantes Warao vivendo na cidade de São Luís, no estado do Maranhão (Martins, 2019), indicando que seu deslocamento pelo território brasileiro tem se alargado.

Conclusão

A dinâmica dos imigrantes Warao em território brasileiro demonstra que, apesar de terem construído novas formas de sobrevivência nos ambientes urbanos, os indígenas mantiveram suas tradições e cultura nômade.

O movimento pendular dos Warao tem como objetivo levantar recursos para sua sobrevivência e preservar seu território originário, para o qual sempre retornam levando recursos para os que ali permaneceram. A maioria deles não tem intenção de se fixar nos ambientes urbanos, tanto venezuelanos, quanto brasileiros.

Eles representam um número pequeno de migrantes se comparados com os migrantes venezuelanos não-indígenas, o que faz com que os poderes públicos recepcionem os Warao da mesma forma que recepcionam os demais venezuelanos, desconsiderando suas especificidades.

A partir da análise das medidas tomadas nos estados brasileiros em que se encontram, constata-se que não foram observadas as características próprias desse fluxo migratório e os direitos especiais desses migrantes indígenas, o que é essencial para sua adequada recepção e garantia de seus direitos.

Diferentemente dos indígenas Warao, a maioria dos migrantes não-indígenas migram com o objetivo de permanecer em solo brasileiro, ao menos até o reestabelecimento da economia venezuelana. Por isso, as políticas públicas voltadas para esses migrantes são inadequadas para os Warao.

A diferença entre esses fluxos migratórios havia sido considerada na nova Lei de Migração, sancionada em 2017, que previa o direito de livre circulação de povos indígenas no texto original da referida lei. No entanto o dispositivo foi vetado pelo presidente Michel Temer (§2º, artigo 1º, da Lei nº 13.445/2017) (Brasil, 2017).

Por outro lado, apesar de existirem posicionamentos que entendam ser possível o reconhecimento dos Warao como refugiados, com fundamento na Lei do Refúgio (Lei nº 9.474/1997), esses migrantes não têm intenção de permanecer por longos períodos ininterruptos no Brasil, o que não os enquadra na categoria de refugiados (Brasil, 1997). Na realidade, não existe, ainda, uma categoria jurídica em que se enquadrem os migrantes Warao. Por isso, para que seja possível garantir seus direitos, os representantes da União e dos estados brasileiros devem observar as normas nacionais e internacionais sobre migração internacional de forma sistemática bem como as normas nacionais e internacionais sobre direitos dos povos indígenas.

Referências

- AGÊNCIA BRASIL. *Justiça Federal suspende deportação de venezuelanos*. Retirado de: <http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-12/justica-federal-suspende-deportacao-de-venezuelanos>, 13.12.2016.
- AMAZÔNIA NOTÍCIA E INFORMAÇÃO. *Criança venezuelana Warao morre desnutrida e com pneumonia, em Belém*. Disponível em: <http://amazonia.org.br/2019/02/crianca-venezuelana-warao-morre-desnutrida-e-com-pneumonia-em-belem/> 25.02.2019.
- BARBOSA, Catarina. *Migrante cidadão: a sobrevivência dos Warao em Belém e Santarém*. Amazonia Real. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/migrante-cidadao-sobrevivencia-dos-warao-em-belem-e-santarem/> 14.03.2018.
- BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm
- BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13445.htm
- COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL – EDUCAÇÃO. Projeto de educação Kuarika Naruki. Belém, 2018.
- FUNPAPA. Plano para Atendimento Intersetorial, de Natureza Socioassistencial e Integração de Refugiados Venezuelanos da Etnia Warao na Cidade de Belém, em parceria com o Estado do Pará e a União Federal, 18.10.2018.
- IELA. *Sobre a Venezuela*. Disponível em: <http://iela.ufsc.br/noticia/sobre-venezuela>, 12.02.2019.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA: Censo Nacional de Población y Vivienda 2011 Empadronamiento de la Población Indígena – Caracas, Venezuela, 2015.
- MANAUS, Decreto n.º 3698 de 12 de maio de 2017, Município de Manaus, 2017.
- MARTINS, Samartony. “Governo está preocupado com fluxo migratório de venezuelanos na ilha”, 09.05.2019. O Imparcial. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2019/05/governo-esta-preocupado-com-fluxo-migratorio-de-venezuelanos-na-ilha/>
- MESQUITA, Dedé. *Prefeitura de Belém entrega o primeiro abrigo para refugiados da etnia Warao*. Agência Belém. Disponível em: <http://agenciabelem.com.br/Noticia/176178/prefeitura-de-belem-entrega-o-primeiro-abrigo-para-refugiados-da-etnia-warao>, 19.10.2018.

- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DO AMAZONAS (MPF-AM). Recomendação Legal nº 05/2017 – 5º Ofício/PR/AM, 09 de maio de 2017.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DO PARÁ (MPF-PA). Recomendação nº 041/2017, 27.09.2017. Ementa: Índios. Warao. Migração. Venezuela. Abrigo, alimentação e assistência humanitária em Belém/PA. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2017/recomendacao_assistencia_humanitaria_warao_belem_pa.pdf
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DO PARÁ (MPF-PA). *Indígenas venezuelanos em Belém (PA) discutem como devem ser consultados sobre políticas de acolhimento*. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/indigenas-venezuelanos-em-belem-pa-discutem-como-devem-ser-consultados-sobre-politicas-de-acolhimento>, 08.10.2018.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARA (MP PA). Boletim Informativo de outubro de 2018. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/14/Boletim%20Informativo%20CAOIJ%20-%202018%20-%2010%20Outubro.pdf>
- MOREIRA, Elaine; CAMARGO, Júlia. “Capítulo 3 Pesquisa Qualitativa”; SIMÕES, Gustavo da Frota, SILVA, Leonardo Cavalcanti, OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. “Apresentação”. Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil. Gustavo da Frota Simões (organizador). Curitiba: CVR, p. 49/81, 2017.
- RACISMO AMBIENTAL. *Justiça é demandada a obrigar a União a financiar atendimento a indígenas venezuelanos em Belém (PA)*. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2019/05/17/justica-e-demandada-a-obrigar-a-uniao-a-financiar-atendimento-a-indigenas-venezuelanos-em-belem-pa/> 17.05.2019.
- RAMOS, Luciana, BOTELHO, Emília e TARRAGÓ, Eduardo. Parecer Técnico/ SEAP/ 6ª CCR/ PFDC nº 208/2017, de 14 de março de 2017. Sobre a situação dos indígenas da etnia Warao, da região do delta do Orinoco, nas cidades de Boa Vista e Pacaraima. Brasília: Ministério Público Federal/Procuradoria Geral da República, 2017.
- SILVA, Camila Rodrigues da. “Migração de venezuelanos para São Paulo: reflexões iniciais a partir de uma análise qualitativa” (356-367). Em: Rosana Baeninger; Lúcia Machado Bógus; Júlia Bertino Moreira; Luís Renato Vedovato; Duval Fernandes; Marta Rovey de Souza; Cláudia Siqueira Baltar; Roberta Guimarães Peres; Tatiana Chang Waldman; Luís Felipe Aires Magalhães (Organizadores). Migrações Sul-Sul. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição).

O deslocamento dos indígenas Warao em território brasileiro

SILVA, Sidney Antonio da. Políticas de abrigo a imigrantes venezuelanos em Boa Vista e Manaus: algumas indagações. Migrações Venezuelanas. Rosana Baeninger e João Carlos Jaroshinski Silva (Coordenadores). Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Bequó” – Nepo/Unicamp, 2018.

SONEGHETTI, Pedro Moutinho Costa. Parecer Técnico nº 10/2017 – SP/MANAUS/SEAP, de 30 de maio de 2017. Parecer Técnico acerca da situação dos indígenas da etnia Warao na cidade de Manaus, provenientes da região do delta do Orinoco, na Venezuela. Manaus: Ministério Público Federal/Procuradoria Geral da República, 2017.

TRF-1. Habeas Corpus nº 6447-87.2016.4.01.4200. 4ª Vara Federal. Paciente: coletividade de venezuelanos. Impetrado: Superintendente Delegado de Polícia Federal/RR. Impetrante: Defensoria Pública da União. 09.12.2016.

Novas e velhas mobilidades na América Latina: o caso *Warao* na região norte do Brasil

Ela Wiecko V. de Castilho*
Elaine Moreira**

O fluxo migratório *Warao*

Já se passaram cinco anos das primeiras notícias sobre a presença de indígenas venezuelanos no estado de Roraima. Os primeiros *Warao* chegaram a Boa Vista em 2014, ano em que 33 deles, em situação de rua, foram deportados pela Polícia Federal (Soneghetti, 2017, p. 9). A presença desses indígenas no Brasil constituiu uma novidade incômoda. Nada se sabia sobre eles. As primeiras análises afirmavam que eram do povo *Ingaricó*, de língua Caribe, que vivem na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, na sua maioria, ainda falantes de sua língua materna.

Após uma tentativa de deportação coletiva de cerca de 450 venezuelanos, entre eles indígenas e crianças, em dezembro de 2016, o Estado Brasileiro se viu obrigado a conhecer melhor a questão. Já era evidente nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, o aumento do fluxo migratório indígena. A tentativa de deportação foi um divisor de águas na história da presença dos *Warao* no Brasil. As autoridades e a sociedade civil passam então a manter, de um lado, uma vigilância, em particular pelo fato de as mulheres perambularem nas ruas com suas crianças, e por outro lado, a buscar outras soluções para eles que não fosse a deportação.

O Ministério Público Federal foi o primeiro órgão estatal a buscar informações sobre quem eram afinal aquelas pessoas. Deste esforço, temos o primeiro parecer técnico elaborado por antropólogas do MPF (Botelho *et al.*, 2017). Em seguida um outro é realizado com foco em Manaus (Soneghetti, 2017) onde já se registrava a presença de indígenas no fluxo migratório. Tornou-se conhecido publicamente quem eram os *Warao* e de onde vinham.

Os *Warao*, que na sua língua nativa significa povo da canoa, vêm da região do Delta Orinoco, contabilizando quase 50.000 pessoas, segundo os dados de censo demográfico de 2012. Constituem a segunda maior etnia da Venezuela. Apesar de

* Doutora em Direito. Faculdade de Direito da UnB. E-mail: wiecko@unb.br

** Doutora em Antropologia. Departamento de Estudos Latino-Americanos ICS/UnB. E-mail: elainemoreiralau@gmail.com

uma história de contato de cinco séculos, mantiveram sua língua materna. Desde os anos 1960, seu território, embora protegido pela legislação ambiental venezuelana, sofreu intervenções externas de exploração de petróleo e da construção da barragem no rio Manamo, com impactos ambientais diretos nos canais do delta, onde a salinização da água e do solo trouxeram consequências negativas para as atividades tradicionais de subsistência dos *Warao*, assim como para o acesso a recursos naturais, especialmente pescados. Também é conhecido o fato de terem convivido em seu território, por décadas, com a exploração externa de seus recursos madeireiros, que declinou apenas na década de 1990. Neste último período os *Warao* enfrentaram uma epidemia de cólera, que ocasionou grandes perdas entre seus parentes. Elas ainda estão bem presentes na memória deste povo. Fazer algo para enfrentar a penúria de alimentos e a escassez de medicamentos hoje registrada na Venezuela, para os *Warao*, pode ser entendido como uma continuidade de estratégias de resistência, busca de alternativas e soluções, que marcaram sua ação nos tempos do cólera, quando esta população foi afetada cerca de 30% a mais que o restante da população venezuelana.

Este povo não pertence a nenhuma das diversas etnias presentes em Roraima, nem tem relações de parentesco com elas.

Ao mesmo tempo em que as autoridades locais e federais se inteiravam das informações, iniciou-se uma política de abrigamento na cidade de Boa Vista. Em um estádio de esportes, precário, localizado na periferia da cidade, foram abrigados, em um primeiro momento, indígenas e não indígenas. As organizações não governamentais, religiosas ou laicas e agências do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), se fazem presentes, desde a primeira audiência pública organizada em março de 2017, pelo MPF. Buscou-se a partir daí condições mínimas de regularização da situação das pessoas, atendimento à saúde, alimentação e educação, além de responsabilização dos atores locais, em nível dos governos municipal, estadual e federal, acerca de suas obrigações.

Nesse mesmo ano, em meio a controvérsia sobre o número de venezuelanos em Roraima, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), juntamente com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), realizaram uma primeira pesquisa que abordava o perfil sociodemográfico e laboral dos venezuelanos e os dados sobre a presença indígena neste fluxo (Simões, 2017). A pesquisa registra a presença da população indígena em Boa Vista em abrigo e em situação de rua; em Pacaraima, apenas em situação de rua. Também registra a presença nas duas cidades, dos *Eñepa*, povo de língua Caribe, vindos da Venezuela. No final de 2017, havia abrigos indígenas nas cidades de Manaus, Boa Vista e Pacaraima. Por sua vez, um parecer técnico do MPF (2018), registra igualmente a presença dos *Warao* em Santarém, Belém, Manaus, Boa Vista e Pacaraima, com diferentes modelos e políticas de abrigamento.

O governo de Roraima criou um Gabinete Integrado de Gestão Migratória. Desde o início da política de abrigos para migrantes, conta com a presença e o apoio da organização não-governamental Fraternidade Humanitária Internacional.

Em março de 2018, o tema se federalizou e a migração passa a ser gerenciada pela Missão Militar Acolhida. Com recursos federais a presença dos migrantes venezuelanos, ganha um outro desenho, diversos abrigos foram organizados, e se inicia uma política de interiorização de famílias. Há pontos de acolhida daqueles que chegam em Pacaraima, assim como na Rodoviária Internacional de Boa Vista. A presença de militares se faz sentir na capital e em Pacaraima. Além das agências do sistema ONU, é cada vez maior a presença de uma diversificada rede de organizações não governamentais, nacionais e internacionais.

Os *Warao* estão em pelo menos três estados brasileiros: Roraima, Amazonas e Pará. Atualmente atingem um número em torno de 2.500-3.000 pessoas, assim distribuídas: em Boa Vista são cerca de 600 no primeiro abrigo indígena; e em um outro 180; em Pacaraima, o abrigo conta com cerca de 480 pessoas, mas registra-se a presença nas ruas de novos indígenas, que supõe-se chegam a 200 pessoas; em Belém, segundo a Caritas cerca de 700, e em Santarém, cerca de 300. Em Manaus, em 2018, se encontravam cerca de 300 *Warao*. Assim, podemos afirmar que a presença *Warao* mais que dobrou em um ano. Durante cerca de três anos sua presença oscilava entre 1.200 e 1.500 pessoas. Os abrigos se mostram insuficientes para acolhê-los. Recentemente, os *Warao* chegaram em São Luiz. O fato foi reconhecido pelo governo do Maranhão (2019) que noticiou medidas emergenciais no sentido de assegurar moradia, alimentação, e assistência social para um grupo de 30 pessoas, entre elas 16 crianças e uma gestante.

Abaixo o mapa ilustra a circulação dos Warao:

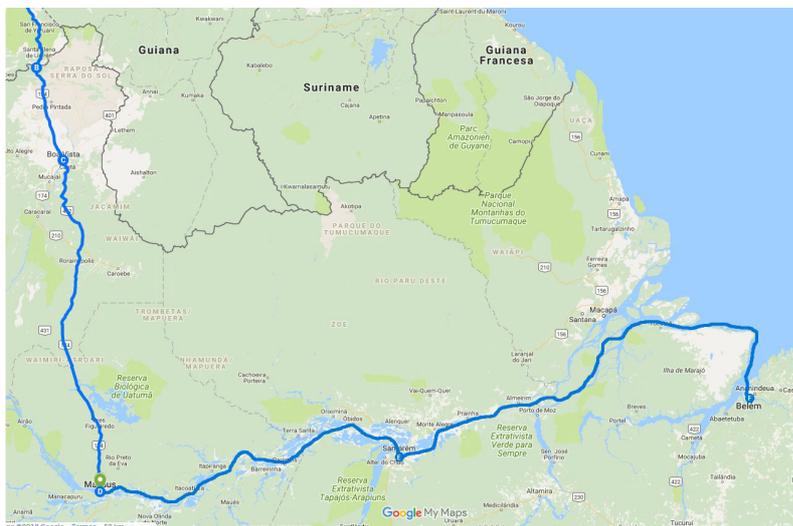


Figura 1: Mapa do trajeto dos indígenas Warao entre a Venezuela e as cidades de Pacaraima (B), Boa Vista (C), Manaus (D), Santarém (E) e Belém (F). Fonte: GoogleMaps (Relatório MPF-RR,Am,PA,2018).

O fechamento da fronteira do Brasil em Roraima, entre fevereiro e maio deste ano (G1, 2019) pode ter frustrado o fluxo da mobilidade *Warao*, e embora tenhamos os números dos cadastros dos abrigos, sabemos ainda pouco da sua mobilidade e de suas redes, entre os canais do Delta Amacuro e os municípios de Tucupita e Antônio Dias. Certo é que o ir e vir nunca cessou, e que o artesanato ainda parece ser a fonte mais importante de renda de diferentes redes familiares dos *Warao*.

A principal fonte de recursos que os *Warao* encontraram foi a mendicância praticada pelas mulheres acompanhadas de crianças nas ruas das cidades, o que fez com que os homens tivessem que desempenhar algumas das funções tradicionalmente exercidas pelas mulheres na organização tradicional do grupo, como o preparo dos alimentos e demais atividades domésticas. A princípio, a produção de artesanato para venda nas cidades também era uma alternativa de sustento, mas a principal matéria-prima utilizada por eles, a fibra de buriti, só pode ser extraída no Brasil com autorização do Ibama, o que criou um grande impedimento à atividade). Isso traz implicações econômicas e afeta de forma muito grave a sua dieta tradicional e dificulta o acesso a um recurso natural de grande importância espiritual. O uso das crianças na atividade de mendicância é um ponto de tensão entre o Estado brasileiro e os indígenas. Para os *Warao*, a presença das crianças com as mães nas ruas não constitui uma forma de exploração ou abuso, mas uma forma de contribuir com o sustento da comunidade. A atuação de

órgãos estatais gerou o temor de que as crianças fossem retiradas das famílias e levou-as a fugir das unidades de saúde (Souza, 2018, p. 89).

É importante ainda mencionar os *Eñape*. Na Venezuela sua população alcança perto de 4.000 pessoas. No Brasil, com cerca de 150 pessoas, têm em comum com os *Warao* a vivência nas ruas das cidades de Pacaraima e Boa Vista, e em seguida o abrigo. Procuram vender seus artesanatos, redes e cestaria *Warao*, flautas e arco e flecha *Eñape/Panare*. Embora a antropologia registre os *Eñape/Panare* igualmente como produtores de cestaria, há uma divisão sobre os tipos de objetos a serem comercializados nos centros urbanos brasileiros. A relação dessas populações com as cidades tem histórias diferentes e nos reporta a violações de direitos e a grandes empreendimentos em seus territórios, como barragem, exploração de madeira, invasão de terras por não indígenas, epidemias como a cólera e outras que afetaram profundamente seus territórios tradicionais e sua organização social.

Os *Warao*, em mobilidade pelos grandes centros, como Caracas, Valencia e outras cidades, sofreram a reação do governo nos anos 1990, tendo sido retirados dos centros urbanos e trazidos de volta à região do Delta. Isso não impediu o retorno para a comercialização de artesanato. Os municípios de Tucupita e Antônio Dias, no Delta, também contam com uma população *Warao* de forma mais permanente nas periferias e centros urbanos.

Os povos *Macuxi*, *Wapichana*, *Ingarico*, *Patamona*, *Taurepang*, *Ye'kuana* e *Yanomami*, todos presentes no estado de Roraima, contam com parte de sua população em outros estados nacionais, entre eles, a Venezuela e a República Federativa da Guayana, dado conhecido desde os primeiros marcos de fronteiras nacionais. Claro que eles todos vivem em países diferentes, o que lhes enseja características próprias, possuem uma segunda língua, que pode ser o português, o inglês ou o espanhol, e atuam em seus contextos nacionais de reivindicações por seus direitos como povos originários. Contudo, isto não impede a circulação destas pessoas em suas redes de parentesco, na busca por melhores condições de vida e saúde frente a grandes problemas que enfrentam em seus países. A novidade colocada pelos *Warao*, foi justamente o uso não da rede de parentes em outro país, mas a sua expertise de circulação em espaços urbanos para o comércio de seus artesanatos. Isto comporta a circulação em grupos familiares, com mulheres, crianças e homens, maridos irmãos ou tios, que acompanham as mulheres e negociam a presença em espaços urbanos (ruas, praças, mercados), pessoas que permanecem com seus objetos e pertences, enquanto outras circulam para venda de artesanato ou mendicância.

Vale lembrar que este fenômeno, não é único no Brasil, a migração boliviana, embora não sendo reconhecida seu pertencimento étnico, ganhou em espaços públicos de São Paulo manifestações culturais, que passam da culinária, música e plantas tradicionais (Solimeo, 2018). No trabalho realizado pela OIM é citado o caso dos migrantes da Guatemala. Vejamos:

De acordo com um dos poucos estudos publicados sobre o tema, em 2008, entre os grupos indígenas migrantes mais famosos estão os Maya, da Guatemala, que tiveram que deixar o país durante a guerra civil na América Central e se estabeleceram na América do Norte; assim como os P'urepecha, do México, que foram para os Estados Unidos ainda na década de 1960 contratados por um programa de trabalho temporário de agricultura que, depois, abarcou indígenas de vários outros povos. Na América Latina, verifica-se situação similar com os Quéchuas, do Peru, que alcançaram diversos países europeus, onde frequentemente são encontrados em estações de metrô tocando suas músicas tradicionais; e os Otavalo, do Equador, que migraram para Colômbia, Chile, Argentina e Brasil buscando melhores oportunidades econômicas (OIM p.23).

[...]

De acordo com estudos sobre migrações internacionais indígenas, de um modo geral, no mundo, a migração opera como uma forma de complementar a renda e dar melhores oportunidades aos filhos e familiares, que tendem a ficar no país de origem. Contudo, no caso de grupos perseguidos, sem Estado, ou afetados em seus territórios por degradação ambiental – e, cada vez mais, por mudanças climáticas –, acontece de famílias inteiras buscarem abrigo temporário e emprego informal ou subemprego nos locais de destino de sua migração (OIM, p. 24).

O abrigo como resposta

Se, no início, a presença dos indígenas no fluxo migratório ganhou destaque, aos poucos foi ganhando invisibilidade. Nas palavras de Souza (2018, p. 91), o Centro de Referência ao Imigrante, em Boa Vista “tem se mostrado muito mais uma forma de “esconder” os indígenas, tirando-os da vista da população local, do que de fato um local de acolhimento e garantia de direitos básicos dessas pessoas”.

Apesar dos anos que se passaram desde a primeira audiência pública, a única política permanente do Estado Brasileiro até o momento se limita ao abrigamento e em condições precárias. Cabe lembrar que os pareceres técnicos do Ministério Público Federal ressaltam a necessidade de incluir políticas de apoio aos indígenas e melhores condições de abrigamento, tanto do ponto de vista sanitário, mas sobretudo do ponto de vista da sua própria organização social.

As políticas para os indígenas, em Roraima, se reduzem a dois abrigos e ao que cada um deles consegue oferecer em termos de atenção básica à saúde, alimentação e de algumas iniciativas para a comercialização do artesanato.

Uma vez nos abrigos, os indígenas possuem sua rotina organizada, seus corpos são identificados, com uma carteira com foto, nome da etnia e nome do abrigo, e a documentação do pedido do visto humanitário é providenciada. Os horários de entrada e saída são estipulados, os alimentos distribuídos por número de familiares, são cozidos e preparados por eles próprios. A lenha em Pacaraima fica a cargo das mulheres.

O controle da circulação dessas pessoas iniciou antes da presença militar nos abrigos. Os militares trouxeram a reestruturação dos abrigos, a terraplanagem, a instalação de banheiros e espaços externos para os fogos de cozinha, a instalação de barracas do tipo campo de refugiados e a distribuição garantida de alimentos. Mas também tornaram o controle maior.

Os militares alegam colaborar com os funcionários permanentes das agências internacionais nos abrigos, e com a Fraternidade Internacional. Na entrada dos abrigos três militares se revezam. Visitas e contatos diretamente com os indígenas precisam de autorização e agendamento. No caso de pesquisa, o ACNUR distribui um formulário no qual deve ser indicado o tema e se há autorização de um comitê de ética.

O regime disciplinar no abrigo inclui regras de horários de entrada e saída de pessoas, cooperação na limpeza dos espaços coletivos, proibição de uso de álcool e substâncias ilícitas, expulsão em caso de agressões e brigas. Nesse último caso, em geral a expulsão atinge a famílias inteira. Particularmente no caso dos indígenas, significa coloca-los em situação de rua. Esta realidade desnuda a fragilidade da política de acolhimento nos abrigos. Nesses espaços superlotados com interferência de todo o tipo, impossível a resolução de conflitos por mecanismos internos da tradição *Warao*. E, uma vez expulsos, é como se não existissem. Ficam excluídos de qualquer política de acolhimento.

Se no início do fluxo migratório as pessoas e os objetos circulavam numa lógica dos *Warao*, hoje eles enfrentam um controle maior, seja na venda do artesanato, seja nas iniciativas de mendicância nas ruas. Frente às ações de “educá-los” para saírem da posição de supostos “pedintes”, precisam negociar com as novas lógicas de socialização e vida nos abrigos oferecidos pelo Estado brasileiro.

Nos abrigos, seus espaços domésticos, de intimidade, suas formas de divisão social do trabalho, tudo está sob o comando de uma gestão administrativa que visa o controle dos seus corpos.

O controle migratório, direitos e deveres

Independentemente de sua condição étnica os *Warao* não são nacionais do Brasil, mas venezuelanos, estando na mesma condição que um alemão, um argentino ou um australiano que desejar adentrar o território do Brasil. Para entrar e permanecer no país todos os não nacionais estão sujeitos a controles, estabelecidos em lei e normas complementares. Quando os *Warao* passaram a vir a Roraima, em 2014, vigorava a Lei nº 6.815, de 1980, conhecida como Estatuto do Estrangeiro, que foi revogada pela Lei nº 13.445, de 2017, chamada de Lei da Migração e que entrou em vigor, em 20/11/2017. Também vigorava e ainda vigora a Lei nº 9.474, de 1997, que define o Estatuto dos Refugiados. Esta lei reconhece como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

[...];

III – devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Essa lei é aplicável aos *Warao*. O não nacional poderá solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira, a qual lhe proporcionará as informações necessárias quanto ao procedimento cabível. Ou mesmo depois e ainda que o ingresso tenha sido irregular. Compete ao Comitê Nacional dos Refugiados (CONARE), órgão do Ministério da Justiça, analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado. O refugiado terá direito a cédula de identidade comprobatória de sua condição jurídica, carteira de trabalho e documento de viagem.

Na prática e, principalmente, nas situações de um fluxo migratório grande e continuado, essa alternativa jurídica não é apresentada ou estimulada. E ela, na verdade, não atende a especificidade da demanda dos *Warao*. Refugiados ou solicitantes de refúgio não podem voltar ao país de origem, sob pena da perda desses status jurídico, que pressupõe algum tipo de perseguição. Ora, os *Warao* não querem se deslocar definitivamente para o Brasil. Vêm para vender artesanato e exercer algum trabalho remunerado e depois retornar para auxiliar os parentes na Venezuela.

Estudo da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2018) afirma que, no fluxo entre a República Bolivariana da Venezuela e o Brasil, os venezuelanos imigrantes, indígenas ou não, vêm se regularizando de duas maneiras: mediante pedido de refúgio ou de residência temporária. Observa que os indígenas, em geral, enfrentam três problemas de documentação: a) ausência de qualquer documentação pessoal, seja passaporte ou registro de nascimento; b) documento de identidade sem indicação de filiação; c) crianças nascidas no Brasil e não registradas por falta de documentação venezuelana ou brasileira dos pais.

Na vigência do Estatuto do Estrangeiro, a única possibilidade legal era o visto de turista, concedido ao estrangeiro que viesse ao Brasil em caráter recreativo ou de visita, assim considerado aquele que não tenha finalidade imigratória, nem intuito de exercício de atividade remunerada.

A Lei de Migração¹ é uma lei afinada com as convenções e declarações internacionais sobre migração, que abandona a perspectiva prevalente da segurança nacional ou da securitização em favor da perspectiva de direitos humanos universais. A categoria estrangeiro foi substituída pelas categorias migrante e visitante.

Partes da lei foram objeto de veto pelo Presidente da República. Foi vetado o §2º do art. 1º: “São plenamente garantidos os direitos originários dos povos indígenas e das populações tradicionais, em especial o direito à livre circulação em terras tradicionalmente ocupadas”. Segundo o veto, o dispositivo afronta normas da Constituição, que impõem a defesa do território nacional como elemento de soberania. Anteriormente não havia regra expressa e uniforme sobre a entrada e saída de indígenas pelas fronteiras, de modo que o veto chamou atenção para esse fato, e o fenômeno, que ocorria com certa tranquilidade, pois há vários povos indígenas que habitam o território brasileiro e de países fronteiriços, passou a ser visto como algo que precisa ser regulado.

No caso dos *Warao* o veto não representou um prejuízo direto, pois não são considerados indígenas transfronteiriços. Não têm seus territórios inseridos na jurisdição do Brasil e dos países vizinhos (OIM, 2018, p.113).

Paradoxalmente, a lei foi aprovada num momento da conjuntura política nacional em que se iniciou o retrocesso das políticas públicas para os direitos humanos e ao mesmo tempo eclodiu a onda de migração na fronteira com a Venezuela, incluindo expressivo contingente indígena.

A partir de novembro de 2017, a entrada dos *Warao* no Brasil encontra amparo na categoria imigrante com visto temporário para acolhida humanitária ou para reunião familiar. O primeiro tipo de visto, conforme o art. 14, §3º da lei, tem previsão para o:

1. Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante.

§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - (VETADO);

II - imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil;

III - emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior;

IV - residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho;

V - visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional;

VI - apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22/5/2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro.

§ 2º (VETADO).

Apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou em outras hipóteses, na forma de regulamento.

O segundo tipo prevê 8 hipóteses. Provavelmente para os *Warao* interessam as hipóteses de cônjuge ou companheiro/a, ascendente ou descendente até o segundo grau de imigrante beneficiário/a de autorização de residência.

Ampara-os também o art. 113, §3º da Lei de Migração, segundo o qual:

não serão cobrados taxas e emolumentos consulares para a concessão de vistos ou para a obtenção de documentos para regularização migratória aos integrantes de grupos vulneráveis e indivíduos em condição de hipossuficiência econômica.

Cabe lembrar que o Relatório da ONU sobre a Promoção e a Proteção dos Direitos Humanos de Migrantes no Contexto de Grandes Movimentos (2016), ao tratar da vulnerabilidade de grupos migrantes oferece uma definição que abarca a situação de povos, famílias ou pessoas indígenas.

Importante notar que, de 2014 a 2017, como estrangeiros ou refugiados, depois como migrantes ou refugiados, e mesmo após essa data, os *Warao* e quaisquer outros não nacionais residentes no Brasil, mesmo indocumentados, desde outubro de 1988 podem invocar os direitos fundamentais estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil (CF) e em tratados internacionais de direitos humanos.

Dispõe o art. 5º, caput, da CF que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...]”. E no §2º afirma que “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”.

Essas normas foram acionadas, por exemplo, em dezembro de 2016, quando da tentativa de deportação coletiva de 450 migrantes venezuelanos, entre eles indígenas e crianças. A Defensoria Pública da União (DPU) impetrou o Habeas Corpus n. 0006447-87.2016.4.01.4200, no qual foi deferida antecipação de tutela. A sentença confirmou a tutela antecipatória. Um dos fundamentos foi a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) que, em seu artigo 22.9 veda a expulsão coletiva de estrangeiros (OIM, 2018, p. 106).

Um tratado que é de grande relevância para o *Warao* e outros indígenas que ingressam no Brasil é a Convenção n. 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, cujo texto foi aprovado pelo Decreto Legislativo n. 143, de 20/6/2002 e promulgado pelo Decreto Presidencial nº 5.051, de 19/4/2004. Não há como colocar em dúvida que os *Warao* sejam indígenas. Atendem aos requisitos postos no art. 1º, b, pois: “

descendem de populações que habitavam o país (Venezuela) ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas”.

Estando eles no Brasil, de forma temporária ou permanente, aplica-se-lhes as normas dessa Convenção, bem como de outros tratados de direitos humanos que fazem referências a povos indígenas. Igualmente aplica-se-lhes a legislação brasileira direcionada aos indígenas nacionais, no que couber. Há um grande conjunto de normas que dizem respeito ao direito à educação, à saúde, à assistência social, à moradia e à alimentação diferenciadas, decorrentes do art. 231 da Constituição Federal que reconhece aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.

André Pereira (2019) defende que, apesar de os Warao não terem terra tradicionalmente ocupada no Brasil, isto não impede o exercício dos demais direitos, já que estes não são condicionados ao *locus* físico. E observa que a Lei nº 5.371/67, que criou a Fundação Nacional do Índio, e o Decreto nº 9.010/2017, que a regulamenta, não restringem sua atuação a índios brasileiros ou transfronteiriços.

Acerca dos abrigos, afirma serem uma solução paliativa e transitória e avalia que, não havendo expectativas de mudanças no cenário venezuelano a curto e médio prazo, e havendo intenção de os *Warao* permanecerem no Brasil, há que se pensar numa alocação que lhes facilite a reprodução física e cultural. Aventa como possibilidade jurídica a aquisição de terras para constituição de reserva indígena, na forma do art. 25, a e art. 27 da Lei nº 6.001/73.

Em síntese, como expresso em estudo da OIM (2018, p. 128), de modo geral, os indígenas migrantes têm direitos de três naturezas:

1. Direitos universais: aqueles que possuem porque são direitos humanos reconhecidos na legislação brasileira ou em documentos internacionais.
2. Direitos como migrantes: aqueles que são garantidos a todos os migrantes no Brasil, pelo direito doméstico ou internacional.
3. Direitos como indígenas: aqueles que são garantidos a todos os indígenas no Brasil, pelo direito doméstico ou internacional.

Considerações finais

O governo Michel Temer deu uma abordagem de cunho securitizador à questão da imigração dos venezuelanos para seu território, em contrariedade à lei. Isso se revelou no reforço à presença da Polícia Federal na fronteira e na decisão de passar para a Casa Civil a competência de tomada de decisões pertinentes a essa crise migratória. Considerou apenas “vulnerável” a situação dos venezuelanos que chegam ao Brasil, quando o contexto desse fluxo migratório aponta para a aplicação do inciso

III do artigo 1º da Lei nº 9.474/1997, que reconhece o refúgio para grave e generalizada violação de Direitos Humanos (Souza, 2018, p. 90).

Essa abordagem se aprofundou no governo Bolsonaro e o Brasil pode retroceder ao paradigma do Estatuto do Estrangeiro. É o que promete o presidente Bolsonaro, com a intenção já manifestada de promover a revogação da Lei de Migração, e pela comunicação à ONU, em 8 de janeiro de 2019, da retirada do Brasil do Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular, assinado por 160 países em dezembro de 2018, no Marrocos. O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo afirmou ser o pacto “inadequado para lidar com o problema” e que “a imigração não deve ser tratada como questão global, mas sim de acordo com a realidade e a soberania de cada país”. O presidente do Brasil anteriormente já dissera: “Não somos contra os imigrantes. Mas, para entrar no Brasil, tem de ter um critério bastante rigoroso. Caso contrário, no que depender de mim enquanto chefe de Estado, não entrarão” (VEJA, 2019).

As fronteiras continuam sendo uma questão de securitização, ainda que se trate de populações indígenas. Essa política traz enorme prejuízo a reprodução física e cultural dos *Warao*, podendo constituir mais uma violação aos direitos humanos dessa coletividade tão sofrida.

O racismo institucional novamente busca criminalizar uma realidade que está dada e não colocada pela migração. Os indígenas que compartilham uma história e uma língua nas fronteiras nacionais continuam usando outras redes que não aquela da migração, nem sempre fácil, nem sempre visível ao controle dos estados nacionais.

É a mobilidade que se renova e se reinventa na secular resistência dos povos indígenas.

Referências

BOTELHO, Emília, RAMOS, Luciana, TARRAGÓ, Eduardo. Parecer Técnico nº 208, de 14 de março de 2017/SEAP/6ªCCR/PFDC. Ministério Público Federal (MPF), 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

_____. Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.

_____. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

_____. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração.

- _____. Decreto Presidencial nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais.
- _____. Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. Regulamenta a Lei nº 12.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.
- _____. Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Relatório das violações de direitos contra imigrantes venezuelanos no Brasil, 2018.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. *Aspectos Jurídicos da atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil*. Erika Yamada, Marcelo Torelly (orgs.). Brasília: OIM, Agência das Nações Unidas para as Migrações, 2018.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório sobre a Promoção e a Proteção dos Direitos Humanos de Migrantes no Contexto de Grandes Movimentos, 2016.
- PEREIRA, André Paulo dos Santos. O povo indígena warao: um caso de imigração para o Brasil. CONJUR, 21 janeiro. 2019. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2019-jan-21/mp-debate-povo-indigena-warao-imigracao-brasil> Acesso: 29 de abril 2019.
- SIMÕES, G. ; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T. ; MOREIRA, E. ; CAMARGO, J. *Resumo executivo. Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil*. Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF: CNIg, 2017.
- SOLIMEO, Tatiana. *Mulheres bolivianas na zona leste de São Paulo, territorialidades e gênero*. Migração Sul Sul. BAENINGER, Rosana *et al.* (org.), Unicamp/Nepo, 2018.
- SONEGHETTI, Pedro Moutinho Costa. Parecer Técnico nº 10, de 30 de maio de 2017, SEAP/SP/Manaus. Ministério Público Federal (MPF). Acerca da situação dos indígenas da etnia *Warao* na cidade de Manaus, provenientes da região do delta do Orinoco, na Venezuela. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/parecer-tecnico-warao> Acesso em 30 abril 2019.
- SOUZA, Julia Henriques. *Janokos brasileiros: uma análise da imigração dos Warao para o Brasil*. Boletim Científico ESMPU, Brasília, a. 17 – nº 52, p. 71-99 – jul./dez. 2018.